

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

RODRIGO JOSÉ CANTARELLI RODRIGUES

**ANTE O VANDALISMO DOS HOMENS E OS ESTRAGOS DO TEMPO:
Experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do
patrimônio brasileiro**

Recife
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

RODRIGO JOSÉ CANTARELLI RODRIGUES

**ANTE O VANDALISMO DOS HOMENS E OS ESTRAGOS DO TEMPO:
Experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do
patrimônio brasileiro**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Cultura e memória

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

R696a Rodrigues, Rodrigo José Cantarelli.
 Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo : experimentos,
preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro /
Rodrigo José Cantarelli Rodrigues. – 2019.
 423 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.
 Inclui referências e apêndice.

 1. História. 2. Patrimônio cultural – Proteção - Brasil. 3. Instituto do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). 4. Monumentos. I. Guillen,
Isabel Cristina Martins (Orientadora). II. Título.

900 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-160)

RODRIGO JOSÉ CANTARELLI RODRIGUES

**“ANTE O VANDALISMO DOS HOMENS E OS ESTRAGOS DO TEMPO: experimentos,
preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio
brasileiro”**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História**, PPGH, da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em História**.

Aprovada em: **24/05/2019**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof.^a Dr.^a Sylvia Costa Couceiro
Membro Titular Externo (Fundação Joaquim Nabuco)

Prof.^a Dr.^a Silvana Barbosa Rubino
Membro Titular Externo (Universidade Estadual de Campinas)

Prof.^a Dr.^a Renata Campello Cabral
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco)

AGRADECIMENTOS

Agradecer, aqui, é um exercício de lembrar de todos aqueles que cruzaram o caminho percorrido ao longo da elaboração deste trabalho. Um caminho que não seria possível atravessar sem o apoio e o incentivo da minha orientadora, Isabel Guillen, além de outras pessoas que acreditaram nessa ideia, talvez, antes mesmo que eu, como Dilma Cantarelli, Amélia Moura, Rita de Cássia e Sylvia Couceiro. Também não teria sido um caminho fácil de cruzar se não tivesse contado com os suportes de Suely Cerávolo, Fábio Gatti e Thiago Manarelli, em Salvador; Silvana Rubino, Tatiane Cantarelli e Alexandre Portugal, em São Paulo; Domingas Ledir de Souza, no Rio de Janeiro; e Marcelo Sá de Sousa, em Brasília. Além deles, gostaria que deixar aqui um agradecimento a Dirceu Marroquim e a Reinaldo Carneiro Leão, que me facilitaram o acesso ao rico acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, bem como a todos os técnicos que me atenderam nos arquivos e bibliotecas visitados ao longo deste trabalho: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Arquivo do Museu de Arte da Bahia; Arquivo do Museu Histórico Nacional; Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo; Arquivo Histórico Municipal e Arquivo do Centro Cultural São Paulo, ambos pertencentes à Prefeitura de São Paulo; Arquivo Público do Estado da Bahia; Arquivo Público de Pernambuco; Arquivo do Centro de Documentação Alexandre Eulálio, da Universidade Estadual de Campinas; Arquivo do Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira, da Fundação Joaquim Nabuco; Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo; e a Biblioteca do Senado Federal. Gostaria também de agradecer aos professores do Programa de Pós-Graduação, como Flávio Weinstein, Christine Dabat e Antonio Paulo Rezende, com quem pude aprender um pouco do ofício do historiador, além da Secretaria do programa, em especial a Sandra Regina, com sua enorme prontidão em resolver problemas e nos dar orientações em trâmites burocráticos. Ainda agradeço à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco, FACEPE, que facilitou o meu deslocamento pelo país a fim de ampliar os acervos pesquisados; e, especialmente, à Fundação Joaquim Nabuco, instituição a qual sou vinculado, por ter permitido o meu afastamento ao longo de todo o processo de pesquisa e elaboração desta tese e, sem o qual, possivelmente não teria como realizar este trabalho. Por fim, mas não menos importante, não poderia deixar de agradecer a Breno Modesto pela companhia ao longo de todo este caminho. A todos vocês, muito obrigado!

“O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”.*

* FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012, p. 59.

RESUMO

A historiografia sobre o tema da preservação do patrimônio no Brasil busca dar um caráter fundador ao órgão federal de preservação, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, suprimindo e minimizando a importância das outras discussões e iniciativas tomadas antes da sua criação, em 1936. Entendemos que essa atitude deixa de mostrar toda a gama de acontecimentos ocorridos paralelamente, além de negar uma pluralidade de visões distintas no processo de emergência de uma sensibilidade preservacionista no país. A questão central da presente tese é investigar a pluralidade de ideias e concepções de patrimônio presentes na emergência das discussões preservacionistas no Brasil, bem como o papel que elas tiveram no desenvolvimento de uma prática de preservação no país. Ao mesmo tempo, questionamos o discurso que trata o momento de criação do órgão federal de preservação como o grande instante fundador, onde se teria dado toda a origem das práticas preservacionistas no país.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural – Proteção – Brasil. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan. Inspetoria de Monumentos da Bahia. Inspetoria de Monumentos de Pernambuco. Inspetoria dos Monumentos Nacionais.

ABSTRACT

The historiography of the theme of historic preservation in Brazil seeks to give a founding character to the federal preservation agency, the Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, now called Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, suppressing and minimizing the importance of the other discussions and initiatives taken before its creation, in 1936. We understand that this attitude fails to show the full range of parallel events and denies a plurality of different visions in the process of the emergence of a preservationist sensibility in the country. The central issue of this thesis is to investigate the plurality of ideas and conceptions of heritage present in the emergence of preservationist discussions in Brazil and the role they played in the development of a preservation practice in the country, while questioning the discourse it addresses the moment of creation of the federal service of preservation as the great founding moment, where all the origin of the preservation practices in the country took place.

Keywords: Historic Preservation – Brazil. Institute of National Historical and Artistic Heritage, Iphan. Bahia's Monuments Bureau. Pernambuco's Monuments Bureau. National Monuments Bureau.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01	DEMOLIÇÃO DA IGREJA E DO CONVENTO DAS MERCÊS PARA O ALARGAMENTO DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO, SALVADOR.....	55
IMAGEM 02	NOVA SEDE DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, SALVADOR.....	64
IMAGEM 03	TRECHO DA RUA DO PASSO, COM DESTAQUE PARA A PORTADA DA IGREJA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, SALVADOR.....	66
IMAGEM 04	ASPECTO INTERNO DO SOLAR AGUIAR, ONDE SE OBSERVAM PAINÉIS DE AZULEJOS, SALVADOR.....	70
IMAGEM 05	PORTADA DA IGREJA DA SÉ, SALVADOR.....	72
IMAGEM 06	DEMOLIÇÃO DA RUA DO BOM JESUS, RECIFE.....	81
IMAGEM 07	IGREJA DA SÉ COM FEIÇÃO NEOGÓTICA, OLINDA.....	85
IMAGEM 08	CASA GRANDE DO ENGENHO MEGAHYPE, JABOATÃO, PERNAMBUCO.....	95
IMAGEM 09	ÁLBUM LEMBRANÇA DE PERNAMBUCO, IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PENHA, RECIFE.....	100
IMAGEM 10	IGREJA DA MADRE DEUS, RECIFE.....	103
IMAGEM 11	FACHADA DA IGREJA DA MADRE DEUS, RECIFE, ANTES DA INTERVENÇÃO REALIZADA EM 1930.....	106
IMAGEM 12	FACHADA DA IGREJA DA MADRE DEUS, RECIFE, APÓS A INTERVENÇÃO REALIZADA EM 1930.....	106
IMAGEM 13	LARGO DE SÃO FRANCISCO, SÃO PAULO.....	122
IMAGEM 14	FACULDADE DE DIREITO NO LARGO DE SÃO FRANCISCO, SÃO PAULO.....	125
IMAGEM 15	“EU [MÁRIO DE ANDRADE] EM SANTARÉM”, RIO AMAZONAS.....	134
IMAGEM 16	IGARASSU, PERNAMBUCO.....	136
IMAGEM 17	PORTÃO DA QUINTA DAS LARANJEIRAS, SÃO LUÍS, MARANHÃO.....	147
IMAGEM 18	PLANTA E DESCRIÇÃO DOS ALTARES DA IGREJA DE SANTO ALEXANDRE, BELÉM, PARÁ.....	147
IMAGEM 19	IGREJA DE SÃO MIGUEL PAULISTA, SÃO PAULO.....	148
IMAGEM 20	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E RESIDÊNCIA ANEXA, M'BOY, SÃO PAULO, QUANDO DA VISITA DE WASHINGTON LUÍS.....	149
IMAGEM 21	CAPELA DO SÍTIO SANTO ANTÔNIO, SÃO ROQUE, SÃO PAULO.....	150
IMAGEM 22	TOCHEIROS RECOLHIDOS POR WASHINGTON LUÍS NA CAPELA DE SANTO ANTÔNIO, EM SÃO ROQUE, EXPOSTOS NO MUSEU PAULISTA, SÃO PAULO.....	150
IMAGEM 23	RUÍNAS DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, ITANHAÉM, SÃO PAULO.....	150
IMAGEM 24	FORTALEZA DOS REIS MAGOS, NATAL, RIO GRANDE DO NORTE.....	187
IMAGEM 25	VIADUTO CARVALHO, ESTRADA DE FERRO DO PARANÁ.....	189
IMAGEM 26	NAVE PRINCIPAL DA CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DA LUZ, CURITIBA...	189

IMAGEM 27	FONTE DA BOA MORTE, GOIÁS.....	196
IMAGEM 28	“UMA RUA EM OURO PRETO, VENDENDO-SE O CÉLEBRE CHAFARIZ, PRÓXIMO À CASA DOS CONTOS”.....	198
IMAGEM 29	“SANTUÁRIO S. BOM JESUS DE MATOSINHOS, CONGONHAS DO CAMPO”..	199
IMAGEM 30	“ASPECTO DA CIDADE DE S. JOÃO D’EL-REY. AO LONGE AS TORRES DE S. FRANCISCO DE ASSIS”	199
IMAGEM 31	LARGO DO COIMBRA COM MERCADO E A IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS AO FUNDO, OURO PRETO.....	208
IMAGEM 32	“VELHO SOLAR DE MEGAHYPE”	222
IMAGEM 33	“CHAFARIZ DA GLÓRIA JÁ QUASE DEVIDAMENTE RESTAURADO PELA INSPETORIA DE MONUMENTOS NACIONAIS”	225
IMAGEM 34	“PONTE DOS CONTOS. RETIRADA DO GRADIL MODERNO. DESCOBERTA DOS CACHORROS DE PEDRA DO ANTIGO PASSEIO E MURALHA QUE CORAM RESTAURADOS COM OS CANTOS DO ITACOLOMI”	230
IMAGEM 35	RECORTE DA CAPA DO JORNAL O GLOBO, DE 22 DE OUTUBRO DE 1936....	268
IMAGEM 36	ALTAR MOR DA IGREJA DE NOSSA DOS PRAZERES DOS MONTES GUARARAPES.....	284
IMAGEM 37	VISTA INTERNA DA IGREJA DE NOSSA DOS PRAZERES DOS MONTES GUARARAPES.....	284
IMAGEM 38	PRAIÁS MASCARADOS VISTOS DE FRENTE, TACARATU, PERNAMBUCO.....	286
IMAGEM 39	PRAIÁS MASCARADOS VISTOS DE COSTAS, TACARATU, PERNAMBUCO.....	286
IMAGEM 40	ASPECTO INTERIOR DAS RUÍNAS DA IGREJA DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES, RIO GRANDE DO SUL.....	288
IMAGEM 41	FACHADA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, VIAMÃO, RIO GRANDE DO SUL.....	293
IMAGEM 42	RUÍNAS DA IGREJA DE SÃO MIGUEL VISTAS A PARTIR DO MUSEU DAS MISSÕES, RIO GRANDE DO SUL.....	297
IMAGEM 43	PORMENOR DA PINTURA DO FORRO DA CAPELA-MOR DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO DE ITU, SÃO PAULO.....	303
IMAGEM 44	IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, POMBAL, PARAÍBA.....	305
IMAGEM 45	IGREJA DE SÃO FRANCISCO XAVIER, NITERÓI.....	317
IMAGEM 46	IGREJA DE SÃO FRANCISCO XAVIER, NITERÓI.....	317
IMAGEM 47	PINTURA RUPESTRE, SANTA TEREZINHA, BAHIA.....	328
IMAGEM 48	SOBRADO DOS CANGUÇUS, BRUMADO, BAHIA.....	328
IMAGEM 49	IGREJA MATRIZ DE SÃO PEDRO, RIO GRANDE, RIO GRANDE DO SUL.....	335
IMAGEM 50	IGREJA E CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE, GOIANA, PERNAMBUCO.....	341
IMAGEM 51	IGREJA E CONVENTO FRANCISCANO, JOÃO PESSOA, PARAÍBA.....	344
IMAGEM 52	VISTA GERAL DE OURO PRETO, MINAS GERAIS, COM A IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM PRIMEIRO PLANO.....	346
IMAGEM 53	VISTA DE IGARASSU, PERNAMBUCO, COM DESTAQUE PARA O CRUZEIRO DO CONVENTO FRANCISCANO.....	353

IMAGEM 54	CASA DO CORONEL NA ROÇA DO ARGOLO, SALVADOR, BAHIA.....	355
IMAGEM 55	SOBRADÃO DO PORTO, UBATUBA, SÃO PAULO.....	362
IMAGEM 56	CASA GRANDE DO SÍTIO QUERUBIM, SÃO ROQUE, SÃO PAULO.....	364
IMAGEM 57	DETALHE DO FORRO DA CAPELA DA CASA GRANDE DO SÍTIO QUERUBIM, SÃO ROQUE, SÃO PAULO.....	364
IMAGEM 58	BARRACA ONDE EUCLIDES DA CUNHA ESCREVEU OS SERTÕES, SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, SÃO PAULO.....	365
IMAGEM 59	DETALHE DO FORRO DA CAPELA DA FAZENDA ACAUÃ, SOUZA, PARAÍBA...	367
IMAGEM 60	CEMITÉRIO DO BATALHÃO, CAMPO MAIOR, PIAUÍ.....	369
IMAGEM 61	IGREJA DE SANTO ALEXANDRE E COLÉGIO JESUÍTA, BELÉM, PARÁ.....	370
IMAGEM 62	CAPELA DO PADRE FARIA, OURO PRETO, MINAS GERAIS.....	390
IMAGEM 63	CAPELA DO PADRE FARIA, OURO PRETO, MINAS GERAIS.....	390
IMAGEM 64	CAPELA DO PADRE FARIA, OURO PRETO, MINAS GERAIS, APÓS A INTERVENÇÃO DA INSPETORIA DE MONUMENTOS.....	391
IMAGEM 65	CAPELA DO PADRE FARIA, OURO PRETO, MINAS GERAIS, APÓS A INTERVENÇÃO DO SPHAN.....	391

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	TOMBAMENTOS POR ESTADO, 1938-1945.....	310
TABELA 02	ANDAMENTO DOS INVENTÁRIOS DE MONUMENTOS NO PAÍS, 1940....	333
TABELA 03	PROCESSOS DE TOMBAMENTO DE CONJUNTOS URBANOS ABERTOS ENTRE 1938 E 1945.....	349

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PRIMEIRA PARTE, OU EXPERIMENTOS.....	49
2.1	CONTRA A MALDADE E A INDIFERENÇA, AS INSPETORIAS DA BAHIA E DE PERNAMBUCO.....	50
2.1.1	A Inspetoria da Bahia, inventários e demolições.....	51
2.1.2	A Inspetoria de Pernambuco, inventário e obras.....	80
2.1.3	Na luta contra a ignorância, aproximações.....	111
2.2	CONTRA O VANDALISMO E O EXTERMÍNIO, O PROJETO PAULISTA DE UM ÓRGÃO DE PRESERVAÇÃO.....	118
2.2.1	São Paulo, as três cidades em um século.....	119
2.2.2	Mário de Andrade, um turista aprendiz.....	128
2.2.3	Paulo Duarte e o Departamento de Cultura.....	139
2.2.4	A Campanha contra o vandalismo e o extermínio, ações e propostas..	147
3	SEGUNDA PARTE, OU PREPARAÇÕES.....	168
3.1	SOBRE MONUMENTOS HISTÓRICOS E UMA CIDADE SAGRADA, AS PRIMEIRAS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL.....	169
3.1.1	A criação de um Ministério para a Educação e a questão dos monumentos históricos.....	170
3.1.2	A Diretora Geral de Informações, Estatística e Divulgação e os primeiros inventários de monumentos do país.....	180
3.1.3	A elevação de Ouro Preto a Monumento Nacional e as ações da Inspetoria de Monumentos do Museu Histórico Nacional.....	204
4	TERCEIRA PARTE, OU INVENÇÕES.....	233
4.1	UMA TAREFA DE INTERESSE INDISCUTIVELMENTE NACIONAL, A CRIAÇÃO DO SPHAN.....	234
4.1.1	O novo Ministério da Educação e Saúde.....	235

4.1.2	Um projeto de lei que virou decreto-lei.....	250
4.1.3	Os primeiros anos, 1936 e 1937.....	271
4.1.3.1	<i>Na Bahia, Godofredo Filho.....</i>	<i>279</i>
4.1.3.2	<i>Em Pernambuco, Gilberto e Anníbal.....</i>	<i>281</i>
4.1.3.3	<i>No Rio Grande do Sul, Augusto Meyer.....</i>	<i>287</i>
4.1.3.4	<i>Em São Paulo, Mário de Andrade.....</i>	<i>297</i>
4.2	OS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE DA NAÇÃO E A FAÇANHA AUTO-HISTORIOGRÁFICA DO SPHAN.....	307
4.2.1	Protegendo os documentos de identidade da nação, de 1938 a 1945..	308
4.2.1.1	<i>A rede das representações regionais.....</i>	<i>334</i>
4.2.2	A façanha auto-historigráfica do Sphan, invenções e esquecimentos.....	371
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	393
	REFERÊNCIAS.....	402
	APÊNDICE A – FONTES.....	411

1 INTRODUÇÃO

Mestre Rodrigo M. F. de Andrade preferiu comemorar à sua maneira o 20º aniversário da repartição que dirige (...) reunidos todos, naquele tom grave e singelo que Deus lhe deu, contou a história da Dphan, tirada literalmente do nada a 19 de abril de 1936.

Carlos Drummond de Andrade, 22 de abril de 1956.¹

A citação acima faz parte de uma crônica de Carlos Drummond de Andrade, publicada, pela primeira vez, no jornal carioca *Correio da Manhã*, em 22 de abril de 1956. Escrito para comemorar os vinte primeiros anos de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, esse relato destaca o “sacrifício” feito por Rodrigo Mello Franco de Andrade ao “dedicar sua vida” à defesa do patrimônio cultural brasileiro.² Tal elogio é bastante comum nos textos que tratam da trajetória daquele que foi o diretor do Sphan durante trinta anos e se faz bastante presente numa coletânea, idealizada em Pernambuco, que homenageia os setenta anos de Rodrigo, publicada em 1969. Esta antologia, chamada *A lição de Rodrigo*, além da crônica de Drummond, reúne uma série de outros depoimentos, dos mais variados artistas e intelectuais, a exemplo de Lucio Costa, Antônio Cândido, Gustavo Capanema, Gilberto Freyre, Joaquim Cardoso, Robert Smith, Mário Barata e Sérgio Buarque de Holanda, que, de alguma forma, conviveram com Rodrigo e acompanharam o Sphan em seus primeiros anos de funcionamento. Os textos ali presentes buscam, por algum meio, exaltar o suposto “pioneirismo” tanto de Rodrigo quanto de intelectuais modernistas que, na segunda metade da década de 1930, “tiraram” a proteção do patrimônio cultural brasileiro “literalmente do nada”, como frisou Drummond.

Naquele momento ainda não existiam estudos a respeito da emergência das ideias preservacionistas no Brasil, ou como elas haviam se consolidado nas políticas públicas levadas a cabo no país. Um dos primeiros textos onde se tentou traçar aqui

¹ ANDRADE, Carlos Drummond. Rodrigo, em três crônicas. *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969. p. 27.

² Criando como Serviço, o Sphan, foi transformado, em 1946, em Diretoria e passou a adotar a sigla de Dphan até 1970, quando foi transformando no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan. Este trabalho, uma vez que adota como recorte temporal o período no qual o órgão era conhecido apenas como Sphan, adotará esta terminologia ao longo de todo o texto.

uma trajetória da proteção do patrimônio cultural foi escrito pelo próprio Rodrigo Mello Franco e publicado, em 1952, poucos anos antes do artigo de Drummond acima citado, na cidade do México, com o título *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*.³ No texto, o Diretor do Sphan buscou traçar uma série de iniciativas anteriores à criação do Serviço, como, por exemplo, uma carta enviada, em 5 de abril de 1742, pelo Conde de Galveias, Vice-Rei do Brasil, ao donatário da capitania de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade, carta esta considerada o embrião das preocupações com a defesa do patrimônio brasileiro que, supostamente, só se concretizaram a partir de 1936. Sem se deter numa análise mais detalhada desses acontecimentos, Rodrigo ainda destacou que, nesse seu livro, está publicado o primeiro inventário público de monumentos históricos do país, embora, como veremos no desenvolver deste trabalho, inventários semelhantes tenham sido elaborados e publicados bem antes de 1952. Nunca publicada no Brasil, esta edição foi reeditada pelo atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, em 2012, que buscou com ela reafirmar um discurso onde se destaca uma atuação “original” e “pioneira” do órgão, defendendo que o Sphan “inaugura a defesa do Patrimônio Cultural brasileiro”. Esse argumento fica claro tanto na apresentação, escrita pelo, então, presidente do Instituto, Luiz Fernando Almeida, ao defender que a criação do órgão foi um trabalho “original” e “empreendedor”, quanto na introdução da reedição, onde a organizadora, Maria Beatriz Rezende, alega que é com a criação do Sphan que o campo da preservação no Brasil é “fundado”, “consolidando” ideias e práticas. A reedição conta ainda com um depoimento do arquiteto Augusto da Silva Telles tecendo a trajetória desenvolvida pelo órgão entre 1952, ano da publicação do texto no México, e o ano 2000. Defendendo que a preservação no Brasil, até a criação do Serviço, era uma coisa “inédita” no país, neste texto, o antigo colaborador do órgão, acrescentou a sua “visão sobre a trajetória que se seguiu a esse **meritoso esforço inicial**, determinado a criar e consolidar **uma ação governamental pioneira** em defesa do patrimônio cultural brasileiro” [destaques nossos].⁴

³ Esta edição faz parte da série *Monumentos Históricos e Arqueológicos da América*, editada, entre 1950 e 1974, pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, IPGH, órgão vinculado à União Pan-Americana, a atual Organização dos Estados Americanos, OEA.

⁴ SILVA TELLES, Augusto da apud ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 287.

No entanto, por vezes, encontramos, nesses textos oficiais, nomes e acontecimentos que podem sugerir uma heterogeneidade de ideias no que diz respeito à emergência de um pensamento preservacionista no país. No próprio livro *A lição de Rodrigo*, citado anteriormente, encontramos o depoimento do jornalista e historiador pernambucano Luiz Delgado, que afirma, em determinado momento, que

Em Nosso Estado, criou-se uma Inspetoria de Monumentos em 1928. Passava, com isso, do campo cultural e literário para o administrativo, uma convicção muito propalada em Pernambuco, por Gilberto Freyre, Anníbal Fernandes, Luís Cedro e outros, de que devíamos proteger a nossa cultura antiga e herdada. Quando se constituiu, cerca de dez anos depois, um organismo federal de idênticos e ampliados objetivos, o assunto não era, portanto, novidade entre nós, mas estava longe de ser realidade aceita e viva.⁵

Não podemos dizer que quem exaltava o suposto pioneirismo do Sphan em “criar” a defesa do patrimônio cultural no Brasil desconhecia iniciativas anteriores, como a citada por Delgado, uma vez que elas quase sempre são mencionadas, porém, em bem poucas das vezes, essas ações tiveram o seu valor reconhecido. De forma geral, elas eram desmerecidas e vistas como sem importância no processo de construção das práticas de preservação no país, especialmente por aqueles intelectuais que possuem uma trajetória de vida próxima à do Serviço. Uma questão vista, por exemplo, na crônica escrita por Manuel Bandeira, já membro do Conselho Consultivo do Sphan, publicada, em 22 de outubro de 1942, no jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, onde se exalta a importância, para a formação do campo das artes no país, da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, publicação criada, assim como oficialmente o foi o Sphan, em 1937. Nesse texto, o poeta pernambucano defendeu que Rodrigo Mello Franco de Andrade e sua equipe de funcionários foram “escolhidos a dedo entre os mais inteligentes e cultos das novas gerações”,⁶ e que

antes do Sphan, o estudo dos problemas da arte brasileira andava à mercê dos literatos, quando não de uns curiosos evadidos de outras profissões, homens, portanto, estes últimos, sem profissão definida, que não têm uma consciência profissional – que não têm, em verdade, consciência de espécie alguma e mais concorrem para embrulhar as coisas do que para esclarecê-las. Tudo se fazia um pouco por palpites.⁷

⁵ DELGADO, Luiz. O mestre e o discípulo. DPHAN. *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969. p. 69.

⁶ BANDEIRA, Manuel. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Crônicas inéditas 2*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 341.

⁷ Ibid.

Bandeira pode não ter percebido, mas essa era uma crítica que também poderia ser feita aos próprios intelectuais do Sphan, visto que eles tampouco tinham a experiência ou a formação que criticavam não haver entre os seus concorrentes nas disputas envoltas na formação do campo patrimonial no Brasil. Esta, na verdade, é uma opinião comum entre aqueles que participaram do Sphan, quer desde os primeiros anos, quer incorporados ao longo do tempo, que assumiram acriticamente a opinião de que os outros intelectuais não tinham a qualidade daqueles do Serviço. Augusto da Silva Telles, por exemplo, defendia que o estudo das artes e da arquitetura brasileira, de certa forma, só se iniciaram com o Sphan, uma vez que, antes de 1937, eram poucos os trabalhos publicados sobre o tema, nos cabendo aqui, então, perguntar qual a qualificação que os primeiros técnicos teriam para poder assumir aquelas atribuições. Um autor que tem uma retórica semelhante a esta é o arquiteto e antropólogo, membro do quadro de funcionários do atual órgão federal de preservação, Lauro Cavalcanti, que defende a “superioridade qualitativa” dos intelectuais modernistas em detrimento dos outros intelectuais do país, a quem chama de “tradicionalistas”,⁸ e reitera essa posição em diversas situações, como quando defende que

no campo específico do patrimônio, enquanto os seus oponentes, notadamente Gustavo Barroso e José Marianno, privilegiam aspectos morais e patrióticos, resultando seus discursos em catilinária nostálgica, os “modernos” desenvolvem pormenorizados trabalhos especializados sobre arte, arquitetura, etnologia, música – valendo destacar a saborosa erudição sem pompas de Lúcio Costa e Mário de Andrade.⁹

Assim como Augusto da Silva Telles, o arquiteto Luís Saia, um dos primeiros colaboradores do Sphan, sendo, por muitos anos, o chefe da representação paulista do Serviço, teve esse mesmo discurso. Em um artigo publicado, em 1977, no número 17 da revista *Arquitetura*, Saia defendeu que

Quando o governo criou o Sphan, em 1937, a experiência brasileira nessa matéria era, no mínimo, de validade discutível. Continha, é certo, muito amor, mas era também de pouco respeito. Muito amor por romantismo, pouco respeito por desconhecimento. (...) A criação do Sphan representou, entretanto, uma recolocação mais realista e culta do problema, conduzido pelo que havia de mais apto e atual em matéria de arquitetura e artes plásticas.¹⁰

⁸ CAVALCANTI, Lauro. Encontro moderno: volta futura ao passado. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995, p. 49

⁹ Ibid., p. 50.

¹⁰ SAIA, Luís apud BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980, p. 28.

Nesse texto, Luís Saia deixa bem explícita as formas como as iniciativas preservacionistas anteriores à criação do Sphan eram vistas pela historiografia da preservação no Brasil: de forma “apaixonada” e “pouco qualificada”. Curioso é que, quando o órgão foi criado, havia pouquíssimos estudos acerca da arquitetura brasileira, feitos tanto por intelectuais ligados ao Movimento Moderno quanto por outros, das mais variadas correntes de pensamento do período. É lícito, portanto, se afirmar que também faltava aos criadores do Sphan a mesma experiência e formação presente nesses intelectuais criticados por Saia, Bandeira e Silva Telles. Falta de experiência esta, evidenciada pelo artista e historiador José Wasth Rodrigues, em uma carta destinada ao jornalista Paulo Duarte, datada de 18 de dezembro de 1939, onde ele afirma que

Os nossos estudos sobre arquitetura colonial brasileira são esforços fragmentados, incompletos, pois um verdadeiro estudo, uma verdadeira crítica bem ordenada artístico científica sobre o assunto ainda não apareceu. (...) Na própria publicação do Patrimônio Histórico do Rio encontram-se fotografias de móveis com classificação errada!¹¹

Wasth Rodrigues nos mostra aí que a exaltada *Revista do Sphan* incorreu em alguns erros resultantes, também, do pouco conhecimento que se tinha acerca da produção artística e arquitetônica brasileira num momento de formação do campo patrimonial brasileiro. Um momento que, talvez, tenha seu ponto máximo de idealização no livro *Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, a primeira versão oficial publicada no Brasil e editada pelo próprio Sphan em conjunto com a Fundação Nacional Pró-Memória, acerca da história da preservação do patrimônio cultural no país. Como indica o título, esta edição buscou fazer uma trajetória dessas ações no Brasil até 1980, o ano da sua publicação. Abordando um período de atuação bem maior que o texto de 1952, uma vez que foi escrito quase 30 anos depois, o texto não deixou de exaltar um papel “notável” desempenhado por figuras tais como Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade. Segundo Márcia Chuva,

Essa versão oficial também introduziu uma periodização que se tornou consagrada, organizando em duas grandes fases a trajetória institucional, a fase *heroica* e a fase *moderna*. A partir dela, também, foi disseminada a ideia de que o anteprojeto apresentado, em 1936, por Mário de Andrade (...)

¹¹ RODRIGUES, José Wasth apud DUARTE Paulo. *Memórias VIII: vou-me embora pra Pasárgada*. São Paulo: HUCITEC, 1978, p. 113.

havia sido matricial para a consolidação do texto do decreto-lei 25/1937, proposto no ano seguinte por Rodrigo Melo Franco de Andrade.¹²

Foi Luís Saia quem engendrou esses adjetivos que qualificaram os períodos de atuação do Sphan, uma qualificação defendida em *Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória* por que “parece corresponder à realidade do trabalho que se levou a efeito nesse período”.¹³ No entanto, a imagem de um momento de grande esforço e sacrifício daqueles intelectuais que se quer passar com esse adjetivo é, de certa forma, fantasiosa, pois houve um forte apoio do Governo Federal na concretização daqueles planos. A aprovação do Decreto-lei n.º 25, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, em 30 de novembro de 1937, poucas semanas após a instalação do Estado Novo, é uma, dentre muitas, evidências desse suporte recebido pelo Serviço. O historiador Daryle Williams defende que o Sphan “symbolized the Vargas regime's hearty appetite for managing the national historical patrimony as part of a larger project of managing Brazil's national identity”.¹⁴

Em oposição a esse período “heroico”, a história que se contou nesse livro demarcou que o período onde se desenvolverem as ações anteriores à criação do Sphan teria sido a “proto-história”. Silvana Rubino defende que essa oposição entre uma proto-história e a fase heroica só tem sentido porque foi o próprio Sphan quem se encarregou de relatar aqueles acontecimentos e acrescenta que “só há um proto-Sphan porque depois houve o Sphan”.¹⁵ Márcia Chuva, por sua vez, defende que “a maioria dos trabalhos que começaram a ser produzidos na década de 1990, e até hoje, no âmbito das ciências sociais, ao definirem um recorte temporal, caem nas malhas tecidas pela própria instituição”,¹⁶ ou seja, a produção historiográfica da preservação no país se tornou refém dos próprios períodos históricos demarcados

¹² CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.34. 2011, p. 148.

¹³ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1980, p. 28.

¹⁴ Simbolizava o apetite do regime Vargas por administrar o patrimônio histórico nacional como parte de um projeto maior de gestão da identidade nacional do Brasil [em tradução livre]. WILLIAMS, Daryle. "Ad perpetuum rei memoriam": The Vargas Regime and Brazil's National Historical Patrimony, 1930-1945. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 31, No. 2, Getúlio Vargas and His Legacy (Winter, 1994), p. 58.

¹⁵ RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-68*. Campinas: Dissertação de mestrado / Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMP, 1991, p. 21.

¹⁶ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 34.

pelo órgão oficial de preservação. Uma situação que faz com que, apesar de haver um bom número de pesquisas sobre a história da preservação no Brasil, boa parte delas está presa aos próprios caminhos que foram definidos, desde o princípio, pelo próprio órgão. O discurso que se criou, de pronto, colocou nos intelectuais ligados ao Patrimônio, sendo, também, apropriado, de forma acrítica, por muitos daqueles que buscaram entender a trajetória da preservação no país, ao incorporarem os discursos oficiais sobre o tema e apagarem uma diversidade de visões e ações em torno da questão. Entendemos que as experiências anteriores ao Sphan não foram fortuitas, e uma questão que nos move é buscar entender a multiplicidade de vozes e de conflitos na criação do Sphan, sendo, portanto, a questão central deste trabalho investigar a pluralidade de ideias e concepções de patrimônio presentes em movimentos anteriores à criação do Sphan, assim como o papel que elas tiveram no desenvolvimento de uma prática de preservação no país; questionando o discurso que trata o momento de criação do órgão federal como o grande instante fundador, onde se deu toda a “origem” das práticas preservacionistas brasileiras. Nos propomos, ainda, a discutir a questão de forma geograficamente mais ampla, acreditando que as discussões que ocorreram nas mais variadas regiões do país fazem parte das concepções que construíram o campo patrimonial no Brasil.

Na primeira parte do livro *Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, chamada *Antecedentes*, vemos quase um resumo do texto publicado por Rodrigo, em 1952, contendo, inclusive, algumas partes transcritas, enquanto as menções às ações implementadas nos anos 1920, a exemplo das impetradas pelos estados da Bahia e de Pernambuco, são desmerecidas a partir de analogias com a legislação existente quando da criação de Inspetorias de Monumentos por esses estados. Tal justificativa até seria válida se tanto a Bahia quanto Pernambuco não tivessem, de alguma maneira, conseguido interferir, através dessas Inspetorias, na preservação de alguns dos seus monumentos históricos. Por outro lado, em sua segunda parte, chamada *Sphan: o início da proteção*, o texto reconhece algumas contribuições acumuladas pelos projetos propostos anteriormente, sem nominá-los, no entanto, exaltando o papel desempenhado pelos intelectuais modernistas na criação do órgão.

Cabe lembrar aqui o papel relevante que tiveram na formulação das diretrizes, na elaboração dos textos legislativos e na administração inicial do órgão os intelectuais do Movimento Modernista que a partir dos anos 20 e

30 se debruçaram sobre a realidade brasileira, buscando apreender e revalorizar os elementos constitutivos da identidade cultural do país.¹⁷

Vale destacar que o papel de se debruçar sobre a cultura brasileira, naquele momento, não coube exclusivamente aos modernistas, mas a diversos atores, nas mais variadas regiões do país, que transitavam entre os grupos intelectuais do momento, nem sempre se filiando àquelas ideias do Movimento Modernista. Foi um período no qual diferentes grupos estavam preocupados em conhecer e preservar a cultura brasileira, construindo, nesse processo, uma identidade nacional. Silvana Rubino defende que, nessas ações, “não houve o monopólio dos modernistas” mas “talvez tenha sido deles, contudo, o monopólio da versão dos fatos, das publicações, da ocupação do espaço intelectual”.¹⁸ Marcelo Moreschi, por sua vez, mostra que a história que conta de forma triunfalista as contribuições do Movimento Modernista foi, de forma geral, escrita pelos próprios integrantes do Movimento, ou por pessoas a eles muito próximas, defendendo que, no caso brasileiro, o Modernismo “é um fenômeno crítico-historiográfico ainda carente de descrições não caudatárias do próprio movimento”.¹⁹ É um posicionamento que percebemos, de forma bastante evidente, na maneira como a historiografia trata a Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo, em 1922, tida como um marco fundador das discussões no país sobre a modernidade, ocultando e anulando outros processos sociais, ligados à questão, que emergiam no país naquele momento.

Pesquisadora do Centro Nacional de Referência Cultural e diretora de projetos da Fundação Nacional Pró-Memória, no período em que esta Fundação publicou *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, em 1980, Maria Cecília Londres Fonseca é a autora de uma das principais obras de referência sobre a historiografia da preservação no Brasil, *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Nesta obra, Cecília Londres assume essa postura triunfal modernista e afirma, em mais de uma ocasião, que a política federal de preservação teve como “momento fundador” o final da

¹⁷ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1980, p. 25.

¹⁸ RUBINO. Silvana. A memória de Mário. *Revista do Patrimônio*, n. 30, Rio de Janeiro: IPHAN, 2002, p. 153.

¹⁹ MORESCHI, Marcelo Seravali. A façanha auto-historiográfica do modernismo brasileiro (Brazilian Modernism as an Auto-historiographical Avant-Garde). Tese (Doctor of Philosophy in Hispanic Languages and Literatures) University of California, Santa Barbara, 2010, p. 6.

década de 1930, a partir das ações dos intelectuais ligado ao Movimento Moderno.²⁰

Para a autora,

foram alguns intelectuais modernistas que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa ideia na forma do conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado, através do Sphan.²¹

Aqueles intelectuais buscavam defender seus posicionamentos culturais em nome da proteção da cultura nacional e nessa questão, os modernistas foram extremamente autônomos. Pierre Bourdieu defende que é possível você medir o grau de autonomia de um campo de produção erudita a partir do poder que ele tem para definir as normas de produção do seu próprio campo, assim como dos seus critérios de avaliação. O autor afirma que

Quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como a arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural, ou seja, pela consagração propriamente cultural e pelo poder propriamente cultural de concedê-la, tanto mais os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecem como irredutíveis a todos os princípios externos da divisão.²²

Os intelectuais modernistas, nesse momento, se utilizaram do aparelhamento do Sphan, como uma fonte de autoridade e legitimação dos seus posicionamentos em relação à produção artística nacional. Heloísa Pontes afirma que tais intelectuais que gravitaram em torno de Rodrigo Mello Franco e do Sphan, buscaram “delimitar a sua modernidade na literatura, nas artes e na política por meio da recuperação do passado colonial brasileiro”,²³ um passado que foi a ferramenta utilizada para legitimar a construção da nova arte brasileira, como bem observa Silvana Rubino.

Contra o passado recente, um salto para trás, para o passado mais “verdadeiro”, onde se podia descobrir e inventar inclusive uma modernidade *avant la lettre*. Pares como Pampulha/Igreja do Aleijadinho ou Portinari/Mestre Valentim não são uma excrescência, ao contrário: mais do que oposição, eles indicam uma complementaridade.²⁴

Uma parte da intelectualidade brasileira, naquele momento, se deu uma missão de construir a nacionalidade através da valorização do passado nacional,

²⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005, p. 24 e p. 219, por exemplo.

²¹ Ibid., p. 81.

²² BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 106.

²³ PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 25.

²⁴ RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-68*. Campinas: Dissertação (Mestrado em Antropologia) – FCH/UNICAMP, 1991. p. 115.

inventando um patrimônio para o país. Esta construção foi iniciada, pelo menos, desde a década de 1920, quando observamos diversos movimentos regionais nesse sentido, com discussões a respeito da preservação de um patrimônio em estados como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, chegando a ser, em alguns desses lugares, criados órgãos estaduais com essas atribuições. Embora reconheça a existência das Inspetorias Estaduais da Bahia e de Pernambuco, chegando inclusive a afirmar a existência de um órgão do tipo em Minas Gerais, que, a nosso ver, nunca existiu,²⁵ Maria Cecília Londres Fonseca apaga a importância das discussões ocorridas em outras esferas que não fossem ligadas aos modernistas, como, por exemplo, à dos intelectuais baianos e pernambucanos e, até mesmo, as ocorridas na Capital Federal, lideradas por figuras como José Marianno Filho e Gustavo Barroso, em prol de uma suposta superioridade das discussões modernistas.

A compreensão do contexto cultural em que, pela primeira vez no Brasil se formula explicitamente a temática de um patrimônio histórico e artístico nacional, implica a sua relação com o surgimento e o desenvolvimento do movimento cultural mais importante da primeira metade do século XX – o modernismo.²⁶

Maria Cecília Londres Fonseca coloca que a questão da preservação no país “emergiu no bojo do movimento modernista”,²⁷ base para as discussões aprofundadas pelo Sphan nos anos que seguiram, mas deixa de lado outros intelectuais que discutiram essas questões em um momento anterior. Para ela, a temática do patrimônio surgiu no Brasil assentada em pressupostos do modernismo,²⁸ pois, existiria uma “nítida superioridade qualitativa, em termos de produção intelectual e de prestígio, dos modernistas”.²⁹ Porém, como já pontuamos aqui, quem, naquele momento, afirmou que os modernistas eram superiores nas

²⁵ Essa, suposta, inspetoria mineira não aparece em nenhuma das mensagens apresentadas pelo presidente do estado de Minas Gerais ao Congresso Estadual, o que deveria acontecer, afinal de contas, ao término de cada mandato, os administradores relatavam para a Assembleia Provincial tanto aquilo que havia sido feito na sua gestão como a situação que, naquele momento, se encontrava a província. Nas mensagens apresentadas entre os anos de 1926 e 1930 são citados os melhoramentos feitos no Arquivo Público Mineiro, criado em 1895, e as ideias de criação de um Museu Histórico e uma Pinacoteca, esta, inaugurada no dia 22 de dezembro de 1927. ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Gerais ao congresso Mineiro e lida na abertura da 4.ª sessão ordinária da 10.ª legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1930, p. 88.

²⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005., p. 82.

²⁷ Ibid., p. 215.

²⁸ Ibid., p. 92.

²⁹ Ibid., p. 96.

discussões a esse respeito senão eles próprios, que se colocaram como os grandes inventores da temática patrimonial no país?

Uma outra obra muito referenciada pela historiografia do tema é *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e Barroco*, da socióloga e antropóloga Mariza Veloso, que, tendo ligações profissionais com o órgão federal de preservação, se mostra profundamente afinada com a historiografia oficial dada pela instituição. Em sua tese de doutoramento, defendida em 1992, porém, só publicada em 2018, a autora trata o Sphan como uma Academia em função da existência de um “permanente clima de discussão, pesquisa, justificações, troca de informações e leitura crítica dos textos então escritos”.³⁰ Entretanto, vemos a atuação do órgão mais em um outro sentido, onde aqueles intelectuais se utilizaram de um órgão federal para promover e difundir suas ideias. A partir da análise feita por Raymond Williams da Fração Bloomsbury,³¹ podemos fazer uma analogia entre o Sphan e a Universidade de Cambridge, visto que, tal qual aqueles intelectuais ingleses se utilizaram do espaço social da universidade para consolidação das suas posturas, o Serviço se configurou como uma instituição organizada, através da qual um grupo de intelectuais funcionou e se desenvolveu promovendo suas visões a partir desse local. Além de defender um pioneirismo nos intelectuais modernistas ligados ao Sphan, colocando num mesmo patamar de atuação as figuras de Rodrigo Mello Franco de Andrade, Mário de Andrade e Lúcio Costa, Mariza Veloso ainda corrobora uma exaltação que o Sphan fez ao patrimônio presente em Minas Gerais.

Nosso propósito é lastrear a gestação da ideia de patrimônio. Entretanto, na medida em que avançamos na pesquisa, pudemos constatar que foi em Minas Gerais onde essa ideia alcançou maior ressonância social e política, pois já em 1925 o jurista Jair Lins tinha sido o relator da comissão especialmente constituída para esse fim, para elaborar projeto de lei que contemplasse a preservação do patrimônio mineiro, razão pela qual privilegiaremos sobretudo as ações desenvolvidas naquele estado em torno da questão.³²

Veloso, além de desconsiderar totalmente a importância das ações que ocorreram em outros estados, como, por exemplo, Bahia e Pernambuco, ainda chama o que foi apenas um esboço de um anteprojeto de lei de “projeto de lei”,

³⁰ VELOSO, Mariza. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 144.

³¹ WILLIAMS, Raymond. *A fração Bloomsbury. Plural*. São Paulo: USP, v. 6, p. 137-168, 1999.

³² VELOSO, op. cit., p. 95-96.

defendendo que este teve uma “repercussão nacional”, exercendo “enorme influência na própria organização do discursos sobre o patrimônio”,³³ sem explicar em que sentido se deu essa repercussão, nem os frutos diretos desse exercício intelectual de Jair Lins. O texto sequer chegou a ser transformado em uma proposta legislativa apresentada à Câmara dos Deputados, ao contrário das propostas oriundas de Pernambuco e da Bahia. Com essa visão filiada à historiografia oficial, ainda temos diversos outros autores, como a historiadora Clara Emília Malhano, que foi, inclusive, funcionária do Iphan até 1995, e o livro *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*, que reúne as palestras do Seminário de mesmo nome ocorrido, em julho de 1994, no Museu Histórico Nacional. Segundo Márcia Chuva, este evento tentou fazer uma análise do contexto histórico em que as ideias a respeito do patrimônio cultural brasileiro foram produzidas,³⁴ e um dos motivadores da realização do evento foi a efeméride de comemoração dos 60 anos de criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais por Gustavo Barroso, em 1934. Embora em nenhum dos textos discutidos no evento se fale da Inspetoria em si, nem do seu papel, a realização do evento motivado por ela já indica, de certa forma, um desvio no processo de construção da história da preservação no país, uma vez que celebra uma instituição que tinha, até então, o seu papel apagado pela historiografia oficial da preservação no país.

Márcia Chuva ainda é a autora de outro texto de referência sobre o assunto, *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 e 1940)*, onde ela parece mais cuidadosa ao tratar da questão do “pioneirismo” do Sphan, quando destaca a questão da institucionalização e do teor oficial das ações de preservação. Apesar de ter começado a carreira dentro do Iphan, Chuva consegue manter uma distância e fazer uma avaliação menos interna e menos apologética do órgão, no entanto, ela defende, logo na introdução do livro, que o “trabalho enfatiza o momento **fundador** das práticas de

³³ VELOSO, Mariza. O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 96.

³⁴ CHUVA, Márcia. Apresentação. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995, p. 7.

preservação cultural no Brasil” [destaque nosso].³⁵ Para a autora, os anos 1930 e 1940 são o momento no qual foi “demarcado como o da gênese e da consagração da noção de ‘patrimônio nacional’ no Brasil”,³⁶ quando “inaugurou-se, assim, oficialmente, a ação de preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil”.³⁷ É importante destacar que Marcia Chuva marca que esse seria o “momento fundador e constituidor da prática preservacionista **oficial** no Brasil” [destaque nosso],³⁸ e, embora o período estudado por ela seja aquele em que as ações começaram a se consolidar institucionalmente, a autora não deixa de assumir um discurso no qual o Sphan tem um papel “instituidor”,³⁹ ou seja, de estabelecer ou de dar início às práticas de preservação. Entendemos aqui que o papel desempenhado pelo Sphan, assim como pelos intelectuais ligados a ele, em consolidar e consagrar práticas preservacionistas no país é indiscutível, contudo, terá sido ele o único responsável pela emergência dessas ideias? Nos parece que Chuva trata a questão da visão adotada pelos modernistas do que seria o patrimônio nacional, sem investigar, no entanto, a genealogia dessas ideias. Por outro lado, na conclusão do trabalho, ela afirma que recortou o processo de criação do Sphan e “a consolidação e legitimação das práticas de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”,⁴⁰ deixando a dúvida se ela assume que, no período estudado, foi criado apenas o órgão federal de preservação do patrimônio, ou também as ideias a ele ligadas.

Percebe-se que há uma falta de visão da historiografia com relação a pluralidade de vozes que naquele momento estavam discutindo a questão patrimonial no Brasil, historiografia esta que cristalizou uma determinada visão sobre a emergência das ações de preservação no país a partir de uma leitura decorrente das ações modernistas. Podemos notar que o caráter fundador dado por esses intelectuais ao Movimento Modernista foi, também, utilizado para se contar a trajetória do órgão federal de preservação do patrimônio. De forma geral, a historiografia coloca que a origem da preservação no país se deu a partir da ação

³⁵ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 e 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 29.

³⁶ Ibid., p. 31.

³⁷ Ibid., p. 33.

³⁸ Ibid., p. 39.

³⁹ Ibid., p. 30.

⁴⁰ Ibid., p. 374.

dos intelectuais modernistas e da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, suprimindo, ou minimizando, a importância das outras discussões e iniciativas tomadas antes de 1936. Esses movimentos são entendidos por nós como fundamentais para se compreender o processo de emergência de uma sensibilidade preservacionista no Brasil, tendo contribuído na construção das políticas oficiais de preservação do patrimônio no país. Partir do pressuposto que as práticas de preservação brasileiras tiveram como “origem” a criação do Sphan, ideia cristalizada na historiografia sobre o assunto, é deixar de mostrar toda a gama de acontecimentos ocorridos paralelamente, além de negar uma pluralidade de visões distintas no processo de emergência de uma sensibilidade preservacionista por aqui. Michel Foucault, no texto *Nietzsche, a genealogia e a história*, defende a recusa, assim como Nietzsche, por uma pesquisa por origens, acreditando ser um engano descrever gêneses lineares.

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; **é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces**; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira [destaque nosso].⁴¹

Uma busca pela suposta origem da preservação no Brasil ignoraria todos os outros acontecimentos que possam estar a ela vinculados, suprimindo ou minimizando qualquer importância que eles teriam tido, uma vez que seriam considerados detalhes de menor relevância ou uma mera obra do acaso. Para Foucault, a construção de um discurso fundamentado nas origens busca determinar “verdades”, e isso deve ser combatido uma vez que a verdade é uma “espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável”.⁴² O estudo acerca da pluralidade de ideias e concepções de patrimônio, que aqui pretendemos fazer, mostrando as múltiplas dimensões do tema presentes nas discussões anteriores à criação do Sphan, seria o que Foucault chama de uma “genealogia” dessas práticas.

Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua “origem”, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticolosidades e nos acasos dos começos.⁴³

⁴¹ FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história. Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012, p. 58.

⁴² Ibid., p. 60.

⁴³ Ibid., p. 60-61.

Seria dizer que, ao se deter nestas “meticulosidades”, buscando traçar uma genealogia da preservação do Brasil, não trataremos aqui de construir novas origens para o tema, mas sim analisar as diversas nuances e circunstâncias que acabaram confluídas na criação do Sphan; ao mesmo tempo em que afloraremos uma pluralidade de ideias e concepções de patrimônio, supostamente esquecidas pela historiografia do tema. Esse é um tipo de pesquisa que “não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo”.⁴⁴ A heterogeneidade das discussões acerca da emergência de ideias preservacionistas no Brasil foi suprimida a partir do instante que a historiografia do assunto adotou a criação do Sphan, na segunda metade da década de 1930, e o papel desempenhado, apenas, pelos intelectuais modernistas como a “grande origem” das preocupações com a preservação de um patrimônio herdado do passado. Segundo Foucault, ninguém é o responsável pela emergência de uma ideia, nem pode tomar as glórias por ela, uma vez que ela se produz no espaço entre as disputas. Podemos, portanto, entender que o plural habita a emergência dessas ideias preservacionistas no país e que, da construção de uma política de preservação no Brasil, fazem parte as diferentes discussões acerca do tema surgidas antes desse seu, suposto, momento de “origem”.

Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves,⁴⁵ de início, os discursos patrimoniais no Brasil se basearam em narrativas históricas sobre a memória e a identidade nacionais, e os intelectuais que se encarregaram da defesa do patrimônio cultural brasileiro, objetivando construir a nação, buscavam se apropriar desse patrimônio para responder a uma situação de perda. Entendemos, ainda, que, naquele momento, “a arquitetura colonial acabou por se tornar o paradigma do patrimônio brasileiro”,⁴⁶ e a valorização dessa produção artística aliada a uma preocupação com a proteção de edifícios históricos, que culminaram na emergência das discussões preservacionistas no Brasil, seguramente, estão ligadas às grandes

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012, p. 63-64.

⁴⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2006.

⁴⁶ NATAL, Caion Meneguello. *Da Casa de barro ao palácio de concreto: a invenção do patrimônio arquitetônico no Brasil (1914-1951)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013, p. 2.

transformações ocorridas nas cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XIX. Um momento onde houve uma forte associação, por parte das elites dirigentes do país, entre os valores culturais europeus e as noções de modernidade e civilização. Simultaneamente, algumas cidades brasileiras passaram a realizar intervenções de caráter modernizador em suas infraestruturas urbanas, a fim de aproximá-las dos modelos europeus de cidade, tidos, no momento, como os mais modernos e civilizados. Era um projeto nacional de modernização, que marcou a nova composição das elites sociais brasileiras e do qual faziam parte as reformas higienistas, as melhorias na infraestrutura portuária e rodoviária e a modernização dos principais espaços urbanos do país. A partir de intervenções feitas, de forma geral, por empresas de capital estrangeiro que instalaram e operaram sistemas de abastecimentos de água e esgotos, drenagem, serviços de eletricidade e gás, bem como de transporte urbano, tiveram início as primeiras mudanças na feição colonial de capitais como o Recife, o Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. A necessidade de reorganização dos tecidos urbanos dessas cidades começou a surgir a partir dessas transformações que, inicialmente, se deram de forma mais tímida, mas que foram intensificadas, a partir da virada do século, com o grande crescimento da população nos centros urbanos brasileiros.

Uma nova paisagem urbana começou a surgir, inspirada em modismos europeus associados ao progresso e ao cosmopolitismo, necessitando, assim, de edifícios que simbolizassem o seu novo poder econômico. Foi nesse contexto que, no Brasil, se deu a popularização da Arquitetura Eclética, que, no caso europeu, é considerado um movimento que lida com as heranças do seu passado, questão que não se aplicou quando da sua popularização no Brasil. O que vimos aqui foi completo rechaço da arquitetura existente no país, com a transposição de um gosto pelo pitoresco, que alterou as feições dos edifícios existentes, contribuindo, decisivamente, para a transformação da fisionomia colonial das cidades brasileiras. Maria Lucia Bressan Pinheiro afirma que

Pretendia-se esquecer, obliterar mesmo, o passado colonial, primitivo, retrógrado, tacanho, em nome do progresso. Progresso esse consubstanciado em extensas operações de modernização e embelezamento urbano, realizadas a partir do arrasamento das áreas mais antigas das cidades brasileiras.⁴⁷

⁴⁷ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. *Revista do Patrimônio*, n. 35, Rio de Janeiro: IPHAN, 2017, p. 14.

A modernização urbana no Brasil, além de ter ocorrido sem um planejamento efetivo, pode ser caracterizada também pela negação das estruturas urbanas coloniais existentes. Aquele era um passado que se queria apagar e um dos fatos marcantes dessa negação do passado colonial brasileiro, que habitava o imaginário das elites dirigentes, foi a transferência, em 1896, da antiga capital do estado de Minas Gerais, Ouro Preto, para Belo Horizonte, uma cidade nova, planejada e construída para ser a nova sede do governo mineiro. Outro fator foi a popularização no país das ideias Haussmannianas⁴⁸ a partir do chamado “Bota-abaixo”, nome pelo qual ficaram mais conhecidas as intervenções na Capital Federal executadas, a partir de 1904, pelo prefeito Francisco Pereira Passos. As transformações do início do século, no Rio de Janeiro, ditaram o tipo de intervenção que se levou a cabo em outras cidades brasileiras naquele momento e, com isso, os centros históricos de capitais como Salvador e Recife, que ainda guardavam fortes elementos ligados a um passado colonial, passaram a ser intensamente reformados. Via de regra, ocorria um enorme descaso para com os edifícios oriundos do período colonial. Tais construções eram vistas como entraves insalubres ao desenvolvimento das cidades brasileiras e deveriam, de forma geral, ser demolidas com a intenção de se abrir caminho para um suposto progresso. O pouco conhecimento e a escassez de estudos a respeito da produção arquitetônica brasileira, de certa forma, dificultavam que houvesse qualquer manifestação em favor da preservação dessas edificações e contra as suas demolições.

É nesse momento que encontramos o que poderia ser uma das primeiras manifestações em defesa da, até então, desvalorizada arte brasileira. Em um dos textos publicados pelo professor da Escola Nacional de Belas Artes, ENBA, e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Ernesto da Cunha Araújo Vianna, na edição da revista *Renascença* de fevereiro de 1905, chamado *As Parcas de Chaves Pinheiro*, vemos o seu lamento pela destruição de um edifício neoclássico, durante as obras do “Bota-abaixo”. Araújo Vianna, ao passo que defendia uma necessidade de modernização do traçado urbano da Capital Federal, também apontava para a necessidade de se “arquivar subsídios para a história dos

⁴⁸ Georges-Eugène Haussmann, também conhecido como Barão Haussmann, foi o responsável pela Reforma Urbana de Paris, ocorrida entre os anos de 1852 e 1870.

aspectos do Rio de Janeiro e concorrentemente para a História da Arte Nacional”.⁴⁹ Vemos em Araújo Vianna um indício de preocupação acerca da preservação das edificações de valor histórico ou artístico, que se inseririam numa trajetória da história da arte nacional.

Assim, a menção à necessidade de preservação, aparentemente contraditada pelo elogio à ação governamental que a inviabilizava, encontrava uma solução de compromisso na documentação fotográfica do bem desaparecido. (...) o comentário de Araújo Vianna representava um avanço em relação à desvalorização associada à tudo que pudesse parecer antigo e ultrapassado.⁵⁰

O texto de Araújo Vianna, embora já se mostrasse como uma mudança em relação ao total descaso com a arte e a arquitetura brasileiras do momento, não resultou em outros debates acerca do assunto, naquele instante, tampouco parece ter influenciado outros intelectuais do período a investigarem a produção artística e arquitetônica no país. Fato este que não podemos afirmar acerca das iniciativas tomadas pelo português Ricardo Severo da Fonseca e Costa, a partir da década seguinte. Nascido em 6 de novembro de 1869, na cidade de Lisboa, Ricardo Severo ingressou na Academia Politécnica do Porto, em 1884, onde se formou em Engenharia Civil de Obras Públicas, em 1890, e em Engenharia Civil de Minas, no ano seguinte. Tendo passado uma temporada no Brasil, ainda no século XIX, Severo se instalou definitivamente em São Paulo a partir 1908, ano que se associou ao Escritório Técnico Ramos de Azevedo. Joana Mello destaca que

Tão logo se estabeleceu definitivamente na cidade, Severo começou a ampliar as suas relações, aproximando-se dos intelectuais que gravitavam ao redor do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e, sobretudo, do jornal *O Estado de S. Paulo*. São esses últimos vínculos que, somados aos destacados anteriormente, podem ajudar a compreender o contexto e a repercussão da campanha de arte tradicional no Brasil encabeçada por Severo a partir de 1914.⁵¹

Na história da arquitetura brasileira, Severo aparece como um grande apaixonado pela produção do período colonial, patrocinador de estudos e levantamentos acerca dessa arquitetura, além de ser o mentor intelectual de uma, chamada, campanha tradicionalista que resultou no que conhecemos hoje por Arquitetura Neocolonial. Ele deu início a tal campanha a partir da conferência *A Arte*

⁴⁹ ARAÚJO VIANNA apud KESSEL, Carlos. *Entre o pastiche e a modernidade: arquitetura neocolonial no Brasil*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008, p. 73.

⁵⁰ KESSEL, op.cit., p.73.

⁵¹ MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007, p. 56-57.

Tradicional no Brasil, realizada, em 1914, na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, onde defendeu “a valorização da arte tradicional como manifestação de nacionalidade e como elemento de constituição de uma arte brasileira”.⁵² Para ele, o verdadeiro estilo nacional seria a produção colonial brasileira, de raízes lusitanas, marcada por uma “experiência positiva de adaptação ao meio natural e, portanto, reveladora da própria construção da experiência nacional”.⁵³ Tanto nessa primeira conferência quanto na proferida no Grêmio Politécnico de São Paulo, em 31 de março de 1916, publicada pela *Revista do Brasil*, em 1917, Severo buscou mostrar os valores da arquitetura brasileira, produzida desde o início da colonização, ilustrando seus argumentos com fotografias e desenhos de edificações e elementos construtivos, tais como janelas, portas, beirais e telhados. Segundo Maria Lucia Bressan Pinheiro, Severo tinha por objetivo “demonstrar a qualidade e adequação ao meio físico da arquitetura brasileira do período colonial – que ele denomina Arte Tradicional – e, ao mesmo tempo, ressaltar suas origens portuguesas”.⁵⁴ Ele defendia uma retomada das tradições construtivas praticadas ao longo do período colonial, interrompidas, segundo ele mesmo, a partir de meados do século XIX, com a popularização do Ecletismo e outros Revivalismos europeus, estranhos à tradição arquitetônica brasileira. Guilherme Simões Gomes Júnior pontua que as ideias de Severo de valoração da arquitetura no Brasil são bastante novas, uma vez que “até então quase todas as avaliações do barroco colonial brasileiro eram francamente negativas ou, quando não, eximiam-se de qualquer avaliação”.⁵⁵ Os seus conhecimentos acerca da arquitetura produzida no Brasil advinham das obras de Henry Chamberlain⁵⁶, Militão Augusto de Azevedo⁵⁷ e Jean-Baptiste Debret⁵⁸, que

⁵² SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 35.

⁵³ MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. SETÚBAL, Maria Alice. *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 141.

⁵⁴ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. *Revista do Patrimônio*, n. 35, Rio de Janeiro: IPHAN, 2017, p. 14.

⁵⁵ GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. *Palavra Peregrina e Outros Estudos sobre o Barroco*. São Paulo: Edusp, 2016, p. 62.

⁵⁶ Desenhista e pintor inglês que chegou ao Brasil em 1819, Chamberlain permaneceu no Rio de Janeiro até 1820, onde se dedicou a representar, segundo as classificações da época, aspectos pitorescos da vida cotidiana da cidade, registrando tanto arquitetura quanto tipos e costumes.

⁵⁷ Fotógrafo, nascido no Rio de Janeiro, Militão foi um dos principais fotógrafos brasileiros do século XIX, responsável por um dos mais importantes registros visuais da cidade de São Paulo anterior ao surto modernizador decorrente da economia cafeeira.

⁵⁸ Artista francês formado pela Academia de Belas Artes de Paris e pela École de Ponts et Chaussées, Debret integrou a Missão Artística Francesa, que veio para o Brasil, em 1816, onde se tornou professor da Academia

havia documentado elementos específicos da arquitetura no país. Objetivando ampliar esses conhecimentos, Severo deu início a uma série de pequenas excursões ao interior paulista, em busca de remanescentes da arquitetura colonial no estado. Um de seus passeios mais conhecidos foi realizado, em 1915, e teve como destino a Casa de Cotia,⁵⁹ localizada nas proximidades da capital. Em tal visita, o engenheiro estava acompanhado do arquiteto Victor Dubugras e do, então, prefeito de São Paulo, Washington Luís Pereira de Souza, que foi advogado, historiador e entusiasta da causa de Severo, tempos depois se tornando presidente do estado de São Paulo, além de presidente da República.

Entusiasmado com a descoberta de edificações remanescentes do período colonial, no final da década de 1910, Ricardo Severo patrocinou viagens pelo Brasil para os artistas José Wasth Rodrigues e Alfredo Norfini, com o propósito de fazerem um levantamento iconográfico da arquitetura tradicional brasileira. Esse repertório de elementos e detalhes arquitetônicos serviria tanto para dar subsídios aos seus projetos tradicionais quanto para valorizar e divulgar essa arquitetura. Severo tinha a intenção de publicar todo esse material numa grande obra sobre a arquitetura tradicional brasileira que nunca chegou a ser editada. Os desenhos e aquarelas produzidos por Norfini foram adquiridos pelo Museu Histórico Nacional, enquanto que os desenhos feitos por Wasth Rodrigues permaneceram inéditos até a morte de Severo, quando voltaram às mãos do seu autor e foram, então, reunidos no livro *Documentário Arquitetônico*, publicado alguns anos depois.⁶⁰ A defesa apaixonada que Ricardo Severo fazia da arquitetura colonial brasileira rendeu frutos outros, sendo decisiva para fazer emergir, em parte da intelectualidade brasileira do período, um interesse na arquitetura produzida no Brasil até aquele momento. A atribuição de valores para essa arquitetura, emergente a partir de então, contaminou diversos outros artistas e intelectuais, que começaram a fazer viagens semelhantes às patrocinadas por Severo, objetivando “descobrir” esse patrimônio brasileiro, ainda desconhecido. Além disso, os próprios textos de Severo se mostraram como uma

Imperial de Belas Artes, a partir de 1826. Após o retorno a França, em 1831, publicou a obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, entre 1834 e 1839.

⁵⁹ Também conhecida como o Sítio do Padre Inácio, esta é uma edificação em taipa de pilão, construída na segunda metade do século XVII, com planta quadrada e volumetria equilibrada, tida como um dos melhores exemplos da arquitetura praticada pelos bandeirantes durante o período colonial.

⁶⁰ RODRIGUES, José Wasth. *Documentário Arquitetônico, relativo à antiga construção civil no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944.

referência para intelectuais que atuavam nas mais variadas correntes do período tais como Monteiro Lobato, Mario de Andrade, Alexandre de Albuquerque, Alceu Amoroso Lima, José Wasth Rodrigues, José Marianno Filho, Lucio Costa e Manuel Bandeira.

O crítico literário e escritor Alceu Amoroso Lima, em um texto publicado na *Revista do Brasil*, em setembro de 1916, detalhou uma viagem feita, na companhia de Virgílio de Mello Franco e Rodrigo Mello Franco de Andrade, às cidades mineiras de Ouro Preto e Diamantina. No relato, ele não se limitou a denunciar “mutilações” e “remodelações” em alguns dos edifícios nessas duas cidades, mas também, citou casos em outros lugares, como São Paulo, onde

Avulta o arrasamento da Igreja do Colégio para se construir o novo palácio do governo. Essa capela, era nada menos que o santuário fundado por Anchieta em 1554, e posteriormente remodelado. A sua significação não tinha só de paulista, mas de amplamente nacional.⁶¹

Para Alceu Amoroso Lima, apesar desse e de outros casos, em São Paulo se mantinha um “amor pelas velhas construções e pelas tradições nacionais”,⁶² defendido por uma elite local, no âmbito da qual ele destacava, especialmente, a atuação de Ricardo Severo e do governador Washington Luís. No fim do texto, Amoroso Lima chegou a propor que o governo elaborasse uma legislação sobre o assunto, “já que vivemos numa época legista, façamos uma lei, essa ao menos útil e benfazeja, à sombra da qual possam viver respeitados os vestígios dos nossos primeiros anos, como colônia e como nação”.⁶³ Mariza Veloso considera que esse artigo de Amoroso Lima provocou um “verdadeiro impacto”⁶⁴ e que foi “calar fundo no espírito dos jovens modernistas, ávidos que estavam por descobrir o Brasil e reconhecê-lo como nação”.⁶⁵ No entanto, embora a *Revista do Brasil*, fosse um periódico de circulação nacional, e, segundo Sergio Miceli, “o empreendimento editorial de maior prestígio antes de 1930” além de constituir “um marco na história da hegemonia paulista no campo intelectual”,⁶⁶ não vemos a presença dessas ideias

⁶¹ LIMA, Alceu Amoroso. Pelo passado nacional. *Revista do Brasil*. São Paulo: ano 1, vol. 3, n.º 9, setembro de 1916, p. 11.

⁶² Ibid., p. 12.

⁶³ Ibid., p. 14.

⁶⁴ VELOSO, Mariza. O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 33

⁶⁵ Ibid., p. 133

⁶⁶ MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 91.

lançadas por Amoroso Lima em outros contextos que não sejam o paulista, e mais adiante, nos modernistas do Sphan, no entanto, isso muito em função da proximidade de Amoroso Lima com o político mineiro Gustavo Capanema, um dos Ministros da Educação na Era Vargas.

Já Ricardo Severo, que via valores de nacionalidade naquela arquitetura, curiosamente, ao contrário do que as discussões contemporâneas de outros países apontavam, não chegou a propor nenhuma iniciativa a ser tomada pelo poder público para a preservação dessas edificações representativas da tradição artística brasileira. Contraditoriamente, ele próprio, na década seguinte, foi o responsável pela demolição do antigo Convento no Largo de São Francisco, em São Paulo, para no local ser edificada uma nova construção Neocolonial. Naquele momento da publicação do texto de Amoroso Lima e do início da campanha de Severo, a preservação dos edifícios históricos era uma ideia que mal perpassava as discussões da intelectualidade brasileira que se voltaria para esse assunto anos depois, a exemplo de Mário de Andrade. Ainda em início de carreira, Mário, seguramente contaminado pelas ideias de Severo, realizou, em 1919, sua primeira viagem de estudos a Minas Gerais, que resultou numa série de quatro artigos, publicados na *Revista do Brasil*, no ano seguinte, sob o título de *A arte religiosa no Brasil*. Nesses textos, Mário retoma e aprofunda diversos dos temas abordados por Severo nas conferências de 1914 e 1916, manifestando, naquele momento, um grande entusiasmo pela estética neocolonial, interesse compartilhado por outros intelectuais modernistas. Não foi por acaso, portanto, esta ter sido a arquitetura apresentada durante a Semana de Arte Moderna, em 1922, através de um projeto de autoria do arquiteto polonês Georg Przyrembel e de alguns desenhos do espanhol Antônio Garcia Moya. No entanto, a arquitetura neocolonial produzida no Brasil se mostrava muito influenciada pela produção de outros países latino-americanos, seja em função da popularização do Estilo Missões,⁶⁷ através de filmes e revistas especializadas, seja em função do pouco conhecimento que se tinha da arquitetura brasileira. Estudos acerca do que se produziu na América Latina e na Costa Leste dos Estados Unidos, influenciando o Movimento Neocolonial nesses

⁶⁷ Surgido no sudoeste dos Estados Unidos, no final do século XIX, nas localidades uma vez pertencentes ao México, como Texas, Arizona e Califórnia, o *Mission Style*, na sua denominação original, era inspirado nas Missões Franciscanas construídas em finais do século XVIII e princípio do XIX, naquela região, e foi introduzido no Brasil pelo arquiteto carioca Edgar Vianna.

locais, também chegaram ao Brasil e, se misturando com elementos da, até então, pouco conhecida, arquitetura brasileira, acabaram por dificultar a produção de uma nova arquitetura que fosse vista como “genuinamente nacional” na definição dos seus críticos.

O conhecimento que se tinha das edificações históricas no país, até princípios dos anos 1920, se dava a partir da publicação das conferências de Ricardo Severo, de 1914 e 1916, e de alguns textos publicados nas mais diversas regiões do país, por intelectuais, até então, não especializados no assunto, como o próprio Mario de Andrade, Pedro Calmon, José Wanderley de Araújo Pinho, Anníbal Fernandes, Gilberto Freyre, dentre vários outros, como veremos no desenvolver desse trabalho. As viagens patrocinadas por Severo, bem como os textos produzidos nesse primeiro momento, não davam conta de fornecer subsídios para a criação de um repertório arquitetônico inspirado na arquitetura colonial brasileira, demandando análises mais aprofundadas sobre o assunto. Foi o Movimento Neocolonial que estimulou o interesse e motivou os primeiros estudos sobre a arquitetura brasileira produzida entre os séculos XVI e XVIII, podendo ser considerado umas das mais importantes contribuições para a valorização dessa arquitetura e a atribuição de virtudes para a produção artística produzida no país. Coexistiu esse movimento com a emergência, no cenário nacional, da ideia de que Minas Gerais seria o lugar onde, supostamente, estaria depositada a mais autêntica e genuína produção artística do Brasil e, com isso, tiveram início uma série de viagens de estudos destinadas a esse estado. Aqui cabe destacar as viagens feitas no início da década de 1920 pelo professor da Escola Politécnica de São Paulo, Alexandre de Albuquerque, que assumiu, em 1919, as cadeiras de “História da Arquitetura, Estética, Estilos” do segundo e terceiro anos, sendo o responsável pela inclusão do estudo da arquitetura colonial brasileira nos conteúdos dessas disciplinas. Tão logo assumiu as cadeiras, Albuquerque, acompanhando por seus alunos, deu início a uma série de “excursões técnicas” às cidades de Itanhaém, Ouro Preto, Congonhas e Tiradentes. Embora não sejam mencionadas as datas de tais excursões, Maria Lucia Bressan Pinheiro as localiza entre 1921 e 1925,⁶⁸ ou seja, fazem parte das primeiras iniciativas desse tipo, e aconteceram antes mesmo da celebrada Viagem de Descoberta do Brasil feita, em

⁶⁸ PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. *Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp. 2012, p. 160.

1924, por intelectuais modernistas, assim como das viagens patrocinadas, por José Marianno Filho, às cidades históricas mineiras também realizadas no mesmo ano.

Nascido no Recife, em 13 de abril de 1881, José Marianno Carneiro da Cunha Filho, acompanhando seu pai, mudou-se ainda criança para o Rio de Janeiro, onde bacharelou-se em medicina, profissão que muito pouco exerceu. Usando da fortuna e prestígio da sua família, encaminhou-se para o campo das artes, especialmente da arquitetura, garantindo sua inserção no meio artístico da capital e tão logo tomou contato com as ideias defendidas por Ricardo Severo, em suas conferências sobre arte tradicional no Brasil. A partir da década de 1920, ele se transformou em um dos principais conhecedores da produção arquitetônica no país e um grande incentivador de estudos a respeito da história da arquitetura brasileira, além de árduo defensor da estética neocolonial. Na tentativa de aproximar os arquitetos brasileiros de um repertório arquitetônico “genuinamente nacional”, Marianno Filho buscou reunir imagens do que, para ele, havia de mais significativo na arquitetura e no mobiliário brasileiro do período colonial. Em 1924, através da Sociedade Brasileira de Belas Artes, SBBA, ele patrocinou as viagens de Nestor de Figueiredo a Ouro Preto, de Nereu Sampaio a São João del Rei e Congonhas, e de Lucio Costa a Diamantina, com os mesmos objetivos de reunir um repertório documental acerca da arquitetura colonial brasileira, como já tinham feito anteriormente Ricardo Severo e Alexandre de Albuquerque. Eram ações que estimularam o interesse e motivaram os primeiros estudos sobre a arquitetura produzida no país entre os séculos XVI e XVIII e estão atreladas à emergência das primeiras iniciativas de preservação de um patrimônio arquitetônico nacional, sendo o Movimento Neocolonial a “primeira iniciativa, em arquitetura, de valorização das raízes brasileiras e de busca de uma identidade nacional”.⁶⁹ Embora de extrema importância para a formação dos arquitetos que viajaram às cidades históricas mineiras, poucos dos desenhos produzidos por eles chegaram a ser publicados. No entanto, uma das consequências mais importantes das viagens, e pouco investigada na historiografia da preservação no país, foi um ofício enviado por Nereu Sampaio, como presidente do Instituto Central de Arquitetos, à Diretoria do Patrimônio Nacional.⁷⁰ Nesse documento, Sampaio evoca

⁶⁹ PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. *Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp. 2012, p. 16.

⁷⁰ Tal órgão, ligado ao Ministério da Fazenda, não estava vinculado a qualquer iniciativa de preservação de um patrimônio histórico e artístico nacional, mas sim, apenas, à manutenção dos bens de propriedade do governo federal.

as ações de outros países latino-americanos, como Argentina, Peru e México, no que tange às iniciativas de preservação de um patrimônio nacional, tratando também das descaracterizações de alguns edifícios históricos brasileiros.

Pelo interior de Minas, na Bahia, e em outros Estados existem valiosas obras de arte completamente ao abandono. Riquíssimos mobiliários em jacarandá, pratarias de alto apreço, azulejos belíssimos, já emigraram graças ao nosso descaso pelo que nos legaram nossos avós. Mas, os amadores não puderam carregar com os edifícios...; e só por isso ainda os temos! Infelizmente, porém, eles estão abandonados ou, o que é pior, são conservados pela maneira menos digna possível de nossas pretensões à alta cultura.⁷¹

Para Maria Lucia Bressan Pinheiro, os moldes da proteção proposta por Sampaio nesse ofício perpassavam pelo reconhecimento e valorização da profissão do arquiteto naquele momento. No entanto, cabe frisar que eram propostas, sem sombra de dúvida, bastante pertinentes para o campo da preservação no Brasil, como a sugestão, feita à Diretoria do Patrimônio Nacional, de ampliação do significado do Tombamento para incorporar o registro da arquitetura histórica do país. Essa expressão, até então empregada apenas para o registro dos bens de propriedade do governo, tem o seu significado alargado para incorporar também bens artísticos e arquitetônicos que seriam, metaforicamente, de propriedade da Nação.

Ainda é importante lembrar que as viagens patrocinadas por José Marianno Filho foram contemporâneas à afamada excursão dos modernistas, ocorrida em abril de 1924, conhecida como a Viagem de Descoberta do Brasil. Dela fizeram parte Olívia Guedes Penteado, Gofredo da Silva Teles, Tarsila do Amaral, Blaise Cendrars, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e seu filho Nonê. Blaise Cendrars, pseudônimo de Frédéric Louis Sauser, foi um poeta suíço, radicado na França, que chegou ao Brasil, em janeiro de 1924, com uma carta de apresentação redigida pelo artista Emiliano Di Cavalcanti, à época vivendo em Paris, para José Marianno Filho. Em tal carta, Di Cavalcanti expressa a vontade que Cendrars tinha de conhecer a fauna e os monumentos brasileiros, destacando que não havia “ninguém melhor”⁷² para prestar esse serviço que o próprio José Marianno, que não participou da comitiva. Com exceção de Mário de Andrade, que já havia estado em Minas em

⁷¹ SAMPAIO apud PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. *Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp. 2012, p. 143.

⁷² DI CAVALCANTI apud CALIL, Carlos Augusto. Sob o signo do Aleijadinho. Blaise Cendrars, precursor do patrimônio histórico. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 149.05, Vitruvius, out. 2012.

1919, todos os outros viajantes foram apresentados, naquela ocasião, às cidades históricas mineiras e à figura de Aleijadinho. Eneida Maria de Souza, afirma que essa viagem foi o “marco inaugural do laço entre a poética modernista e a tradição da arte barroca”,⁷³ ao passo que Paulo César Garcez Marins destaca que

Aquele grupo de modernistas paulistas deixava pra trás uma capital marcada pela europeização dos costumes e pela referência constante a Paris, bem como por milhares de imigrantes europeus e asiáticos, fatores esses que haviam diluído os traços da antiga cidade de memória colonial. O interior paulista, a que vários modernistas estavam ligados por origem ou por negócios, também se transformava rapidamente, pois a paisagem cultural caipira agregava ou cedia espaço aos novos costumes dos numerosíssimos trabalhadores estrangeiros. Não era em São Paulo, portanto, que, para aqueles modernistas, as origens do país permaneciam mais visíveis, ou intactas.⁷⁴

Durante a viagem, Olivia Guedes Penteado, na “Sexta-feira Santa, no altar-mor da igreja de S. José del Rei”, decidiu lançar um movimento de preservação daquele rico patrimônio que se apresentava a eles. A criação da Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil foi discutida pouco menos de um mês depois de retornarem da viagem, em 20 de maio de 1924, em um chá da tarde promovido por Olívia Guedes Penteado, que contou com a presença de Washington Luís, recém-saído do cargo de presidente do estado de São Paulo. Nessa primeira reunião, discutiu-se a criação de um estatuto para a Sociedade, tarefa a qual Cendrars foi incumbido de realizar. Segundo a proposta apresentada por ele, que apontou para a necessidade de criação de uma lei que desse amparo legal para a proteção desse patrimônio, a Sociedade teria como finalidade “a proteção e a conservação dos monumentos históricos do Brasil. Igrejas, palácios, mansões, casas particulares dignas de interesse (móveis, objetos e obras de arte, pinturas, estátuas, livros e arquivos, prataria etc.)”.⁷⁵ Tal tarefa seria realizada por uma entidade privada, e não governamental, o que nos lembra as propostas preservacionistas adotadas pelo modelo anglo-saxão, remetendo à *Society for the Protection of Ancient Buildings*, criada na Inglaterra, em 1877 por William Morris.⁷⁶

⁷³ SOUZA, Eneida Maria apud GUIMARÃES, Júlio Castañon. Crônica das *Crônicas da provincial do Brasil*. BANDEIRA, Manuel. De Vila Rica de Albuquerque a Ouro Preto dos estudantes. *Crônicas da província do Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 239.

⁷⁴ MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. SETÚBAL, Maria Alice. *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 137.

⁷⁵ Documento reproduzido em CALIL, Carlos Augusto. Sob o signo do Aleijadinho. Blaise Cendrars, precursor do patrimônio histórico. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 149.05, Vitruvius, out. 2012.

⁷⁶ Artista inglês, do século XIX, filiado ao movimento *Arts & crafts*.

Dentre os trabalhos a serem desenvolvidos pela Sociedade, estão ações que, com o passar dos anos, se consolidaram nas práticas preservacionistas brasileiras, como a classificação e os inventários dos monumentos, o controle das intervenções a serem feitas nesses bens, medidas de conservação, controle da saída do país dos bens móveis e a preferência do poder público na aquisição desse patrimônio, uma vez que seu proprietário demonstrasse interesse em vendê-lo. No entanto, a Revolta Tenentista de 1924 acabou por dispersar esse grupo, que deixou a capital paulista em busca de refúgio nas fazendas do interior, sendo esse, talvez, o principal motivo da Sociedade não ter se efetivado naquele momento. É importante destacar que o projeto abarca um amplo leque do que se entendia como patrimônio naquele momento. Cendrars demonstrou conhecer bem as discussões que se davam internacionalmente a respeito da preservação de paisagens e sítios naturais, que, segundo a proposta, deveriam ser transformadas em Parques Nacionais. Sugere-se também, que deveriam ser objeto de preservação músicas, danças, festas populares ou modos de fazer tradicionais, assim como manifestações de origem indígena e afro-brasileira, propondo, inclusive, que, futuramente, poderia ser criada uma Sociedade Folclórica Brasileira. Para Carlos Augusto Calil, esse entendimento foi o embrião de uma ideia concretizada por Mário de Andrade, em 1937, com a criação da Sociedade de Etnologia e Folclore.

Washington Luís, que, como vimos, já havia demonstrado interesse pelo assunto, após assumir a presidência da República, em 1926, recebeu de Oswald de Andrade, que havia estado na comitiva com Cendrars, um esboço de um órgão federal incumbido da preservação do patrimônio brasileiro. O documento, chamado *Bases para a Criação e Organização do Departamento de Defesa e Conservação do Patrimônio Artístico do Brasil*, faz parte do arquivo de Wanderley Pinho depositado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ele teria chegado às mãos de Pinho através de um pedido, feito pelo ministro Vianna do Castello, em 10 de julho de 1930, para que Pinho examine um projeto de um amigo pessoal do, então, presidente Washington Luís. Renata Cabral e Paola Jacques mostram que o documento, embora não assinado, foi elaborado por Oswald de Andrade. As autoras consideram que as preocupações e provocações oswaldianas, “predominantemente

estéticas e literárias, estão intrinsicamente relacionadas com sua proposta patrimonial”,⁷⁷ defendendo ainda que

foi Oswald, a partir desta experiência coletiva de “descoberta” do Brasil passado, e conhecedor do projeto anterior de uma Sociedade voltada para a proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro, que em 1926 apresentou – não sabemos ao certo se por iniciativa própria ou por solicitação de Washington Luís –, logo após a posse do amigo na Presidência da República, um novo projeto de defesa do patrimônio nacional, ainda em forma de um esboço manuscrito: “Cria o DODEPAB – Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil”.⁷⁸

As autoras mostram que esse projeto de 1926 é similar ao projeto elaborado por Cendrars, em 1924, e que Maria Eugenia Boaventura defende que a iniciativa de criar tal Departamento partiu do próprio Oswald de Andrade. Segundo a proposta oswaldiana, seria criado no Museu Nacional, do Rio de Janeiro, o Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil, que teria como finalidade “salvar, inventariar e tomba o patrimônio nacional, as riquezas artísticas espalhadas pelo território brasileiro”, considerando esses bens como “monumentos públicos e protegendo como tais as principais realizações arquitetônicas da Colônia, os sambaquis, necrópoles e demais vestígios da nossa pré-história”. Além disso, seriam criados e mantidos pelo poder público museus locais, depositários de obras de arte e tradicionais que não fossem transportadas para o Museu Nacional. O Departamento ainda seria o responsável pela organização e publicação de obras que tornassem esse patrimônio conhecido por todo o país e fora dele. Para Cabral e Jacques, os projetos de 1924 e 1926 estão ligados e, em 1929, com o retorno de Oswald ao Brasil, o poeta retoma alguns de seus projetos antigos, voltando a questão do Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil, chamado agora de Departamento de Defesa e Conservação do Patrimônio Artístico do Brasil. Na proposta analisada por Wanderley Pinho, estava previsto que o Departamento fizesse parte da Escola Nacional de Belas Artes, e, além de deixar explícito que Oswald de Andrade seria contratado para dirigir o órgão, não foi prevista nenhuma forma de acautelamento dos bens, além da realização de um inventário. Nenhum desses textos, no entanto, acabou se tornando uma proposta legislativa.

⁷⁷ CABRAL, Renata Campello; JACQUES, Paola Berenstein. O antropófago Oswald de Andrade e a preservação do patrimônio: um “devorador” de mitos? *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 9.

⁷⁸ Ibid., p. 16

A primeira iniciativa legislativa voltada para a proteção de um patrimônio arquitetônico brasileiro foi o projeto de lei para a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, proposto, em 1923, pelo deputado pernambucano Luís Cedro. No discurso de defesa desse projeto, realizado na Câmara dos Deputados, em 3 de dezembro de 1923, Cedro, além de destacar o valor de edifícios localizados em várias cidades do país, como Ouro Preto, Olinda e Salvador, os mesmos comentados por Ricardo Severo em suas conferências, também critica a destruição de algumas construções significativas, como a Igreja e o Convento de São Antônio do Paraguaçu, localizados no Recôncavo Baiano, e a Igreja da Sé de Olinda, remodelada na década anterior. Cedro ainda dá destaque à inexistência, no Brasil, de uma legislação que impeça a destruição desse patrimônio, ao contraponto que não só “quase todas as nações da Europa têm hoje disposições de leis especiais a respeito”, mas que também “a Argentina, o México, países novos como nós, já criaram inspetorias com que defendem os seus monumentos de interesse histórico ou artístico”.⁷⁹

A proposta de Luís Cedro foi apoiada por Gilberto Freyre no artigo 34, publicado no *Diário de Pernambuco* em 9 de dezembro de 1923, no qual Freyre também cita as reformas realizadas na Sé de Olinda na década anterior, feitas ao gosto do então arcebispo Dom Luiz de Britto. Ele defendeu que, no Brasil, se institua “uma campanha que nos eduque no gosto da antiguidade, no gosto do nosso passado, da nossa tradição”.⁸⁰ O sociólogo ainda afirmou que uma proposta semelhante já havia sido defendida em 1877, na Inglaterra, por William Morris, a já citada *Society for the Protection of Ancient Buildings*, que queria, sobretudo, “awaken a feeling that our ancient buildings are not mere ecclesiastical toys but monuments of national growth and hope”.⁸¹ O projeto de Cedro para a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, como se sabe, não seguiu adiante e, alguns anos depois, ele declarou que, embora tenha recebido “o melhor acolhimento da imprensa do Rio de Janeiro”, o projeto “foi irremediavelmente sufocado numa das comissões, pois sua aplicação implicaria no

⁷⁹ CEDRO, Luiz. Pelo Nosso Patrimônio Artístico. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano IV, n.º 40, dezembro de 1923.

⁸⁰ FREYRE, Gilberto. 34. *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 dez. 1923.

⁸¹ Despertar a sensação de que nossos antigos edifícios não são meros brinquedos eclesiásticos, mas monumentos do crescimento nacional e da esperança [em tradução livre]. *Ibid.*

aumento das despesas”.⁸² Gilberto Freyre também lamentou o fato no artigo 91, publicado no *Diário de Pernambuco*, em 11 de janeiro de 1925, onde ele destacou mais uma vez a necessidade de se criar uma inspetoria de monumentos “em municípios como Recife, Olinda e Igarassu, visando a defesa de monumentos que sejam características nacionais”.⁸³

Em Pernambuco, essa discussão seguia através de intelectuais ligados ao Centro Regionalista que, em 1926, realizou o *1º Congresso Regionalista do Nordeste* no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife, entre os dias 07 e 11 de fevereiro. No programa-convite, assinado por Odilon Nestor e Gilberto Freyre, o encontro é apresentado como “uma grande afirmação das aspirações regionalistas, cuja índole e orientação devem ser definidas pela convergência dos melhores elementos intelectuais do Nordeste”.⁸⁴ O programa dividiu-se em nove temas agrupados em duas partes: a primeira relacionava-se aos problemas econômicos e sociais; a segunda, à vida artística e intelectual. Neste segundo grupo é importante destacar a presença de um item para se discutir a “defesa do patrimônio artístico e dos monumentos históricos”. Nos discursos proferidos pelos convidados, a preservação do patrimônio histórico foi maciçamente defendida. O jornalista Anníbal Fernandes, dirigindo-se às autoridades eclesiásticas do Nordeste, solicitou evitar a destruição ou remodelação das igrejas e conventos nos estados, limitando que as obras realizadas fossem, apenas, de conservação. Luís Cedro, em uma fala sobre a defesa do patrimônio artístico da região, reapresentou o projeto de criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, sugerindo ainda aos governadores de cada estado do Nordeste a criação de uma comissão destinada a zelar esses edifícios de interesse histórico ou artístico.

Essa era uma discussão que perpassava a intelectualidade brasileira em diversos estados, nessas primeiras décadas do século XX. Anos antes, na Bahia, em um discurso realizado na sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, IGHB, em 1º de julho 1917, José Wanderley de Araújo Pinho propôs a criação de uma *Comissão dos Monumentos e das Artes*, que seria composta por onze

⁸² CEDRO apud AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984, p. 101.

⁸³ FREYRE, Gilberto, 91. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 jan. 1925.

⁸⁴ Documento reproduzido em AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

membros do IGHB e teria como objetivo “proteger, por todos os meios, os monumentos públicos, os edifícios particulares de valor artístico ou histórico e os objetos d’arte, de qualquer espécie, da ação destruidora ou modificadora do tempo e dos homens”.⁸⁵ O próprio Wanderley Pinho, enquanto exerceu mandato de deputado na câmara federal, chegou a apresentar, mais de uma vez, projetos de lei para regulamentar a proteção de monumentos históricos, que tampouco seguiram adiante, mas que, no entanto, tiveram um papel fundamental na institucionalização dessa prática pelo Estado brasileiro a partir da década de 1930.

Cabe frisar que, ainda em 1925, o presidente estadual de Minas Gerais, Fernando de Mello Viana, criou uma comissão para estudar e sugerir propostas em relação à saída de obras de arte e antiguidades do estado. Tal comissão, composta por Dom Joaquim Silvério de Souza, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Dom Antônio dos Santos Cabral, arcebispos de Diamantina, Mariana e Belo Horizonte, respectivamente, o senador Diogo de Vasconcelos, os deputados Augusto de Lima e Nelson de Senna, além de Lucio dos Santos, Jair Lins, Gustavo Penna, Agnelo de Macedo e Francisco Negrão de Lima, decidiu que essa era uma matéria que deveria ser tratada federativamente, o que resultou em uma nova proposta de criação de um órgão federal responsável pela proteção do patrimônio nacional, esboçada por Jair Lins, não levando Minas Gerais a criar um órgão estadual para esse fim. Apenas dois estados chegaram a criar em suas estruturas administrativas órgãos destinados a preservação do seu patrimônio, Bahia e Pernambuco, sendo a criação dessas duas Inspetorias as primeiras medidas do poder público bem-sucedidas no âmbito da preservação no país.

Essas iniciativas estaduais foram, de certa forma, respostas locais dadas às tentativas de se criar um órgão federal que respondesse pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, surgidas a partir de diversos projetos de lei apresentados à Câmara Federal. O próprio Governo Federal, a partir de 1930, através do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, na gestão do Ministro Francisco Campos, tentou, a sua maneira, estruturar a preservação do patrimônio no país. Percebemos que esse movimento se deu em situações como a solicitação feita a cada um dos estados que elaborassem uma listagem dos seus

⁸⁵ PINHO, José Wanderley de Araújo. Proteção dos monumentos públicos e objetos histórico. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918. Nº. 43, p. 191.

monumentos históricos e artísticos, a elevação da cidade de Ouro Preto a Monumento Nacional, através do decreto n.º 22.928, de 12 de julho de 1933, ou até mesmo na criação de uma Inspetoria de Monumentos ligada ao Museu Histórico Nacional. Esta Inspetoria funcionou até 1937, quando foi extinta para dar lugar ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, que, a partir desse momento, concentrou na sua estrutura todas as ações voltadas à preservação do patrimônio histórico e artístico do país, bem como os estudos a respeito da trajetória das ideias preservacionistas no Brasil.

Entendendo que a prática de preservação no Brasil não tem início com os fatos ligados à criação do Sphan, surgiram diversas questões que foram norteadoras da construção desse trabalho. Uma das primeiras perguntas que emerge é: em quais estados e quais eram os intelectuais que estavam ligados à questão da preservação antes da década de 1930? Outra questão levantada é: quais foram as ações do Governo Federal que precederam a criação do órgão? Como ele foi criado? O grande número de tombamentos realizado em 1938⁸⁶ sugere que já existia um conhecimento prévio daquilo que deveria ser preservado, então, de onde surgiram os primeiros inventários de edifícios históricos realizados naquele momento? Enfim, reconhecendo-se que não foi o Sphan quem deu origem a prática de preservação no Brasil, como a pluralidade de ações preservacionistas, ideias e concepções de patrimônio presentes no processo de emergência de uma sensibilidade preservacionista no país confluíram para a criação do atual órgão federal de preservação?

Para tentar responder essas questões, dividimos esta pesquisa em três partes, que correspondem aos momentos pelos quais acreditamos que as ações que levaram à construção das políticas patrimoniais brasileiras tomaram forma. A primeira delas, chamada **Experimentos**, está dividida em dois capítulos e nela serão analisadas as primeiras iniciativas tomadas no país em prol da proteção de um patrimônio edificado, concretizadas ou não, em âmbito estadual. No primeiro capítulo, através da análise de fontes primárias, como relatórios, ofícios ou notícias de jornal, assim como das poucas publicações sobre o assunto, serão percorridas as trajetórias das Inspetorias de Monumentos criadas na Bahia, em 1927, e em

⁸⁶ Neste ano foram tombados duzentos e trinta e cinco bens, sejam edifícios, coleções, objetos ou conjuntos arquitetônicos.

Pernambuco, em 1928, que buscaram incorporar à estrutura desses governos estaduais órgãos responsáveis pela preservação de um patrimônio edificado. Já no segundo capítulo, também se utilizando de fontes primárias, como correspondências e outras fontes documentais, serão analisadas as iniciativas levadas a cabo, no estado de São Paulo, por intelectuais como Mário de Andrade e Paulo Duarte que desde a década de 1920 começaram a discutir formas de proteção de um patrimônio, culminando, na década seguinte, com a quase criação de um órgão estadual com essa destinação.

A segunda parte, composta por um único capítulo e chamada de **Preparações**, trata, justamente, das primeiras experiências do Governo Federal no que diz respeito à adoção de ações de preservação do patrimônio brasileiro a partir do início da década de 1930, que ajudaram a pavimentar um caminho a ser percorrido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, a partir da sua criação, em 1936. São experiências como os inventários de monumentos históricos, organizados pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação, em 1931, que listaram construções históricas distribuídas por todas as regiões do país; a elevação da cidade de Ouro Preto a Monumento Nacional, em 1933; assim como os trabalhos desenvolvidos pela Inspeção de Monumentos Nacionais, um departamento do Museu Histórico Nacional, que funcionou entre 1934 e 1937 e recuperou um grande número de construções históricas na antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto. Utilizando desde leis e decretos, bem como relatórios, e o anuário de atividades do Ministério da Educação, além de notícias publicadas no *Diário Oficial* e documentos que estão sob a guarda do Museu Histórico Nacional, esse capítulo percorrerá desde as ações tomadas durante a gestão de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública, que passou elaborar as primeiras listagens de monumentos existentes nos estados brasileiros, àquelas já levadas à cabo nos primeiros momentos em que Gustavo Capanema já comandava a pasta.

Por fim, a última parte, chamada de **Invenções**, usando de base uma vasta historiografia oficial sobre a preservação no país, rebatendo-se esse discurso com uma documentação encontrada, essencialmente, no Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, trata da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, e da construção do discurso que eleva o

órgão a fundador das políticas brasileiras de preservação do patrimônio. Esta parte também estará dividida em dois capítulos, onde, no primeiro deles estudaremos a ascensão de Gustavo Capanema ao Ministério da Educação, e o processo de construção de uma nova proposta federal de preservação do patrimônio, capitaneada por intelectuais modernistas oriundos, em sua maioria, de Minas Gerais. Veremos ainda, neste capítulo, aquilo que entendemos como a primeira fase de ação do Sphan, que vai desde a sua instalação provisória no Edifício Nilomex, em 1936, até o início da política de tombamentos, em 1938, ano em que Rodrigo Mello Franco de Andrade começou a formar um corpo técnico na sede do Serviço assim como uma rede nacional em prol da causa do patrimônio, ações fundamentais para o início das práticas de tombamento, a partir daquele ano. Por fim, no último capítulo tratamos como e onde se deram os primeiros tombamentos, além da forte preferência dada pelo Sphan ao patrimônio presente nas cidades históricas de Minas Gerais. Faremos, ainda, um recorte daquilo que a historiografia entende como *fase heroica*, para um período que entendemos como de constituição de uma rotina de trabalho do Serviço, que vai de 1938 a 1945. Este último ano, que marca o fim do Estado Novo e a saída de Gustavo Capanema do Ministério da Educação, bem como a morte de Mário de Andrade, dentre outros acontecimentos, é significativo para esta pesquisa pois entendemos que neste ano se encerra uma segunda fase de atuação do Sphan, com mudanças na sua estrutura de funcionamento, através da publicação de um regulamento interno e da transformação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Dphan.

No último capítulo ainda buscaremos mostrar as relações entre os **Experimentos** e as **Preparações**, ocorridos até então, com a **Invenções** promovidas pelo órgão federal de preservação, momento em que discutiremos aquilo que já foi chamado de a *façanha auto-historiográfica dos modernistas*. É quando analisaremos como o discurso heroico de criação do Sphan foi construído de forma a enaltecer ações tomadas pelos intelectuais modernistas, inventando para eles um pioneirismo, que, até então, não possuíam, apagando as múltiplas dimensões que o tema de preservação do patrimônio brasileiro abarcava na primeira metade do século XX. A presente tese se limita a mostrar o processo de emergência das primeiras discussões sobre a preservação do Brasil, que resultaram na

fundação de um órgão federal responsável pelo cuidado com o patrimônio nacional, mostrando, ainda, como a criação do Sphan efetivou uma discussão que estava ocorrendo em várias regiões do país. Lembrando que não é nosso objetivo elencar todas as iniciativas que existiram, nas diversas regiões brasileiras, naquelas primeiras décadas do século XX, acerca da preservação do patrimônio edificado, mas sim as que influenciaram diretamente na forma como o órgão atuou em seus primeiros anos. Não se trata, portanto, de listar todas essas iniciativas, mas sim, descortinar as descontinuidades que atravessam a constituição de uma política de preservação no país, mostrando o papel desempenhado, por algumas delas, no que tange à consolidação de ideias e práticas preservacionistas efetivadas no Brasil a partir da segunda metade da década de 1930.

2 PRIMEIRA PARTE, OU EXPERIMENTOS.

“Ignorância”, “Inconsciência”, “maldade”, “indiferença”, “vandalismo” e “extermínio”. Eram essas as palavras usadas com bastante frequência por um grande número de intelectuais brasileiros das primeiras décadas do século XX, como Wanderley Pinho, Anníbal Fernandes ou Paulo Duarte, para denunciar a situação de destruição, abandono e arruinamento na qual se encontravam os edifícios históricos brasileiros. Esses mesmos intelectuais acabaram se articulando, em seus estados natais, a fim de tentar comover e, sobretudo, convencer o poder público a mudar essa situação, através de discursos e campanhas publicadas em jornais. O objetivo dessas iniciativas era, de forma geral, a criação de órgãos estaduais, diante da dificuldade de tomada de ação na esfera federal, encarregados de proteger tais edifícios que seriam, segundo eles, testemunhas de uma história nacional.

Com tais campanhas, esses estados tomaram a frente e criaram, nos casos da Bahia e de Pernambuco, ou tentaram criar, como foi o caso de São Paulo, órgãos estaduais responsáveis pela proteção dos monumentos existentes dentro dos seus territórios. São esses **Experimentos** que analisaremos agora nessa primeira parte da pesquisa. No primeiro capítulo traçaremos as ações desenvolvidas pelas Inspetorias de Monumentos criadas na Bahia e em Pernambuco, bem como as discussões e repercussões levantadas por esses dois órgãos. Já no segundo capítulo analisaremos a campanha levada a cabo por Paulo Duarte, em São Paulo, que só não pôde ter o seu objetivo alcançado em função do fechamento das Assembleias Estaduais, bem como do Congresso Nacional e das Câmaras Municipais, resultado do Golpe de Estado do dia 10 de novembro de 1937. Os planos de Paulo Duarte, embora não concretizados, estão completamente inseridos nos processos de emergência de uma sensibilidade preservacionista no país, a exemplo das ações impetradas na Bahia e em Pernambuco, como veremos a seguir.

2.1 CONTRA A MALDADE E A INDIFERENÇA, AS INSPETORIAS DE MONUMENTOS DA BAHIA E DE PERNAMBUCO.

Sem uma medida séria, enérgica, eficaz da Assembleia do Estado, em breve prazo, digo 10 anos, nós nada mais teremos na Bahia que valha a atenção, o estudo, o carinho dos interessados em coisas de antiga arte, isto é, em elementos documentais do passado nacional.

Pedro Calmon, Salvador, 24 de maio de 1927⁸⁷

O descaso pelo nosso patrimônio artístico, a exportação para outros estados e para o estrangeiro de móveis, louças, joias e outros objetos referentes à história de Pernambuco e do Recife, tudo isso tem chegado a tal ponto que faz necessária a intervenção do poder público para contê-la.

Anníbal Fernandes, Recife, 18 de julho de 1928⁸⁸

As primeiras décadas do século XX foram de grandes transformações para as principais capitais brasileiras. Essas transformações, em quase todos os casos, ocorreram sobre os escombros de núcleos urbanos, comumente chamados de “velhos e insalubres”. Com o processo de valorização da arquitetura brasileira, ocorrido, principalmente, a partir da década de 1910, muitos intelectuais viram nessas transformações urbanas a supressão de uma ambiência histórica, que deveria ter sido preservada, e passaram a se movimentar nesse sentido. Reuniões em associações históricas, discussões em grupos intelectuais, congressos, artigos de jornal, discursos em Assembleias Estaduais denunciavam que edifícios significativos, nas mais diversas cidades brasileiras, estavam sendo destruídos. Nos discursos de defesa para criação de órgãos de preservação em seus respectivos estados, citados na abertura deste capítulo, Pedro Calmon e Anníbal Fernandes denunciavam o descaso do poder público para com um, chamado, Patrimônio Nacional. A movimentação desses dois intelectuais, juntamente com grupos que compartilhavam das mesmas ideias, resultaram na criação de Inspetorias de Monumentos responsáveis, cada uma delas, pela preservação do patrimônio nos estados da Bahia, em 1927, e de Pernambuco, em 1928. Com isso, tiveram inícios

⁸⁷ DISCURSO proferido pelo deputado Pedro Calmon em 24 de maio, justificando o seu projeto de lei em defesa do patrimônio artístico do Estado. *Diário da Assembleia Geral do Estado da Bahia*. Salvador, 19 jun 1927.

⁸⁸ FERNANDES, Anníbal. *Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores*. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 29.

as primeiras ações bem-sucedidas do poder público, em todo o país, que buscaram defender o patrimônio arquitetônico contra aquilo que Anníbal Fernandes, em Pernambuco, chamou de uma “conspiração da ignorância com a maldade”, ou que, na Bahia, sofriam com a ação conjunta da “ignorância” e da “indiferença”, como dito pelo Padre Manoel Barbosa, na década seguinte.

Mesmo tendo tais discussões tomado forma em dois grupos distintos, na Bahia com um núcleo de intelectuais ligado ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o IGHB, enquanto em Pernambuco isso se deu através de um grupo que se articulou em torno do Centro Regionalista do Nordeste, as iniciativas em ambos os estados se efetuaram em condições bastante semelhantes. Intelectuais mais ligados à construção de uma história local e à exaltação de um passado de fausto e importância política no país, presenciaram a transformação dos núcleos centrais de suas cidades, Salvador e o Recife, em prol de uma modernização almejada pelas elites dirigentes de cada uma dessas capitais. Talvez em função de uma falta de ação do Governo Federal, os dois estados tomaram a frente na questão e criaram órgãos próprios a fim de proteger edificações históricas. Este capítulo, portanto, tem como objetivo percorrer as trajetórias de atuação dessas duas Inspetorias de Monumentos, analisando as suas singularidades, e destacando as suas ações. Ambas possuem diversas nuances de atuação e operaram de forma bastante distinta, não só por serem os primeiros órgãos públicos do tipo, mas também pelas questões que incorporaram ao discurso preservacionista brasileiro a partir de então.

2.1.1. A Inspetoria da Bahia, inventários e demolições.

A cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, fundada em 1549, por Thomé de Souza, foi a primeira capital do Império Português nas Américas e, em função dessa importância, a cidade assumiu uma significância política-administrativa durante quase todo o período colonial. A Bahia, nesse período, ocupou um lugar destacado no cenário político-econômico da Colônia, participando das principais atividades econômicas brasileiras ocorridas entre os séculos XVI e o XIX. Foi neste último século, a partir da década de 1870, que essa província entrou num processo de retração econômica que implicou, entre outros aspectos, na perda

do seu prestígio econômico e do seu poder político, processo longo, que já vinha se manifestando desde a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, em 1763. É também no final do século XIX que as elites do estado, tentando valorizar, e até mesmo recuperar, um prestígio de outrora, passaram a se movimentar num sentido de enaltecer a importância que a região teve ao longo da história do país. Segundo Suely Cerávolo⁸⁹, esse é o momento no qual a elite baiana se empenha em organizar instituições que representassem esses anseios, como foi o caso da criação do Arquivo Público Estadual, em 1890, e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o IGHB, quatro anos depois, que deram início as primeiras discussões acerca do que seria o patrimônio baiano. Apesar das discussões sobre a construção de uma história baiana e, conseqüentemente, o que a representaria, remontarem ao fim do século XIX, as bases para o surgimento de um pensamento preservacionista só começaram a se consolidar a partir das reformas urbanas realizadas em Salvador, durante a primeira gestão de José Joaquim Seabra, entre 1912 e 1916. Tais reformas, acarretaram na demolição de diversos edifícios históricos da velha cidade de Thomé de Souza, e passaram a ser objeto das críticas de intelectuais locais, especialmente os ligados ao IGHB.

José Joaquim Seabra, conhecido como J. J. Seabra, nasceu em Salvador em 21 de agosto de 1855, formou-se na Faculdade de Direito do Recife, em 1877, e ingressou na carreira política no seu estado natal pouco tempo depois. Seabra chegou a ser eleito deputado em diversas ocasiões e ocupou o posto de Ministro nos governos de Hermes da Fonseca e Rodrigues Alves, este último, entre 1902 e 1906, momento no qual ele pode acompanhar de perto as transformações urbanas feitas, por Pereira Passos, na Capital Federal. As suas duas gestões no governo baiano, a primeira entre 1912 e 1916 e a segunda entre 1920 e 1924, fizeram com que ele se tornasse o grande responsável pelos processos de transformação urbana realizados em Salvador no início do século XX, que resultaram na demolição de inúmeros edifícios históricos. Tais transformações estão inseridas num plano maior de reformas urbanas presente em diversas cidades brasileiras e sob o qual muitas capitais foram reformadas no início do século XX. Recife, Belém, Salvador, Porto

⁸⁹ CERÁVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.19. n.1. p. 189-243. jan.- jun. 2011.

Alegre, assim como a própria Capital Federal, tomaram novas feições, a partir de reformas urbanas inspiradas em modelos europeus da época.

A insalubridade e a informalidade, até então, segundo o discurso da época, características presentes nas maiores cidades brasileiras, passaram a ser perseguidas e essas cidades foram reformadas com o objetivo de refletir e difundir, em suas paisagens urbanas, ideais de progresso e de modernidade. No caso soteropolitano, os principais responsáveis pela difusão dessas ideias foram a imprensa local, que, prontamente, apoiou as transformações, as lideranças políticas e a elite econômica, que defendia a destruição de um passado “atrasado” e “sujo” em prol da construção de um futuro “progressista” e “limpo”. Naquele momento, diversos jornais reproduziam discursos civilizadores e modernizadores, ao mesmo tempo em que exaltavam as obras, fazendo com que a população, de forma geral, se mostrasse receptiva às mudanças. Segundo Fernando da Rocha Peres, os jornais baianos colaboraram, de forma indiscutível, na criação de uma atmosfera “deslumbrada” e “anestesiada”⁹⁰ em relação a essas transformações urbanas. Tais posições ficam bem evidentes em diversos editoriais publicados pela imprensa local.

Bahia remodelada, a Bahia transformada, n'uma cidade moderna, em que aos requintes da arquitetura se irmanassem os requintes do gosto, da civilização, do progresso em todas suas diversas modalidades, era o sonho acalentado pelos baianos desde épocas remotas.⁹¹

Essa nova Bahia “civilizada” era o desejo da elite no estado, que, a partir de tais modificações, via a solução de diversos problemas.

Salvador, que fora a primeira capital do país, o segundo maior centro urbano brasileiro durante o século XIX e, conforme se dizia, uma cidade que sempre estivera em plano destacado no cenário nacional, encontrava-se, então, em uma posição considerada como de atraso nos caminhos do progresso. Capitais menores, fosse em população, fosse em projeção política, econômica ou cultural, eram apontadas pela ação que empreendiam em prol do desenvolvimento e da civilização.⁹²

A remodelação de Salvador seria, de acordo com esse discurso, a responsável por trazer a cidade de volta a um destaque no cenário nacional, que ela já não mais possuía, e que estava sendo impedido de se instalar em função da própria urbe, de ruas “sujas” e “estreitas” que deveriam sumir. A reforma urbana que

⁹⁰ PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. 1999, p. 36.

⁹¹ QUEM começa pelo fim acaba no princípio. (Editorial). *Diário de Notícias*. Salvador: 19 jul. 1913.

⁹² LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1996, p. 51.

se deu, embora de claras inspirações Haussmannianas, não foi marcada pela abertura de grandes *boulevards* ou o rasgo da malha urbana já existente, mas sim pelo seu reaproveitamento, com o alargamento de vias tidas como importantes, a exemplo das avenidas Sete de Setembro e Jequitaia. O antigo núcleo urbano da capital seria aquele mais atingido, uma vez que, justamente ali, se concentravam os pontos maiores de *estrangulamento* nas vias estreitas, bem como era onde o mercado imobiliário pretendia fazer seus negócios mais lucrativos com os terrenos recém-liberados. Em todas essas intervenções, "desprezou-se qualquer preocupação com a preservação do passado, negou-se o convívio entre o velho e o novo, empreendeu-se uma verdadeira reforma demolidora".⁹³

O projeto de reforma urbana executado destrói uma parte significativa dos bens imóveis existentes na Capital da Bahia. Para alargar as ruas, são derrubados exemplares da arquitetura dos séculos XVIII e XIX. Para abertura da avenida principal – a Avenida Sete de Setembro – são demolidas igrejas inteiras e parte de outras, uma ala do Senado do Estado e muitas residências. A demolição e a substituição das velhas estruturas negavam o passado colonial de Salvador, buscando adequá-la aos padrões europeus de construção de cidade, considerados como ideais no período, ou seja, uma cidade limpa, higienizada, salubre, bonita, burguesa e digna de ser uma capital estadual.⁹⁴

Uma das primeiras obras levadas a cabo por J. J. Seabra, e a mais importante definida pelo seu governo, foi a construção da Avenida Sete de Setembro, que ligaria o centro da cidade, nas proximidades do Mosteiro de São Bento, ao Farol da Barra, passando por áreas como o Campo Grande e o Corredor da Vitória. A "feia", "suja" e "colonial" cidade de Thomé de Souza se modernizava às custas de suas construções históricas localizadas tanto nas imediações da Igreja da Sé quando no entorno da nova Avenida Sete. Estavam ainda previstas as demolições de uma série de edifícios como a própria Sé, a Igreja da Ajuda, o Teatro São João, além de um grande conjunto de sobrados da Rua Chile, juntamente com edificações na Praça Castro Alves.

⁹³ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1996, p. 13.

⁹⁴ DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2014, p. 26.

Imagem 01 – Demolição da Igreja e do Convento das Mercês para o alargamento da Avenida Sete de Setembro, Salvador. Autor não identificado, 1913.



Fonte: <http://www.salvador-antiga.com/mercres/demolicao.htm> visitado em: 2 de abril de 2019.

De acordo com Rinaldo Cesar Nascimento Leite,⁹⁵ com pouco tempo, as intervenções foram sendo criticadas, visto que só traziam benefícios para os bairros mais nobres da cidade, frequentados por uma elite política e econômica. Paralelo a essa polêmica, começaram a surgir outras que questionaram a necessidade de demolição de alguns edifícios históricos, como foi o caso da Igreja do Mosteiro de São Bento. Tal demolição, que teria como objetivo abrir espaço para a Avenida Sete de Setembro, bem como para novas construções na área liberada com a destruição da Igreja e do Mosteiro, encontrou grande resistência nos grupos católicos da cidade. Embora as reformas de Salvador já houvessem demolidos outras edificações significativas,⁹⁶ no caso do Mosteiro houve uma grande resistência, sendo o próprio Abade da Ordem Beneditina, Dom Majolo de Caigny, um dos primeiros a levantar a voz contra a ideia, apoiada por diversas publicações em

⁹⁵ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

⁹⁶ É o caso da Igreja da Ajuda, primeira construída na cidade, em 1549, bem como a primeira a ser elevada catedral em todo o Brasil, em 1552, destruída em 1912.

periódicos da cidade. O governo acabou tendo que recuar da proposta em função da alta repercussão negativa que a questão teve. Outras demolições, no entanto, prosseguiram, e no fim da sua primeira gestão no governo estadual, em 1916, J. J. Seabra deu por concluída não só as obras da Avenida Sete, bem como a “restauração” da Igreja do Rosário,⁹⁷ além dos edifícios da Imprensa Oficial, Garagem do Estado, Instituto Antirrábico, dentre vários outros, ficando por concluir obras como as dos Palácios do Congresso, da Aclamação e do Governo. Segundo Rinaldo Leite, no primeiro governo de Seabra

se conjugaram os esforços do Município, do Estado e da União em prol da remodelação física da cidade, ao cabo de seu término, os executores das reformas não haviam conseguido cumprir todas as suas promessas. Entretanto, mesmo não alcançando pleno êxito, os melhoramentos representaram uma conquista, constituindo uma ação favorável à aspirada civilização que se desejava implantar na cidade.⁹⁸

Tais transformações, bastante exaltadas pela elite política naquele momento, a partir da década seguinte passaram a ser questionadas por uma elite intelectual, que via nessas demolições a perda de elementos importantes da história da cidade. Essa elite Intelectual, de origens aristocráticas, se reunia em torno do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia o IGHB, também conhecido como a Casa da Bahia. A instituição, que tinha como objetivo principal o incentivo e a promoção de estudos sobre o estado, além da guarda e publicação de documentos históricos, funcionava como uma “fábrica da memória local”,⁹⁹ sendo José Wanderley de Araújo Pinho, Teodoro Sampaio, Braz do Amaral e Bernardino de Souza os nomes que lideraram a produção historiográfica no estado nas primeiras décadas do século XX. É importante destacar que, desde a sua fundação, o Instituto reproduzia os projetos e as aspirações do poder político local. Uma mudança nesse sentido se deu, somente, em 1923, ano tido por Aldo José Morais Silva, como o divisor de águas na atuação da instituição, pois, foi a partir deste ano que o Instituto

tornou-se progressivamente uma instituição de ‘pensamento’ mais autônomo em relação à sociedade, uma prerrogativa que ironicamente se

⁹⁷ Que se tratou da construção de uma nova fachada eclética, com elementos neoárabes e neorromânicos, em função do recuo da edificação para se fazer o alargamento da via.

⁹⁸ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, p. 78.

⁹⁹ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p.117.

fez possível graças ao prestígio que esta mesma sociedade lhe possibilitara após os muitos anos de atenção e endosso a suas aspirações.¹⁰⁰

Para Aldo Silva, essa dita independência foi, por muito tempo, tolhida em função da necessidade de articulação do IGHB com a sociedade e com o poder público. A mudança só foi possível a partir do momento que a Casa da Bahia se solidificou como um grupo importante de produção intelectual na sociedade baiana, incorporando-se aos outros locais privilegiados de atuação letrada em Salvador, que seriam, além do IGHB, a Academia de Letras da Bahia, os agrupamentos literários e as instituições de ensino. Tal mudança ainda está conciliada à inauguração de uma nova sede do Instituto, também em 1923, na Avenida Sete de Setembro, assim como ao aumento das publicações e do número de páginas da *Revista do IGHB*, principal meio de comunicação e divulgação das ideias ali defendidas. Aldo Silva ainda mostra que, a partir de então, o Instituto passou a dotar a sua produção de um caráter mais técnico-científico, mostrando as fontes dos textos publicados, bem como com a divulgação de documentos.

As reações dos membros da Casa da Bahia às reformas impetradas por J. J. Seabra, bem como o grande aumento no comércio de antiguidades, resultaram nos primeiros debates acerca da preservação do patrimônio no estado. É dentro das paredes do IGHB que emergiram as primeiras discussões a respeito da preservação do patrimônio baiano, incluindo também a idealização e a proposição de órgãos específicos que tratassem da proteção desses bens. Com discursos inflamados, realizados por diversos dos seus membros, motivados, especialmente, pelas demolições e reformas urbanas, gestou-se no Instituto não só a emergência de um sentimento preservacionista como também as primeiras proposições de iniciativas que atendessem aos anseios daqueles intelectuais.

Dentro do Instituto – ou sob a sua influência – se formou um grupo preservacionista, composto por políticos e intelectuais, que iriam se opor de forma sistemática ao comércio de antiguidades e ao processo de demolições das edificações históricas do Estado, como Francisco Marques de Góes Calmon, Pedro Calmon, José Wanderley de Araújo Pinho, Hermes Lima, Bernardino de Souza, Teodoro Sampaio, Xavier Marques, Pirajá da Silva, Francisco Borges de Barros, Antônio José do Prado Valladares, entre outros.¹⁰¹

¹⁰⁰ SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, origem e estratégias de consolidação institucional, 1894-1930*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006, p. 220.

¹⁰¹ DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2014, p. 34-35.

José Wanderley de Araújo Pinho, que se destaca na trajetória brasileira em relação a construção do campo patrimonial, nasceu em 19 de março de 1890, em Santo Amaro, no Recôncavo, descendente de uma importante família baiana: seu pai, João Ferreira de Araújo Pinho, foi presidente da província de Sergipe e governador da Bahia; já o seu avô materno, João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, foi deputado, presidente provincial, ministro e senador do Império, sendo um dos responsáveis pela aprovação da lei dos Sexagenários. Formado em Direito, pela Faculdade Livre de Direito da Bahia, Pinho ingressou na vida política em 1924, ao ser eleito deputado federal pela Bahia, sendo reeleito para o cargo em 1927, mandato no qual apresentou uma proposta para a criação de um órgão federal de preservação do patrimônio.

Entretanto, muito antes de se eleger deputado, Wanderley Pinho já militava em prol da preservação do patrimônio no seu estado. Em 1º de julho 1917, num discurso realizado na sede do IGHB, ele propôs a criação de uma *Comissão dos Monumentos e das Artes*, que seria composta por onze membros do Instituto e teria como objetivo “proteger, por todos os meios, os monumentos públicos, os edifícios particulares de valor artístico ou histórico e os objetos d’arte, de qualquer espécie, da ação destruidora ou modificadora do tempo e dos homens”.¹⁰² Um dos trabalhos a ser executado por esta comissão seria a apresentação de relatórios anuais dos trabalhos desenvolvidos, juntamente com um catálogo daquilo que seria entendido como patrimônio histórico-artístico da Bahia. A publicação ainda conteria a relação de bens identificados como “Monumentos Nacionais” da Bahia, que Pinho chegou a dividir em categorias, que seriam: monumentos e edifícios públicos; templos e edifícios religiosos; alaias, retábulos, entalhaduras, esculturas religiosas ou profanas; joias, faianças, porcelanas, baixelas, mobiliário de todos os estilos; coleções particulares “de tudo o que tiver algum mérito artístico ou algum valor histórico”¹⁰³. Este catálogo ainda contaria com fotografias e desenhos dos bens classificados, bem como uma descrição minuciosa, indicando valores históricos e artísticos, assim como seus proprietários. Nesta fala na Casa da Bahia, Wanderley Pinho foi bastante enfático em relação ao “sopro iconoclasta das reformas” e à

¹⁰² PINHO, José Wanderley de Araújo. Proteção dos monumentos públicos e objetos histórico. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918. N.º. 43, p.191-198, p. 191.

¹⁰³ Ibid.

“doença das remodelações” que “não respeitam a veneração do passado”.¹⁰⁴ Ou seja, condenava as destruições e descaracterizações que o patrimônio baiano vinha sofrendo a partir das reformas impetradas por Seabra.

Fontes públicas que se rebocam e reformam, tapando inscrições e quebrando cornijas; velhos solares que se mutilam; capelas e templos que se deixam ruir; joias velhas que se quebram e inutilizam para *aproveitar o ouro*; baixelas de velha prata sem lustro que se vendem a peso para serem derretidas; antigas esculturas abandonadas; armas, utensílios caseiros, selarias e jaezes; --- o antigo arsenal doméstico de nossos avós; adornos e quadros --- tudo, tudo, vamos perdendo nessa rajada de inconsciência e de ignorância.¹⁰⁵

Para ele, a falta de conhecimento do povo da sua própria história e da importância do seu passado eram a principal causa da destruição desse patrimônio. Sua fala era uma condenação das transformações na cidade e do comércio de antiguidades que, segundo ele, desrespeitavam o passado. Segundo Paulo Santos Silva, Wanderley Pinho acreditava que a preservação do patrimônio arquitetônico baiano

significava também investir na construção de um banco de dados acessível a todos todo o tempo. A documentação histórica não estaria assim circunscrita aos arquivos públicos e privados nem com acesso obstruído pela burocracia, nem dificultada pela perícia exigida para se extrair as informações desejadas. Com a preservação do patrimônio histórico, a história estaria posta para todos, numa espécie de representação pública permanente do passado.¹⁰⁶

Para Wanderley Pinho, a preservação desse patrimônio deixaria à mostra, para todos, uma história da Bahia da forma mais acessível o possível para a população, sem a necessidade de se consultar textos ou documentos. O passado que se queria exaltar estava ali, materializado às vistas de qualquer pessoa. Em outras palavras, Pinho acreditava que a noção de patrimônio estava diretamente vinculada a do monumento e a da construção arquitetônica. Segundo a historiadora Diane Barthel, esse é um posicionamento bastante comum e que move o sentimento de intelectuais que se dedicam a uma causa preservacionista. Barthel defende, ainda, que os edifícios históricos são as formas mais perceptíveis de se evidenciar o passado, uma vez que a tangibilidade dos monumentos os distinguem, por exemplo,

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ PINHO, José Wanderley de Araújo. Proteção dos monumentos públicos e objetos histórico. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918. Nº. 43, p.191-198, p. 194.

¹⁰⁶ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 129.

dos textos e de outras representações históricas.¹⁰⁷ A materialidade da noção de patrimônio também estava ligada às antiguidades e obras de arte, uma vez que a saída de tais bens do estado era uma crítica constante realizada não somente por Pinho, mas por outros intelectuais baianos do período, que defendiam que esse patrimônio deveria ser reunido e exposto à população num Museu. Tal pleito foi atendido rapidamente, e assim foi criado o Museu do Estado da Bahia, embrião do atual Museu de Arte da Bahia, através da Lei N.º 1255, de 23 de julho de 1918, como um anexo do Arquivo Público, sendo, de fato, inaugurado em 16 de janeiro de 1919.¹⁰⁸

No entanto, apesar da criação do Museu, os Intelectuais do IGHB não cessaram sua luta pela preservação do patrimônio baiano. Seja publicando textos, na imprensa local ou no seu próprio periódico, acerca dos edifícios históricos do estado, seja patrocinando intervenções nessas edificações, como foi o caso da restauração do Convento do Carmo, na cidade de Cachoeira, em 1926. Nesse mesmo lugar, o Frei Pedro Thomaz Magallo, intelectual membro do IGHB, realizou uma conferência denunciando tanto a venda de obras de artes e antiguidades, como o estado precário no qual se encontrava a maioria dos monumentos históricos do estado, defendendo que o governo deveria atuar em conjunto com o Instituto na proteção desses bens, sendo o responsável pelo financiamento dessas obras. No entanto, essa tentativa de colocar como uma atividade do Instituto a preservação de edifícios históricos foi deixada de lado, uma vez que esse assunto se transformou numa proposta legislativa. Em 24 de maio de 1927, o historiador Pedro Calmon, que no momento exercia o mandato de deputado na Assembleia Estadual, faz um discurso denunciando a situação de descaso do estado para com esse patrimônio, e apresentou um projeto de lei “destinado à proteção, à salvaguarda do patrimônio artístico e histórico do Estado, medida que pela primeira vez, se terá alvitado no Parlamento baiano”.¹⁰⁹ Calmon foi um intelectual que, logo jovem, destacou-se como historiador, sendo eleito para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IGHB, em

¹⁰⁷ BARTHEL. Diane. *Historic preservation: collective memory and historical identity*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1996, p. 2.

¹⁰⁸ As diversas nuances para a criação do Museu da Bahia estão melhor estudadas e explicadas em CERÁVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.19. n.1. p. 189-243. jan.- jun. 2011.

¹⁰⁹ DISCURSO proferido pelo deputado Pedro Calmon em 24 de maio, justificando o seu projeto de lei em defesa do patrimônio artístico do Estado. *Diário da Assembleia Geral do Estado da Bahia*. Salvador, 19 jun 1927.

1931, com apenas 29 anos de idade. A produção historiográfica de Calmon era condizente a sua época e, segundo Paulo Santos Silva, “descendia do ramo que investia na reconstituição factual dos feitos dos grupos dirigentes”,¹¹⁰ posição que fica evidente ao analisarmos, mais adiante, o decreto de regulamentação da Inspetoria.

A proposta de Calmon se transformou no Projeto de Lei Estadual n.º 3, que foi aprovado e, a partir dele, em 8 de agosto de 1927, foi promulgada a Lei n.º 2032, que autorizou o Governo do Estado a criar a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais da Bahia. O governador, à época, era Francisco Marques de Góis Calmon, tio de Pedro Calmon, que governou a Bahia entre 1924 e 1928. Intelectual ligado ao IGHB, político e advogado, Góis Calmon demonstrava um profundo interesse pela história do seu estado, interesse que também perpassava pelas suas ligações familiares: além de ser tio de Pedro Calmon, a sua filha, Stela Calmon, casou-se, em 1921, com Wanderley Pinho, de quem, também, era muito próximo.

Essas ligações só evidenciam a afirmativa de Paulo Santos Silva de que os intelectuais baianos, além de gozarem de uma situação econômica privilegiada, ainda tinham fortes vínculos com uma elite política que ocupava as posições de destaque no Estado, sendo que, para ele, “não há como pensar a vida intelectual baiana dissociada dos grupos dirigentes locais”.¹¹¹ Para Silva, não seria exagero tratar os grupos de intelectuais baianos como uma “grande família”, ligada pelos mais variados laços de parentesco, não sendo, portanto, à toa que a Inspetoria de Monumentos do Estado tenha sido criada naquele momento e pela articulação de Góis Calmon, Pedro Calmon e Wanderley Pinho.

A Inspetoria de Monumentos foi incorporada ao organograma do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia, tornando-se, assim, a instituição responsável pela coordenação e execução das medidas de proteção e conservação do patrimônio artístico e histórico no estado, finalidade esta que foi regulamentada pelo Decreto 5339, de 6 dezembro de 1927, publicado no *Diário Oficial do Estado* em 10 de dezembro daquele ano. Em tal regulamento, organizado em dois títulos, estão presentes os conceitos adotados para a classificação dos monumentos nacionais, a

¹¹⁰ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p.92.

¹¹¹ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p.14.

forma de atuação do órgão, assim como as atribuições do seu corpo de funcionários. Uma das primeiras questões que salta ao lermos esse regulamento é a previsão de que não só os Monumentos Nacionais poderiam ser desapropriados pelo governo, com o objetivo de assegurar a sua preservação, questão presente no Artigo VIII, mas também essa desapropriação poderia atingir as circunvizinhanças do monumento, como consta em seu Artigo XI. Essa preocupação mostra que a Inspetoria já tinha um entendimento, ainda que inicial, das noções de entorno, questão bastante cara à preservação de edificações históricas. Tal preceito foi adotado nas diversas proposições legislativas que se seguiram, a partir daquele momento, para a preservação de monumentos históricos, bem como está presente no decreto-lei que regulamentou a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, a partir de 1937, que discutiremos na terceira parte.

A definição do que se entendia por esses monumentos está presente no Artigo V, que determina que estes seriam somente as obras “coloniais” inventariadas, com “alto interesse artístico”, além de uma “notável significação histórica”, delimitando que esses monumentos se encontrariam tanto na capital, Salvador, quanto nos municípios de Santo Amaro, Cachoeira, Villa de São Francisco, Nazareth, Jaguaribe, Jacobina, Minas do Rio de Contas, Maragogipe e Itaparica. Essa definição vai ser acrescida no parágrafo primeiro da disposição de que seriam também considerados monumentos “toda a edificação que existir em terra ou na superfície dela em qualquer município do Estado, a qual se atribui valor artístico ou histórico”¹¹². Na demarcação feita por esse Regulamento, já vemos qual passado baiano se pretendia valorizar, uma vez que, além de Salvador, que foi a primeira capital do Brasil, a região do Recôncavo, ligada à indústria canavieira, foi fortemente descrita, enquanto às atividades ligadas à mineração receberam apenas uma menção em relação a cidade de Minas do Rio de Contas, fundada, em 1745, ao sul da Chapada Diamantina. Essa visão também era compartilhada pelo Inspetor de Monumentos, Francisco Borges de Barros, que acumulava os cargos de Diretor do Arquivo Público e do Museu do Estado. Historiador, pesquisador e também membro do IGHB, Borges de Barros se formou em direito e dedicou sua carreira ao funcionalismo público, tendo gerido o Arquivo Público da Bahia durante vinte anos, de 1915 até a sua morte, em 1935. Borges de Barros voltou suas ações ao cuidado

¹¹² DECRETO 5339, de 6 de Dezembro de 1927. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 10 dez 1927.

com documentos e objetos e era guiado, segundo Suely Cerávolo, “pelo espírito de defesa da nação, da memória dos antepassados e da garantia de uma herança para os jovens do futuro”.¹¹³

Pelas atribuições previstas no regulamento, Borges de Barros seria responsável tanto pela seleção e inventário dos bens no estado a serem classificados como Monumentos Nacionais, quanto pela fiscalização do comércio de obras de arte e antiguidades na Bahia, atividade na qual a Inspetoria atuou de forma mais incisiva. Já no primeiro ano de funcionamento do órgão, o Inspetor publicou o *Índice Geral dos Monumentos Nacionais*, como foi chamado o primeiro inventário dos edifícios históricos baianos, que teve início ainda no primeiro mês de atividades, contando com a ajuda das municipalidades, às quais foram remetidos ofícios demandando informações acerca de edificações históricas. Publicado nos *Anais do Arquivo Público da Bahia*, em 1928, esse foi o primeiro inventário, dos três realizados pela Inspetoria, e nele estão presentes cento e oitenta e dois bens, distribuídos entre a capital e o interior do estado e agrupados nas seguintes categorias: I – Templos Religiosos; II – Edifícios; III – Monumentos; IV – Fontes; V – Subterrâneos; VI – Fortalezas, VII – Praças e Largos; VIII – Lugares e Campos Históricos; IX – Castelo da Torre de Garcia d’Ávila; e X – Estradas Coloniais.

Do total de bens classificados no primeiro inventário, os da cidade de Salvador predominaram na seleção, concentrando cerca de 75% dos Monumentos Históricos classificados, seguida pelas cidades de Santo Amaro e Cachoeira com aproximadamente 4% cada uma delas. O alcance do inventário, contrariando a delimitação do Regulamento, atingia boa parte do estado, contando, inclusive, com monumentos classificados nas cidades de Porto Seguro e de Ilhéus, localizadas no extremo sul da Bahia. Fato curioso nessa primeira seleção é que ela apresenta um conceito bastante alargado do que poderia ser entendido como patrimônio naquela época. Encontramos no *Índice Geral* toda sorte de edifícios de diversas épocas, desde aqueles referentes ao período colonial, que se mantiveram sem grandes alterações, como a Igreja dos Jesuítas, em Salvador, até mesmo aqueles que foram demolidos e reconstruídos, como é o caso da Igreja da Ajuda, destruída e reinaugurada em 6 de julho de 1923, com uma feição Neomanuelina. Assim a lista

¹¹³ CERÁVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.19. n.1. p. 189-243. jan.- jun. 2011, p.205.

ainda agregava uma diversidade de edificações recentes e com influências do Ecletismo, como a sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, inaugurada em 1923, e o Panteão de Pirajá, construído em 1914. A presença, nessa listagem, de edificações ecléticas é curiosa pois, de forma geral, as discussões a respeito da valorização dessa produção arquitetônica brasileira não foram, de pronto, incorporadas ao discurso do Sphan, quando este foi criado. O Serviço, na realidade, rechaçou e criticou edificações mais recentes, de inspirações historicistas europeias, que só foram objeto de proteção, na esfera federal, a partir da segunda metade do século XX.

Imagem 02 – Nova sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador. Autor não identificado, Década de 1920.



Fonte: Acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

O Inspetor de Monumentos publicou no mesmo ano deste Inventário, pela Imprensa Oficial da Bahia, o livro *Arqueologia e História*, onde estão elencados diversos bens, classificados como Monumentos Nacionais, contendo, ainda, informações históricas sobre alguns dos edifícios, bem como uma explicação de certas categorias definidas por ele. Era de se esperar um detalhamento maior, por exemplo, no caso das “Estradas Coloniais”, onde nada, além dos pontos de início e fim, foi descrito, e dos “Campos Históricos”, que, por uma falta de maiores detalhes acerca do que se estavam entendendo por essa categoria, as menções ali ficaram bastante abertas a interpretações. Encontramos nessa categoria, apenas, algumas áreas do Estado elencadas, como Cidade do Salvador, Cachoeira, Santo Amaro, Itaparica, Vila de São Francisco, Jaguaripe, Nazareth e Maragogipe. No entanto, esses lugares não aparecem como “Campos Históricos” no *Índice Geral dos Monumentos Nacionais* publicado nos Anais do Arquivo Público. O que está presente no livro *Arqueologia e História*, além dos núcleos urbanos citados, é a descrição de conjuntos de paisagens naturais, também presentes no *Índice*, localizadas através de uma descrição de suas coordenadas geográficas, a exemplo da Coroa Vermelha, da Baía Cabralina e do Monte Pascoal. Tais localidades são valoradas, apenas, em relação aos acontecimentos históricos que se passaram no lugar, aparentemente, sem se preocupar com questões relativas ao patrimônio natural. Esse conflito de informações deixa dúvida se na categoria dos “Campos Históricos” estão inseridos ou não os conjuntos arquitetônicos elencados por Borges de Barros no livro *Arqueologia e História*, ponto esclarecido a partir do inventário seguinte.

Publicado em 1930, o segundo inventário, além de apresentar acréscimos e supressões em relação ao anterior, muda a classificação adotada em 1928, na qual os Monumentos Históricos foram reagrupados em seis categorias: monumentos religiosos, monumentos de arte profana; campos históricos; subterrâneos; monumentos e estátuas; e, por fim, fortalezas coloniais. Essa nova classificação também traz um esclarecimento importante daquilo que estava sendo chamado de “Campos Históricos”. No primeiro inventário, os núcleos urbanos não apareceram, embora tenham sido citados por Borges de Barros em outro documento do mesmo ano, no segundo inventário estão presentes diversos núcleos urbanos, como o próprio centro de Salvador e de cidades como Cachoeira, Santo Amaro e

Maragogipe, além de “Villas”, “Distritos” e “Arraiais”. Esse entendimento, de que um núcleo urbano poderia ser visto como um monumento diverge bastante da compreensão que se tinha, naquele momento, inclusive internacionalmente, acerca do que seria o patrimônio, compreendido, de forma geral, como construções isoladas. Essa é uma questão de extrema relevância quando analisamos as contribuições, para a construção do campo da preservação no Brasil, dadas pela Inspetoria de Monumentos da Bahia e que não foram evidenciadas por Vanessa Dócio quando a autora buscou reconstituir uma trajetória dessa instituição.¹¹⁴

Imagem 03 – Trecho da Rua do Passo, com destaque para a portada da Igreja do Santíssimo Sacramento, Salvador. Robert Smith, Sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

A questão se evidencia com o Relatório enviado em 31 de dezembro de 1936 para Alfredo Pimentel, Diretor do Arquivo Público e Inspetoria de Monumentos, assinado pelo Padre Manoel Barbosa, arquivista-chefe de secção. Nesse documento, Barbosa destaca, mais uma vez, a necessidade de preservação de conjuntos urbanos na cidade de Salvador, uma vez que “muitas de suas ruas e

¹¹⁴ DÓCIO, Vanessa de Almeida. Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2014.

logradouro públicos conservam traços perfeitos dos seus primeiros anos com todas as características de antiguidade, guardando a largura, e calçamento, os passeios, as fachadas dos edifícios e até a iluminação”¹¹⁵. O arquivista-chefe de secção indaga “por que não conservá-las para o futuro presas ao passado com as suas linhas indicativas do período colonial em que surgiram?” E com isso destaca três ruas do centro histórico de Salvador que deveria ser preservadas: a Rua do Passo, “com sua fisionomia própria relembrando o passado grandioso da cidade”; a Rua das Laranjeiras, que “retrata a Bahia dos séculos XVII e XVIII com seus velhos e altos sobrados”; e, por fim, o “Beco do Queiroz, onde a sua originalidade vem do número de casas pequenas e típicas”. Apesar dessa seleção ser restrita a três ruas, ele reconhecia a importância de várias outras do centro da cidade, também detentoras desses mesmos valores. Chegando a afirmar que “a parte antiga da cidade deve ser conservada” e que “seria do maior alcance uma providência urgente para que tais ruas permanecessem intactas, guardando, com todo rigor, a sua fisionomia colonial”.¹¹⁶

Nesse relatório está presente o terceiro, e último, inventário realizado pela Inspetoria que, restrito apenas à cidade de Salvador, novamente muda o critério de classificação dos monumentos históricos, agora, agrupados em três categorias: Igrejas e edifícios religiosos; Imóveis pertencentes aos Governos da União, Estado e do Município; e Prédios particulares. Barbosa reconhece que essa é uma classificação provisória, que deverá ser alterada à medida que seja realizado o cadastro completo dos Monumentos em todo o estado. É importante, ainda, destacar que, nesse inventário, foram classificados como monumentos nacionais todas as igrejas e conventos anteriores a 1823, além de um número muito maior de edificações civis, placas, fontes e chafarizes. A motivação para a realização desse terceiro inventário, realizado em 1935, foi que o inspetor do momento, Alfredo Vieira Pimentel, considerou que os inventários anteriores não haviam sido realizados de maneira correta, uma vez que os monumentos não foram registrados em tombo especial como exigia o Art. XXXIII do Regulamento da Inspetoria.

¹¹⁵ BARBOSA, Padre Manoel A. Relatório enviado em 31 de Dezembro de 1936 para Alfredo Pimentel, Diretor do Arquivo Público e Inspetoria de Monumentos. In: PIMENTEL, Alfredo Vieira. (org.). *Anais do Arquivo Público da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1938. v. XXVI, p. 462-463.

¹¹⁶ Ibid., p. 463-464.

Além da mudança nas categorias dos bens inventariados, vistas nos inventários de 1928, de 1930 e de 1935, é importante destacar que existem alterações significativas entre esses três arrolamentos. Feitos em situações distintas, a falta de uma padronização na nomenclatura desses bens, que chegam a aparecer em cada um dos três inventários com nomes diferentes, dificulta uma análise pormenorizada dessas mudanças. No entanto, de qualquer forma, podemos afirmar que os bens selecionados pela Inspetoria nesses inventários estavam profundamente relacionados à Igreja Católica e às duas atividades econômicas que tiveram destaque durante o período colonial na Bahia, a açucareira e a da mineração, e que abrangia tanto arquitetura civil, quanto religiosa e governamental. Vanessa Dócio define essa seleção como inserida

no processo de construção da memória estadual, pois obedecia aos interesses da elite política e intelectual do período, procurando formular uma imagem de Bahia valorizando os elementos representativos do branco europeu e negando a presença da população de origem africana na sociedade. Ou seja, em meio à seleção dos bens patrimoniais se promoveu o enquadramento da memória estadual, homogeneizando e reduzindo-a a um grupo específico.¹¹⁷

A visão de história, de memória e de patrimônio da Inspetoria estava profundamente ligada às visões que o IGHB tinha, uma vez que os membros do Instituto participavam ativamente dos quadros funcionais do governo baiano. Wanderley Pinho, intelectual ativo no processo de constituição da Inspetoria, defendia, em suas investidas na questão da preservação do patrimônio baiano, a preservação de um passado que não deveria ter sido modificado, um passado idealizado, de prestígio político e econômico, cristão, e de ascendência europeia, que também podemos entender como escravocrata, açucareiro, latifundiário e aristocrático. Esse passado “glorioso” da Bahia, além de Salvador, estaria presente, também, nas edificações da, outrora, rica região do Recôncavo.

os imóveis históricos são levados à posição de representantes da história e das tradições estaduais, fato que expressa a atitude da elite intelectual do período, envergonhada dos elementos característicos da cultura popular ligados à população de origem africana. Assim, os prédios históricos, representantes de uma Bahia de origem católica, branca, europeia, rica e governista eram o que o Estado tinha de melhor a apresentar aos estrangeiros.¹¹⁸

¹¹⁷ DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2014, p. 134

¹¹⁸ Ibid., p. 93.

Embora buscando valorizar o patrimônio ligado às elites políticas e econômicas do estado, esses mesmos grupos acabam por serem os responsáveis pela demolição de edificações que deveriam ter tido a sua preservação garantida pela Inspetoria. Ainda que houvesse tanto uma legislação protegendo os edifícios históricos baianos, quanto uma lista discriminando quais eram essas edificações, no início da década de 1930 a cidade de Salvador continuou a assistir à destruição do seu patrimônio em função da não atuação da Inspetoria de Monumentos nesse sentido. Nos textos publicados pelo Padre Manoel Barbosa na segunda metade desta década, posteriormente reunidos no livro *Retalhos de um Arquivo*, fica bastante claro que “a lei continuou no papel”¹¹⁹ e que o governo baiano, além de simplesmente elencar edifícios históricos, não estava tomando qualquer outra atitude necessária frente a essas novas demolições. As críticas de Manoel Barbosa foram escritas em 1938 e faziam parte de uma campanha, por ele, chamada *Contra a Ignorância e a Indiferença*, possivelmente inspirado pela campanha realizada, no ano anterior, pelo jornalista paulistano Paulo Duarte, a quem dedica um dos textos, chamada *Contra o Vandalismo e o Extermínio*, assunto do próximo capítulo. Em um desses artigos, publicado em 22 de junho de 1938, Barbosa denuncia que, “a pedido”, havia sido demitido do Arquivo Público no ano anterior, e faz acusações bastante diretas ao Governo:

A primeira impressão colhida da leitura do Regulamento que lhe foi dado e que não sofreu até agora modificações dava a certeza de que a repartição instalada tomaria ao seu encargo a conservação do patrimônio artístico e histórico da Bahia. Não foi preciso muito tempo para verificar sua ineficiência. (...) A criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais de nada serviu ao Estado e não passou de obra de fachada. Em um decênio de funcionamento não apresenta movimento que prove atividade, trabalho, interesse pela preservação, conservação do patrimônio cuja salvação lhe foi confiada. Muito ao contrário disso é o que se verifica infelizmente.¹²⁰

É curioso perceber que vários dos bens presentes nos inventários feitos pela Inspetoria desapareceram da paisagem urbana de Salvador, sendo simplesmente subtraídos das listagens de monumentos subsequentes, sem embates, ou sequer um pronunciamento feito pelo Inspetor de Monumentos. É o caso, por exemplo, da Fonte de Água dos Meninos, construída, no século XVIII, na entrada da Ladeira da Água Brusca, e demolida no processo de alargamento da Avenida Jequitaia, na

¹¹⁹ BARBOSA, Monsenhor Manoel de Aquino. *Retalhos de um arquivo*. Salvador: Editora Beneditina, 1972, p. 28.

¹²⁰ Ibid., p. 37.

década de 1930, juntamente com todo um casario nas proximidades da Igreja da Santíssima Trindade. Tal fato passou incólume pela *Revista do Instituto* bem como pelos *Anais do Arquivo Público*. Em função da sua demolição, a Fonte de Água dos Meninos assim como a Fonte do Pereira, que constavam no inventário publicado em 1928, simplesmente desaparecem da listagem seguinte, que não apresentou mais nenhum monumento desse tipo.¹²¹ As fontes só retornariam a ser objeto de interesse da Inspetoria no último inventário, que apresentou quinze fontes classificadas, quando nenhuma delas havia sido citada nos relatórios anteriores. É também nesse inventário que percebemos, na listagem de monumentos, a subtração de outros edifícios significativos, como o Solar Aguiar, demolido em 1933.

Imagem 04 – Aspecto interno do Solar Aguiar, onde se observam painéis de azulejos, Salvador. Autor não identificado, Sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

¹²¹ Localizada no sopé da Ladeira da Montanha, a Fonte do Pereira foi encoberta por um paredão de alvenaria de pedra durante as reformas de J. J. Seabra, em 1912. No local foi posta uma placa comemorativa, apontando a existência da referida fonte com um pequeno histórico.

Presente nos inventários da Inspetoria desde 1928, o Solar Bom Gosto, como também era conhecido o Solar Aguiar, localizava-se no Canela, bairro de Salvador, e era uma edificação do início do século XIX construída pelo comerciante português Pedro Barbosa de Madureira, falecido em 1868. Após a morte do antigo proprietário, o edifício foi adquirido por Francisco Pereira de Aguiar, genro de Pedro Barbosa, que deu o nome pelo qual ficou conhecido o prédio. Famoso pelo seu acervo azulejar, com painéis datados do terceiro quartel do século XVIII até o princípio do século XIX,¹²² o Solar foi assim descrito por Afrânio Peixoto:

O Bom Gosto era um solar, um paço, uma vasta casa bem portuguesa, bem nacional. Todo um vasto único andar, suspenso do solo, a que se subia por escadas nobres. (...) Alto pé direito, largos corredores, áreas internas ajardinadas ou pátios centrais, como o clima pedia, pois os quartos de habitações davam para fora e para aí, intimidade, comunicante pelos largos espaços em torno, cercados de balaustradas. Silhares de preciosos azulejos antigos, que vieram do Reino, contavam histórias bíblicas e heroicas, encimados por cornijas douradas, sobre as quais corriam tetos apainelados.¹²³

Embora seja mencionado por Borges de Barros em *Arqueologia e História*, o historiador não dedica muitas linhas à edificação, mesmo ele tendo sido desapropriado com o objetivo de se instalar ali a sede do Museu do Estado, como constam alguns apontamentos feitos por Borges de Barros enquanto Inspetor e Diretor do Museu. A demolição desse edifício, assim como a da Fonte de Água dos Meninos ocorreu sem protestos da Inspetoria ou dos Intelectuais ligados a ela, no entanto, não podemos dizer o mesmo em relação à demolição da Igreja da Sé, ocorrida diante de inúmeras queixas, naquele mesmo ano.

A primeira catedral do Brasil remontava à fundação da cidade de Salvador, pelo primeiro Governador-geral do Brasil, Thomé de Souza, em 1549. Tal edificação foi profundamente danificada durante as investidas holandesas em Salvador, em 1633, ficando “semidestruído em sua estrutura, paredes e telhados, saiu o templo da Sé desta batalha, porém corado de glórias e colocado na sua devida posição de igreja principal da cidade”.¹²⁴ A partir da segunda metade do século XVII, tiveram início os reparos do edifício, que em 1676 foi elevado a Catedral. O apogeu dessa

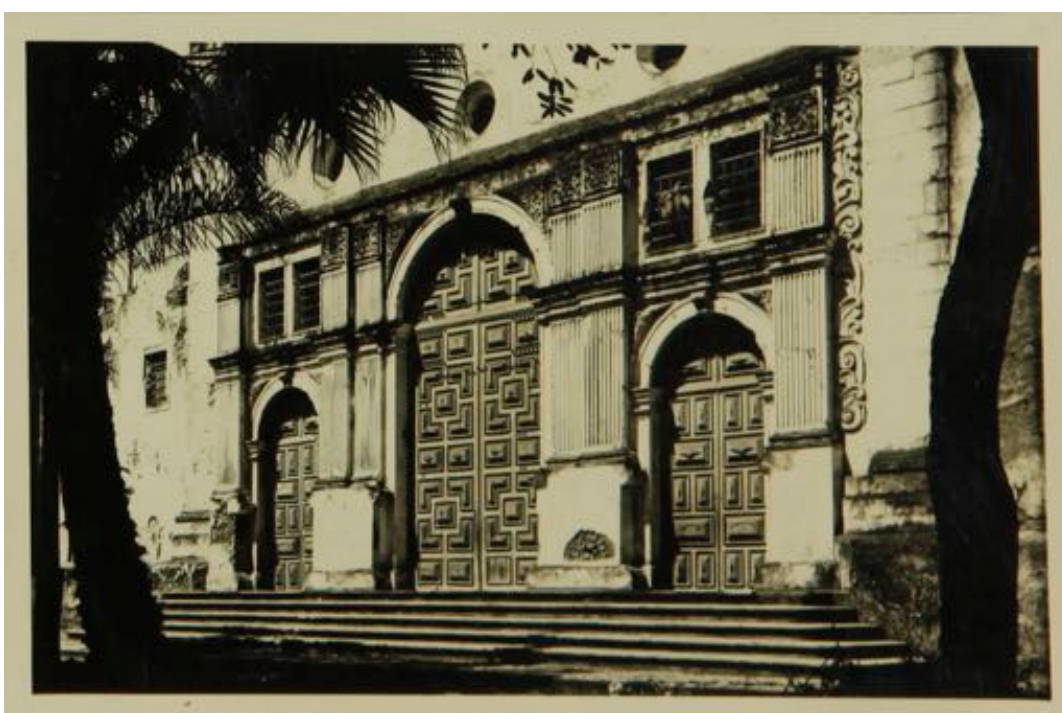
¹²² Tais painéis foram removidos do Solar antes da sua demolição e, hoje, encontram-se divididos entre o edifício da Reitoria da Universidade Federal da Bahia e o Museu de Arte Sacra da mesma universidade.

¹²³ PEIXOTO, Afrânio apud VALLADARES, José. *Azulejos da Reitoria*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1953, p.33.

¹²⁴ PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. 1999, p. 73.

construção se deu em princípios do século XVIII, no entanto, tal suntuosidade da Sé Primacial do Brasil duraria pouco tempo, uma vez que, a partir da segunda metade desse mesmo século, por problemas de conservação, uma das torres do edifício precisou ser suprimida. Nesse período, sob a justificativa de que a Sé se encontrava em más condições de conservação, necessitando “ser reedificada das ruínas em que se acha”¹²⁵, os serviços da Catedral Metropolitana são transferidos para a antiga Igreja dos Jesuítas, expulsos do Brasil desde 1759.

Imagem 05 – Portada da Igreja da Sé, Salvador. Autor não identificado, Sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

O mau estado de conservação do edifício, também acarretou o desmonte do frontispício do templo, que deu a ele um aspecto de ruína ou de construção por finalizar. Segundo Fernando da Rocha Peres, “este desmonte da frontaria da igreja da Sé e a delapidação das suas pedras foi um sério e irrecuperável atentado contra a sua integridade estética”.¹²⁶ Situação que foi agravada com a transferência dos serviços religiosos para a nova Catedral instalada na Igreja do Colégio da Bahia, a partir de 1765, uma vez que, os recursos financeiros, antes direcionados à antiga

¹²⁵ CASTRO E ALMEIDA apud PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. 1999, p. 82.

¹²⁶ PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. 1999, p. 85.

Sé, agora seriam destinados a conservação da Igreja dos Jesuítas, piorando ainda mais o estado de conservação da antiga catedral. Sendo assim, a única responsável pela manutenção da velha igreja acabou sendo a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, que não dispunha de recursos para realizar as obras de manutenção necessárias no grande edifício provocando, aos poucos, ao longo do século XIX, a ruína dessa edificação.

Embora já bastante alterada, a Igreja da Sé chegou ao início do século XX preservando um conjunto de elementos artísticos bastante significativos, tais como uma portada de influências renascentistas, tida como única na arquitetura colonial brasileira, além de um conjunto precioso de objetos sacros no seu interior, como talhas, pinturas e azulejos. Aliado a esses valores artísticos, a igreja, que havia servido de fortaleza durante as incursões holandesas na Bahia, era uma das primeiras edificadas no Brasil e, mesmo já mal conservada, serviu de palco para as celebrações da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, assim como dos discursos do Padre Antônio Vieira e de Eusébio de Matos, abrigando, ainda, a posse de todos os Governadores-Gerais da colônia, tendo “um enorme significado e enraizamento na vida cultural do Brasil colônia”.¹²⁷

A demolição do templo havia sido definida em 1912, durante as reformas urbanas da primeira gestão de J. J. Seabra, no entanto, a celeuma em torno da destruição da Catedral Primada da Bahia durou vinte e um anos. Não tendo sido realizada nesse primeiro momento em função de diversos impasses,¹²⁸ a questão retorna à baila durante a década de 1920, quando Seabra volta a governar a Bahia, entre 1920 e 1924. As obras de melhoramentos previstas para o distrito da Sé estavam engavetadas desde a década anterior, e uma nova campanha de demolição da igreja, capitaneada pela municipalidade e pelos principais jornais da cidade retoma o fôlego. Desta vez, no entanto, a proposta vai encontrar grande resistência entre a intelectualidade baiana. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que havia se omitido da questão anteriormente, entra na disputa tendo como

¹²⁷ PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. 1999, p. 92.

¹²⁸ A questão dos interesses ao redor da destruição da Igreja, como os da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, que utilizava o templo; os da Arquidiocese, que estava interessada no valor a ser recebido com a desapropriação; os da Companhia Circular de Carris da Bahia, que pretendia facilitar o percurso dos seus bondes, cortando ou demolindo a igreja; e até mesmo da própria prefeitura de Salvador, em acordo com o Governo do Estado, estão bastante bem explorados em PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. 1999.

objetivo a preservação dos valores históricos e artísticos presentes na edificação. Na sessão de 22 de março de 1925, Wanderley Pinho sugere que seja criada uma comissão para estudar a questão e que o assunto seja discutido em outra sessão. Tal comissão foi composta por Theodoro Sampaio e Filinto Bastos, além do Padre Christiano Muller, que ficou encarregado de relatar a questão¹²⁹. Nessa mesma fala na Casa da Bahia, Wanderley Pinho defendeu a manutenção das feições do centro histórico soteropolitano:

A nossa cidade tem como um valor grande esse cunho seu característico, que são os aspectos coloniais de algumas de suas ruas e construções. Toda orientação de reforma, pois, deveria tomar como diretriz a conservação e resguardo dessas ruas estreitas, tortuosas, inclinadas, mas cheias de casas e palácios de antanho, repletos de arte velha e de tradições antigas. O bairro da Sé, nesse particular, desde a rua da Assembleia à Baixa dos Sapateiros é valiosíssimo, ao *touriste intelligente* e a quem não banalizou ainda o espírito nas impressões da mesmice do modernismo¹³⁰ (...) Respeitemos pois essa velharia que não poderíamos remodelar sem feiura e que só poderemos embelezar destruindo, para levantar sobre as ruínas coisa totalmente nova. **Repertamos a cidade na velha urbs intangível e a cidade mais nova, sujeita às transformações constantes** (...). Ofereçamos assim ao visitante e às gerações por vir um museu de antiguidade como um orgulhoso pergaminho de nossa prosápia, no bairro da Sé, e, como um atestado de nossa cultura contemporânea, a nova cidade [destaque nosso].¹³¹

Esse texto de Wanderley Pinho, feito poucos anos antes da criação da Inspetoria baiana, deixa explícito que os intelectuais que estavam pensando a construção de uma política de preservação na Bahia tinham uma visão da importância de preservação não só dos monumentos isolados, mas também dos conjuntos urbanos considerados de “valor notável”, como é o caso do centro histórico de Salvador. A partir da criação da Inspetoria de Monumentos, dois anos depois, pelo governador do Estado, Francisco Marques de Góis Calmon, a Sé passou a integrar as listagens dos chamados, Monumentos Nacionais presentes no estado, bem como o próprio centro histórico da cidade de Salvador, embora este não tenha sido delimitado. Fernando da Rocha Peres destaca que o governador era contra a demolição do templo e, durante a sua gestão, entre 1924 a 1928, ao contrário do governo anterior, passou a não estimular as demolições na cidade “não

¹²⁹ O parecer da comissão, datado de 28 de março de 1925, procura não entrar no mérito da necessidade de demolição do templo em função de melhoramentos urbanos, mas sim na importância da preservação da integridade do edifício, realçando os seus valores.

¹³⁰ Entender aí “modernismo” como o “ecletismo” das novas construções da cidade.

¹³¹ A IGREJA da Sé, em torno da sua demolição, proposta do Dr. J. Wanderley Pinho e Parecer da Comissão do Instituto. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1927. Nº. 51, p. 82-83.

por falta de recursos para os ‘melhoramentos’, mas também por convicção própria de que certos bens arquitetônicos devem ser protegidos, preservados e restaurados”.¹³² O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nesse final de década, liderou a campanha pela preservação da igreja “trambolho”, como a edificação era comumente chamada pela imprensa local, tendo publicado, a partir de então, os diversos *Protestos contra a demolição da Igreja da Sé*, na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* assinados não só por intelectuais baianos, como Borges de Barros e Pirajá da Silva, mas também por estudiosos de todo o país, a exemplo de Afonso Taunay, Gustavo Barroso, José Wasth Rodrigues, José Marianno Filho e Afonso Celso.

A polêmica seria arrefecida em função da intervenção de um aliado importante, o presidente Washington Luís, que, logo após sua eleição, em 1926, percorreu, em viagem, alguns estados do norte do Brasil, estando a Bahia inserida nesse roteiro. Na Cidade de Thomé de Souza, Washington Luís fez questão de conhecer alguns monumentos, bem como o centro histórico da cidade, visitando a Igreja da Sé em agosto de 1926. O seu interesse em relação ao passado colonial brasileiro, bem como aos edifícios construídos nesse período, não era novo; ele já o demonstrava enquanto prefeito de São Paulo, na década anterior, como se percebe nas suas incursões pelo interior paulista, comentadas na introdução deste trabalho. Para Fernando da Rocha Peres, essa visita, bem como os elogios ao templo feitos pelo Presidente eleito da República no seu discurso na sede do IGHB, causou um “mal estar naqueles que defendiam a sua demolição, afinal durante quatorze anos, o secular templo não contou com advogado mais ilustre”.¹³³

A partir do segundo semestre de 1928, os debates acerca da Sé foram desaparecendo e a questão parecia resolvida, porém ela não pôde ser evitada cinco anos depois. Neste ínterim, embora a imprensa não tivesse deixado de fazer sua campanha em prol da demolição daquele que era visto como um “monstro de pedra e cal”, foi somente em 1933 que a questão voltou de vez e o edifício foi demolido. Era um outro momento político, e, dessa vez, o Governo do Estado atuou ao lado da

¹³² PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. 1999, p. 98.

¹³³ *Ibid.*, p. 62.

Prefeitura e da Arquidiocese, viabilizando uma demolição planejada há vinte e um anos.

Desde 1912 (...) até a assinatura da escritura de expropriação, a igreja da Sé veio sendo, aos poucos, erigida em símbolo da tradição ou, se quiseram, em exemplo de resistências às mudanças que ocorriam, muito lentamente, na sociedade baiana. Se atentarmos bem para todo o processo, a queda do imóvel sacro é, ao mesmo tempo, uma “vitória” das ideias renovadoras dos urbanistas e um marco na criação, na sementeira, de uma mentalidade pronta a valorar os nossos bens culturais do passado colonial.¹³⁴

Fernando da Rocha Peres vê essa demolição como a semente que frutificaria na valoração de um patrimônio baiano, no entanto, ele parece desconsiderar que a própria criação da Inspetoria de Monumentos já foi o resultado de uma série de discussões que emergiram em torno das primeiras destruições ocorridas no centro histórico de Salvador, cerca de vinte anos antes. Os intelectuais que trouxeram à tona as discussões preservacionistas na Bahia assistiram à destruição do templo indignados. Em uma carta ao Secretário Perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Bernardino de Souza, datada de 12 de agosto de 1933, Wanderley Pinho lamentou

Porque a derrubam Sr. Bernardino? Porque querem e não é da nossa conta. Porque querem, e porque quiseram os trezentos contos porque a venderam. Que atestado de incultura! Que prova de barbárie! Que testemunho de mau gosto! Eu nunca julguei que isso se realizasse.¹³⁵

O templo começou a ser demolido, sem nenhum pronunciamento de repúdio ou tentativa de defesa feita pela Inspetoria de Monumentos, evidenciando que a Inspetoria não tinha poder de impedir as demolições e, embora tenha identificado aquilo que teria mérito em ser preservado, esse arrolamento das edificações se mostrou completamente ineficiente na defesa do patrimônio baiano. A Inspetoria, como acusou o Padre Manoel Barbosa anos depois, se mostrava sem utilidade na sua missão de defesa desses edifícios históricos, seja por falta de uma ação mais enérgica na tentativa de impedir a demolição de edifícios listados por ela como Monumentos Nacionais, seja pelo próprio Governo do Estado, que atuava em função dessas demolições.

O fato da Inspetoria ter falhado na proteção a alguns edifícios históricos, no entanto, não significa que ela era de todo inoperante; muito pelo contrário, uma vez

¹³⁴ PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. 1999, p. 151.

¹³⁵ PINHO, José Wanderley de Araújo apud PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. 1999, p. 154.

que uma das suas funções mais destacadas era o cuidado na evasão de obras de arte e antiguidades. O que norteou esses trabalhos foi o estabelecimento de uma fiscalização sobre a exportação de obras de arte de origem baiana, em especial aquelas produzidas no período colonial, bem como os inventários feitos de obras de arte encontradas nas edificações históricas classificadas. As visitas para averiguar o estado de conservação dos edifícios eram acompanhadas também da identificação de bens móveis e integrados, obras de arte ou antiguidades, que poderiam ser incorporados ao acervo Museu do Estado da Bahia, evidenciando que aqueles intelectuais tinham um olhar de cuidado voltado para o conteúdo dos edifícios históricos que, em muitas situações, não se refletia para com o próprio edifício. Essa visão fica ilustrada no caso da demolição do Solar Aguiar, aqui já mencionada, onde os painéis de azulejos foram devidamente documentados, antes de removidos, e depois instalados na Reitoria da Universidade Federal da Bahia e no Convento de Santa Teresa d'Ávila, que, em 1959, foi transformado no Museu de Arte Sacra desta mesma universidade.

Na primeira fase de atuação da Inspetoria, que vai da sua criação, em 1927, até 1938,¹³⁶ é importante destacar que haviam poucos funcionários, além de uma precariedade nas instalações e no funcionamento do Arquivo, do Museu e da própria Inspetoria. Estes órgãos não possuíam um edifício próprio para reunião e exposição do seu acervo, bem como para o desenvolvimento dos seus trabalhos cotidianos. O dia a dia de trabalho do Arquivo Público, do Museu do Estado e da Inspetoria de Monumentos era bastante imbricado e, naturalmente, ficava prejudicado com as sucessivas mudanças de endereço ocorridas nesse primeiro momento. Tal situação, de certa forma, apresenta uma pequena melhora em 1931, com a instalação dos órgãos no Solar Pacífico Pereira.¹³⁷ Embora, desde 1926, existisse ligada ao Museu do Estado uma “Secção de Pinacotheca” é somente neste ano que é criada, de fato, a Pinacoteca do Estado, que teria como tarefa centralizar as coleções de arte, entendidas como pinturas, enquanto o Museu seria responsável pela preservação dos objetos históricos propriamente ditos.

¹³⁶ Estas fases de atuação da Inspetoria de Monumentos são dadas por Vanessa Dócio na sua dissertação acerca da trajetória da preservação do patrimônio na Bahia. Para mais detalhes ver DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2014.

¹³⁷ Este edifício, hoje demolido, estaria localizando onde foi construído o Teatro Castro Alves.

Essa situação perdura até a mudança administrativa feita em 1938, quando o órgão focou suas atividades na fiscalização da exportação de bens móveis, deixando de lado o processo de inventário dos bens edificados. Com o Decreto n.º 10.744, de 16 de maio de 1938, ocorreu uma reorientação intelectual na Inspetoria. Ocasionalmente pela troca de lideranças políticas, a Pinacoteca, o Museu do Estado e a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais são desligados da Secretaria do Interior e Justiça e passam a fazer parte da Secretaria de Educação e Saúde, constituindo, juntos, a Inspetoria do Museu e Monumentos. A partir daí os antes onipresentes membros do IGHB foram substituídos por intelectuais ligados ao Movimento Moderno e ao recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan.

José Valladares, em meados de 1938, foi chamado a dirigir a Inspetoria, célula baiana estadual de proteção aos bens históricos e culturais e, com ela, a Pinacoteca e o Museu. Ele iria aproximar-se inevitavelmente do Sphan. Com outra matriz em mente – e, pela primeira vez, uma matriz especializada para trabalhos em museus –, José Valladares, no início de sua gestão, cuidou diretamente de reorientar a “desorganização” que entendia ter encontrado.¹³⁸

José Antônio do Prado Valladares, nasceu em Salvador em 3 de maio de 1917, mesmo ano em que Wanderley Pinho começou a militar em prol da preservação do patrimônio baiano, e era o irmão mais velho do crítico e historiador da arte Clarival do Prado Valladares. Membro de uma tradicional família baiana, José Valladares estudou no Ginásio Pernambucano e na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou, em 1937. De volta a Bahia, aos 21 anos, assumiu oficialmente, em 23 de fevereiro de 1939, a Inspetoria do Museu e de Monumentos. A partir de então, a principal, e praticamente única, atividade desenvolvida pela Inspetoria de Monumentos, passou a ser a de fiscalizar a exportação de obras de arte coloniais, no entanto, sem controlar, de fato, a situação, apenas se pronunciando e não restringindo a saída desses bens do estado. Já em relação à preservação do patrimônio edificado, a partir de 1938, a Inspetoria buscou direcionar qualquer ação nesse sentido para o Sphan. José Valladares, em um ofício enviado ao então Secretário de Educação e Saúde da Bahia, reconhece que

A situação dos edifícios de arquitetura militar, religiosa ou civil, que merecem uma proteção especial do Governo pelo seu valor artístico ou significação histórica, ao contrário dos objetos de arte exportáveis,

¹³⁸ CERÁVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.19. n.1. p. 189-243. jan.- jun. 2011, p. 215.

melhorou, com a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação.¹³⁹

O aparente distanciamento de José Valladares no trato aos bens edificados, após a criação do Sphan, fica evidente em diversas correspondências, como, por exemplo, no ofício enviado a Antônio Mattos onde ele tece elogios ao órgão federal.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional veio colocar sob a proteção do Ministério da Educação e Saúde um grande número de imóveis baianos que, embora arrolados desde 1927 pela Inspetoria Estadual de Museus e Monumentos Nacionais, não se achavam resguardados, pelas razões já expostas, de modificações nocivas ao seu valor artístico e a sua significação histórica. Pode-se dizer sem receio de exagerar que o Serviço do Patrimônio efetuou o tombamento do que possuímos de melhor em matéria de imóveis, sendo a eficiência das medidas protetoras desse Serviço um fato tão conhecido que os bens por ele tombados devem ser considerados zelosamente protegidos de qualquer dano.¹⁴⁰

Nesse documento, José Valladares ainda afirma que a Inspetoria sempre esteve “prejudicada” nessa questão, tanto pela ausência de orçamento quanto de medidas administrativas que assegurassem a sua atuação. Valladares cita, nominalmente, os casos de demolição tanto da Igreja da Sé quanto do Solar Aguiar, considerando-os “atentados” ao patrimônio baiano, feitos sem que a Inspetoria tomasse as medidas necessárias para a preservação desses bens. Embora não oficializada, essa distância no tratamento dos bens edificados vai se mostrando cada vez mais presente até 1945, quando ela é, de fato, tornada oficial. A partir desse ano, além da menção a bens edificados desaparecer totalmente dos relatórios de atividades da Inspetoria de Museus e Monumentos, um ofício, enviado ao Secretário de Educação e Saúde, sela de vez a questão.

Depois da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, a proteção dos imóveis recebeu uma larga e completa atenção, que o Estado não estaria em condições financeiras e técnicas de substituir. Pensando realisticamente, devemos considera-la como uma questão resolvida pelo Governo Federal.¹⁴¹

Embora os órgãos estadual e federal se distanciassem em relação à natureza dos bens protegidos, José Valladares, diretor da Inspetoria, e Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Sphan, colaboraram de forma mútua, nutrindo uma relação de amizade que fica evidente nas correspondências trocadas entre eles, que estão

¹³⁹ Ofício 162, enviado por José Valladares ao Secretário de Educação e Saúde, em 7 de julho de 1939. Caixa José Valladares (1939-1959). Acervo do Museu de Arte da Bahia.

¹⁴⁰ Ofício enviado por José Valladares ao Delegado Auxiliar Antônio Mattos, em 22 de janeiro de 1943. Caixa José Valladares (1939-1959). Acervo do Museu de Arte da Bahia.

¹⁴¹ Ofício 164, enviado por José Valladares ao Secretário de Educação e Saúde, em 29 de dezembro de 1945. Caixa José Valladares (1939-1959). Acervo do Museu de Arte da Bahia.

sob a guarda do atual Museu de Arte da Bahia e do Arquivo Central do órgão federal de preservação. Para Suely Cerávolo, os textos de José Valladares, daquele momento, em relação à defesa do patrimônio baiano mostram, nitidamente, a presença da “substância Sphan’ ou o modo de lidar com as questões de arte, arquitetura e cultura desse órgão federal”.¹⁴² Esse foi o encaminhamento dado a uma ação executada por intelectuais baianos em prol da preservação do patrimônio no seu estado que, com erros e acertos, fez emergir diversos elementos que compõem a construção do campo patrimonial brasileiro. No entanto, este não foi o único estado a criar uma estrutura administrativa ligadas à preservação de edificações históricas. No ano seguinte à criação da Inspetoria baiana, o estado de Pernambuco também criou um órgão com os mesmos fins num contexto semelhante, porém, as ações desenvolvidas no estado onde primeiro se instalou a cultura canavieira foram bastante distintas.

2.1.2 A Inspetoria de Pernambuco, inventário e obras.¹⁴³

A mais antiga referência ao Recife é encontrada no Foral de Olinda, em 12 de março de 1537, e esse local, apontado como o principal escoadouro da produção de açúcar e madeira da rica capitania de Pernambuco, logo se transformou em um dos principais portos da Colônia. No entanto, apesar deste porto consolidado, foi somente com o abandono de Olinda, a partir do domínio holandês, na primeira metade do século XVII, que o Recife começou a se consolidar através da realização de obras de melhoramentos e a expansão do pequeno vilarejo e do porto. Após a expulsão dos flamengos, embora Olinda tenha voltado a ser a sede administrativa da Capitania, o Recife continuou a se desenvolver, ao ponto de se emancipar de Olinda após a Guerra dos Mascates, no século XVIII, tornar-se a capital de Pernambuco e a porta comercial da capitania detentora do monopólio da exportação de açúcar. Essa condição de primazia só se alterou a partir da segunda metade do

¹⁴² CERÁVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.19. n.1. p. 189-243. jan.- jun. 2011, p. 219.

¹⁴³ A trajetória da Inspetoria de Monumentos de Pernambuco já foi estudada por nós, de forma mais alargada, na publicação CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria de Monumentos de Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 2014. Nesta parte do capítulo, no entanto, buscamos reconstituir alguns pontos dessa trajetória que se fazem mais presentes nas concepções que formaram o campo patrimonial no Brasil.

século XVIII, quando uma grave crise atingiu o setor açucareiro pernambucano, causada tanto pela queda do açúcar no mercado internacional, quanto pela crescente produção de açúcar na Bahia e no Rio de Janeiro. Pernambuco, que havia exercido um importante papel político e econômico no período colonial, viu essa importância nacional diminuir cada vez mais ao longo do século XIX. A medida que a monocultura açucareira decaía, o estado se esforçava para manter uma fachada de influência nacional que não mais possuía. As transformações econômicas e socioculturais acontecidas a partir desse momento, bem como as flutuações na economia e um processo de “europeização” do Recife, comum a outras capitais brasileiras, como Salvador e o Rio de Janeiro, entendido aqui como uma disseminação generalizada do Ecletismo na arquitetura, foram, aos poucos, mudando a fisionomia da cidade, aprofundadas com a Reforma do Porto, ocorrida nas primeiras décadas do século XX. O Bairro do Recife, núcleo inicial de ocupação, que possui uma trajetória intimamente ligada ao crescimento do Porto e ao desenvolvimento socioeconômico de Pernambuco, é profundamente transformado a partir de 1909, com a demolição de quase todo o seu conjunto arquitetônico. A atividade portuária, que imprimiu uma marca indelével na formação da cidade, não era mais a única daquele lugar e, embora ela prevalecesse, a região estava marcada por diversas outras atividades econômicas que deram à cidade a sua condição de centro regional. Tais transformações, exaltadas por uma elite local, que via aí uma solução para os vários problemas do estado, em pouco tempo foram responsáveis pela construção de um cenário favorável ao surgimento das primeiras ideias preservacionistas em Pernambuco.

Imagem 06 – Demolição da Rua do Bom Jesus, Recife. Francisco du Bocage, 1913.



Fonte: Coleção Benício Dias, Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

A decisão de reformar o Porto e o Bairro do Recife fez parte de um projeto de modernização nacional que ocorreu no período compreendido entre o final do século XIX e o princípio do século XX, coroando um processo de modernização que já se havia iniciado na cidade ainda no século anterior. Para Cátia Lubambo, o Plano de Reaparelhamento associado à Política Sanitária serviram de justificativas para a reforma, entretanto, essa decisão ocorreu alheia àquelas vinculadas aos serviços portuários, e essa ação “revestiu-se de relevância e significados particulares em meio àquelas mudanças nacionais”.¹⁴⁴ A reforma contou com um grande apoio das elites dirigentes. Arthur Orlando, intelectual ligado à elite açucareira e, à época, editor chefe do *Diário de Pernambuco*, defendeu exaltadamente a Reforma em mais de uma ocasião.

O melhoramento do porto de Pernambuco não refere somente às obras hidráulicas da fachada do Recife sobre o Atlântico, quer dizer reforma da cidade em seu todo, reconstrução de um Recife Novo, tendo em vista desde o saneamento do solo e depuração das águas até o embelezamento dos jardins e aformoseamento das praças públicas.¹⁴⁵

As mudanças defendidas por Orlando eram permeadas por um sentimento de nostalgia em relação ao fausto que o estado viveu no passado, que só seria reestabelecido “como por encanto”¹⁴⁶ através de uma grande transformação, materializada na modernização da infraestrutura do Porto e da cidade. Entretanto, tais transformações no bairro portuário não se limitaram a simples recomposições de fachadas ou à construção de alguns novos edifícios. De fato, a intervenção no traçado urbano levou à demolição de quase todo o núcleo inicial da cidade. Este novo Porto, parcialmente inaugurado em 1918, seguiria em obras até meados da década seguinte, enquanto as demolições no Bairro do Recife, propriamente dito, ocorreram no curto período de 1910 a 1913. Um Recife “velho” desaparecia sob a euforia da elite dirigente, que o via como um símbolo do atraso, do período colonial e da insalubridade, e sob o lamento de quase ninguém. Segundo Cátia Lubambo, os poucos protestos que ocorreram no período diziam respeito, apenas, às baixas indenizações pagas aos antigos proprietários das edificações demolidas. O Bairro do Recife, centro comercial e financeiro que deu nome à cidade, se transformou

¹⁴⁴ LUBAMBO, Cátia Wanderley, *O Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991, p. 19-20.

¹⁴⁵ ORLANDO, Arthur. *O Porto e a cidade do Recife*. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1908.

¹⁴⁶ ORLANDO, Arthur. *A Terra e o Homem*. Recife: Emp. d'O Tempo, 1913, p. 51.

profundamente, e essas transformações foram narradas por Mario Sette, no livro *Arruar*.

O antigo bairro do Recife torturado de ruas estreitas e becos incríveis de tortuosidade; o Largo do Corpo Santo, o Beco das Sete Casas, a Rua da Cadeia, o Arco do Bom Jesus, a Doca do Arsenal, o Cais da Companhia Pernambucana... Tudo isso se sumiu na paisagem da cidade. Ninguém o reconstitui mais sem tê-lo conhecido. E mesmo entre os que o conheceram, quantos de memória pouco nítida! Não há saudosismo em recordá-lo.¹⁴⁷

Os antigos arruamentos tortuosos e estreitos cediam lugar às largas avenidas radiais, que, tendo como ponto de partida o Marco Zero, obedeciam aos moldes da estética dos *boulevards* parisienses traçados pelo Barão Haussmann. A abertura da Avenida Central, da Avenida do Porto e o alargamento da Avenida Marquês de Olinda buscaram dar ao Recife uma atmosfera típica da *Belle-époque*. A arquitetura colonial, de sobrados magros e esguios construídos em lotes profundos, foi substituída pela dos grandes edifícios ecléticos. Sette continua:

E o Corpo Santo também se desmanchava. (...) Ao pé da ponte o Arco da Conceição igualmente ia, pouco a pouco privando-se de suas pedras e de sua fisionomia própria. (...) O bairro do Recife, aquela “outra banda” dos velhos habitantes de Santo Antônio e da Boa Vista, iria ser outro. Tudo no chão. Nunca se vira uma loucura assim.¹⁴⁸

A Matriz do Corpo Santo remontava ao surgimento do Recife, no século XVI, quando este ainda era o porto de Olinda. A pequena capela que existia no local, dedicada a São Frei Pedro Gonçalves, foi reformada e ampliada na segunda metade do século XVII. Em 1800, a Irmandade do Santíssimo Sacramento compra de Portugal uma nova fachada, objetivando uma nova reforma, sendo esse novo edifício entregue ao culto doze anos depois. Com as reformas do Porto, o templo veio abaixo em 1913. Já os arcos da cidade, inicialmente, foram construídos, no período da ocupação holandesa, nas cabeceiras da primeira ponte erguida no Brasil, ligando o núcleo antigo do porto à parte que se expandia, na ilha de Antônio Vaz. Essas simples construções em madeira deram lugar, ao longo do século XVIII, a monumentais arcos em alvenaria de pedra, que se tornaram elementos marcantes na paisagem recifense, reconstruídos sob invocações religiosas: Santo Antônio, no bairro de mesmo nome, e Nossa Senhora da Conceição, no Bairro do Recife. O primeiro a vir abaixo, em 1913, foi o Arco da Conceição, com o intuito de permitir o alargamento da Avenida Marquês de Olinda; poucos anos mais tarde, em 1917, foi a

¹⁴⁷ SETTE, Mário. *Arruar, História Pitoresca do Recife Antigo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante no Brasil, 1978, p. 14-15.

¹⁴⁸ Ibid., p. 55.

vez do Arco de Santo Antônio ser destruído por “conveniência de tráfego”.¹⁴⁹ Aquele não era mais o Recife do Corpo Santo, dos Arcos da Conceição e de Santo Antônio, das ruas tortas e dos típicos sobrados altos e magros. Agora um “Recife Novo” se mostrava através de construções como as sedes do *London & River Plate Bank*, da Companhia Aliança da Bahia ou da Associação Comercial, edificações Ecléticas, com influências historicistas europeias, que marcam a paisagem do bairro até o presente. Sob a influência desse gosto pelos estilos históricos europeus, o Neogótico se popularizou com a reforma de diversos edifícios religiosos. A antiga capela do engenho Casa Forte e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Coqueiros sofreram “restaurações de resultado lamentável e dolorosamente grotesco”,¹⁵⁰ mas o caso de maior repercussão foi a reforma da Igreja da Sé de Olinda.

Conhecida como Igreja do São Salvador, a Sé de Olinda teve sua construção iniciada ainda em princípios da ocupação portuguesa na área, no século XVI, e sua primeira conformação foi destruída, em 1631, durante o período da ocupação holandesa, pelo incêndio que devastou o local. Após a Restauração Pernambucana, foram iniciados os trabalhos de reconstrução de Olinda, inclusive da igreja, que, em 1676, foi elevada à categoria de Sé. De composição simples, com apenas uma torre construída e um frontão recortado por volutas, esse “velho templo, rude, acaçapado, de uma arquitetura ingênua, mas um monumento vivo do passado extinto”¹⁵¹ perdurou até 1911, quando tiveram início as reformas ordenadas pelo arcebispo Dom Luiz de Britto.

Com esse atentado da remodelação do templo, com a destruição de uma obra – que tinha em si o caráter do século em que surgiu, e significava na sua ingenuidade, na simplicidade de suas linhas a aspiração e a piedade dos homens que a fizeram, – desapareceu, em grande parte, o que tinha de belo, artístico e tradicional.¹⁵²

¹⁴⁹ FERNANDES, Anníbal. *Relatório da Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais : apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores*. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 8.

¹⁵⁰ FREYRE, Gilberto, 91. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 jan. 1925.

¹⁵¹ PEREIRA DA COSTA, F.A. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953, p. 264.

¹⁵² *Ibid.*, p. 265.

Imagem 07 – Igreja da Sé com feição neogótica, Olinda. Autor não identificado, 1919.



Fonte: Coleção Benício Dias, Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Projeto do arquiteto Rodolfo Lima, a obra, que teve fim em 1919, foi responsável pela destruição de muitos elementos setecentistas, incluindo quase todos os seus painéis de azulejos. As grandes pinturas que ornamentavam as capelas desapareceram e os fragmentos dos retábulos em madeira, substituídos por obras em alvenaria de “uma lastimável pobreza de gosto e arte”,¹⁵³ foram tratados como lixo. A partir do final da década de 1910, a boa parte das grandes obras que modernizaram a capital pernambucana já havia sido concluída. O Recife Novo se mostrava como uma cidade cosmopolita aos olhos da aristocracia e se para uns ele representava um indício civilizatório, para outros aquilo era uma completa descaracterização dos aspectos tradicionais da cidade. Essas mudanças foram muito lembradas, durante a década seguinte, quando um grupo de intelectuais lamentou essas transformações, sendo Anníbal Fernandes o primeiro deles a levantar voz contra a destruição de um patrimônio no Estado.

Anníbal Gonçalves Fernandes nasceu no município pernambucano de Nazaré da Mata, em 30 de dezembro de 1894. Casado com Fédora Monteiro, irmã do pintor Vicente do Rego Monteiro, Anníbal tinha um contato muito próximo com as artes

¹⁵³ PEREIRA DA COSTA, F.A. Anais pernambucanos. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953, p. 265.

plásticas e chegou a estudar história da arte em Paris. Professor, deputado estadual e secretário de Justiça e Instrução foram alguns dos postos ocupados por ele, no entanto, sua grande paixão foi o jornalismo, onde sua vida profissional começou muito cedo, em 1913, antes mesmo de se formar na Faculdade de Direito do Recife, através da colaboração em diversos jornais. Foi no *Diário de Pernambuco* que ele deixou uma marca indelével, e no qual redigiu a coluna *De Uns e de Outros*, entre 5 de janeiro de 1919 e 6 de dezembro de 1922. Foi nessa coluna, onde ele tratou dos mais variados assuntos, que o jornalista começou a desempenhar um papel de destaque na luta pela preservação do patrimônio em Pernambuco. Em muitos dos artigos percebemos um tom de defesa dos valores tradicionais e do patrimônio construído, sendo que, em alguns textos, ele criticou diretamente os “demolidores desapiados” dos monumentos históricos do estado. Nesses artigos fica clara a sua posição contrária à arquitetura eclética e aos revivalismos europeus que se propagavam pela cidade, pontuando sobre o caráter “duvidoso” dessa arquitetura. Para Fernandes, deveria se buscar na arquitetura, assim como nas outras artes, uma identidade nacional, que se alimentasse do nosso passado, defendendo a arquitetura Neocolonial em diversas ocasiões.

No entanto, se por um lado Anníbal defendia os valores da arquitetura colonial, por outro, o jornalista reconhecia a necessidade de “modernização” da cidade, ou melhor, de “higienização”, e, em mais de um artigo, ele citou os trabalhos de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, defendendo que este havia transformado uma cidade suja e insalubre numa verdadeira metrópole urbanizada. Em relação ao Recife, ele chegou ao ponto de elogiar os avanços que a cidade havia dado recentemente nesse aspecto, criticando o traçado colonial e mencionando a remodelação do Bairro do Recife. Segundo ele, tais avanços tiraram o aspecto de “povoação da roça” e transformaram a cidade numa “capital moderna e civilizada”¹⁵⁴. Já em outro texto, ele defende que

O Recife foi surgindo em ruas pessimamente orientadas, tortuosas, estreitas, mal isoladas e longas, com casas, em geral, de um único pavimento; de modo que hoje o que se observa é uma cidade enorme em área, de edificação defeituosa e disseminada.¹⁵⁵

¹⁵⁴ FERNANDES, Anníbal. Coluna: De Uns e de Outros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 jan. 1920.

¹⁵⁵ Id. Coluna: De Uns e de Outros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 jan. 1920.

Vemos aí, de forma bastante explícita, que, para Fernandes, o patrimônio edificado não se constituía através dos diversos sobrados de arquitetura simples e repetitiva nem dos becos e vielas estreitos encontrados no centro do Recife, aspectos defendidos por Wanderley Pinho, e outros intelectuais baianos, em relação a Salvador. Fernandes entendia o patrimônio edificado como aquele composto por edifícios isolados, que se destacaria dos demais por possuir valores, ou artísticos ou históricos, diretamente ligados a fatos e personalidades do passado. Essa visão, de certa forma, predominou nas políticas patrimoniais brasileiras que tomaram corpo nas décadas seguintes, quando os conjuntos urbanos, salvo pouquíssimos casos, ainda não eram vistos como um todo interligado, detentores de valores monumentais. Anníbal Fernandes foi, aos poucos, conquistando amigos que partilhavam sua causa, a exemplo de Gilberto Freyre, e, de uma forma geral, essas suas críticas lhe renderam uma fama de defensor dos monumentos em Pernambuco. José Lins do Rego classificou como “bom tradicionalismo” a luta de Fernandes e destacou:

Contra a Sé de Olinda, caíram as picaretas do mestre de obras. Anníbal gritou. Os demolidores insistiram. (...) Anníbal Fernandes, com o apoio de Carlos Lira, diretor do Diário de Pernambuco, não parou no seu protesto veemente. E aí começa a sua carreira de defensor dos monumentos pernambucanos.¹⁵⁶

Gilberto Freyre, em mais de uma ocasião, elogiou as ações de Anníbal, e viu nele um aliado para sua causa, convidando-o, inclusive, para escrever um ensaio sobre o Recife para o *Livro do Nordeste*. Nele, Fernandes criticou os, supostos, benefícios trazidos pelo progresso e pelo desenvolvimento, afirmando que eles não compensaram as perdas que a cidade teve. Efetivamente, para ele, a cidade havia adquirido um “ar de civilização de transatlântico”, sendo, para os pernambucanos, difícil se encontrar ali. Gilberto viu em Anníbal um aliado para sua causa, ambos, rapazes “insolentes e sem fraque”,¹⁵⁷ acreditavam que algo deveria ser feito, sendo preciso intervir para que não se destruísse as reminiscências de um passado pernambucano, um passado que era herança do período colonial, o período de grandeza econômica da região.

¹⁵⁶ REGO, Jose Lins do. *Gordos e Magros*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1942, p. 332-333.

¹⁵⁷ O termo “sem fraque” faz alusão ao fato de ambos estarem em desacordo com as posturas adotadas pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, o IAHGP. Para mais detalhes acerca dos desentendimentos de Gilberto Freyre e Anníbal Fernandes com os intelectuais do IAHGP ver CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspeção de Monumentos de Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 2014.

Sociólogo, antropólogo, historiador, escritor, pintor, muitas foram as formas que Gilberto Freyre foi conhecido. Nascido no Recife, em 15 de março de 1900, Gilberto foi um dos mais importantes cientistas sociais que o Brasil já teve. Segundo ele mesmo, desde criança, sempre demonstrou interesse pelo passado da região. Integrante de uma família tradicional pernambucana, Freyre procurou profissionalizar-se como intelectual, e foi assim, que ele começou a construir o seu espaço no meio erudito local. Após uma temporada de formação nos Estados Unidos e na Europa, Gilberto Freyre retorna ao Recife em março de 1923, sendo recebido por um artigo elogioso de Anníbal Fernandes.¹⁵⁸ A cidade, especialmente o centro e a região do Porto, havia sofrido muitas mudanças em relação às suas lembranças. No seu *Diário de adolescência e primeira mocidade*, publicado com o título de *Tempo morto e outros tempos*, é curioso notar que o primeiro registro feito após o retorno ao Recife é exatamente sobre o seu estranhamento em relação à nova cidade.

Deixei o Brasil, ainda menino, e venho revê-lo homem feito. Venho revê-lo com outros olhos: os de adulto. Adulto viajado pela América do Norte e pela Europa. Adulto como se diz em inglês, sofisticado. Edifícios que aos meus olhos de menino pareciam grandiosos e dos quais eu guardei, nestes cinco anos de ausência absoluta, impressão de grandiosidade, surgem-me agora tão mesquinhos que sinto necessidade de reajustar-me não só a cada um deles como aos conjuntos de valores a que eles pertencem (...) Também alguns dos velhos sobrados azuis, encarnados, verdes, amarelos, do Recife do meu tempo de menino, volto a contemplá-los agora, com olhos de homem, sem que eles tenham perdido o prestígio que outrora tiveram para a minha imaginação de criança de província. Continuam profundos e misteriosos. É que há neles, nos conventos, nas igrejas, no Teatro Santa Isabel, uma autenticidade que falta aos falsos monumentos como a Estação Central e o Palácio do Governo.¹⁵⁹

Nos passeios que fez pelo Recife com o amigo e deputado federal Luís Cedro,¹⁶⁰ Gilberto estranhou a sua cidade natal e passou a criticar as mudanças pelas quais o Recife havia passado, e ainda estava passando. Segundo ele, aquele Recife Novo o fazia sentir-se um estrangeiro na própria cidade. A partir de 22 de abril de 1923, e durante dois anos, ele publicou uma série de cem artigos numerados no *Diário de Pernambuco* abordando diversos assuntos. Além da crítica aberta ao chamado “futurismo”, podemos dizer que o que constitui o núcleo de

¹⁵⁸ FERNANDES, Anníbal. Gilberto Freyre. *Diário de Pernambuco*. Recife, 8 mar. 1923.

¹⁵⁹ FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade - 1915-1930*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 125-126.

¹⁶⁰ Luís Cedro nasceu no Cabo de Santo Agostinho, em 1885, e estudou na Faculdade de Direito do Recife, onde diplomou-se em 1908. Foi Deputado Estadual de 1920 a 1921, e Federal de 1921 a 1923. Também foi colaborador do *Diário de Pernambuco*.

preocupação desses artigos é a defesa da tradição e dos valores regionais. No de número 34,¹⁶¹ Freyre apoiou a proposta para organizar a proteção dos monumentos históricos brasileiros através da criação de uma Inspetoria dos Monumentos Nacionais, apresentada ao Congresso Nacional, no dia 3 dezembro de 1923, por Luís Cedro. No mesmo artigo, ele também citou as reformas realizadas na Sé de Olinda na década anterior, feitas pelo, então, arcebispo Dom Luiz de Britto,¹⁶² e defendeu que, no Brasil, se “institua uma campanha que nos eduque no gosto da antiguidade, no gosto do nosso passado, da nossa tradição”.¹⁶³

Freyre via no Nordeste uma diferenciação cultural em relação ao restante do país, em parte causada pela invasão holandesa no século XVII, que transformou o Recife no centro administrativo de uma área muito semelhante ao Nordeste daquele momento, além de fazer da cidade o centro financeiro, comercial e intelectual judaico-holandês. Outro fator, levado em conta por ele, foi uma “consciência regional”, que existiria desde o período colonial e que levou a diversas revoltas. O sociólogo cita fatos como a Invasão Holandesa e a Insurreição Pernambucana, a Revolução Pernambucana, em 1817, a Confederação do Equador, em 1824, a Revolta Praieira, de 1848, e até mesmo a fundação da Faculdade de Direito do Recife e a atuação regional do *Diário de Pernambuco* para dar legitimidade a esses argumentos. Essas ideias incentivadas por ele, naquele momento, fizeram parte da construção uma identidade da região,¹⁶⁴ capitaneada pelo chamado Movimento Regionalista que,

Vincula-se a uma idealização do passado, a uma exaltação das tradições, a uma saudade de um tempo sem a pressa e sem a técnica trazida pelas invenções modernas. Cria-se um culto aos valores locais, ressaltando-se a ameaça das ideias vindas de fora, o perigo que elas representam. O *Livro do Nordeste*, lançado em 1925, comemorando o centenário do Diário de Pernambuco, demonstra bem a força do regionalismo.¹⁶⁵

De fato, um marco importante para o Regionalismo foi a publicação do *Livro do Nordeste*, que contou com a colaboração de diversos intelectuais amigos de

¹⁶¹ FREYRE, Gilberto. 34. *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 dez. 1923.

¹⁶² Tendo permitido a venda e posterior destruição da Igreja do Corpo Santo e a descaracterização da Igreja da Sé, o arcebispo era considerado, tanto por Anníbal Fernandes quanto por Gilberto Freyre, um inimigo do patrimônio eclesiástico em Pernambuco, e alvo fácil de críticas realizadas por esses dois intelectuais.

¹⁶³ FREYRE, op. cit..

¹⁶⁴ Para mais detalhes acerca do processo de construção da uma identidade nordestina nesse período, consultar ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Munir de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

¹⁶⁵ REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997, p. 94.

Freyre, como Luís Cedro, Odilon Nestor e Anníbal Fernandes. Nessa publicação é latente o sentimento nostálgico de um Recife que não mais existe, refletido tanto no tom saudosista dos textos quanto nas ilustrações, desenhadas pelo pintor Manoel Bandeira,¹⁶⁶ que retratam monumentos pernambucanos. Foi para o *Livro* que, atendendo a um pedido de Gilberto Freyre, o poeta Manuel Bandeira¹⁶⁷ escreveu *Evocação do Recife*. Muitos desses intelectuais que participaram da elaboração da publicação, como Amaury de Medeiros, Carlos Lyra Filho e o próprio Gilberto Freyre, faziam parte do Centro Regionalista do Nordeste, grupo formado no ano anterior, por iniciativa de Odilon Nestor, que tinha como principal objetivo a valorização da cultura local e a defesa das tradições regionais. Neroaldo Azevedo,¹⁶⁸ repassando as páginas do *Diário de Pernambuco* naquele período, reconstituiu a trajetória de atuação do Centro que, a partir de pequenas ações, começou a ganhar uma notoriedade que lhe permitiu realizar o *1º Congresso Regionalista do Nordeste*, no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife, entre os dias 7 e 11 de fevereiro de 1926. O programa-convite do Congresso, assinado por Odilon Nestor e Gilberto Freyre, apresenta o encontro como “uma grande afirmação das aspirações regionalistas, cuja índole e orientação devem ser definidas pela convergência dos melhores elementos intelectuais do Nordeste”.¹⁶⁹ O programa dividiu-se em nove temas agrupados em duas partes: a primeira relacionava-se aos problemas econômicos e sociais; a segunda, à vida artística e intelectual. Neste segundo grupo é importante destacar a presença de um item destinado a discutir a defesa do patrimônio artístico e dos monumentos históricos.

Além das sessões de abertura e de encerramento, houve ainda três sessões plenárias para a apresentação e discussão de textos. Foram visitados alguns edifícios históricos, como as igrejas de São Pedro dos Clérigos, da Conceição dos Militares e da Madre Deus, no Recife; a casa-grande do engenho Megahype, em

¹⁶⁶ Nascido em Escada, Pernambuco, em 1900, o desenhista, ilustrador e pintor Manoel Bandeira se formou no antigo Liceu de Artes e Ofícios do Recife. Além de ilustrações para livros e periódicos, como o *Diário de Pernambuco* e *A Província*, Bandeira também trabalhou fazendo levantamentos gráficos descritivos de edifícios históricos, como o da sede do jornal *A Tribuna*, na Rua da Aurora. Faleceu no Recife, em 1964.

¹⁶⁷ Nascido no Recife, Pernambuco, em 1886, o poeta, crítico literário e professor Manuel Bandeira é considerado um membro da primeira geração do Movimento Modernista brasileiro. Foi membro do Conselho Consultivo do Sphan e da Academia Brasileira de Letras. Faleceu, no Rio de Janeiro, em 1968.

¹⁶⁸ AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

¹⁶⁹ Programa-convite do *1º Congresso Regionalista do Nordeste*, documento reproduzido em AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

Jaboatão; como também os centros históricos das cidades de Olinda e Igarassu. Complementando os passeios, também foram feitas visitas a novos edifícios construídos aos moldes do gosto Neocolonial, como o Hospital Oswaldo Cruz e o Grupo Escolar de Afogados. O Congresso recebeu grande destaque na imprensa local, particularmente nos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *A Província*, que publicaram, diariamente, o andamento das atividades, bem como os resumos dos trabalhos apresentados. Nos discursos proferidos pelos convidados, a preservação de edifícios históricos foi maciçamente defendida. Anníbal Fernandes, dirigindo-se às autoridades eclesiásticas do Nordeste, solicitava evitar a destruição ou remodelação das igrejas e conventos nos estados, limitando que as obras realizadas fossem apenas de conservação. Na oportunidade, Luís Cedro reapresentou o seu projeto de criação de uma Inspetoria de Monumentos, e os participantes do congresso resolveram sugerir aos governadores de cada um dos estados presentes a criação de uma comissão destinada a zelar pelo seu patrimônio.

Pode-se dizer que a preocupação central do encontro foi a reabilitação dos valores tradicionais do Nordeste, sendo que o aspecto que mereceu grande destaque foi a defesa da arquitetura local, tanto dos pequenos edifícios quanto dos monumentos históricos. O resultado obtido com essas ações seria a não-descaracterização das cidades nordestinas pelas influências estrangeiras, materializadas, naquele momento, pela arquitetura eclética. Ao fim do encontro, no dia 12 de fevereiro de 1926, o *Diário de Pernambuco*, publicou um apanhado geral das ideias defendidas ao longo do evento, do qual destacamos o seguinte trecho:

Vimos no decorrer deste congresso, que a conservação dos costumes tradicionais não tem nenhuma incompatibilidade com os progressos da arquitetura, com a higiene moderna, com nenhuma das conquistas da civilização; vimos que a casa colonial, conservando o seu caráter, pode receber todo o conforto atual; vimos que para resolver problemas de trânsito não é preciso arrasar à picareta monumentos históricos; que o bom urbanista sabe como harmonizar uma velha igreja com a nova rua; vimos que para cuidar da conservação do nosso patrimônio artístico tradicional não se precisa arruinar o país.¹⁷⁰

Segundo Anco Márcio Vieira, foi nesse congresso que surgiu muito da sensibilidade intelectual e artística que se desenhou no Brasil a partir da década de 1930, quando a defesa dos ideais modernistas passou a conviver e, até mesmo, a

¹⁷⁰ 1º CONGRESSO Regionalista do Nordeste. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 fev. 1926.

se alimentar do patrimônio histórico e artístico nacional.¹⁷¹ É importante destacar que as ideias modernistas, ligadas à renovação estética pretendida com a Semana de Arte Moderna de 1922, chegaram a Pernambuco já no início daquela década, tendo como seu grande arauto o jornalista Joaquim Inojosa, que descartava a possibilidade de se deter na valorização do passado da região. Para ele, o que deveria interessar era o Brasil contemporâneo, que estava sendo construído naquele momento, inspirado na natureza e nos costumes brasileiros.¹⁷² Os Regionalistas, combateram essas ideias, e buscaram valorizar o passado, como forma de se construir a nação. Para esses intelectuais, a preservação do patrimônio histórico seria um elemento essencial para o desenvolvimento do país.

Em pouco tempo, os Regionalistas conseguiriam pôr em prática suas ideias, fazendo com que, em Pernambuco, a preocupação com a preservação do patrimônio passasse a fazer parte de uma política oficial do Estado. As articulações para criação da Inspetoria de Monumentos de Pernambuco começam a partir do momento em que Anníbal Fernandes e Gilberto Freyre usaram seus cargos públicos nesse sentido. Em 1927, Freyre foi nomeado Chefe do Gabinete do então governador Estácio Coimbra, com quem tinha uma boa relação, e a quem foi ensinando a apreciar antiguidades e valorizar o passado de fausto pernambucano. A influência do sociólogo sobre o governador é assumida por Freyre em várias anotações do seu diário. Por outro lado, Anníbal Fernandes já havia se iniciado na carreira política no governo de Sérgio Loreto, quando assumiu a Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, em 1923, e, dois anos depois, a Secretaria de Educação e Saúde Pública, de onde saiu para ser Deputado Estadual. Nessa legislatura, Fernandes, no dia 18 de julho de 1928, pronunciou um discurso na sessão da Câmara Estadual que “concretiza antigas aspirações da opinião culta do Estado, sobressaltada diante dos constantes atentados ao nosso patrimônio artístico e ao desaparecimento de tudo quanto se relaciona ao nosso passado histórico”.¹⁷³ No discurso, Anníbal ainda lembrou que “há mais de 10 anos vem se debatendo na imprensa contra ações desse tipo”, e citou casos emblemáticos de destruição do

¹⁷¹ VIEIRA, Anco Márcio Tenório. O projeto civilizatório do Regionalismo. *Revista Continente Multicultural*, Recife, n.º 72, dezembro, 2006.

¹⁷² Para um maior detalhamento das ações de Joaquim Inojosa ver AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

¹⁷³ FERNANDES, Anníbal. *Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores*. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 29.

patrimônio pernambucano, como a demolição dos Arcos e a reforma da Igreja da Sé. Ele também mencionou, nesta fala, diversos outros pequenos edifícios que foram mutilados por “pretensos reformadores”, substituindo a representatividade daqueles por uma “arquitetura de fancaria, que ostentam em toda a plenitude do ridículo”.¹⁷⁴ Ainda destacou a perda, ou remoção, de bens móveis, como mobiliário, louças e pratarias, denunciando que restavam, no Estado, poucos desses objetos que antigamente “ornavam os interiores das residências senhoriais pernambucanas”.¹⁷⁵ O projeto foi votado e aprovado e, no dia 24 de agosto daquele mesmo ano, resultou na lei nº. 1918, na qual o Congresso Estadual autorizou o Governador Estácio Coimbra a criar a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco, juntamente com um Museu de Arte Retrospectiva anexo a ela.

Ainda nesse discurso na Assembleia, Anníbal Fernandes citou nominalmente alguns edifícios e afirmava que no projeto de lei já constava um levantamento prévio do que deveria ser considerado Monumento Histórico. Embora esse levantamento não tenha sido encontrado nos arquivos pesquisados, podemos compreender que, em virtude dos acontecimentos seguintes a aprovação da lei n.º 1918, a casa-grande do Engenho Megahype, seguramente, estava incluída nessa seleção. Considerada um símbolo da monocultura açucareira no estado, o edifício foi assim descrito por Gilberto Freyre:

Levantada sobre duro *gneiss*, ainda, hoje, com as suas paredes pensas e o seu abalçoado (sic) meio podre, dá a paisagem uma como nota feudal. Adivinha-se na sua argamassa o óleo de baleia das casas fortes; e o conjunto dos seus torreões de telhado em pirâmide e beiral aguçado em asas de pombo ou cornos de lua, de suas arcarias e dos seus balcões, dá uma ideia de fixidez e aconchego verdadeiramente patriarcais. Se aí, como em toda parte a arquitetura antiga do engenho, o horizontal domina sobre o vertical, não vai ao extremo do acachapado; nem do terrivelmente chato de que fala Euclides da Cunha. Sente-se nesta construção de engenho pernambucano certa verticalidade feudal. Mas sem fazer violência ao clima e a paisagem que pedem tão claramente a doçura e o repouso das linhas horizontais.¹⁷⁶

¹⁷⁴ FERNANDES, Anníbal. *Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores*. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 29.

¹⁷⁵ Ibid., p. 33. Anníbal acreditava que a defesa do patrimônio histórico e artístico deveria estar vinculada à preservação dos objetos históricos e artísticos, não somente dos monumentos, portanto, a criação de um serviço de proteção aos monumentos históricos não poderia estar separada da criação de um museu regional. Este museu seria responsável pela coleta e exposição de objetos que mostrassem toda a pujança de um passado de riquezas provenientes do açúcar. Para mais detalhes ver CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria de Monumentos de Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 2014.

¹⁷⁶ FREYRE, Gilberto (org.). *Livro do Nordeste (Comemorativo do 1º centenário do Diário de Pernambuco, 1825-1925)*. Recife: Oficinas do Diário de Pernambuco, 1925, p. 86.

O texto é uma excelente descrição do estado em que se encontrava a casa grande, também documentada em pinturas de Manoel Bandeira, Mário Nunes e Fédora do Rego Monteiro, assim como nas fotografias de Ulysses Freyre, irmão de Gilberto. Já abandonada há algum tempo, ela era tida como uma construção do primeiro século da ocupação portuguesa e sua excelência arquitetônica foi bastante discutida durante anos por diversos intelectuais especialistas na arquitetura do período colonial, tais como Luís Saia e José Marianno Filho. No entanto, o que fez Megahype entrar, definitivamente, para a história da arquitetura brasileira foi a sua demolição.

Poucos dias após a assinatura da Lei que autorizava a criação da Inspetoria de Monumentos, o proprietário das terras do engenho, João Lopes de Siqueira Santos, “num rasgo retardatário de senhor feudal”¹⁷⁷ e temeroso dos prejuízos que poderiam lhe causar a iniciativa de transformar a sua propriedade privada em um Monumento Nacional, mandou dinamitar o edifício. Essa iniciativa intempestiva, embora tenha tido pouca repercussão na imprensa local nos dias que se seguiram à destruição,¹⁷⁸ fez o presidente do Senado Estadual, Júlio Bello, publicar um artigo intitulado *Quem botou abaixo Megahype*, onde defendia a índole e a boa-fé de Siqueira Santos, argumentando que “quem botou abaixo Megahype foi a Usina e a ânsia de riqueza rápida”.¹⁷⁹ Parece que foi muito fácil, para Júlio Bello, acusar as transformações que as usinas estavam causando na zona canavieira pernambucana pela destruição da casa grande, uma vez que muitos engenhos já haviam desaparecido ou estavam em processo de ruína. De fato, as usinas, que se firmaram no estado como uma nova força econômica e política a partir do século XIX, na “ânsia de riqueza rápida”, foram responsáveis pela destruição ou descaracterização de muito da arquitetura rural pernambucana. Megahype, um dos últimos símbolos remanescentes de um passado patriarcal que os Regionalistas buscavam exaltar, a seu modo, fez parte desse conjunto. Não porque ruiu pelo abandono, ou pela necessidade de se instalar uma usina em suas terras, mas sim pela intencionalidade do seu proprietário em pôr abaixo a edificação. Júlio Bello tentou, na prática,

¹⁷⁷ SAIA, Luís. *Residências Rurais no Brasil colônia*. Tese de livre-docência. São Paulo, 1958, p. 59.

¹⁷⁸ Apenas os jornais *A Província* e *Diário de Pernambuco* comentaram o ocorrido.

¹⁷⁹ BELLO, Júlio. Quem botou abaixo Megahype. *A Província*. Recife, 22 set. 1928.

disfarçar o puro medo que a aristocracia canavieira tinha da interferência do governo na propriedade privada.

Imagem 08 – Casa Grande do Engenho Megahype, Jaboatão, Pernambuco. Autor não identificado [possivelmente Ulysses Freyre], Década de 1920.



Fonte: FERNANDES, Anníbal. Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 44-45.

A demolição repercutiu nacionalmente tanto na imprensa, como mostra a notícia d'*O Jornal* do Rio de Janeiro,¹⁸⁰ reproduzida n'*A Província* de 28 de setembro de 1928, como no imaginário coletivo daqueles que, nos anos seguintes, lutaram pela preservação de um patrimônio construído no país. A repercussão fez com que essa destruição, sempre citada, deixasse uma marca indelével no processo de consolidação das práticas de preservação do patrimônio no Brasil. Em 1930, quando Wanderley Pinho, enquanto deputado federal pela Bahia, apresentou um projeto para criação de um serviço nacional de defesa do patrimônio, lê-se em seu artigo 6.º:

Toda vez que o proprietário de uma coisa catalogada se não conformar com essa catalogação, poderá recorrer, dentro do prazo de dois meses da publicação do catálogo ou de um mês da data que for notificado, para o

¹⁸⁰ Neste período, *O Jornal* tinha como editor chefe o mineiro Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Conselho Deliberativo e Consultivo da Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional, com o fim de provar que a coisa catalogada não tem interesse histórico, artístico ou beleza que justifique a proteção legal. A forma de recurso, **que não terá efeito suspensivo**, será definida em regulamento. [grifo nosso]¹⁸¹

É a primeira vez que, nos projetos que buscaram a criação de um serviço federal de proteção do patrimônio brasileiro, o questionamento acerca do reconhecimento de valores patrimoniais aparece, e, mais importante, que independente de qualquer recurso apresentado, este não suspenderia a proteção do bem enquanto se discutiria se ele detém ou não os valores para tal condição. Alguns anos depois, o tratamento do bem que se pretende preservar como se de fato ele já o tivesse sido, a fim de resguardar o objeto de preservação de qualquer descaracterização, se tornou uma importante ferramenta de proteção quando o SPHAN começou a atuar pelo país. A repercussão dessa demolição também deixou marcas nas atividades desenvolvidas pela Inspetoria, o que fica claro ao se observar a listagem dos bens inventariados por Anníbal Fernandes, como veremos adiante.

A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco foi, de fato, criada, em 08 de fevereiro de 1929, juntamente ao Museu Histórico e de Arte Antiga, quando foi publicado no *Diário Oficial do Estado* o Ato 240, ambos vinculados à Secretaria da Justiça e Negócios Interiores. Nesse texto também encontramos o regulamento da instituição e a equipe prevista para o seu funcionamento. Segundo tal Regulamento, caberia à Inspetoria zelar pelo patrimônio em Pernambuco utilizando os mais diversos meios, primeiramente com a identificação e catalogação do que seria esse patrimônio, depois realizando ações de conservação e restauração desses bens e, por fim, punindo aqueles que não respeitassem a integridade dos edifícios selecionados. A descrição de quais seriam os bens classificados está presente no artigo 5.º:

Compreendem-se por monumento nacional as obras que forem inventariadas como de interesse artístico e significação histórica existentes nos municípios da capital e do interior, **incluídas as pertencentes ou sob a guarda do Arcebispado de Pernambuco**. [grifo nosso]¹⁸²

É curioso observar a marcação dos bens pertencentes à Igreja, uma vez que, como veremos mais adiante, os bens selecionados seriam, em sua maioria,

¹⁸¹ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980, p. 80.

¹⁸² Documento reproduzido em FERNANDES, Anníbal. *Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores*. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 38.

edificações religiosas vinculadas ao credo católico. O comércio de obras de arte, questão bastante discutida naquele instante, está presente no último capítulo, onde são previstos um maior controle do que sairia do estado, bem como a aplicação de impostos de exportação a qualquer bem considerado como antiguidade. Em 28 de abril daquele mesmo ano, Anníbal Fernandes, que havia sido nomeado Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu, apresenta ao Secretário de Justiça o primeiro relatório de atividades da Inspetoria. No texto, o Inspetor de Monumentos afirma que logo que assumiu o cargo, tratou de fazer um inventário dos monumentos do estado, iniciando as buscas pelo litoral sul, tomando nota do interesse histórico que, porventura, existia nas cidades visitadas. O que se percebe é que esse era um serviço que ele já estava realizando havia algum tempo, uma vez que, quando defendeu o projeto de lei para criação da inspetoria, este já constava de uma pré-seleção de monumentos. Juntamente com Braz Ribeiro,¹⁸³ Anníbal visitou diversos lugares em busca de edifícios históricos. Eles contaram também com a ajuda de alguns prefeitos locais, como os de Sirinhaém, do Cabo de Santo Agostinho e de Igarassu, aos quais foram solicitadas informações a respeito dos edifícios históricos existentes nessas cidades.

Embora não tenha sido encontrado nenhum documento explícito com a listagem de quais seriam os edifícios e lugares classificados por Anníbal, através da análise dos relatórios, ofícios e notícias publicadas nos jornais da época é possível refazer essa listagem. Ao contrário da quantidade de categorias existentes nos inventários realizados pela Inspetoria da Bahia, nos bens escolhidos pela Inspetoria pernambucana encontramos apenas três: edificações religiosas, fortificações e campos históricos.¹⁸⁴ Estando estes monumentos espalhados ao longo de dez municípios, o Recife predominou na listagem final, totalizando 53% dos bens identificados, seguido por Olinda, com 22% do total. Na documentação consultada, ainda, aparecem com frequência outros edifícios que haviam sido descaracterizados, como a Sé de Olinda, sendo ressaltadas apenas características relacionadas àquilo que havia sido perdido e, portanto, não foram contabilizados. A

¹⁸³ Conhecido colecionador de antiguidades, Braz Ribeiro havia sido nomeado como Intendente, para auxiliar o Inspetor de Monumentos em seus trabalhos.

¹⁸⁴ É importante destacar que o entendimento dado aos Campos Históricos, no caso pernambucano, diferia bastante do caso baiano. Para Anníbal Fernandes, essa categoria não trataria, também, de conjuntos arquitetônicos, como foi o entendimento dado na Bahia, mas apenas de praças, largos ou áreas rurais onde teriam se passado acontecimentos importantes relacionados a história do país ou do Estado.

primeira informação importante a se destacar a partir dessa listagem é a completa ausência da arquitetura civil. A arquitetura religiosa, por sua vez, foi intensamente valorizada com 73% dos Monumentos selecionados.¹⁸⁵ Anníbal explica a que se deve isso:

Como nossa história se confunde em grande parte com a da igreja, tivemos naturalmente que enumerar maior número de edifícios religiosos do que civis, que quase não existem, e algumas fortalezas, ligadas a fatos indiscutíveis do nosso passado.¹⁸⁶

A arquitetura civil, que em muito representa os costumes e as tradições de um povo, valores defendidos pelos intelectuais que lutaram pela construção de um serviço de proteção do patrimônio no estado, foi propositadamente deixada de lado nos trabalhos desenvolvidos pela Inspetoria. Essa arquitetura tradicional luso-brasileira, segundo Lucio Costa, especialmente das residências urbanas e rurais, seria detentora dos valores mais populares e artesanais, pois, ao invés de refletir a erudição das escolas arquitetônicas portuguesas ou dos tratados de arquitetura, era o produto do povo e veio com os portugueses desde os primeiros momentos de ocupação do Brasil.¹⁸⁷ As construções e lugares elencados por Anníbal Fernandes para representar o patrimônio que existia em Pernambuco não incluíam sequer um único exemplar de uma residência urbana sobrevivente do período colonial, nenhum engenho do estado que já foi o líder das exportações de açúcar, tampouco qualquer edifício oficial, que mostrasse a presença do poder público na região.

Será que as descaracterizações e destruições que ocorreram no início do século XX foram tão profundas que varreram do mapa os típicos sobrados recifenses, altos e magros, os vestígios da arquitetura civil colonial em Olinda, os engenhos da Zona da Mata ou, até mesmo, as Casas de Câmara e Cadeia? Podemos afirmar, seguramente, que não. Acreditamos que as causas mais prováveis para a ausência da arquitetura civil nessa listagem tenham sido os acontecimentos envolvendo a demolição do Engenho Megahype. O medo dos efeitos que a classificação dele como Monumento Nacional poderia causar, resultou na sua imediata demolição pelo proprietário e essa iniciativa deve ter causado um trauma tamanho, que, possivelmente, querendo evitar qualquer outro tipo de

¹⁸⁵ Os campos históricos somam 19%, enquanto as fortificações completam o resto da listagem com 8%.

¹⁸⁶ FERNANDES, Anníbal. O trabalho que está realizando a Inspetoria de Monumentos em Pernambuco. *A Província*. Recife, 06 set. 1930.

¹⁸⁷ COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. *Revista do SPHAN*. Rio de Janeiro, n.1. 1937, p. 31-40.

constrangimento e problema, a Inspetoria achou melhor excluir os bens privados dessa listagem. Já em relação à arquitetura oficial, ao contrário do posicionamento adotado pela Inspetoria da Bahia, que valorizou uma produção arquitetônica mais recente filiada a preceitos do Ecletismo, o Inspetor de Monumentos de Pernambuco não agiu da mesma maneira. Naquele momento, boa parte das antigas edificações públicas na capital do Estado e nas suas cercanias, ou se encontravam demolidas e arruinadas, como era o caso do Senado de Olinda, ou apresentavam feições mais recentes, ligadas à segunda metade do século XIX ou ao princípio do século XX, como, por exemplo, o Palácio do Governo, o Teatro de Santa Isabel e a Casa de Câmara e Cadeia do Recife. Esse período da história da arquitetura em Pernambuco não foi valorizado nas seleções feitas pelo Inspetor de Monumentos, talvez por ser muito recente, ou por talvez não exprimir valores ligados a uma herança do colonizador, o que se pretendia valorizar naquele momento. A arquitetura oficial se fez presente, unicamente, a partir de menções às fortificações construídas no período colonial, como foi o caso do Forte das Cinco Pontas, no Recife, e do Forte Orange, localizado na Ilha de Itamaracá.

Percebe-se nos documentos e notícias de jornais consultados uma associação direta entre monumento histórico e construção religiosa. Essa arquitetura era, para Anníbal Fernandes, o objeto principal de preservação, segundo ele, “as nossas igrejas estão intimamente ligadas à nossa história”.¹⁸⁸ Uma vinculação entre Religião e Patriotismo é frequentemente destacada por Anníbal, ficando esse vínculo mais claro quando se trata da Igreja dos Montes Guararapes. Em um texto, publicado na *Revista do Patrimônio*, o jornalista faz a ponte entre os discursos patriótico e religioso, defendendo que a Igreja dos Guararapes “levanta-se como um monumento de patriotismo e de fé”. De patriotismo por ter sido construída “no local mesmo onde o inimigo mordera o pó da derrota” e de fé “pois quem conhece as igrejas do Recife vê logo que a sua construção está bem no espírito do século XVIII, que foi o nosso grande século místico, o das melhores construções religiosas”.¹⁸⁹ No entanto, quando se tratou de arquitetura religiosa, o século XIX não foi descartado por Anníbal Fernandes. A Igreja de Nossa Senhora da Penha, da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, é um marco importante na paisagem urbana no bairro de

¹⁸⁸ FERNANDES, Anníbal. A conservação das nossas velhas igrejas. *A Província*. Recife, 28 mar. 1929.

¹⁸⁹ FERNANDES, Aníbal. A Igreja dos Montes Guararapes. *Revista do SPHAN*. Rio de Janeiro, n.1. 1937, p. 114.

São José, no Recife. Da sua construção primitiva, remontando ao período após a expulsão holandesa, no século XVII, pouco se sabe, uma vez que ela foi inteiramente demolida em 1870, para dar lugar ao templo atual, que ficou pronto em 1882. Inspirada livremente na basílica renascentista de San Giorgio Maggiore de Veneza, projetada por Andrea Palladio e inaugurada em 1610, a nova igreja destacava-se do contexto urbano pela sua monumentalidade e singularidade da enorme cúpula do transepto, além das torres sineiras altas e delgadas. Para Anníbal, ela

É uma das igrejas novas da cidade. **Mas o seu estilo e o material que foi empregado para a sua construção dão-lhe incontestavelmente o direito de ser considerado um monumento.** (...) O seu interior é imponente e nobre com seus 17 altares de mármore e o seu lindo altar mor onde se vê um esplêndido baixo relevo de Besabel. [grifo nosso]¹⁹⁰

Imagem 09 – Álbum Lembrança de Pernambuco, Igreja de Nossa Senhora da Penha, Recife. Constantino Barza, 1880.



Fonte: Coleção Benício Dias, Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

¹⁹⁰ FERNANDES, Anníbal. Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 15.

Embora estivessem buscando preservar edificações de um passado distante, a Igreja da Penha, que naquele momento era um dos edifícios eclesiásticos mais novos na cidade, fazia parte desse passado pelas suas qualidades artísticas. Ou seria por ser mais um exemplar de arquitetura religiosa que se destacava na paisagem do Recife? Esse foi o valor destacado na antiga igreja dos Jesuítas no Recife, que, após a sua expulsão do Brasil foi entregue aos cuidados da Irmandade do Divino Espírito Santo. Embora, segundo Anníbal, não houvesse grandes obras de arte na igreja, ela “dá ao Recife uma nota de alegria e colorido”.¹⁹¹

Outra questão importante levantada pelo inventário feito por Anníbal Fernandes, ainda concernente aos edifícios religiosos, é a inclusão da Igreja dos Martírios. Construída no final do século XVIII, de forma geral, ela era uma edificação simples, se comparada aos principais templos do Recife, embora, sua fachada fosse considerada um dos melhores exemplares do estilo Rococó em Pernambuco. A Igreja era mantida pela irmandade do Bom Jesus dos Martírios, formada por negros e crioulos, e sua festa tradicional, a Procissão dos Martírios, era uma das mais populares do Recife.¹⁹² No relatório onde descreve as igrejas identificadas como Monumentos Nacionais, Anníbal destaca que os valores existentes na igreja dos Martírios seriam exatamente esses dois: a fachada e a procissão. Mas, naquele momento, como se daria a preservação de uma procissão, imaterial pela sua própria natureza? Essas foram questões que só entraram no discurso patrimonial a partir dos anos de 1970, e, no Brasil, oficialmente, a partir de 2000, com a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial pelo decreto n.º 3551, que possibilita o seu Registro e, com ele, o compromisso do Estado em inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar a dinâmica dessas práticas socioculturais. É através desse instrumento que manifestações religiosas como o Círio de Nazaré, em Belém, e a festa de Sant’Ana, em Caicó, estão salvaguardadas. Assim, como isso se daria naquele momento, onde os discursos patrimoniais ainda estavam se firmando no Brasil? Anníbal não chegou a detalhar isso mas, aparentemente, sua intenção era registrar essas manifestações através de

¹⁹¹ FERNANDES, Anníbal. Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 14.

¹⁹² Para maiores detalhes a respeito dos valores históricos e artísticos da Igreja e a sua demolição bem como da importância da procissão e a sua extinção, ver LORETTO, Rosane Piccolo. *Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

fotografias, que também seriam a forma de documentação dos Monumentos Históricos, realizando, assim, os primeiros Inventários fotográficos de monumentos no Estado.

Paralelo a esse trabalho de identificação e inventário, Anníbal Fernandes, à frente da Inspetoria de Monumentos, solicitou, orientou e fiscalizou a realização de diversas obras nos edifícios por ele classificados. Desses serviços, destacamos as obras de conservação realizadas pela Secretaria de Obras Públicas no Convento Franciscano de Igarassu e na capela do Capítulo do Convento Franciscano de Olinda; a remoção de camadas de pintura “recente” nas talhas e cantarias da Igreja de São Pedro dos Clérigos, no Recife; a disponibilização de verbas para as obras na cobertura da Igreja da Penha; os serviços de conservação realizados pela Usina Santo Inácio na Capela de São Mateus, no Cabo de Santo Agostinho; e, a mais importante de todas elas, a restauração da Igreja da Madre Deus, no Recife, em 1930.

Construída pelos religiosos da Congregação do Oratório, da ordem de São Felipe Néri, a igreja da Madre Deus foi a principal casa da ordem em Pernambuco e “dotou a cidade do Recife com um dos mais notáveis monumentos de arte religiosa”.¹⁹³ O templo fazia parte de um conjunto composto ainda por um convento, que teve suas obras iniciadas no final do século XVII, aproveitando um banco de areia, que ficava no extremo sul da península do Recife. Existiu ali uma igreja primitiva, sendo que o templo atual teve sua construção iniciada em princípios do século XVIII, e levou apenas 14 anos, entre 1706 e 1720, para ser edificado. O edifício é composto por uma grande nave central, decorada por seis altares e ladeada por corredores que dão acesso aos púlpitos e às tribunas. A capela-mor é inteiramente revestida por uma combinação da talha pintada e dourada em estilo Dom João V, e na sacristia, localizada na parte posterior do altar, está “um dos mais suntuosos lavabos portugueses existentes no Brasil”.¹⁹⁴ A fachada, até o princípio do século XX, apresentava apenas a torre do lado da epístola, um frontão com óculo central e recortado por volutas, portas e janelas de vergas retas, encimadas por frontões interrompidos e enquadradas por pilastras adossadas. Para Germain Bazin,

¹⁹³ JÚNIOR, Augusto de Lima. A congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco. *Revista do SPHAN*, v.9. Rio de Janeiro, 1945. p. 331.

¹⁹⁴ BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1956. Vol.1 p. 136.

o templo possui uma unidade de estilo que vai desde a capela-mor até a torre da fachada.

Imagem 10 – Igreja da Madre Deus, Recife. Autor não identificado, 1929.



Fonte: FERNANDES, Anníbal. Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 8-9.

Embora desde 1928 se falasse numa remodelação do edifício,¹⁹⁵ foi somente em 1930, ao longo do mês de março e em meio às notícias dos bailes de carnaval no Recife, que foi publicado, em diversos jornais locais, o edital para o *Concurso de projeto para restauração da Igreja da Madre de Deus*.¹⁹⁶ Neste edital, datado de 28 de fevereiro do mesmo ano, além de estar indicado o prazo final para entrega dos projetos, dia 31 daquele mês de março, estão presentes as recomendações pormenorizadas dos parâmetros a serem seguidos para a entrega do projeto: forma de apresentação das plantas-baixas, o número de cortes e elevações de fachadas que deveriam constar, escala, tipo do papel, tamanho das pranchas, dentre outras

¹⁹⁵ Ao que tudo indica, a verba utilizada nessa obra foi oriunda da indenização recebida pela Arquidiocese pela demolição da Igreja do Corpo Santo, em 1913, durante a remodelação do Bairro do Recife.

¹⁹⁶ No Diário de Pernambuco, o edital do Concurso foi encontrado nas seguintes datas: 01, 02, 04, 09, 11, 12, 16, 18, 20, 22, 23, 25, 27, 28 e 29. No Jornal do Recife, foi encontrado nos dias 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29 e 30.

exigências. Entretanto, não constava nenhum esclarecimento daquilo que se estava entendendo por restauração, que, possivelmente, tratava-se das “restaurações” criticadas pelo Inspetor no relatório apresentado em 1929.

Em quase todas as igrejas por mim visitadas encontrei indícios de restaurações e remodelações as mais lamentáveis (**porque as restaurações inteligentes são às vezes necessárias e indicadas**). As pinturas da Igreja da Ordem Terceira do Carmo como as da Madre Deus, como as de São Francisco do Recife foram inteiramente remodeladas. E sempre para pior. [grifo nosso]¹⁹⁷

Nota-se no relatório a preocupação de Anníbal Fernandes com o tipo das intervenções realizadas nas igrejas que ele visitou, que em muitos casos as estavam descaracterizando. Embora não tenha deixado claro nessa afirmação o que ele entendia por uma restauração “inteligente”, seguramente não foi o que se planejou, inicialmente, pelo edital publicado, visto que o Inspetor relatou suas preocupações em relação ao Concurso através do ofício 101, enviado ao Secretário de Justiça, em 12 de março de 1930, onde ele lembrou que a

restauração pretendida pelos termos do mesmo edital, vem alterar sobremodo o caráter primitivo do aludido templo, o que viola a Lei estadual nº. 1918, de 24 de agosto de 1928, que regula a defesa dos nossos monumentos artísticos e históricos, sob a proteção e vigilância desta inspetoria.¹⁹⁸

A solicitação de Anníbal era que o Secretário interviesse junto ao então arcebispo no intuito de se respeitar a lei e, conseqüentemente, o “caráter primitivo do templo em apreço”. Tal preocupação também foi apresentada pelo jornalista Humberto Carneiro, n’*A Província*, em 22 de março daquele mesmo ano, num artigo elogioso à atuação da Inspetoria de Monumentos e da Comissão de Arte Sacra, ligada à Diocese, ele destaca:

para os que estão à frente da restauração da Igreja da Madre de Deus que, em nome dos que amam as nossas tradições, fazemos o presente apelo para que não seja alterado o caráter primitivo dessa velha igreja, que conserva tantas reminiscências históricas e é, além disso, um verdadeiro monumento artístico pela riqueza do seu interior, pelos trabalho em talha dos seus altares pelo que ela representa como expressão de uma época de verdadeiro esplendor.¹⁹⁹

¹⁹⁷ FERNANDES, Anníbal. Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 11.

¹⁹⁸ Documento reproduzido em FERNANDES, Anníbal. Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais : apresentado a 19 de Fevereiro de 1930 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores. Recife: Imprensa Oficial, 1930, p. 82.

¹⁹⁹ CARNEIRO, Humberto. A restauração da Madre Deus. *A Província*, Recife, 22 Mar. 1930.

Após o final do concurso, com a vitória do projeto de autoria do arquiteto Georges Munier,²⁰⁰ este sofreu a apreciação de uma comissão composta pelos engenheiros M. Rego, Eurico de Mattos e Nestor Moreira Reis, para julgar a sua adequação em respeito às características primitivas do templo. O projeto foi, por fim, aprovado com algumas ressalvas, sendo aprovado definitivamente pela Diretoria de Obras, Viação e Patrimônio do Município em 11 de agosto de 1930. Segundo a notícia publicada n'A *Província*²⁰¹ o projeto de Munier

respeita em todos os seus detalhes a arquitetura da igreja. **Conclui a sua fachada, construindo a torre que lhe falta, absolutamente igual a que hoje existe**, desbasta toda a cantaria, que atualmente desaparece sob grossa camada de tinta e **constrói as fachadas laterais, que certamente por espírito de economia com o tempo não foram feitas** [grifos nosso].²⁰²

As obras da Madre Deus tiveram início no mesmo ano, e a fachada do templo foi o grande alvo das intervenções que ocorreram naquele momento. Com pequenas intervenções nas pinturas e talhas do interior, as obras na igreja ocorreram majoritariamente na fachada e são facilmente perceptíveis quando comparamos a situação do templo após a reforma com a imagem presente no Relatório de 1929. Além da nova torre construída seguindo o modelo da existente, na fachada principal podemos notar três alterações: a primeira delas foi a abertura, no frontão, de um nicho com a imagem de São Filipe Néri no lugar onde havia um óculo; as demais, ocorreram nos vãos das torres, os existentes no segundo nível receberam um coroamento com frontões interrompidos, semelhantes aos das janelas do coro, já as aberturas do terceiro nível foram substituídas por óculos semelhantes àquele que foi removido do frontão.

Em 1º de Outubro de 1931, um artigo não assinado publicado no *Diário de Pernambuco* parabeniza a Arquidiocese pela restauração da Igreja, destacando que

A restauração da Madre Deus é uma obra de bom gosto. O arquiteto que a projetou teve a preocupação de respeitar em todos os seus detalhes as

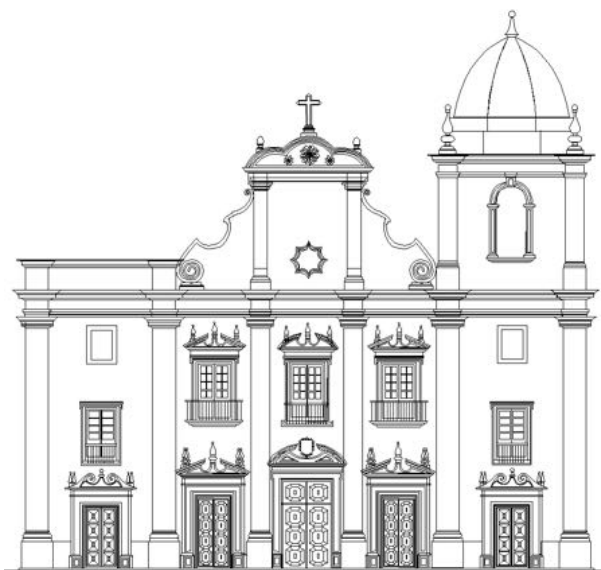
²⁰⁰ Georges Munier foi um arquiteto francês, radicado em Pernambuco. Não se sabe ao certo a data de sua chegada à cidade, no entanto, consta que já em 1912 ele havia projetado o edifício Eclético do *Bank of London & South America*, ocupado hoje pela Caixa Cultural Recife. Munier ficou conhecido na história da arquitetura em Pernambuco por seus projetos realizados na década de 1930, especialmente as chamadas *Casas Puristas*, em 1931, no bairro de Santo Amaro, e pela Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em 1933, na Soledade, ambos bairros da capital, quando tentou, pela primeira vez, renovar a linguagem arquitetônica local através ausência de ornamentação e da exploração das possibilidades trazidas pelo concreto armado. Munier ainda chegou a projetar edificações neocoloniais, nos mostrando que transitava facilmente entre as diversas possibilidades da arquitetura daquele momento.

²⁰¹ Embora tal notícia não tenha sido assinada, é importante destacar que, naquele momento, o editor do jornal era Anníbal Fernandes.

²⁰² RESTAURAÇÃO da igreja da Madre de Deus. *A Província*. Recife, 9 maio 1930.

linhas da velha igreja. Concluiu a sua fachada, construiu a torre que lhe faltava, absolutamente igual a que existia, desbastou toda a pedra que outrora desaparecia sob grossas camadas de tinta, fez as fachadas laterais que certamente por economia não tinham sido concluídas, e tanto no interior como no exterior deu-nos uma igreja nossa, reabilitando ao mesmo tempo um estilo que estava sendo entre nós injusta e impatrioticamente abandonado.²⁰³

Imagem 11 – Fachada da Igreja da Madre Deus, Recife, antes da intervenção realizada em 1930.



Fonte: Autor, 2017.

Imagem 12 - Fachada da Igreja da Madre Deus, Recife, após a intervenção realizada em 1930.



Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan em Pernambuco.

Embora não assinado, pode-se supor que esse artigo tenha sido escrito por Anníbal Fernandes, assim como aquele publicado no ano anterior n'A *Província*, pelas semelhanças nos elogios. Quando analisamos o teor dessas mudanças e comparamos as situações antes e depois da igreja percebemos, claramente, que no projeto estavam profundamente enraizadas as ideias do arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. Um dos principais teóricos da conservação, Viollet-le-Duc foi coordenador da restauração de vários edifícios franceses como a Catedral de Notre Dame e a cidade fortificada de Carcassonne. Suas ideias tiveram uma difusão maior, tanto na França quanto em outros países, a partir da publicação do *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française Du XI^e. au XVI^e. Siècle*, onde encontramos a sua famosa definição do que é restauração: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que

²⁰³ A RESTAURAÇÃO da Igreja da Madre Deus. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1º Out. 1931.

pode não ter existido nunca em um dado momento”.²⁰⁴ Foram alteradas partes originais e feitas reconstituições de grande extensão na Igreja da Madre Deus, especialmente nas fachadas laterais, inclusive com a fachada principal sendo “concluída” com a construção da torre faltante. Motivos como a formação na França de Georges Munier, bem como as idas de Anníbal Fernandes a Paris, onde estudou História da Arte e visitou monumentos históricos, pouco tempo depois da promulgação da lei francesa de proteção desses edifícios, nos levam acreditar que tanto Munier quanto Fernandes eram familiarizados com os preceitos defendidos por Viollet-le-Duc, não nos parecendo uma total surpresa que tenham defendido a sua aplicação no caso da restauração da Igreja da Madre Deus. A intenção do Inspetor de Monumentos, juntamente com a do arquiteto que elaborou a proposta, com essa intervenção foi reformular o edifício para uma situação ideal, não concluída no momento em que ele foi feito inicialmente, tal qual Viollet-le-Duc acreditava. Até então, as chamadas restaurações de edifícios históricos eram, na prática, reformas que visavam modernizar as feições das edificações, dotando-as dos confortos do momento ou adequando-as ao gosto estético então vigente. Não há registro de restaurações, naquele momento, que tenham se inspirado em ideias, consideradas basilares, da Teoria da Conservação, fazendo, portanto, que esta obra, iniciada em 1930, seja uma das primeiras de todo o Brasil.

Outra questão importante a se levantar é que, no ano anterior, o Senado Estadual, a pedido do Arcebispo Metropolitano, Dom Miguel Valverde, aprovou a liberação de verbas, pelo governo Estadual, para a realização de obras de restauração da Igreja da Sé de Olinda. Tais intervenções se prolongaram pela década de 1930, dotando a Igreja de uma feição Neocolonial. Entretanto, não foram encontrados registros de que Anníbal Fernandes tenha se envolvido na questão, possivelmente em função dos fatos que se sucederam a partir do dia 6 de outubro de 1930, que causaram uma grande mudança no percurso político do país, refletindo-se em Pernambuco e, naturalmente, nas ações da Inspetoria de Monumentos. Com a Revolução de 30, as antigas lideranças políticas, da qual faziam parte os idealizadores da Inspetoria, tiveram que deixar seus cargos públicos em função das mudanças no comando político do país e do estado. O cargo de Inspetor de Monumentos e de Diretor do Museu foi, nesse momento, assumido por

²⁰⁴ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006, p. 29.

um velho amigo de Anníbal Fernandes, que, com o passar do tempo, havia se tornando um dos seus maiores desafetos, o Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, o IAHGP, Mário Melo.

Nascido no Recife, no dia 5 de fevereiro de 1884, Mário Carneiro do Rego Melo ainda criança se mudou para Campina Grande, na Paraíba, em função da nomeação do seu pai como Promotor Público na cidade. No entanto, Mário Melo volta ainda jovem ao Recife para estudar no Colégio Salesiano e, logo depois, no Ginásio Pernambucano. Quando ainda era aluno dessa última instituição, ele estreou na carreira jornalística dando início a uma longa carreira na imprensa pernambucana, na qual publicou em diversos periódicos. Em 1914, Mário Melo começou a trabalhar no *Diário de Pernambuco*, levando para lá alguns amigos, dentre eles, o jovem Anníbal Fernandes. Foi no *Diário* que Mário se consagrou como jornalista, onde permaneceu até 1934, quando os desentendimentos com a nova administração causaram a sua saída. Além da carreira jornalística, Mário Melo também é reconhecido como um dos mais destacados historiadores de Pernambuco; membro do IAHGP desde 1909, o jornalista publicou, ao longo da vida, vários estudos sobre a história pernambucana, além de diversos artigos na *Revista do Instituto*, sendo um dos maiores colaboradores dessa publicação em toda a sua história.

Após a aprovação da lei que autorizou o governo estadual a criar a Inspetoria de Monumentos e o Museu do Estado, Mário Melo deu início a uma série de artigos elogiosos à atitude do governador, clamando para si, e para o Instituto, o mérito da ação, uma vez que, segundo ele, essa medida era “insistentemente reclamada pelo Instituto Arqueológico”.²⁰⁵ Foram diversos artigos falando da importância da iniciativa, tentando construir uma memória de que o Instituto é quem seria o responsável por ela. Melo chegou a publicar no *Diário de Pernambuco* um longo texto com o que seria o esboço de um regulamento da Inspetoria e dando a sua conceituação do que seria Inventariação, Classificação, Cadastro, Proteção e Conservação. Os artigos elogiosos podem nos induzir a pensar que Mário Melo estava se oferecendo para ocupar os cargos de Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu. Essa hipótese se torna ainda mais plausível quando vemos a total mudança no tom dos textos quando o governador Estácio Coimbra nomeou Anníbal

²⁰⁵ O MUSEU Histórico de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 ago. 1928.

Fernandes para o cargo. A partir de então, Melo deixou de elogiar a iniciativa do governador e passou a criticar as ações do novo Inspetor de Monumentos, questão que permeou todo o primeiro momento de atuação da Inspetoria, enquanto Fernandes a dirigia.

Nomeado nos primeiros dias da Revolução de 1930, em 7 de outubro, Mário Melo logo tratou de emitir uma circular informando que estava assumindo o cargo de Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu do Estado, dando ciência do fato a outras instituições fora de Pernambuco, com as quais ele tinha um bom relacionamento, a exemplo do Arquivo Nacional, do Museu Júlio de Castilhos e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. À semelhança do seu antecessor, que oficiou os prefeitos de algumas cidades solicitando informações acerca da existência de monumentos históricos naqueles municípios, Mário Melo enviou uma circular a todos os vigários da arquidiocese de Olinda e Recife, publicada no *Diário de Pernambuco*, em 30 de novembro daquele ano, solicitando uma relação de todas as igrejas e capelas que estavam sob a guarda das paróquias. Na circular, o Inspetor de Monumentos ainda pedia que fossem enviadas informações complementares como a época da fundação, de reconstrução e ainda características estilísticas. Além disso, Melo solicitou mais informações acerca de outros bens que tivessem interesse histórico ou arqueológico, a exemplo de pedras com inscrições, grutas, campos de combate e edifícios históricos.

Embora tenha se empenhado, desde o princípio, no trabalho de Inspetor de Monumentos, a documentação relacionada ao período de gestão de Mário Melo se mostra bastante escassa não sendo, por exemplo, encontrada nenhuma informação referente ao ano de 1933. Tampouco encontramos notícias de jornal relacionadas à atuação do órgão, antes bastante frequentes, que chegaram a desaparecer completamente do noticiário pernambucano a partir de 1932. Na documentação pesquisada, esse “esquecimento” da Inspetoria e do Museu vai tomando lugar aos poucos, assim como o seu desaparecimento. Chegou-se ao ponto de, no ofício n.º 289, de 12 de abril de 1932, Mário Melo argumentar que a transferência da datilógrafa da inspetoria para outro departamento, juntamente com a máquina, dificultaria os trabalhos do órgão. Reclamação, que logo, vimos que não foi atendida, uma vez que os ofícios, a partir de então, passaram a ser manuscritos.

Carlos de Lima Cavalcanti, Interventor de Pernambuco, naquele instante, embora tivesse nomeado Mário Melo para os cargos de Inspetor de Monumentos e Diretor do Museu, desde o início, deixou transparecer que o seu desejo era, com efeito, extinguir as duas instituições que estavam marcadas, profundamente, pela gestão do seu antecessor, Estácio Coimbra. Na ata da Sessão do Instituto Arqueológico que comenta a nomeação de Mário Melo para os cargos, publicada no *Diário de Pernambuco*, no dia 16 de outubro de 1930, se lê:

O Sr. Mário Melo diz que quando foi designado para essas funções aceitou com alegria porque seria um trabalho de união entre o Instituto e a Inspetoria de Monumentos. Como várias vezes publicou, o Museu do Estado não podia estar divorciado do Instituto. Estava autorizado, no momento pelo Secretário do Interior do governo provisório a dizer ao Instituto que é pensamento do governo entregar o Museu do Estado à guarda do Instituto, extinguindo-se a verba orçamentária destinada a essa Repartição, com o que faria grande economia, e aumentando-se a subvenção do Instituto para que possa gratificar ao pessoal incumbido dos serviços acrescidos (...). O que precisava no momento era saber se o Instituto acolhia com agrado o pensamento do governo.²⁰⁶

Naturalmente era desejo do Instituto, mais ainda do seu Secretário Perpétuo, que o Museu, formado pelo seu, agora, desafeto, ficasse sob seu controle, ainda mais se o IAHGP passasse a receber uma gratificação anual maior. Ao final dessa reunião, Mário Melo é designado, oficialmente, como representante do Instituto para negociar com o governo tal questão. O Interesse de Carlos de Lima em extinguir a inspetoria e entregar o Museu do Estado ao Instituto Arqueológico é confirmado, mais uma vez, quando vemos uma anotação, datada de 29 de outubro daquele mesmo ano, escrita à mão pelo Secretário de Justiça e Instrução Pública, Arthur de Souza Marinho, no verso do ofício n.º 168:

Sendo pensamento do governo extinguir a repartição – Inspetoria Estadual de Monumentos, para isso já se tendo entendido com o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, que guardará e zelará o patrimônio histórico e artístico do Estado.²⁰⁷

Não foi possível identificar o porquê dessas negociações não terem se encaminhado para a extinção da Inspetoria de Monumentos e do Museu do Estado, ainda em 1930, e as duas instituições seguiram funcionando, até 1933. No entanto, como já afirmamos, os órgãos foram desaparecendo do noticiário aos poucos, chegando ao ponto de nenhuma das duas instituições serem citadas na exposição

²⁰⁶ INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 out. 1930.

²⁰⁷ Despacho de Arthur de Souza Marinho, 28 de outubro de 1930. Fundo Secretaria da Justiça, Volume 92. Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

apresentada a Getúlio Vargas pelo Interventor Federal, Carlos de Lima Cavalcanti, relacionada ao período administrativo de outubro de 1930 a junho de 1933. O encerramento definitivo da Inspetoria e do Museu não teria sido, sequer, noticiado na imprensa se, no dia 4 de janeiro de 1934, na coluna *Coisas da Cidade*, do *Diário de Pernambuco*, Mário Melo não tivesse comentado o fato.

Não posso felicitar o governo pela sua atitude em relação do Museu do Estado. (...) Veio a Revolução. Em consequência dela, a Inspetoria de Monumentos e o museu cessaram as hostilidades ao velho Instituto. A direção daquela foi moldada na experiência quase secular deste. Tudo indicava que o museu sairia do esconderijo onde atolaram para viver vida em comum com o Instituto. (...) Deram-se os primeiro passos e nada, outras tentativas e igualmente nada. Enquanto isso, a Revolução pôs o museu no regime de dieta-absoluta: Determinou a gratuidade do cargo de diretor, a quem, por contrapeso, ainda cometeu, cumulativamente, outras comissões gratuitas; retirou parte do pessoal e extinguiu praticamente a verba material. (...) Agora o desmontam e o entregam a Biblioteca.²⁰⁸

Mário Melo, de forma bem sintética, resumiu a sua gestão, reconhecendo que o governo não lhe deu condições para agir de outra maneira. Sendo este o fim dado a Inspetoria de Monumentos e o início de um período de hibernação do Museu do Estado, que, ao final daquela década, foi recriado, mas, dessa vez, como uma instituição autônoma e sem a marca daqueles que o idealizaram.

2.1.3 Na luta contra a ignorância, aproximações.

As províncias da Bahia e de Pernambuco, foram, ao longo do Brasil Colônia, especialmente entre os séculos XVI e XVII, espaços privilegiados política e economicamente que decaíram com a intensificação das atividades auríferas em Minas Gerais e a transferência da capital brasileira para o Rio de Janeiro. As duas regiões, outrora ricas e importantes politicamente, encararam, a partir do século XIX, uma certa estagnação que fez com que os seus intelectuais locais procurassem formas de enaltecer esse passado e as elites dirigentes buscassem respostas para o problema da perda de prestígio no cenário nacional. Uma solução vislumbrada por tais elites foi a modernização dos centros históricos das suas capitais, Salvador e Recife, através de reformas urbanas que pretendiam apagar uma imagem de passado para dar espaço à construção de cidades “modernas”. Tais transformações

²⁰⁸ MELO, Mário. *Coisas da Cidade. Diário de Pernambuco*. Recife, 06 jan. 1934.

foram comuns a várias outras mudanças sucedidas no país nas primeiras décadas do século XX, que, por sua vez, foram inspiradas pelas reformas urbanas ocorridas nas cidades europeias ao longo do século anterior. Não foi à toa que também nesses dois estados, emergissem discussões a respeito da preservação desse patrimônio herdado do passado e que estava sendo destruído através de tais transformações urbanas. A historiadora Françoise Choay defende que

A mutação que transforma ao mesmo tempo os modos de vida e a organização espacial das sociedades urbanas europeias torna obsoletos os aglomerados urbanos antigos. Os monumentos que neles se encontram afiguram-se subitamente como obstáculos e entraves a serem eliminados ou destruídos para vagar lugar ao novo modo de urbanização, a seu sistema e suas escalas viárias e parcelares.²⁰⁹

A escala dessas transformações foi a grande responsável pela emergência de discussões acerca da preservação de exemplares arquitetônicos remanescentes do passado. Para Choay, a institucionalização de práticas preservacionistas, naquele momento, “foi catalisada pelo poder das forças destrutivas”²¹⁰ e, a partir de então, bens foram inventariados e protegidos. Assim como na França surgiram legislações de proteção ao patrimônio, em 1887, após as grandes demolições ocorridas em Paris, entre 1852 e 1870, em função das reformas impetradas pelo Barão Haussmann, as reformas urbanas em Salvador e no Recife foram, também, responsáveis pela emergência de discussões que buscaram criar legislações de proteção ao patrimônio edificado na Bahia e em Pernambuco. Enquanto em Salvador o grupo que liderou a emergência dessas discussões pode ser caracterizado por ser composto por herdeiros das grandes famílias do estado, ou seus primos mais “pobres”, descendentes diretos de uma aristocracia com raízes já consolidadas desde o período colonial; no Recife essa questão se mostra mais matizada. Os intelectuais pernambucanos, embora tenham ligações familiares originadas numa aristocracia rural, eles não eram, necessariamente, grandes herdeiros, como era o caso dos baianos. Em muitos casos, esses intelectuais faziam parte de uma elite decadente economicamente, mas que ainda mantinha laços com os grupos dominantes. Diferenças, no entanto, que, talvez, tenham sido significativas quando o Sphan, a partir de 1936, procurou agregar lideranças locais aos seus quadros, como discutiremos na terceira parte deste trabalho.

²⁰⁹ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001, p. 144.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 143.

Além de uma conformação social com similaridades, uma dedicação às profissões liberais, especialmente o direito, e de, em algum momento de suas trajetórias, ocuparam cargos públicos, um forte ponto em comum nesses intelectuais foi a preocupação com a preservação do patrimônio. Tanto os intelectuais baianos quanto os pernambucanos viram nas transformações de suas capitais, mudanças que alteraram de sobremodo o caráter colonial dessas cidades, caráter este ligado às iniciativas de valorização de um passado capitaneadas por eles próprios.

Na década de 1910, circulavam falas de intelectuais apresentando inquietações com as transformações urbanas, que modificaram o corpo físico da cidade, levando consigo antigas referências e memórias, e rompendo práticas sociais existentes. Na década de 1920, o dilema do progresso se torna mais evidente. Multiplicam-se falas sensíveis às demolições de elementos do passado. Colocam-se questionamentos sobre a imagem de civilidade. Evidenciam-se estranhamentos com a arquitetura importada. Criam-se primeiras iniciativas locais em prol da preservação de artefatos do passado, bens móveis e imóveis.²¹¹

Preocupados, cada um deles, com a construção de memórias locais onde se destacavam o papel importante que seus estados haviam tido para a história brasileira, esses intelectuais, vendo os lugares depositários desses valores serem destruídos, passaram a questionar tanto a necessidade dessas mudanças, quanto a falta de ação do poder público na preservação dessas edificações. Parecia evidente que, para ambos, o patrimônio em seus estados estava severamente ameaçado, com um risco de desaparecer definitivamente como fica entendível nos discursos de Pedro Calmon e Anníbal Fernandes, citados no início deste capítulo. Os primeiros pedidos, feitos ao Governo Federal, para criação de um órgão público destinado à preservação desses bens representativos de um passado brasileiro, contra uma “ignorância” que os destruía, não geraram resultados imediatos e, talvez, por essa razão, esses intelectuais buscaram, em seus estados natais, a resolução da questão. Bahia e Pernambuco tomaram à frente, em relação ao Governo Federal, nas questões referentes à preservação de um patrimônio brasileiro e, embora com razões de origens bastantes semelhantes, os dois órgãos criados desempenharam papéis distintos ao inventariarem os seus monumentos históricos. Os primeiros trabalhos do tipo que se tem notícia no país.

²¹¹ ASSUNÇÃO, Gabriela Lira; DANTAS, Alexandre Ferreira. Demolições, debates e tentativas de preservação: aproximações a partir dos casos de Salvador e Recife (1910-1930). *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 2018 maio/ago., p. 394.

Os inventários feitos na Bahia, selecionaram o que havia de melhor no estado, segundo a visão de patrimônio daqueles intelectuais, delimitando não só a capital, mas também a zona açucareira do Recôncavo e a região mineradora da Chapada Diamantina como detentoras de representações de um legítimo passado baiano. Um patrimônio católico, elitista e de ascendência europeia, que não retratou a diversidade e a riqueza da formação do estado, porém, manifesta, de forma muito evidente, as origens sociais daqueles que construíram essas seleções. Da mesma forma, Pernambuco também construiu uma história estadual a partir da seleção de edifícios históricos concentrados no Recife e nas cidades próximas à capital, como Olinda e Igarassu. Elegeu-se, nesse momento, uma história presa a lugares e a tempos; o período colonial foi visto como uma fase notável, que havia entrado em decadência no século XIX, e os olhos se voltaram para as reminiscências desse passado de ouro. As ações de preservação desempenhadas por ambos os órgãos estão ligadas à exaltação de uma elite branca, católica e de ascendência europeia, estando ainda desvinculadas de elementos de outras etnias, como a indígena e a africana, que eram vistas como menores, ou sem importância, pelas elites dirigentes nos dois estados. Essas memórias, especialmente as de discordância do poder público vigente, ou que com ele não se identificassem, foram sumariamente suprimidas, na tentativa de se passar a imagem de regiões sem grandes conflitos ou com divergências de opiniões, e, embora as insurgências contra o domínio do colonizar europeu estivessem, de certa forma, representadas, por outro lado se apagava uma memória de outras resistências, como, por exemplo, os quilombos, e até mesmo a escravidão.

É importante lembrar que, em ambos os regulamentos, as Inspetorias previam a desapropriação do monumento inventariado em caso de uma necessidade maior de conservação. Isso causaria enormes custos, tanto com a própria desapropriação como com a manutenção dessas edificações e essa foi uma crítica fácil feita, anos depois, a esses posicionamentos, quando se quis desmerecer as ações desses órgãos. No entanto, no caso do regulamento baiano existe uma questão importante a destacar. O seu artigo XI previa que uma desapropriação também poderia atingir o entorno do monumento classificado, caso se fizesse necessária. Podemos entender que, dessa questão, emergia uma outra preocupação com o entorno do edifício histórico, que deveria, também, ser objeto de

preservação, uma noção que está presente nas Cartas Patrimoniais escritas ao longo do século XX e descrita nas políticas oficiais brasileiras adotadas, desde 1937, até o presente.

Outra questão relevante levantada pela Inspetoria da Bahia foi em relação à percepção da importância dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos edificados, ampliando a visão do edifício isolado, que se tinha na época. Embora o primeiro inventário realizado por ela, em 1928, não fique clara essa pretensão, os inventários seguintes, bem como os textos de Wanderley Pinho, evidenciam que, desde a década de 1920, aqueles intelectuais baianos discutiam a importância da preservação, não só das edificações monumentais isoladas, mas também dos conjuntos de edifícios na cidade, para eles detentores dos mesmos valores patrimoniais. Essa forma de ver o patrimônio dos intelectuais baianos, especialmente Wanderley Pinho, em muito antecede o posicionamento dos intelectuais modernistas que se vincularam ao Sphan na década de 1930. O tombamento de conjuntos urbanos, iniciado em 1938, favoreceu, especialmente, as cidades históricas de Minas Gerais, e foi muito timidamente adotado no resto do país até, pelo menos, 1945. O representante do Sphan na Bahia, contudo, já em 1938, demandava o tombamento do centro histórico de Salvador, que só veio a ocorrer, a partir de 1959, questões que aprofundaremos no último capítulo. No Sphan, a preservação de conjuntos urbanos não-mineiros não se fez sem resistência, e só se tornou uma medida mais presente nas práticas preservacionistas adotadas no Brasil a partir da segunda metade do século XX.

Quanto às ações da Inspetoria de Pernambuco, embora não tenham defendido a importância de conjuntos edificados, como foi o caso da Bahia, também lançaram questões no cenário preservacionista brasileiro com as suas iniciativas. A demolição de Megahype, além de mostrar, da pior maneira, a necessidade de se preservar a edificação enquanto se questionava a importância da sua preservação, é um tema que foi incorporado de forma definitiva nos projetos de lei para criação de um serviço federal de proteção do patrimônio, elaborados a partir de então. Além disso, a restauração da Igreja da Madre Deus, ocorrida no início da década de 1930, se mostrou completamente dissonante da práxis adotada, no período, para com intervenções em edificações históricas, que se davam, basicamente, seguindo três caminhos. O primeiro deles, era a demolição completa da edificação, com a

consequente construção de uma nova, seguindo novos preceitos estéticos. O outro caminho, era uma reforma no edifício, destituindo-o de elementos característicos da arquitetura pregressa, promovendo uma atualização no seu repertório estilístico, que também poderia contar com ampliações da área construída. Por fim, a última, que é um desdobramento dessa segunda, vem no encalço do Movimento Neocolonial, que teve como prática comum a reforma de edificações pré-existentes, de características “coloniais”, dotando-as de uma nova ornamentação, extremamente contemporânea e fantasiosa. A obra que se deu na Igreja da Madre Deus, no entanto, aponta para um quarto caminho na medida em que houve respeito à arquitetura pré-existente, complementando o que se imaginou ser a sua proposta original. Foi uma intervenção que se deu profundamente enraizada pelas ideias do teórico francês Viollet-le-Duc. Tais ideias, que talvez tenham sido adotadas no Brasil, pela primeira vez, nesse caso, foram as mesmas adotadas pelo Sphan, desde as primeiras restaurações realizadas pelo Serviço, que, durante muitas décadas seguiu adotando, acriticamente, esses preceitos, fazendo uso deles até mesmo em algumas de suas obras mais recentes.

Na simultaneidade das trajetórias de atuação das Inspetorias, que ora se opuseram, ora se aproximaram, emergiram diversas questões sobre as quais a preservação do patrimônio brasileiro foi discutida a partir de então. Embora as transformações em Salvador tenham se dado praticamente em paralelo às do Recife, Fernando da Rocha Peres considera que foi apenas em 1928, na movimentação em prol da Igreja Sé, que se “germinou” um pensamento preservacionista na Bahia. Talvez ele acreditasse que Salvador precisasse de uma transformação brutal, como foi a ocorrida no Bairro do Recife, para se dar conta disso, mas, a nosso ver, essa semente já estava plantada desde muito antes, por Wanderley Pinho nas suas falas no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, dez anos antes da criação da Inspetoria baiana. A emergência de ideias preservacionistas nos dois estados se deu de forma bastante semelhante, numa mesma temporalidade, e em situações muito próximas que transformaram os centros históricos do Recife e de Salvador.

Ainda convém dizer que, no período anterior ao surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, existiu uma terceira Inspetoria de Monumentos, essa criada pelo Governo Federal, em 1933, vinculada ao Museu

Histórico Nacional, e suprimida pelos modernistas com a criação do Serviço. Essa Inspetoria, será estudada na segunda parte deste trabalho, onde são vistas as iniciativas tomadas em nível federal do início da década de 1930 até a criação do órgão federal de preservação. Antes disso, entretanto, veremos que outro estado também se mobilizou para a preservação do seu patrimônio. Com a valorização da arquitetura brasileira promovida por alguns intelectuais paulistas, nas primeiras décadas do século XX, emergiu em São Paulo um movimento para proteção desse patrimônio “contra o vandalismo e o extermínio”, que veremos no capítulo a seguir.

2.2 CONTRA O VANDALISMO E O EXTERMÍNIO, O PROJETO PAULISTA DE UM ÓRGÃO DE PRESERVAÇÃO.

Dizem que sou modernista e... paciência! O certo é que jamais neguei as tradições brasileiras, as estudo e procuro continuar a meu modo dentro delas.

Mário de Andrade, 29 de dezembro de 1928.²¹²

Chegou o momento de S. Paulo levantar-se de novo, mas desta vez contra o vandalismo e o extermínio de suas joias, vencendo definitivamente a barbárie de iconoclastas mercenários ou inconsequentes.

Paulo Duarte, 11 de junho de 1937.²¹³

Mário de Andrade e Paulo Duarte são figurais centrais quando remetemos às discussões ocorridas em São Paulo, ao longo das décadas de 1920 e 1930, acerca da preservação do patrimônio paulista. O primeiro, pela própria proeminência que teve, nacionalmente, sendo considerado o *Papa do Modernismo*, forma bastante comum de se referir àquele que foi um dos principais intelectuais brasileiros do século XX, e sua atuação nos primeiros anos de funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Já o segundo, amigo muito próximo de Mário, graças ao seu fácil trânsito entre as elites políticas paulistas, pôde colocar em prática várias das ideias do seu grupo de intelectuais, como a criação de um Departamento de Cultura para a cidade de São Paulo, além de liderar, em 1937, uma campanha em prol da preservação de um patrimônio edificado no seu Estado. Ambos, no entanto, “primos pobres” da elite paulista, como colocou Sergio Miceli, “cujos pais tiveram que enfrentar uma situação material mais modesta e que só puderam tirar partido do minguado capital social que lhes restou”.²¹⁴

Embora movimentos de atribuição de valores à arte brasileira produzida no período colonial já tivessem emergido em São Paulo desde a década de 1910, com a Campanha Tradicionalista iniciada por Ricardo Severo, ali não se viu a preocupação específica acerca da criação de um órgão de preservação

²¹² ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 297.

²¹³ DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 16.

²¹⁴ MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 105.

propriamente dito, incorporado à estrutura administrativa do estado.²¹⁵ Essa discussão só veio ocorrer mais de vinte anos depois, quando um órgão estadual de preservação para o estado de São Paulo foi imaginado por Paulo Duarte, frente a uma situação em que muitas das “reliquias históricas” do estado se encontravam em uma situação deplorável, momento em que, segundo ele, “um montão de ruínas é quase o que resta de todos os documentos materiais da história de S. Paulo”.²¹⁶ A Campanha contra o vandalismo e o extermínio, iniciada em 1937, tinha um objetivo direto de denunciar o mau estado de conservação dessas edificações históricas, além de criar um órgão estadual de preservação do patrimônio. Percorrer a trajetória dessa iniciativa é o objetivo desse capítulo, onde veremos que, a partir da Campanha, é possível ter uma visão objetiva do que seria esse patrimônio paulista a ser preservado, de acordo com as visões de Mário e Paulo Duarte, e identificar que as propostas imaginadas extrapolaram o próprio estado de São Paulo, uma vez tal órgão estaria inserido num plano maior de hegemonia paulista no campo cultural, levado a cabo naquela primeira metade do século XX.

2.2.1 São Paulo, as três cidades em um século.

Fundada, em 25 de janeiro 1554, por padres jesuítas em um local propício à defesa dos ataques de nativos, o alto de uma colina entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, São Paulo foi, durante muito tempo, uma das poucas vilas existentes no interior do Brasil, uma vez que a colonização portuguesa, nos primeiros momentos, se deu, majoritariamente, no litoral. A dificuldade em se transpor a Serra do Mar, a partir das vilas de Santos ou de São Vicente, localizadas no litoral, resultava em um isolamento que, ao longo dos séculos, fez com o local não ocupasse uma posição de destaque em relação ao resto da Colônia. Apesar de, em 22 de março de 1681, o Marquês de Cascais ter transferido a capital da Capitania de São Vicente para a Vila de São Paulo, ainda foi necessário o passar de muitos anos até que aquele lugar se inserisse na vida política e econômica do Brasil, fato ocorrido somente a partir do século XIX.

²¹⁵ Sobre a Campanha Tradicionalista de Ricardo Severo ver MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.

²¹⁶ DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 29.

Naquele momento, São Paulo ainda apresentava uma feição marcadamente colonial. A área no topo da pequena colina, quase plana, que hoje podemos definir como o núcleo inicial da cidade, estava contida num triângulo que tinha nos seus vértices os largos de São Francisco, de São Bento e do Carmo. Tal “acrópole que abrigou a cidade em seus três primeiros séculos de existência”²¹⁷ acabou se transformando em um centro de convergência de caminhos de tropeiros, ao longo dos quais foram surgindo sítios e chácaras. Segundo Carlos Lemos, a dificuldade para obtenção da cal, além da localização em uma região sem acesso a pedras apropriadas para a construção em alvenaria, foi condicionante na arquitetura desenvolvida em São Paulo nesses primeiros séculos de ocupação, sendo por isso que a taipa, que tem como matéria principal o barro, se tornou a característica mais marcante da arquitetura local.

A cidade de taipa acomodou-se organicamente à paisagem, à topografia, às curvas de nível, precavendo-se das enxurradas tão perigosas às paredes de terra. A São Paulo primitiva foi uma cidade plana em cima de um morro chato, sem ladeiras edificadas e com casas e igrejas portando fachadas onde predominavam os cheios sobre os vazios das portas e janelas.²¹⁸

Tais escolhas construtivas não foram planejadas, mas sim o resultado de um conjunto de fatores locais e de recursos disponíveis. As construções brancas, com paredes de taipa e resguardadas por beirais marcavam a paisagem de uma São Paulo colonial, características relatadas nas descrições do lugar feitas pelos que ali passaram ao longo dos anos. Uma dessas descrições mais precisas está na carta escrita por Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o 4º Morgado de Mateus,²¹⁹ em 1766, destinada a Sebastião José de Carvalho e Melo, o Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal:

Está edificada a cidade de São Paulo no meio de uma grande campina em sítio um pouco elevado, que a descobre toda em roda. O seu terreno é brando e tem as ruas planas, largas e direitas e algumas bem compridas, porém, não são calçadas, todas as paredes dos edifícios são de terra; os portais e alisares de pau, por ser muito rara a pedra, mas não deixa de ter conventos, e bons templos, e altas torres da mesma matéria com bastante segurança e duração; os mais suntuosos e melhores são a Sé, este colégio que foi dos Jesuítas, especialmente o seminário em que estou aquartelado, a Igreja do Carmo, e seu convento que se está reedificando, a de São

²¹⁷ TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify, Duas Cidades, 2004, p. 9.

²¹⁸ LEMOS, Carlos A. C. *Da Taipa ao concreto: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2013, p. 117.

²¹⁹ Título nobiliárquico português.

Bento, que não está acabada, e o de São Francisco que é antigo, e o pretendem reformar.²²⁰

Esse panorama é importante pois, além de descrever as características mais marcantes daquela São Paulo, ainda destaca a presença das principais edificações religiosas da cidade, que pouco ou quase nada mudaram quando, em 1816, a cidade foi novamente descrita pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire.

As casas, construídas de taipa muito sólida, são todas brancas e cobertas de telhas côncavas; nenhuma delas apresenta grandeza e magnificência, mas há um grande número que, além de andar térreo, tem um segundo andar e fazem-se notar por um aspecto de alegria e de limpeza. Os telhados não avançam desmesuradamente além das casas, mas têm bastante extensão para dar sombra e garantir as paredes contra as chuvas. As janelas não se fecham umas contra as outras, como é comum no Rio de Janeiro. As das casas de um andar possuem quase todas vidraças, e são guarnecidas de balcões e postigos pintados de verde. As outras casas têm venezianas, que se erguem de baixo para cima, formadas de travessas de madeira cruzada obliquamente.²²¹

Essas descrições juntamente com uma série de fotografias, especialmente as feitas por Militão Augusto de Azevedo entre os anos de 1860 e 1880, construíram uma forte imagem da cidade que, a partir dessa segunda metade do século XIX, passou a se transformar profundamente com a chegada das ferrovias e o desenvolvimento da economia cafeeira. Naquele momento, o café havia se tornado a base da economia exportadora brasileira e o deslocamento da sua produção, do Vale do Paraíba para o interior do estado de São Paulo, associado à chegada das ferrovias, facilitaram o contato da capital tanto com as fazendas do interior quanto com o porto de Santos, principal escoador daquela produção. A Grosso modo, estes foram o fatores responsáveis pela grande transformação urbana pela qual a cidade passou no período, que transformou “o vilejo do jesuíta” no “centro que cingiu o mundo no comércio do café”.²²²

A pequena “acrópole” e seu entorno já não eram mais capazes de conter o desenvolvimento e a cidade, que se industrializava e recebia imigrantes das mais diversas regiões do mundo, e cresceu em todas as direções. As antigas chácaras, de forma desordenada, passaram a ser loteadas, dando origem a bairros com palacetes ecléticos que evocavam a Europa, como o Campos Elíseos. A Avenida

²²⁰ MORGADO DE MATEUS apud TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify, Duas Cidades, 2004, p. 11.

²²¹ SAINT-HILAIRE apud TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify, Duas Cidades, 2004, p. 19.

²²² ANDRADE, Mario de. Dia de São Paulo. *Revista do Arquivo Público Municipal*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, dez. 2015, n.206. p.13-21, p. 14.

Paulista, idealizada por Eugênio de Lima e aberta ao tráfego em 8 de dezembro de 1891, era um resumo da diversidade de povos estrangeiros na formação da São Paulo do início do século XX, e foi um dos mais representativos exemplos da riqueza da produção eclética na arquitetura brasileira. A capital se apresentava, agora, como uma cidade com profundas influências europeias na arquitetura, sendo cortada por largas avenidas, ocupadas por palacetes ecléticos, fábricas e edifícios públicos suntuosos.

Imagem 13 - Largo de São Francisco, São Paulo, Militão Augusto de Azevedo, 1860.



Fonte: Acervo da Biblioteca Mário de Andrade

O núcleo inicial da capital se transformou profundamente naquele período, o Largo onde se situava o Colégio dos Jesuítas, considerado o marco de fundação da cidade, teve a Igreja demolida, em 1899, para a ampliação do espaço, que passou a ser palco de diversas manifestações cívicas, como os desfiles do 7 de setembro. Destino semelhante teve, em 1904, o antigo Largo do Rosário, considerado um dos principais pontos de encontro da cidade, que teve a igreja que lhe dava nome demolida para dar origem à atual Praça Antônio Prado; e o largo e a Igreja da Sé, esta, demolida em 1911, para a ampliação do espaço e construção da atual catedral. Nas décadas de 1910 e 1920 o Vale do Anhangabaú foi intensamente reformado e passou a ostentar palacetes de um gosto marcadamente eclético, momento em que,

segundo Benedito Lima de Toledo, teve a sua feição mais notável.²²³ A paisagem urbana de São Paulo ficou, naquele momento, caracterizada por um grande ecletismo arquitetônico e por uma difusão de estrangeirismos, representados através de estações ferroviárias, tais como a Estação da Luz, igrejas neogóticas, como as de Santa Ifigênia e a Anglicana, o Teatro Municipal, o Viaduto do Chá, e os palacetes do Higienópolis e da Avenida Paulista. Nesse momento, o núcleo histórico da cidade já havia sido, praticamente, reconstruído por inteiro.

Alardeava-se que a “Metrópole do Café”, como a cidade foi chamada, era uma das cidades que mais crescia no mundo, numa velocidade tão grande que, segundo o historiador Leonardo Benévolo, chegou “a ponto de apagar, no espaço de uma vida humana, o ambiente de uma geração anterior”,²²⁴ fazendo com que, num espaço de um século, tivesse existido, em um mesmo lugar, três cidades com características marcadamente distintas.

Esse patrimônio ambiental urbano de São Paulo caipira, mais tarde, com o advento da economia cafeeira, teve o equilíbrio entre seus elementos componentes rompido pela ação do sangue novo dos imigrantes, que trouxeram o tijolo, a argamassa de cal e areia, novos materiais e novas técnicas. As ladeiras foram edificadas. As velhas casas de taipa substituídas por outras de grandes janelas nas velhas ruas.²²⁵

Daquela paisagem da São Paulo colonial descrita pelo Morgado de Mateus ou pelo viajante Auguste de Saint-Hilarie, além de ruas estreitas e irregulares e alguns poucos largos e ladeira íngremes, quase nada restou. Ao contrário de cidades como o Recife e Salvador, onde as reformas, ainda que intensas, não comprometeram, na totalidade, aquilo que podemos entender como o seu centro histórico, em São Paulo, a situação foi bem diferente e o rápido crescimento da cidade não deixou rastros muito nítidos da sua arquitetura pregressa. A estética *Belle Époque* que se popularizava nesse período, de forma geral, foi caracterizada pela utilização livre e superposta de estilos do passado, representando, naquele momento um novo estilo de vida associado à burguesia emergente. Nessa onda de popularização de referências historicistas na arquitetura paulista, emergiu uma Campanha Tradicionalista na arquitetura, capitaneada por Ricardo Severo, que

²²³ TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify, Duas Cidades, 2004, p.155.

²²⁴ BENEVOLO apud TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify, Duas Cidades, 2004, p.7.

²²⁵ LEMOS, Carlos A. C. *Da Taipa ao concreto: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2013, p.118.

buscava valorizar a produção arquitetônica colonial brasileira, como vimos na introdução deste trabalho. São Paulo foi um dos lugares no Brasil onde se deu uma das maiores produções neocoloniais no país, uma vez que o Movimento foi abraçado tanto por uma elite econômica, que construiu muitas das suas residências valorizando elementos construtivos e característicos da produção colonial brasileira, quanto foi abraçada pelo Estado, que realizou diversas obras públicas fiéis às ideias defendidas por Severo. A reurbanização do Largo da Memória e a construção dos monumentos na estrada da Serra do Mar, executadas durante do governo de Washington Luís, são um desses exemplos, no qual o arquiteto Victor Dubugras usou de volutas barrocas, beirais de telhas e painéis de azulejos, executados por José Wasth Rodrigues, para compor novos edifícios que evocavam a arquitetura colonial brasileira.

No entanto, a valorização dessa arquitetura se deu, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que foram demolidos vários edifícios coloniais que deveriam inspirar essas novas construções. Paulo César Garcez Marins²²⁶ aponta uma contradição na valoração da arquitetura tradicional, que se deu a partir tanto da demolição de edifícios oriundos do período colonial como do uso dos despojos dessas mesmas edificações em novas construções, e os exemplos dessas contradições são vários. Ao fim da década de 1920, o convento e a igreja dos carmelitas foram demolidos em função das obras ocorridas na atual Avenida Rangel Pestana, restando apenas, do antigo conjunto do Carmo, a igreja da Ordem Terceira. Um novo convento e uma nova igreja foram construídos na Bela Vista, utilizando-se de despojos da antiga construção, com um projeto, de inspiração neocolonial, do arquiteto polonês Georg Przyrembel. Já na década seguinte, a tradicional Faculdade de Direito, que ocupava o edifício do antigo Convento Franciscano, a partir de 1934, passou a demolir as taipas setecentistas da construção colonial para dar lugar a um novo edifício.²²⁷ Segundo Paulo Garcez, a destruição de um autêntico exemplar colonial para ser substituído por um edifício

²²⁶ MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. SETÚBAL, Maria Alice. *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 137-167.

²²⁷ O convento de São Francisco, construído em 1643, foi demolido para dar lugar a uma edificação neocolonial, projetada por Ricardo Severo e inaugurada em 1938. Os franciscanos tentaram, em vão, impedir a destruição do antigo convento e entraram com uma ação judicial, em 1932, requerendo a propriedade do prédio, mas a Justiça não deu ganho de causa aos religiosos a tempo de salvar a construção. A decisão final só chegou, em 1940, quando o novo prédio da faculdade já estava construído e funcionando.

neocolonial “é revelador do quanto as elites dirigentes paulistas haviam acolhido a proposta do arquiteto português”.²²⁸ Caso semelhante ao da Igreja do Carmo foi o da matriz de Taubaté, possivelmente uma das maiores construções coloniais existentes no Vale do Paraíba, que, já na década de 1940, foi reformada segundo o gosto neocolonial, sendo preservadas, apenas, algumas talhas de madeira da edificação pregressa. No mesmo período, merece destaque o caso da construção da Igreja de Nossa Senhora do Brasil, no Jardim Paulistano, bairro da capital, cujo retábulo presente no altar-mor, originalmente, pertenceu à igreja Matriz de Mogi das Cruzes.

Imagem 14 – Faculdade de Direito no Largo de São Francisco, São Paulo. Autor não identificado, final da década de 1930.



Fonte: Acervo da Universidade de São Paulo.

A prática de fazer novas construções a partir dos despojos das outras não foi uma exclusividade do neocolonial paulista, e vemos que aconteceu também em cidades como Salvador, Rio de Janeiro e o Recife. Para Paulo Garcez, esse tipo de comportamento indicava um compromisso com a preservação de objetos artísticos e históricos, mas que essa preocupação não chegava a ter forças para impedir a demolição dessas edificações.

²²⁸ MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. SETÚBAL, Maria Alice. *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 142.

De fato, não houve nenhuma ação significativa das autoridades paulistas para preservar velhas construções que sucumbiam às demandas de espaço ou aos projetos de ampliação de logradouros do centro paulistano. O passado era aceito com mais facilidade nas novas construções, “tradicionais”, do que nas realmente antigas, menores, menos suntuosas e que documentavam uma vida paulista mais pobre ou modesta e, talvez por isso, incômoda o suficiente para cair sem levantar lamúrias.²²⁹

Naquele momento, o passado colonial paulista era valorizado se fazendo presente nas novas construções neocoloniais, que, na maioria dos casos, eram bastante luxuosas e pouco guardavam relações com a simplicidade da “cidade de barro” que ali existiu. Talvez a destruição, quase total, do centro histórico da cidade de São Paulo, na virada do século XIX para o XX, aliado ao fato de que a arquitetura preexistente era vista, de forma geral, como simples e sem grandes valores artísticos, tenha contribuído para a falta de interesse em se preservar os exemplares restantes, retardando uma emergência de discussões acerca da preservação de um patrimônio edificado no estado. Para Paulo Garcez, a valorização promovida pelos simpatizantes do Neocolonial foi “episódica e especialmente ineficaz no que toca à preservação dos edifícios remanescentes do período colonial”.²³⁰ É também curioso que, no estado de São Paulo, não tenha sido apresentada nenhuma proposta legislativa para criação de um órgão estadual a esse respeito na década de 1920. Tanto o projeto de Blaise Cendrars quanto o de Oswald de Andrade, mencionados na introdução deste trabalho, não passaram de exercícios intelectuais.

Embora as discussões a respeito da criação de um órgão de preservação no estado só tenham tomado força a partir da década de 1930, vemos, na década anterior, alguns textos publicados em tom de denúncia às destruições e ao estado de abandono dessas edificações. Encontramos um conjunto, significativo, de notícias publicadas no *Diário Nacional*,²³¹ ao fim da década de 1920, que mostram a preocupação de alguns intelectuais com o destino das edificações históricas de São

²²⁹ MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. SETÚBAL, Maria Alice. *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 143.

²³⁰ Ibid.

²³¹ Lançado no dia 14 de julho de 1927, explicitamente como um “instrumento de ação” do Partido Democrático de São Paulo, o jornal *Diário Nacional*, foi fundado por um grupo de intelectuais e militantes que incluía nomes como o de Paulo Duarte, que assumiu, em 1929, a chefia da redação ao lado de Amador Florence Sobrinho, sendo gerido por Sérgio Milliet. A partir desse momento, textos de vários intelectuais próximos ao grupo de Duarte, como Mário de Andrade e Manuel Bandeira, se tornaram frequentes nas páginas do jornal. Com a Revolução Constitucionalista de 1932, o jornal foi fechado, circulando pela última vez no dia 30 de setembro.

Paulo, assim como *O Estado de S. Paulo*, também dedicou matérias ao tema.²³² Num artigo publicado em 6 de julho 1928,²³³ no *Diário Nacional*, em tom de lamento, são relatadas as alterações na região central da capital a partir da demolição de diversos edifícios, como os do Largo do Carmo, que dariam lugar ao novo Congresso Estadual. No mesmo ano, em 4 de outubro, foi publicada uma outra notícia sobre a provável demolição da igreja de Santo Antônio do Valongo, na cidade de Santos, em função da ampliação da estação ferroviária da cidade. Nesse texto encontramos uma crítica às ações do tipo, que se davam em prol de um, suposto, progresso, que estava “dando cabo do nosso outrora tão opulento patrimônio artístico e tradicional”.²³⁴

Eram também frequentes, no *Diário Nacional*, menções às cidades históricas mineiras que, naquele momento, já haviam começado a alcançar certo tipo de reconhecimento no cenário nacional. Em uma matéria publicada em 25 de outubro de 1929, relatou-se uma viagem recentemente feita pelo deputado federal pelo Rio Grande de Sul, Batista Luzardo, a Minas Gerais. Ao retornar, Luzardo propôs à Mesa da Câmara Federal, juntamente com Assis Brasil, que se nomeasse uma comissão de cinco deputados para formular um projeto de lei visando a preservação de “quaisquer sítios, monumentos ou edifícios dignos, por alguma razão histórica, ou estética, de serem considerados patrimônio da educação nacional”.²³⁵ O projeto de lei ainda indicaria que Ouro Preto fosse erigida a Monumento Nacional, sendo criado, para a sua conservação, um conselho técnico formado pelas administrações municipal, estadual e federal, questão que trataremos no capítulo a seguir. No mesmo dia, ainda publicou-se uma outra matéria que defendia essa mesma proposta.²³⁶ Naquele momento, as cidades históricas de Minas Gerais já faziam parte do imaginário dos intelectuais modernistas que, frequentemente, faziam viagens ao estado, sendo uma das mais famosas a já mencionada caravana que acompanhou o poeta franco-suíço Blaise Cendrars à região, em 1924. Para os

²³² Sérgio Miceli coloca o *Diário Nacional* como um órgão de “oposição democrática” ao grupo dirigente paulista, enquanto *O Estado de S. Paulo* era visto como “independente”. MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 95.

²³³ O ANTIGO Largo da Misericórdia. *Diário Nacional*, São Paulo, 6 jul. 1928.

²³⁴ CUIDA-SE de demolir o templo de Santo Antônio do Valongo, um dos mais antigos do Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, 4 out. 1928.

²³⁵ O SR. BATISTA Luzardo, hoje na Câmara, vai referir-se à excursão que fez pelo interior mineiro. *Diário Nacional*, São Paulo, 25 out. 1929.

²³⁶ OURO Preto, Monumento Nacional. *Diário Nacional*, São Paulo, 25 out. 1929.

modernistas, deixar São Paulo rumo a Minas era viajar ao encontro de um Brasil verdadeiro, um Brasil preservado, que não tinha sido maculado pela presença de influências estrangeiras. Um dos primeiros intelectuais paulistas a percorrer esse caminho foi Mário de Andrade, numa viagem, a primeira de muitas ao estado, que foi fundamental na sua formação como intelectual.

2.2 Mário de Andrade, um turista aprendiz.

Mário Raul Morais de Andrade, nascido em São Paulo, no dia 9 de outubro de 1893, em uma família de classe média ligada a membros da elite paulistana, foi um dos principais escritores do Modernismo brasileiro, destacando-se como uma das figuras centrais da vida intelectual do país, ao longo do século XX. Formado bacharel em Ciências e Letras pelo Ginásio Nossa Senhora do Carmo, em 1909, Mário ingressou, em 1911, no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, a primeira escola superior do gênero na cidade, a qual se manteve próximo por toda a vida e onde tornou-se catedrático de Estética e História da Música, em 1922. Alguns anos antes, em 1917, Mário teve seus primeiros contatos com as ideias modernistas sobre arte quando conheceu a pintora Anita Malfatti, que foi de grande influência na sua formação. Segundo Eduardo Jardim,²³⁷ esse contato entre os dois se mostrou revelador, uma vez que Anita facilitou a Mário todo um acesso à cultura alemã da época, que, naquele instante, era pouco prestigiada em um ambiente de forte influência francesa. Para Mário, aquele foi um período de estudo e aprofundamento, onde firmou a base conceitual para o seu pensamento acerca das artes que, ao longo de sua vida, foi sendo enriquecido com novos elementos, sendo as viagens que ele realizou pelo país, um dos mais importantes.

O que o motivou a realizar a primeira das suas viagens, em 1919, foi a grande admiração que tinha pelo poeta simbolista Alphonsus de Guimaraens. Mário segue para Mariana, em Minas Gerais, para visitar o poeta e tal encontro é relatado na crônica *Alphonsus* publicada, em 18 de julho do mesmo ano, na revista *A Cigarra*. Essa primeira viagem a Minas, ajudou a esboçar nele o desenho de um Brasil

²³⁷ JARDIM, Eduardo. *Mário de Andrade, eu sou trezentos: vida e obra*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015, p. 31.

diferente do que ele estava habituado a conhecer, servindo, também, como fonte de análise e estudos, animando-o a escrever uma série de textos que discutiam a produção arquitetônica brasileira do período colonial, aprofundando a sua descoberta do barroco mineiro. Essa série de quatro artigos, chamada *A arte religiosa no Brasil*, foi publicada, em 1920, na *Revista do Brasil*, sendo posteriormente organizada em uma única publicação, que se constituiu em um estudo sobre a arte religiosa no país. Focado na arquitetura, nesse estudo ele defende a importância de uma educação com base na arte e na valorização e revitalização da produção artística da Igreja Católica no país e no mundo. Ao longo do primeiro texto, Mário destaca rituais e festejos católicos, ao mesmo tempo que menciona diversos templos nas cidades de Ouro Preto, Salvador, Recife e Rio de Janeiro, se aprofundando numa historiografia da arte cristã para, no texto seguinte, criticar uma suposta decadência que teria ocorrido na produção mais recente, de influências historicistas. A crítica aos revivalismos arquitetônicos, como o neogótico, que estavam distribuídos em cidades como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, inicia-se aí, uma vez que Mário via nessas construções “uma parva desorientação e um tresloucamento lamentável”.²³⁸ Tal produção arquitetônica seria a responsável pelo que ele entendia, naquele momento, como a decadência da arquitetura brasileira, que precisava ser valorizada e servir de inspiração para novos edifícios.

A arte cristã, no Brasil, repousa em paz no moimento do passado. É um fóssil, necessitado ainda de classificação, de que pouca gente ouviu falar e ninguém se incomoda. No entanto ela existe — ou melhor, existiu. A mim tomei a tarefa, e apenas essa, de mostrar-vos que se a nossa arte cristã não tem uma importância decisiva nem marca a eclosão dum estilo, ao menos existiu vívida, com alguns traços originais, e é um tesouro abandonado onde os nossos artistas poderiam ir colher motivos de inspiração.²³⁹

Além da identificação desses edifícios representativos da arte brasileira, nesse momento, Mário de Andrade também defendeu que a produção artística contemporânea deveria ser “regional e tradicional”, buscando inspirações no passado. Como já vimos, esse era um discurso ligado aos defensores do Neocolonial, que, naquele momento, estava sendo visto como sendo o que havia de mais moderno na produção arquitetônica brasileira, não sendo à toa a sua presença

²³⁸ ANDRADE, Mario de. *A arte religiosa no Brasil*. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIII, n.50, p.95-103, fev. 1920, p. 96.

²³⁹ *Ibid.*

na Semana de Arte Moderna. Ao longo desse texto, Mário reconhece que está se lançando num terreno onde “tudo está por fazer”²⁴⁰ e que a valorização da arquitetura brasileira era uma tarefa ainda a ser feita. Ao mesmo tempo, traça um esboço da trajetória da produção arquitetônica no país começando com as primeiras capelas, mais simples e pouco rebuscadas, para depois partir para o barroco, remetendo à produção de Portugal.

Em 1919, Mário também visitou o Rio de Janeiro, sendo esta cidade o tema do texto seguinte da série *A arte religiosa no Brasil*. Nesse momento, a figura do Mestre Valentim foi exaltada e uma série de monumentos cariocas elencada, a exemplo do Mosteiro de São Bento, da Capela do Noviciado da Igreja de São Francisco de Paula, da igreja da Santa Cruz dos Militares, do Chafariz das Marrecas, do Passeio Público, da Igreja do Morro do Castelo, que naquele momento ainda não havia sido demolida, da Igreja da Glória, do Convento de Santo Antônio e das Igrejas de São Francisco da Penitência, do Carmo e da Candelária, mostrando que, no início da década de 1920, já se tinha, na capital do país, um certo conhecimento acerca da produção artística oriunda do período colonial.

Por fim, no último artigo da série, o escritor tratou da produção em Minas Gerais, onde atribuiu à arte produzida nesse estado valores nacionais, destacando os monumentos históricos existentes nas cidades de Ouro Preto, Mariana, São João del Rei, Caeté e do Santuário em Congonhas, este último, “o maior museu de escultura que existe no Brasil”.²⁴¹ Criticando a produção contemporânea, povoada de revivalismos de estilos históricos europeus, ele defende que essas construções podem até ter qualidade, “mas – insisto – não são brasileiras”,²⁴² ao mesmo tempo em que exalta a figura de Aleijadinho, “o único artista brasileiro que eu considero genial”,²⁴³ cuja produção em Minas “está tão impregnada da sua genialidade, que se tem a impressão de que tudo nela foi criado por ele só”.²⁴⁴ Mário conclui a série

²⁴⁰ ANDRADE, Mario de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIII, n.50, p.95-103, fev. 1920, p. 96.

²⁴¹ ANDRADE, Mario de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIX, n.54, p.102-111, jun. 1920, p. 106.

²⁴² Ibid., p. 105.

²⁴³ Ibid.

²⁴⁴ Ibid., p. 106.

defendendo que aquele não era um trabalho crítico e, por esta razão, ele não deveria se esmiuçar em algumas questões, afinal ele estava apenas se limitando a

contar-vos que há por este grande Brasil lindas coisas, que à Igreja devemos, e que podem ser vistas, não só com olhos sentimentais de patriota, com olhos humildes de crente, mas com olhos enlevados de artista. Não censuro o brasileiro que quer ver Paris, desejaria apenas que ele visse a Bahia, o Rio das vielas estranguladas que ladeiam a Avenida Central e principalmente abrisse o Sésamo acolhedor e encantado de Minas.²⁴⁵

É importante perceber que nesse início da década de 1920, Mário de Andrade já tinha uma percepção do valor de algumas edificações e espaços urbanos para a memória nacional e que esses lugares seriam merecedores da proteção do Estado. Nesse mesmo artigo, ele elogia os esforços que estavam ocorrendo, naquele momento, na Europa em prol preservação de “tradições artísticas”, ao passo que no Brasil, também possuidor de bens merecedores de uma atitude semelhante, “o que impera é o desejo de *épater le bourgeois* ²⁴⁶ com formas exóticas”. ²⁴⁷ A transformação da arquitetura na capital paulista também foi alvo de críticas:

Queríamos ser progressistas, reformadores, cubistas, fomos buscar o que não era nosso, imitamos sem altivez, copiamos sem engenho, é possível que ainda aceitemos como templo uma imitação de Karnak, um plagio de Santa Sophia (...) O erro nosso de construir igrejas nos mais estrangeiros dos estilos propaga-se com rapidez perniciososa por todo o Brasil. Quebrou-se bruscamente a cadeia da arte religiosa nacional: todos os estilos penetraram a praça numa sarabanda de mistificações.²⁴⁸

Vemos nesse texto uma militância em busca da construção de uma arte que, apartada de influências estrangeiras, representasse a nacionalidade. Embora o Movimento Modernista nascido em São Paulo, em seus primeiros anos, tenha se fixado como um movimento que buscava uma renovação estética no país, a partir de 1924, os intelectuais brasileiros filiados a ele passaram a defender uma arte que fosse a expressão da identidade nacional. Essa mudança é antevista por Mário em uma carta destinada a Tarsila do Amaral, datada de novembro de 1923, quando ele defendeu que a arte moderna brasileira passasse a se inspirar no próprio país. É quando, a partir da derivação dos seus interesses por folclore e etnografia para a questão da identidade brasileira, Mário de Andrade começou a construir um perfil de intérprete da nacionalidade brasileira que, segundo ele, estaria depositada, também,

²⁴⁵ ANDRADE, Mario de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIX, n.54, p.102-111, jun. 1920, p. 108.

²⁴⁶ “Chocar a burguesia”, em tradução livre.

²⁴⁷ ANDRADE, op. cit., p. 108.

²⁴⁸ Ibid., p. 109.

na cultura popular, a qual passou a ser seu objeto de estudo e onde ele buscava inspirações. Também está relacionado a esse momento de reorientação o retorno de Mário a Minas Gerais, acompanhando o poeta franco-suíço Blaise Cendrars, na caravana modernista que ficou conhecida como a Viagem de Descoberta do Brasil, já mencionada na introdução deste trabalho. Cendrars veio ao Brasil, naquele momento, a convite do mecenas e grande incentivador da Semana de 1922, Paulo da Silva Prado, amigo de Mário e também membro de uma das mais influentes famílias paulistas. Os modernistas prepararam para o franco-suíço uma vasta programação, que incluiu um carnaval no Rio de Janeiro e uma viagem às cidades históricas mineiras de São João Del Rey, Tiradentes, Sabará, Congonhas e Ouro Preto, durante a Semana Santa, além de uma estadia em Belo Horizonte, onde tiveram contato com escritores que formariam o núcleo modernista daquela capital.

Viajar a Minas, naquele momento, representava, para ele, viajar ao encontro de um passado brasileiro preservado, sem as influências estrangeiras encontradas nas capitais do litoral. Marco do nacionalismo modernista, para Mário a viagem reafirma o seu interesse pela arte religiosa brasileira e, para aquele grupo paulista, significou tanto a oportunidade de mostrar a um intelectual estrangeiro a existência no país de uma produção artística relevante e, essencialmente, nacional, quanto uma oportunidade de divulgar, presencialmente, as suas ideias fora de São Paulo. Além disso, José Lira defende que

A viagem se impôs na trajetória de Mário de Andrade como uma experiência cultural de estudo da arte colonial, de pesquisa de fontes populares, de renovação intelectual e artística e de confraternização com o grupo modernista a que pertencia.²⁴⁹

As viagens realizadas por Mário ao longo da década de 1920, foram um momento de levantamento e análise dos elementos que seriam, segundo ele, os definidores da brasilidade. Foi também quando ele realizou as viagens mais extensas pelo país, definidoras na construção do seu conceito de nacionalidade. A primeira dessas viagens, ocorrida em 1927, teve como destino a região norte do país “pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega” e a única, em toda a sua vida, na qual saiu do país. Já a segunda delas, que durou do final de 1928 ao início de 1929, com destino a região Nordeste, foi aquela na qual ele começou, de forma mais sistemática, as suas pesquisas sobre o folclore.

²⁴⁹ LIRA, José Tavares Correia de. O estranho patrimonial: Mario de Andrade e o (des)Brasil. ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 366.

As anotações e relatos dessas viagens, que versam sobre música popular, folclore, história da arte e patrimônio, foram reunidos, anos depois, e publicados com o título de *O Turista Aprendiz*.²⁵⁰

A primeira viagem, inicialmente, planejada por um grupo maior, contaria com a presença de Paulo Prado e Afonso de Taunay, que acabaram não podendo acompanhar a comitiva, partiu de São Paulo, apenas com a presença do próprio Mário, de Olívia Guedes Penteado, grande agitadora cultural e patrona do modernismo em São Paulo, a sua sobrinha, Margarida, Dulce do Amaral Pinto, filha de Tarsila do Amaral, e uma criada. Talvez, em função da presença desses membros da elite paulista, Washington Luís tenha telegrafado a autoridades dos Estados e do Peru, informando da chegada dos viajantes, que foram recebidos pelos prefeitos e presidentes estaduais em diversos dos lugares visitados.

O barco que levou a comitiva para a região amazônica partiu do Rio de Janeiro e, até a chegada em Belém, fez algumas rápidas paradas por capitais do Nordeste como Salvador, Recife e Fortaleza. Na capital baiana, Mário teve seu primeiro contato com um patrimônio arquitetônico distinto daquele que lhe era familiar, presente em São Paulo, no Rio de Janeiro e nas cidades históricas de Minas Gerais, e se deslumbrou com a arquitetura de Salvador, anotando no seu diário, em 13 de maio de 1927, que nenhuma expressão daria conta de descrever aquela cidade.²⁵¹ O mesmo encanto ele teve com as igrejas do centro histórico de Belém, chegando, em seu diário, a descrever com entusiasmo e a desenhar com detalhes a Igreja da Sé, onde ainda menciona a visita a “duas magníficas igrejas barrocas”.²⁵² Ao longo dessa viagem, Mário não deixou de visitar igrejas, teatros, mercados e outros edifícios históricos, tomando nota ou registrando, com sua *kodaque*, diversos deles, como o Forte de Óbidos, no Pará, o Forte dos Reis Magos, em Natal, assim como conjuntos arquitetônicos singulares e edificações ecléticas no meio da selva.

²⁵⁰ Organizado pela pesquisadora Telê Ancona Lopes, *O Turista Aprendiz* foi publicado, pela primeira vez, em 1976. Recentemente, para marcar o aniversário de 70 anos da morte do escritor, em 2015, uma nova edição, acrescida de textos e documentos ligados às viagens de Mário, foi publicada através de uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, e o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, IEB-USP.

²⁵¹ ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 60.

²⁵² Mário não identificou quais eram esses dois edifícios, no entanto, certamente, um deles era a monumental Igreja de Santo Alexandre, construção jesuítica do fim século XVII, localizada no mesmo largo da Igreja da Sé. Ibid., p. 190.

Imagem 15 – “Eu [Mário de Andrade] em Santarém”, Rio Amazonas. Autor não identificado, 24 de julho de 1927.



Fonte: Acervo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Já a viagem ao Nordeste, que teve início no final do ano seguinte e se prolongou até fevereiro de 1929, ficou conhecida como “viagem etnográfica” e foi bastante diferente dessa primeira. Além de ter ido sozinho, essa viagem teve um propósito mais específico de coletar material que servisse de base para suas pesquisas sobre o Brasil, além de confraternizar com amigos e intelectuais da região, tais como Câmara Cascudo, José Lins do Rego, Joaquim Inojosa, Gilberto Freyre e José Américo de Almeida. O caráter distinto dessa viagem também está presente na própria programação feita por ele, que incluiu o Carnaval no Recife e uma cerimônia num terreiro de Candomblé, em Natal, coisa, nos termos da época, impensável de ser feita com as companheiras da viagem anterior, mulheres inseridas em uma elite econômica paulista que, embora incentivassem os movimentos de vanguarda nas artes, não estavam tão abertas a romper essas barreiras em relação a alguns costumes.

Nessa viagem, ele escreveu e fotografou mais sobre a arquitetura e os monumentos históricos do que na anterior. As primeiras dessas anotações dizem respeito ao Convento de São Francisco, nas proximidades do Pelourinho, em

Salvador, onde, assim como no ano anterior, fez uma rápida parada, no dia 7 de dezembro. A permanência maior, no Recife, permitiu com que ele conhecesse vários lugares históricos da capital pernambucana e dos seus arredores, sobre os quais fez registros fotográficos e anotações em seu diário. Na companhia de Ascenso Ferreira, ele visitou igrejas históricas e se encantou com a arquitetura da cidade, que até então ele quase nada conhecia.²⁵³ Esse sentimento fica bastante explícito nos seus relatos sobre os edifícios visitados, a exemplo do conjunto franciscano, localizado na Rua do Imperador.

No Convento de S. Francisco o que há mesmo de magnífico são os azulejos. O claustro é um mimo de equilíbrio, proporção, pureza de linhas, simplicidade. Na sacristia a cômoda é uma maravilha de entalhe, elegante, bem composta, delicada nos arabescos e excelentes pinturas antigas (...) Ordem 3ª de S. Francisco, (...) é um dos maiores monumentos do Brasil. (...) Esta Ordem 3ª como interior é absolutamente notável. Sóbria no barroco, ordenação magnífica de pintura, ouro entalhado e azulejo. As pinturas são excelentes e agora depois de inteligentemente limpas, então claras, bem visíveis e são mesmo plásticas.²⁵⁴

Esses comentários nos remetem a série de artigos *A Arte Religiosa no Brasil*, no entanto, segundo José Tavares Correia Lira, aqui ele já se afastou de um “certo paroquialismo”²⁵⁵ que estaria presente nos textos analíticos anteriores, onde Mário ainda se mostrava muito fiel a práticas e tradições religiosas do catolicismo. As igrejas do Recife, àquela altura já sendo inventariadas pela Inspetoria de Monumentos de Pernambuco, foram recorrentes nos comentários do viajante. A Conceição dos Militares, “excelente no luxo barroco excessivo”, a “magnífica” Igreja do Carmo, com sua capela-mor “magistral”, e as “pinturas excelentes” da Madre Deus, todas elas, mostravam um novo leque diverso da produção artística brasileira que até então era desconhecida por ele. Embora tenha escrito pouco sobre o Recife, propriamente dito, nos seus diários, as fotografias por ele feitas com a sua *kodaque* mostram a cidade com o rio Capibaribe, a área central, as praias e os mocambos. Nessa primeira estada na capital pernambucana, Mário também esteve em Igarassu, um dos primeiros núcleos de povoamento do Brasil, localizado nas proximidades do Recife. A

²⁵³ Mário comentou, muito superficialmente e sem um conhecimento detalhado, a arquitetura religiosa em Pernambuco na série de artigos *A arte religiosa no Brasil*. Ver ANDRADE, Mario de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIII, n.49, p.5-12, jan. 1920; ANDRADE, Mario de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIII, n.50, p.95-103, fev. 1920; ANDRADE, Mario de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIII, n.52, p.289-293, abr. 1920; e ANDRADE, Mario de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIX, n.54, p.102-111, jun. 1920.

²⁵⁴ ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 219-220.

²⁵⁵ LIRA, José Tavares Correia de. O estranho patrimonial: Mario de Andrade e o (des)Brasil. ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 365.

crônica desse passeio foi publicada no *Diário Nacional*, em 3 de janeiro de 1929, e vemos nela, mais uma vez, o encantamento de Mário em descobrir um outro Brasil.

A gente desemboca, num passado evocador e segue mais ou menos assustado por aquelas ladeiras, ruas tortas, praças ocasionais, nascidas duma fantasia de arruamento, bem de gente com vagar (...). As igrejas em degraus de planos formam conjuntos deliciosos de ver. A matriz velhíssima de São Cosme e Damião vale pouco, é pobrinho, a gente perde tempo nela quase que só por delicadeza. As imagens são antigas porém comuns. A maravilha é mesmo o convento de São Francisco. O claustro é um carinho, a estante e os próprios móveis do coro, com o jacarandá pretejado, são coisas sem preço. Os azulejos da igreja contam em bom estado os milagres de São Francisco (...) Mas a principal riqueza deste convento são as pinturas, das melhores que conheço da Colônia. Aliás estou notando isso: já ontem na Ordem Terceira de São Francisco, em Recife, as pinturas me entusiasmaram. E agora me entusiasmam as de Igarassu... (...) Saio do convento abatido de prazeres (...) Saio como brasileiro que pode falar pros manos que já visitou Igarassu. Questão de esporte nacional honroso... Estou ganhando por um a zero.²⁵⁶

Imagem 16 – Igarassu, Pernambuco. Mário de Andrade, 11 de dezembro de 1928.



Fonte: Acervo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Assim como o que já tinha presenciado em outras capitais do Norte e do Nordeste, aquela era uma criação artística, para ele, marcadamente brasileira, bastante distinta da qual ele estava habituado a ver. Após alguns dias no Recife, Mário seguiu para Natal, onde se demorou mais tempo, e teve contato com um

²⁵⁶ ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 269-270.

patrimônio que ia muito além do edificado, como está relatado em diversas fotografias, anotações no diário e artigos escritos para o *Diário Nacional*. Em um desses textos, datado de 6 de janeiro de 1929, publicado apenas em 5 de fevereiro, Mário comenta acerca do Boi do Alecrim, que só pôde desfilar sem pagar a licença graças a uma iniciativa sua e de Câmara Cascudo junto à Polícia. Neste mesmo texto, ele defendeu que a Prefeitura e o Estado deveriam ser responsáveis pela manutenção daquela manifestação, protegendo-a. Já em relação ao patrimônio edificado, a capital potiguar não despertou muito o interesse no escritor, que chegou a afirmar que ela não possuía excepcionalidade nenhuma e as suas ruas “não transportam a gente para Colônia que nem as vielas, os becos, as igrejas de Recife, Igarassu, São Salvador...”.²⁵⁷ Ele acreditava que “Natal é feito São Paulo: cidade mocinha, podem progredir à vontade sem ter coisas que dói destruir”.²⁵⁸ Embora fundada ainda no século XVI, Natal cresceu muito lentamente ao longo do período colonial, só se expandindo a partir do século XIX. Talvez, em função disso, não guarde um acervo arquitetônico originário do período colonial tão expressivo como o que Mário havia visto nas outras capitais nordestinas, sendo, possivelmente, esse o motivo do escritor paulista não dar relevo ao que pôde conhecer, nesse aspecto, na capital potiguar.

Nesse mesmo artigo, publicado, originalmente, no *Diário Nacional*, em 26 de janeiro de 1929, Mário se pronuncia a respeito da demolição da Igreja da Sé, em Salvador, fato comentando no capítulo anterior. No texto, o escritor evita se pronunciar a respeito, afirmando que os prós e os contras para a demolição, para ele, “se igualavam”. No entanto, nas fotografias que fez de Salvador, identificou a Igreja da Sé como a “igreja inacabada”, qualificação que reproduz os argumentos de quem era favorável à demolição do templo, como já vimos. Mário segue argumentando sobre o assunto e reconhece que a simples destruição do templo não sanaria todos os problemas decorrentes do processo de ocupação daquela cidade; no entanto, a destruição completa da área, a fim de que fosse retificada, atendendo aos pressupostos contemporâneos de urbanismo, tampouco seria a solução, pois traria consigo o sacrifício de uma série de tradições tão valiosas quanto a própria Sé. Esse era um problema que não dizia respeito a cidades como Natal, onde “o que é

²⁵⁷ ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 276.

²⁵⁸ Ibid., p. 297.

velho não é... antigo, pouco ou nenhum valor tem” e “as tradições dela são todas móveis, danças e cantorias”.²⁵⁹ O texto é bastante revelador de como o contato direto com algumas manifestações populares despertou no escritor duas formas distintas de se ver as manifestações tradicionais. Uma forma imóvel, que não evoluiria por si própria, estando representada por edifícios e objetos artísticos ou históricos, e uma forma móvel, que também deveria ser objeto de proteção, representada pelas manifestações populares, como celebrações e formas de expressão.

Já se aproximando do fim da viagem, Mário segue para a Paraíba, onde a arquitetura voltou a lhe causar deslumbramento ao conhecer o conjunto franciscano da cidade, “um dos monumentos arquitetônicos mais perfeitos do Brasil”.²⁶⁰ A arquitetura franciscana no Nordeste foi intensamente elogiada por ele ao longo da viagem, e o retorno ao Recife o possibilitou rever o “sublime” conjunto da cidade e conhecer a “cheia de caráter” Olinda, no dia 19 de fevereiro, onde, mais uma vez, o conjunto franciscano, “um monumento enfim”, com “talvez a sacristia mais completa, mais total como interesse, acabamento e composição que existe no Brasil”,²⁶¹ lhe arrancou elogios. O olhar de Mário, nessas viagens, documentou, textualmente e visualmente, vários monumentos de um Brasil Colonial até então desconhecido por ele. O tema da identidade brasileira o acompanha nessas viagens e, segundo José Lira, elas

são um capítulo inevitável da história da cultura patrimonial entre nós. Não apenas em função do protagonismo que Mário exerceu diretamente na formação de paradigmas, instituições, agendas, equipes e acervos patrimoniais no país nos anos seguintes. Mas também porque tais entradas em campo do escritor antecipam muito do que doravante viria a abastecê-los em termos de pesquisa etnográfica, arqueologia colonial e história das artes no Brasil.²⁶²

De fato, a partir da década seguinte, Mário de Andrade desempenhou um papel importante em relação à institucionalização das práticas de preservação no Brasil, sendo que as suas viagens exerceram um papel fundamental na sua formação. Os seus primeiros textos acerca de edificações históricas, a série *A arte religiosa no Brasil*, de certa forma já identificavam um patrimônio brasileiro

²⁵⁹ ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 298.

²⁶⁰ Ibid., p. 349.

²⁶¹ Ibid., p. 243.

²⁶² LIRA, José Tavares Correia de. O estranho patrimonial: Mario de Andrade e o (des)Brasil. ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 365.

merecedor de ações de preservação, visão que se engradece e se aprofunda com as suas viagens, com a sua ida ao campo, quando teve um contato direto com um Brasil bem diferente daquele que lhe era familiar. Muitos dos textos escritos sobre a segunda viagem foram publicados no *Diário Nacional*, jornal ligado ao Partido Democrático de São Paulo, e foi o convívio com os membros desse partido, em especial Paulo Duarte, que definiram um novo caminho percorrido pelo autor de *Macunaíma* como intelectual público até o fim do primeiro governo de Getúlio Vargas, em 1937.

2.2.3 Paulo Duarte e o Departamento de Cultura de São Paulo.

Paulo Alfeu Junqueira Duarte nasceu em São Paulo, em 16 de novembro de 1899 e ao longo da vida desempenhou diversas atividades que lhe trouxeram reconhecimento, tais como a de jornalista, político ou professor. Aos 19 anos, ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, quando também participou ativamente da campanha política de Rui Barbosa para presidência da República, firmando-se, naquele momento, como um militante contrário às oligarquias políticas que controlavam o país. Duarte foi também um dos fundadores do Partido Democrático de São Paulo, em 1926, que surgiu para se contrapor ao domínio do Partido Republicano Paulista, sendo, ainda, um militante ativo da vida política de São Paulo, chegando a participar da Aliança Liberal, que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, em oposição à de Júlio Prestes e, após derrota de Vargas, fez parte das ações que depuseram Washington Luís da presidência e levaram Getúlio ao poder, em 1930. O apoio de Duarte àqueles ideais revolucionários logo cessou, em função de várias divergências para com as ações do governo Vargas, fazendo com que ele fosse afastado do cargo de delegado civil na Delegacia Revolucionária de Ordem Política e Social, para o qual havia sido nomeado como retribuição a sua colaboração no movimento de 1930. A partir de então, Paulo Duarte se aliou aos grupos paulistas de oposição ao interventor e ao governo Vargas, participando da Liga de Defesa Paulista, da qual Mário de Andrade também fez parte, fundada em maio de 1931, que tinha como um de seus objetivos lutar pela autonomia do estado; tornando-se, assim, um dos organizadores da Revolução Constitucionalista de 1932, deflagrada em 9 de julho. Com o fim do

movimento armado paulista, Duarte foi preso e enviado ao Rio de Janeiro, de onde partiu para o exílio.

A convivência entre Paulo Duarte e Mario de Andrade, no entanto, datava de antes desses acontecimentos, em função de interesses em comum, como o folclore e a culinária, “que amávamos na teoria e na prática”.²⁶³ A convivência, quase diária, entre os dois havia começado, por volta de 1925, quando Mário passou a frequentar o apartamento da Avenida São João onde Duarte morou, em um momento com Sergio Milliet²⁶⁴ e noutro com Nino Gallo, onde se reuniam, com um grupo de amigos, quase todas as noites, entre 1926 e 1931. Esse grupo, frequentemente era composto por Antônio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida, Sérgio Milliet, Antônio Carlos Couto de Barros, Henrique da Rocha Lima, Randolfo Homem de Melo, Rubens Borba de Moraes e Nino Gallo. Ainda frequentavam essas reuniões figuras como José Wasth Rodrigues, Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Paulo Rossi. Foi em tais reuniões onde germinou a ideia da criação do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, segundo consta nas memórias do próprio Paulo Duarte,²⁶⁵ que reconhecia que esses planos imaginados só seriam executados quando aqueles intelectuais estivessem inseridos numa estrutura do governo. Tal oportunidade surgiu com ascensão de Armando de Salles Oliveira ao governo paulista, primeiramente como interventor em agosto de 1933, depois como governador eleito, em 1935. No ano anterior, quando convidado por Armando de Salles Oliveira para assumir a prefeitura de São Paulo, Fábio Prado, membro de uma tradicional família paulista com relações próximas ao grupo dos modernistas, chamou, para ser seu chefe de gabinete, Paulo Duarte, recém-chegado do exílio imposto por sua participação no movimento de 1932. Fábio Prado desejava fazer uma “obra cultural”²⁶⁶ pela cidade, missão atribuída a Duarte, que, nesse momento, viu a chance de pôr em prática as ideias discutidas por ele e Mário, juntamente com outros intelectuais, no apartamento da Avenida São João. O fato de Paulo Duarte

²⁶³ DUARTE, Paulo. *Mario de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDART, 1971, p. 1.

²⁶⁴ Escritor, crítico de arte, sociólogo, professor e pintor. Bastante atuante no meio artístico e cultural do país, especialmente, em São Paulo.

²⁶⁵ Sergio Miceli defende que Paulo Duarte foi um intelectual que se empenhou em “conferir às suas memórias o valor de documento histórico e testemunho de uma época”, documentos que hoje, devemos ser muito cautelosos ao analisar. MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 84.

²⁶⁶ PRADO apud DUARTE, Paulo. *Mario de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDART, 1971, p. 196.

ser um amigo próximo do então interventor federal Armando de Salles o colocou em uma situação favorável para a realização dos projetos imaginados.

A proposta para o Departamento de Cultura foi construída por Paulo Duarte, com a colaboração de Fernando de Azevedo e Mário de Andrade, sendo posteriormente apresentada a Fábio Prado, já com a indicação de que Mário deveria dirigir o Departamento. Toda a equipe do primeiro escalão do órgão foi escolhida pelo próprio Duarte. Os membros dessa equipe, além de estarem ligados por laços de amizade ou familiares e por uma convivência em comum no Partido Democrático, ainda pertenciam a famílias paulistas tradicionais e estavam, de alguma forma, vinculados aos intelectuais remanescentes da Semana de 1922. Fábio Prado aprovou a proposta de criação do Departamento de Cultura, juntamente com a equipe definida por Paulo Duarte, e justificou a criação do órgão fundamentando-se nos artigos da Constituição de 16 de julho 1934 em que estava previstos que também caberiam aos municípios “favorecer e animar”²⁶⁷ o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, além de proteger bens de interesse histórico, juntamente com um, chamado, patrimônio artístico nacional. Segundo Carlos Sandroni,

A “cultura” ocupava um lugar importante na estratégia política dos liberais paulistas entre 1935 e 1937; assim, se compreende que fizesse parte dessa estratégia a incorporação de intelectuais como Mário de Andrade e seus amigos.²⁶⁸

É importante ainda destacar que, embora a atuação do Departamento geralmente seja vista como uma tentativa de democratização da cultura, essa não foi a primeira iniciativa de viés cultural a ser levada adiante pelo poder público em São Paulo. Antes mesmo da gestão de Fábio Prado, uma preocupação com o incentivo às atividades artístico-culturais já se via presente na gestão de Antônio Prado, que deu início à construção do Teatro Municipal, inaugurado em 1911. Washington Luís, por sua vez, já havia organizado o sistema educacional público, além de ter realizado outras ações em prol da história da cidade, como a publicação de manuscritos antigos, sob a guarda do Arquivo Municipal e a reorganização do Museu Paulista. Patrícia Tavares Rafainni, ao abordar as iniciativas do

²⁶⁷ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, Artigo, 148.

²⁶⁸ SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 77.

Departamento de Cultura como a concretização dos anseios de grupo de intelectuais em meio a um contexto político que os favoreceu, defende que

Essas iniciativas do poder público paulista podem ser inseridas em um projeto difuso de hegemonia cultural que vinha se desenvolvendo desde as primeiras décadas desse século no sentido de tentar deslocá-la do centro nacional por excelência, o Rio de Janeiro, para a já então capital econômica, São Paulo.²⁶⁹

Para Patrícia Rafainni, a criação do Departamento estava inserida nesse projeto hegemônico capitaneado pela elite paulista, com bases remontando ao início do século XX, que pretendia colocar São Paulo no centro cultural do país, substituindo a capital federal nessa posição. Carlos Sandroni também defende essa tese, argumentando que a valorização da questão cultural tinha também o objetivo de reestabelecer um papel de superioridade do estado dentro da federação, após a derrota no conflito armado de 1932.²⁷⁰ Desse projeto de hegemonia paulista ainda fazia parte a criação da Escola de Sociologia Política e da própria Universidade de São Paulo, a partir da reunião das faculdades, já existentes, de Direito, Medicina e Engenharia, e dos recém-criados Instituto de Educação e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A questão fica mais explícita quando vemos o discurso de Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, enquanto paraninfo da primeira turma formada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, publicada na *Revista do Arquivo Municipal*, em fevereiro de 1937. Para Mesquita, a criação da Universidade de São Paulo iria “dotar o país de um cérebro poderoso e coordenador”.²⁷¹

O Departamento de Cultura foi criado através do Ato n.º 861, de 30 de maio de 1935, sendo, no ano seguinte, estruturado pelo Ato 1.146. Estava previsto que o órgão seria composto por cinco divisões: uma de Expansão Cultural, chefiada por Mário de Andrade; uma de Bibliotecas, a cargo de Rubens Borba de Moraes;²⁷² uma de Educação e Recreio, chefiada por Nicanor de Miranda;²⁷³ uma de Documentação

²⁶⁹ RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma de Brasil: O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 32.

²⁷⁰ SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 75.

²⁷¹ MESQUITA FILHO apud SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 76.

²⁷² Bibliófilo, bibliógrafo e bibliotecário, foi um dos organizadores da Semana de 1922, além de colaborador da *Revista Klaxon* e da *Revista de Antropofagia*.

²⁷³ Escritor e crítico de dança e teatro.

Histórica e Social, que ficou aos cuidados de Sérgio Milliet; e, por fim, uma Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, que nunca chegou a ser, de fato, efetivada. Esse Departamento, cujo caráter inovador não está presente na legislação que o criou, seria o primeiro, dentre os vários a serem criados em outras cidades do Estado, fazendo parte de um projeto maior que, através da cultura, pretendia transformar o Brasil a partir de São Paulo.

Quando Mário de Andrade foi convidado para assumir a direção geral do Departamento de Cultura, esta não era a sua primeira experiência no serviço público. Alguns meses após a tomada do poder por Vargas, em 1930, Mário foi convidado por Luciano Gallet e Antônio de Sá Pereira para reformular o Instituto Nacional de Música, INM, localizado no Rio de Janeiro, que deveria se transformar em um padrão para o restante do país. Segundo Eduardo Jardim, as ideias que nortearam essa reestruturação do INM foram materializadas nas iniciativas do Departamento de Cultura, para o qual Mário concebeu um programa de política cultural bastante inovador em diversos aspectos. Além da direção geral do Departamento, Mário também era o responsável pela Divisão de Expansão Cultural, que tinha como algumas atribuições, além da manutenção de um serviço de obras de arte erudita, outro de arte popular,

entrosar-se com a comissão do Plano da Cidade e mais instituições competentes, para fixar as paisagens municipais dignas de preservação, bem como impedir o êxodo ou destruição de obras de valor artístico ou histórico.²⁷⁴

Talvez este trecho das memórias de Paulo Duarte já indiquem uma preocupação do Departamento não só na proteção de edifícios históricos, mas também uma preocupação com o entorno dessas construções, a proteção também de paisagens significativas e o roubo ou extravio de obras de arte, principalmente as coloniais. Era um cuidado com a história paulista que estava distribuído em diversas ações do Departamento, como a aquisição de uma biblioteca brasileira pertencente a Felix Pacheco,²⁷⁵ indicando a importância dada por esses intelectuais à preservação da documentação referente ao país, que também serviria de apoio às próprias pesquisas desenvolvidas por eles. Patrícia Rafainni defende que

pelo conhecimento da história da cidade e do estado de São Paulo, poderia se traçar também a história do país, já que uma seria constituída a partir da

²⁷⁴ DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDART, 1971, p. 62.

²⁷⁵ Jornalista, político, poeta, membro da Academia Brasileira de Letras.

outra. Essas obras historiográficas teriam sua importância na divulgação de São Paulo como berço da nação, opinião que aparece frequentemente na produção dos intelectuais do Departamento.²⁷⁶

Mesmo sendo um órgão municipal, desde o princípio o Departamento procurou atuar com uma abrangência nacional e a sua criação é colocada, por Carlos Sandroni, como uma peça chave no projeto hegemônico dos paulistas, que buscava formar uma identidade nacional a partir de elementos folclóricos tradicionais. Essa característica fica explícita em diversos documentos, como a carta escrita por Mário de Andrade, em 3 de abril de 1938, destinada a Paulo Duarte, na qual ele defende que “o Departamento de Cultura é uma necessidade pra São Paulo e talvez pro Brasil”,²⁷⁷ ou no discurso comemorativo da fundação de São Paulo feito por Mário e transmitido pelo programa de rádio *Hora do Brasil* em 25 de janeiro de 1936, publicado, posteriormente, na *Revista do Arquivo Municipal*.

O Departamento de Cultura cresce e quer crescer, esculpido na forma do Brasil. Já emissários seus internam-se por Mato Grosso, em busca de conhecimentos ignorados. Já do Rio Ihe chegam decoradores e sambistas para as festas de Carnaval. Já do Recife Ihe vêm ceitas (sic), melodias e instrumentos, de Minas e da Bahia, especialistas; ao mesmo tempo que da sua atividade partem para divulgação no mundo, a pedido do Ministério do Exterior, estudos especializados sobre o Brasil.²⁷⁸

Para esses intelectuais, o Departamento de Cultura, ainda que fosse uma instituição municipal, poderia dar conta de conceber tanto uma identidade paulista quanto uma nacional, também baseada em aspectos da cultura popular. As ações giravam em torno de questões como a brasilidade e a identidade nacional, e isso é visto através de várias iniciativas que buscavam revelar um Brasil desconhecido, como o apoio financeiro à missão dos antropólogos Claude Lévi-Strauss e Dina Dreyfus ao Mato Grosso, em 1937. Paulo Duarte, que era amigo do casal, foi o responsável por intermediar esse apoio, que seria retribuído ao Departamento com a publicação dos resultados da missão na *Revista do Arquivo Municipal*, bem como a formação de uma coleção etnográfica destinada a compor um museu municipal, que não chegou a ser criado. A *Revista*, que pertencia ao Arquivo Público Municipal, criado em 1928, até então, tinha a maioria dos seus artigos voltados para a história da cidade e do estado. No mês que se seguiu à criação do Departamento, ela foi

²⁷⁶ RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma de Brasil: O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 82.

²⁷⁷ DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDART, 1971, p. 125.

²⁷⁸ ANDRADE, Mario de. Dia de São Paulo. *Revista do Arquivo Público Municipal*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, dez. 2015, n.206. p. 20.

absorvida pelo novo órgão, juntamente com outras atribuições do Arquivo, a exemplo da preservação de documentos históricos relativos à história da cidade, e Mário de Andrade assumiu o cargo de diretor e Sérgio Milliet o de secretário. A partir de abril de 1936, além de publicar pesquisas patrocinadas pelo Departamento e fotografias das suas próprias iniciativas na cidade de São Paulo, a *Revista do Arquivo Municipal* passou também a publicar fotos de monumentos históricos distribuídos por todo o país, sendo criados, nesse mesmo ano, concursos de trabalhos relacionados a etnografia e folclore, que se repetiram nos dois anos consecutivos.

A preocupação com o estudo da cultura paulista e, conseqüentemente, brasileira, por parte dos intelectuais ligados ao Departamento também se reflete na realização de um curso livre de Etnografia, ministrado por Dina Dreyfus,²⁷⁹ em 1936. Tal curso, dentre outros frutos, resultou na fundação do Clube de Etnografia, que veio a constituir a Sociedade de Etnografia e Folclore, no ano seguinte, assim como a Missão de Pesquisas Folclóricas, enviada à região Nordeste em 1938, e chefiada pelo jovem arquiteto Luís Saia, amigo próximo de Mário de Andrade, e que havia sido formado no curso realizado por Dreyfus.

A Missão de Pesquisas Folclóricas, importante ação ligada a investigar os aspectos formadores da identidade brasileira patrocinada pelo Departamento, foi idealizada por Mário de Andrade, como uma espécie de continuação das suas viagens realizadas na década anterior e, segundo Márcia Chuva, foi “um projeto de conhecimento e construção da nação brasileira”.²⁸⁰ Coordenada por Luís Saia, e composta ainda por Martin Braunwieser, Benedicto Pacheco e Antônio Ladeira, a Missão partiu em fevereiro de 1938, retornando em julho do mesmo ano. Tinha como objetivo principal registrar por meio de som, vídeo e fotografia, manifestações da cultura popular que estivessem ameaçados de desaparecer, bem como reunir objetos ligados a aspectos tradicionais dessa cultura. Tal documentação serviria para que os intelectuais ligados ao Departamento pudessem construir uma identidade paulista, e também brasileira, a partir de práticas culturais não mais

²⁷⁹ Nascida em Milão, em 25 de fevereiro de 1911, Dina Dreyfus naturalizou-se francesa e foi uma etnóloga, antropóloga e socióloga que contribuiu para a fundação das ciências sociais no Brasil. Em 1932, casou-se com o antropólogo Claude Lévi-Strauss, sendo, por vezes, chamada de Dina Lévi-Strauss, a quem acompanhou em expedições pelas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

²⁸⁰ CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*. n. 34, Rio de Janeiro: IPHAN, p.146-165, 2011, p. 153

presentes em São Paulo. Segundo Carlos Sandroni, a analogia proposta por Mário de Andrade em relação a essas manifestações “só era possível do ponto de vista do Brasil ‘moderno’”,²⁸¹ e por isso ele tinha a intenção de trazer para São Paulo o processo de construção dessa identidade nacional. Em uma entrevista ao jornal *Folha da Manhã*, do Recife, publicada em 15 de fevereiro de 1938, quando da passagem da Missão pela cidade, Luís Saia defendeu a postura nacional daquela iniciativa:

vale frisar que não se trata de uma obra de um estado, como possa à primeira vista parecer, pelo simples fato de partir de São Paulo, porque a sua finalidade é mais que tudo nacional, por excelência. Tudo quanto fomos procurando e angariando para o objetivo a que nos propomos, será devidamente publicado e divulgado em todo o país.²⁸²

Essa finalidade nacional, destacada por Saia, só reforça a ideia de que os planos paulistas naquele momento tentavam dar conta do país inteiro, como parte de um projeto cultural hegemônico. A Missão foi responsável por um registro impressionante de manifestações culturais, como o caboclinho e o bumba meu boi, feito em discos, filmes, fotografias, desenhos e anotações nos cadernos de viagem, bem como pela reunião de uma importante coleção de objetos ligados ao tambor de mina, no Maranhão, e ao xangô, em Pernambuco, estes últimos, oriundos de apreensões policiais feitas em terreiros, num contexto de perseguição religiosa aos seus praticantes. Para além desses registros, já bastante divulgados, as anotações nos cadernos de viagem de Luís Saia, bem como as fotografias por ele realizadas em lugares como o interior da Paraíba, do Ceará e do Piauí, e de cidades como São Luís, no Maranhão, são um registro assombroso de um patrimônio arquitetônico que, seguramente, naquele momento era desconhecido por grande parte da intelectualidade brasileira que se dedicava ao assunto. Luís Saia foi, naquele momento, o responsável pela identificação de uma série de monumentos históricos, indicando alguns para serem preservados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, que, naquele ano, deu início a sua política de tombamentos. Questão que voltaremos no último capítulo deste trabalho.

²⁸¹ SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 126.

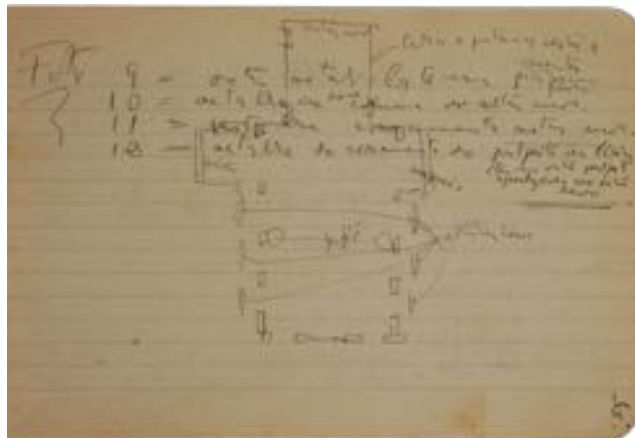
²⁸² SAIA, Luís apud SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 124.

Imagem 17 – Portão da Quinta das Laranjeiras, São Luís, Maranhão. Luís Saia, 1938.



Fonte: Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, Centro Cultural São Paulo.

Imagem 18 – Planta e descrição dos altares da Igreja de Santo Alexandre, Belém, Pará.



Fonte: Caderneta de Viagem de Luís Saia, n.º 5A, página 155. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, Centro Cultural São Paulo.

2.2.4 A Campanha contra o vandalismo e o extermínio, ações e propostas.

Dos planos hegemônicos paulistas, daquele momento, fizeram parte, também, a chamada *Campanha contra o vandalismo e o extermínio*, lançada em 11 de junho de 1937, pelo jornalista Paulo Duarte, que tinha como objetivo tanto denunciar a situação de abandono dos edifícios históricos paulistas, quanto mobilizar esforços para a criação de um órgão estadual que fosse responsável pela proteção desse patrimônio. A Campanha, durou cerca de quatro meses, e teve início a partir de uma visita de Duarte à Igreja de São Miguel, localizada no subúrbio da capital, nas proximidades da cidade de Guarulhos. Esta visita se deu em meio a uma série de viagens, que tiveram início na segunda metade da década de 1930, feitas na companhia de sua esposa, Juanita, e alguns dos seus amigos a exemplo de Sérgio Milliet, João Batista de Campos Aguirre e Mário de Andrade. O objetivo dessas viagens, além de identificar, era registrar, através de fotografias, os sítios históricos ligados ao período colonial presentes no território paulista que, na visão daqueles intelectuais, eram os testemunhos materiais da história e da identidade de São Paulo.

Desde há alguns meses estou aproveitando os fins de semana, sábado e domingo para excursões pelas áreas mais antigas de S. Paulo, em busca de velhos monumentos, igrejas, capelas, casarões dos séculos da nossa formação, para uma ação do Departamento de Cultura com o fim de preservar o que resta ainda desses preciosos documentos, vandalicamente, destruídos por esse bicho tremendamente depredador que é o brasileiro. Tenho levado comigo o Mário, o Sérgio, o Rubens e, agora também o Tônico Batista Pereira e o João Batista de Campos Aguirre.²⁸³

Imagem 19 – Igreja de São Miguel Paulista, São Paulo. Autor não identificado, 1937.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Encontramos, nas memórias de Paulo Duarte, uma série de impressões e registros acerca das cidades e monumentos históricos paulistas feitos ao longo dessas viagens, nas quais podemos perceber a construção de um mapeamento do patrimônio que deveria ser objeto de preservação no estado. Lamentavelmente, Paulo Duarte não publicou suas memórias de forma cronológica e, tampouco, se preocupou, nessas anotações, em registrar precisamente as datas, o que, de certa forma, dificulta uma reconstituição de quando esses passeios tiveram início, assim como da ordem na qual os lugares foram visitados. Fica claro, no entanto, que houve um aumento na frequência a partir de maio de 1937, com a intensificação da Campanha e a inclusão de Mário no grupo, que havia pedido para Paulo Duarte ajudá-lo na elaboração de uma listagem dos monumentos do estado, encomendada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan.²⁸⁴ Além da Igreja

²⁸³ DUARTE, Paulo. *Memórias IV: os mortos de Seabrook*. São Paulo: HUCITEC, 1976, p. 98.

²⁸⁴ Em 17 de abril de 1937, Mário de Andrade havia aceitado o convite de Rodrigo Melo Franco para assumir a representação do Sphan, em São Paulo, quando também designou seus dois principais colaboradores, o historiador Nuto Sant'Ana e o arquiteto Luiz Saia, tendo sido contratado como assistente técnico de 3ª classe do Serviço, em 27 de setembro do mesmo ano. Paulo Duarte destaca que a participação de Mário de Andrade nesses passeios se deu a partir da sua contratação pelo Sphan para fazer esse levantamento, no entanto, não

de São Miguel, são muito frequentes menções a visitas feitas à igreja e ao convento de M'Boy²⁸⁵ e ao Sítio Santo Antônio, em São Roque. A ida a São Roque, que contou com uma passagem na Capela de Voturuna, em Santana de Parnaíba, ocorreu em 19 de junho de 1937. A intenção desse passeio foi apresentar a Mário de Andrade a capela do Sítio Santo Antônio, que, aos olhos de Duarte, era “depois de M'Boy a coisa mais deliciosa que restava dos documentos arquitetônicos da formação de S. Paulo”.²⁸⁶ A capela, que teve a construção finalizada em 1681, já havia sido visitada, alguns anos antes, por Washington Luís, que retirou de lá alguns objetos doados, posteriormente, ao Museu Paulista. Mário teria ficado “extasiado” com o lugar e dito que aquilo era “quase tão importante quanto M'Boy”²⁸⁷ mas que, lamentavelmente, se encontrava em um estado de conservação ainda pior. Construído por padres jesuítas, em fins do século XVII, o conjunto de M'Boy é formado pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário e uma residência anexa que, naquele momento, “caía aos pedaços”²⁸⁸ e, na visão de Duarte, caso nada fosse feito, em poucos anos, desapareceria.

Imagem 20 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa, M'Boy, São Paulo, quando da visita de Washington Luís. Autor não identificado, 1908.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

fica claro de quem partiu a iniciativa para a definição dos lugares visitados, uma vez que em alguns momentos Duarte afirma que Mário solicitou participar das suas excursões, já em outros, que ele teria sido convidado por Mário a integrar as suas próprias viagens.

²⁸⁵ Nome da aldeia jesuítica que deu origem à cidade de Embu, em muitos dos textos e documentos pesquisados encontramos tanto a grafia atual quando a antiga, que adotaremos nesse texto para fins de padronização.

²⁸⁶ DUARTE, Paulo. *Memórias V: apagada e vil mediocridade*. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 135.

²⁸⁷ ANDRADE, Mário apud DUARTE, Paulo. *Memórias V: apagada e vil mediocridade*. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 135.

²⁸⁸ DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 8.

Imagem 21 – Capela do Sítio Santo Antônio, São Roque, São Paulo. Autor não identificado, Década de 1930.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Imagem 22 – Tocheiros recolhidos por Washington Luís na Capela de Santo Antônio, em São Roque, expostos no Museu Paulista, São Paulo. Hermann Hugh Graeser, Sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Imagem 23 – Ruínas do Convento de Nossa Senhora da Conceição, Itanhaém, São Paulo. Autor não identificado, Sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Como M'Boy, jaziam abandonados, à fúria dos ventos e do mar, as fortalezas da Barra Grande, as ruínas já quase irreconhecíveis da ilha de Santo Amaro, o forte da Bertioga que, a sua frente, assistiu ao desfile das pirogas, no fundo de uma das quais era levado pelo tamoio de Ubatuba, o alemão Hans Staben, artilheiro do Forte de São Felipe. São Vicente, Itanhaém, Peruíbe, Iguape, Cananéia, ao sul; São Sebastião, Vila Bela [hoje, Ilhabela], Caraguatatuba, Ubatuba, para o norte, todas as velhas povoações do litoral ostentavam, como chagas que não quisemos até agora curar, os seus monumentos em ruína, as igrejas coloniais esborcinadas, a sua documentação histórica transformada em celeiro farto de papirófagos, vorazes ou de termídeos implacáveis.²⁸⁹

Esses locais foram visitados em uma série de passeios feitos por Duarte, como a ida às ruínas da igreja de Abarebebê, localizada na cidade de Peruíbe, em um sábado que também incluiu no roteiro a cidade de Itanhaém, onde conheceu a Igreja Matriz, “documento curioso do barroco religioso”,²⁹⁰ e a Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Conceição, deste último, após ter sofrido um incêndio, restavam apenas ruínas. Em um outro, Paulo Duarte, Juanita, Mário de Andrade e Campos Aguirre percorreram Taubaté, São Luiz do Paraitinga e Ubatuba. Acompanhados por Félix Guisard Filho, amigo de Duarte e, assim como ele, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, IHGSP, que os levou para conhecer a fazenda de propriedade da sua família, em Taubaté, “um monumento histórico, com a casa grande autêntica do século XVII, capela, senzala e tudo mais excelentemente restaurado e conservado pelo atual proprietário”.²⁹¹ Após essa breve visita, eles seguiram para São Luiz do Paraitinga, “a velha cidade em que nasceu Oswaldo Cruz, também na lista das abandonadas”,²⁹² onde percorreram as suas “ruas velhas”, ocupada por “casarões majestosos que denunciam a glória de outrora”.²⁹³ A casa natal de Oswaldo Cruz estava bem conservada “com as suas quatro janelas coloniais de um lado da porta de entrada e duas de outro, com aquela beleza tranquila dos antigos casarões das cidades brasileiras”.²⁹⁴ De lá, partiram para Ubatuba, aonde chegaram ao fim do dia.

O Guisard nos levou ao velho casarão de sua propriedade, a principal mansão de Ubatuba em mísero estado e, segundo ele me afirmou, vai ser

²⁸⁹ DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 36.

²⁹⁰ DUARTE, Paulo. *Memórias V: apagada e vil mediocridade*. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 138.

²⁹¹ Ibid., p. 220.

²⁹² Ibid.

²⁹³ Ibid., p. 221.

²⁹⁴ Ibid.

reformada de alto a baixo, respeitando-se inteiramente a arquitetura. Era o famoso Palácio do Porto, construído por Baltazar Fortes.²⁹⁵

As memórias das viagens de Paulo Duarte além de identificarem uma série de monumentos históricos, a exemplo das Igrejas de M'Boy, São Miguel, da casa natal de Oswaldo Cruz e do Palácio do Porto, então povoadas de lamentações sobre o mau estado de conservação na qual se encontravam a maioria dessas construções. Ele defende, em vários momentos, a preservação das cidades históricas do estado, chegando a elencar algumas: Ubatuba, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Iguape, Cananéia ou Santana de Parnaíba. Sobre a última, escreveu:

Outra cidade-museu que deveria ser preservada se no Brasil e em São Paulo se compreendessem o que valem essas velhas relíquias dos séculos da nossa formação. Está mais preservada do que a maioria, na sua arquitetura, pois ainda se encontra isolada da chamada malfadada civilização do Brasil...²⁹⁶

Na mesma viagem que passou por Santana de Parnaíba, Paulo Duarte seguiu para Araçariguama, onde “nada mais resta do que esse pedaço de ruína do palácio do Padre Pompeu e algumas ruínas de capelas”.²⁹⁷ Araçariguama, Cotia e Itu, eram, na visão de Duarte, cidades do interior paulista que haviam se modernizado a partir da chegada das estradas de ferro e, com isso, destruído uma parte significativa do seu patrimônio. No entanto, em relação a Itu, a qual visitou na companhia de Campos Aguirre e José Wasth Rodrigues, ele reconhecia que apesar do crescimento da cidade, ali ainda poderia ser encontrado um conjunto significativo de construções religiosas como a Matriz, que “nos seus motivos ornamentais dourados, segundo o Wasth, apresenta um desenho interessante peculiar somente às igrejas de Itu e Sorocaba”, o Convento do Carmo, as ruínas da Igreja de São Francisco, e as igrejas de Santa Rita, de São Benedito, do Bom Jesus, esta última, entretanto, já “modernizada”, como destacou. Na cidade ainda visitou o Colégio do Patrocínio e a sede do Museu Republicano e concluiu o relato desse passeio com uma aspiração: “como o futuro Instituto do Patrimônio Histórico terá coisas a fazer!”²⁹⁸

²⁹⁵ DUARTE, Paulo. *Memórias V: apagada e vil mediocridade*. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 222.

²⁹⁶ Ibid., p. 232.

²⁹⁷ Ibid., p. 233.

²⁹⁸ Ibid., p. 235.

Os planos para a estruturação de um órgão de preservação paulista estão presentes nos relatos dessas viagens. No entanto, a construção de uma proposta mais direta para esse órgão só ocorreu após Paulo Duarte ser informado da venda da porta de madeira pertencente a Igreja de São Miguel.

Uma visita inesperada que fui obrigado a fazer à capela de S. Miguel ia modificar bastante os meus planos culturais na Assembleia Legislativa. Havíamos estado lá, Mário, Juanita, Aguirre e eu, dias antes (...) pouco tempo depois da nossa visita, me procurou um cidadão de S. Miguel onde tem uma chácara, para contar que o vigário da paróquia, um padre holandês, havia vendido a grande, pesada e linda porta de entrada da igreja, lavrada e cinzelada há mais de duzentos anos, bem como alguns móveis, inclusive uma enorme cômoda da mesma época!²⁹⁹

Essa notícia faz com que Paulo Duarte voltasse apressadamente a São Miguel, na companhia de Mário e de Juanita, para averiguar a “mutilação” da igreja que “tinha um altíssimo interesse histórico-arquitetônico, religioso e paulista”.³⁰⁰ Constatado o “crime”, a indignação do jornalista deu início à *Campanha contra o vandalismo e o extermínio* com um artigo, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, onde ele relatou a primeira visita feita, em 5 de junho de 1937, que ainda teve como destino M’boy, São Miguel, Cotia e Carapicuíba.

O artigo apresenta a situação lamentável na qual se encontravam os edifícios de M’Boy, do Forte de Bertioga, o “único vestígio quinhentista no Estado de São Paulo” e da antiga aldeia jesuítica de Carapicuíba, com a capela “devastada como tudo quando pertenceu ao nosso passado”.³⁰¹ Entretanto, o texto está focado na venda da porta da Igreja de São Miguel, pelo próprio padre responsável pela paróquia. Para Paulo Duarte, a situação de M’Boy, causada pela “incúria” e pelo “desleixo”, era contrária à de São Miguel, que era “um caso de polícia”, mas que ambas as situações eram “atos de destruição e de vandalismo que a cultura de São Paulo não pode mais tolerar”.³⁰² Paulo Duarte, em outro artigo da Campanha, chamado *Os exemplos do cupim e da figueira branca*, segue denunciando a situação de diversos monumentos históricos paulistas, inclusive alguns que se perderam completamente.

E assim toda a história de S. Paulo e seus documentos de Santos, Iguape e Cananéia, de S. Sebastião, Ubatuba, Taubaté e Jacareí; de Itu, Sorocaba,

²⁹⁹ DUARTE, Paulo. *Memórias V: apagada e vil mediocridade*. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 180.

³⁰⁰ Ibid.

³⁰¹ DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 7-8.

³⁰² Ibid., p. 12.

Araçariguama, S. Roque, tudo desapareceria definitivamente não fora S. Paulo ter acordado em boa hora! Restam-nos uns sessenta monumentos em todo o estado. Talvez nem isso. Alguns são pobres, são humildes, sim, mas são nossos, genuinamente nossos, falam fundamente ao coração e à alma paulistas (...) Tenho verificado anualmente as depredações que o tempo e os homens vão fazendo rapidamente às vezes, às vezes lentamente, mas com firmeza absoluta, nessas velhas lembranças da nossa formação. (...) Do engenho que Jorge Erasmo Scheter arrendou de Martim Afonso de Souza, apenas três taipas do grande salão onde trabalhava a moenda tosca estão de pé. O que o incêndio de Cavendish³⁰³ poupou, não poupou nem tempo nem a incúria dos paulistas; a capelinha de Sant'Ana de Frei Gaspar da Madre de Deus já desapareceu toda; o forte de S. Thiago, na Bertioga, está por pouco; na ilha de Santo Amaro só há ruínas; o convento de S. Francisco, em Santos, de 1640, grande parte foi arrasado para, no lugar, erguer-se aquele monstro que é a estação da S. Paulo Railway; a matriz de S. Vicente foi profanada por uma reforma estúpida; o convento de M'boy cai aos pedaços; a capela de S. Miguel foi aleijada; em Itanhaém... Itanhaém é símbolo. A segunda cidade de Martim Afonso (...) encantador povoado paulista, iniciado em 1549, por assim dizer, não possui hoje, como lembrança da primeira catequese, das primeiras lutas, daqueles que plantaram o Brasil, mais do que ruínas.³⁰⁴

Os textos da Campanha foram publicados no jornal *O Estado de São Paulo* e, em geral, vinham acompanhados de fotografias de monumentos como a Capela de Voturuna, em Santana de Parnaíba, a Capela de Santo Antônio, em São Roque, o Convento Carmelita de Itu, o Convento e a Igreja de Itanhaém, dentre outras edificações, muitas delas já arruinadas. O apoio recebido d'*O Estado* foi fundamental na difusão das denúncias feitas por Duarte que, naquele momento, se mostrou surpreso com a boa repercussão que sua iniciativa estava tendo.

“Contra o Vandalismo e o Extermínio” continua. Quase todos os dias, o “Estado” publica notícias e artigos meus, inspirados em nossas excursões pelo interior que são a documentação exata do desleixo, do abandono, da ignorância e da estupidez de tantas gerações com relação aos restos dos nossos monumentos históricos. As cartas têm chovido de todo o Brasil e demonstraram que eu toquei no ponto certo.³⁰⁵

De fato, a campanha ganhou de pronto vários apoiadores, que enviaram cartas ou ofícios elogiando a iniciativa, publicados no livro *Contra o vandalismo e o extermínio*, organizado por Paulo Duarte e editado pelo próprio Departamento de Cultura no ano seguinte, como uma memória dessas ações. Dentre esses apoiadores estavam o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Paulista de Letras, a Prefeitura de São Paulo, a Sociedade de Sociologia, a Sociedade de Etnografia e Folclore, o Sindicato dos Artistas Pintores, o Instituto de Estudos

³⁰³ Referência aos saques praticados pelo corsário inglês Thomas Cavendish, que esteve em Ilhabela e Santos no último quartel do século XVI.

³⁰⁴ DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 26-27.

³⁰⁵ DUARTE, Paulo. *Memórias V: apagada e vil mediocridade*. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 240

Genealógicos, o Touring Club de São Paulo, a Sociedade Bandeirante de Radiodifusão, o Rotary Club de São Paulo, o Instituto de Engenharia de São Paulo, além do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e nomes como Alcântara Machado, Afonso de Taunay, Batista Pereira, Dom José Gaspar de Afonseca, Alfredo Ellis, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sergio Milliet, o cartunista Belmonte, Victor Brecheret, José Wasth Rodrigues, Plínio Ayrosa, Claude Levy-Strauss, Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Plínio Barreto, dentre outros. No geral, percebemos que esses apoiadores, sejam pessoas ou instituições, eram, na quase totalidade, amigos ou intelectuais que tinha tanto uma vivência social e política quando interesses em comum aos de Paulo Duarte. Um dado importante nas cartas de apoio recebidas por Paulo Duarte é que, além de tecerem elogios a sua iniciativa, elas sugeriam diversas outras edificações históricas que ainda não tinham sido mencionadas por ele em seus artigos, como, por exemplo, a Casa do Tatuapé, construção, datada do século XVII, em taipa de pilão, localizada na capital, citada na carta de Batista Pereira. Revelador, no entanto, são os monumentos mencionados por Afonso Taunay, em 16 de junho de 1937.

Guardemos pois e com o maior cuidado o pouco que nos resta como as duas igrejas Franciscanas a dos Terceiros Carmelitanos, Nossa Senhora dos Remédios³⁰⁶, Santo Antônio da Rua da Direita, a Igreja dos Aflitos, tudo o que nos resta. (...) Sob o ponto de vista do resguardo tradicional Santos é bem mais feliz do que São Paulo guardando as suas igrejas carmelita e franciscana, e o seu lindo Mosteirinho de São Bento.³⁰⁷

Os monumentos citados por Taunay não aparecem, em nenhum momento, nos textos da Campanha, e as suas indicações, de certa forma, vão no sentido oposto do que vemos na carta de apoio escrita por José Wasth Rodrigues, publicada n' *O Estado de S. Paulo* em 3 de agosto de 1928, quando esse afirma que “em São Paulo, já nada resta, absolutamente nada do passado” e que “o horror vandálico das velharias acabou por apagar todos os traços da fisionomia urbana”.³⁰⁸ É curioso que nenhum dos textos de Paulo Duarte mencione as edificações históricas presentes nas áreas centrais da cidade de Santos e de São Paulo, áreas de grande valor

³⁰⁶ Esta igreja foi demolida, sob protestos, em 1942.

³⁰⁷ TAUNAY, Afonso apud DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 191.

³⁰⁸ RODRIGUES apud DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 137.

imobiliário, especialmente quando comparadas com as elencadas por Paulo Duarte. Para Patrícia Raffaini,

Os monumentos que serviriam à construção de uma identidade paulista diziam respeito a um passado colonial, de tradições luso-brasileiras. Pouco ou nada tinha de semelhança com a metrópole pluriforme constituída por migrantes e imigrantes, que tinha se tornado a cidade de São Paulo na década de 1930. A escolha dos monumentos a serem preservados, os locais da memória paulistana, se afastavam quando não se opunham à realidade urbana existente na cidade.³⁰⁹

As evidências da oposição existente entre os simples monumentos do interior e a grande metrópole, que São Paulo havia se tornado, são encontradas em vários textos ligados à Campanha. Nuto Sant'Anna, em um artigo publicado n' *O Estado de S. Paulo*, em 4 de julho de 1937, sobre o Sítio da Ressaca, relatava que Paulo Duarte, "já inventariou, ainda que a traços largos, o pouco que resta dessas épocas remotas",³¹⁰ informação confirmada em uma entrevista dada por Duarte, acerca da Campanha, a *O Estado de S. Paulo*, onde o jornalista afirmou que os monumentos históricos presentes no estado não chegavam a cinquenta, estando esses edifícios localizados em "Ubatuba, S. Roque, Taubaté, Sorocaba, M'Boy, Itu, S. Miguel, Iguape, etc."³¹¹ A partir da leitura desse texto, junto a outros documentos, podemos perceber que Paulo Duarte tinha visão bem clara de qual era o patrimônio a ser protegido no estado de São Paulo e onde ele estaria distribuído. Embora não tenhamos encontrado uma listagem de monumentos feita por ele, através das correspondências e dos textos podemos ver qual era o patrimônio paulistano que se pretendia preservar naquele momento. São recorrentes as citações às Igrejas de M'boy e de São Miguel, bem como ao Sítio Santo Antônio, em São Roque, além de edifícios em cidades como Itanhaém, Santana do Parnaíba, Carapicuíba e Bertioga, dentre outras. É de se estranhar a falta de qualquer menção à existência de um patrimônio a se preservar na área central da capital. Ao contrário dos intelectuais da Bahia e de Pernambuco, que nos inventários feitos por suas Inspetorias de Monumentos, mostram que a maior parte se encontrava justamente nas áreas centrais das suas capitais, os intelectuais de São Paulo viram que seria fora da capital onde estariam os seus monumentos históricos ainda existentes. Na mesma

³⁰⁹ RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma de Brasil: O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 91.

³¹⁰ SANT'ANNA, Nuto. A casa do padre Albernaz. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 4, jul. 1937.

³¹¹ DUARTE, Paulo apud CONTRA o vandalismo e o extermínio. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 de jun. 1937.

entrevista, citada acima, Mário de Andrade declara que foi contratado pelo Sphan para “fazer um recenseamento geral dos edifícios artísticos ou históricos da colônia, que ainda existem entre nós”,³¹² e, nos parece, esse foi um trabalho que foi feito em conjunto com Paulo Duarte, visto que o documento elaborado por Mário apresenta os mesmos monumentos que Duarte indicou. A crença, que ambos tinham, na ausência de monumentos históricos no centro da cidade é reforçada em uma carta, datada de 28 de abril de 1944, destinada a Paulo Duarte, onde Mário descreve uma encomenda feita a ele, pela Livraria José Olympio, para escrever um Guia de São Paulo e lamenta que a capital “não tem igreja antiga pra gente estar perdendo tempo em contemplações”.³¹³

A maior parte das características da cidade primitiva havia sido destruída ao longo do rápido processo de expansão da capital, que se deu, como já vimos, majoritariamente, antes desses dois intelectuais nascerem, ao contrário dos intelectuais pernambucanos e baianos que presenciaram as transformações dos centros históricos das suas capitais. Talvez, esse fato explique porque as ações de preservação dos remanescentes das suas edificações históricas tenham emergido, praticamente, uma década antes das discussões paulistas. Aqui, cabe nos perguntar: as transformações ocorridas em São Paulo, a partir do fim do século XIX teriam destruído todos os vestígios da cidade colonial? Ou será que não havia vontade de se interferir nos interesses imobiliários da “cidade que mais crescia no mundo”? É importante lembrar que o Convento da Luz, a Igreja da Ordem 3ª do Carmo, a Igreja das Chagas e a Igreja de São Francisco, dentre outras edificações, seguiam, até esse momento, sem grandes alterações físicas e, com exceção da carta de Afonso Taunay, não são mencionados, ao longo da Campanha, como dignos de serem preservados. A seleção feita do patrimônio arquitetônico paulista, toda ela, dizia respeito a edifícios identificados fora do centro da capital que, de forma geral, eram edificações bastante simples, sendo até chamados, algumas vezes, de pobres pelo próprio Mário de Andrade, em diversas ocasiões. No entanto,

³¹² ANDRADE, Mário de apud CONTRA o vandalismo e o extermínio. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 de jun. 1937.

³¹³ ANDRADE, Mário de apud DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 228.

também não poderia ser preservada no centro de São Paulo essa, suposta, “pobreza de tradições artísticas”?³¹⁴

A proteção desse patrimônio, considerado por Mário de Andrade e Paulo Duarte muito simples e que estava em um péssimo estado de conservação, foi o objetivo principal da Campanha iniciada por Paulo Duarte, que ao final, pretendia dar ao Estado de São Paulo um órgão que fosse responsável pela preservação desses edifícios ainda que, naquele momento, já estivesse bem articulada, no Rio de Janeiro, a criação de um órgão federal com essas atribuições. É curioso perceber que aqueles que agiram pela criação desse órgão, também estiveram envolvidos na concepção do órgão nacional, ou seja, não se tratava de um desconhecimento do que estava sendo feito a Capital Federal, mas sim de uma ação propositada. No artigo que deu início à Campanha, Paulo Duarte reconhece, e cita, a existência de uma lei federal que trata da preservação do patrimônio no país, a lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, que criou o Sphan, no entanto, ele também a reconhece como insuficiente e que, em São Paulo, ela precisaria ser auxiliada pelo governo estadual. O que faltava acontecer, na esfera federal, era a promulgação de uma lei que desse a ferramenta para se preservar o patrimônio, o tombamento, que só veio acontecer através do decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, no entanto, a construção da legislação federal e a proposta estadual paulista correram paralelas. Esse foi um movimento que não se deu de maneira gratuita, uma vez que havia uma intenção dos paulistas de não ficarem prisioneiros de uma instituição nacional. Pretendeu-se ali ter a garantia de um protagonismo e de uma atuação livre de amarras nacionais, ainda que o grupo que estava trabalhando a questão nacionalmente fosse bem próximo a eles.

No texto que inicia a Campanha, Paulo Duarte conta que, ao voltar da visita que constatou a “mutilação” em São Miguel, seguiu “furioso” para os Campos Elíseos, a fim de relatar a questão ao governador. A memória acerca desse encontro é reveladora dos seus planos e intenções ao dar início à Campanha Contra o vandalismo e o extermínio.

O Governador Cardoso de Melo Neto recebeu-me imediatamente. Derramei-lhe toda a minha indignação e pedi ajuda para defender o nosso

³¹⁴ Forma como a qual Oswald de Andrade se refere a produção artística colonial no estado de São Paulo em sua carta de apoio à Campanha, datada de 13 de junho de 1937. ANDRADE apud DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p.170.

saqueadíssimo patrimônio histórico e uma das provas ainda havíamos visto àquele dia mesmo. O Cazuza manifestou a maior boa vontade e lembrou que eu estava preparando o projeto do Instituto de Cultura, porque não colocar nele uma divisão reservada exclusivamente à vigilância, preservação e conservação dos nossos velhos monumentos? Lembrei-lhe que o socorro deveria ser urgente e o Instituto era coisa que levava tempo para organizar-se, mesmo depois de aprovada a lei cujo projeto eu já estava redigindo. (...) Deixar o Instituto para o próximo ano e aproveitar este fim de Legislatura para fundar apenas um Instituto de Patrimônio Histórico, que, em 1938, entraria na composição do Instituto a ser fundado em menos de um ano, e poderia funcionar imediatamente. Achei boa a ideia, tendo em vista até o emparelhamento do projeto da lei federal do Patrimônio Histórico que era capaz de sair com o ânimo que um lei paulista traria.³¹⁵

A criação do Instituto de Cultura em São Paulo está ligada aos planos que Paulo Duarte, Mário de Andrade e os outros intelectuais, ligados ao Departamento de Cultura, tinham para ampliar a esfera de atuação do órgão municipal paulistano para todo o estado. A proposta de Cardoso de Melo Neto de adiar a criação desse Instituto para que, naquele momento, Paulo Duarte concentrasse seus esforços em um órgão estadual de preservação é de pronto aceita pelo jornalista, que reafirma esses planos em um discurso realizado, enquanto deputado, na Assembleia Estadual, no dia 16 de junho de 1937.

O serviço de proteção aos monumentos históricos de São Paulo será organizado dentro em breve, e eu já revelei isso em artigo publicado na imprensa. Tive uma entrevista com o Sr. governador do Estado e S. Exa. me autorizou a realizar os estudos necessários à elaboração de uma lei de defesa do patrimônio histórico de S. Paulo (...) Dentro de pouco, terei a honra de apresentar à Assembleia Legislativa um projeto de lei criando o Departamento de Proteção ao Patrimônio Histórico de São Paulo.³¹⁶

A proposta que nasce junto com a Campanha é a de criação de um órgão estadual que iria tratar do patrimônio no estado, a ser anexado, posteriormente, ao Instituto Paulista de Cultura, quando este fosse criado. Esse Instituto seria um “prelúdio” do que deveria ser o Instituto Nacional de Cultura, órgão de abrangência nacional, cujos planos já estavam sendo acordados com a elite política paulista e que seriam levados adiante caso Armando de Salles Oliveira fosse eleito presidente naquele ano.

Armando concordou logo e ficou entusiasmado com a ideia de fazer-se depois o Instituto Brasileiro de Cultura, com sede no Rio e outros regionais no Paraná, no Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará e um no norte ou em S. Luís (a considerada “Atenas Brasileira”) ou em Belém.³¹⁷

³¹⁵ DUARTE, Paulo. *Memórias V: apagada e vil mediocridade*. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 181.

³¹⁶ DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 183.

³¹⁷ DUARTE, Paulo. *Memórias IV: os mortos de Seabrook*. São Paulo: HUCITEC, 1976, p. 229.

O Instituto Nacional de Cultura criaria órgãos estaduais, à semelhança do paulista, por todo o país, sendo uma expansão, para todo o território nacional, de uma atividade iniciada no Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Já a seccional paulista, criada antes do órgão nacional, se daria a partir da incorporação de divisões do Departamento de Cultura, como a de Educação e Recreio, sendo ainda incorporado o, previsto, Departamento de Patrimônio. Este último Departamento, teria a atribuição de salvar “os restos que ainda existiam das velhas igrejas, os antigos solares, coleções, paisagens como a da Serra do Mar” assim como as “jazidas pré-históricas, casas representativas de uma época e por aí afora”,³¹⁸ além de documentos históricos. Paulo Duarte já havia mostrado interesse na preservação de um patrimônio para além dos edifícios históricos, que incluiria paisagens e documentos, e chegou a apresentar na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo projetos de lei que tratavam do assunto. Foi o caso do projeto de lei n.º 102, de 1936, que dispunha acerca da restauração, tradução, catalogação, encadernação e publicação de documentos históricos e do projeto de lei n.º 103, de 1936, que dispunha sobre a organização e o funcionamento de bibliotecas, ambos aprovados. O projeto de lei n.º 279, de 1937, que pretendeu criar, vinculado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado foi apresentado à Assembleia Legislativa de São Paulo em 7 de outubro de 1937, após ter sido retardado, um tempo, a pedido de Mário de Andrade. Mário justifica essa solicitação em uma carta endereçada a Paulo Duarte, datada de setembro de 1937, onde ele pediu que Duarte adiasse a apresentação do projeto paulista em função da tramitação do projeto que organizava a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Câmara Federal.³¹⁹

O projeto de Paulo Duarte para o órgão de preservação do estado de São Paulo está claramente inspirado no anteprojeto escrito por Mário de Andrade para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, o Span, escrito em 1936, sendo um fruto direto, para não dizer uma reprodução, das ideias defendidas por Mário naquela proposta. No Arquivo Paulo Duarte, sob a guarda do Centro de Documentação Alexandre Eulálio, CEDAE, da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, encontramos uma pasta com projetos de lei onde vemos uma série de

³¹⁸ Ibid., p. 228.

³¹⁹ Os detalhes de criação do Span serão discutidos na terceira parte deste trabalho.

rascunhos do projeto de lei do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, mostrando as alterações e a evolução da proposta. No mesmo Arquivo ainda encontramos anotações e cópias de várias legislações sobre o assunto, como a francesa e a italiana, além da transcrição do projeto do Span e do decreto n.º 24.735, de 14 de junho de 1936, que trata do regulamento da Inspetoria de Monumentos criada no Museu Histórico Nacional, assunto abordado no próximo capítulo. Ainda em alguns dos documentos existentes nesse arquivo vemos as anotações de Paulo Duarte, feitas em cima da proposta elaborada por Mário para o Span, onde ele substitui o termo “Nacional” por “do Estado”. À semelhança do anteprojeto escrito por Mário de Andrade no ano anterior, o projeto previu a criação de quatro livros de tombos, um Arqueológico e Etnográfico, um Histórico, um de Artes e um último de Artes Aplicadas, além de três novos museus, um Arqueológico e Etnográfico, um Histórico e um de Arte Aplicada e Técnica Industrial, e da transformação da Pinacoteca do Estado, no Museu de Artes Plásticas.

O Departamento de Patrimônio teria como objetivo principal “prover e superintender aos serviços de organização, guarda, tombamento, preservação, defesa, enriquecimento e propaganda do patrimônio histórico e artístico de São Paulo”.³²⁰ O artigo 2º do projeto veio a definir o que se entendia por esse patrimônio, que seria constituído, tanto por bens móveis, quanto imóveis, existentes no Estado aos quais se pudesse atribuir valores arqueológico, históricos, etnográficos, artísticos ou bibliográficos, além de paisagens naturais. Para o funcionamento do órgão, foi previsto que, além do Gabinete do Diretor, que seria o próprio Paulo Duarte,³²¹ e de uma secretaria, o Departamento seria composto por três subdivisões: uma de Tombamento, uma de Publicidade e uma Fiscal. A Subdivisão do Tombamento de Obras de Arte e Objetos de Valor Histórico seria composta pelo seguinte quadro de funcionários: um chefe de Subdivisão, um arqueólogo, um etnógrafo, um historiador, um professor de história da arte, um engenheiro, um escriturário estenógrafo, dois escriturários datilógrafos, dois contínuos e um servente. Nos documentos encontrados no Arquivo Paulo Duarte vemos que esta subdivisão

³²⁰ Projeto de Lei N.º 279, de 1937, Artigo 1º.

³²¹ Informação presente em uma carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 16 de novembro de 1937 e reproduzida em DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDART, 1971. A mesma carta ainda prevê que seriam integrados a equipe do Departamento, Couto de Barros, sem discriminar qual cargo, José Aranha, como advogado, e José Wasth Rodrigues, “incontestavelmente o melhor técnico que temos nestes assuntos”, para coordenar a Subdivisão de Tombamento.

já contava com uma parte da sua equipe prevista, composta por intelectuais próximos do grupo de Paulo Duarte: o cargo de arqueólogo seria ocupado por Claude Lévi-Strauss; o de Etnógrafo por Plínio Ayrosa; o de historiador por Afonso Taunay; e o de professor de história da arte por Mário de Andrade. Esta subdivisão iria dividir o Estado, de acordo com a sua conveniência, em quantas regionais fossem necessárias, nomeando para cada uma delas um delegado, que seriam responsáveis por

Trazer ao conhecimento da diretoria a existência na respectiva região de qualquer objeto ou coisa sujeita aos efeitos desta lei, e, bem assim, qualquer fato ou ocorrência que interesse à guarda e defesa do patrimônio histórico ou artístico do Estado, para que sejam tomadas as necessárias providências.³²²

A Subdivisão de Publicidade estaria dividida em três repartições: uma de foto-fono-cinematografia, responsável pelo registo em suportes audiovisuais do patrimônio no estado; uma de desenho e pintura, que faria os registros visuais desse patrimônio que escapassem à documentação da repartição anterior; e, por fim, a terceira, chamada, distribuidora, que distribuiria, dentro e fora do Estado, os trabalhos executados por essa subdivisão. Nas anotações encontradas no Arquivo Paulo Duarte vemos que, assim como na subdivisão anterior, esta também já contavam com parte da equipe prevista: o cargo de Técnico em foto-fono-cinematografia, seria ocupado por Benedicto³²³ e o de Técnico em Desenho e pintura, por José Wasth Rodrigues.³²⁴ À Subdivisão de publicidade, dentre outras atribuições, ainda competiria publicar os livros de tombo, a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado*, além dos catálogos dos museus sob sua jurisdição, bem como outras publicações sobre o patrimônio em São Paulo. Por fim, a Subdivisão Fiscal seria a responsável pela execução de obras de restauro, controle da evasão de obras de arte, fiscalização dos bens tombados, aplicação de multas, dentre outras funções, sendo o seu quadro de funcionários composto por um Chefe de Subdivisão, que seria um advogado, um Inspetor Fiscal, quatro datilógrafos, dois contínuos e dois serventes. Também foi prevista a criação de um Conselho

³²² Projeto de Lei N.º 279, de 1937, Artigo 14. § 1º.

³²³ Acreditamos aqui ser o historiador Benedito Calixto, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que já havia publicado alguns artigos sobre a história do estado na *Revista do Arquivo Municipal*. O pintor homônimo havia morrido em 1927.

³²⁴ Encontramos aqui um conflito de informação, pois, em uma carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 16 de novembro de 1937 e reproduzida em DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDART, 1971, Mário comenta que estava previsto que José Wasth Rodrigues, coordenasse a Subdivisão de Tombamento.

Consultivo, que seria responsável por deliberar sobre “tudo o que disser respeito à organização, conservação, defesa, enriquecimento e propaganda do patrimônio histórico e artístico do Estado”.³²⁵ Esse Conselho ainda seria o responsável por traçar diretrizes para os serviços de tombamento e de conservação, sugerir aos poderes públicos estaduais e municipais a aquisição de obras de arte ou objetos históricos, além de promover aquisições para o departamento, e deliberar acerca do cancelamento de algum tombamento.

No discurso do projeto de criação do Departamento de Patrimônio Histórico, Paulo Duarte defendeu a importância da proposta ao mesmo tempo em que citou as iniciativas do tipo tomada em outros países, a exemplo da Argentina, dos Estados Unidos, da Itália e da França. Em relação ao último, ele traça um histórico breve da preservação no país, destacando também a importância na preservação dos bens móveis, como obras de arte e objetos históricos. No discurso ele ainda reconstitui a trajetória da Campanha, citando a situação de abandono de diversos monumentos históricos no estado.

Ao que tudo indica, a intelectualidade paulista, nas suas mais variadas vertentes, era, de certa forma, favorável à criação do Departamento de Patrimônio Histórico, e Paulo Duarte fez os arranjos políticos necessários para que, naquele momento, fosse garantido o apoio ao seu projeto, que tramitou normalmente na Assembleia. Em 11 de outubro de 1937, a proposta recebeu o seu primeiro parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, adotado unanimemente pelas comissões de Educação e Cultura e de Finanças, que defendia que o “Projeto ora apresentado é, portanto, a mesma regulamentação federal transportada para o Estado de São Paulo, a cujo ambiente se adapta”.³²⁶ Quando a proposta foi levada ao plenário da Assembleia, a primeira oposição levantada pretendia delimitar que Departamento tratasse apenas do patrimônio histórico do estado, suprimindo o artístico das atribuições no novo órgão. Sem entrar no mérito das distinções entre um patrimônio histórico e um artístico, a oposição ao projeto, liderada pelo pintor Paulo Vergueiro Lopes de Leão, tinha um caráter bastante pessoal e o objetivo específico de limitar o controle do novo órgão acerca da Pinacoteca do Estado.

³²⁵ Projeto de Lei N.º 279, de 1937, Artigo 10.

³²⁶ Documento reproduzido em DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 296.

Paulo Duarte acusa o pintor Lopes de Leão de ser o responsável pela demora na aprovação do seu projeto de criação do Departamento e num inflamado discurso feito na Assembleia Legislativa, em 8 de novembro de 1937, detalha os acontecimentos:

Uma única pessoa, cujos interesses exclusivamente pessoais, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo virá atrapalhar é o cabeça e o orientador de um pseudomovimento de classe e cujo espírito de intriga conseguiu arrastar mesmo o endosso de algumas pessoas de boa fé e desprevenidas. Trata-se do Sr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão, personalidade medíocre como artista, mas de notável capacidade quando se trata de promover uma intriga.³²⁷

Paulo Duarte relata que, ao longo do processo de elaboração do projeto do Departamento de Patrimônio de São Paulo, consultou diversos artistas e intelectuais, como Alcântara Machado, Plínio Ayrosa, Fernando de Azevedo, Mário de Andrade, Victor Brecheret, Wasth Rodrigues, e até o próprio Lopes de Leão, que enviaram as suas contribuições. Naquele momento, Lopes de Leão era o diretor da Escola de Belas Artes e “chefe de uma pequena panelinha, na sua maioria, sem a menor significação nos meios artísticos de S. Paulo”,³²⁸ composta por grupo de artistas “mais tradicionais” que não comungava dos mesmos anseios dos artistas modernistas dos quais Paulo Duarte era amigo e incentivador. Em meio aos acontecimentos da Revolução Constitucionalista de 1932, Lopes de Leão conseguiu, através do Interventor de São Paulo, o controle do acervo da Pinacoteca do Estado, museu criado, em 1905, e regulamentando, em 1911. Na proposta de criação do Departamento de Patrimônio, estava prevista também a criação de alguns museus, como vimos, além do controle da Pinacoteca, que passaria a se chamar Museu de Belas Artes, trazendo de volta o controle da Pinacoteca para o Estado. Foi contra isso, a perda do controle daquele acervo, que Lopes de Leão se levantou assumindo posição contrária à proposta.

Artistas como Paulo Rossi, Clovis Graciano, Anita Malfatti, Aldo Bonadei, Humberto Rosa, Alexandre de Albuquerque, Wasth Rodrigues, Flávio de Carvalho, dentre outros, entraram em defesa da proposta de Paulo Duarte. Wasth Rodrigues, em uma entrevista concedida ao *Diário de São Paulo* afirmou “que o projeto não é

³²⁷ DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 146.

³²⁸ Ibid., p. 149.

só utilíssimo como absolutamente necessário”.³²⁹ No entanto, o projeto acabou voltando para a Comissão de Constituição e Justiça a fim de que fosse elaborado um segundo parecer contra as mudanças no projeto. Neste parecer fica exposto que

a emenda n.55 que visa suprimir o art. 50 do projeto 279, o qual subordina ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico a atual Pinacoteca do Estado. A Pinacoteca do Estado encontra-se sem direção, solta na administração paulista. Tanto assim é que o decreto 5.362, de janeiro de 1932 (...) em seu artigo 16, entregou a Pinacoteca à guarda e conservação da Escola de Belas Artes e nessa situação transitória, justificável na época, acha-se ela desde aquela data. Ora, não se compreende que uma parte do patrimônio do Estado, salvo razão excepcional, possa permanecer sob a guarda e orientação de uma instituição particular qualquer, por mais respeitável que seja.³³⁰

Depois desse parecer, Paulo Duarte ainda profere um outro discurso na Assembleia, contra o requerimento do deputado João Carlos Fairbanks, solicitando a volta, pela quinta vez, do projeto à Comissão. O seu pleito não foi atendido e o projeto voltou à Comissão de Cultura, onde se encontrava quando a Assembleia foi dissolvida em 10 de novembro de 1937, em função do golpe que instaurou o Estado Novo no Brasil, sendo “esta a causa de S. Paulo haver ficado sem a lei que organizaria o serviço do seu patrimônio histórico e artístico”.³³¹ A partir da instauração do Estado Novo, muitas das figuras envolvidas com a criação do Departamento de Cultura passaram a ser perseguidas e presas, forçando-as a se exilarem do país, como foi o caso de Paulo Duarte. Já Mario de Andrade, com a saída de Fábio Prado da prefeitura de São Paulo, foi destituído do cargo de diretor do Departamento de Cultura, ficando com o comando da Divisão de Expansão Cultural. No entanto, ao ver ruir o seu planejamento para o Departamento, Mário resolveu pedir demissão e se mudar para o Rio de Janeiro, onde assumiu o cargo de professor de estética na recém-criada Universidade do Distrito Federal e, posteriormente, o de Consultor Técnico do Instituto Nacional do Livro, que naquele momento era dirigido por um velho amigo seu, o poeta gaúcho Augusto Meyer.

A tentativa de criação de um órgão estadual de preservação no estado de São Paulo é reveladora de diversas nuances do plano hegemônico que a elite paulista tinha para o país naquele momento. Uma primeira questão que salta ao

³²⁹ RODRIGUES apud DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 161.

³³⁰ Documento reproduzido em DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 301.

³³¹ DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 303.

analisarmos esse processo é o grande desejo de garantir uma autonomia e um protagonismo na questão das práticas de preservação do patrimônio no país. O processo paulista se deu em paralelo à tramitação de uma legislação de proteção na Câmara Federal, sendo que os atores, nas duas situações, eram bastante próximos, e ciente das ações que se desenvolviam. Uma evidência desse conhecimento entre as iniciativas é que a celeridade da elaboração da proposta paulista e a tramitação do projeto de lei na Assembleia Estadual não agradou o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que, no intuito de defender um protagonismo das suas ações, pediu que Mário de Andrade retardasse ao máximo a questão em São Paulo, enquanto a legislação federal não estivesse resolvida.³³² A vontade de se estabelecer uma política de proteção estadual em paralelo a uma federal é uma equação onde podem ser contados diversos fatores, sendo um deles a própria crença, que havia, por exemplo, em Mário de Andrade, na pobreza da produção artística e arquitetônica do período colonial no estado em comparação a estados como Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Um patrimônio pobre, porém, com vínculos com a história do estado e que deveria ser protegido, ação que, talvez, na visão dos paulistas não interessasse ao órgão federal. Um outro fator da equação também pode ter sido a própria questão de que o Sphan era um órgão que vinha funcionando há pouco mais de um ano, tendo sido, oficialmente, criado apenas com a lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, que deu uma nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Hoje sabemos da continuidade que órgão teve ao longo da trajetória da preservação do patrimônio no país. Contudo, naquele momento, de instabilidades políticas, talvez, Paulo Duarte não acreditasse nessa durabilidade do Serviço e estivesse tentando construir uma instituição que cuidaria do patrimônio no seu estado.

Paulo Duarte, em suas memórias, assume diversas vezes que o Instituto Paulista, ao qual o Departamento de Patrimônio Histórico seria incorporado, era um protótipo de um órgão federal, que seria criado uma vez que Armado de Salles Oliveira fosse eleito presidente, e é curioso ver nessa postura um antagonismo paulista que, a passo que projetava uma ação de preservação nacional, defendia uma suposta pobreza do seu próprio patrimônio. No entanto, o Golpe de Estado

³³² Essa questão está bem explícita na troca de correspondências realizadas por Mário de Andrade com Paulo Duarte e com Rodrigo Mello Franco de Andrade.

ocorrido em 1937 foi fatal para esses planos hegemônicos paulistas, que viram frustradas as suas propostas de controle das questões culturais no país. O Departamento de Patrimônio poderia ser uma etapa de um outro projeto nacional de preservação de patrimônio, já que nunca saberemos se o Instituto Nacional de Cultura incorporaria o, já criado Sphan, à sua estrutura, ou absorveria aquelas atribuições, através do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico. As diversas iniciativas planejadas e executadas, a exemplo do mapeamento de monumentos históricos da região Nordeste feito por Luís Saia ao longo da Missão de Pesquisas Folclóricas, aliadas ao projeto hegemônico paulista daquele momento, dentre outros, são um forte indício de que aqueles intelectuais agiam como se estivessem construindo um projeto nacional, que se sobreporia ao que se planejava no Rio de Janeiro naquele momento. No entanto, as ações do Governo Federal no sentido de preservar um patrimônio, dito, nacional, já se faziam presentes na Capital Federal desde que Getúlio Vargas assumiu o poder, em 1930, assunto discutido a seguir, na segunda parte deste trabalho.

3 SEGUNDA PARTE, OU PREPARAÇÕES.

A década de 1930 veio inaugurar as primeiras ações concretas do governo federal no que tange a preservação de monumentos históricos. Foi também no apontar desta década que um movimento, dito, revolucionário depôs o presidente Washington Luís e instalou um governo provisório que promoveu várias mudanças no país. Esse movimento, conhecido pela historiografia como Revolução de 1930, foi um conflito armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul que impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim a um período da história do Brasil conhecido como Primeira República. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, trouxe grandes transformações no cenário político brasileiro e na própria estrutura administrativa do Governo Federal, com a criação de novos órgãos que desempenharam papéis importantes na adoção de novas políticas públicas. Um desses novos órgãos foi o Ministério da Educação e Saúde Pública, criado através do decreto n.º 19.402, de 14 de novembro daquele ano, que, por meio de diversas instituições a ele ligadas, concentrou as primeiras atividades, na esfera federal, voltadas à preservação do patrimônio no país.

Esta segunda parte, composta por um único capítulo, é chamada de **Preparações** pois trata, justamente, dessas primeiras experiências do Governo Federal em relação à preservação do patrimônio brasileiro, a partir das mudanças ocorridas com o início da Era Vargas e que pavimentaram um caminho que seria, de certa forma, percorrido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, quando este foi criado, oficialmente, em 13 de janeiro de 1937. São experiências como os inventários de monumentos históricos, organizados pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação, em 1931, que listaram construções históricas distribuídas por todas as regiões do país; a elevação da cidade de Ouro Preto a Monumento Nacional, em 1933; assim como os trabalhos desenvolvidos pela Inspetoria de Monumentos Nacionais, um departamento do Museu Histórico Nacional, que funcionou entre 1934 e 1937 e recuperou um grande número de construções históricas na antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto.

3.1 SOBRE MONUMENTOS HISTÓRICOS E UMA CIDADE SAGRADA, AS PRIMEIRAS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL.

Ouro Preto é uma Cidade Sagrada pela história, pela arte, pela tradição e pela lenda. É um nobre patrimônio que se não pode perder.

Gustavo Barroso, 3 de novembro de 1928.³³³

Nossos monumentos históricos e artísticos (...) constituem evidentemente um índice de cultura e progresso, servindo muitas vezes utilmente ao estudo das civilizações de que dão testemunho, seja no estilo e no porte das construções arquitetônicas, seja na grandeza dos fatos evocados no mármore ou no bronze.

Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública de 1931.³³⁴

Sentimos hoje a necessidade de um serviço federal, que fiscalize, promova os meios de conservação, resguarde e inventarie os monumentos d'arte tradicionais que, espalhados pelo país, atestam a nossa evolução nacional e a progressiva civilização do Brasil.

Rodolfo de Amorim Garcia, 1931.³³⁵

O problema da preservação dos monumentos históricos no país já estava posto desde os primeiros anos do século XX, e a necessidade de uma ação direta, e efetiva, do governo federal era demandada pelos mais diversos intelectuais de várias regiões do país, que, seja localmente, seja através de projetos apresentados ao Congresso Nacional, tentaram, de alguma forma, conter a destruição e a ruína dessas edificações. Dentro de um processo de construção da nação, proposto pelo novo governo que tomou o poder a partir de 1930, os monumentos históricos foram incorporados a um discurso que evidenciava tanto uma evolução do país ao longo do tempo, quanto marcavam um, suposto, progresso da civilização brasileira.

Quando a década de 1930 inaugurou as primeiras ações efetivas do governo federal no que tange a preservação de um patrimônio edificado no país, tornou necessária, primeiro, a identificação de quais eram esses monumentos históricos e onde eles estariam situados. Esta foi uma das primeiras tarefas desempenhadas por

³³³ BARROSO, Gustavo. A cidade sagrada. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 nov. 1928.

³³⁴ ANUÁRIO do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, sem paginação.

³³⁵ Relatório apresentado ao Exm.º Sr. Ministro pelo Diretor do Museu Histórico Nacional – Ano 1931. Acervo do Museu Histórico Nacional.

um dos órgãos criados após a reorganização do poder executivo federal proposta por Getúlio Vargas, a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação, este, também criado naquele momento. Em seu primeiro relatório de atividades, a Diretoria, com o apoio de diversos estados, elencou um grande número de monumentos históricos, distribuídos do Amazonas ao Rio Grande do Sul, com exceção de apenas alguns poucos estados. Ainda dentro de um outro órgão desse mesmo ministério, o Museu Histórico Nacional, foi criada uma Inspetoria de Monumentos, à semelhança das já estudadas aqui, que atuou de forma incisiva na antiga Vila Rica, atual, Ouro Preto, após esta ter sido elevada a Monumento Nacional, em 1933. Gustavo Barroso, Diretor do Museu e Inspetor de Monumentos, tal qual muitos intelectuais da época, também via naquela “cidade sagrada”, como a chamou, um passado idealizado, um berço da nação, e, a partir dos últimos anos da década de 1920, tomou para si uma missão de preservar aquelas construções da ruína e do abandono.

3.1.1 A criação de um Ministério para a Educação e a questão dos monumentos históricos.

No discurso pronunciado por Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930, ao tomar posse como Chefe do Governo Provisório, encontramos um resumo das ideias “mais oportunas e de imediata utilidade” que comandariam o que foi chamado de um “programa de reconstrução nacional”. A justificativa para a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública está presente nesta fala, quando vemos a defesa de duas ideias centrais, sendo a primeira delas o “saneamento moral e físico”, que se daria através de “uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária”; e a segunda, a “difusão intensiva do ensino público”, que se estabeleceria através de “um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados”.³³⁶ A criação desse Ministério permitiria ao novo governo uma atuação mais direta em relação aos problemas educacionais e de saúde pública existentes no país naquela primeira metade do século XX, e que, na visão dos novos dirigentes do país, não estavam recebendo a atenção e o prestígio necessários em outras pastas. Daryle

³³⁶ VARGAS, Getúlio. III. *Discurso pronunciado pelo Dr. Getúlio Vargas por ocasião de sua posse como chefe do Governo Provisório da República*. Separata de Biblioteca da Presidência da República, 3 nov. 1930, p. 18.

Williams defende que a criação desse ministério, juntamente com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, estiveram na vanguarda das propostas varguistas de desfazer o sistema federalista, que, até então, havia deixado nas mãos das oligarquias regionais e no interesse privado temas como educação, saúde, relações de trabalho e política industrial.³³⁷ Sérgio Miceli, por sua vez, defende que foi durante a Era Vargas, entre 1930 e 1945, que houve uma “expansão colossal”³³⁸ da máquina burocrática. Para Miceli, nesse momento,

o processo de centralização autoritária, bem como a redefinição dos canais de acesso e influência para expressão dos interesses econômicos regionais junto ao poder central, esteve ancorado na constituição de um aparato burocrático que prestou uma contribuição própria ao sistema de poder então vigente. Esse trabalho de “construção institucional” determinou a abertura de ministérios, de uma série de organismos vinculados em linha direta à Presidência da República e de uma rede de autarquias, conselhos, departamentos e comissões especiais.³³⁹

Com a publicação do Decreto n.º 19.402, em 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado. A partir daí, foram reunidas, sob sua tutela, as mais diversas instituições educativas e culturais, então, existentes no país, a exemplo das Escolas Superiores Federais, da Biblioteca Nacional, da Casa de Rui Barbosa, do Museu Histórico Nacional, do Museu Nacional e do Instituto Nacional de Música. O político mineiro Francisco Luís da Silva Campos foi quem assumiu o novo Ministério,³⁴⁰ em 18 de novembro, e essa nomeação é tida tanto como um agradecimento do Governo Federal pelo apoio recebido de Minas Gerais na Revolução de 1930, quanto a uma pressão de setores mais conservadores ligados à igreja católica, representados pela figura de Alceu Amoroso Lima. Daryle Williams ainda destaca que

Like most figures who joined Vargas's cabinet in 1930, Campos offered Vargas key political connections to the regional power brokers who had helped guarantee Vargas's rise to power (...) Campos made education and health reform a wedge issue to distinguish public administration of the revolutionary regime from the political culture of the First Republic.³⁴¹

³³⁷ WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 53.

³³⁸ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 199.

³³⁹ Ibid.

³⁴⁰ Apesar de sua ligação com as forças armadas, Getúlio Vargas formou um gabinete de ministros composto, majoritariamente, por civis ligados às profissões liberais, como direito, medicina e engenharia, sendo as únicas exceções os Ministérios da Defesa e da Segurança.

³⁴¹ Como a maioria das figuras que se juntaram ao gabinete de Vargas em 1930, Campos ofereceu a Vargas conexões políticas chave para os agentes regionais de poder que ajudaram a garantir a ascensão de Vargas ao poder (...) Campos fez da reforma na educação e saúde uma questão de cunhagem para distinguir a

As forças mineiras que apoiaram a campanha de Vargas eram lideradas, naquele momento, pelo engenheiro e político Olegário Maciel e se sentiram prejudicadas com as divisões feitas para os ministérios, uma vez que apenas Afrânio de Mello Franco ficou à frente do Ministério das Relações Exteriores. Embora almejassem a pasta do Ministério da Justiça, já ocupada por Osvaldo Aranha, o dilema só foi superado com a entrega do novo Ministério aos políticos de Minas, que efetivamente o comandaram durante todo o período Vargas.³⁴² Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa colocam que as notas pessoais encontradas no Arquivo de Gustavo Capanema “relatam as negociações delicadas com Osvaldo Aranha a respeito da participação de Minas no novo governo”³⁴³ e os autores sugerem que essa ida de Campos para esfera federal foi muito em função dele ter se tornado o “fiador da aliança entre Vargas e Olegário”.³⁴⁴ Atitude esta, reconhecida e comemorada pelos políticos mineiros, como está evidenciado na carta de Gustavo Capanema a Getúlio Vargas, datada de 13 de dezembro de 1931, onde ele afirma que “a nomeação do Dr. Francisco Campos para seu ministro foi, para Minas, um ato de grande acerto e vantagem. Todos receberam a notícia com aclamações.”³⁴⁵

Francisco Campos, nascido em Dolores do Indaiá, Minas Gerais, em 1891, foi um advogado e jurista formado pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Sua carreira política teve início em 1919, quando eleito para o cargo de deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro, sendo também eleito, dois anos mais tarde, para a Câmara Federal, para onde se reelegeu no pleito de 1924. Nomeado pelo Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, para assumir a Secretaria do Interior de Minas Gerais, dois anos mais tarde, Campos, utilizando-se de muitos princípios defendidos pelo movimento da Escola Nova, realizou uma grande reforma educacional nos ensinos primário e normal do estado, tida como pioneira no país. Tal atuação foi o que o credenciou a assumir o recém-

administração pública do regime revolucionário da cultura política da Primeira República [em tradução livre]. WILLIAMS, op. cit., p. 53.

³⁴² Eram mineiros todos os quatro Ministros da Educação da Era Vargas: Francisco Campos, Belizário Pena, Washington Pires e Gustavo Capanema.

³⁴³ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: EDUSP, 1984, p. 33.

³⁴⁴ Ibid., p.36.

³⁴⁵ CAPANEMA, Gustavo apud Ibid., p. 282.

criado Ministério da Educação, onde ficou até 16 de setembro de 1932. Enquanto ministro, uma de suas primeiras realizações foi a reforma dos ensinos secundário e superior, iniciada em abril de 1931, e o “caráter” dessas mudanças é relatado por Lucio Costa no prefácio do livro *Rodrigo e seus tempos*.³⁴⁶ Costa comenta o seu primeiro encontro, em novembro de 1930, com Rodrigo Melo Franco de Andrade, então chefe de gabinete de Campos, já Ministro da Educação e Saúde, onde, segundo Costa, Rodrigo explicou que havia uma nova orientação dada pelo “governo revolucionário” aos “departamentos culturais” do Ministério, e daí teria surgido o convite feito a ele para assumir a direção da Escola Nacional de Belas Artes, a ENBA.

Maria Célia Marcondes de Moraes contextualiza esse momento iniciado com a Revolução de 1930 como o de constituição de um Estado capitalista no país, que foi, aos poucos, concentrando, nas mãos do poder executivo federal, vários níveis da administração pública, sendo este o momento no qual passaram a ser “gestadas e postas em prática determinadas políticas públicas de caráter nacional, inclusive a política educacional”.³⁴⁷ A autora destaca que os revolucionários de 1930 não haviam elaborado um plano para a área da educação antes da sua ascensão ao poder e que

a criação do MES significou o início de um processo no qual o Estado definiu sua competência no campo específico da educação, colocando sob seu poder um indispensável meio de controle e persuasão. Significou também o ponto de partida de um intenso movimento de construção, no Executivo federal — até 1945 — de um aparelho nacional de ensino, com códigos e leis elaborados tendo em vista estabelecer diretrizes, normas de funcionamento e formas de organização para os diversos ramos e níveis da educação no País.³⁴⁸

Para Maria Célia Moraes, as duas grandes atribuições do Ministério naquele momento, Saúde e Educação, não possuíam a mesma importância dentro da estratégia política de Campos. Segundo dados apresentados por ela, embora, na visão do Ministro, a educação tivesse um peso maior, aproximadamente dois terços do orçamento da pasta eram destinados a Saúde Pública, Medicina Experimental,

³⁴⁶ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e seus tempos: coletânea de textos sobre artes e letras*. Rio de Janeiro: MinC/SPHAN/PróMemória, 1986.

³⁴⁷ MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e Política nos Anos 30: a presença de Francisco Campos. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* Brasília, v. 73, n. 174, p.291-321, maio/ago. 1992, p. 291-292.

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 292-293.

Assistência Pública e Administração Geral, enquanto o restante do orçamento se voltava para as atividades educacionais.³⁴⁹

De início, o Ministério da Educação e Saúde Pública foi formado a partir de órgãos e departamentos anteriormente ligados ao Ministério da Agricultura e ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, sendo que a regulamentação da nova pasta veio com a publicação do Decreto n.º 19.560, de 5 de janeiro de 1931. Neste decreto estão definidas as atribuições do novo Ministério e as suas normas de constituição e funcionamento, além da hierarquização dos órgãos e instituições que a ele estariam subordinados. Um dos órgãos trazidos para a esfera do Ministério foi a antiga Diretoria Geral de Estatística, criada ainda no período Imperial. Segundo Natália Gil,³⁵⁰ até 1870 não havia no país nenhum órgão que fosse responsável pela realização e organização das estatísticas educacionais, situação que mudou a partir do ano seguinte, quando foi criada a Diretoria Geral de Estatística, com a atribuição de, naquele momento, realizar os censos decenais. Com uma trajetória de altos e baixos desde a sua criação, o órgão ganhou um novo destaque a partir da sua incorporação à estrutura do Ministério da Educação e Saúde Pública, agora sendo chamado de Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação. Segundo Natália Gil, a ideia de organizar as estatísticas educacionais no país, naquele momento, se dava em função de que estas

ganham novo impulso e mais uma vez alimenta-se a esperança de organizá-las nacionalmente. A criação do órgão surge como uma das iniciativas voltadas à transformação da realidade brasileira pretendida pelo movimento político de 1930, que levou Getúlio Vargas à presidência da República, e foi uma das primeiras circunstâncias que colaborou para a estruturação de um serviço nacional de produção das estatísticas educacionais.³⁵¹

É importante mencionar que a documentação relacionada às atividades desta diretoria é bastante escassa, e, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, foram consultados diversos acervos, a exemplo dos pertencentes ao Arquivo Nacional, ao Ministério da Educação e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE,³⁵² objetivando localizar ofícios, relatórios e outros documentos que pudesse

^{349 349} MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e Política nos Anos 30: a presença de Francisco Campos. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* Brasília, v. 73, n. 174, p.291-321, maio/ago. 1992., p. 295.

³⁵⁰ GIL, Natália. Aparato Burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. *Cadernos de Pesquisa*. 2008, vol.38, n.134, p. 479-502.

³⁵¹ Ibid., p. 487-488.

³⁵² Em 1933 foi criada uma comissão interministerial para avaliar e sugerir formas de reorganizar os serviços estatísticos do Brasil que teve como relator Mário Augusto Teixeira de Freitas, então Diretor Geral de

retratar o cotidiano das atividades da Diretoria, porém nada foi encontrado. Praticamente toda a documentação primária usada nesta parte da pesquisa consta de publicações do *Diário Oficial da União*, bem como algumas notícias de jornal que relatam um pequeno número de atividades exercidas pelo órgão, assim como publicações organizadas pela Diretoria.

Curioso perceber que no decreto n.º 19.560, que aprovou o regulamento e organizou o Ministério da Educação e Saúde Pública, além dessa função de coletar as estatísticas educacionais, encontramos uma atribuição, até então, inédita nos órgãos ligados ao Governo Federal: inventariar os monumentos históricos e artísticos presentes no país. Os autores Schwartzman, Bomeny e Costa, já aqui mencionados, defendem que, naquele momento, havia uma “conjuntura onde toda a ideologia dominante estava fundamentada na afirmação da nacionalidade, de construção e consolidação do Estado Nacional”³⁵³ e, talvez, seja essa razão de já encontrarmos, nessas primeiras atribuições do Ministério, o inventário dos monumentos históricos presentes no país, que, sem sombra de dúvida, fazem parte de projetos de construções identitárias.

A preocupação com essa questão não era, necessariamente, uma novidade, cabe lembrar que desde a década anterior, alguns deputados apresentaram ao Congresso Nacional propostas para a criação de um órgão que fosse responsável pela preservação do patrimônio no país, a exemplo dos projetos de Luiz Cedro e Wanderley Pinho. As questões ligadas à preservação de edificações históricas foram discutidas, também, em alguns eventos no país, como no Congresso Regionalista, ocorrido do Recife, em 1926, e no Congresso Pan-Americano de Arquitetos, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1930. Importante destacar que, este último, contou com a presença de Francisco Campos como um dos seus delegados. Não foi possível identificar, de forma precisa, qual era a relação de Campos com a questão da preservação de edificações históricas, tampouco a familiaridade dele com o assunto, no entanto, é importante destacar a sua participação neste evento onde

Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Foi, então, apresentado o anteprojeto para criação do Instituto Nacional de Estatística, INE, criado em 6 de julho de 1934, sendo o atual IBGE criado a partir do INE, em 1938, através do Decreto-lei n.º 218, de quem herdou sua estrutura administrativa. Vem desta trajetória a suposição de que a documentação sobre a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação poderia se encontrar no arquivo deste órgão.

³⁵³ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: EDUSP, 1984, p. 73.

questões ligadas à arquitetura no continente tiveram “uma ampla assembleia de debates”.³⁵⁴

Ocorrido entre 19 de junho e 2 de julho de 1930, ou seja, antes mesmo do Ministério da Educação ser criado e Campos, nomeado Ministro, o evento contou com visitas ao Museu Histórico Nacional e a alguns edifícios históricos na cidade do Rio de Janeiro, a exemplo das Igrejas de Santo Antônio, São Francisco da Penitência, Carmo e São Bento, além de um passeio com destino à cidade de Petrópolis e uma festa junina, promovida por José Marianno Filho, no Solar Monjope. Diversos temas foram discutidos ao longo do evento, que apresentou uma forte associação aos ideais do Movimento Neocolonial, além de uma “defesa do patrimônio artístico, principalmente arquitetônico, das nações americanas”.³⁵⁵ Ao se discutir essa questão, três propostas surgiram a partir dos debates:

1 – Promover a criação de leis, proibindo a exportação de objetos de arte tradicional

2 – Sugerir aos poderes públicos a fundação de Museus de arte nacional para o estudo arqueológico da arquitetura e das artes que lhe são tributárias.

3 – Expressar aos governos federais a necessidade urgente da criação de uma “Inspetoria de Monumentos Públicos de Arte” para o fim especial de fazer o tombamento de todos os monumentos públicos e privados de real valor arquitetônico, e bem assim estudar os meios de preservá-los de destruição ou deformações artísticas.³⁵⁶

Estas eram demandas comuns entre aqueles intelectuais ligados à questão da preservação de edificações históricas, como já vimos ao longo desta pesquisa. É curioso, ainda, perceber a adoção do termo “tombamento” com um sentido como o que já empregamos atualmente, talvez, isso advenha da participação no evento do arquiteto Nestor de Figueiredo, que já havia usado o termo tombamento nesse sentido, como vimos na introdução deste trabalho. As notícias relacionadas ao congresso, publicadas por *O Jornal*, também apontam questões interessantes e mostram que, aos congressistas, a existência e a atuação das Inspetorias de Pernambuco e da Bahia, se já não o eram, se tornaram conhecidas para os participantes do evento, uma vez que “o sr. Feijó Sampaio, representante de Pernambuco, fez uma comunicação relativa à organização administrativa do seu

³⁵⁴ IV CONGRESSO Pan-Americano de Architectos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1930.

³⁵⁵ Ibid.

³⁵⁶ IV CONGRESSO Pan-Americano de Architectos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1930.

Estado dedicada à conservação dos monumentos históricos”³⁵⁷ enquanto “o professor Abreu, da delegação baiana, fez uma comunicação sobre o patrimônio artístico da Bahia”.³⁵⁸

Naquele início dos anos 1930, o tema também estava ganhando mais relevância nas discussões internacionais das quais o Brasil fazia parte, a exemplo das Conferências Internacionais Americanas. Essas conferências foram fóruns de discussões que reuniram os países americanos, entre 1889 e 1954, e que tinham como objetivo principal debater questões econômicas, políticas e socioculturais. A questão cultural passou a ter uma importância maior dentro dessas conferências a partir de 1923, durante a V Conferência Internacional Americana, realizada em Santiago, no Chile, que teve Afrânio de Mello Franco como presidente da delegação brasileira. Maria Tarcila Guedes considera que a área cultural foi onde o Brasil melhor se entendeu com as outras repúblicas do continente e reproduz um telegrama enviado por Afrânio de Mello Franco, datado de 5 de março de 1923, onde o presidente da delegação brasileira relata que a comissão havia aceitado um projeto de autoria do jurista Pontes de Miranda onde estariam determinadas “regras de procedimento para o cuidado da preservação e restauração dos monumentos e documentos e tudo quanto possa servir de base para o estudo da história americana”.³⁵⁹

Essas conferências foram as responsáveis pela criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, IPGH, que foi aprovada na Conferência de 1928, realizada em Havana, Cuba. O IPGH foi responsável pela organização de diversos congressos, sendo o primeiro deles realizado, em 1932, no Rio de Janeiro. Para Maria Tarcila Guedes, esse congresso foi importante para o debate sobre a preservação do patrimônio cultural, mostrando que ali, na Sessão do dia 31 de dezembro, foi decidido “que o Instituto Pan-Americano de Geografia e História promova a possibilidade de uniformização das leis de defesa e proteção do

³⁵⁷ IV CONGRESSO Pan-Americano de Architectos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1930.

³⁵⁸ IV CONGRESSO Pan-Americano de Architectos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1930.

³⁵⁹ MELLO FRANCO, Afrânio de *apud* GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A Preservação do Patrimônio Cultural e o Contexto Pan-americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p.25. Quanto ao referido projeto de autoria de Pontes de Miranda, a autora relata que este documento não foi encontrado ao longo da sua pesquisa.

patrimônio histórico e artístico das nações americanas”.³⁶⁰ Cabe-nos, no entanto, questionar o papel que essas conferências tiveram na institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil por duas razões. A primeira delas é que os membros brasileiros nessas conferências, não tinham relações diretas com a área de preservação, não chegaram a propor nenhuma ação por parte do Governo Federal, ou dos seus estados, no sentido de assegurar uma preservação efetiva do patrimônio brasileiro, assim como não se destacaram nas discussões sobre o assunto, levando-nos a questionar o papel que tais conferências tiveram, de fato, na adoção dessas políticas no país, já que a autora não esclarece tal questão. Isso nos leva à segunda questão: a distância temporal entre a legislação brasileira e a dos países citados por Guedes no seu texto, quase 30 anos, sugere, em parte, a falta de projeção das ideias defendidas nas conferências e a sua adoção pelos países participantes, dando indicações de que a questão, pelo menos no Brasil, seria muito mais complexa, inclusive, porque aqui no país, a questão da proteção a bens de interesse histórico ou artístico se fez presente nos debates da constituinte realizada já no ano seguinte, em 1933.³⁶¹

De qualquer forma, a questão da preservação dos monumentos históricos do país estava chegando à esfera federal com a regulamentação das atividades do novo Ministério da Educação e Saúde, a partir de janeiro de 1931. Além de identificar essas edificações, estava previsto que a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação também seria a responsável por dar publicidade àquelas informações, uma vez que o seu Regulamento determinava que

À Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação compete, finalmente, coligir todas as informações, sejam de significação estatística, sejam de qualquer outra natureza, que interessem à atividade do Ministério, elaborá-las convenientemente, submetê-las à apreciação do Ministro e divulgá-las avulsa ou sistematizadamente, com a ilustração gráfica e os comentários adequados.³⁶²

³⁶⁰ Resoluções e recomendações aprovadas no primeiro congresso pan-americano de geografia e história *apud* GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A Preservação do Patrimônio Cultural e o Contexto Pan-americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 34.

³⁶¹ O texto base para as discussões dessa Constituinte foi a Constituição de Weimar, que regeu a República de Weimar da Alemanha, entre os anos de 1919 e 1933. Embora, nessa constituição alemã, já houvesse a previsão de uma ação efetiva do Estado na proteção de patrimônio, a questão se mostra muito mais complexa, quando vemos as discussões ocorridas naquele momento, que contou com a presença de deputados constituintes familiarizados com a questão da preservação, a exemplo de Luís Cedro, Mário Chermont e Pedro Calmon.

³⁶² ANUÁRIO do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 9.

Segundo o mesmo Regulamento, cabia ainda à Diretoria organizar a Biblioteca do Ministério e a publicação do *Boletim do Ministério da Educação e Saúde Pública* e do *Anuário de Educação e Saúde Pública*, assim como outros trabalhos avulsos

tendo em vista a existência de elementos que, pelo seu valor, mereçam ser levados ao conhecimento do público para fins de propaganda educativa ou como estímulo à produção intelectual em assuntos que interessem à obra cultural do Ministério.³⁶³

Um desses trabalhos foi o livro escrito pelo professor mineiro Aníbal Mattos, chamado *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*,³⁶⁴ mencionado na *Resenha retrospectiva das atividades da Diretoria no sexênio 1931-1936*, publicada no Diário Oficial da União, em 29 de Maio de 1937. Neste relatório, o Diretor do órgão afirma que a Diretoria “influiu indiretamente para o aparecimento de trabalhos uteis sobre a educação e outros assuntos relacionados com o programa ministerial”³⁶⁵ e exemplifica com algumas publicações, incluídas aí o livro de Mattos, que teve origem a partir de uma demanda da própria Diretoria, como veremos mais adiante. Nesta mesma *Resenha retrospectiva*, Teixeira de Freitas, o então Diretor, dirigindo-se ao Ministro da Educação, cargo já ocupado, naquele momento, por Gustavo Capanema, afirmando que havia organizado o *1º Anuário de Educação e Saúde Pública*, referente ao ano de 1931, em dois volumes, mas que esta publicação “se acha há vários anos no prelo da Imprensa Nacional”.³⁶⁶ O conteúdo desse *Anuário* é extremamente importante para esta pesquisa pois, nele se encontra “uma série de interessantes monografias sobre os monumentos históricos e artísticos do Brasil”,³⁶⁷ que, no nosso entendimento, se trata do primeiro inventário de monumentos históricos, com abrangência nacional, organizado pelo Governo Federal e, até o presente, não havia sido objeto de estudo nas pesquisas sobre a trajetória das ações de preservação do patrimônio no país. Após tentar localizar a publicação em alguns arquivos, sem sequer saber se ela havia “saído do prelo”, encontramos, na Biblioteca do Senado Federal, em Brasília, os dois volumes

³⁶³ ANUÁRIO do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p.10.

³⁶⁴ MATTOS, Aníbal. *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Edições Apollo, 1935.

³⁶⁵ RESENHA retrospectiva das atividades da Diretoria no sexênio 1931-1936. *Diário Oficial da União*, 29 maio 1937, p. 6.

³⁶⁶ *Diário Oficial da União*, 29 maio 1937, p. 5.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 6.

do *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública, 1º ano – 1931*, que foram publicados pela Imprensa Nacional na década seguinte, o volume 1 em 1940 e o Volume 2 em 1945. O conteúdo desse documento, inédito até então, é o que discutiremos logo a seguir.

3.1.2 A Diretora Geral de Informações, Estatística e Divulgação e os primeiros inventários de monumentos do país.

Tudo indica que a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação deu início aos trabalhos de identificação de monumentos históricos a partir do ofício-circular n.º 701, datado de 15 de outubro de 1931. Este documento, enviado ao Diretor Geral de Instrução do Distrito Federal e aos Secretários Gerais dos Estados e do Território do Acre, solicitava que fosse

designado um funcionário ou uma comissão de pessoas para isso qualificada, a cujo cargo fique o preparo de um trabalho histórico-descritivo de cada um dos monumentos artísticos ou históricos existentes em cada Estado, no Distrito Federal e no Território do Acre, e o estudo da legislação o da organização administrativa de caráter regional que tiverem por objeto a proteção aos monumentos e objetos de valor histórico ou artístico.³⁶⁸

Ou seja, além de ter demandando informações acerca dos monumentos propriamente ditos, a Diretoria também quis reunir informações acerca das legislações específicas que cada um dos estados, porventura, tivesse sobre a proteção de monumentos e objetos com valores históricos ou artísticos. Embora a Circular, propriamente dita, não tenha sido publicada pelo Diário Oficial da União, ela foi publicada em diversos jornais³⁶⁹ e a reproduzimos a seguir:

Sendo frequentes na correspondência deste Ministério os pedidos de informações, procedentes principalmente do estrangeiro, sobre os monumentos históricos ou artísticos existentes no país, resolveu o sr. Ministro que esta Diretoria Geral promovesse pelos meios ao seu alcance a coleta dos necessários elementos informativos, estudando desde logo a melhor maneira de dar conveniente publicidade às informações coletadas.

³⁶⁸ Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, Expediente do Sr. Diretor Geral. Diário Oficial da União, 27 outubro 1931, p. 8.

³⁶⁹ Primeiramente publicada pelo *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em 21 de outubro daquele ano, a circular também é encontrada no *Diário de Pernambuco*, do Recife, em 8 de novembro, e no jornal *A Federação*, de Porto Alegre, em 10 de novembro. (ver: PARA o exato conhecimento dos monumentos históricos e artísticos do Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 out. 1931; OS MONUMENTOS históricos ou artísticos existentes no Brasil. *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 nov. 1931; e INQUÉRITO sobre os monumentos históricos. *A Federação, Orgam do Partido Republicano*, Porto Alegre, 10 de nov. 1931.

Iniciando, pois o cumprimento das ordens recebidas, venho solicitar-vos o indispensável concurso do departamento administrativo sob a vossa esclarecida direção, consistente na designação de um funcionário competente ou de uma comissão de pessoas para isso qualificadas, a cujo cargo fique o preparo de uma notícia, tão minuciosa quanto possível, relativamente ao assunto, desdobrada fundamentalmente nas seguintes partes:

1ª - Referência histórico-descritiva de cada um dos monumentos artísticos ou históricos existentes no Estado, acompanhada, se possível, de nítida documentação fotográfica.

2º - Estudo de legislação e de organização administrativa de caráter estadual que tiverem por objeto a proteção aos monumentos e objetos de valor histórico ou artístico, assinalando qual o pessoal afeito a esse serviço de proteção, suas condições de admissão e categorias, com a discriminação dos empregados, técnicos (inspetores, etc.), administrativos e subalternos, e registrando, bem assim, o montante anual das despesas com o serviço em apreço, sendo indicadas também quais as parcelas desse total empregadas no custeio do respectivo pessoal e na conservação propriamente dita dos monumentos e objetos considerados de valor artístico ou histórico.

Para atender à publicidade que o sr. Ministro deseja dar às informações recebidas, serão elas publicadas, em resumo, no Boletim do Ministério, ou integralmente ou folhetos quando o seu valor justifique, mas sempre com indicações das pessoas que as tiverem elaborado e das autoridades que as houverem promovido, preparando-se outrossim uma síntese geral para figurar no Anuário de Educação e Saúde Pública que este ministério deve editar e cujo primeiro número se referirá ao ano de 1931.

Nessas condições, porém, torna-se necessário que as contribuições ora solicitadas às administrações estaduais sejam enviadas até dezembro, afim de poderem ser incorporadas em forma apropriada à matéria que em janeiro se coordenará para o referido anuário.

Certo de que o Governo desse Estado, pelo órgão da vossa autoridade, virá ao encontro dos desejos e dos votos do sr. Ministro, inspirados por uma real exigência da cultura nacional, antecipo cordiais agradecimentos pela atenção que dispensardes a este apelo, apresentando-vos, ao mesmo tempo, as expressões do meu alto apreço e distinta consideração.

A primeira questão que pode ser destacada a partir desse documento é a menção aos “frequentes” pedidos de informações, “principalmente do estrangeiro”, em relação à presença de monumentos no país. Possivelmente, essa era uma demanda que vinha das Conferências Internacionais Americanas, que há pouco mencionamos. Convém lembrar que, pelo menos desde a Conferência de 1923, a questão dos Monumentos Históricos era assunto frequente nos debates realizados nesses encontros, dos quais o Brasil fazia parte e contribuía com a discussão. Uma outra questão relevante a se discutir é: se a intenção era apenas identificar os monumentos históricos e artísticos significativos encontrados em cada estado, qual seria a necessidade de demandar o segundo ponto que aparece na circular? Afinal, se o objetivo de reunir essas informações era apenas divulgação, as legislações estaduais sobre a preservação de monumentos e objetos históricos poderia não ter

tanta serventia para a Diretoria, a não ser no caso de levar essas informações aos debates internacionais dos quais o Brasil participava. Essa intenção em fazer um levantamento dos modelos de legislação, da equipe, das verbas, e da estrutura de funcionamento necessárias um órgão que tratasse da preservação desses bens históricos, pode indicar também que o órgão estava buscando conhecer melhor esse tipo de funcionamento para, quem sabe, definir a estruturação de um outro, de abrangência nacional.

As primeiras respostas a esse inquérito do Governo Federal começaram a chegar, apenas, no início de 1932, vindas dos estados de Sergipe, Piauí, Paraná e Bahia, como consta na notícia publicada n' *O Jornal*, em 22 de janeiro de 1932,³⁷⁰ que comenta o movimento feito nesses estados para a elaboração de um documento atendendo às demandas da Diretoria. No caso de Sergipe, a notícia ainda informa que o responsável pela elaboração da listagem dos monumentos históricos e artísticos existentes no estado foi Manoel dos Passos de Oliveira Telles.³⁷¹ No Paraná, o responsável pela reunião das informações foi Lysimaco Costa,³⁷² já na Bahia o trabalho ficou ao cargo da Inspetoria de Monumentos. Ao longo da pesquisa, foram encontradas diversas notícias no *Diário Oficial da União* que relatam o agradecimento, por parte da Diretoria, aos estados pelo envio de informações em resposta ao Ofício-circular n.º 701, entretanto, sem versar sobre o conteúdo destas, mencionando, apenas em alguns deles, que se tratavam de listagem de monumentos, a exemplo do ofício n.º 5, de 27 de Janeiro de 1932, agradecendo ao governo de Sergipe, o envio das informações acerca dos seus monumentos históricos e artísticos; do ofício n.º 54 e n.º 247, de 12 de Março de 1932, agradecendo, respectivamente, os Interventores do Ceará e do Piauí pelo envio da listagem dos monumentos existentes nesses estados; e do ofício n.º 595, de 27 de maio de 1932, agradecendo ao Diretor Geral de Educação do Estado do Pará o envio da listagem dos monumentos de Belém. Ainda identificamos um documento relativo a Inspetoria de Monumentos de Pernambuco, presente no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, respondendo a essa demanda do

³⁷⁰ MINISTÉRIO da Educação. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1932.

³⁷¹ Sergipano, nascido em 1859, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, exerceu os cargos de Promotor Público e Juiz municipal, além de Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal. Escreveu o Dicionário Corográfico Sergipense e vários artigos sobre a questão dos limites entre Bahia e Sergipe.

³⁷² Nascido em Curitiba, foi engenheiro e professor, um dos fundadores da Escola Agrônoma do Paraná. Foi também diretor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal, assim como Diretor Geral do Ensino do Estado.

Ministério através do ofício n.º 280, datado de 18 de fevereiro de 1932, onde o Inspetor de Monumentos, Mário Melo, remeteu “um estudo dos monumentos históricos de Pernambuco, acompanhado de 86 fotografias”.³⁷³

Como já dissemos, infelizmente, este *Anuário* preparado pela Diretoria só foi publicado na década seguinte, no entanto ele é um documento de extrema importância pois nele está presente a primeira listagem de monumentos históricos organizada pelo Governo Federal, com uma abrangência de quase todo o país. A publicação foi dividida em dois volumes, onde, no primeiro deles, está detalhada a organização do Ministério da Educação e o histórico dos seus serviços, reconstituindo os órgãos do Estado que trataram das questões da educação e da saúde ao longo dos anos e apontando a importância da criação de uma nova pasta que deveria ficar com essas prerrogativas. Ainda neste volume estão detalhadas as atribuições previstas da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação em publicar o *Anuário*, destacando que o objetivo da publicação é “vulgarizar” a situação do país tanto em relação a aspectos médico-sanitários quanto culturais.

A questão dos monumentos e monumentos históricos é tratada no volume dois, que está ricamente ilustrado com fotografias e desenhos, provavelmente enviados pelos autores dos textos, que tratam das informações oferecidas pelos estados em relação a situação da educação assim como das respostas obtidas em função do ofício-circular n.º 701. É importante lembrar, neste momento, a distinção entre os conceitos de monumento e o monumento histórico dada pela historiadora francesa Françoise Choay:

o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que selecionam na massa de edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte.³⁷⁴

Ou seja, para Choay a função do monumento é estritamente afetiva, sendo criado para perpetuar uma memória determinada, enquanto o monumento histórico, articula-se ao processo de construção da história, voltado para comprovação ou ilustração de acontecimentos históricos. Percebe-se, a partir dos comentários

³⁷³ Ofício n.º 280, de Mario Mello para o Secretário de Justiça, 18 de fevereiro 1932. Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais. Fundo Secretaria da Justiça, Volume 20. Acervo Arquivo Público Estadual.

³⁷⁴ CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP. 2001, p. 25.

presentes no *Anuário* que o que a Diretoria entendia por monumento histórico é semelhante ao conceito da historiadora francesa, ao passo que o monumento, como ela o defende, foi chamado, por vezes, de monumento artístico, divisão, esta, seguida, em apenas um dos textos enviados pelos estados, como veremos a seguir.

Na parte deste segundo volume que trata especificamente de “Monumentos Históricos e Artísticos” estão presentes textos, ilustrados, enviados por dezesseis estados que abrangem um mapeamento de edificações históricas distribuídas pelas, atuais, cinco regiões do país. Tais textos, e seus autores, são os seguintes: *Os monumentos de Alagoas*, de Cypriano Jucá;³⁷⁵ *Dados sobre monumentos históricos e artísticos do Amazonas*, de Arthur Cesar Ferreira Reis;³⁷⁶ *A Bahia e seus Monumentos*, de Alfredo Vieira Pimentel;³⁷⁷ *Os monumentos do Estado do Ceará*, de Eusébio de Souza;³⁷⁸ *A Fonte da Boa Morte na cidade de Goiás*;³⁷⁹ *Monumentos Históricos da capital do Maranhão*, de Corrêa de Araújo;³⁸⁰ *Considerações acerca dos monumentos históricos mato-grossenses*, de Virgílio Corrêa Filho;³⁸¹ *Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais*, de Aníbal Mattos;³⁸² *Monumentos de Belém do Pará*, de Mário Chermont;³⁸³ *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*, de Osias Gomes;³⁸⁴ *Monumentos Históricos e Artísticos do Paraná*, de Francisco de Paula Dias Negrão;³⁸⁵ *Relação dos principais monumentos históricos de Pernambuco*, de Mário Melo;³⁸⁶ *Breve Notícia sobre monumentos no Piauí*, de Anísio Britto;³⁸⁷ *Monumentos do Rio Grande do Norte*, de Nestor Lima;³⁸⁸

³⁷⁵ Jornalista alagoano, chegou a ser prefeito de Maceió.

³⁷⁶ Político e historiador amazonense, foi autor de diversas obras sobre a história do Amazonas.

³⁷⁷ Historiador baiano já mencionado no primeiro capítulo.

³⁷⁸ Jornalista, historiador, teatrólogo e poeta, pernambucano radicado no Ceará, Foi diretor do Museu Histórico do Ceará e do Arquivo Público do Estado.

³⁷⁹ Texto fornecido pelo Governo do Estado de Goiás sem indicação do autor.

³⁸⁰ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais maranhense, foi Diretor da Imprensa Oficial e da Biblioteca Pública, além de um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras.

³⁸¹ Engenheiro, nascido em Cuiabá, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Participou da Assembleia Inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História, em 1932.

³⁸² Pintor, crítico e professor de arte, nascido em Vassouras, no Rio de Janeiro, e radicado em Belo Horizonte.

³⁸³ Carioca, mudou-se ainda criança para o Pará, foi médico, professor e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Foi também um dos líderes da Revolução de 1930 no estado.

³⁸⁴ Advogado, escritor e jornalista paraibano.

³⁸⁵ Jornalista e historiador paranaense, membro dos Institutos Históricos e Geográficos do Ceará, Mato Grosso, Amazonas, Santa Catarina e Paraná.

³⁸⁶ Historiador e jornalista pernambucano, já mencionado no primeiro capítulo.

³⁸⁷ Professor piauiense, chegou a ser diretor do Museu, da Biblioteca e do Arquivo Público do Estado.

Monumentos Artísticos e Históricos do Rio Grande do Sul, de Eduardo Duarte;³⁸⁹ e, por fim, *Monumentos em Santa Catarina*, de José Arthur Boiteux.³⁹⁰

A primeira questão a se levantar a partir destes textos é a conceituação do que é “monumento”, “monumento histórico” e “monumento artístico” para esses intelectuais. Pode-se dizer, de forma geral, que a maioria deles entendia que havia uma distinção clara entre o que seria um monumento e um monumento histórico, usando-se a conceituação adotada por Françoise Choay, embora, eles adotassem os mais variados nomes para esses conceitos. Somente um dos textos chamou o que entendemos por “monumento”, na visão de Choay, de “monumento histórico”, foi o elaborado por Corrêa de Araújo, sobre o Maranhão. O autor aí, limita-se apenas a citar monumentos espalhados pela capital do estado, para depois citar “objetos de valor artístico e histórico” encontrados ali e pertencentes à algumas instituições, a exemplo da Biblioteca Pública e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, dentre outros, como a Coleção Artur Azevedo, adquirida pelo Estado em 1910.

De forma geral, nos textos do *Anuário*, o “monumento histórico” ora foi chamado assim, ora de “monumento arquitetônico” e ora de “monumento artístico”, ao passo que o “monumento” de Choay, em alguns casos não recebia qualquer complementação no nome, enquanto em outras situações eram chamados de “monumentos públicos”. Apenas Cypriano Jucá, quem elaborou o inventário relativo a Alagoas, chamou esse tipo de monumento de “monumento artístico”, esta mesma terminologia foi usada na apresentação do *Anuário*, como já comentamos. No texto, Jucá destacou que havia pouco tempo fazer um trabalho desse tipo, uma vez que seria necessário percorrer todos os municípios do estado em busca desses monumentos. No entanto, embora foque nessa categoria de monumento, ele não deixa de listar alguns outros, por ele considerados, históricos, a exemplo de uma igreja eclética no município de Leopoldina; das ruínas do convento do Carmo, da casa natal de Marechal Deodoro e do antigo Palácio do Governo, na Cidade de Alagoas;³⁹¹ bem como outras igrejas e alguns cruzeiros localizados na margem

³⁸⁸ Professor, historiador e advogado potiguar.

³⁸⁹ Educador, jornalista, médico, escritor e historiador gaúcho, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

³⁹⁰ Jornalista, historiador e advogado catarinense, considerado o patrono do ensino superior no estado, foi também fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

³⁹¹ Em 1939 a cidade foi rebatizada de Marechal Deodoro em homenagem ao primeiro presidente do Brasil, Manuel Deodoro da Fonseca.

alagoana do Rio São Francisco. É curioso ele não mencionar nenhum dos monumentos existentes nas cidades de Penedo e Porto Calvo que, junto à atual Marechal Deodoro, formam os núcleos de povoação mais antigos do estado.

Uma classificação interessante foi dada por Mário Chermont, responsável pela elaboração da lista dos monumentos do Pará, onde podemos ver na seleção dos monumentos de Belém uma evidente distinção entre valores artísticos e históricos. Chermont, além de destacar a não existência de qualquer legislação protetiva, propõe que os monumentos de Belém poderiam ser agrupados em três grupos: monumentos históricos, monumentos arquitetônicos e monumentos públicos. Os monumentos arquitetônicos seriam aqueles que se destacariam pelo seu valor artístico, enumerando alguns como, por exemplo, a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré; o Teatro da Paz; os palácios Antônio Lemos e Lauro Sodré, além de alguns edifícios ecléticos, como os da *Port of Pará* e do Grande Hotel. Os monumentos históricos, segundo ele, “revelam a tradição dos três séculos percorridos pela cidade”,³⁹² e seriam o Forte do Castelo, a Igreja de Santo Alexandre e o antigo Colégio Jesuíta; a Igreja e o Convento do Carmo; a igreja da Sé; dentre outros edifícios, além de dois cemitérios, o da Soledade e de Santa Isabel, pela grande quantidade de monumentos mortuários ali presentes. Esse texto, na prática, foca nos chamados “monumentos públicos”, os quais ele subdividiu em quatro grupos: estátuas, monumentos alegóricos, colunas comemorativas; e hermas e bustos.

Os monumentos também foram chamados de monumentos públicos nos textos referentes aos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Paraíba e Rio Grande do Sul. No primeiro desses estados, apenas esse tipo de monumento foi elencado, praticamente a mesma situação do Rio Grande do Norte, uma vez que “não existem neste Estado monumentos ou obras d’arte que mereçam especial referência”³⁹³ com exceção do Forte dos Reis Magos, “um vibrante documento da conquista e colonização do Rio Grande”.³⁹⁴ Essa predileção por monumentos, em detrimento aos monumentos históricos, está presente também nas listagens feitas

³⁹² CHERMONT, Mário. Monumentos de Belém do Pará. *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 570.

³⁹³ LIMA, Nestor. Monumentos do Rio Grande do Norte. *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 630.

³⁹⁴ Ibid., p. 631.

pelo Ceará e pelo Amazonas. Em relação à este último, Arthur Cesar Ferreira Reis defende que o estado seria pobre em monumentos, estando estes presentes somente na capital, Manaus, e na cidade de Itacoatiara, e menciona, muito brevemente, algumas edificações, a exemplo do Palácio da Justiça, do edifício da Alfândega e do Teatro Amazonas, sem, entretanto, chamá-los de monumentos, ou monumentos históricos. O texto de Reis faz uma descrição muito detalhada dos monumentos existentes em Manaus e Itacoatiara, além do Teatro Amazonas, que “figura a apoteose da Arte no Amazonas”,³⁹⁵ enfatizando a presença de temas brasileiros, como a fauna e a flora nativas, ao descrever a decoração do teatro.

Imagem 24 – Fortaleza dos Reis Magos, Natal, Rio Grande do Norte.



Fonte: ANUÁRIO do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 620.

Já Eusébio de Souza, no texto relativo ao estado do Ceará, cita diversos monumentos espalhados pelas cidades de Fortaleza, Aracati, Quixadá e Juazeiro, dentre outras, enquanto em relação aos monumentos históricos mencionou apenas a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, na capital. Curioso nesse texto é que Souza, ao comentar a ausência de legislação estadual, defende que “há no Ceará –

³⁹⁵ REIS, Arthur Cesar Ferreira. Dados sobre monumentos históricos e artísticos do Amazonas. *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 327.

verdade que não se pode negar – reconhecido desprezo para com as coisas do passado”,³⁹⁶ o que acarretaria na inexistência de uma legislação de proteção de monumentos e objetos de valor artístico ou histórico no estado.

Dir-se-á que a falta dessa legislação especial provém de não possuir o Ceará monumentos artísticos que estejam a reclamar carinhos e cuidados de uma lei protetora, como sucede com outros Estados da República, por exemplo Bahia e Pernambuco que, sendo ricos de tais monumentos, já conseguiram essa lei dos poderes públicos, criando-se-lhes a Inspetoria Estadual de Monumentos Estaduais. Não contestamos, reconhecendo, porém, que o mal é outro, tem origem bem diferente.³⁹⁷

É importante perceber, aqui, que Eusébio de Souza tinha uma boa noção do estado da arte da preservação no país naquele instante, uma vez que, além de conhecer as iniciativas das Inspetoria de Pernambuco e da Bahia, também lhe era familiar o projeto proposto por Luiz Cedro, em 1923, ao Congresso Nacional. Uma familiaridade com o tema do patrimônio também está evidente no texto elaborado por Francisco de Paula Dias Negrão, acerca dos monumentos do Paraná. Dias Negrão, de pronto, já inicia o seu texto definindo que os monumentos dos quais ele tratou são

os edifícios admiráveis pela construção, pela antiguidade ou pela valia dos fatos históricos que relembram; as obras ou construções feitas para transmitir à posteridade a memória dos fatos ou de personagens notáveis; as obras grandiosas da arte e do gênio técnico.³⁹⁸

Esta é uma definição que em muito se aproxima da de Françoise Choay para o monumento histórico, que Dias Negrão chamou, nesse texto, apenas de monumento, destacando que, no Paraná, existem tanto monumentos artísticos quanto históricos, elencando e descrevendo essas edificações. A partir da listagem feita dos monumentos artísticos, percebemos que nessa categoria estariam enquadradas construções de notável valor estético, mesmo que recentes, como a catedral neogótica de Nossa Senhora da Luz, em Curitiba, “um dos mais belos templos católicos do Brasil”,³⁹⁹ e até mesmo estátuas e hermas, além de obras de arte, no sentido técnico do campo da engenharia,⁴⁰⁰ como o Viaduto Carvalho e a Ponte sobre o Rio São José, componentes da Estrada de Ferro que liga Paranaguá

³⁹⁶ SOUZA, Eusébio de. Os monumentos do estado do Ceará. *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 383.

³⁹⁷ Ibid., p. 382.

³⁹⁸ DIAS NEGRÃO, Francisco de Paula. Monumentos Históricos e Artísticos do Paraná. *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 590.

³⁹⁹ Ibid., p. 600.

⁴⁰⁰ Na Engenharia, construções como pontes e viadutos são chamadas de Obras de Arte.

a Curitiba. A mais antiga cidade do estado, Paranaguá, fundada em 1648, aparece na lista dos monumentos históricos com a Fortaleza da Barra, o Colégio Jesuíta e as igrejas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. Nessa categoria de monumentos ainda foram elencadas várias edificações religiosas do estado, como as igrejas de Nossa Senhora do Rosário e a da Ordem Terceira, em Curitiba; a Igreja Matriz de Lapa; e a Igreja Matriz de São Luiz de Guaratuba. Além disso, o autor destacou as ruínas das Reduções Jesuíticas de Ciudad Real del Guayra, de Vila Rica do Espírito Santo e de Nossa Senhora do Loreto. O Acervo do Museu Paranaense também foi mencionado no texto quando foi tratada a legislação estadual sobre proteção de objetos de valor histórico e artístico, que dizia respeito apenas ao museu e o seu acervo.

Imagem 25 – Viaduto Carvalho, Estrada de Ferro do Paraná.



Fonte: ANUÁRIO do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 592.

Imagem 26 – Nave Principal da Catedral de Nossa Senhora da Luz, Curitiba, Paraná.



Fonte: ANUÁRIO do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 600.

Ainda tratando de autores que usaram a terminologia “monumentos públicos” vemos que, em relação à Paraíba, Osias Gomes, entende que

É pobre a Paraíba em monumentos históricos. Desapareceram, pela ação do tempo, os poucos marcos que documentavam a sua vida no passado. O

que resta é tão pouco inapreciável, que desanimaria o mais intrépido e animoso investigador dos fatos nacionais que por aqui transitasse.⁴⁰¹

Embora tenha essa visão pessimista acerca do patrimônio paraibano, Gomes se contradiz e pouco depois reconhece valores em algumas edificações fazendo uma distinção entre um monumento histórico e um monumento religioso.

Com a fortaleza de Cabedelo e a Casa da Pólvora teremos citado os monumentos históricos da Paraíba. Depois deles existem os monumentos religiosos, à frente dos quais é preciso aludir ao Convento de São Francisco. Possui o mesmo extraordinária riqueza em quadros, azulejos, vitrais e trabalhos de talha. Vem em seguida o Carmo, especialmente a Ordem 3ª, com as suas pinturas de forro e seus belos azulejos; São Bento, com sua elegância arquitetônica.⁴⁰²

A impressão que o autor do texto passa é que o seu entendimento de monumento histórico dizia respeito apenas a edifícios que não detinham mais seu uso em função do um avançado grau de arruinamento, ao passo que o monumento religioso ainda teria suas funções mantidas, que, nos casos citados, eram de culto. O último autor a fazer referências a “monumentos públicos”, é Eduardo Duarte que, ao tratar do Rio Grande do Sul, se detém, primeiramente, nas descrições desses monumentos para depois dar início aos comentários sobre os bens que entendemos como monumentos históricos. O seu trecho abrange várias cidades do estado, como Rio Pardo, “a verdadeira capital comercial e militar enquanto Porto Alegre era apenas a capital administrativa do Rio Grande”,⁴⁰³ na qual ele destacou que a sua maior expressividade estava nas “casas solarengas predominantes nas cidades portuguesas no princípio do século XIX”.⁴⁰⁴ Já em relação à arquitetura religiosa, ele defendeu que “os monumentos mais dignos de nota são os de arte cristã, que se devem considerar como patrimônios históricos porque se ligam intimamente à crônica da cidade”.⁴⁰⁵ A partir de então, Duarte elencou essas edificações: Matriz de Nossa Senhora do Rosário; Igreja de São Francisco; Igreja do Senhor dos Passos; Igreja de São Nicolau da Aldeia, destacando também arte funerária presente em alguns dos cemitérios, como o da igreja do Rosário. Duarte ainda destaca que “quanto aos monumentos propriamente históricos, assim se devem considerar os

⁴⁰¹ GOMES, Osias. Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba. Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 586.

⁴⁰² Ibid., p. 590.

⁴⁰³ DUARTE, Eduardo. Monumentos Artísticos e Históricos do Rio Grande do Sul. Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 682.

⁴⁰⁴ Ibid.

⁴⁰⁵ Ibid.

velhos solares e as casas antigas onde residiram as grandes figuras nacionais”,⁴⁰⁶ a exemplo das casas do Barão do Quaraí, de Sebastião Xavier do Amaral, do Barão do Triunfo e um portão na Rua do Teatro e outro localizado ao lado da Igreja Matriz. Em cada uma das cidades mencionadas no texto são destacadas a presença tanto dos chamados monumentos públicos quanto de monumentos históricos, a exemplo da casa natal do Conde de Porto Alegre, em Rio Grande; da casa natal de Bento Gonçalves, da Igreja Matriz, dentre outras edificações em Triunfo; da Santa Casa, a Igreja Matriz de São Sebastião, o Colégio do Espírito Santo, a Prefeitura e o Mercado Público, em Bagé; do Forte, em Caçapava, dentro muitas outras cidades.

É possível perceber nessa listagem feita por Eduardo Duarte uma predileção por edificações religiosas e governamentais, desde que estas tivessem um caráter monumental, assim como pelas casas de personagens ligados à história do estado, que representariam uma arquitetura civil. Segundo Dominique Poulot, o culto aos cidadãos reconhecidos por seus méritos foi uma característica marcante da sociedade das Luzes e, intimamente vinculado aos heróis da revolução Francesa, quando “o culto pelos homens ilustres implicava uma peregrinação a seus túmulos ou lugares de criação, reativando rituais reservados até então a categoria do sagrado”.⁴⁰⁷ Os lugares diretamente vinculados à memórias dessas personalidades, no caso de Duarte, as casas de Bento Gonçalves, do Conde de Porto Alegre e dos barões do Quaraí e do Triunfo, foram revestidos de uma aura de sacralidade à medida que ele as classificou como monumentos históricos, dignos de serem preservados.

Eduardo Duarte ainda deu grande destaque às ruínas jesuíticas localizadas na cidade de Santo Ângelo, e reproduziu um outro texto, como capítulo anexo, que contou com uma “completa descrição dessa obra monumental do passado rio-grandense”.⁴⁰⁸ Assinado por Rosauro Tavares, *Ruínas dos Sete Povos das Missões* havia sido publicado, originalmente, na *Revista do Museu e Archivo Publico do Rio Grande do Sul*, n. 21, de 1928, com o título de *Ruínas das Missões*, e detalha a história dos Sete Povos das Missões desde a sua fundação. Tavares ainda comenta

⁴⁰⁶ DUARTE, Eduardo. Monumentos Artísticos e Históricos do Rio Grande do Sul. Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 685.

⁴⁰⁷ POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, século XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009,. p. 127.

⁴⁰⁸ DUARTE, Eduardo. Monumentos Artísticos e Históricos do Rio Grande do Sul. Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 693.

acerca das obras de conservação ocorridas ali, na década de 1920, quando ressalta que

Tarde, porém melhor de que nunca, procurou-se compreender senão já o valor intrínseco das ruínas dos Sete Povos Missioneiros, pelo menos a sua importância histórica. Assim é que o Governo do Estado, orientado pela boa vontade do Presidente Borges de Medeiros e também em atenção aos esforços daqueles que sinceramente se interessam pelo enaltecimento da nossa gloriosa história e lugares que lhe evocam a vida e refulgência, entre os quais grandes patriota (cumpre notar o brilhante escritor gaúcho Dr. Alcides Maia) fez baixar o Regulamento de Terras de 10 de Agosto de 1922, no qual se consigna o seguinte: “Art. 24. Serão mantidos no domínio público, ou trazidos para este e devidamente conversados, os lugares notabilizados por fatos assinalados da evolução do Estado.” (...) Em virtude do cumprimento desta prescrição regulamentar, a Secretaria de Estado das Obras Públicas determinou à respectiva Diretoria de Terras que, por intermédio de sua comissão realizada em Santa Rosa, tomasse posse das ruínas de S. Miguel e outros lugares compreendidos no preceito do citado artigo e realizasse os serviços necessários ao salvamento das ruínas de S. Miguel, a antiga capital dos Sete povos das Missões Orientais.⁴⁰⁹

É importante perceber que as ruínas, no início da década de 1920, já ocupavam, no âmbito do estado, uma grande importância no processo de construção da história gaúcha, o que demandou uma atenção do governo estadual em sua conservação. Na *Mensagem do Governador do Rio Grande do Sul para a Assembleia*, datada de 20 de setembro de 1926, está dito que

O regulamento de terras de agosto de 1922 consigna vários dispositivos sobre a manutenção no domínio público, devidamente conservados, dos lugares históricos, entre os quais avultam os da região missioneira, com as ruínas do magnífico templo de São Miguel, no município de Santo Ângelo.⁴¹⁰

Rosauro Tavares reafirma a importância do reconhecimento das ruínas jesuíticas quando escreveu seu texto, em outubro de 1928, defendendo que

A necessidade de conservação e mesmo restauração das ruínas dos sete povos impõe-se por serem elas atestados vivos de toda uma geração verdadeiramente indígena que ali se formara e fenecera com o aniquilamento da dominação castelhana que a patrocinara. São, tais ruínas, restos de grandiosos monumentos que com a nossa história, em verdade, se relacionam pela sua simples localização em território conquistado por nossos antepassados, a golpes de heroísmo, de ingentes sacrifícios, perdas de preciosas vidas e de enormes gastos materiais. Aliás, lembrarão por seus escombros também os terríveis recontros em que se digladiaram num mar de sangue as ambições das duas velhas cortes ibéricas – a de Portugal e a de Espanha. Fica, assim, justificada a razão plausível pela qual devem

⁴⁰⁹ TAVARES, Rosauro. Ruínas dos Sete Povos das Missões. Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 719-720.

⁴¹⁰ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros na 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura, em 23 de setembro de 1926. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1929.p. 35.

ser conservadas e restauradas as ruínas dos Sete Povos das Missões fundadas pelos Jesuítas. Porto Alegre, outubro de 1928.⁴¹¹

A necessidade das obras já havia sido antevista desde a época do regulamento citado, no entanto, elas somente foram efetivadas ao fim da década de 1920, pela Diretoria de Terras e Colonização através de uma comissão da Colônia Santa Rosa, que recebeu as verbas para execução dos serviços da Secretaria de Obras Públicas. O Governador do Estado responsável pela liberação dessas verbas foi Getúlio Vargas, que governou o Rio Grande do Sul entre 1928 e 1930, e, através das mensagens enviadas por ele, enquanto governador, à Assembleia do Rio Grande Sul podemos pontuar o andamento dessas obras de conservação: enquanto na mensagem de 1928 “ultimaram-se as reparações mais urgentes das ruínas do imponente templo de São Miguel de Missões”,⁴¹² na de 1929 “prosseguiram-se os trabalhos de conservação do templo de São Miguel de Missões”.⁴¹³ Estas obras se seguiram na década seguinte como é possível perceber na notícia publicada, em 1º de Janeiro de 1932, no jornal *A Federação*, de Porto Alegre, sobre a dotação orçamentária estadual para o exercício daquele ano, onde vemos uma anotação de 6:000\$000 para a “Conservação das ruínas de São Miguel”. Uma questão que salta a partir dessas obras realizadas nas antigas missões jesuíticas do Rio Grande do Sul é que elas mostram que Vargas já tinha uma familiaridade com tema do patrimônio, e da necessidade de sua preservação, antes mesmo de entrar em contato com os intelectuais modernistas que, sob o seu governo, foram responsáveis pela criação do Sphan, assim como a execução de diversas obras semelhantes em vários monumentos por todo o país, inclusive com ações nessas mesmas ruínas, onde, em 1940, fundaram o Museu das Missões.

Afora o Rio Grande do Sul, dos estados que já vinham demonstrando ações em relação a preservação do seu patrimônio desde a década de 1920, temos a Bahia e Pernambuco, que responderam à demanda da Diretoria através de suas Inspetorias de Monumentos, detalhadas no primeiro capítulo deste trabalho, além de Minas Gerais. No texto elaborado pelo Inspetor de Monumentos da Bahia, Alfredo

⁴¹¹ TAVARES, Rosauo. Ruínas dos Sete Povos das Missões. Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 720.

⁴¹² MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas na 4ª sessão ordinária da 10ª legislatura. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1928. p. 50.

⁴¹³ MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas na 1ª sessão ordinária da 11ª legislatura. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1929. p. 72.

Vieira Pimentel, vemos claramente a distinção entre monumentos e monumentos históricos e a descrição de vários deles, com comentários acerca da legislação estadual de proteção e as categorias dos monumentos históricos classificados: monumentos religiosos; monumento de arte profana; campos históricos; subterrâneos, monumentos e estátuas; e fortalezas; seguida ao final por uma relação de todos eles, distribuídos dentre as categorias acima citadas. Já no texto elaborado pelo Inspetor pernambucano, Mário Melo, vemos uma exaltação ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, IAHGP, do qual ele era Secretário Perpétuo. Melo destaca que até 1859 não se tinha no estado nenhuma iniciativa para conservar o patrimônio histórico e artístico, colocando na conta do Instituto Arqueológico, fundado em 1862, essa iniciativa, ao localizar lugares históricos do estado, como o antigo forte São Jorge, onde foi construída a Igreja do Pilar, no Recife, ou o local onde ocorreu a Batalha do Monte das Tabocas, em Vitória de Santo Antão, e assim por diante, no entanto, sem mostrar uma atuação mais consistente do Instituto na preservação das edificações históricas do estado. A lista “provisória”⁴¹⁴ de monumentos apresentada elenca os bens por período de construção, e o Inspetor reconhece que

Conquanto não esteja ainda ultimada a catalogação, Pernambuco já pode apresentar acervo considerável de monumentos históricos e artísticos, sobretudo grande documentação do período colonial, faltando ainda a dos municípios mais afastados da capital.⁴¹⁵

A listagem apresentada difere, em diversos aspectos, da elaborada por Anníbal Fernandes, o Inspetor anterior, evidenciando as distintas visões de patrimônio que ambos detinham. Da mesma forma que o antigo Inspetor, Melo defende que “os monumentos mais antigos de Pernambuco pertencem à igreja católica”,⁴¹⁶ porém destaca vários elementos da arquitetura civil, questão deixada de lado por Fernandes,⁴¹⁷ ao ilustrar o texto com os sobrados mouriscos e as bicas da cidade de Olinda, bem como destacando a existência de muitas casas-grandes de engenhos da Mata Sul, no entanto, sem chegar a elencá-las. A predileção pela

⁴¹⁴ Até onde as pesquisas indicam, a Inspetoria de Monumentos de Pernambuco nunca chegou a produzir uma lista definitiva dos monumentos históricos no estado.

⁴¹⁵ MELO, Mario. Relação dos principais monumentos históricos de Pernambuco. *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 640-641.

⁴¹⁶ Ibid., p. 641.

⁴¹⁷ Para entender melhor as diferenças entre Anníbal Fernandes e Mario Melo e suas atuações na Inspetoria de Monumentos ver CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria de Monumentos de Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 2014.

arquitetura religiosa, em detrimento a outras tipologias, é bastante comum nas listagens enviadas pelos estados, a exemplo da elaborada por Anísio Britto sobre os monumentos do Piauí. Britto destaca que se “não fora o sentimento religioso, o Piauí deixaria de contar qualquer edifício que merecesse o nome de monumento, quer encarado sob o ponto de vista artístico, quer histórico”,⁴¹⁸ elencando apenas cinco igrejas no estado: a de São Benedito, em Teresina; a Matriz do Carmo, em Piracuruca; a de Santo Antônio de Pádua, em Jerumenha; a de Nossa Senhora da Graça, em Parnaíba e a de Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras.

A exemplo dos textos vindos do Piauí e de Pernambuco, também trataram apenas de monumentos históricos os enviados pelos estados de Goiás, Paraná e Mato Grosso. O texto goiano, que não está assinado, embora cite alguns monumentos históricos da cidade de Goiás Velho, sem chamá-los assim, trata apenas da Fonte da Boa Morte,⁴¹⁹ defendendo que ela é um monumento “digno de ser conservado” e que “não representa só os vestígios de uma administração; é também a imagem do passado, de nossa arte e de nosso alcance intelectual em 1778”.⁴²⁰ Já o texto escrito por Virgílio Corrêa Filho, acerca dos monumentos históricos do Mato Grosso,⁴²¹ cita edifícios históricos presentes na primeira capital do estado, Vila Bela, como as igrejas e o Palácio dos Governadores, no entanto,

O ambiente não favorecia o surto, que reclamaria outras condições de vida, mais propícias ao cultivo das artes. Daí se causa a míngua dos monumentos históricos, de pratarias, móveis, objetos artísticos, bem como da respectiva legislação protetora, que não existe, por dispensável (...) Em geral, os espécimes evocativos de eras vividas proveem da atividade política ou militar, e das suas consequências. Assim é que, ao flanco do Guaporé, onde morrem as últimas ramificações do maciço do Norte, ainda se alteia o Forte do Príncipe da Beira, cuja construção, Luiz de Albuquerque iniciou a 20 de junho de 1776.⁴²²

O Forte do Príncipe da Beira, hoje no estado de Rondônia, é uma das maiores edificações portuguesas construídas no Brasil, que tinha como função proteger a fronteira oeste do país, juntamente com outras fortificações. Corrêa Filho

⁴¹⁸ BRITTO, Anísio. Breve Notícia sobre monumentos no Piauí. *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 644.

⁴¹⁹ Também conhecida como Chafariz de Cauda.

⁴²⁰ A FONTE da Boa Morte na cidade de Goiás. *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p.388.

⁴²¹ Importante lembrar que, naquele momento, do estado do Mato Grosso, além do território presente, ainda era composto pelos atuais estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul.

⁴²² CORRÊA FILHO, Virgílio. Considerações acerca dos monumentos históricos mato-grossenses. *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 397.

ainda cita o Marco do Jauru, em Cáceres, além de outros alusivos à Guerra do Paraguai em Corumbá e Aquidauana. Ele dedica uma seção a “Edifícios Históricos”, onde além de destacar os já citados em Vila Bela, em muito arruinados; ainda menciona a Matriz, esta já sem apresentar sua feição antiga pois havia sido reformada recentemente; o Seminário Episcopal, que “apenas conserva as lembranças dos tempos idos”;⁴²³ e a casa do Barão de Melgaço, todos em Cuiabá.

Imagem 27 – Fonte da Boa Morte, Goiás.



Fonte: ANUÁRIO do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 386.

Por fim, temos o mais longo dos textos publicados no *Anuário*, o elaborado por Aníbal Mattos acerca dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais. Esse mesmo texto, numa versão ampliada e atualizada, foi publicado em 1935, com o apoio da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, intitulado *Monumentos*

⁴²³ CORRÊA FILHO, Virgílio. Considerações acerca dos monumentos históricos mato-grossenses. *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 401.

Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais,⁴²⁴ conforme já mencionamos. Logo na introdução do livro, Mattos explica que essa publicação

foi escrita para atender a uma solicitação do governo de Minas Gerais, que me foi feita pelo Dr. Noraldino Lima, então Secretário da Educação, em nome do presidente Olegário Maciel, que por essa forma, atendia a um pedido do Ministro da Educação. Destinava-se o trabalho sobre os “Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais”, ao anuário do mesmo Ministério. O prazo concedido para a execução de tão importante tarefa foi por demais exíguo, isso, porém, longe de desanimar-nos, serviu de incentivo para a duplicação de nosso esforço. Lançando mãos de apontamentos de antigas viagens, efetuando outras para mais recentes observações, e valendo-nos de estudos de conhecidos autores, conseguimos realizar a presente obra, agora ampliada e enriquecida de documentos posteriormente encontrados.⁴²⁵

O texto de Mattos é uma grande defesa do papel desempenhado por Minas Gerais na formação da “civilização brasileira”, uma vez que nessa formação o estado “refletiu tanto ou mais que a própria Bahia”,⁴²⁶ além disso, “a contribuição de Minas Gerais, foi no período colonial, para a nossa história tradicional e artística das de maior vulto e beleza”.⁴²⁷ Essa defesa está inserida, perfeitamente, numa narrativa que eleva Minas ao grande papel de formadora da nação e da qual vários intelectuais modernistas foram signatários. O próprio Mattos, embora fosse um artista de formação mais acadêmica e que rejeitava as propostas estéticas dos artistas modernistas, tinha boas relações com o mesmos. Para o autor, a riqueza advinda da atividade mineradora no estado seria a grande propulsora do desenvolvimento artístico ocorrido ao longo do período colonial “principalmente nas igrejas onde ainda hoje podemos admirar o que de melhor e mais belo se fez nessa época, em que os artistas se inspiravam quase que somente nos motivos religiosos”.⁴²⁸ Mattos defendia a ideia de que havia uma associação clara entre as artes e o sentimento religioso e que isso se verificava de forma mais contundente na arquitetura, “a mais antiga das artes”.⁴²⁹ O texto, ricamente ilustrado por várias fotografias de vistas das cidades históricas mineiras, assim como desenhos e pinturas de sua própria autoria ou de José Wasth Rodrigues, é um longo dossiê com

⁴²⁴ MATTOS, Aníbal. *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Edições Apollo, 1935.

⁴²⁵ Ibid., p. V.

⁴²⁶ MATTOS, Aníbal. *Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais. Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931*, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 402.

⁴²⁷ Ibid., p. 417.

⁴²⁸ Ibid., p. 403.

⁴²⁹ Ibid., p. 404.

informações e reproduções de documentos históricos sobre as cidades mineiras, a começar pela antiga capital do estado.

Ouro Preto é a mais importante das cidades históricas de Minas, ela é por excelência um monumento nacional.⁴³⁰ Não há o que particularizar. Por todos os cantos da velha metrópole se encontra um edifício ligado à tradição; as suas velhas ruas, chafarizes, oratórios; as ruínas de velhas e resistentes construções, os sinais da exploração do ouro, o morro da queimada, o caminho de Mariana, tudo, afinal comove, inspira e recorda o passado. O estado de Minas Gerais, é sem dúvida, dos mais ricos do Brasil em relação ao nosso patrimônio histórico e artístico.⁴³¹

Imagem 28 – “Uma rua em Ouro Preto, vendo-se o célebre chafariz, próximo à Casa dos Contos”.



Fonte: MATTOS, Aníbal. *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Edições Apollo, 1935, p. 336.

Ao descrever a antiga Vila Rica, Mattos elenca, primeiramente, os edifícios religiosos a partir dos mais antigos: São João Batista, Nossa Senhora do Parto e Nossa Senhora da Conceição, construídas no fim do século XVII. Já do início do século seguinte ele destaca a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso e a do Pilar, que datam, ambas, de 1701, mencionando também outros edifícios, como a Capela do Padre Faria, ao mesmo tempo que cita também construções em outras cidades, como Caeté e Mariana. A partir de então, passaram a comentar outras

⁴³⁰ Convém lembrar que esse texto foi escrito antes da elevação de Ouro Preto a Monumento Nacional.

⁴³¹ MATTOS, Aníbal. *Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais. Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. II*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 416.

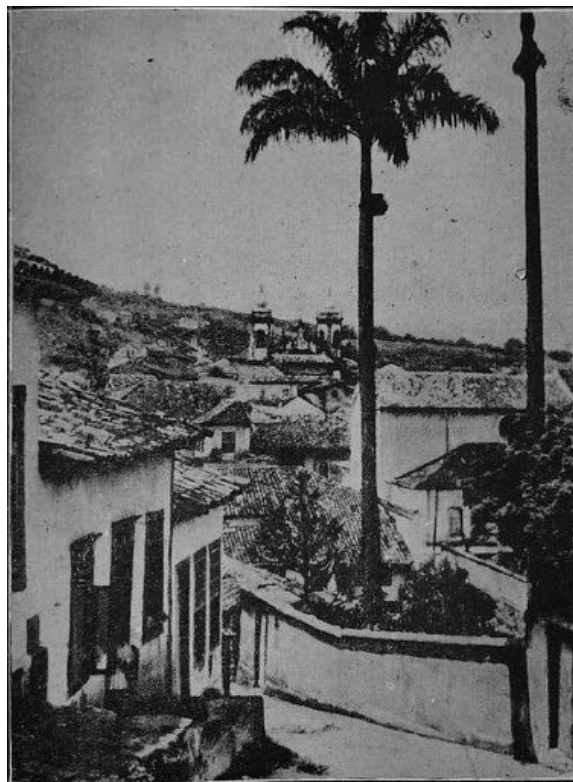
edificações históricas de Ouro Preto, a exemplo do Palácio dos Governadores, da Casa dos Contos, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, do Teatro, os chafarizes e pontes, bem como, as várias “casas históricas”, onde viveram personalidades ligadas à história de Minas Gerais.

Imagem 29 – “Santuário S. Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas do Campo”.



Fonte: MATTOS, Aníbal. *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Edições Apollo, 1935, p. 416.

Imagem 30 – “Aspecto da cidade de S. João d'El-Rey. Ao longe as torres de S. Francisco de Assis”.



Fonte: MATTOS, Aníbal. *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Edições Apollo, 1935, p. 384.

Seguindo a mesma estrutura narrativa ele comenta os monumentos históricos de Mariana, onde destaca as igrejas da Sé, do Carmo, de São Pedro, do Rosário, de São Francisco das Chagas, das Mercês, de Santana e de São Francisco de Assis, além de mencionar outros edifícios, como a Casa de Câmara e Cadeia, o Aljube, e residências particulares. Mattos também descreveu o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, e a cidade de São João del Rei, de onde destaca as igrejas além de edifícios públicos, como a Casa de Câmara e Cadeia, e particulares, além das pontes, e menciona Tiradentes. Fala de Sabará, onde destaca Igrejas, como a do Carmo, chafarizes, além de residências, como o solar Jacinto Dias. Em Barbacena fala da fazenda da Borda do Campo, hoje, no município de Antônio

Carlos. Após arrolar uma extensa lista dos monumentos históricos do estado ele criticou a ausência de iniciativas do governo mineiro em prol da preservação de edificações históricas.

Não existe ainda uma organização oficial que tenha o encargo de defender o nosso patrimônio artístico. Em artigos que publiquei no “Diário de Minas”, antes do início da devastação de nossas obras de arte colonial, chama a atenção do governo mineiro, então entregue à Presidência de Bueno Brandão⁴³² para a defesa de nosso patrimônio contra a possível invasão dos mercadores de antiguidades. As minhas palavras ecoaram no árido deserto da indiferença pública e, anos depois, foi todo o interior de Minas invadido pelos negociantes de alfaia, que nos carregaram quase tudo de precioso que possuíamos em prata lavrada e em jacarandá esculpido (...) Continuamos ainda a campanha a favor de nosso patrimônio, apelando sucessivamente para outros governos... Afinal o presidente Fernando Mello Viana⁴³³ procurou atenuar esse mal, nomeando uma comissão que, segundo me consta, se limitou a providências meramente teóricas.⁴³⁴

A comissão criada, em 1925, por Mello Viana a fim de estudar e sugerir propostas em relação à saída de obras de arte e antiguidades do estado, concluiu que essa era uma matéria que deveria ser tratada federativamente, o que resultou em uma nova proposta de criação de um órgão federal responsável pela proteção do patrimônio nacional, esboçada por Jair Lins, não levando Minas Gerais e criar um órgão estadual para esse fim, como já vimos na introdução deste trabalho. Mattos criticou a pouca ação de Mello Viana e defendeu como de “imperiosa necessidade a criação de um departamento oficial de defesa do patrimônio artístico mineiro, com regulamentos especiais a exemplo do que já fizeram outros Estados do Brasil”,⁴³⁵ deixando evidente que tinha um conhecimento da existência das Inspetorias de Monumentos da Bahia e de Pernambuco.

Os dezessete textos presentes no segundo volume do *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública* referente ao ano de 1931, elaborados pelos mais diversos intelectuais de todas regiões do país, reúnem um conjunto de informações que por si só demandariam um estudo mais aprofundado, que vai além dos objetivos desse trabalho. A diversidade de perfis desses autores não pode ser reunida num único comentário, uma vez que eles possuem as mais diversas origens e posições sociais em seus estados, muitos deles sendo vinculados aos Institutos Históricos

⁴³² Júlio Bueno Brandão governou Minas Gerais duas vezes, a primeira vez entre 1908 e 1909, quando assumiu o cargo após a morte de João Pinheiro, e depois entre 1910 e 1914, quando eleito.

⁴³³ Fernando Mello Viana governou Minas Gerais entre 1924 e 1926.

⁴³⁴ MATTOS, Aníbal. Monumentos Históricos e Artísticos de Minas Gerais. *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931*, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 551-552.

⁴³⁵ Ibid., p. 569.

locais, além de possuírem distintas visões políticas, no entanto, este panorama feito aqui, nos permite evidenciar algumas questões. A primeira delas é que, de forma geral, eram poucos os intelectuais ligados às estruturas governamentais do início da década de 1930 que conceituavam, claramente, o que entendiam por patrimônio, assim como das distinções entre um monumento e um monumento histórico, sendo que em alguns casos eles sequer chegaram a reconhecer a presença de edificações históricas em seus estados. Ainda convém destacar que algumas dessas listagens incorporaram edificações recentes, construídas ao gosto do Ecletismo, resultando daí o seu valor artístico. Tal visão de patrimônio fugia do conjunto que foi preferido, pouco depois, para ficar sob a proteção do órgão federal de preservação, que preferiu proteger bens ligados ao período colonial, e nos mostra que o Sphan reconheceu o valor dessas construções muito tardiamente em relação ao que já era discutido desde antes a sua criação. Sem pormenorizar algumas questões, com exceção das edificações recentes, podemos ainda dizer que o tipo de edifício mencionado nesses textos não vai diferir muito daqueles selecionados, a partir do fim da década, para ficarem sob a proteção do Estado. Embora houvesse diversas menções a edificações civis, públicas e particulares, o grosso do objeto de preservação desses intelectuais seriam as edificações religiosas ligadas ao credo católico, evidenciando as origens sociais tanto desses autores quanto dos intelectuais ligados ao órgão federal criado em 1937.

Ainda convém destacar que, embora tenhamos identificado uma documentação informando que o estado de Sergipe enviou um texto relativo aos seus monumentos, esta não foi publicada no *Anuário*. O texto presente na publicação é relativo ao ensino e educação no estado, de autoria de Helvécio de Andrade, então diretor de Instrução Pública e da Escola Normal do Estado, não constando no *Anuário* qualquer menção à documentação sobre os monumentos enviada por Manoel dos Passos de Oliveira Telles, mencionada na notícia d'O *Jornal* de 22 de janeiro de 1932.⁴³⁶ É a mesma situação de uma suposta listagem de monumentos enviada pelo estado do Espírito Santo, onde no ofício n.º 54 emitido pela Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, publicado no *Diário Oficial da União* em 16 de Março de 1932, trata, explicitamente, de um agradecimento pelo

⁴³⁶ A mesma notícia ainda informa sobre o envio de um texto de autoria de Lysimaco Costa, relativo ao estado do Paraná, entretanto, o texto sobre monumentos é de autoria de Francisco de Paula Dias Negrão. MINISTÉRIO da Educação. O *Jornal*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1932.

envio da lista de monumentos capixabas, no entanto ela tampouco consta no *Anuário*. Também não encontramos indícios de que foram enviadas respostas sobre a presença de monumentos históricos e artísticos pelo Território do Acre e pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro além do Distrito Federal que, naquele momento, era a cidade do Rio de Janeiro.⁴³⁷

Talvez, em função do não atendimento do Distrito Federal ao primeiro pedido realizado pela Diretoria, o Ministro da Educação, Francisco Campos, em 11 de agosto de 1932, solicitou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, que este elaborasse “um trabalho minucioso e documentado sobre os monumentos históricos existentes nesta capital”.⁴³⁸ O ofício do IHGB que respondeu a essa solicitação, reproduzido no jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1932,⁴³⁹ revela que, além de um apoio que Campos daria para que o Instituto realizasse esta tarefa, a comissão de sócios encarregada de desenvolver o trabalho seria composta por Manoel Cícero Peregrino da Silva, Benjamin Franklin Ramiz Galvão e Max Fleiuss. Esta demanda desagradou de pronto José Marianno Filho, que fez uma defesa em prol do patrimônio artístico do país, uma vez que, no seu entendimento, o Instituto faria apenas um levantamento do que seria histórico. Em 6 de setembro, n’*O Jornal*, do Rio de Janeiro, ele escreveu

Não é o critério histórico que eu reclamo, para servir de base ao tombamento dos velhos monumentos arquitetônicos que ainda nos restam. A proteção que eu reclamo, é em favor dos edifícios que possuem mérito artístico, aqueles, cuja conservação se torna necessária, para que, através deles se possa compreender o sentimento de evolução da arte de construir entre nós. Não há inconveniente algum, em resguardar um ou outro, edifício de excepcional mérito histórico, mesmo que não possua interesse artístico.⁴⁴⁰

Embora essa distinção entre valores históricos e artísticos fosse comum no debate daquela época, como podemos perceber, por exemplo, nesse questionamento de Marianno Filho, tendemos a concordar com Aloïs Riegl quando este argumenta que a defesa de uma valorização de méritos artísticos ou históricos não faz sentido. Para Riegl, todo monumento artístico seria, também, histórico, “na medida que representa um estado determinado na evolução das artes plásticas e

⁴³⁷ Ainda não haviam sido criados os estados de Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

⁴³⁸ DISCURSO feito pelo Conde de Afonso Celso em comemoração ao 94º aniversário do IGHB. *Diário Oficial da União*. 24 dez 1932, p.41.

⁴³⁹ OS MONUMENTOS históricos e artísticos da cidade. *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1932

⁴⁴⁰ MARIANNO FILHO, José. A defesa do patrimônio artístico da nação. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1932.

não pode encontrar, em sentido estrito, um equivalente”,⁴⁴¹ assim como todo monumento histórico também seria artístico, uma vez que nele estão registradas informações relativas ao período da história da arte no qual ele está inserido, mesmo que, em alguns casos, essas informações sejam de pouca importância. Segundo essa ótica, Riegl argumenta que o “monumento artístico” é, com efeito, um “monumento de história da arte”, sendo preferível se adotar a determinação de “monumento histórico” para todos eles. Embora o texto de Riegl seja de 1903, este não era o entendimento que os intelectuais brasileiros que participaram da formação do campo patrimonial no país tinham naquele momento, as diferenciações entre valores históricos e/ou artísticos fizeram parte das discussões e, inclusive, estão presentes, até hoje, nos livros que registram os bens protegidos pelo órgão federal de preservação.

José Marianno Filho defendia que o inventário de edificações, públicas ou particulares, que detivessem um valor artístico deveria ser confiado ao Instituto de Arquitetos ou à Escola Nacional de Belas Artes, “sabido como é, que a capacidade do Instituto Histórico é, em matéria de arte, simplesmente nula”.⁴⁴² O arauto do Neocolonial no país era contra a execução dessa tarefa pelo IHGB, pois não acredita que este tivesse qualificação para compreender o processo de desenvolvimento da arte brasileira, que deveria ter seus elos, ou *points-de-repère* como ele chamou, preservados. O texto, na medida em que elogia Francisco Campos pela atitude de inventariar os monumentos da capital, faz duras críticas ao fato da escolha de quem executaria aquele serviço ser “uma associação reconhecidamente incapaz”.⁴⁴³

O Interesse dos políticos brasileiros, que nada entendem de arte, é um fenômeno tão raro, tão inesperado, tão suspeito, que eu me ponho mais uma vez de quarentena. A geração atual não possui cultura artística para compreender a significação social das medidas que insistentemente venho reclamando em prol do patrimônio artístico da nação, exposto a toda sorte de vandalismos. Quando pela cultura se fizer a reação – daqui a um século – restarão do passado da nação meia dúzia de referências literárias. Então, as carpideiras históricas chorarão lágrimas de crocodilo sobre as ruínas do passado que por ignorância não souberam defender.⁴⁴⁴

⁴⁴¹ RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese. Goiânia: UCG, 2006. p. 45.

⁴⁴² MARIANNO FILHO, José. A defesa do patrimônio artístico da nação. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1932.

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ Ibid.

Mais uma vez, José Marianno Filho se ofereceu para a realização de um serviço que lhe foi negado em diversas ocasiões. Quanto à listagem de monumentos elaborada pelo IHGB, não nos foi possível localizá-la, ou sequer saber se ela foi realmente feita, o que se sabe, no entanto, é que, se chegou a ser elaborada, não fez parte do *Anuário*, que só foi publicado anos depois. O que sabe, no entanto é que em 1936 o *Anuário* já estava pronto, como consta na resenha retrospectiva das atividades da Diretoria no sexênio 1931-1936, enviada pela Diretoria de Informações ao já Ministro da Educação Gustavo Capanema. Naquele momento, Capanema foi informado das diversas atividades tomadas pela Diretoria nesse tempo, como a publicação do livro de Aníbal Mattos sobre os monumentos de Minas Gerais e a organização do *Anuário*, ainda não publicado, que conteria “uma série de interessantes monografias sobre os monumentos históricos e artísticos do Brasil”.⁴⁴⁵ Portanto, é de se supor que não era novidade para Capanema a existência de inventários de monumentos pelo país, inclusive a ausência de um sobre o Distrito Federal, questão que, segundo a historiografia construída pelo Sphan, seria o motivo do primeiro interesse do Ministro em se identificar e proteger o patrimônio no país que resultou na criação deste órgão federal. Tampouco a existência de um órgão federal que estava realizando serviços de conservação e restauração em edificações históricas era de desconhecimento de Capanema, já que o Museu Histórico Nacional, instituição criada em 1922 e incorporada ao Ministério da Educação quando da sua criação, em 1930, havia criado uma Inspetoria de Monumentos, em 1934, como veremos a seguir.

3.1.3 A elevação de Ouro Preto a Monumento Nacional e as ações da Inspetoria de Monumentos do Museu Histórico Nacional.

Fundada em 8 de julho de 1711, a partir da junção de vários arraiais de garimpos de ouro, a Vila Rica de Albuquerque, depois renomeada para Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, foi o principal núcleo urbano ligado às atividades auríferas no Brasil. Designada em 1720 para ser a capital da província de Minas Gerais, a cidade foi berço de uma parcela significativa da produção artística

⁴⁴⁵ RESENHA retrospectiva das atividades da Diretoria no sexênio 1931-1936. *Diário Oficial da União*, 29 maio 1937, p.6.

brasileira durante o período colonial, bem como de um dos mais conhecidos movimentos contra a dominação portuguesa no Brasil, a Inconfidência Mineira. Ao longo do século XIX, o prestígio de Ouro Preto foi decaindo em função, principalmente, da redução das atividades mineradoras, culminando na mudança da sua principal atividade econômica. Uma questão que se acentuou com a transferência da capital para uma nova cidade projetada. A mudança da capital mineira foi prevista pela Constituição do Estado, em 1891, no entanto, o novo centro administrativo de Minas Gerais só começou a ser construído em 1894, e a transferência para Belo Horizonte se deu em 12 de dezembro 1897. Fatores que levaram a essa mudança estão relacionados aos mesmos que causaram as profundas reformas urbanas que modificaram os centros de capitais como o Rio de Janeiro, o Recife e Salvador. No imaginário daquela época, Ouro Preto era vista como uma cidade desordenada, insalubre e envelhecida. Caion Meneguello defende que, a partir da transferência da capital, Ouro Preto assumiu um caráter de cidade histórica, iniciando um processo de valorização da sua importância num contexto nacional, não mais como um centro político, mas sim histórico, a guardiã de uma memória nacional e “representante da história do povo brasileiro”.⁴⁴⁶

Datam da década de 1890 as primeiras atitudes documentadas em relação à valorização histórica de Ouro Preto. E dizer em valorização histórica é referir-se às ações voltadas à distinção de um caráter de testemunho da história, ou de prova documental, genuína e incontestável, imanente à cidade em questão. Para tanto, em 21 de abril de 1893, em data que comemorava a morte do mártir Tiradentes, foi inaugurado em Ouro Preto o monumento em sua homenagem (...) Tiradentes era eternizado e a cidade recebia em seu seio a marca de seu maior símbolo histórico.⁴⁴⁷

Após mudança da capital para Belo Horizonte, Ouro Preto ainda sofre um grande esvaziamento populacional, quando quase metade da população do local abandonou a cidade num curto espaço de tempo. Funcionários públicos, comerciantes, profissionais liberais deixaram aquele lugar, que, rapidamente foi desvalorizado, deixando um cenário evidente de abandono nas ruas da antiga Vila Rica. Somente a partir do século XX que tiveram início as primeiras demandas de preservação desse conjunto urbano. Caion Meneguello considera que foram as

⁴⁴⁶ NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2007, p. 5.

⁴⁴⁷ Ibid., p. 78.

comemorações do bicentenário da cidade, ocorrido em 1911, quem fizeram emergir ali os primeiros discursos preservacionistas.

As comemorações do Bicentenário tiveram um caráter manifestamente apologético e propagandístico no que se refere ao caráter histórico de Ouro Preto. Personalidades de relevo político, religioso e social ante a sociedade mineira estiveram presentes nesta festividade e saldaram [sic] Ouro Preto em suas características artísticas, seus prédios históricos, sua arquitetura singular e sua beleza pitoresca, de modo a ressaltar seu papel de símbolo de um passado e de uma tradição histórica.⁴⁴⁸

A partir daquele momento, foram pleiteadas iniciativas de preservação da cidade pelos mais diversos políticos e intelectuais. Um deles foi Alceu Amoroso Lima que, após visitar a antiga Vila Rica, em 1916, acompanhado de Rodrigo Mello Franco de Andrade, escreveu o artigo *Pelo Passado Nacional*, onde relata essa visita às cidades históricas mineiras e critica diversas demolições de monumentos pelo país, ao passo que defende, também, a criação de uma lei “à sombra da qual possam viver respeitados os vestígios dos nossos primeiros anos, como colônia e como nação”.⁴⁴⁹ Esses vários intelectuais viam na antiga capital mineira um passado colonial quase intacto, livre das modernizações pelas quais haviam passado cidades como o Recife, o Rio de Janeiro e Salvador, e que deveria ter a sua preservação assegurada pelo poder público. De forma cada vez mais comum, ao longo da década de 1920, apareceram na imprensa os mais diversos relatos de viagens às cidades históricas de Minas Gerais, exaltando que um passado do país estaria ali, preservado, embora em péssimo estado de conservação, gerando sugestões para se proteger aquele patrimônio. Muitas dessas propostas envolviam a possibilidade de se elevar a cidade a Monumento Nacional e até mesmo que uma possível “salvação” seria transformando-a em uma cidade universitária, como aparece em um artigo do *Diário Nacional*, da cidade de São Paulo.⁴⁵⁰ No mesmo dia da publicação desse texto, o *Diário Nacional* também relatou a viagem feita por João Batista Luzardo, deputado federal pelo Rio Grande de Sul, à Minas e noticiou que, ao retornar ao Rio de Janeiro, Luzardo propôs à mesa da Câmara Federal, juntamente com o conterrâneo Joaquim Francisco de Assis Brasil, que se nomeasse uma comissão de cinco deputados para formular um projeto de lei visando a preservação

⁴⁴⁸ NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2007, p. 6.

⁴⁴⁹ LIMA, Alceu Amoroso. Pelo passado nacional. *Revista do Brasil*, nº. 9 – ano I, Setembro de 1916.

⁴⁵⁰ OURO Preto, Monumento Nacional. *Diário Nacional*, São Paulo, 25 out. 1929.

de “quaisquer sítios, monumentos ou edifícios dignos, por alguma razão histórica, ou estética, de serem considerados patrimônio da educação nacional.”⁴⁵¹ Além disso, o projeto de lei contaria com uma indicação de que Ouro Preto fosse erigida a Monumento Nacional, sendo criado, para a sua conservação, um conselho técnico formado pelas administrações municipais, estaduais e federais.

Uma resposta do poder público nesse sentido só se deu com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder que, em função de Ouro Preto ter sido o “teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade” além de possuir “velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação”,⁴⁵² através do decreto n.º 22.928, de 12 de julho de 1933, elevou a antiga capital do estado de Minas Gerais ao posto de Monumento Nacional.

The municipal government of Ouro Preto had hoped that the decree would boost tourism, only to discover that inferior accommodations, poor road conditions, and lack of habit made historical tourism into the interior unattractive to all but the most adventurous. Decree 22.298 made no provisions for any special federal subsidies, leaving the municipal and state governments to shoulder the cost of maintaining and restoring the town's decaying churches, bridges, fountains, and civil constructions.⁴⁵³

Em Ouro Preto, o desenvolvimento turístico sempre esteve relacionado aos projetos preservacionistas do lugar, que contou com uma legislação municipal tratando da manutenção do aspecto da cidade já em 1931. Tal legislação, visando uma valorização como destino turístico, proibiu a construção de novas edificações que não estivessem de acordo com o estilo colonial da cidade, determinando ainda que aquelas existentes em desacordo deveriam ser compatibilizadas, quando da necessidade de uma reforma. Entretanto, o turismo só seria uma ferramenta utilizada de forma efetiva em Ouro preto a partir da atuação do Sphan, como nos mostra Leila Bianchi.⁴⁵⁴ Uma dessas ações do Serviço, foi a articulação em torno da

⁴⁵¹ O SR. BATISTA Luzardo, hoje na Câmara, vai referir-se à excursão que fez pelo interior mineiro. *Diário Nacional*, São Paulo, 25 out. 1929.

⁴⁵² Decreto N.º 22.928, de 12 de julho de 1933.

⁴⁵³ O governo municipal de Ouro Preto esperava que o decreto impulsionasse o turismo, apenas para descobrir que acomodações inferiores, más condições das estradas e falta de hábito tornavam o turismo histórico no interior pouco atraente para todos, menos para os mais aventureiros. O Decreto 22.298 não previa subsídios federais especiais, deixando os governos municipal e estadual arcar com os custos de manutenção e restauração das igrejas, pontes, fontes e construções civis da cidade. [em tradução livre]. WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 95-96.

⁴⁵⁴ AGUIAR, Leila Bianchi. Projetos nacionais de preservação do patrimônio: promoção, divulgação e turismo nos sítios urbanos patrimonializados durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade. *90 anos do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p. 186-194.

construção de um hotel na cidade bem como a publicação, em 1938, de um guia turístico escrito por Manuel Bandeira. O poeta, quando da elevação da cidade a Monumento Nacional, escreveu uma crônica que foi publicada no jornal *Estado de Minas*, de Belo Horizonte, em 20 de julho de 1933.

Não sei se estarão implícitas em seus cinco artigos as medidas que assegurem a permanência da fisionomia tradicional da cidade. (...) Alguma já existe nela que está prejudicando a admirável harmonia do conjunto, pouca coisa felizmente (lembra-me de repente certa casinhola “moderna” de um lente da Escola de Minas). Apagar esses borrões e evitar que de futuro outros se comentem- eis o que eu desejaria que nos promettesse o decreto. Se não é assim, conviria que o governo de Minas acompanhasse o gesto da União, completando-lhe o decreto, que parece salvaguardar, ao menos, os edifícios públicos e as igrejas.⁴⁵⁵

Imagem 31 – Largo do Coimbra com Mercado e a Igreja de São Francisco de Assis ao fundo, Ouro Preto. Eric Hess, 1939.



Fonte: Acervo Arquivo Central do Iphan.

O decreto foi mais simbólico do que substancial, na medida em que entregou a manutenção das edificações, bem como das obras de artes ali existentes, aos cuidados do governo estadual e da municipalidade, eximindo o governo federal de

⁴⁵⁵ BANDEIRA, Manuel. Ouro Preto, Monumento Nacional. *Crônicas inéditas* 2. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 58-59.

uma responsabilidade na manutenção daqueles monumentos históricos. No entanto, uma questão que ainda gera debates é quem teria sido o responsável por aquela ação. Segundo Daryle Williams, a elevação de Ouro Preto a Monumento Nacional foi apresentada a Getúlio Vargas pelo Ministro da Educação, naquele momento, cargo ocupado pelo mineiro Washington Pires. O Ministro teria argumentado com o Presidente que essa atitude do Governo Provisório seria interpretada de duas maneiras: por um lado o Brasil estaria protegendo a sua identidade nacional, ao passo que por outro, estaria inserindo o país num seleto grupo de países civilizados que preservam seu passado. A preservação de Ouro Preto seria, portanto, utilizada como um instrumento para o ingresso do Brasil no rol dos países civilizados.

Por outro lado, Maria Tarcila Guedes coloca que esse reconhecimento tem origem em uma proposta surgida no primeiro Congresso Pan-Americano de Geografia e História, ocorrido, no Rio de Janeiro, em 1932, sobre o qual comentamos na introdução. Guedes relata que uma das atividades realizadas pelos congressistas foi uma viagem à cidade mineira, onde se debateu a ideia de protegê-la como Monumento Nacional. Após o retorno da comitiva ao Rio de Janeiro, uma proposta feita por Gastão Penalva foi aprovada por todos os congressistas e “ficou decidido que se telegrafasse para o chefe do governo provisório para lhe pedir que se decretasse, a partir daquela data, a cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional”.⁴⁵⁶ Talvez os membros da delegação brasileira presentes no evento tivessem tamanha influência no Governo Provisório de Getúlio Vargas e conseguiriam, naquele momento, transformar a cidade em Monumento Nacional, atendendo a um pleito de uma parte da intelectualidade brasileira que se debruçava sobre a questão da preservação de monumentos históricos. No entanto, essa não é uma questão que se pode ver isolada, tampouco se pode negar que a preservação de Ouro Preto já era debatida há um tempo e que a ascensão das cidades históricas mineiras no imaginário preservacionista do país já vinha se dando há alguns anos, como se pode ver nas diversas manifestações em prol da preservação da cidade, inclusive sendo alguns dos seus monumentos históricos objeto de obras de conservação desde, pelo menos, a década anterior.

⁴⁵⁶ BUSTAMANTE, Octavio apud GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A Preservação do Patrimônio Cultural e o Contexto Pan-americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 34.

Em *A defesa do nosso passado*, Gustavo Barroso comenta sua primeira visita, feita em 1926, a Ouro Preto, a que ele chamou de “relicário arquitetural”,⁴⁵⁷ e descreve a má situação de conservação de vários dos seus monumentos históricos, tais como casas, igrejas e fontes. No mesmo texto Barroso relata que retornou à cidade dois anos depois e se deparou com uma situação ainda pior: a casa onde teria vivido Marília de Dirceu havia sido demolida, o telhado da Igreja do Rosário se encontrava afundado, ameaçando desabar, assim como parte da cobertura da Casa dos Contos. Da antiga capital, ele seguiu para Belo Horizonte, onde encontrou-se com o então presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Num encontro que “durou mais de duas horas”, Barroso diz que fez sentir ao governador “a obrigação governamental de defender o patrimônio da história mineira”⁴⁵⁸ e conseguiu a liberação de verbas para as obras “urgentes” na cidade. A reparação de algumas das construções ouro-pretanas foi realizada entre 1928 e 1930, e, ao que tudo indica, se trataram apenas de obras de conservação e limpeza, sem grandes intervenções. Barroso, que fiscalizou a aplicação dos recursos, acompanhou diretamente os serviços nos chafarizes da Glória e dos Contos e nas igrejas do Carmo, de São Francisco de Assis e do Pilar, além do trabalho realizado no telhado da Igreja do Rosário, onde José Wasth Rodrigues desenhou os bancos da nave e as grades de ferro para a galilé do templo “rigorosamente dentro do estilo de época”,⁴⁵⁹ leia-se, ao gosto do Neocolonial. Em relação à igreja de São Francisco de Assis, em uma carta de 1º de novembro de 1928, destinada a Antônio Carlos, Barroso comentou que ali havia “um rodapé de azulejos brancos modernos que deve ser retirado quanto antes reestabelecendo a parede lisa de outrora”, ou então de algumas portas e balaustradas, que foram pintadas imitando madeira, quando deveria ser apenas enceradas ou envernizadas, porém, neste último caso, reconheceu que “falece-me autoridade para intervir; mas julgo que se deva sanar isso reestabelecendo-se a obra antiga como era de verdade”.⁴⁶⁰ Aparentemente a intenção de Barroso era apenas consertar o que estava mal conservado, ou em ruínas, sem realizar intervenções de grande porte, a exemplo da feita na Igreja da

⁴⁵⁷ BARROSO, Gustavo. *A defesa do nosso passado*. Texto manuscrito, Arquivo Gustavo Barroso, Acervo do Museu Histórico Nacional, p. 6.

⁴⁵⁸ Ibid., p. 9.

⁴⁵⁹ Ibid., p.12.

⁴⁶⁰ ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 31.

Madre Deus, pela Inspetoria de Monumentos de Pernambuco, poucos anos mais tarde. As obras ficaram a cargo do engenheiro Epaminondas de Macedo, engenheiro de viação por formação, que, mais tarde, voltaria a colaborar com Barroso, sendo, ainda, incorporado ao próprio Sphan, a partir de 1937.

Segundo Gustavo Barroso, havia uma intenção do Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, em transformar a Casa de Contos num museu e sede de um serviço de proteção do patrimônio mineiro, ideia que, no entanto, não prosseguiu, de acordo com o próprio Barroso, em função das mudanças advindas com a Revolução de 1930. Ainda no artigo *A defesa do nosso passado*, ele propõe que a ideia de se restaurar monumentos históricos no país havia nascido naquele instante, com essa iniciativa de Antônio Carlos, e ainda demonstrou familiaridade com alguns teóricos da Restauração, a exemplo de Viollet-le-Duc. Esses conhecimentos acerca de teóricos da restauração bem como da produção arquitetônica brasileira ficam evidentes em vários dos textos encontrados no seu arquivo pessoal, pertencente ao Museu Histórico Nacional, como *Restauração de Monumentos e Objetos*, onde detalha diversas teorias de restauração, resumindo os seus princípios, assim como em *Noções sobre arquitetura*, onde expõe seus conhecimentos sobre a história da arquitetura brasileira, destacando a Casa da Torre, na Bahia, e o engenho Megahype, em Pernambuco, e argumenta que os “viveiros” da produção barroca e rococó no país estariam em “S. Luiz do Maranhão, Olinda, Recife, Bahia, Rio de Janeiro e Minas”.⁴⁶¹ Foi com essa consultoria, dada ao governo mineiro, que Gustavo Barroso começou a construir uma autoridade para lidar com questões ligadas ao patrimônio edificado no país, dando a ele um certo reconhecimento na área, pelo menos, na primeira metade da década seguinte.

Gustavo Dodt Barroso nasceu, em 1888, na cidade de Fortaleza, filho de Antônio Barroso e Ana Dodt Barroso, falecida poucos dias após o nascimento do filho, fazendo com que ele fosse criado pelo pai, avó e tias paternas. Aline Montenegro Magalhães coloca que as origens sociais de Barroso estão baseadas num “tradicional clã rural em pleno declínio material, que participou ativamente dos

⁴⁶¹ BARROSO, Gustavo. *Noções sobre arquitetura*. Arquivo Gustavo Barroso, Acervo do Museu Histórico Nacional.

principais acontecimentos políticos do Ceará entre 1840 e 1880”.⁴⁶² Alfabetizado em casa, pelas tias, Barroso ingressou, em 1907, na Faculdade Livre de Direito do Ceará, onde teria começado a se engajar politicamente e a participar da vida cultural de Fortaleza, quando, em 1910, mudou-se, para o Rio de Janeiro, onde se bacharelou pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em 1912. Nesta década que ele assumiu diversos cargos públicos, a exemplo de Secretário-geral da Superintendência da Defesa da Borracha, em 1913, e, no ano seguinte, com a eleição do seu primo, Benjamin Liberato Barroso, ao governo do Ceará, assumiu a Secretaria do Interior e da Justiça do Estado. Sempre atuando ao lado das elites dominantes, em 1915, Barroso foi eleito deputado federal e, no seu desempenho enquanto parlamentar, temas como a seca do Nordeste, o cangaço e o controle da imigração foram recorrentes, assim como a busca por formas de celebrar tradições militares, como a proposta para a criação da Guarda de Honra presidencial, os Dragões da Independência. Aline Magalhães ainda coloca que Barroso, ao se deparar com as diversas transformações ocorridas no país no início do século XX, viu os seus referenciais serem destruídos pela modernidade e daí nasceu o seu empenho em “salvar o passado”. Para ela,

Sua atitude apontava para uma possibilidade de reviver um tempo considerado ideal, dentro de uma perspectiva romântica de lidar com épocas mortas. O que importava para este intelectual era viver na autenticidade de um passado que lhe despertava amor, saudade e desejo.⁴⁶³

Estas posturas estão espalhadas por toda a produção intelectual de Barroso, como no seu livro de memórias, onde ele detalha a casa que cresceu na infância, pontuando sempre essa descrição com adjetivos como “antigo” e “velho”. Mário Chagas destaca que essas adjetivações não tinham um sentido pejorativo, pelo contrário, serviam para qualificar os objetos e as práticas ali presentes mostrando que ele havia crescido “num ambiente cercado de coisas e de pessoas cujas raízes estavam fincadas num outro tempo”.⁴⁶⁴ Ainda segundo Mário Chagas, a história para Barroso “era vivida no território do passado, no qual habitavam e do qual vinham as

⁴⁶² MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p.120.

⁴⁶³ MAGALHÃES, Aline Montenegro. A curta trajetória de uma política de preservação patrimonial: a Inspetoria de Monumentos Nacionais, 1934-1937. *Anais do Museu Histórico Nacional – vol. 36 (2004)*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2004, p.12-13.

⁴⁶⁴ CHAGAS, Mario de Souza. A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009, p.75.

coisas velhas”,⁴⁶⁵ e foi quem condicionou a sua forma de mediar o passado. Aline Magalhães defende que Gustavo Barroso deu as costas ao presente para ancorar sua visão de mundo no passado idealizado “no qual buscava referências para entender o seu tempo, reconhecer sua nação e trilhar os passos para um futuro promissor”.⁴⁶⁶ Barroso está inserido num meio intelectual que se destacou na primeira metade do século XX, especialmente entre as décadas de 1920 e 1940, por tentar construir uma nação a partir da valorização de elementos do passado do país, no seu caso, “na tentativa de fazer ‘reviver as tradições’”.⁴⁶⁷ Ele foi um intelectual e político que sempre defendeu permanências, reafirmando tradições do Estado, do Exército e das Oligarquias, além de ser uma das figuras principais da Ação Integralista Brasileira, movimento político de natureza fascista fundado, em 7 de outubro de 1932, por Plínio Salgado. Na sua visão, “o Brasil deveria ser visto como um país católico e a Igreja, concebida como um dos aliados do Estado no processo de integração e civilização da nação.”⁴⁶⁸

De parte do seu projeto de construção da nação fazia a criação de um museu “destinado a guardar relíquias do nosso passado, cultuando a lembrança dos nossos grandes feitos e dos nossos grandes homens”,⁴⁶⁹ que se concretizou, em 2 de agosto de 1922, quando o presidente Epitácio Pessoa, em meio às comemorações do centenário da independência do país, criou o Museu Histórico Nacional, nomeando Barroso para o cargo de Diretor. Ele ocupou este cargo até o fim da vida, em dezembro de 1959, tendo sido afastado do posto somente uma vez, entre dezembro de 1930 e novembro de 1932, por ordem de Getúlio Vargas em razão de, supostamente, ter apoiado a candidatura de Júlio Prestes ao pleito presidencial de 1930. Nesse intervalo, a direção do museu ficou a cargo do historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rodolfo de Amorim Garcia. A ideia para a criação de um departamento, dentro do Museu, que estivesse voltado à preservação

⁴⁶⁵ Ibid., p.76.

⁴⁶⁶ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p.25.

⁴⁶⁷ Ibid., p.137.

⁴⁶⁸ Ibid., p.37.

⁴⁶⁹ BARROSO, Gustavo. Museu Militar. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 set. 1911.

de edificações históricas, assim como do Curso de Museus,⁴⁷⁰ surge em documentos assinados por Garcia, mais precisamente o Relatório sobre as atividades do Museu Histórico Nacional, enviado para o Ministério da Educação e Saúde, em 1931.

Duas sugestões, Sr. Ministro, cabem aqui, como propostas que tenho a honra de fazer, tanto para a maior eficiência administrativa, como para a consecução dos fins culturais da nossa instituição, eminentemente educacional. Uma é referente ao “Curso de Museus” (...) A outra proposta é a de uma Inspetoria de Monumentos.⁴⁷¹

Essa Inspetoria teria como função tanto proteger objetos históricos e artísticos de serem evadidos do país como de evitar a destruição, seja por arruinamento, seja intencional, das edificações históricas, porventura, ainda existentes. Neste mesmo relatório, Garcia mostra um bom conhecimento acerca do estado da arte da preservação do patrimônio brasileiro naquele momento, citando as ações do governo mineiro bem como as inspetorias de monumentos criadas na Bahia e em Pernambuco, na década de 1920. O diretor do Museu tinha a intenção de desenvolver trabalhos articulados “de tombamento, avaliação, classificação e defesa dos mesmo monumentos, cujo interesse histórico artístico reclama a assistência dos poderes públicos”,⁴⁷² tanto com os estados quanto com instituições particulares e centros de turismo, dentre outras organizações.

Naquela primeira metade da década de 1930, foram diversas as propostas de criação de uma Inspetoria Nacional de Monumentos, mas que não foram adiante. O *Diário de Pernambuco* relata que em 1933⁴⁷³ estava sendo estudada a criação de uma Inspetoria de Monumentos com sede em Ouro Preto, que ficaria a cargo de Augusto de Lima Júnior.⁴⁷⁴ No ano seguinte, o *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, relatou uma reunião do Conselho Nacional de Belas Artes onde se discutiu a preservação dos monumentos históricos e das obras de arte da capital, sendo aprovada uma proposta de decreto, assinada por Modestino Kanto, José Marianno

⁴⁷⁰ Esse curso tinha o objetivo de formar técnicos para trabalharem no Museu Histórico Nacional e que acabou se transformando no primeiro curso de formação superior em museologia do país.

⁴⁷¹ Relatório da 1ª Secção apresentado ao Sr. Dr. Rodolfo de Amorim Garcia, Diretor do Museu Histórico Nacional, pelo Chefe de Secção Joaquim Menezes de Oliva, em 15 de janeiro de 1932. Arquivo Institucional. Acervo do Museu Histórico Nacional.

⁴⁷² Ibid..

⁴⁷³ INSPETORIA de monumentos históricos nacionais com sede em Ouro Preto. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1º ago. 1933.

⁴⁷⁴ Antônio Augusto de Lima Júnior, foi um advogado, jornalista e historiador mineiro, que já na década de 1920, escrevia sobre a questão da preservação do patrimônio no país.

Filho, Adalberto Mattos, Guerra Duval e Alfredo Galvão, para a criação de uma “Inspetoria de Monumentos Públicos de Arte”, ligada ao Ministério da Educação, que deveria proteger “os monumentos arquitetônicos que apresentem real interesse artístico, cuja conservação se faça necessária ao estudo do desenvolvimento arquitetônico da nação”.⁴⁷⁵ Contudo, essa ideia da Inspetoria veio se consolidar nas dependências do Museu Histórico Nacional, instituição que tinha um grande prestígio com Getúlio Vargas. Segundo Daryle Williams,

the Vargas regime found in the MHN an institution whose original ideological and methodological mission of preserving the material goods of the Brazilian past coincided with the regime's interests in the reconciling tradition and modernity through the preservation and exhibition of the national historical patrimony.⁴⁷⁶

Williams mostra que, ao longo da Era Vargas, as instituições culturais tiveram uma posição privilegiada não só por promoverem a proteção e a preservação de uma história do país, mas também por estarem envolvidas com a agenda autoritária e nacionalista do Regime, que valorizava a proteção de um patrimônio representativo dessa história. A importância que Getúlio Vargas dava ao Museu Histórico Nacional foi tamanha que, ainda em 1930, o chefe do Governo Provisório doou para o acervo do museu uma bandeira usada, no Paraná, pelos apoiadores do seu movimento revolucionário. A inserção desse objeto num Museu que consagrava relíquias histórias ligadas a figuras do passado, a exemplo de Dom Pedro I, Tiradentes e o Duque de Caixas, ainda evidencia a importância que o próprio Vargas estava dando ao seu governo naquele momento. Ainda de acordo com Daryle Williams, com essa ação, Getúlio Vargas

insinuated itself among the greatest figures and movements of the Brazilian past. Within the MHN, the flag, and by extension the Revolution of 1930, quickly became a part of the museum's testimonial to the difficult, yet glorious, process of forging a strong, independent, and unified Brazilian nation-state.⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ NA REUNIÃO do Conselho Nacional de Belas Artes. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 28 de jun. 1934.

⁴⁷⁶ O regime de Vargas encontrou no MHN uma instituição cuja missão ideológica e metodológica original de preservar os bens materiais do passado brasileiro coincidiu com os interesses do regime em reconciliar tradição e modernidade através da preservação e exibição do patrimônio histórico nacional [em tradução livre]. WILLIAMS, Daryle. “Ad perpetuam rei memoriam”: The Vargas Regime and Brazil's National Historical Patrimony, 1930-1945. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 31, No. 2, Getúlio Vargas and His Legacy (Winter, 1994), p. 49.

⁴⁷⁷ Insinuou-se entre as maiores figuras e movimentos do passado brasileiro. Dentro do MHN, a bandeira, e por extensão a Revolução de 1930, rapidamente se tornou parte do testemunho do museu sobre o difícil, mas glorioso processo de forjar um estado-nação brasileiro forte, independente e unificado [em tradução livre]. Ibid.

O processo de invenção de uma nação passava pela construção de um passado comum para o país, passado este representando, também, por monumentos históricos que precisariam ser protegidos pelo poder público. A criação de uma Inspetoria de Monumentos, responsável por essa ação, sugerida por Rodolfo Garcia, foi levada adiante pelo Governo Federal a partir do retorno de Gustavo Barroso à direção do Museu, no fim de 1932. No primeiro relatório de atividades, após reassumir o cargo, Barroso destacou que

Permita-me V. Ex. que, sugerindo o aumento da dotação do Museu, lembre a conveniência de lhe ser confiado o serviço de fiscalização e defesa do patrimônio histórico-artístico do Brasil, coordenando, quanto antes, na medida reclamadas de todo país, pra que se poupem à destruição os monumentos do passado, já tão sacrificados pela ignorância e desleixo de uns, pela maldade e espírito mercantil de outros, o que entretanto representam uma inestimável riqueza tradicional.⁴⁷⁸

Barroso estava tomando para si a missão de criar, dentro da estrutura do Museu Histórico Nacional, um órgão responsável pela proteção do patrimônio no país, curiosamente esta não foi uma questão que veio à mente quando da sua primeira intervenção na cidade, na década anterior, uma vez que já ocupava esse cargo de direção. É importante destacar que, nesse interregno das ações, Barroso esteve na Bahia e em Pernambuco, vendo de perto as ações das Inspetorias de Monumentos nos dois estados. O pedido foi reiterado no relatório do ano seguinte.

Devo, outrossim, insistir na necessidade, que reconheço presente, de regular o Governo a defesa do patrimônio histórico e artístico do país, nos termos da sugestão em que Relatório passados tive a honra de fazer. Enquanto não tivermos uma organização administrativa acauteladora daquele patrimônio, e, em harmonia com uma legislação adequada, meios de prevenção contra os assaltos que constantemente sofrem os monumentos históricos do Brasil, mal protegidos pelos poderes locais dos Estados e municípios, continuaremos a assistir a devastação da nossa riqueza tradicional e a mutilação de gloriosos vestígios do nosso passado. Toda nação moderna tem por ponto de honra a conservação dos seus monumentos patrióticos. Há nos países adiantados, assim antigos como recentes, repartições especializadas na defesa e estudo do patrimônio de arte, que representa considerável e crescente valor. No Brasil não me parece aconselhável a criação de um organismo especial para tal função: o Museu Histórico Nacional, sem ônus para os cofres federais, poderia realizar aquela tarefa, com a atribuição, que por decreto se lhe conferisse, de “Inspetoria de Monumentos Nacionais”. É uma ideia, Sr. Ministro, para a qual peço permissão para chamar a atenção de V. Ex., certo dos grandes benefícios que traria para o interesse público.⁴⁷⁹

⁴⁷⁸ Relatório apresentado ao Exm.º Sr. Ministro pelo Diretor do Museu Histórico Nacional – Ano 1932. Arquivo Institucional. Acervo Museu Histórico Nacional.

⁴⁷⁹ Relatório apresentado ao Exm.º Sr. Ministro pelo Diretor do Museu Histórico Nacional – Ano 1933. Arquivo Institucional. Acervo Museu Histórico Nacional.

A preservação do patrimônio edificado havia adquirido, em Barroso, um caráter patriótico de modernização do país, pois, era uma questão que dizia respeito às nações modernas e desenvolvidas. Foi também uma maneira encontrada pelo diretor de expandir a sua atuação na construção de um passado para o país, até então, atividade contida no Museu Histórico Nacional. Esse desejo se concretizou quando, após uma conversa com o Ministro da Educação, Washington Pires,⁴⁸⁰ este “decidiu numa noite a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, primeiro organismo oficial do Brasil encarregado da defesa dos nossos monumentos.”⁴⁸¹ Aline Magalhães coloca que o pedido para a criação da Inspetoria feito por Barroso estava em consonância com um movimento internacional que demandava a proteção de edificações históricas bem como instituições de educação, ciência e cultura, que culminou com a assinatura do Pacto Röerich, em 1935. Esta relação está explicitada no ofício n.º 88, de 5 de junho de 1934, do Diretor do Museu para Heitor de Farias, Diretor Geral do Expediente do Ministério da Educação.

Sendo o referido Pacto obra da diplomacia americana, sendo obra de verdadeiro espírito de amor às coisas da Humanidade, o Brasil pela sua tradição de cordialidade, de pacifismo, de dedicação às boas causas, não pode ficar alheio ao mesmo, devendo apressar-se em dar-lhe a sua assinatura. (...) A proteção do tesouro cultural brasileiro, segundo o texto do Pacto, implica a necessidade duma legislação interna que assegure o respeito a esse tesouro; como também a organização do catálogo das relíquias e monumentos, dependentes daquela lei. Esta Diretoria, por solicitação vossa, já se manifestou favoravelmente quanto à lei em questão. Agora, coerentemente, se manifesta a favor da coparticipação do Brasil no Pacto Roerich.⁴⁸²

Além disso e, talvez, em função das boas relações que o Diretor do Museu tinha com o grupo mineiro que ascende ao poder em 1930, Barroso foi designado, pelo ministro Washington Pires, representante do Brasil na Comissão Internacional de Monumentos Históricos da Liga das Nações, como se percebe através do ofício n.º 24, de 4 de maio daquele ano. Eram ações que estavam validando a nomeação de Barroso para gerir o primeiro órgão federal de proteção de edificações históricas, a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, que, teve prevista, inicialmente, uma atuação em todo o país, em cidades como Olinda e Salvador. No entanto, as ações

⁴⁸⁰ Washington Ferreira Pires havia assumido o Ministério da Educação e Saúde em 16 de setembro de 1932, indicado por Olegário Maciel, em substituição a Francisco Campos, que havia deixado o cargo em 25 de julho de 1932.

⁴⁸¹ BARROSO, Gustavo. *A defesa do nosso passado*. Texto manuscrito, p.17. Arquivo Gustavo Barroso, Acervo do Museu Histórico Nacional,

⁴⁸² Ofício n.º 88, de 5 de junho de 1934. Arquivo Institucional. Acervo do Museu Histórico Nacional.

desenvolvidas pelo órgão, ao longo dos seus anos de atuação, se concentraram, apenas, na cidade de Ouro Preto. Talvez em função da curta existência do órgão e dos poucos recursos, Barroso tenha optado por concentrar suas ações naquela que foi a primeira cidade do país a ser reconhecida como Monumento Nacional, vista por ele como o “berço da nação”. Estas ações estão bem detalhadas num dossiê existente no Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional que trata da atuação do órgão, sendo que, grande parte dessa documentação foi publicada nos *Anais do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944)*.

A criação da Inspetoria se deu com a publicação do novo regulamento do Museu Histórico Nacional, através do decreto nº. 24.735, de 14 de julho de 1934, que já na alínea “C” do seu primeiro artigo determinava que o Museu teria por fim “exercer a inspeção dos Monumentos Nacionais e do comércio de objetos artísticos históricos”.⁴⁸³ O texto desse regulamento pode ser visto como bastante simplificado se o compararmos aos projetos, até então, apresentados ao Congresso Nacional para a criação de um órgão de proteção de edificações históricas. Em nenhum dos onze artigos de que tratam da Inspeção de Monumentos Nacionais há uma clareza do que seriam esses bens protegidos, tampouco estão definidas as formas de proteção dessas edificações. Na análise, feita por Aline Magalhães, do anteprojeto da Inspetoria de Monumentos Nacionais, encontrado como anexo de uma correspondência enviada por Gustavo Barroso a Washington Pires, existem dezessete artigos que tratam da proteção do Patrimônio nacional e de bens móveis e imóveis, no entanto, pouco disso foi aproveitado e somente em dois artigos encontramos questões ligadas diretamente à proteção de edificações históricas, ao passo que o restante do texto trata do comércio de antiguidades. Para Magalhães, “parecia que o controle sobre a circulação de objetos antigos com valor histórico, como uma possibilidade de enriquecer o acervo museológico, se constituía na principal preocupação do regulamento, logo, da Inspetoria”.⁴⁸⁴ Vemos essa questão de forma bastante explícita no artigo número 76 do regulamento, que previa que “os objetos apreendidos por infração destes dispositivos passarão a fazer parte do

⁴⁸³ Decreto nº. 24.735, de 14 de julho de 1934.

⁴⁸⁴ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p.112.

patrimônio nacional no Museu Histórico Nacional”.⁴⁸⁵ Além disso, no artigo 80, estava previsto que as pessoas e instituições detentoras de objetos históricos deveriam fornecer ao Museu Histórico uma listagem desses objetos e eram obrigadas a informar ao Museu sobre a intenção de vendê-los, tendo este a preferência de compra. Aline Magalhães ainda defende que a ideia do anteprojeto seria colocar a Inspetoria como intermediária entre os estados e o governo federal, de forma a uniformizar as leis de proteção, ficando cada estado responsável pelos bens presentes em seu território, ideia defendida também por Rodolfo Garcia. Entretanto, essa questão desaparece na versão final do regulamento, que previa um grande controle das atividades do órgão apenas nas mãos do Diretor, sem sequer mencionar a possibilidade de ações conjuntas realizadas com outras entidades, estando apenas previsto que o Diretor poderia designar representantes, onde fosse conveniente, o que, nos anos de atuação da Inspetoria, nunca chegou a acontecer fora de Ouro Preto.

A estruturação que foi dada à Inspetoria de Monumentos Nacionais, ligada a um museu, ambos comandados pela mesma pessoa e que trataria das questões próprias do Museu, do controle do comércio de objetos históricos e de obras de arte, além de tratar da proteção de edificações históricas é muito semelhante às iniciativas tomadas pelos governos da Bahia e de Pernambuco ao criarem os seus órgãos estaduais de proteção, ligados a museus e com atribuições semelhantes. Naquele momento, Barroso já tinha conhecimento da existência da Inspetoria de Pernambuco, conforme está mostrado no ofício n.º 76, do Museu Histórico Nacional, datado de 9 de abril de 1929, destinado a Anníbal Fernandes, Inspetor de Monumentos de Pernambuco, onde o diretor do Museu agradece ter sido informado da criação da Inspetoria Estadual de Monumentos e do Museu do Estado, e remete a ele exemplares do regulamento e do catálogo da Secção de História do Museu Histórico Nacional, informando, ainda, que viajaria para o Norte, em 19 de abril daquele ano, e que gostaria de encontrar pessoalmente com Anníbal para que discutissem a criação daquelas instituições em Pernambuco. Logo depois, em 1º de junho, Anníbal Fernandes enviou a Barroso um exemplar do *Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais*, assim como no ano seguinte, em 5 de julho de 1930, enviou o segundo Relatório de atividades da Inspetoria pernambucana.

⁴⁸⁵ Decreto n.º. 24.735, de 12 de junho de 1934.

A visita de Barroso a Pernambuco se deu a partir de uma parada realizada pelo barco que o levava ao Ceará e foi noticiada pelo *Diário de Pernambuco*, em 26 de abril de 1929. O *Diário* nos informa que ele foi recebido pelo oficial de gabinete do governador, Antiógenes Chaves, pelo Inspetor de Monumentos, Anníbal Fernandes e pelo Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Mário Melo, e que, no Recife,

Visitou alguns pontos históricos da cidade, vários arrabaldes e esteve demoradamente no Instituto Arqueológico onde examinou os objetos do Museu, manifestando-se admirado da existência de várias peças importantes, únicas algumas, como o marco divisório das capitanias de d. João III. O dr. Gustavo Barroso esteve, igualmente, em alguns templos católicos – Guararapes, Madre de Deus, Carmo, Boa Vista – emitindo, sobre cada um, sua opinião.⁴⁸⁶

Ao retornar do Ceará, Barroso faz novamente outra parada no Recife, em 14 de junho, quando, acompanhado de Mário Melo, “visitou demoradamente Olinda”,⁴⁸⁷ onde esteve nas Ruínas do Senado, um “resto de parede que é um monumento nacional”,⁴⁸⁸ e recolheu dele um fragmento para ser incorporado ao acervo do Museu Histórico. O cearense ainda esteve nos sobrados mouriscos da cidade, no Convento Franciscano, nas bicas, no Forte de São Francisco e nas igrejas da Misericórdia e do Monte, onde, mais uma vez, recolheu um objeto para o acervo do museu, uma trava de metal que estaria solta, e teria afirmado: “irá figurar no Museu histórico. Não faz falta à igreja e Olinda ganhará com a referência no catálogo do Museu...”⁴⁸⁹

Deixando o Recife, Barroso ainda fez uma parada em Salvador, no dia 16 de junho de 1929, sendo recebido pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,⁴⁹⁰ o IGHB, que, como já vimos, estava diretamente envolvido com a criação da Inspetoria deste estado, fazendo com que tomemos por certo o conhecimento do Diretor do Museu Histórico Nacional desta instituição. Essa suposição de que o diretor do Museu Histórico tinha um bom conhecimento acerca das ações na Bahia se reforça quando lemos o texto de Barroso sobre a Casa dos Sete Candeeiros,⁴⁹¹ localizada

⁴⁸⁶ DR. GUSTAVO Barroso. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 abr. 1929.

⁴⁸⁷ GUSTAVO Barroso. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 jun. 1929.

⁴⁸⁸ Ibid.

⁴⁸⁹ BARROSO, Gustavo apud GUSTAVO Barroso. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 jun. 1929.

⁴⁹⁰ A PASSAGEM, na Bahia, do sr. Gustavo Barroso. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 jun. 1929.

⁴⁹¹ BARROSO, Gustavo. *A Casa dos Sete Candeeiros*. Arquivo Gustavo Barroso. Acervo do Museu Histórico Nacional.

em Salvador, onde ele cita alguns outros autores que escreveram sobre a edificação, a exemplo de membros do IGHB como Braz do Amaral e Borges de Barros, fazendo também menção ao livro *Arqueologia e História* que, como já visto no primeiro capítulo, apresenta um relatório de atividades da Inspetoria baiana. Reforçando essa visão, no já citado texto *A defesa do nosso passado*, ele comentou da proposta do deputado baiano Pedro Calmon de criação da Inspetoria naquele estado, sobre a qual ele, enquanto Diretor do Museu, enviou o ofício n.º 102, de 31 de maio de 1927, ao presidente da Câmara dos Deputados da Bahia, Caio Moura, elogiando a reorganização do Museu do Estado, que acarretou na criação do órgão, como vimos no primeiro capítulo.

Porém, ao escrever *A defesa do nosso passado*, Gustavo Barroso pareceu “esquecer” dessas iniciativas ao destacar que “o primeiro passo para o culto do Passado foi obra do Presidente Epitácio Pessoa”, referindo à criação do próprio Museu Histórico Nacional, “a primeira ação oficial de defesa dos monumentos foi obra do Presidente Antônio Carlos”, referindo-se às obras financiadas pelo governo mineiro ao final da década de 1920, e, por fim “a sistematização dessas duas ações, o ritmo desses passos é obra do governo atual”⁴⁹² ao se referir à criação da Inspetoria e das obras realizadas por estas na cidade de Ouro Preto, dando destaque, apenas, aos eventos nos quais ele estava diretamente envolvido. Nos textos que se referem à sua atuação em Ouro Preto, entre 1928 e 1930, Barroso apenas menciona a necessidade de conservação daquelas edificações, sem deixar claro que seria necessário a criação de algum órgão, pelo governo, que tratasse desse patrimônio, ele somente demanda a necessidade de uma Inspetoria após isso aparecer nos textos de Rodolfo de Amorim Garcia bem como do próprio Barroso ter conhecido as Inspetorias da Bahia e de Pernambuco e alguns dos monumentos sob a guarda desses dois órgãos em seus respectivos estados.

Com a Inspetoria instituída pelo novo regulamento, uma das primeiras atividades desenvolvidas por Barroso foi reunir no Museu Histórico Nacional um acervo iconográfico relacionado a edificações históricas, com a ideia de mostrar ao visitante do museu representações dos vestígios materiais herdados do passado e espalhados por todo o país. Esse era um trabalho que Barroso já vinha realizando

⁴⁹² BARROSO, Gustavo. *A defesa do nosso passado*. Texto manuscrito, Arquivo Gustavo Barroso, Acervo do Museu Histórico Nacional, p.20.

desde, pelo menos, as primeiras obras que acompanhou na antiga capital mineira, em 1928. No entanto, a partir de 1934, esse tipo de aquisição foi intensificado. Essas obras adquiridas representam uma grande quantidade de monumentos históricos, sendo a maioria deles localizados na antiga capital mineira. Segundo Aline Magalhães, a sua intenção ao reunir este acervo era formar

um vasto inventário iconográfico com vistas à preservação das antigas edificações, mesmo que essas tenham deixado de existir, como foi o caso da Sé Velha da Bahia e do Solar Megaípe, ambos pintados por Norfini e depois demolidos. Nesses casos, a imagem constituía uma das poucas fontes de conhecimento do que houve em matéria de vestígios materiais do passado.⁴⁹³

Imagem 32 – “Velho solar de Megahype”. Alfredo Norfini, 1922.



Fonte: Acervo Museu Histórico Nacional.

Foi também no período de atuação da Inspetoria de Monumentos que objetos sacros, a exemplo de um oratório portátil e uma escultura de um anjo feita por Aleijadinho, pertencentes à Igreja das Mercês, em Ouro Preto, foram incorporados ao acervo do Museu Histórico, assim como a antiga pia de água benta da Igreja da Sé de Salvador, já demolida quando da criação da Inspetoria. Aline Magalhães

⁴⁹³ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 99.

defende que a incorporação desses objetos ao acervo do Museu advém da necessidade de guardar ali “uma parte autêntica desses monumentos espalhados pelo Brasil ou já inexistentes”,⁴⁹⁴ prática esta que, como vimos, ele já havia adotado quando esteve na cidade de Olinda e recolheu fragmentos de edificações históricas para serem levados para o museu.

Em 1935, ano seguinte a criação da Inspetoria, Barroso elaborou o seu primeiro inventário de edificações históricas em Ouro Preto, arrolando fontes, chafarizes, pontes, igrejas e capelas, e deu início à segunda leva de obras orientadas por ele na cidade.⁴⁹⁵ Epaminondas de Macedo foi designado responsável, novamente, por essas obras, segundo uma portaria do Diretor do Museu, de 2 de dezembro de 1935, e se tornou o representante da Inspetoria na cidade. Ao que tudo indica, depois de trabalhar com Barroso na década anterior, Macedo se ofereceu para esse serviço como mostra a carta escrita pelo prefeito de Ouro Preto, João Veloso, em 13 de junho de 1935, para Gustavo Barroso:

Fui procurado pelo Engenheiro Epaminondas Rodrigues de Macedo, que se mostra desejoso de ser encarregado da execução dos serviços reclamados para a conservação daqueles monumentos, e disse-me que irá ao Rio para entender-se com o Sr. sobre este assunto.⁴⁹⁶

O assunto da transferência de Epaminondas de Macedo, então funcionário dos Correios e Telégrafos, para a Inspetoria, a fim de dirigir as obras em Ouro Preto é tratado em diversas das cartas trocadas entre Macedo e Angyone Costa, secretário do Museu Histórico Nacional, em julho de 1935, depositadas no Arquivo do Museu. Nessas cartas podemos perceber a intenção de Macedo em trabalhar naquelas obras, bem como comentários seus a respeito das intervenções já realizadas na cidade entre 1928 e 1930. Convém destacar que a equipe da Inspetoria contava apenas com Epaminondas de Macedo, como o engenheiro responsável por um trabalho mais prático de orçar e coordenar as obras, e o Inspetor de Monumentos, Gustavo Barroso, que é quem daria conta de um trabalho mais intelectual, buscando documentos e outras informações históricas com o intuito

⁴⁹⁴ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p.110.

⁴⁹⁵ Foi ainda nesse mesmo ano que Aníbal Mattos publicou o seu inventário dos *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*, cujo texto preliminar já havia sido enviado ao Ministério da Educação desde 1931, como já vimos neste capítulo.

⁴⁹⁶ VELOSO, João apud ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 20

de descobrir como seriam aquelas construções em outros momentos e decidir qual seria os rumos que as intervenções teriam.

Ainda em 1935, a Inspetoria de Monumentos Nacionais apresentou ao Ministério da Educação um plano dos serviços a serem executados na cidade, o qual foi chamado de *Plano de Restaurações de Ouro Preto*. Esse documento foi dividido em sete partes: Exposição de motivos; Resumo das fontes e chafarizes de Ouro Preto; Orçamentos parciais para restauração dos chafarizes e fontes públicas; Resumo das pontes de Ouro Preto; Orçamentos parciais para restauração das pontes; Resumo das capelas e igrejas de Ouro Preto; e, por fim, Apreciação de como se deve proceder os serviços de restauração das capelas e igrejas. Neste plano, estão, também, apresentados o resumo de orçamentos para a realização de obras em duas igrejas, dezesseis chafarizes e oito pontes. Esses trabalhos, segundo Barroso, teriam como objetivos a “conservação e essencial restauração das construções de arte que se espalham pela velha cidade, como testemunhas mudas de uma era de glória e esplendor”.⁴⁹⁷ Embora só tenham duas igrejas orçadas, a Matriz de Antônio Dias e a Igreja do Carmo, juntamente com a Casa do Carmo, ele menciona diversas outras durante a exposição de motivos, inclusive, destacando as que estão bem conservadas e não necessitam serviços.

Uma restrição, todavia, se impõe, tratando-se das igrejas de reconhecidos recursos, nos quais os trabalhos seriam levados a efeito sob a fiscalização da Inspetoria de Monumentos, com a cooperação material das respectivas irmandades, socorrendo todas dentro de um critério perfeitamente equânime.⁴⁹⁸

A realização desses trabalhos nas igrejas ocorreria através de uma parceria com as irmandades responsáveis pela manutenção dos respectivos edifícios. No entanto, tal colaboração, aparentemente, não deu certo. No relatório de 28 de fevereiro de 1937, Epaminondas de Macedo informa a Gustavo Barroso que

o plano consignava trabalhos de restauro no Carmo e Conceição de Antônio Dias. Em ambos esses templos, a ação do Museu Histórico fez-se sentir de modo relevante, gastando-se mais do que fora orçado, não só pelo estado de péssima conservação em que se achavam, como porque as Irmandades, à última hora, faltaram aos compromissos assumidos, alegando não terem dinheiro.⁴⁹⁹

⁴⁹⁷ ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 35.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 43.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 165.

O relatório enviado por Macedo a Barroso ainda descrevem as intervenções realizadas nos diversos chafarizes da cidade, como o localizado no Largo de Marília de Dirceu, o da Glória, o do Alto da Cruz e o dos Contos, “o mais belo da cidade”,⁵⁰⁰ bem como listam alguns outros que necessitavam intervenção, como o do largo da Igreja do Rosário. Além das duas igrejas previstas no *Plano de Restaurações de Ouro Preto*, ainda foram objeto de intervenção as Igrejas do Rosário, de São Francisco de Assis; as capelas de São João e do Padre Faria e a Matriz do Pilar. Nesta última, por falta de tempo, a Inspetoria não chegou a finalizar as obras, embora tivesse adquirido o material para isso.

Imagem 33 – “Chafariz da Glória já quase devidamente restaurado pela Inspetoria de Monumentos Nacionais”.



Fonte: ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 29.

Nem todas as intervenções realizadas na cidade foram feitas em consonância com as propostas do *Plano de Restaurações* e, de um total de quarenta e três edificações históricas descritas no texto, segundo um documento encontrado no

⁵⁰⁰ ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 30.

Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional.⁵⁰¹ Foram recuperados dezoito chafarizes; seis pontes, como a dos Contos, onde houve uma “restauração completa com retirada do gradil moderno e colocação de bancos de cantaria e nova cruz, reestabelecendo o aspecto colonial e melhorando o tráfego da cidade”; e nove igrejas, como a do Rosário, onde houve a “colocação das portas que faltavam, conserto e feitura de 40 bancos em estilo antigo para a nave”;⁵⁰² na Igreja de São Francisco de Assis,⁵⁰³ houve a “substituição dos ladrilhos modernos das paredes por lambris em estilo igual aos da capela-mor, recomposição dos ornatos do pórtico, limpeza das fachadas e beirais, retirada do cemitério moderno lateral que enfeiava o conjunto arquitetônico”;⁵⁰⁴ enquanto que na Igreja do Pilar, apenas o projeto foi elaborado.

O que embasou a defesa de Gustavo Barroso para intervir nessas construções foi a retomada de seus usos e características “originais” e não apenas a aparência desses monumentos históricos. Portanto, reestabelecer o funcionamento d’água nas fontes e chafarizes, bem como remover intervenções recentes nas igrejas era uma prioridade. Aline Magalhães defende que não se pode afirmar quais foram os preceitos de teóricos da restauração, seguidos por Barroso, usados nessas intervenções. A autora defende que a sua postura não foi tão rígida e contra intervenções como as dos teóricos ingleses John Ruskin e William Morris, tampouco foi tão direta quanto as ideias defendidas pelo francês Viollet-le-Duc

Sua postura parece mais próxima da de Victor Hugo – muito citado em seus escritos –, que, apesar de valorizar a pátina dos monumentos, considera que poucos são os “intocáveis”, já que tiveram perdas com seu envelhecimento e desgaste. Entretanto, Victor Hugo valorizava uma conservação das obras conforme ela havia chegado aos seus dias, com todas as modificações por que passaram. Nessa perspectiva, a iniciativa intervencionista de Barroso não se aproxima tanto do posicionamento do romancista francês, uma vez que parece sofrer a “influência da arqueologia que se volta para uma reconstituição cujo modelo do desenho dos

⁵⁰¹ Dados informativos das atividades do museu histórico nacional no período de 1930 a 1944. Arquivo Institucional. Acervo do Museu Histórico Nacional.

⁵⁰² Embora esta informação esteja presente em um documento referente aos anos de 1930 a 1944, textos de Gustavo Barroso da década de 1920 indicam que estas serviços foram feitos, ou pelo menos iniciados, em 1928.

⁵⁰³ Assim como no caso da Igreja do Rosário, encontramos indício de que esses serviços tenha sido executados entre 1928 e 1930.

⁵⁰⁴ Todas essas citações estão presentes em Dados informativos das atividades do museu histórico nacional no período de 1930 a 1944. Arquivo Institucional. Acervo do Museu Histórico Nacional.

arquitetos e dos antiquários, já sugeria desde o início, para as antiguidades clássicas”⁵⁰⁵

Por outro lado, Fernanda dos Santos Silva ao estudar três dessas obras empreendidas pela Inspetoria da Monumentos, a da Ponte dos Contos, a do Chafariz dos Contos e a do Chafariz de Marília de Dirceu, defende que nessas obras estão evidentes as ideias de Viollet-le-Duc, uma vez que nelas “os recursos e métodos explorados são pontos chaves da teoria de Viollet-le-Duc”.⁵⁰⁶ Segundo essa autora, as descrições presentes no *Plano de Restaurações de Ouro Preto* deixam evidentes “o desejo da recomposição visual ‘primitiva’ do espaço”, como foi o caso da Ponte dos Contos, no Chafariz dos Contos, onde “novamente a teoria de Viollet-le-Duc é identificada na proposta de recomposição do tanque e demais elementos faltantes e alterados”, e no Chafariz de Marília de Dirceu, onde a reconstrução da pia e das carrancas, também indicaria os mesmo princípios. Fernanda dos Santos Silva considera que

A teoria de Viollet-le-Duc foi amplamente utilizada nestes projetos de restauro, não apenas nos casos aqui elucidados, mas em todas as obras exploradas naquele estudo. A pesquisa inicial recorrendo a documentos e fotografias para a busca do aspecto colonial, a retirada de elementos modernos, a construção de elementos condizentes com o estilo, a busca dos elementos originais, o uso de materiais idênticos, o registro do avanço das obras e a criação embasada em outros modelos comparativos são exemplos claros disso.⁵⁰⁷

Embora esse texto apresente algumas imprecisões em relação a datas e nomes, acreditamos que as propostas de Barroso presentes no *Plano de Restaurações de Ouro Preto* estão mais próximas às ideias de Viollet-le-Duc do que Aline Magalhães defende. Para reafirmar essa defesa, é importante retornar aqui alguns dos preceitos defendidos pelo francês, que acreditava que “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”.⁵⁰⁸ Ou seja, ele não se contentava apenas em reconstituir, hipoteticamente um estado original, ele buscava construir aquilo que teria sido executado se, quando o edifício foi feito, seus construtores detivessem todos os conhecimentos e experiências de sua própria

⁵⁰⁵ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p.104-105.

⁵⁰⁶ SILVA, Fernanda dos Santos. Viollet-le-Duc e o primeiro plano de restauração de Ouro Preto MG. Teoria e prática. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 188.01, Vitruvius, jan. 2016.

⁵⁰⁷ Ibid.

⁵⁰⁸ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006. p. 29.

época, o que seria, de certa forma, uma reformulação ideal do edifício existente, para isso se utilizando de estudos sobre essas construções, que serviriam de base para a construção de um vocabulário estilístico a ser utilizado nessas complementações. Encontramos uma defesa semelhantes a esta em diversos momentos ao analisarmos as propostas de intervenção feitas por Barroso para os monumentos históricos de Ouro Preto, como, por exemplo, em relação ao Chafariz no Alto das Cabeças, onde foi prevista a “construção e colocação de um descanso para barris ou qualquer vasilha, de acordo com os que ainda existem em outros chafarizes”.⁵⁰⁹ No caso do Chafariz da Rua das Flores foram previstas a “construção e colocação de uma cruz de cantaria com ligação semelhante à primitiva” bem como a “confeção e colocação de um tanque de cantaria em tudo semelhante ao do chafariz do Rosário”. Já no caso do Chafariz de Marília de Dirceu, haveria a “recomposição de quatro carrancas de bronze iguais às atuais”; dentre outras situações. Quando nos debruçamos sobre a Ponte do Rosário, vemos no orçamento uma proposta de recomposição de elementos já não mais existentes, como uma esfera e uma cruz de cantaria, deixando a questão das recomposições hipotéticas que buscavam uma unidade de conjunto ainda mais evidente:

É um dos recantos de Ouro Preto de onde se obtém melhor ponto de vista; daí ser escolhido constantemente pelos pintores. Ladeiam a ponte, a jusante, dois muros, um de tijolo e outro de pedra. Os serviços de restauração virão trazer a esses aparelhos uma uniformidade de conjunto. As duas casas solarengas no caminho para o bairro das Cabeças concorrem à formação de um ambiente pinturesco [sic] e bem histórico da cidade.⁵¹⁰

A busca por uma “uniformidade de conjunto” é uma característica marcante do pensamento de Viollet-le-Duc, que permitiria mostrar um edifício com toda a excelência que a sua construção original teria. Ainda que Aline Magalhães acredite que Barroso tinha a intenção de “ressuscitar” no espaço urbano da antiga capital mineira “o passado como efetivamente teria sido”,⁵¹¹ ela considera que Barroso se preocupou com os monumentos isoladamente sem levar em conta “as paisagens

⁵⁰⁹ ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 52.

⁵¹⁰ Essa e todas as demais citações do parágrafo anterior são de ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 64.

⁵¹¹ MAGALHÃES, Aline Montenegro. A curta trajetória de uma política de preservação patrimonial: a Inspetoria de Monumentos Nacionais, 1934-1937. *Anais do Museu Histórico Nacional – vol. 36 (2004)*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2004, p. 13.

que os circundavam”,⁵¹² inclusive citando que o Chafariz da Glória foi restaurado ao passo que uma casa próxima, que se encontrava em ruínas, ficou de fora dos planos da Inspetoria. No entanto, essa postura é um pouco controversa, uma vez que a preocupação com alguns trechos da paisagem colonial da cidade está expressa nos textos de Gustavo Barroso bem como nos relatórios elaborados por Epaminondas de Macedo. Ainda é importante lembrar que a Inspetoria não teve condições de agir, no curto espaço de tempo de sua atuação, em todos os imóveis localizados na cidade que necessitavam de alguma intervenção. Aline Magalhães ainda afirma que “a coleção de monumentos formada por Barroso privilegiava as partes – as edificações –, em detrimento do todo – a paisagem da qual as edificações faziam parte”,⁵¹³ no entanto, essa fala é mais uma vez controversa, pois, como já vimos nas intervenções já citadas, havia sim uma preocupação, ainda que pequena, com o entorno imediato das edificações. Esse cuidado está evidenciado também no caso Igreja Matriz de Antônio Dias, onde houve uma preocupação com o entorno da edificação, mais precisamente no “jardim fronteiro à Matriz”, onde foram previstos no orçamento das obras a “restauração de um chafariz de cantaria fronteiro à Matriz e seu abastecimento de água com a reforma de aspecto, dando-lhe o que tinha primitivamente” e o “conserto integral de doze (12) colunas de pedra sustentando doze (12) jarros de pedra-sabão e ornamentação destes”.⁵¹⁴ É também o caso da Ponte dos Contos, que

Com a restauração completa desta ponte e da casa ao lado, privada em seu jardim de um belo tanque de cantaria, contemporâneo da construção da ponte e da Casa dos Contos, iríamos ter um dos mais agradáveis conjuntos de Ouro Preto; faz-se, pois, necessária a reposição aí do tanque e de alguns jarros que ornavam a varanda da referida casa, hoje também dali retirados. Conseguir-se-ia com estes trabalhos e com a restauração do chafariz dos Contos, que é emoldurado por construções todas primitivas, a recomposição integral deste pedaço da cidade.⁵¹⁵

No orçamento para a execução dessa obra aparece que “os serviços completos nesta ponte compreenderiam a retirada do gradil e substituição do antigo

⁵¹² MAGALHÃES, Aline Montenegro. A curta trajetória de uma política de preservação patrimonial: a Inspetoria de Monumentos Nacionais, 1934-1937. *Anais do Museu Histórico Nacional* – vol. 36 (2004). Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2004, p. 13.

⁵¹³ Ibid.

⁵¹⁴ ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 123.

⁵¹⁵ Ibid., p. 75-76.

parapeito de pedra (...) e colocação de uma cruz de pedra no meio do vão como era antes, em 1744, quando foi construída. O gradil é modificação recente”.⁵¹⁶

Imagem 34 – “Ponte dos Contos. Retirada do gradil moderno. Descoberta dos cachorros de pedra do antigo passeio e muralha que coram restaurados com os cantos do Itacolomi”.



Fonte: ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 75.

Já nas propostas para as duas igrejas previstas inicialmente nos planos, as igrejas do Carmo e Matriz de Antônio Dias, as obras se concentraram em limpezas e pintura de alvenarias e esquadrias. Talvez, nos monumentos maiores, Barroso tenha previsto intervenções menos invasivas, seja por esses monumentos apresentarem poucas alterações ao longo do tempo, seja porque a quantidade de trabalhos artísticos, como talhas e pinturas, demandaria verbas muito mais altas do que aquelas à disposição da Inspetoria naquele momento. Nas fotografias que mostram as obras realizadas nas igrejas percebe-se que os trabalhos feitos pela Inspetoria nesses edifícios maiores eram, primordialmente, de conservação e recuperação da situação como os monumentos se encontravam, recompondo trechos deteriorados, mas sem grandes intervenções e subtraindo apenas alguns elementos,

⁵¹⁶ ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 83.

considerados, muito recentes, como, por exemplo, algumas pinturas na Capela do Padre Faria. Gustavo Barroso fez críticas às intervenções realizadas pelo Sphan anos depois das que ele dirigiu na cidade, como a denunciada por ele, nos *Anais*, em relação ao coroamento do Chafariz de Marília. Tal coroamento, tido como falso por Barroso, foi removido ao longo das obras dirigidas por Epaminondas de Macedo, no entanto, o Serviço o refez “tão falso quanto o anterior”.⁵¹⁷ Outro caso é visto nas legendas das imagens publicadas da Capela do Padre Faria, presente no volume V dos *Anais* do Museu Histórico Nacional, onde lemos:

Capela do Padre Faria, Ouro Preto, restaurada pela Inspetoria de Monumentos Nacionais. O lindo frontispício barroco existia antes da restauração e foi mantido. Mais tarde, o Serviço do Patrimônio o deitou abaixo, de maneira que a fachada atual é coroada pelas duas abas do telhado.⁵¹⁸

Aspecto atual da capela do Padre Faria. O frontispício barroco existente na mesma, que a Inspetoria de Monumentos Nacionais encontrou e conservou, foi retirado pelo Serviço de Patrimônio Artístico e Histórico (sic), posteriormente.⁵¹⁹

A situação se repete também em relação à intervenção feita na Ponte dos Contos, que com o fim da obra, Macedo informou a Gustavo Barroso que instalou na referida ponte uma placa comemorativa da sua restauração, mas “esta placa que assinalava o serviço realizado pela Inspetoria de Monumentos Nacionais foi misteriosamente retirada”.⁵²⁰ Uma atitude que nos mostra que apagamento intencional das intervenções realizadas pela Inspetoria se deu de diversas maneiras pelo Sphan, criado, nas palavras de Barroso, para substituir a Inspetoria “com amplitude de quadros, de vencimentos e de verbas”.⁵²¹ O relatório das obras levadas a cabo em Ouro Preto termina com um comentário do Diretor do Museu, onde ele afirma:

Eis aí o que, em menos de três anos, pode a Inspetoria de Monumentos Nacionais fazer em prol da abandonada cidade de Ouro Preto. Fê-lo sem alarde, ratinhando as despesas e procurando acertar. É possível que tenha cometido alguns erros. Se assim foi, não perpetrrou com má intenção.⁵²²

⁵¹⁷ ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955, p. 158.

⁵¹⁸ Ibid., p. 161.

⁵¹⁹ Ibid., p. 163.

⁵²⁰ Ibid., p. 158.

⁵²¹ Ibid., p. 166.

⁵²² Ibid.

Uma questão insistentemente reiterada por Barroso, sempre que fala de suas ações em prol da preservação de monumentos históricos foi o não recebimento de proventos extras por esses serviços, “nem sequer passagens para ir fiscalizar em Minas Gerais as obras a seu cargo”,⁵²³ sejam aqueles desempenhados na década de 1920, durante o governo de Antônio Carlos, sejam os desenvolvidos pela Inspetoria, na década a seguir. Com a supressão do Levante Integralista, em 1938, Barroso deixou de lado sua atuação política e dedicou o resto da sua vida às atividades culturais e à direção do Museu Histórico Nacional, cargo que ele não perdeu, mesmo tendo participado da tentativa de golpe, por motivos até hoje não muito esclarecidos. Talvez a própria ambiguidade de Getúlio Vargas, que matinha em seu governo diversos grupos distintos de intelectuais, justifique, em parte, a sua permanência. A Inspetoria ainda seguiu com algumas obras em Ouro Preto até o fim de 1937. Quando foi extinta de vez, Barroso saiu de cena e as ações em relação à preservação do patrimônio levadas a cabo pelo Governo Federal ficaram nas mãos do recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, questão que aprofundaremos na terceira e última parte deste trabalho, assim como os embates entre Barroso e o Sphan na construção de uma história da preservação no país.

⁵²³ Documentação da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. Arquivo Institucional, Pasta da Inspetoria de Monumentos, Acervo do Museu Histórico Nacional.

4 TERCEIRA PARTE, OU INVENÇÕES.

Após a ascensão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação, um grupo de intelectuais modernistas se vincularam à estrutura dessa pasta e passaram a pôr em prática diversos dos seus projetos e anseios. Foi o momento no qual, a partir de uma série de ações impetradas pelo Sphan nas mais diversas regiões do país, a imagem que temos hoje do que é o patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro foi inventada. Dividida em dois capítulos, nesta parte estudaremos o processo de construção de uma nova proposta federal de preservação do patrimônio, capitaneada por esses intelectuais modernistas oriundos, em sua maioria, de Minas Gerais, e os, quase, dez primeiros anos de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre 1936 e 1945.

Entendemos, ainda, que esses anos podem ser subdivididos em duas fases, uma primeira, que vai de 1936, quando da autorização para a instalação do Sphan em 18 de abril de 1936, até a publicação do decreto-lei n.º 25, em 30 de novembro de 1937, que deu a Serviço uma ferramenta jurídica para atuar na proteção do patrimônio no país: o tombamento. Foi nessa primeira fase que Rodrigo Mello Franco de Andrade iniciou as primeiras contratações de técnicos que não só formariam o núcleo inicial do Serviço, mas também seriam responsáveis pela construção de uma rede nacional de intelectuais conectados pela causa do patrimônio. Estes mesmos intelectuais ainda foram os responsáveis pela identificação dos primeiros bens que foram tombados no que vemos como a segunda fase de atuação, que vai da publicação do decreto-lei n.º 25 até o fim de 1945. Ano este que marca o fim do Estado Novo, a saída de Gustavo Capanema do Ministério da Educação e o fim de um período de atuação informal do Sphan, visto que, a partir de 1946, os procedimentos internos do órgão foram normatizados pelo seu primeiro Regimento Interno oficial. Foi, ainda, nesta segunda fase, que o Sphan deu início a uma outra invenção, a do seu protagonismo na emergência das discussões a respeito da preservação do patrimônio no Brasil. Um protagonismo contado e recontado pela historiografia oficial, apagando, intencionalmente, diversas instituições e personalidades que atuaram na construção do campo patrimonial no país.

4.1 UMA TAREFA DE INTERESSE INDISCUTIVELMENTE NACIONAL, A CRIAÇÃO DO SPHAN.

O Sphan dispõe-se a uma tarefa de interesse indiscutivelmente nacional: a defesa do patrimônio comum a todos os brasileiros.

Rodrigo Mello Franco de Andrade, 12 de janeiro de 1939.⁵²⁴

O projeto de decreto-lei, que ora tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência é, assim, o resultado de longo trabalho, em que foram aproveitadas as lições e os alvites dos estudiosos da matéria

Gustavo Capanema, novembro de 1937.⁵²⁵

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, ocorreu a partir da nomeação do político mineiro Gustavo Capanema ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que promoveu uma grande reforma na pasta, concebendo novas instituições e trazendo para a esfera do regime varguista uma série de intelectuais que mudaram, de forma definitiva, a maneira com que o governo federal passou a se relacionar com os assuntos culturais.⁵²⁶ No que concerne à proteção dos bens de valor histórico ou artístico, a historiografia oficial nos coloca que Capanema buscou resolver o problema a partir de uma encomenda feita a Mário de Andrade, para que este planejasse uma instituição que desse conta da tarefa. A proposta do paulista serviu para dar início ao funcionamento provisório do Sphan, sendo o mineiro Rodrigo Mello Franco de Andrade convidado para dirigir a nova instituição, que começou a funcionar em 18 de abril de 1936.

Poucos anos depois, em uma entrevista dada ao jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1939, Rodrigo falou dos propósitos da criação de um aparato governamental que fosse responsável pela proteção de bens históricos e artísticos do país, um anseio, já antigo, de intelectuais oriundos das mais

⁵²⁴ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 28.

⁵²⁵ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980, p. 110.

⁵²⁶ Ver CHUVA, Márcia. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009; MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: EDUSP, 1984; WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001; dentre outros autores.

diversas regiões brasileiras. Ao defender a proteção desses bens como um interesse “indiscutivelmente nacional”, Rodrigo detalhou em que consistiam as tarefas que estavam sendo executadas pelo Serviço em funcionamento há quase três anos: identificação, tombamento, conservação, restauração e promoção, principalmente através de publicações, daqueles bens que foram elevados a categoria de Monumentos Nacionais. A partir do momento em que assumiu a direção do Sphan, Rodrigo formulou a sua própria proposta de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro e contratou os primeiros técnicos responsáveis pelo trabalho de identificação daquilo que, ele próprio, comumente, chamou de os documentos de identidade da nação brasileira. Neste capítulo discutimos como se deram as mudanças no Ministério da Educação, impetradas por Gustavo Capanema, que permitiram a ascensão de intelectuais ligados ao Movimento Modernista, com anseios próprios no que tange à proteção de um patrimônio nacional, da mesma maneira como esse projeto começou a ser instalado, seja pela formulação de uma legislação que organizasse a proteção desse patrimônio, seja pelo início dos trabalhos de inventário daqueles bens que deveriam ter a sua preservação garantida pelo Estado.

4.1.1 O novo Ministério da Educação e Saúde

O ano de 1934 chegou com novas mudanças no comando do Ministério da Educação e Saúde Pública. A pasta, como já vimos, havia sido ocupada, primeiramente, por Francisco Campos e, logo em seguida, por Washington Ferreira Pires, vai, mais uma vez, para as mãos de um político mineiro, Gustavo Capanema, que assumiu o cargo em 23 de julho daquele ano. Daryle Williams argumenta que Capanema tinha o apoio de um grupo de conservadores que havia concordado em ficar ao lado de Vargas “in exchange for guarantees that the expanding state would uphold Christian morality and religious education”.⁵²⁷ Já Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa defendem que Capanema assumiu a pasta como parte de um acordo estabelecido entre o regime de Vargas e a Igreja Católica, pacto

⁵²⁷ Em troca de garantias de que o Estado em expansão manteria a moralidade cristã e a educação religiosa [em tradução livre]. WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 62.

este engendrado, negociado e implantado, ainda na gestão de Francisco Campos, por ele próprio, juntamente com Alceu Amoroso Lima. Segundo esses autores,

A parte visível deste acordo foi a aprovação, pela Assembleia Constituinte de 1934, das chamadas “emendas religiosas”. A parte não dita, mas certamente de consequências mais profundas, foi a entrega do Ministério da Educação a Capanema, como homem de confiança da Igreja e encarregado de levar à frente seu projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através de seu representante leigo mais autorizado, Alceu Amoroso Lima.⁵²⁸

Alceu Amoroso Lima, visto por Sergio Miceli como um dos líderes intelectuais do renascimento católico,⁵²⁹ se transformou em um dos principais conselheiros de Capanema, tendo influência suficiente para propor leis ao ministro, além de sugerir e vetar nomes para ocupar cargos na pasta e, dentro dos projetos desenvolvidos pelo Ministério, “garantiu, efetivamente, a inclusão dos valores morais do catolicismo”.⁵³⁰ Simon Schwartzman *et al* defendem que a lealdade do ministro para com Amoroso Lima se manteve inalterada ao longo dos onze anos sob os quais o Ministério foi comandado por Capanema, e o cumprimento desse acordo está explicitado em cartas escritas pelo ministro, destinadas a Amoroso Lima, como a datada de 21 de julho de 1939, onde ele diz que “nada deixará de ser cumprido”, uma vez que “tudo que combinei com você está na minha memória”.⁵³¹

Desde a década de 1920 a Igreja Católica vinha empreendendo ações, junto ao poder oligárquico, que buscavam recuperar um prestígio perdido desde a queda do Império e da promulgação da Constituição laica de 1891. Com a ascensão de Vargas ao poder, a Igreja seguiu em seu projeto “antes e após o golpe de 37, em troca da caução oficial à criação de novas instituições educacionais e culturais”.⁵³² Para Sérgio Miceli, a estratégia da Igreja, ainda na década anterior, era ampliar sua influência política, em paralelo às mudanças feitas nas obras de caridade, com a participação de intelectuais leigos e o apoio à fundação de associações e ligas católicas que, dentre outros movimentos, buscaram expandir e marcar uma atuação nas áreas de ensino e produção cultural. Em troca da manutenção de seus

⁵²⁸ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: EDUSP, 1984, p. 47.

⁵²⁹ MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 91.

⁵³⁰ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 108.

⁵³¹ CAPANEMA, Gustavo apud SCHWARTZMAN, op. cit., p. 49.

⁵³² MICELI, op. cit., p. 131

interesses nessas áreas, a Igreja passou a gerir um “trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair generosos dividendos em termos de popularidade”,⁵³³ dentre os quais se pode destacar o Congresso Arquidiocesano, a procissão em homenagem à Nossa Senhora Aparecida, a “padroeira oficial do Brasil”, e a inauguração do Cristo Redentor, todos eles ocorridos em 1931. A Igreja católica “não hesitou em preencher os lugares que o regime estava disposto a lhe conceder”⁵³⁴ e, conforme já dito por Simon Schwartzman *et al* e reforçado por Miceli, as reivindicações católicas se fizeram presentes de forma mais evidente na constituição de 1934. Além disso, essas demandas foram apoiadas pelo governo durante toda a Era Vargas, que teve, nos Ministros da Educação, homens de confiança para efetivar suas propostas. Talvez, pela confiança no comprometimento de Capanema com a causa católica, o Ministério da Educação tenha ido parar em suas mãos.

Gustavo Capanema Filho nasceu, em 10 de agosto de 1900, na cidade de Pitangui, Minas Gerais, no seio de uma família já tradicional no estado: seu bisavô, Guilherme Schüch, foi o Barão de Capanema e responsável pela instalação da primeira linha telegráfica do país. Iniciando os estudos primários na sua cidade natal, Capanema seguiu para Belo Horizonte, onde frequentou os colégios Azeredo, Arnaldo e o Ginásio Mineiro, se formando, em 1923, pela Faculdade de Direito de Minas Gerais. Foi durante a juventude, frequentando a Rua Bahia, que Capanema teve seus primeiros contatos com o grupo de intelectuais mineiros vinculados ao Movimento Modernista, o Grupo Estrela, tais como Abgar Renault, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Mello Franco e Rodrigo Mello Franco de Andrade. Capanema entrou para a vida pública, em 1927, quando se elegeu vereador em Pitangui, cidade que também era o reduto político do seu mentor político e intelectual, Francisco Campos, com quem rompeu, em 1933, após Campos acusá-lo de prejudicar sua candidatura para a Assembleia Nacional Constituinte. Naquele ano, com a morte de Olegário Maciel, em 5 de setembro, Capanema assumiu interinamente a intervenção federal em Minas, com expectativa de assumir o cargo em definitivo, entretanto, foi preterido pelo deputado Benedito Valadares e acabou ocupando o Ministério da Educação e Saúde Pública no ano seguinte.

⁵³³ MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 127-128.

⁵³⁴ *Ibid.*, p. 219.

A gestão de Capanema no Ministério foi marcada por uma grande centralização, na esfera federal, das ações desenvolvidas nas áreas de saúde pública e educação, que, nessa última questão, mais do que transmitir conhecimentos, se pretendia também formar uma mentalidade nacional. Naquele momento, a construção da identidade nacional parecia ser o objetivo de todas as ações do Ministério, não faltando a esse conceito uma “ênfase no catolicismo do brasileiro”.⁵³⁵ Ainda que a Era Vargas não tenha inventando as questões ligadas ao nacionalismo, à renovação cultural e à modernidade no país, o seu regime assumiu um papel de destaque nessas matérias. Diante de tal missão, nada mais natural que as suas ações se ramificassem para esferas além da educativa, uma vez que “era necessário desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras”.⁵³⁶ As ações impetradas por Capanema trouxeram consigo uma ação cultural e foi nesse momento que foram criadas uma série de instituições ligadas à cultura, praticamente, inexistentes antes da década de 1930. Daryle Williams defende que foi, de fato, Gustavo Capanema quem mudou a forma do governo brasileiro tratar a cultura e que o interesse de Vargas nessa área se restringia a bailes de gala, inaugurações e paradas cívicas, chegando a citar uma afirmação de Carlos Drummond de Andrade, chefe de Gabinete de Capanema durante toda a sua permanência no Ministério, onde o poeta itabirano defendeu que os êxitos do governo nesse campo são graças ao ministro e que, em relação à questão cultural, Vargas “não podia se importar menos”. Para Williams “the cultural *renovação* that took place after 1930 must be credited to the initiatives coordinated through the Ministry of Education, not the Presidential Palace”.⁵³⁷

A importância que Capanema dava aos assuntos culturais era tamanha que, segundo Daryle Williams, em um rascunho de um memorando inacabado, datado de 1935, ele, ao delinear algumas das competências do Ministério, defendeu que essas atribuições poderiam ser resumidas na palavra “cultura”, ou, melhor dito, “culturas nacionais”.⁵³⁸ A ideia do ministro, segundo esse mesmo documento, era renomear a

⁵³⁵ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: EDUSP, 1984, p. 141.

⁵³⁶ Ibid., p. 79.

⁵³⁷ A renovação cultural que ocorreu após 1930 deve ser creditada às iniciativas coordenadas pelo Ministério da Educação, não ao Palácio Presidencial [em tradução livre]. WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 14.

⁵³⁸ Ibid., p. 62

pasta para Ministério da Cultura, no entanto, embora não tenha conseguido convencer Vargas dessa ideia, nem quase nenhuma das suas propostas para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Cultura tenham sido aceitas, a sua reforma administrativa construiu uma grande rede de instituições federais ligadas à cultura que fortaleceram a ação cultural do Estado brasileiro.⁵³⁹ Mesmo não tendo a atribuição no nome do seu cargo, Capanema acabou se tornando, na prática, um Ministro da Cultura. Williams ainda argumenta que a Era Vargas foi construída em torno de uma metáfora de guerra, sendo esse o motivo pelo qual ele defende o termo *Culture Wars* para lidar com a política cultural implementada por Getúlio Vargas ao longo do seu primeiro momento no comando do país. Entendendo essa *Culture Wars* como uma luta pela nacionalidade dentro dos espaços culturais patrocinados pelo Estado, Williams ainda defende que o termo

seems eminently useful for understanding the poetics, geopolitics, and imagery of culture during Vargas era, when the struggle for controlling national identity was fought over objects, images, and locals that the central state presented as carriers of *brasilidade*.⁵⁴⁰

Essa guerra serviu para ajudar a moldar um poder político e cultural que, embora, naquele momento, tenha sido confiado a uma elite cultural, influenciou toda a sociedade, sendo forte o suficiente para imprimir, nacional e internacionalmente, uma imagem de cultura brasileira para além da queda do Estado Novo, em 1945. Em relação à questão nacionalista, embora Benedict Anderson⁵⁴¹ defenda que, na América Latina, os nacionalismos tenham origem no século XIX, Williams argumenta que, no caso brasileiro, a análise carece de um aprofundamento da questão no século XX, sendo que o seu conceito de *Culture Wars* “provides the tools necessary to explore the actual forums and the local politics of the national imaginary”,⁵⁴² sendo ainda responsável pela substituição da cultura política liberal-oligárquica,

⁵³⁹ Naquele momento foram criados, por exemplo, o Serviço de Radiodifusão Educativa, o Instituto Nacional do Cinema Educativo, o Instituto Nacional do Livro e o Serviço Nacional do Teatro, todos em 1937; e o Conselho Nacional de Cultura em 1938.

⁵⁴⁰ Parece eminentemente útil para a compreensão da poética, geopolítica e imagética da cultura durante a era Vargas, quando a luta pelo controle da identidade nacional foi travada sobre objetos, imagens e locais que o Estado central apresentava como portadores de brasilidade [em tradução livre]. WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 24.

⁵⁴¹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁵⁴² Fornece as ferramentas necessárias para explorar os fóruns reais e as políticas locais do imaginário nacional [em tradução livre]. WILLIAMS, op. cit., p. 22.

característica da Primeira República, por uma nacionalista e autoritária, que permaneceu até, pelo menos, meados da década de 1980.⁵⁴³

Ao fim da década de 1930, o regime de Vargas havia criado uma rede interconectada de instituições encarregadas de lidar com assuntos culturais, que, sob o comando de intelectuais modernistas, atuaram como guardas pelo controle da construção de uma identidade nacional. Gustavo Capanema, se empenhando diretamente nessa nova ação do Estado, trouxe para participar deste projeto algumas das figuras mais importantes ligadas ao Movimento Modernista, incorporando-as ao âmbito do projeto nacionalista e autoritário de modernização proposto por Vargas, especialmente a partir de 1937. Ainda é importante frisar aqui que, o que ficou conhecido coletivamente pelo nome de Movimento Modernista, na prática, foi caracterizado por uma série de movimentos distintos, que se davam através de manifestos, discursos, encontros e publicações, dentre outras ações, que abordavam, cada um à sua maneira, a modernidade. Daryle Williams, comentando essas variáveis, defende que

The “regionalist” subcurrent of the tradition-bound, underdeveloped Northeast has relatively little to share with the modernists in São Paulo who reveled in a vertigo of speeding cars, soaring skyscrapers, and iconoclasm. The *modernistas mineiros*, drawn to the baroque heritage of the state of Minas Gerais, were far less obsessed with the futurist city. They instead, looked for the cultural essence of a regional identity grounded in the Luso-baroque. The *verde-amarelistas*, so named for their appropriations of the colors of the Brazilian flag, were the most explicitly nationalist, adopting indigenous symbols as a shield against the contaminating influences of foreign aesthetics and ideologies.⁵⁴⁴

Para Williams, o Movimento Modernista era tão heterogêneo quanto a própria cultura que se tentava renovar, e, embora muitas dessas vertentes tivessem poucas características em comum, todos tinham um anseio pela construção de identidades além de buscar, em certa medida, uma renovação nas linguagens artísticas. Além disso, no princípio, todas essas vertentes foram marcadas por uma certa distância

⁵⁴³ WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 6.

⁵⁴⁴ A subcorrente da frente tradicional “regionalista”, o subdesenvolvido Nordeste tem relativamente pouco a compartilhar com os modernistas em São Paulo, que se deleitavam com a vertigem dos carros velozes, dos arranha-céus em ascensão e da iconoclastia. Os modernistas mineiros, atraídos pela herança barroca do estado de Minas Gerais, eram muito menos obcecados com a cidade futurista. Em vez disso, procuraram a essência cultural de uma identidade regional baseada no luso-barroco. Os verde-amarelistas, assim chamados por suas apropriações das cores da bandeira brasileira, eram os mais explicitamente nacionalistas, adotando símbolos indígenas como escudo contra as influências contaminantes da estética e das ideologias estrangeiras [em tradução livre]. WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 42.

de patrocínios do poder público, inclusive porque as instituições de maior peso cultural no país, naquelas primeiras décadas do século XX, a exemplo da Escola Nacional de Belas Artes, eram extremamente hostis às renovações propostas pelos modernistas. A relação do Movimento com o Estado só mudou a partir do momento em que algumas dessas variantes foram absorvidas pelo Regime de Vargas, quando figuras como Mário de Andrade e Lúcio Costa, assumiram cargos no governo e institucionalizaram seus anseios. A intensa participação desses intelectuais nos quadros do Ministério da Educação e Saúde, segundo Simon Schwartzman *et al*, se davam em função do

envolvimento dos modernistas com o folclore, as artes, e particularmente com a poesia e as artes plásticas, que residia o ponto de contato entre eles e o ministério. Para o ministro, importavam os valores estéticos e a proximidade com a cultura; para os intelectuais, o Ministério da Educação abria a possibilidade de um espaço para o desenvolvimento de seu trabalho.⁵⁴⁵

Esses intelectuais, segundo Sergio Miceli, foram recrutados pelo governo Vargas para darem conta das mais diversas tarefas políticas e ideológicas surgidas em função do aumento da intervenção do Estado nas mais variadas questões, sendo classificados por ele entre escritores-funcionários e funcionários-escritores.⁵⁴⁶ Carlos Drummond de Andrade, Augusto Meyer e o próprio Rodrigo Mello Franco de Andrade, que têm um interesse especial para esta pesquisa em função dos seus vínculos com Sphan,⁵⁴⁷ foram colocados por Miceli como casos exemplares de escritores-funcionários, por suas ações em “minimizar o quanto suas obras devem aos laços clientelísticos de que são beneficiários”.⁵⁴⁸ Esses três intelectuais haviam mantido laços de amizade com políticos que apoiaram o movimento de 1930, sendo, por essa razão, “lembrados” quando estes assumiram cargos de primeiro escalão no Governo Vargas. Miceli ainda defende que houve uma “cooptação” desses intelectuais pelo governo Vargas,

seja como funcionários em tempo parcial, seja para prestação de serviços de consultoria e congêneres, seja para o desempenho de cargos de

⁵⁴⁵ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: EDUSP, 1984, p. 81.

⁵⁴⁶ MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 197.

⁵⁴⁷ No caso de Carlos Drummond de Andrade, no período abrangido por esta pesquisa, ele esteve a frente da Chefia de Gabinete de Capanema, sendo incorporado ao quadro do Sphan somente a partir de 1946, quando este passou a se chamar Dphan. Drummond, naquele momento, assumiu a Seção de História da Divisão de Estudos e Tombamento do Dphan, assim como recebeu a atribuição de organizar o arquivo e a biblioteca do órgão, mesmo sem ter qualquer formação na área.

⁵⁴⁸ MICELI, op. cit., p. 212

confiança no estado-maior do estamento, seja para assumirem a direção de órgãos governamentais, seja para preencherem os lugares que se abriram por força das novas carreiras que a extensão da ingerência estatal passou a exigir, seja, enfim, acoplando inúmeras dessas posições e auferindo rendimentos dobrados.⁵⁴⁹

As formas como os intelectuais passaram a fazer parte do governo Vargas foram diversas. Um ponto levantado por Milton Lahuerta é que essa incorporação dessas pessoas aos quadros do governo muito se deu em razão da escassez de mercado e, naquele momento, as dificuldades de profissionalização levaram a aproximação desses intelectuais aos postos que o governo oferecia, ligando-os ao projeto varguista de modernização do país, constituindo assim

um novo bloco de poder com uma simultânea perspectiva autoritária e modernizadora, que busca consenso entre a intelectualidade chamando-a para participar do processo, realizando a fusão de modernidade e projeto nacional.⁵⁵⁰

Ao invés de censurar o Movimento Modernista, Vargas absorveu esses artistas e intelectuais, bem como alguns de seus projetos, trazendo-os para orbitarem em torno da esfera federal. Um projeto que teve empenho direto de Capanema, que, a partir das reformas impetradas em sua gestão, pôde contar com uma participação mais incisiva desses intelectuais na estrutura do Ministério da Educação. Tal reforma foi proposta por Capanema em outubro de 1935, sendo formalizada, em 13 de janeiro de 1937, através da lei n.º 378 que, além de alterar a denominação oficial do Ministério da Educação e Saúde Pública para Ministério da Educação e Saúde, criou uma gama de instituições vinculadas à pasta, algumas delas de evidente caráter educativo e cultural. A partir desta lei, o governo federal brasileiro pôde se equipar para agir em uma série de atividades culturais, através das novas instituições, a exemplo do Museu Nacional de Belas Artes, do Instituto Nacional de Cinema Educativo, do Serviço de Radiodifusão Educativa, da Comissão de Teatro Nacional e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, bem como do Conselho Consultivo do órgão, constituído pelo seu Diretor, além dos diretores dos “museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros”.⁵⁵¹

⁵⁴⁹ MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 208.

⁵⁵⁰ LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 106.

⁵⁵¹ Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, Art. 46. § 2º.

É senso comum na historiografia da preservação do patrimônio no país que a criação do Sphan, nesse momento, se deu a partir de uma iniciativa do próprio Gustavo Capanema que tinha a intenção de, efetivamente, marcar uma atuação do governo federal na questão da preservação do patrimônio do país. É importante lembrar que o ano da proposta de reforma do ministério, 1935, foi também o mesmo da reapresentação, pelo deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho, do seu projeto que objetivava a organização da proteção do patrimônio no país. Projeto este que já havia sido apresentando, em 1930, antes da ascensão de Vargas ao poder, e que acabou sendo arquivado. A insistência de Wanderley Pinho na questão trouxe à baila um assunto que já se fazia presente nos diversos meios intelectuais do país e foi quando o Diretor da Casa de Rui Barbosa, o historiador mineiro Luiz Camillo de Oliveira Neto, que havia sido nomeado para esse cargo pelo próprio Capanema, sugeriu, então, que o Ministro desenvolvesse um projeto mais amplo de proteção de um patrimônio brasileiro do que o proposto por Pinho, ou, até mesmo, do que aquele já em funcionamento no Museu Histórico Nacional, visto no capítulo anterior. Luiz Camillo, que dirigiu a Casa de Rui Barbosa a partir de 1934, recomendou

a adoção de um “plano geral visando a conservação e o aproveitamento dos monumentos nacionais”, mediante legislação adequada, criação de um órgão específico para o assunto e museus regionais como núcleos de estudos e pesquisas. Essa sugestão fora precedida de extensa justificativa, como alusão às leis francesas e ao projeto de Wanderley Pinho que não tinha sido aprovado.⁵⁵²

O Ministro da Educação julgou que aquela questão demandava mais estudos e, no ano seguinte, buscou resolvê-la. O próprio Capanema é quem nos dá a narrativa de quando surgiu a ideia de criação do órgão federal de preservação.

Nos princípios de 1936, sendo ministro da Educação, e às voltas que então já andava com os nossos múltiplos assuntos culturais, lembrou-me mandar fazer o levantamento das obras de pintura, antigas e modernas, de valor excepcional, existentes em poder de particulares, na cidade do Rio de Janeiro. Estava a ponto de contratar competente pintor brasileiro para essa tarefa. Mas vi que isto só, sendo embora coisa relevante, não teria o sentido compreensivo e geral de um cometimento de tal natureza. Urgentemente necessário era preservar os monumentos e outras obras de arte de todas as espécies, e não apenas as obras de pintura, mediante um conjunto de procedimentos que não se limitassem à capital federal, mas abrangessem o país inteiro. A ideia inicial, deste modo, se transformava num programa maior que seria organizar um serviço nacional, para defesa do nosso extenso e valioso patrimônio artístico, então em perigo não só da

⁵⁵² BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980, p. 21.

danificação ou arruinamento mas ainda, em grande número de casos, de dispersão para fora do país.⁵⁵³

É curioso observar que Capanema, neste relato, coloca como se questão da preservação dos monumentos históricos e das obras de arte, no país, tivesse uma emergência própria na sua memória, a partir do momento no qual “lembrou-se” de inventariar as obras de arte no Rio de Janeiro. Percebendo, então, que essa iniciativa seria insuficiente, resolveu tomar uma medida maior, que abarcasse todo o país, visto que, naquele momento, as ações federais em relação à preservação de monumentos históricos estavam se dando, apenas, na cidade de Ouro Preto. No entanto, não podemos ver as iniciativas de preservação no país como fruto único de mentes iluminadas, como já destacamos na introdução deste trabalho. A partir do pensamento de Michel Foucault,⁵⁵⁴ entendemos que ninguém pode ser o responsável pela emergência de uma ideia, nem pode tomar as glórias por ela, uma vez que ela se produz em um espaço de disputas. Márcia Chuva defende que essa ação de institucionalização da proteção de um patrimônio nacional, naquele momento, deve ser vista como marcada pelo nacionalismo e não como “obra de ilustres intelectuais, mas em relação a outras instituições igualmente criadas para exercer o controle centralizado sobre o espaço e as pessoas”.⁵⁵⁵ Toda a Era Vargas teve uma política de Estado marcada pelo nacionalismo, e, em função da diversidade de grupos ligados ao poder naquele instante, de uma forma heterogênea, surgiram instituições e normas de controle social, sendo a criação do Sphan, bem como diversos outros conselhos, órgão e institutos, uma parte integrante desse cenário. Márcia Chuva defende ainda que, nesse momento de concepção de uma cultura brasileira, os mais diversos intelectuais que se engajaram na pasta de Capanema, “se atribuíam o papel de porta-vozes legítimos do conjunto da sociedade e também de gestores do espólio da cultura da nação”,⁵⁵⁶ sendo a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional parte de um projeto de invenção de uma identidade nacional e de construção dessa nação.

⁵⁵³ CAPANEMA, Gustavo. Rodrigo, espelho de critério. *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969. p. 41.

⁵⁵⁴ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012. p. 63.

⁵⁵⁵ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 114.

⁵⁵⁶ Ibid., p. 117.

Seguindo com a sua narrativa, Capanema relata que telefonou a Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura, na capital paulista, expondo o problema e pedindo que este organizasse uma proposta.⁵⁵⁷ Duas semanas depois, Mário vai ao Rio com o seu anteprojeto e uma “longa exposição de motivos e minudente plano de organização do serviço federal que devia ser criado”.⁵⁵⁸ A escolha de Mário de Andrade é bastante indicativa da aproximação que o Ministro tinha das ideias do Movimento Modernista. Para Simon Schwartzman *et al*, no entanto, essa aproximação não é algo tão fácil de se associar, um vez que “não há nada que revele, nos documentos e escritos do ministro, que ele se identificasse com os objetivos mais profundos do Movimento Modernista”,⁵⁵⁹ no entanto,

deve ser creditada a suas vinculações de origem com a intelectualidade mineira e, particularmente, com alguns dos expoentes principais do Movimento Modernista, vinculações mantidas e constantemente realimentadas por seu chefe-de-gabinete, Carlos Drummond de Andrade.⁵⁶⁰

Drummond, que continuaria neste cargo até o final do Estado Novo, servia de “ponte e filtro nos contatos entre a cultura brasileira e o ministério Capanema”.⁵⁶¹ É importante ressaltar que Mário de Andrade era próximo ao grupo de modernistas mineiros da Rua Bahia desde, pelo menos, 1924, quando, juntamente com outros modernistas paulistas, fez a chamada Viagem de Descoberta do Brasil, onde foram criados laços de proximidade entre os dois grupos. Um outro viés do convite a Mário, que tem que ser levado em conta, é que a participação do escritor paulista, nesse momento, garantiria uma pouca influência do diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, bem como de outros intelectuais conservadores, no desenho das ações governamentais na área da preservação, ações estas que deveriam substituir as da Inspetoria de Monumentos Nacionais, naquele momento, em pleno funcionamento. É curioso que foi durante os anos de funcionamento da Inspetoria

⁵⁵⁷ Luiz Camillo, ao saber da solicitação de Capanema para que Mário elaborasse um estudo para a criação de um órgão que cuidasse do patrimônio nacional, escreveu ao escritor paulista, em 17 de março de 1936, para lhe recomendar o “excelente” livro *La conservation des monuments d'Art et d'Histoire*, publicado, em 1933, pelo Institut International de Coopération Intellectuelle, IICI, organização consultiva da Liga das Nações, cujo objetivo era promover o intercâmbio internacional entre cientistas, pesquisadores, professores, artistas e intelectuais, fundada em 1922 e extinta em 1946. (Documento reproduzido em PENNA, Maria Luiza (org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Luiz Camillo de Oliveira Netto*. São Paulo: USP, 2013).

⁵⁵⁸ CAPANEMA, Gustavo. Rodrigo, espelho de critério. *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969. p. 41.

⁵⁵⁹ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: EDUSP, 1984, p. 80.

⁵⁶⁰ *Ibid.*, p. 79.

⁵⁶¹ *Ibid.*, p. 84.

que Capanema, aos poucos, articulou um grupo de intelectuais para trabalhar na questão da preservação do patrimônio nacional, tentando afastar Barroso dessa ação. Segundo Márcia Chuva, esse desligamento proposital de Barroso se deu em função da vertente tradicionalista, representada por ele, não ter “capital político suficiente no contexto em que foi tornada hegemônica pelo grupo de Capanema”.⁵⁶² O grupo influente que se inseria, naquele momento, no Ministério de Capanema, tinha interesses e anseios distintos dos do diretor do Museu Histórico Nacional, sendo que este, em momento algum participou do desenho das novas ações do governo federal no que tange à preservação de um patrimônio nacional. Houve, naquele momento, uma ruptura entre o grupo que idealizou e comandou o Sphan e Gustavo Barroso, até então Inspetor de Monumentos, sendo adotadas, pelo grupo modernista, estratégias de silenciamento que serão exploradas no próximo capítulo.

A proposta elaborada por Mário de Andrade, como detalharemos mais adiante, propunha a criação de um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, o Span. Convencido da proposta de Mário e não convencido do nome do órgão, Capanema pôs em questão a definição de Mário para “arte histórica”, propondo a mudança do nome do órgão para Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O próprio Ministro conta ao Presidente que essa mudança se deu após uma conversa com Mário de Andrade, onde Capanema percebeu que

depois de ter lido o seu trabalho, é que, ao invés de se tratar somente da arte histórica, se cogite de todo o patrimônio histórico, artístico ou não. Verifica-se, de fato, a impossibilidade de separar os dois assuntos: patrimônio histórico e patrimônio artístico. (...) Não resta duvida, Sr. Presidente, que o serviço que, assim, se iniciará, e que, dentro em pouco, poderá estar organizado e em regular funcionamento, entrará no rol dos mais belos e duráveis empreendimentos de seu grande e benemérito governo a ser o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.⁵⁶³

Segundo Daryle Williams, essa mudança foi justificada por Capanema a Vargas em função das responsabilidades do Span terem sido definidas de forma muito precisas por Mário, sendo que, no caso do Sphan, este seria responsável tanto pelo patrimônio histórico e artístico quanto por qualquer outro. Essa postura do ministro da educação traz de volta uma questão, já levantada aqui, da diversidade de entendimentos que, naquele momento, os valores históricos e artísticos, na

⁵⁶² CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 134.

⁵⁶³ Carta de apresentação de motivos, de Gustavo Capanema Para Getúlio Vargas, [1937]. Pasta 49, envelope 01, Série Arquivo Técnico e Administrativo, Arquivo Central do Iphan.

valoração de um patrimônio nacional, tinham no meio da intelectualidade brasileira. Ao mesmo tempo em que reforçou que o patrimônio histórico e artístico eram inseparáveis, Capanema substituiu, por um conceito de patrimônio mais histórico, a visão mais etnográfica que Mário de Andrade tinha da cultura brasileira, deixando de lado o interesse andradeano em catalogar a cultura popular, que sobreviveria, naquele instante, no movimento folclorista nascente e só seria abraçado pelo Sphan muitos anos depois. O que nos parece é que Capanema não chegou a compreender os conceitos propostos por Mário para a classificação do patrimônio nacional, uma vez que

a ausência do termo *histórico* na denominação dada por Mário de Andrade não implicava na sua desconsideração, mas no entendimento de que esta seria uma dentre as várias categorias por ele criadas para a *obra de arte patrimonial* – esta sim sua categoria chave, passível de classificações.⁵⁶⁴

É curiosa essa insistência pela inserção do termo Histórico no nome do órgão, uma vez que, como demonstrou Márcia Chuva, quando do início da política de tombamentos, em 1938, essa categoria foi preterida em benefício dos bens valorados pela sua relevância artística. Com esta mudança, Capanema informou a Mário que solicitaria à Câmara dos Deputados, onde já estava tramitando um projeto de lei para a reorganização do Ministério da Educação, que fosse incluída uma emenda que criaria o Sphan. Ao mesmo tempo, em 13 de abril de 1936, o Ministro solicitou ao presidente Getúlio Vargas que este autorizasse o início do funcionamento do Serviço, ainda que em caráter experimental, o que ocorreu através de um despacho presidencial, no dia 19 daquele mesmo mês. Caberia agora decidir quem seria o responsável pelo comando da nova instituição, e o próprio Capanema relata que Mário de Andrade levou a ele “alguns nomes que lhe pareciam à altura do encargo”, dentre eles o de Rodrigo Mello Franco de Andrade, amigo pessoal de Alceu Amoroso Lima, que Mário havia conhecido na casa de Manuel Bandeira no Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1927.⁵⁶⁵ Com o aval de Bandeira, segundo o próprio Ministro, a opção por Rodrigo não foi uma escolha difícil uma vez que, “mineiros ambos, eu o conhecia de perto e de longa data”.⁵⁶⁶

⁵⁶⁴ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 161.

⁵⁶⁵ ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 53.

⁵⁶⁶ CAPANEMA, Gustavo. Rodrigo, espelho de critério. *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969. p. 42.

Nascido, em 17 de agosto de 1898, em Belo Horizonte, Rodrigo Mello Franco de Andrade tinha presente na sua família o gosto pelas artes e letras desde outras gerações: o seu bisavô, Rodrigo José Ferreira Bretas, foi o primeiro biógrafo do artista mineiro Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Órfão do pai aos três anos, Rodrigo foi criado pelos avós paternos, se alfabetizando em casa até que, aos 12 anos, após estudar no Ginásio Mineiro, vai viver em Paris com o tio Afonso Arinos, onde conclui o ensino secundário no *Lycée Janson de Sailly*. Foi na capital francesa que conheceu intelectuais como Graça Aranha, Tobias Barreto e Alceu Amoroso Lima, de quem se tornou um grande amigo e com quem viajou a Ouro Preto e Diamantina, em 1916. Em função de diversas mudanças, Rodrigo acabou cursando Direito no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo, situação que favoreceu o seu contato com os mais diversos intelectuais em evidência nesses locais, bem como a aproximação com os grupos modernistas atuantes nessas três cidades. Foram nesses anos que ele conheceu e se aproximou de nomes como Abgar Renault, Alcântara Machado, Oswald de Andrade e Milton Campos, quem o apresentou a Carlos Drummond de Andrade. A sua atuação no serviço público começou em 1919, como Oficial de Gabinete do Diretor da Inspetoria de Obras Contra a Seca, ao passo que dois anos depois, em 1921, deu início à atividade jornalística n'O *Dia*. Em 1924, pouco depois da compra d'O *Jornal* por Assis Chateaubriand, Rodrigo começou a trabalhar ali, onde se tornou redator-chefe entre 1928 e 1930, anos em que acabou colaborando também nos jornais *Estado de Minas*, *Diário da Noite* e *O Estado de S. Paulo*, dentre outros. Em 1936 publicou sua única obra literária, o livro de contos *Velórios*, pela editora Amigos do Livro, de Belo Horizonte, a mesma que lançou as primeiras obras de Carlos Drummond de Andrade. Com a ascensão de Francisco Campos ao Ministério da Educação, Rodrigo foi convidado para assumir a chefia de Gabinete do Ministro, cargo no qual ficou apenas cinco meses, no entanto, tempo suficiente para recomendar Lucio Costa para assumir a direção da Escola Nacional de Belas Artes.

Quando da sua escolha para dirigir o Sphan, a ênfase dada por Capanema ao gentílico “mineiro”, não era à toa, uma vez que, desde a criação da pasta, o Ministério da Educação foi sendo, sucessivamente, ocupado por políticos e intelectuais oriundos desse estado, que tinham relações pessoais de proximidade,

chegando ao ponto de terem estudado juntos nos mesmos colégios.⁵⁶⁷ Segundo Mariza Veloso, os mineiros que ocuparam o Ministério da Educação,

Eram filhos do mesmo estrato social e oriundos, na sua maioria, das cidades históricas mineiras. São bastante transparentes, nos dados disponíveis, a coesão e o profundo sentimento de pertencimento, de grupo, (...) além do profundo entrelaçamento existente no grupo mineiro, consta-se ainda intensa articulação entre os intelectuais mineiros, paulistas e cariocas.⁵⁶⁸

Essas articulações entre os intelectuais de São Paulo, Minas e da, então, Capital Federal, explicitam as vinculações de Capanema com o Movimento Modernista, já comentadas aqui. Sergio Miceli, por sua vez, defende que, enquanto esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde, Gustavo Capanema

convocou seus conterrâneos de geração que haviam participado do surto modernista em Minas Gerais, mobilizou figuras ilustres que haviam se destacado nos movimentos de renovação literária e artística da década de 1920, no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Pará, etc., acatando os representantes que a Igreja designava e cercando-se de um grupo de poetas, arquitetos, artistas plásticos, e de alguns médicos fascinados pela atividade literária. A exemplo do que vinha ocorrendo em outras esferas da máquina federal, a cooptação desses intelectuais não obedeceu a requisitos de ordem doutrinária, sendo inviável deslindar princípios de recrutamento alheios ao predomínio do estamento burocrático.⁵⁶⁹

É importante destacar ainda que não foram só mineiros quem ocuparam posições no ministério de Capanema. Naquele momento, tiveram ligações, de alguma forma, com a pasta vários intelectuais, muitos deles, conhecidos das vivências de Rodrigo Mello Franco de Andrade em vários meios intelectuais ao longo da década de 1920. Além dos mineiros já citados, se pode destacar nomes como o do paulista Sérgio Buarque de Holanda, dos pernambucanos Manuel Bandeira, Gilberto Freyre e Anníbal Fernandes, do franco-carioca Lucio Costa, do baiano Godofredo Filho e do gaúcho Augusto Meyer, estes dois últimos, além de ligados ao Movimento Modernista em suas regiões, também o eram à figura de Mário de Andrade. Os modernistas mineiros, assim como os paulistas, tinha um desejo de descobrir o Brasil, com um claro posicionamento de construção de uma nacionalidade, sendo que, no caso dos mineiros, um dos pilares dos seus anseios era a valorização das cidades históricas do seu estado, sendo que figuras como Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade foram muito bem

⁵⁶⁷ Com exceção de Rodrigo e Afonso Arinos.

⁵⁶⁸ VELOSO, Mariza. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 87.

⁵⁶⁹ MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 218.

sucedidos, a partir de 1937, em usar o autoritário Estado Novo para transformar os anseios da sua variante regional do Movimento Modernista em um projeto nacional. Resultado obtido através das ações impetradas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que já havia começado a funcionar, provisoriamente, desde 1936, na sala 710 do 7º andar do Edifício Nilomex, localizado na Avenida Nilo Peçanha, número 155, onde permaneceu até 1945, quando foi transferido para o edifício sede do Ministério da Educação e Saúde, o atual Palácio Gustavo Capanema, inaugurado em 1943. Uma das primeiras atividades realizadas pelo Diretor do Serviço, ainda no primeiro ano do Serviço, foi a escrita de um projeto de lei capaz de dar as bases legais para a proteção do patrimônio no país, como veremos agora.

4.1.2 Um projeto de lei que virou decreto-lei

Como já vimos neste capítulo, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, solicitou a Mário de Andrade que este elaborasse uma proposta para organização da preservação do patrimônio no país. Datado de 24 de março de 1936, o anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, o Span, é bastante revelador da visão andradeana de cultura e patrimônio. A proposta foi dividida em três capítulos, contando ainda com um anexo onde foi definido um plano de funcionamento e montagem do Serviço. Os objetivos da criação do órgão e as suas competências foram delimitados no primeiro capítulo, chamado *Finalidades*; já a conceituação do que seria o “Patrimônio Artístico Nacional” está presente no Capítulo II, chamado *Determinações preliminares*, onde também encontramos o detalhamento dos livros de tombo e dos novos museus a serem criados assim como prevê a publicação de uma revista como forma de dar publicidade ao patrimônio brasileiro bem como às atividades do órgão; e, por fim, o último capítulo, onde foi prevista a organização do Serviço, com um Conselho Consultivo e Diretoria, esta assessorada por um arqueólogo, um etnólogo, um historiador e um professor de história da arte. Curiosamente Mário não previu, inicialmente, a presença de arquitetos, formação que foi, posteriormente, consagrada pelo Span como, praticamente, a única habilitada para tratar das questões patrimoniais.

O anteprojeto, embora tenha semelhanças com propostas anteriores de proteção de um patrimônio nacional, circulantes no país desde, pelo menos, a década de 1920, difere destas em diversos aspectos. Um deles, importante de ser destacado, é a não distinção que Mário de Andrade fez entre valores históricos e artísticos. Na sua visão, tudo deveria ser valorado a partir de uma classificação artística, uma vez que, para ele, “arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”.⁵⁷⁰ Ao contrário de grande parte da intelectualidade brasileira que, naquele momento, fazia questão de discriminar as distinções em valores históricos e artísticos, Mário, no seu entendimento de arte como uma habilidade do engenho humano, via que todos os valores atribuídos ao patrimônio poderiam ser agrupados dentro de cada uma de suas categorias artísticas, oito no total, que seriam: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras. Os bens a serem protegidos estariam agrupados em quatro Livros de Tombo correspondentes aos seus valores principais, ou seja, um arqueológico e etnográfico, um histórico, um de belas artes e um de artes aplicadas e tecnologia industrial, que estariam associados a quatro museus nacionais correspondentes. Mário Chagas ainda destaca que, embora o anteprojeto do Span contemplasse a criação dos quatro grandes museus nacionais mencionados, o pensamento de Mário de Andrade vai muito mais além e defendia a criação de museus estaduais e municipais.⁵⁷¹ No próprio texto, Mário explica o funcionamento da estrutura pensada:

Os livros de tombamento servirão para neles serem inscritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, e individualmente as obras de arte que ficarão oficialmente pertencendo ao Patrimônio Artístico Nacional. Os museus servirão para neles estarem expostas as obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro pelo Governo Federal. Cada museu terá exposta no seu saguão de entrada, bem visível, para estudo e incitamento do público, uma cópia do Livro de Tombamento das artes a que ele corresponde.⁵⁷²

⁵⁷⁰ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 44.

⁵⁷¹ CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. *Cadernos de Sociomuseologia* Nº. 13. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1998, p. 82.

⁵⁷² BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980, p. 95.

De uma forma geral, os museus nacionais são lugares destinados a criar e propagar ideias de nação, o que, via de regra, já acontecia nos dois museus nacionais existentes no Brasil, que Mário pretendeu incorporar ao Span, o Histórico, localizado na área central do Rio de Janeiro, e o localizado na Quinta da Boa Vista. Em relação a este último, Carla Dias e Antônio Carlos Lima defendem que havia, pelo menos desde a década de 1920, um

um projeto educativo de construção e de disseminação dos produtos de uma ciência nacional, pautado no conhecimento dos elementos naturais e humanos que se inscreviam num território, este, por sua vez, também em construção.⁵⁷³

Essa postura, iniciada com a gestão do antropólogo Edgard Roquette-Pinto, em 1926, foi abraçada por Heloísa Alberto Torres, que “pretendeu fazer de sua disciplina, a antropologia, um instrumento científico para a preservação da cultura brasileira.”⁵⁷⁴ Foi no Museu Nacional que Mário de Andrade encontrou sua maior resistência ao anteprojeto do Span, uma vez que, para esse museu, ele propôs alterações, já previstas no primeiro ano de funcionamento do Serviço, visando a criação do Museu Arqueológico e Etnográfico, considerando que este deveria estar separado de um Museu de História Natural.

O Museu Arqueológico e Etnográfico será apenas uma reorganização do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Este Museu admirável é no entanto uma mixórdia, como *British Museum*. Acho isso um defeito que provoca necessariamente a dispersão e a pouca eficiência de trabalhos. Ou converte-se o Museu Nacional exclusivamente num Museu de História Natural, tirando-se dele a Arqueologia e a Etnografia; ou converte-se ele no projetado Museu Arqueológico e Etnográfico tirando-se dele a parte de História Natural e fazendo um Museu de História Natural, anexo ao Jardim Botânico, completado este por um Jardim Zoológico.⁵⁷⁵

Essa concepção museológica de Mário de Andrade, evidenciada com o anteprojeto para o Span, propunha que a etnografia fosse apartada das ciências naturais, baseado em sua visão do que poderia ser definido como cultura nacional. Para Walter Lowande, essa concepção estava sendo construída na Sociedade de Etnografia e Folclore, a partir de orientações de Dina Dreyfus e dos próprios interesses pessoais de Mário de Andrade, que tinham por objetivo “buscar, registrar e analisar amplamente as manifestações culturais populares que pudessem indicar

⁵⁷³ DIAS, Carla da Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.34. 2011, p. 205.

⁵⁷⁴ Ibid., p. 205-206.

⁵⁷⁵ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 53-54.

elementos de uma constituição cultural autenticamente nacional”.⁵⁷⁶ Silvana Rubino defende que o anteprojeto de Mário esboça mais uma “teoria de preservação” do que um projeto de lei,⁵⁷⁷ argumentando que

A “mão de Mário” dava ao anteprojeto do Span uma vertente antropológica no sentido mais clássico, via Boas e Tylor, que tornava múltiplo e abrangente o conceito de patrimônio artístico. Dito em outras palavras, o que Mário denominava “artístico” poderia ser denominado de cultural, no sentido exato da apropriação de uma antropologia culturalista.⁵⁷⁸

Tanto Gustavo Barroso, do Museu do Histórico Nacional, quanto Heloísa Alberto Torres, do Museu Nacional, rejeitaram a proposta andradeana, seja de serem incorporados ao Span, seja de serem reestruturados aos moldes do anteprojeto e, dos outros dois museus propostos, apenas o de Belas Artes foi criado, em 1937, mas sem estar subordinado ao Sphan. Esta foi uma derrota que a historiografia tenta passar uma mensagem de intransigência, por parte dos dois diretores citados, e que Mário havia sido injustiçado com essa decisão. No entanto, precisamos entender aqui que aquele era um momento de construção do campo patrimonial no Brasil, onde cada um desses agentes tinha anseios próprios na questão da preservação. Mário, Barroso e Heloísa representavam, cada um deles, visões bastantes distintas do que era o patrimônio nacional, visões que, inclusive, não foram consolidadas pelo Sphan, como veremos no desenvolver do próximo capítulo.

Ainda dentro da sua proposta, Mário previu uma distribuição nacional do Serviço, com a instalação de representações regionais nos mais diversos estados, chegando a sugerir alguns nomes para colaborar com o órgão: no Rio Grande do Norte, Luís da Câmara Cascudo e Antônio Bento de Araújo Lima; na Paraíba, Pedro Batista e José Américo de Almeida; em Pernambuco, Gilberto Freyre; no estado do Rio de Janeiro, Alberto Lamago, enquanto na Capital Federal deveria contar como nomes como Portinari, Heloísa Alberto Torres e José Marianno Filho, embora este tenha “o grave defeito das suas paixões, mas se a ele competisse propor o

⁵⁷⁶ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Uma história transnacional da modernidade: produção de sujeitos e objetos da modernidade por meio dos conceitos de civilização e cultura e do patrimônio etnográfico e artístico*. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2018, p. 414.

⁵⁷⁷ RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-68*. Campinas: Dissertação de mestrado / Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMP, 1991, p. 68.

⁵⁷⁸ Ibid., p. 76.

tombamento da arquitetura e mesmo qualquer arte colonial, ele seria de imprescindível auxílio”.⁵⁷⁹ Já em seu estado natal, defendeu que fosse convidado “Afonso de Taunay como historiador” enquanto “Paulo Prado como cultura geral se impõe” além de “Vittorio Gobbis como especialista em pintura europeia antiga”.⁵⁸⁰ Propondo uma ação grandiosa, abrangendo diversos estados ao mesmo tempo, com uma equipe que daria conta, rapidamente, da identificação de um patrimônio nacional a ser protegido, Mário acreditava que

o Span deve iniciar-se num trabalho intensivo. Em seis meses a Chefia de Tombamento deverá ter prontos os quatro livros de tombamento, nas designações agrupadas. Não é difícil a essa chefia tomar por exemplo a cidade de Ouro Preto, o largo da Igreja de S. Francisco em São João del Rei, Olinda, tal morro no Rio de Janeiro, as igrejas de São Francisco em João Pessoa e em São Salvador, todo o largo onde está a matriz de Belém, Pedro Américo, Almeida Júnior, Carlos Gomes, Castro Alves, o Aleijadinho, Chagas o Cabra, o vilejo lacustre da boca do lago Arari e as jazidas funerárias do outro lado do mesmo lago em Marajó.⁵⁸¹

Dentre os bens a serem tombados, Mário não fez distinção entre uma arte erudita e uma mais popular, tampouco o faz entre edificações, conjuntos urbanos, obras de arte e coleções, públicas ou particulares, chegando ainda a mencionar o Solar Monjope, a casa Neocolonial de José Marianno Filho, no Rio de Janeiro.⁵⁸² Essas sugestões são um reflexo evidente das suas viagens pelas regiões Norte e Nordeste do país, bem como as excursões a Minas Gerais, realizadas nas décadas anteriores. Para Silvana Rubino,

Seu projeto fixa claramente concepções estéticas alinhadas com sua visão de Brasil, ou seja, sua busca do Brasil desconhecido e sua projeção de outro Brasil virtual. É um projeto nitidamente informado por suas viagens de descoberta, de turista aprendiz, assim como por seu trabalho de administração cultural realizado em São Paulo.⁵⁸³

Mário de Andrade tinha uma compreensão bastante coesa da cultura brasileira, onde elementos como o folclore, as práticas culturais, os monumentos históricos e as paisagens agenciadas pelo homem eram elementos constituintes da própria nacionalidade. Márcia Chuva vê que, nessa sua concepção da cultura

⁵⁷⁹ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 51.

⁵⁸⁰ Ibid. p. 52.

⁵⁸¹ Ibid.

⁵⁸² É importante lembrar aqui que o Neocolonial foi um movimento fortemente combatido pelo grupo de arquitetos modernistas que se vincularam ao Span pouco depois da sua criação.

⁵⁸³ RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-68*. Campinas: Dissertação de mestrado / Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMP, 1991, p. 74.

brasileira, “o modernismo deveria ser o aglutinador dos elementos constituintes da brasilidade e gestor do processo de constituição da entidade nacional”.⁵⁸⁴ A sua visão está impressa no anteprojeto escrito para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, que tem um caráter mais de ensaio do que de um texto legislativo, e, embora não fosse exequível, é essencial para mostrar a pluralidade do pensamento de Mário quando este expressa diversas posições e questionamentos acerca do tema da preservação do patrimônio nacional. Chuva ainda defende que tiveram duas noções básicas formuladas por Mário que foram integralmente incorporadas ao projeto de Rodrigo, sendo a primeira delas a noção de pertencimento à categoria de patrimônio nacional, “que, efetivamente, caracterizou a distinção entre os bens tombados e redundou na atribuição de um *status* diferenciado entre os mesmos”,⁵⁸⁵ já a segunda noção, diz respeito a classificação desse patrimônio e o seu registro em quatro livros de tombo distintos, nas categorias assim descritas por Mário, porém Rodrigo acabou desvinculando esses livros dos museus nacionais com assuntos correspondentes, quando redigiu a sua proposta. Ainda em relação aos livros de tombo, o Diretor do Sphan chegou a cogitar rever as proposições de Mário de Andrade, como sugere um documento guardado no Arquivo Central do Iphan, onde vemos diversos esboços de estudos para a organização do Serviço, com propostas de organogramas e, inclusive, a sugestão da incorporação de mais dois outros livros de tombo, um para “Papéis” e outro para “Discos, Filmes e Fotografias”.⁵⁸⁶ Entretanto, esses dois pontos levantados por Chuva, como criações de Mário que foram incorporadas por Rodrigo, também se fazem presentes nas proposições anteriores, escritas desde a década de 1920, seja na Bahia, seja em Pernambuco, seja em Minas Gerais. A distinção que se daria aos bens protegidos, bem como a ideia de criação dos livros de tombo, ao contrário do que a historiografia oficial tenta passar, não foram invenções andradeanas presentes no Sphan, mas sim, elementos presentes na emergência das discussões patrimoniais no país feitas pelos mais diversos agentes.

⁵⁸⁴ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 159.

⁵⁸⁵ Ibid., p. 161.

⁵⁸⁶ Documento do Gabinete do Ministro da Educação manuscrito, [1937]. Pasta 49, envelope 04, Série Arquivo Técnico e Administrativo, Arquivo Central do Iphan.

A escrita de uma nova proposta, que veio a ser efetivada, teve início assim que Rodrigo Mello Franco de Andrade assumiu seu cargo como Diretor do Sphan. Segundo o depoimento de Judith Martins, sua secretária por muitos anos, ele logo “começou a movimentar amigos, juristas, literatos – gente que entendesse do assunto, que era praticamente novo, aqui no Brasil, para estudarem o projeto do Mário de Andrade”.⁵⁸⁷ A ideia inicial era reduzir o projeto do Span de Mário, que, no entanto, foi inteiramente modificado, tendo colaborado como consultores jurídicos Afonso Arinos e Prudente de Moraes Neto. O “Prudentinho”, como era chamado, manteve uma amizade próxima com Mário de Andrade e Manuel Bandeira, além do próprio Rodrigo, para quem prefaciou o livro de contos *Velórios*. Já em relação a Afonso Arinos, Clara Emília Malhano destaca que ele foi levado a colaborar com Sphan através de dois caminhos.

O primeiro, por sua grande amizade a Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor da Instituição, e seu primo, a quem se refere com admiração, considerando-o *modelo de bom gosto, segurança formação literária e severidade e afetuosa justiça*. Além de Rodrigo, havia o Ministro Gustavo Capanema, colega dos tempos de colégio, na pasta da Educação e Saúde, assessorado por Carlos Drummond de Andrade, que dirigiu o *Diário de Minas*, onde Afonso Arinos foi colaborador. O segundo caminho resultou das próprias circunstâncias de seu pensamento, assumindo em 1936, em *Conceito de Civilização Brasileira*, onde investe contra o nacionalismo teórico e congratulatório, propondo uma defesa do regionalismo com base histórica e cultural.⁵⁸⁸

Afonso Arinos frequentava ativamente as dependências do Sphan no Edifício Nilomex, onde chegou a ministrar um curso aos funcionários do Serviço, em 1941, transformando, em 1944, na sua publicação mais conhecida a respeito das questões ligadas ao patrimônio: *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Naquele momento, não somente Afonso Arinos e “Prudentinho”, avaliaram o projeto de Mário; o artista Pedro Corrêa de Araújo e a antropóloga Heloísa Alberto Torres também expressaram suas opiniões acerca da proposta. Corrêa de Araújo focou seus comentários na questão das Belas Artes e da organização dos museus, inclusive se opondo ao tombamento de obras de arte pertencentes a particulares, defendendo ainda que as questões ligadas ao folclore ficassem excluídas da primeira etapa de

⁵⁸⁷ MARTINS, Judith apud THOMPSON, Analucia (org.). *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p. 31.

⁵⁸⁸ MALHANO, Clara Emília S. M. B. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920-1945*. Rio de Janeiro: Lucerna, FAPERJ, 2002, p. 110.

instalação do Serviço, “enquanto não for estabelecido um Serviço Geral das Artes”, ficando, então, dependente “das Bibliotecas e Instituto de Música Federais”.⁵⁸⁹

Heloísa Alberto Torres, nascida no Rio de Janeiro, em 17 de setembro 1895, iniciou sua carreira de antropóloga, em 1918, no Museu Nacional onde, em 1925, começou a dar aulas na Divisão de Antropologia, Etnografia e Arqueologia, se tornando professora chefe seis anos depois. Heloísa Alberto Torres foi ainda a vice-diretora do Museu, entre 1935 e 1937, para, em 1938, assumir de vez o cargo onde permaneceu, até 1955, sendo a primeira diretora mulher da instituição. Para Walter Lowande, a concepção de patrimônio nacional, em Heloísa Alberto Torres, assim como no Museu Nacional, era “bastante ampliada, abrangendo tanto ‘culturas’ objetificadas em sua totalidade quanto os seus ‘aspectos materiais de cultura’ que poderiam ser transformados em coleções museológicas”.⁵⁹⁰ Em razão de suas concepções e do posto que ocupava, talvez, Alberto Torres tenha feito as críticas mais duras, e que mais repercutiram, à proposta de Mário de Andrade. Em uma carta, datada de 9 de maio de 1936, Heloísa escreveu a Rodrigo com seus comentários a respeito da proposta de criação Span, sendo fortemente contrária às mudanças propostas por Mário na estrutura do Museu Nacional.

A organização desses trabalhos de defesa [do patrimônio no país], não pode ser iniciada pela mutilação de um instituto centenário e glorioso, quando um dos primeiros monumentos nacionais a serem tombados pelo Serviço projetado deveria ser certamente o Museu Nacional.⁵⁹¹

Rebatendo fortemente a proposta de Mário, Heloísa Alberto Torres segue fazendo uma defesa em relação ao seu campo de estudo, onde justifica a decisão de querer manter próximas as sessões de Etnografia e Ciências Naturais, visto que o afastamento delas seria prejudicial às pesquisas desenvolvidas pelo Museu.

O projeto que indica tantas medidas de valor no tocante à história e à arte, parece quase que só ter tomado em consideração esse aspecto da vida dos nossos selvícolas; não consultou absolutamente o interesse das ciências antropológicas, e é a favor delas que eu pugno. Penso que se poderia estabelecer uma colaboração estreita entre a Seção de Etnografia do Museu Nacional e o “Serviço”, uma verdadeira articulação entre duas

⁵⁸⁹ Considerações sobre o projeto intitulado Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, Pedro Luiz Corrêa de Araújo, [1937]. Pasta 49.01, Série Arquivo Técnico e Administrativo, Arquivo Central do Iphan.

⁵⁹⁰ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Uma história transnacional da modernidade: produção de sujeitos e objetos da modernidade por meio dos conceitos de civilização e cultura e do patrimônio etnográfico e artístico*. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2018, p. 412.

⁵⁹¹ TORRES, Heloísa Alberto apud ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 151.

entidades e da qual poderia resultar benefício considerável para este sem prejuízo dos trabalhos que aquela levasse a efeito. Todo o material de etnografia constaria do tombamento, os técnicos do Museu Nacional colaborariam no Conselho Consultivo do Sphan, organizariam relações de jazidas etnográficas a serem tombadas, levantaria mapas com a distribuição geográfica dos monumentos a serem protegidos, elaborariam monografias a serem publicadas pelo Sphan.⁵⁹²

Heloísa sugere uma colaboração mais afinada entre o Serviço e o Museu Nacional, com um interesse na preservação do patrimônio no país. Como veremos no capítulo seguinte, de fato, houve essa colaboração e o Museu Nacional, foi uma instituição muito bem representada no Conselho Consultivo. Walter Lowande defende que tanto Heloísa Alberto Torres quanto o Museu, naquele momento, detinham força suficiente, inclusive fora do país, para atrapalhar a instalação do Serviço, mobilizando políticos e intelectuais contra Rodrigo Mello Franco de Andrade, caso os interesses do Sphan fossem de encontro aos do Museu Nacional, ou seja, se o plano de Mário de Andrade para o Museu fosse implementado.⁵⁹³ Para Lowande, “não se pode desconsiderar o peso do campo antropológico em construção no país no que diz respeito à construção do Sphan”,⁵⁹⁴ a opção de Rodrigo, em acatar as críticas feitas por Heloísa, desconsiderando a proposta Mário para o Museu Nacional, passa “pela compreensão da forma pela qual os intelectuais envolvidos se estruturavam, naquele momento, em redes sociais”.⁵⁹⁵ Em tais circunstâncias, segundo Lowande, Rodrigo se deparava com quatro grupos distintos interessados na proposta do Sphan: os modernistas mineiros, que teria um interesse específico na arquitetura do período colonial, sobretudo a religiosa e localizada em Minas Gerais; o grupo de arquitetos modernistas que, próximos a Capanema, estavam projetando a nova sede do Ministério da Educação; a intelectualidade paulista, que tinha um projeto de ampliar nacionalmente seus projetos culturais; e,

⁵⁹² TORRES, Heloísa Alberto apud ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 151.

⁵⁹³ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Uma história transnacional da modernidade: produção de sujeitos e objetos da modernidade por meio dos conceitos de civilização e cultura e do patrimônio etnográfico e artístico*. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2018, p. 416.

⁵⁹⁴ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Luís Saia e a evolução arquitetônica regional: da morada paulista às práticas de proteção ao patrimônio cultural nacional. *Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 18-19, 2014, p. 43.

⁵⁹⁵ Ibid., p. 44.

por fim, o Museu Nacional, que tinha um interesse na proteção de sítios arqueológicos, bem como em questões biológicas e antropológicas.⁵⁹⁶

Postas as cartas na mesa, Mello Franco de Andrade possuía três alternativas: 1) propor uma política com ênfase no patrimônio arquitetônico, o que agradaria arquitetos modernos e modernistas mineiros; 2) contemplar a proposta de proteção do patrimônio arqueológico e etnográfico do Museu Nacional; 3) acatar o projeto amplo de Mário de Andrade. Os projetos “1” e “2” poderiam coexistir, e Mello Franco teria apoio de seus correligionários mineiros, dos arquitetos modernos e do Museu Nacional; mas a adoção de “3” pressuporia desagradar todos os outros grupos para contar com o apoio apenas dos paulistas, que, além de tudo, haviam participado ativamente do movimento de 1932. Na verdade, Mello Franco dispunha então de apenas duas alternativas.⁵⁹⁷

Rodrigo Mello Franco de Andrade reconheceu que não tinha forças para entrar nesse embate, então, optou por construir uma política de preservação focada num patrimônio arquitetônico, porém sem descartar a colaboração do Museu Nacional na questão. O não aproveitamento das propostas de Mário de Andrade, que tinha apenas um apoio da elite paulista, se mostrou uma decisão, na verdade, muito mais prática do que uma desconsideração por aquelas ideias. Rodrigo apresentou a Mário a sua proposta, ao qual o paulista, em 29 de julho daquele ano, respondeu

Li seu projeto de lei que achei, pelos meus conhecimentos apenas, ótimo (...) Vocês ajudem com todas as luzes possíveis a organização definitiva, façam e desfaçam à vontade, modifiquem e principalmente acomodem às circunstâncias, o que fiz não tomou em conta muitas circunstâncias porque não as conhecia.⁵⁹⁸

A simpatia de Mário nessa resposta, porém, não o impediu de se sentir ofendido com as críticas feitas por Heloísa Alberto Torres, chegando a se defender perante Rodrigo em algumas cartas, rebatendo as críticas feitas pela antropóloga e diretora do Museu Nacional ao seu projeto e a acusando de entender etnografia apenas como “ameríndia”, ao passo que ele a entenderia como “popular”. O Diretor do Sphan não insistiu na questão e, em resposta a Mário, datada de 1º de agosto de 1936, afirma que lhe “pareceu impraticável organizar um museu de arqueologia,

⁵⁹⁶ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Luís Saia e a evolução arquitetônica regional: da morada paulista às práticas de proteção ao patrimônio cultural nacional. *Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 18-19, 2014, p. 44.

⁵⁹⁷ Ibid.

⁵⁹⁸ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 60.

etnografia e arte popular com a oposição intransigente de todo o pessoal do Museu Nacional”,⁵⁹⁹ sugerindo ainda que poderia desistir de vez da proposta

caso me compenetre da impossibilidade de aparelhar decentemente este Serviço, direi com franqueza ao Capanema que é melhor desistir de tudo, ou então chamar o José Marianno para fazer o que ele pretendia e que custará pouco, - a tal Inspetoria de Monumentos Públicos de Arte.⁶⁰⁰

A proposta de Marianno Filho dizia respeito à criação de uma Inspetoria de Monumentos Públicos de Arte, que seria subordinada ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rodrigo via nessa proposta uma incompatibilidade entre o desejo de Mário e o desejo de Marianno Filho, relatando os problemas dessa proposição em uma carta escrita a Capanema

o projeto em apreço é não só inconciliável com o espírito que presidiu à elaboração do plano do Sr. Mário de Andrade, mas também com a própria estrutura do Sphan na medida em que atribuições da Inspetoria se revelam incompatíveis com as funções que cabem ao Conselho Consultivo, às Comissões Regionais do Tombamento, ao Conselho Fiscal, etc., conforme o plano aprovado pelo presidente das República. Por conseguinte, não havendo possibilidade de incluir a Inspetoria de Monumentos Públicos de Arte na organização do serviço traçada pelo diretor do Departamento Municipal de Cultura de S. Paulo, cumprirá escolher entre o projeto de autoria do Dr. José Marianno (filho) e o do Sr. Mário de Andrade.⁶⁰¹

José Marianno Filho, naquele momento, se sentia injustiçado com a sua exclusão das políticas de preservação levadas a cabo pelo governo federal. Ele se considerava a autoridade mais competente no país para discutir a produção artística do período colonial brasileiro e selecionar as edificações merecedoras de preservação. Seu defeito, talvez, era não ser modernista e, possivelmente por essa razão, não tenha tido a inserção nas ações de preservação do patrimônio no país perante a importância que julgava ter. Em 26 de maio 1936, tomando conhecimento da proposta que se desenhava dentro do Ministério da Educação, Marianno Filho publicou o artigo *Acerca do Patrimônio artístico da nação*, onde clama pra si aquela iniciativa e destaca que “o cadastramento dos edifícios de interesse histórico do Rio de Janeiro está feito. É coisa que se pode positivar em 24 horas”, que somente “gente insuficientemente informada sobre o assunto, supõe que seja difícil caracterizar os monumentos arquitetônicos dignos de merecerem o amparo

⁵⁹⁹ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 120.

⁶⁰⁰ Ibid., p. 121.

⁶⁰¹ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de apud VELOSO, Mariza. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 168.

oficial”.⁶⁰² Rodrigo, três dias depois, ofendido, respondeu a José Marianno, se incluindo entre “a gente insuficientemente informada sobre o assunto”, demandando a Marianno Filho “os elementos necessários à realização desse trabalho”.⁶⁰³

A proposta de José Marianno Filho acabou sendo deixada de lado e Rodrigo Mello Franco de Andrade seguiu na elaboração da sua própria. Alguns autores, como Mário Chagas, defendem que o projeto aprovado é fruto do pensamento de Rodrigo e não está atrelado ao anteprojeto de Mário de Andrade, que foi, de certa forma, acomodado e modificado, sendo que “a conceituação de bem cultural de M.A. foi rejeitada, a explicitação de M.A. em relação à origem do bem cultural a ser preservado foi mascarada, o seu projeto museológico foi postergado”.⁶⁰⁴ Já Márcia Chuva defende que há uma “intertextualidade”,⁶⁰⁵ entre os dois escritos, fazendo uma análise comparativa entre a proposta de Rodrigo aprovada e o anteprojeto de forma bastante detalhada em *Os arquitetos da memória*. Esse quadro comparativo, elaborado por Chuva, busca mostrar similaridades entre os dois textos de uma forma bastante atenciosa, listando elementos suprimidos e aproveitados por Rodrigo na redação do seu projeto, defendendo que o anteprojeto teve um caráter mediador no processo até que se chegasse a um texto definitivo. No entanto, entendemos que alguns dos elementos considerados por Márcia Chuva nessa comparação, a exemplo da existência do livro de tombo, também aparecem em propostas anteriores.

Dos documentos usados por Rodrigo Mello Franco, na elaboração do seu projeto de lei, o mais conhecido, sem sombra de dúvidas, é o anteprojeto de Mário de Andrade, talvez em função do que a própria historiografia construiu em torno da figura de Mário. Contudo além dele, outros textos também foram utilizados na escrita da proposta, tendo Rodrigo assumido um papel de aglutinador dessas sugestões, embora isso não seja evidenciado pela historiografia oficial, que priorizou, de forma

⁶⁰² MARIANNO FILHO, José. Acerca do Patrimônio artístico da nação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 maio 1936.

⁶⁰³ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de apud VELOSO, Mariza. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 166.

⁶⁰⁴ CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. *Cadernos de Sociomuseologia* Nº. 13. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1998, p. 85.

⁶⁰⁵ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p.153.

geral, o papel desempenhado por Mário de Andrade no início do processo como o único, de certa forma, relevante. A escrita definitiva do projeto de lei, por parte de Rodrigo, se deu de forma rápida e, em 23 de julho de 1936, ele enviou a Gustavo Capanema a sua proposta para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. No documento que remete seu projeto ao Ministro, o Diretor do Sphan revela diversas das fontes que ele usou na elaboração do seu texto:

Serviu-lhe de base o trabalho notável que, por solicitação de V. Exa., foi executado pelo professor Mário de Andrade e que já mereceu a aprovação do Snr. Presidente da República. Mas outros subsídios valiosos foram igualmente utilizados para sua elaboração, cumprindo destacar dentre estes os seguintes: o excelente esboço de anteprojeto de lei federal apresentado em 10 de julho de 1925 por uma comissão nomeada pelo Governo do Estado de Minas Gerais e da qual foi relator o Snr. Jair Lins; o projeto nº 230 de 1930 submetido à Câmara pelo deputado Wanderley Pinho; a legislação federal vigente, em particular o regulamento baixado pelo decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934, relativo ao Museu Histórico Nacional, e o regulamento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, aprovado pelo decreto nº 24.337, de 5 de junho de 1934; finalmente, a legislação estrangeira, sobretudo a francesa e a mexicana. Além destes elementos, o anteprojeto ora submetido à esclarecida censura de V. Exa. deve muito ainda ao concurso inteligente e douto de certo número de juristas e especialistas nas questões versadas no trabalho em apreço, os quais tiveram a bondade de opinar a seu respeito por solicitação deste serviço.⁶⁰⁶

Desses especialistas, como já discutimos, se destacaram Afonso Arinos, Prudente de Moraes Neto, Heloísa Alberto Torres e Pedro Corrêa de Araújo. Já em relação às outras referências, fica evidente que Rodrigo se apropriou das experiências anteriores de tentativa de criação de um órgão encarregado da preservação do patrimônio, da atuação da Inspetoria do Museu Histórico Nacional e do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil,⁶⁰⁷ bem como de experiências legislativas estrangeiras. A proposta de lei de Rodrigo, foi apresentada pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a Getúlio Vargas que, em 15 de outubro de 1936, a enviou ao Congresso Nacional. Na exposição de motivos que encaminhou junto ao projeto, defendendo a pertinência da legislação, Vargas defendeu que o Sphan já havia sido criado através da reforma administrativa promovida no Ministério da Educação, e que,

Não basta, entretanto, que se instale o órgão, senão também é preciso estabelecer legislação especial, adequada aos fins a que ele se destina, e

⁶⁰⁶ Ofício n.º 24, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o Ministro da Educação e Saúde, 23 de julho de 1936. Pasta 42, envelope 01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

⁶⁰⁷ Criado pelo Decreto 22.698, de 11 de maio de 1933, atendendo a anseios antigos de pesquisadores do Museu Nacional.

que, regulando a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, o faça sob todos os aspectos: definindo primeiramente a complexidade e variedade desses patrimônio; organizando o respectivo tombamento; disciplinando a transferência dos bens a ele incorporados; promovendo a restauração e conservação desses bens, transformando, em suma, em riqueza viva e útil, com repercussão no nosso desenvolvimento cultural, e objeto de beleza ou de tradição que, entre nós, jaz mais ou menos abandonado.⁶⁰⁸

O Sphan, que já vinha atuando há mais de um ano no processo de inventário de bens a serem tombados, necessitava daquela legislação, que interferiria no direito de propriedade, para poder dar início a uma proteção mais efetiva daqueles bens selecionados para ficarem sob a sua guarda. Ao longo de mais de um ano de tramitação, a proposta de Rodrigo estava marcada para ser votada e ter sua redação final dada no dia 10 de novembro de 1937, o mesmo em que Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e deu um golpe instaurando o Estado Novo no país. O projeto de organização do patrimônio nacional, pensado por Rodrigo Mello Franco de Andrade, ficou severamente ameaçado naquele momento, inclusive a sua manutenção no cargo não era garantida, uma vez que nem mesmo o próprio Ministro da Educação, Gustavo Capanema, estava assegurado na nova composição do Governo. Naquela ocasião, Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, AIB, percebendo a intenção de Getúlio Vargas em não realizar eleições presidenciais e tomar o poder, optou por apoiar o golpe na esperança de receber favores em troca, chegando Vargas a oferecer o comando do Ministério da Educação e Saúde aos integralistas. As lideranças do movimento chegaram a indicar o nome do diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, para ocupar a pasta, indicação que foi informada a Francisco Campos, um dos articuladores do golpe e novo Ministro da Justiça, mas não se sabe ao certo os motivos desta nomeação nunca ter acontecido. Certo, porém, é que se, naquele momento, Barroso tivesse assumido a pasta da Educação, a trajetória das políticas de preservação no país teria se dado de forma completamente diferente.

Ainda em um clima de incertezas a respeito da sua permanência no cargo, e diante do fechamento do Congresso Nacional, Gustavo Capanema envia a Getúlio Vargas uma exposição de motivos em defesa do projeto elaborado por Rodrigo Mello Franco de Andrade, interrompido em fase final. Nesta defesa, Capanema exalta a figura de Vargas por ter criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

⁶⁰⁸ Exposição de motivos, de Getúlio Vargas para a Câmara Federal, 15 de outubro de 1936. Pasta 49, envelope 03, Série Arquivo Técnico e Administrativo, Arquivo Central do Iphan.

Nacional e argumenta que a ação do Sphan “não teria a necessária eficiência se não fossem fixados os princípios fundamentais da proteção das coisas de valor histórico ou artístico”,⁶⁰⁹ relatando o processo de construção dessa normativa jurídica.

Na sua feitura, aproveitou-se tudo quanto de útil, entre nós, se projetara anteriormente. Foi consultada e atendida, no que pareceu conveniente, a legislação estrangeira. Vossa excelência apresentou o projeto ao Poder Legislativo em 15 de outubro de 1936. Na Câmara dos Deputados não se lhe fez emenda. O Senado Federal introduziu-lhe algumas pequenas modificações. A 10 do corrente mês de novembro, quando se decretou a nova Constituição, estava o projeto em fase final de elaboração, de novo na Câmara dos Deputados. Retomando agora o projeto inicial, julguei de bom aviso nele incluir, com um ou duas exceções, as emendas do Senado Federal, e ainda um ou outra nova disposição com o que se lhe melhorou o texto. O projeto de decreto-lei, que ora tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência é, assim, o resultado de longo trabalho, em que foram aproveitadas as lições e os alvitre dos estudiosos da matéria.⁶¹⁰

O projeto inicial de Rodrigo, ao final das contas, foi levemente modificado por Capanema, incluindo as alterações propostas pelo Senado e algumas revisões pessoais suas para se transformar no texto final que resultou no decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que, ao criar a figura jurídica do tombamento, foi a primeira normativa brasileira que limitou o direito de propriedade. Ao se comparar a redação do decreto-lei com a projeto em tramitação na Câmara dos Deputados, que possui uma cópia depositada no Arquivo Mário de Andrade, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, IEB/USP, percebemos algumas pequenas diferenças entre os textos, como na quantidade de artigos e na redação de alguns deles, porém, são mudanças que não alteram o espírito geral da norma. Em uma entrevista dada ao jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, publicada poucos dias após o decreto-lei, em 4 de dezembro de 1937, Rodrigo faz alguns comentários a respeito de legislações de outros países, sugerindo algumas das suas inspirações.

Sei de duas que são quase perfeitas: a do Egito e a da Itália que foram renovadas há pouco. Outras há como a da França que é excelente, mas não se encontra ainda verificado. As dos Estados Unidos e do México, datam de 1934 e estão a altura de atender às necessidades daqueles países. Portugal tem uma legislação desordenada. É o caso da França. A do Brasil tendo tardado é, ao meu ver, a mais completa. Salvou-se das deficiências destas leis que são feitas umas sobre as outras, multiplicando-se, mais do que se completando.⁶¹¹

⁶⁰⁹ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980, p. 109-110.

⁶¹⁰ Ibid.

⁶¹¹ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de apud HISTÓRIA viva do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1937.

Na mesma entrevista, perguntado se a legislação brasileira havia sido formulada após a instauração do novo governo, em 10 de novembro, ele respondeu que

Não. O projeto é o mesmo que a Câmara já havia preparado com a colaboração do Senado e ao qual faltava somente a redação final; pois sofrera alterações no Monroe.⁶¹² Devo louvar, aqui, o interesse que os parlamentares demonstraram neste sentido. É justo não esquecer o trabalho do Sr. Mário de Andrade, diretor do Departamento de Propaganda de São Paulo,⁶¹³ que elaborou um projeto magnífico, porém de difícil aplicação entre nós, pois as nossas verbas não dariam para atender às suas determinações.⁶¹⁴

O que podemos dizer é que, embora o anteprojeto de Mario de Andrade tenha servido para a instalação provisória do Sphan, ele não consolidou práticas no Serviço e muito menos foi o responsável pela lei que organizaria a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, esta, em muito se assemelha à legislação francesa de 1913, chamada, por Rodrigo, de “desordenada”. O decreto-lei tampouco define claramente, como Mário o fez, o que era o patrimônio a ser preservado. Segundo Márcia Chuva,

o detalhamento apresentado no anteprojeto a respeito das categorias de arte patrimonial foi substituído pela generalidade e subjetividade, permitindo considerar que qualquer objeto poderia estar no interior da categoria de patrimônio histórico e artístico nacional, tornando-se, sem dúvida, mais abrangente, qualidade também que lhe tem garantido atualidade ainda nos dias de hoje. Esse aspecto assemelha-o ao texto legal francês, em que imóveis passíveis de proteção são aqueles que apresentam “um interesse público do ponto de vista histórico ou artístico”. Portanto, não fazendo alusão nem à natureza nem à anciandade do patrimônio, permitia a proteção de qualquer imóvel.⁶¹⁵

Através do decreto-lei, foi estipulando que o patrimônio nacional poderia ser qualquer bem, móvel ou imóvel, visto de forma isolada ou em conjunto, cuja proteção fosse de interesse público seja por uma “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil” seja por “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”,⁶¹⁶ o que deu tamanha elasticidade ao que poderia ser considerado esse patrimônio, que esta definição permaneceu até os dias de hoje. Uma preocupação constante no decreto-lei foi normatizar, juridicamente, um controle

⁶¹² O Palácio Monroe ainda era o edifício sede do Senado.

⁶¹³ Mário, naquele momento, era o Diretor do Departamento de Cultura.

⁶¹⁴ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de apud HISTÓRIA viva do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1937.

⁶¹⁵ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 167.

⁶¹⁶ Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, Art. 1º.

sobre a propriedade privada, estabelecendo alguns dos procedimentos a serem adotados no que tange à questão da preservação no país, determinando, ainda, a obrigação do proprietário em conservar o bem tombado, delegando que o Sphan seria quem garantiria a sua integridade, fiscalizando e autorizando as intervenções realizadas.

É importante enfatizar aqui que as propostas anteriormente apresentadas para regulamentação da proteção do patrimônio no país, também serviram de base para a escrita de Rodrigo do texto que veio a se tornar o Decreto-lei. Márcia Chuva faz um destaque interessante em relação a esses projetos já apresentados, defendendo que eles foram produzidos dentro de um conceito nacionalista presente na década de 1920 e, curiosamente, nenhum deles “partiu daqueles intelectuais envolvidos com as diferentes correntes do movimento modernista”,⁶¹⁷ todos os projetos que chegaram a ser apresentados ao Congresso foram a partir de iniciativas regionais.

Apenas o anteprojeto produzido por Alberto Childe, professor de Arqueologia do Museu Nacional, e que posteriormente comporia o Conselho Consultivo do Sphan, tratou-se de uma iniciativa sem cunho regional e fora do universo daqueles três estados. Datando de 1920, esse anteprojeto sintetizava preocupações relativas não a um patrimônio “histórico e artístico”, mas a um patrimônio arqueológico “pré-histórico”.⁶¹⁸

A primeira dessas iniciativas com o objetivo de organização da proteção de um patrimônio edificado teve origem em Pernambuco e foi feita, ao Congresso Nacional, pelo deputado pernambucano Luiz Cedro, em 3 de dezembro de 1923. Em tal projeto, que propunha a criação de uma Inspetoria de Monumentos Nacionais, Cedro previu que o diretor seria auxiliado por um arquiteto, que deveria ser o profissional mais adequado a exercer a tarefa de cuidar do patrimônio nacional, e que haveria representações regionais da Inspetoria em todas as capitais. Nessa proposta, a classificação dos bens dependeria de uma apresentação feita pela Inspetoria ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores⁶¹⁹ para que este os classificasse como Monumentos Nacionais. As propostas viriam das representações estaduais ou dos próprios proprietários. Utilizando-se da fotografia como principal recurso de documentação das edificações, Cedro ainda previu que cada monumento

⁶¹⁷ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 153.

⁶¹⁸ Ibid., p. 154.

⁶¹⁹ Naquele ano o Ministério da Educação e Saúde ainda não havia sido criado.

receberia, em sua fachada, uma placa com os dizeres “Monumento Nacional”. Todas essas práticas, embora não previstas no decreto-lei, foram, de certa forma, corriqueiramente adotadas pelo Sphan, onde a fotografia se tornou uma ferramenta imprescindível em todas as fases que iam desde a identificação até a catalogação e a execução de obras nos edifícios, que, em um sem número de casos, receberam placas de bronze com os dizeres “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.

A importância que o Sphan deu ao uso da fotografia está presente desde o início das atividades do Serviço, com a contratação de seus primeiros representantes regionais. Em 22 de outubro de 1936, foi publicada, no jornal carioca *O Globo*, uma entrevista com Rodrigo,⁶²⁰ onde o jornalista, ao apresentar a importância da criação do órgão, faz uma descrição detalhada do escritório do Diretor do Serviço, localizado no Edifício Nilomex.

A sala é modesta. Aquele gabinete onde vão sendo catalogadas com muito carinho as fotografias dos monumentos artísticos do Brasil contrasta com a suntuosidade de outros departamentos oficiais. Sobre a mesa de trabalho do sr. Rodrigo M. F. de Andrade há muitos volumes sobre os trabalhos que associações europeias congêneres realizaram noutros países. Daquela literatura fazem parte também os raros volumes que se escreveram no Brasil sobre a matéria. Nos arquivos e nas gavetas são-nos mostrados, mais tarde, álbuns de fotografias que dão ao repórter a ideia de quanto vale, apesar de desconhecido e já grandemente desfalcado, o nosso patrimônio artístico. Há ali reproduções kodackizadas de edifícios e monumentos que lembram os capítulos mais cheios de vida e esplendor heroico da história brasileira.⁶²¹

Nessa visita ao escritório do Serviço, o Diretor mostrou ao repórter imagens de diversos monumentos espalhados pelo Brasil, como da Casa dos Contos, em Ouro Preto, e de uma porta de igreja “com desenhos de motivo africano”,⁶²² a entrevista foi capa do jornal no dia, mostrando “reproduções kodackizadas” da Igreja e do Convento de São Francisco, em Salvador,⁶²³ e do próprio Diretor do Serviço. Certamente, tais imagens foram enviadas a Rodrigo pelos seus mais diversos representantes regionais, contratados a partir do início de funcionamento provisório do Sphan, como veremos a seguir.

⁶²⁰ Rodrigo, nessa entrevista, acerca da preservação de um patrimônio relativo à “civilizações ameríndias”, fez elogios à atuação de Roquette-Pinto, Heloísa Alberto Torres, Raimundo Lopes e outros intelectuais do Museu Nacional nesse sentido.

⁶²¹ ESTAVAM roubando o patrimônio artístico do Brasil! *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 out. 1936.

⁶²² Ibid.

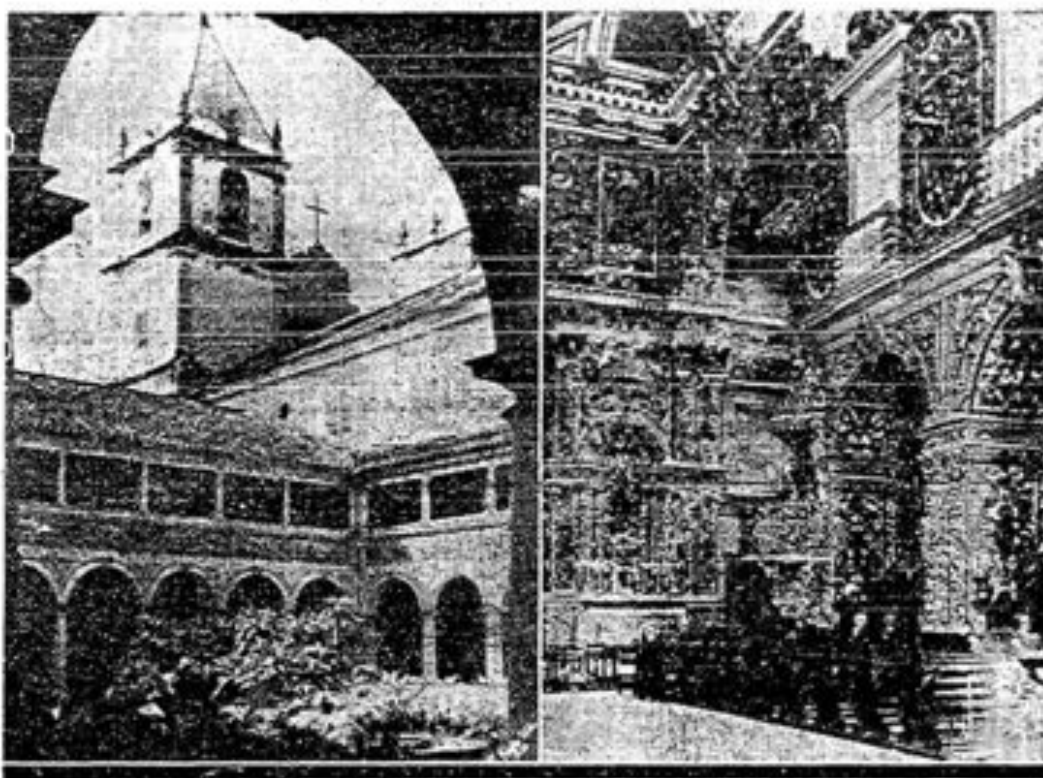
⁶²³ Embora as duas imagens estejam identificadas como “o claustro do convento do Carmo, na Bahia, e um belo detalhe do seu sumptuoso templo”, se tratam, na verdade, das edificações franciscanas de Salvador.

Imagem 35 – Recorte da capa do jornal *O Globo*, de 22 de outubro de 1936.

Estavam roubando o patrimonio artistico do Brasil!

Vae ser organizada a defesa ás nossas reliquias historicas

A historia de uma civilização pela arte do seu povo — A riqueza dos templos e o capitulo preto — Recordações amerindias e lembranças de Nassau — Uma entrevista com o Sr. Rodrigo M. F. de Andrade



O claustro do convento do Carmo na Bahia, e um bello detalhe do sumptuoso templo

Fonte: Acervo O Globo.⁶²⁴

Ainda é importante lembrar aqui que Gilberto Freyre esteve envolvido na apresentação do projeto de Luiz Cedro, assim como a questão do uso da fotografia, como recurso documental, foi uma prática corrente da Inspetoria de Monumentos de Pernambuco, criada e chefiada por Anníbal Fernandes, questão que já exploramos em outras ocasiões. Como veremos a seguir, Gilberto e Anníbal foram, em 1937,

⁶²⁴ Agradeço a Raphael Díaz por essa imagem.

contratados para auxiliar os trabalhos do Sphan em alguns estados do Nordeste, nos fazendo refletir que, talvez, a apropriação dessas propostas levadas ao Congresso Nacional por Cedro tenham chegado a Rodrigo não somente através do projeto de 1923, mas também através da atuação desses técnicos do Sphan em seus anos iniciais.

A segunda iniciativa relacionada a proteção de um patrimônio nacional, veio de Minas Gerais, em 1924, com a proposta de Augusto de Lima Júnior de proibir a saída do país de obras de arte tradicionais, assunto que assombrou as cidades mineiras nas primeiras décadas do século XX, e que se fez presente no decreto-lei. De Minas ainda veio uma outra proposta de proteção do patrimônio nacional, esta elaborada pelo jurista Jair Lins, enquanto relator da comissão designada por Fernando Mello Viana, Presidente de Minas Gerais. Lins apresentou um esboço para um anteprojeto de lei, em julho de 1925, para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional que nunca chegou a se transformar em alguma proposta legislativa, se caracterizando mais por um exercício intelectual. Nesse texto, o jurista comenta vários pontos da legislação francesa sobre monumentos históricos, além de citar a existência do mesmo tipo de norma em países tais como Áustria, Grécia, Inglaterra, México e Portugal, defendeu, dentre outras questões, o direito de preferência do poder público em adquirir os bens classificados e a proibição de saída deles do país, assim como a catalogação dos bens históricos e artísticos em “livros especiais”, o que, no projeto do Span de Mário de Andrade, foi chamado de Livro do Tombo. Esta catalogação seria “voluntária” ou “compulsória”, e Lins estipulou os procedimentos para quando ela se desse contra a vontade do proprietário, questão que foi bastante detalhada no decreto-lei, assim como uma preocupação com a vizinhança do bem preservado. Lins ainda previu que cada um dos estados deveria organizar o seu próprio Serviço, pensando também em uma linha de publicações, que ressurgiu no anteprojeto de Mário e na prática do Sphan, quando este publicou livros e uma revista.

Por fim, a terceira, e última, proposta foi de autoria do deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho, que a apresentou duas vezes ao Congresso Nacional, uma em 1930, antes da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, e outra em 1935, sendo o texto de Pinho um referencial importante para a escrita do decreto-lei. Nesta proposta, Wanderley Pinho reafirmou a visão de conjunto que tinha do patrimônio,

como já vimos no primeiro capítulo, ao defender, no art. 2º, que “todas as coisas que constituem o patrimônio histórico-artístico nacional serão catalogadas, em conjunto ou parceladamente”,⁶²⁵ não se referindo apenas a objetos móveis, pois, no art. 3º, ao definir quais seriam os bens imóveis frutos da proteção do Estado ele determinou que estes poderia ser, também, “edificações isoladas ou em conjunto”.⁶²⁶ Wanderley Pinho também previu, neste projeto diversos elementos que foram incorporados às práticas do Sphan, como, por exemplo, a autonomia do órgão na definição desse patrimônio, a normatização das práticas através de um regulamento, ações conjuntas entre o Governo Federal e repartições congêneres dos Estados, bem como a fundação e manutenção de museus locais. Além de prever que o Inspetor de Monumentos fosse o Diretor do Museu Histórico Nacional, estratégia adotada nas três inspetorias de monumentos que existiram no país, como vimos nos capítulos anteriores, Pinho ainda propôs a criação de um Conselho Consultivo, composto por diretores de museus federais, e outras instituições congêneres, a exemplo da Biblioteca Nacional, contendo membros da sociedade civil, como um representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de Arquitetos, além de diretores de museus particulares e colecionadores de antiguidade e obras de arte, bem como um membro indicado pelo arcebispado do Rio de Janeiro. O desenho do Conselho Consultivo adotado quando da criação do Sphan foi, praticamente, dado pelo projeto de Wanderley Pinho.

Márcia Chuva defende que esses projetos regionais foram caracterizados “pela tentativa de definir medidas juridicamente cabíveis para a ‘proteção do patrimônio histórico e artístico nacional’ e seus procedimentos burocrático-administrativos”.⁶²⁷ Além disso, eram propostas articuladas a interesses regionais e que não frutificaram no momento de sua apresentação em função se serem projetos que não representavam um interesse hegemônico que tivesse força política necessária para alterar princípios constitucionais que regiam o direito à propriedade, o que só aconteceu a partir da Constituição promulgada em 1934, que dispôs que caberia à União “proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do

⁶²⁵ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980, p. 79.

⁶²⁶ Ibid., p. 80.

⁶²⁷ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 159.

País”.⁶²⁸ Estando essas três propostas inspiradas pela legislação francesa de 1913, Chuva apontou elementos que as aproximam, como a proposta de criação de uma Inspetoria, se utilizarem na noção de classificação e catalogação, além das restrições impostas à propriedade privada. Preceitos estes, de certa forma, também presentes no anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, o que nos faz concluir que, diante dessas comparações, o texto de Mário foi uma proposta com um grau de importância semelhante ao das anteriores, usada como uma de várias referências no processo de escrita de Rodrigo de uma lei de proteção do patrimônio no país. De forma geral, a historiografia oficial resume essas três propostas a meros elementos antecipadores de um projeto maior, elaborado por Mário e modificado por Rodrigo, que não frutificaram após as suas apresentações. No entanto, quando analisamos aqueles textos, percebemos que as propostas oriundas de Pernambuco, de Minas Gerais e da Bahia foram incorporadas, ora no decreto-lei, ora nas práticas adotadas pelo Sphan, de tal maneira que elas não podem ser vistas, com tão pouca importância.

Diante da publicação do decreto-lei n.º 25, em 30 de novembro de 1937, Rodrigo Mello Franco de Andrade agora tinha uma figura jurídica que o auxiliaria na preservação daquilo que ele definiu como os documentos de identidade da nação brasileira. No entanto, para se tomar esse patrimônio era necessário primeiro identificá-lo, e essa foi uma tarefa que o mineiro buscou executar desde os seus primeiros meses como Diretor do Sphan, ao montar o seu escritório no sétimo andar do Edifício Nilomex e a contratar uma equipe para auxiliá-lo nesse trabalho, como veremos a seguir.

4.1.3 Os primeiros anos, 1936 e 1937

O Sphan, como vimos, foi autorizado a entrar em funcionamento provisório a partir de um despacho de Getúlio Vargas, em 19 de abril de 1936, sendo efetivado na estrutura do Ministério da Educação somente a partir da lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Esse caráter de funcionamento provisório do órgão, aparentemente, permaneceu por muito mais tempo, tendo em vista a inexistência de um

⁶²⁸ Art. 148, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de Julho de 1934.

regulamento, ou regimento interno, que organizasse a sua estrutura e o seu funcionamento até a publicação do decreto n.º 20.303, datado de 29 de dezembro de 1945, publicado no Diário Oficial da União em 2 de Janeiro de 1946, que regulamentou e padronizou formalmente os procedimentos burocráticos adotados até então.⁶²⁹ Podemos supor, portanto, que entre 1936, ano do início das atividades do Sphan, e 1946, ano da publicação do seu primeiro regulamento, ou seja, em um período de praticamente dez anos, o Serviço funcionou sem a definição clara do quadro técnico ou um conjunto de procedimentos administrativos de forma regulamentada, leia-se, um regulamento que normatizasse os seus procedimentos no trato da questão patrimonial, ficando competências e atribuições, assim como decisões, tais quais a necessidade de contratação de técnicos, a cargo, unicamente, do Diretor do Serviço, Rodrigo Mello Franco de Andrade. Isso, entretanto, não quer dizer que não se tenha tentado regulamentar os procedimentos administrativos do órgão, uma vez que existe, no Arquivo Central do Iphan, um documento sugerindo que, ainda em 1936, se tentou organizar internamente o funcionamento do Sphan.

Este documento, chamado *Regulamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*,⁶³⁰ é datado, provavelmente, do final de 1936, uma vez que no ofício n.º 4, de 29 de janeiro de 1937, Rodrigo Mello Franco de Andrade comenta que estava remetendo a Gustavo Capanema o anteprojeto de regulamento do Serviço, tendo em vista tanto o anteprojeto de Mário de Andrade quanto o projeto de lei de proteção e organização do patrimônio histórico e artístico nacional, apresentado por Getúlio Vargas à Câmara Federal, em 15 de outubro de 1936. Contando com apenas quinze artigos, o *Regulamento* começa, já em seu primeiro artigo, a definir a finalidade do Serviço, que seria “promover em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”,⁶³¹ para, logo em seguida, tomar para si as antigas atribuições da Inspetoria de Monumentos do Museu Histórico Nacional. A menção, neste documento, da Inspetoria de Monumentos

⁶²⁹ Também em 2 de janeiro de 1946, através do Decreto n.º 8.534, o Sphan passou a ser chamado de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dphan.

⁶³⁰ Pasta 42, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante (Gustavo Capanema), Arquivo Central do Iphan.

⁶³¹ Regulamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Art. 1º [1936-1937]. Pasta 42, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante (Gustavo Capanema), Arquivo Central do Iphan.

Nacional reforça a tese de que ele é datado do final de 1936, quando este departamento do Museu ainda estava em pleno funcionamento.

Por esse regulamento, o Sphan estaria dividido em uma Diretoria, um Conselho Consultivo, uma Seção de Tombamento e Fiscalização e, por fim, uma Seção de Publicidade, constando, ainda, a composição, organização e atribuições de cada um desses setores. Em relação à Seção de Tombamento e Fiscalização, estava previsto que ela seria chefiada pelo Diretor do Sphan, sendo também a responsável por “inventariar, fiscalizar e autenticar os bens que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional”,⁶³² dispondo ainda que haveria uma Comissão Central, sediada no Rio de Janeiro, e comissões regionais em todos os estados do País. A respeito da Comissão Central, estava previsto que ela fosse composta por um especialista em arqueologia e etnografia, um historiador ou professor de história da arte, um arquiteto e tantos auxiliares quantos fossem necessários. Podemos perceber que esse desenho para a escolha de áreas do conhecimento para compor a Comissão Central foi respeitada, quando o Rodrigo Mello Franco de Andrade, em 10 de junho de 1936, diante da necessidade de se elaborar “uma relação preliminar dos valores móveis e imóveis que constituem o patrimônio histórico artístico nacional no Distrito Federal, antes de iniciar definitivamente o respectivo tombamento”, solicita a Gustavo Capanema que sejam contratadas quatro pessoas para realização desse serviço: Heloísa Alberto Torres, “para a parte relativa a arqueologia e etnologia”; Francisco Agenor de Noronha Santos, “para a parte relativa a história da cidade”; Carlos de Azevedo Leão, “para a parte relativa a arquitetura”; e Pedro Corrêa de Araújo, “para a parte relativa a artes plásticas”.⁶³³ No ofício transparece que, além do encargo de elaboração de uma lista preliminar de bens a serem tombados no Rio de Janeiro, esses quatro técnicos serviriam também para auxiliar os trabalhos mais gerais do Sphan, sendo, talvez, por isso que cada um dizia respeito a uma das áreas de conhecimento previstas no Regulamento não publicado: arqueologia e etnografia; história; arquitetura e história

⁶³² Regulamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Art. 11 [1936-1937]. Pasta 42, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante (Gustavo Capanema), Arquivo Central do Iphan.

⁶³³ Todas as últimas citações fazem parte do ofício, n.º 13, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o Ministro da Educação e Saúde, 10 de junho de 1936. Pasta 42, envelope 01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

da arte.⁶³⁴ Da mesma forma, foi prevista, de maneira idêntica a da Comissão Central, a composição das Comissões Regionais que existiram nas sedes estaduais,

mas enquanto não for oportuno constituí-las definitivamente nos Estados, as atribuições que lhes competem poderão ser exercidas por delegados da confiança do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, um para cada Estado cujo tombamento se tiver de iniciar, ou pelos Serviços Estaduais já organizados para proteção dos respectivos patrimônios históricos e artísticos, ou ainda por institutos regionais de arqueologia, de história ou de artes.⁶³⁵

É importante ressaltar a previsão que Rodrigo teve de colaborar com as estruturas estaduais, então, estabelecidas naquele momento, sejam organizações civis, como os Institutos Históricos, sejam públicas que, no caso, a única existente era a Inspetoria de Monumentos da Bahia.⁶³⁶ Em relação à estruturação dessas Comissões Regionais, o que se viu, na prática, é que isso não aconteceu, uma vez que nem todos os estados tiveram delegados designados pelo órgão central, tampouco, nos estados que tiveram representações junto à sede, no Rio de Janeiro, as equipes formadas foram tão diversas assim, sendo que, na grande maioria das situações, essas representações eram compostas apenas por um técnico, com um ou outro auxiliar, como veremos mais adiante. Ainda acerca das competências da Seção de Tombamento e Fiscalização, é importante destacar que esta teria a atribuição de apresentar ao Conselho Consultivo as propostas de tombamento, com suas justificativas para integrar o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a fim de que o Conselho deliberasse sobre os tombamentos, o que, na prática, também não foi adotado. Ao Conselho só coube deliberar sobre tombamentos quando houve a tentativa de impugnação pelo proprietário do imóvel, quando não, a decisão ficava a cargo do Diretor do Sphan. Essa situação só mudou a partir de 1946, quando todos os processos de tombamento passaram a ser remetidos para deliberação do Conselho Consultivo.

⁶³⁴ Embora solicitadas nos primeiros meses de funcionamento do Sphan, essas contratações não se deram de imediato, por diversas razões, Pedro Corrêa de Araújo, por exemplo, só foi nomeado Assistente Técnico em 22 de junho de 1937.

⁶³⁵ Regulamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Art. 11, § 2.º. [1936-1937]. Pasta 42, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante (Gustavo Capanema), Arquivo Central do Iphan.

⁶³⁶ A Inspetoria de Monumentos de Pernambuco foi extinta em 1933.

Por fim, a Seção de Publicidade teria a finalidade de “promover a divulgação e a propagação do conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”,⁶³⁷ trabalho este que se daria através de publicações, conferências, cursos, além da publicação de “uma revista com a finalidade de propagar e enriquecer o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”,⁶³⁸ que veio a se tornar a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, cujo primeiro número foi publicado já em 1937. O Sphan também deu início, ainda em 1936, a uma série chamada *Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, que se trataram de monografias de um único autor, dentre eles nomes como Heloísa Alberto Torres,⁶³⁹ Manuel Bandeira⁶⁴⁰ e Gilberto Freyre, que inaugurou a série com *Mocambos do Nordeste*. Na década de 1940 o Sphan também realizou cursos, como um de *História da Arte*, ministrado por Hannah Levy, um de *Arte indígena*, feito por Heloísa Alberto Torres, e o, já citado, curso de Afonso Arinos sobre *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Assim como no caso da Seção de Tombamento e Fiscalização, a de Publicidade também seria chefiada pelo diretor do Serviço.

Percebe-se, a partir da leitura deste documento, que no *Regulamento*, nunca validado oficialmente, Rodrigo Mello Franco de Andrade se deu muito poder para comandar o órgão: o Diretor do Sphan, além de chefiar as duas Seções do Serviço, ainda presidiria as sessões do Conselho Consultivo. Embora algumas questões previstas neste documento não tenham sido aplicadas, Rodrigo, ao menos nessa primeira fase do Sphan, quando o órgão atuou sem um regulamento oficial, teve de fato um grande poder de decidir as ações a serem desenvolvidas pela instituição, capitaneando as primeiras iniciativas de identificação, proteção e restauração de um patrimônio nacional levadas a cabo pelo órgão. De qualquer maneira, foram várias as tentativas de organização do Sphan nesses primeiros anos. Em uma anotação manuscrita encontrada no Arquivo Central do órgão, vemos um organograma com ligações a diversos museus e a oito representações regionais, que seriam: 1ª - Rio

⁶³⁷ Regulamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Art. 13, [1936-1937]. Pasta 42, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante (Gustavo Capanema), Arquivo Central do Iphan.

⁶³⁸ Regulamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Art. 14, [1936-1937]. Pasta 42, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante (Gustavo Capanema), Arquivo Central do Iphan.

⁶³⁹ *Arte indígena na Amazônia*, n.º 6, publicada em 1940.

⁶⁴⁰ *Guia de Ouro Preto*, n.º 3, publicada 1938.

de Janeiro; 2ª - Belém; 3ª - Fortaleza; 4ª - Recife; 5ª - Salvador; 6ª - São Paulo; 7ª - Porto Alegre; e 8ª - Belo Horizonte.⁶⁴¹ Tampouco essa divisão das regionais funcionou nos primeiros anos, muito em função das dificuldades de contratação de uma equipe, quando apenas o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, o Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre, esta última apenas por um curto período, tiveram representantes contratados.

Para dar início às atividades do órgão, Rodrigo começou a formar o primeiro quadro de funcionários que trabalhariam no escritório. Foram contratados, ainda em 1936, Judith Martins, primeiro como Datilógrafa e depois como Secretária; Hércia Dias, também como Datilógrafa e em seguida como Bibliotecária; Pedro Ribeiro, como Contínuo; Otávio Pereira de Souza, como Servente; e, como Secretário, o pintor, professor e historiador da arte Oswaldo Teixeira, que foi o primeiro dos funcionários a deixar o órgão, em 1937. A entrevista realizada pelo *Projeto Memória Oral SPHAN/Pró-Memória*, em 1982, com Judith Martins sugere que Teixeira não tinham um bom relacionamento com Rodrigo, quando esta afirma que ele aparecia no Serviço para ficar desenhando e Rodrigo “estava sempre doido para se ver livre dele”, o que conseguiu, “em conluio com o Capanema”,⁶⁴² que nomeou Teixeira para dirigir o Museu Nacional de Belas Artes, criado através da mesma lei que criou o Sphan, em 13 de janeiro de 1937.

Com pouco mais de um mês do funcionamento provisório do Sphan, Rodrigo se movimentou no sentido de começar a formar, na Capital Federal e fora dela, a equipe técnica que seria responsável pelo levantamento preliminar dos primeiros bens a serem tombados. Foi por essa razão que, em 5 de junho de 1936, o Diretor solicitou que o poeta baiano Godofredo Filho fosse contratado para elaborar “uma relação preliminar dos valores móveis e imóveis que constituem o patrimônio histórico artístico nacional no Estado da Bahia, antes de iniciar definitivamente o respectivo tombamento”.⁶⁴³ Uma vez que, no momento, Godofredo Filho era 2º oficial da Diretoria de Interior e Justiça, da Secretaria de Interior e Justiça no Estado,

⁶⁴¹ Documento do Gabinete do Ministro da Educação manuscrito, [1937]. Pasta 49, envelope 04, Série Arquivo Técnico e Administrativo, Arquivo Central do Iphan.

⁶⁴² MARTINS, Judith apud THOMPSON, Analucia (org.). *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p. 32.

⁶⁴³ Ofício n.º 11, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o Ministro da Educação e Saúde, 5 de junho de 1936. Pasta 42, envelope 01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

Rodrigo pede que o ministro solicite ao governo baiano que ele seja colocado à disposição do Ministério. Essa nomeação de Godofredo Filho foi uma sugestão de Mário de Andrade, com quem o poeta baiano mantinha relações de proximidade desde a década anterior. Mário havia conhecido Godofredo quando estava a caminho de sua viagem ao norte do país, como demonstra algumas anotações do seu diário de viagens.⁶⁴⁴

Seja pelo pouco orçamento disponível, seja pela dificuldade em identificar pessoas para ocupar as representações regionais, no ano de 1936 foram poucas as contratações feitas por Rodrigo, como está evidenciado no ofício n.º 45, de 5 de janeiro de 1937, onde ele solicita ao Ministro da Educação a renovação dos contratos de Oswaldo Teixeira, Godofredo Filho, Judith Martins, Hércia Dias, Pedro Ribeiro e Otávio Ferreira de Souza. Neste mesmo documento, o Diretor do Sphan destaca a “imperiosa conveniência”⁶⁴⁵ de contratação, como assistentes técnicos, do arquiteto Carlos Leão, que já estava colaborando com o Serviço desde o ano anterior, não sendo contratado ainda por falta de verba, e do engenheiro Epaminondas de Macedo, que, no momento, ainda estava realizando serviços para a Inspetoria de Monumentos do Museu Histórico Nacional. Sobre a incorporação de Macedo aos quadros do Sphan, Judith Martins comenta que

O Epaminondas Vieira de Macedo continuou a trabalhar para nós, em Minas Gerais; ele ficou mais ou menos como uma espécie de chefe de distrito lá, porque conhecia, ele mexia muito com as coisas de Minas. Até que o Sylvio de Vasconcellos assumisse a direção do Distrito, Epaminondas trabalhou durante muitos anos para nós.⁶⁴⁶

Sylvio de Vasconcellos, só assumiu a representação regional em Minas Gerais em 1945, onde permaneceu até 1969, no entanto, antes disso, seu pai, o historiador Salomão de Vasconcellos, já havia assumido a representação, em 1938, no lugar de Macedo. Em 6 de abril de 1937, Rodrigo envia a Capanema o ofício n.º 21, onde ele comenta a autorização dada por Getúlio para renovação dos contratos dos funcionários já estabelecidos no Sphan, bem como solicita a contratação, também já autorizada pelo Presidente, de Epaminondas de Macedo, como assistente técnico

⁶⁴⁴ ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p.51 e p. 53.

⁶⁴⁵ Ofício n.º 45, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o Ministro da Educação e Saúde, 5 de janeiro de 1937. Pasta 42, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

⁶⁴⁶ MARTINS, Judith apud THOMPSON, Analucia (org.). *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p. 39.

da 8ª Região, sediada em Minas Gerais, e de uma equipe que iria compor a *Comissão Central de Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, composta por Heloísa Alberto Torres, Carlos Leão, Noronha Santos e Pedro Corrêa de Araújo. Ainda em abril, foi também solicitada a contratação de Mário de Andrade como representante regional para a 6ª Região, sediada em São Paulo.⁶⁴⁷

O ofício n.º 24, enviado pelo Diretor ao Ministro da Educação, em 30 de abril de 1937, nos dá a dimensão exata do desenho que Rodrigo imaginou para o Sphan naquele momento, dividindo a equipe entre Pessoal Administrativo e Pessoal Técnico. O Pessoal Administrativo, além do diretor, estava composto por um escrivão, dois auxiliares de escrita, um contínuo e um servente, que já era o quadro presente desde o ano anterior. Já o Pessoal Técnico estava dividido entre a Comissão Central de Tombamento e Fiscalização, composta por um ajudante técnico e quatro assistentes técnicos, sendo este um arquiteto chefe, um especialista em arqueologia e etnografia, um historiador e um crítico de arte ou professor de história da arte. Ainda fazia parte do Pessoal Técnico a Comissão Regional de Tombamento e Fiscalização, composta por sete assistentes técnicos, localizados nas seguintes regiões: 2ª, sediada em Belém; 3ª, sediada em Fortaleza; 4ª, sediada no Recife; 5ª, sediada em Salvador; 6ª, sediada em São Paulo; 7ª, sediada em Porto Alegre; e 8ª, sediada em Belo Horizonte.⁶⁴⁸ Um desenho que se aproxima daquele do Regulamento nunca publicado, e que foi responsável por guiar diversos caminhos que foram seguidos por Rodrigo Mello Franco de Andrade quando este iniciou a sua política de tombamentos, a partir de 1938. Na expectativa da publicação da lei de tombamento, que, como já vimos, só ocorreu em 30 de novembro de 1937, Rodrigo despendeu um grande esforço, no primeiro semestre de 1937, para contratar representantes e reunir inventários em diversos estados. Como veremos a seguir, esse quadro se completaria com as contratações de Lucio Costa, no Rio de Janeiro, de Augusto Meyer, no Rio Grande do Sul, e de Gilberto Freyre, em Pernambuco, sendo excluídas de representações regionais, nesses primeiros anos, as cidades de Belém e Fortaleza.

⁶⁴⁷ Ofício n.º 23, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o Ministro da Educação e Saúde, 29 de abril de 1937. Pasta 42, envelope 03, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

⁶⁴⁸ A 1ª região correspondia ao Rio de Janeiro, que seria de responsabilidade da Comissão Central de Tombamento e Fiscalização. Ofício n.º 24, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o Ministro da Educação e Saúde, 30 de abril de 1937. Pasta 42, envelope 03, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

4.1.3.1 Na Bahia, Godofredo Filho.

Godofredo Rabelo de Figueiredo Filho nasceu, em 1904, na cidade de Feira de Santana, região do recôncavo baiano, filho de fazendeiros, foi estudar, contrariamente à vontade dos pais, no Seminário de Santa Tereza, em Salvador. Em 1925 foi convidado para ser professor de História Universal e História do Brasil na Escola Normal de Feira de Santana, onde ficou até 1928. Sendo um dos responsáveis, junta a nomes como Eugênio Gomes e Hélio Simões, pela difusão dos ideais e da estética do Movimento Modernista na Bahia, foi próximo de Manuel Bandeira, que admirava a sua obra literária. Sua vinculação ao Movimento e a amizade com os intelectuais ligados à criação do SPHAN lhe renderam o convite para ser o representante regional do Serviço, já no seu primeiro ano de funcionamento, onde permaneceu até 1974. Em uma entrevista concedida a Teresinha Marinho, em 06 de janeiro de 1983, no âmbito do *Projeto Memória Oral SPHAN/Pró-Memória*, Godofredo Filho relatou como conheceu Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Eu conheci o Rodrigo antes do Patrimônio. As minhas relações com ele datam de 1927, através do Manuel Bandeira. Lembro bem porque foi uma noite inesquecível, maio de 1927. Estávamos reunidos em casa de Manuel Bandeira, exatamente para ouvir e conversar com aquele jovem poeta provinciano. Havia alguns amigos do Manuel e outras pessoas interessadas por problemas de poesia particularmente e de cultura em geral. Entre os presentes, nesta noite de que não posso esquecer, estavam Rodrigo Mello Franco de Andrade, Mário de Andrade, Bento Lima, Jaime Ovalle, e outros (...) Muitos anos depois – em 1936 exatamente – o Rodrigo me convocou para ajudá-lo na tarefa de organização do Patrimônio, e principalmente na tarefa de fazer o inventário pormenorizado de todos os bens de interesse artístico e histórico existentes na Bahia e também no Estado de Sergipe. O Serviço ainda estava instalado de maneira precária, provisória. A sede era no Edifício Nilomex, e lá nos reuníamos, sob o comando de Rodrigo, para traçar os primeiros planos dessa tarefa. Na verdade, travávamos um combate, porque essa tarefa envolvia, e não podia deixar de ser assim, um combate também. Lutávamos contra muitas forças – as ditas forças do progresso, um progresso mal compreendido.⁶⁴⁹

Ao mesmo tempo em que se aproximou dos intelectuais ligados ao Movimento Modernista na região Sul do país, Godofredo Filho também deu início a uma relação de proximidade com os intelectuais baianos ligados ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o IGHB, que, como vimos no primeiro capítulo, estavam diretamente envolvidos com a questão patrimonial no estado, sendo os

⁶⁴⁹ FILHO, Godofredo apud MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. *Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 44.

responsáveis pela criação da Inspetoria de Monumentos da Bahia. Godofredo ainda participou dos protestos contra a demolição da Igreja da Sé de Salvador, chegando o Instituto, em 1933, a publicar em sua *Revista*, um texto contra a demolição do templo de sua autoria. Segundo Ana Teresa Mattos,⁶⁵⁰ que trabalhou com as correspondências trocadas entre Godofredo Filho e Rodrigo Mello Franco de Andrade, a partir do início da colaboração com o Sphan, Godofredo manteve um contato mais direto com os intelectuais da *Casa da Bahia*, a exemplo de Wanderley Pinho, que chegaram a sugerir bens a serem tombados no estado, não sendo, portanto, absurdo imaginar que ele, ao elaborar as listagens de monumentos no seu estado, fez uso daquelas já elaboradas pela Inspetoria de Monumentos.

A organização de listagens de monumentos, no âmbito desses primeiros anos do Sphan, foi um pedido feito, em maio de 1937, por Rodrigo Mello Franco de Andrade, a todos os representantes regionais para que, até o fim do mês seguinte, fosse enviada à sede no Rio de Janeiro uma listagem de todos os bens que deveriam ser objeto de tombamento nos estados. Na carta destinada a Godofredo, de 17 de abril de 1937, Rodrigo comenta que

é nesse Estado que o serviço preparatório de tombamento mais se adiantou, graças ao zelo e á competência com que o senhor o empreendeu. Esta repartição lhe deve efetivamente estar a esta altura, provida de monografias eruditas e elaboradas com inteligência sobre cada um dos templos que, nessa cidade, possuem interesse artístico e histórico.⁶⁵¹

É conveniente lembrar que o trabalho poderia estar adiantado tanto em função de seu acesso às listagens elaboradas pela Inspetoria de Monumentos baiana quanto pela sua precoce incorporação ao Serviço, ainda em 1936, tendo sido o primeiro assistente técnico contratado para uma representação regional. Em seus primeiros anos como representante, Godofredo elaborou diversos estudos sobre as edificações baianas, hoje depositados no Arquivo Central do Iphan, a exemplo de “Introdução ao Estudo da Casa Baiana”, enviado a Rodrigo em março de 1937, e “Notícia histórica sobre as velhas fortalezas da Baía e os serviços que prestaram à defesa territorial brasileira”, sobre a arquitetura militar, enviado ao Diretor em novembro daquele mesmo ano. Esses dois estudos não foram editados pelo

⁶⁵⁰ MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. *Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

⁶⁵¹ Carta de Godofredo Filho para Rodrigo Mello Franco de Andrade, 17 de abril de 1937. Série Cartas de Godofredo, Arquivo da Superintendência do Iphan na Bahia.

Sphan,⁶⁵² sendo a única produção intelectual de Godofredo Filho publicada pelo Serviço os textos “Seminário de Belém da Cachoeira” e “A Torre e o Castelo de Garcia d’Ávila”, ambos na *Revista do Sphan* n.º 1, de 1937, e n.º 3, de 1939, respectivamente.

4.1.3.2 Em Pernambuco, Gilberto e Anníbal.

Foi por volta de abril de 1937 que Rodrigo Mello Franco de Andrade entrou em contato com Gilberto Freyre, convidando-o para assumir a representação regional do Sphan em Pernambuco. Possivelmente, assim como no caso de Godofredo Filho, esse convite se deu por recomendação de Mário de Andrade, uma vez que, segundo consta no anteprojeto elaborado por Mário para o Span, para auxiliar os trabalhos na região, o nome do sociólogo pernambucano “se impõe”.⁶⁵³ Se por um lado Gilberto Freyre tinha uma aproximação com alguns dos intelectuais do grupo que Capanema levou para o Ministério da Educação, por outro, Gustavo Mesquita chega a defender que, por volta da segunda metade da década de 1930, o regime varguista “celebrou um pacto com o projeto regionalista de Freyre”.⁶⁵⁴ Segundo Mesquita, esse acordo envolveu desde política cultural, com a sua participação nos quadros do Sphan, a políticas sociais e econômicas, além da sua participação na produção do território nacional, quando o conceito freyriano de região impactou na lei de divisão regional do país.⁶⁵⁵

A participação de Freyre nos quadros do Sphan encontrou objeções na figura de Agamenon Magalhães, que assumiu a interventoria federal em Pernambuco a partir da instauração do Estado Novo, em novembro de 1937. Em 14 de janeiro do ano seguinte, o Interventor escreveu a Capanema, questionando a presença de Gilberto Freyre nos quadros do Governo Federal

⁶⁵² Para maiores detalhes sobre o assunto ver MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. *Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

⁶⁵³ Anteprojeto de criação do Span. Caixa 2, pasta 3, Coleção Personalidades - Mário de Andrade (produção intelectual), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁵⁴ MESQUITA, Gustavo. *Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade*. São Paulo: Global Editora, 2018, p. 42.

⁶⁵⁵ Ibid., p. 109.

Embora seja pessoa de reconhecida cultura e capacidade, o senhor Freyre teve aqui papel de relevo na agitação preparatória do movimento comunista de novembro de 1935, estando por isso prontuariado na Dops. Ainda há pouco, segundo soube, o professor Freyre preferiu demitir-se da Universidade do Distrito Federal a fazer uma preleção anticomunista, ordenada pelo reitor. Causaria a pior impressão em Pernambuco o fato de, em regime de nítida reação ao comunismo, viesse ocupar lugar daquela responsabilidade, pessoa sobre quem pesam tão graves acusações. Além disso a ação cultural do Patrimônio se exerce num campo muitas vezes sob a jurisdição da autoridade eclesiástica, que opõe as maiores reservas à atividade do senhor Freyre. Ante o exposto, creio que o prezado amigo concordará na inconveniência de permanecer o professor Freyre como delgado do Patrimônio histórico e Artístico Nacional aqui, por isso me permito insistir pela nomeação do pintor Vicente do Rego Monteiro.⁶⁵⁶

Gustavo Capanema não deu ouvidos ao pedido de Agamenon Magalhães e Freyre colaborou por anos a fio com os trabalhos do Sphan, permanecendo, no entanto, no comando da representação regional do órgão em Pernambuco, apenas, até o fim da década quando, em 1940, o jovem engenheiro Ayrton de Almeida Carvalho, assumiu e comandou o Serviço no estado até a sua aposentadoria. A contratação de Gilberto Freyre, cuja visão de patrimônio tinha diversos pontos de contato com a dos intelectuais que estavam no comando do Sphan, ocorreu em 11 de junho de 1937, como mostra o ofício n.º 41,⁶⁵⁷ enviado por Rodrigo a Capanema, porém, antes mesmo desta data, o sociólogo já havia começado a realizar os trabalhos solicitados por Rodrigo, quando formou uma equipe técnica para auxiliá-lo composta pelo seu irmão, Ulysses Freyre, que já havia fotografado diversos monumentos em Pernambuco na década anterior, e o jornalista Anníbal Fernandes que, como vimos no primeiro capítulo, foi quem propôs, enquanto deputado estadual, a criação da Inspetoria de Monumentos de Pernambuco, vindo a ser o seu primeiro Inspetor de Monumentos. Os documentos consultados indicam que, na prática, o responsável pela elaboração da listagem dos monumentos históricos da 4ª Região, que compreendia os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, foi Anníbal Fernandes. Em uma carta enviada a Freyre, datada de 3 de julho de 1937, Rodrigo faz vários elogios ao trabalho de Anníbal:

O trabalho dele é o mais eficiente de todos os auxiliares desta repartição. Só notei deficiência na parte relativa à arquitetura civil. Mas você é quem

⁶⁵⁶ MAGALHÃES, Agamenon apud MESQUITA, Gustavo. *Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade*. São Paulo: Global Editora, 2018, p. 154.

⁶⁵⁷ Ofício n.º 41, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o Ministro da Educação e Saúde, 11 de junho de 1937, Pasta 42, envelope 03, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

tem que orientar a atividade dele e dos demais colaboradores. Fico à espera de notícias sobre o que você planeja para Alagoas e Paraíba.⁶⁵⁸

Anníbal Fernandes ingressou na equipe técnica da representação do Sphan em Pernambuco em maio de 1937, como indica um telegrama que recebeu de Rodrigo, datado do dia 18 daquele mês. Rodrigo havia escrito a Anníbal detalhando o serviço que deveria ser executado por ele.

ocorre esclarecer que inventário pedido deve limitar-se obras arquitetura civil e religiosa afim do serviço estar terminado em todo território pernambucano trinta de junho próximo (pt) Conto por sua valiosa colaboração no sentido executar intensivamente esse programa fornecendo dados concisos sobre cada monumento relativos sua feição material sua situação sua história autoria estado de conservação reformas tiver sofrido reparos que reclamar e referências bibliográficas existentes seu respeito (pt) Inventário cada edificação deverá ser acompanhado respectiva documentação fotográfica atenciosas saudações.⁶⁵⁹

No dia 27, em outro telegrama, Rodrigo Mello Franco de Andrade complementa as orientações a serem seguidas por Anníbal para o trabalho: “inventário não precisa ser exaustivo e sim conter dados essenciais dada edificação inclusive fortalezas (pt) documentação fotográfica deverá incluir interiores e detalhes (pt)”.⁶⁶⁰ O Diretor do Sphan ficou muito satisfeito com os trabalhos executados por Anníbal, como já comentamos, chegando a elogiá-lo em uma carta de 1º de junho.

Estou muito reconhecido ao senhor pelo notável serviço prestado a esta repartição. Os dados coligidos sobre cada monumento são os mais precisos e esclarecedores que poderíamos desejar, ao mesmo tempo que a documentação fotográfica correspondeu à expectativa otimista com que eu a aguardava, pela amostra de outras fotografias excelentes tirados em Recife.

O senhor apreendeu perfeitamente o projeto que formulei para o inventário preliminar das obras de arquitetura de interesse histórico e artístico existentes no país. E, se os demais assistentes técnicos a quem solicitei o mesmo serviço lhe tivessem seguido o exemplo limitando-se a amostrar os dados essenciais relativos de cada edificação e reservando-se para fazer mais tarde a seu respeito estudos completos, eu não tardaria em ter elementos bastantes não só para iniciar com toda segurança o tombamento definitivo, sistemático dos monumentos cuja proteção ficará a cargo da união, mas também para traçar o plano das obras de conservação e reparação a executar pelo Brasil inteiro durante o ano próximo.

⁶⁵⁸ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Gilberto Freyre, 3 de julho de 1937. Documento reproduzido em MESQUITA, Gustavo. *Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade*. São Paulo: Global Editora, 2018, p. 116.

⁶⁵⁹ Telegrama de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Anníbal Fernandes, 18 de maio de 1937. Pasta 95, envelope 01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Anníbal Fernandes, Arquivo Central do Iphan.

⁶⁶⁰ Telegrama de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Anníbal Fernandes, 27 de maio de 1937, Pasta 42, envelope 03, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

Estou certo de que a parte restante do inventário das obras arquitetônicas situadas em Pernambuco ficará tão boa quanto a primeira. Espero-a com vivo interesse, principalmente no tocante às edificações civis, tanto as urbanas quanto as rurais.⁶⁶¹

Convenhamos que esse não seria um trabalho que Anníbal Fernandes teria qualquer dificuldade em realizar, uma vez que, nos dois anos em quem comandou a Inspetoria de Monumentos de Pernambuco, a sua principal atividade foi identificar e mandar fotografar diversos dos Monumentos Históricos na capital do Estado, bem como em algumas cidades próximas ao Recife. Era um trabalho que Anníbal já tinha pronto, a necessidade, talvez, fosse adaptar as informações aos padrões exigidos por Rodrigo no preenchimento de fichas individuais a respeito dessas edificações. A exclusão, intencional, de bens de arquitetura civil quando inventariou Monumentos Históricos para a Inspetoria, na década anterior, se refletiu nessa listagem elaborada por Fernandes, em 1937, como se evidencia na carta enviada por ele a Rodrigo, em 18 de junho daquele ano.

Imagem 36 – Altar mor da Igreja de Nossa dos Prazeres dos Montes Guararapes. Autor não identificado [possivelmente Ulysses Freyre], 1937.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Imagem 37 – Vista interna da Igreja de Nossa dos Prazeres dos Montes Guararapes. Autor não identificado [possivelmente Ulysses Freyre], 1937.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

⁶⁶¹ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Anníbal Fernandes, 1º de junho de 1937. Pasta 42, envelope 03, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

Por este correio estou lhe enviando grande parte do serviço de que o sr. me incumbiu: igrejas do Recife, de Olinda, de Igarassu e de Goiana, fortalezas de alguns municípios, discriminados nas respectivas fichas. Monumentos Cíveis, muito poucos (...) Faltam algumas fortalezas, por exemplo a de Itamaracá.⁶⁶²

A predileção dada por Anníbal, no final da década de 1920, aos monumentos de arquitetura religiosa, pontuada por alguns de arquitetura militar, se refletiu nas suas sugestões de bens a serem tombados.⁶⁶³ Esse foi um problema alertado por Rodrigo, que, em 3 de julho de 1937, escreveu a Anníbal

De referência à arquitetura civil em Pernambuco, observei que a documentação e os dados que senhor me remeteu, até agora são muito poucos. Terão desaparecido quase todos os exemplares interessantes de edificações dessa natureza? Peço-lhe, em todo caso, que tenha em vista casas-grandes de engenho do interior, entre as quais talvez convenha inventariar algumas, de maior interesse histórico ou arquitetônico.⁶⁶⁴

O problema em elencar a arquitetura civil em Pernambuco, aparentemente, não foi solucionado, uma vez que, como veremos no capítulo seguinte, muito pouco dessa arquitetura foi preservada pelo Sphan no estado. Nesta mesma carta, Rodrigo menciona ainda os trabalhos que Gilberto havia iniciado na Paraíba, com a colaboração do escritor Adhemar Vidal, que estava remetendo ao Sphan, no Rio de Janeiro, várias fotografias de monumentos históricos paraibanos. No dia 24 de julho, Rodrigo Mello Franco, em outra carta destinada a Anníbal Fernandes, retomou o assunto do levantamento naquele estado.

Já lhe tenho manifestado o meu reconhecimento pela excelência do seu trabalho, mas não quero deixar de reiterá-lo aqui, pois cada vez o senhor me dá mais uma prova de que o serviço nessa Região não poderia estar confiado em melhores mãos. Por isso mesmo, penso que o inventário relativo à Paraíba não poderá deixar de ser feito sob a sua orientação.⁶⁶⁵

Anníbal chegou a ir a Paraíba, no domingo 3 de agosto de 1937, para visitar *in loco* alguns dos monumentos históricos do estado e elaborar a listagem encomendada por Rodrigo. Após essa ida ao Estado, o jornalista também viajou a Alagoas, em busca de outras edificações históricas a serem tombadas. É perceptível nessa rica troca de correspondências entre os dois que Anníbal foi um colaborador essencial na construção dessa primeira listagem de monumentos a serem tombados

⁶⁶² Carta de Anníbal Fernandes para Rodrigo Mello Franco de Andrade, 18 de junho de 1937, Pasta 42, envelope 04, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

⁶⁶³ Para mais detalhes ver CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria de Monumentos de Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 2014.

⁶⁶⁴ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Anníbal Fernandes, 3 de julho de 1937, Pasta 42, envelope 04, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

⁶⁶⁵ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Anníbal Fernandes, 24 de julho de 1937. Pasta 42, envelope 04, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

nos Estados da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas, bem como pela reunião de fotografias e informações históricas, remetidas ao Rio de Janeiro, de diversos edifícios como igrejas em Goiana, Olinda, Jaboatão e Igarassu; Casas Grande de Engenho, como a do Morenos; casas dos subúrbios recifenses; túmulos de figuras ilustres, como o Conde da Boa Vista; paisagens de Olinda, Penedo e da cidade de Alagoas;⁶⁶⁶ fortificações, como o Forte Orange, dentro outras edificações, além de menções explícitas ao Marco Divisório da Capitania de Itamaracá, recolhido à sede do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.⁶⁶⁷

Imagem 38 – Praiás mascarados vistos de frente, Tacaratu Pernambuco. Autor não identificado [possivelmente Estevão Pinto], 1937.



Fonte: PINTO, Estevão. Alguns aspectos da Cultura Artística dos Pankarús de Tacaratu. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 2, 1938, p. 86.

Imagem 39 – Praiás mascarados vistos de costas, Tacaratu Pernambuco. Autor não identificado [possivelmente Estevão Pinto], 1937.



Fonte: PINTO, Estevão. Alguns aspectos da Cultura Artística dos Pankarús de Tacaratu. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 2, 1938, p. 89.

Paralelo a esses trabalhos, Anníbal Fernandes ainda intermediou, entre Rodrigo Mello Franco de Andrade e o antropólogo Estevão Pinto uma pesquisa realizada com um grupo indígena nas proximidade do Rio São Francisco, os

⁶⁶⁶ Em 1939, a cidade foi renomeada para Marechal Deodoro,

⁶⁶⁷ Carta de Anníbal Fernandes para Rodrigo Mello Franco de Andrade, 5 de janeiro de 1938. Pasta 42, envelope 04, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

Pankararus, de Tacaratu.⁶⁶⁸ Em uma carta de 14 de agosto de 1937, Pinto relata a Rodrigo como havia sido a visita à região e detalha as encomendas de objetos feitas a eles, para serem remetidos à sede do Sphan, no Rio de Janeiro.⁶⁶⁹ Depois dessa primeira colaboração em 1937, quando ainda publicou um artigo de sua autoria na primeira edição da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, tratando da Igreja dos Montes Guararapes,⁶⁷⁰ Anníbal ainda colaborou com o Sphan em vários momentos escrevendo pareceres contra à impugnação de tombamentos em Pernambuco.

4.1.3.3 No Rio Grande do Sul, Augusto Meyer.

Nascido em Porto Alegre, em 24 de janeiro de 1902, o jornalista e poeta Augusto Meyer era filho de imigrantes alemães, e neto e sobrinho de professores que haviam imigrado para o Brasil a fim de ensinar nas colônias alemãs do sul do país. “Um cria da imigração”,⁶⁷¹ conforme se definiu, Meyer também colaborou com diversos jornais, a exemplo do *Diário de Notícias* e do *Correio do Povo*, ambos sediados em Porto Alegre, e foi um dos membros ativos do Movimento Modernista no Rio Grande do Sul, de onde vem a sua amizade com Mário de Andrade, sendo um dos responsáveis pela introdução das ideias modernistas ligadas à Semana de 1922 no estado. Antes de ser convidado por Getúlio Vargas para dirigir o recém-criado Instituto Nacional do Livro, em 1º de fevereiro de 1938, quando se transferiu para o Rio de Janeiro, Augusto Meyer foi diretor da Biblioteca Pública do Estado, em Porto Alegre, período no qual o poeta gaúcho colaborou com Rodrigo Mello Franco de Andrade, nos anos iniciais do Sphan, consolidando mais uma indicação de Mário de Andrade para as representações regionais do Serviço.

⁶⁶⁸ Carta de Anníbal Fernandes para Rodrigo Mello Franco de Andrade, 21 de junho de 1937. Pasta 42, envelope 04, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

⁶⁶⁹ Carta de Estevão Pinto a Rodrigo Mello Franco de Andrade, 14 de agosto de 1937. Pasta 42, envelope 04, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan. Tal pesquisa rendeu a Pinto a publicação de um artigo no n.º 2 da *Revista do Sphan*, em 1938. PINTO, Estevão. Alguns aspectos da Cultura Artística dos Pankarús de Tacaratu. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 2, 1938, p. 57-92.

⁶⁷⁰ FERNANDES, Anníbal. A Igreja dos Montes Guararapes. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 1, 1937, p. 113-116.

⁶⁷¹ MEYER, Augusto apud MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 232.

A primeira correspondência trocada entre Rodrigo e Augusto Meyer foi uma carta, enviada em 9 de março de 1937, onde o Diretor do Serviço convida o poeta gaúcho para uma “valiosa colaboração na tarefa que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem a realizar no Rio Grande do Sul”.⁶⁷² Nesta carta, Rodrigo explica a finalidade do órgão e que, diante dos poucos recursos até aquele momento só havia podido iniciar os levantamentos em Minas, na Bahia, no Estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal, no entanto, a partir da criação oficial do órgão, ocorrida em 13 de janeiro daquele ano,

o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se empenhará por dilatar a sua ação até o Rio Grande do Sul, no propósito de inventariar os bens de valor histórico e artístico excepcional existentes no Estado (...) entre os quais se destacam os vestígios das construções das missões jesuíticas, em São Miguel.⁶⁷³

Imagem 40 – Aspecto interior das ruínas da Igreja de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul. Autor não identificado, 1928.



Fonte: Acervo Arquivo Central do Iphan.

⁶⁷² Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Augusto Meyer, 9 de março de 1937. Pasta 03, envelope 01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁷³ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Augusto Meyer, 9 de março de 1937. Pasta 03, envelope 01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

Nessa correspondência, além de solicitar indicações de bibliografias sobre as obras de interesse artístico e histórico no estado e a reunião de uma documentação fotográfica sobre obras de arquitetura civil e religiosa, Rodrigo demonstra já ter um conhecimento acerca da existência de ruínas de Missões Jesuíticas no estado, no entanto, sem saber, de forma clara, o estado de conservação delas, ou, sequer, se ainda existiam. O desconhecimento desses vestígios se evidencia a partir de outra carta, enviada em 26 de maio daquele ano, onde ele é mais enfático e pergunta, sobre os povos de São Borja, Santo Ângelo, São João, São Luís Gonzaga, São Lourenço e São Nicolau, citadas no livro *Historia del arte hispano-americano*:⁶⁷⁴ “restará ainda alguma coisa dessas edificações?”.⁶⁷⁵

A carta com a resposta de Meyer ao convite de Rodrigo não foi datada, e nela o, então, Diretor da Biblioteca Pública do Estado elogia a iniciativa de criação do Sphan, que “vem ao encontro de velhas e infelizmente até hoje vagas esperanças nossas”,⁶⁷⁶ enquanto menciona o mau estado de conservação de diversos monumentos históricos no estado, como o Solar de Dom Diogo, o Conde do Rio Pardo, e a Igreja Matriz, ambos localizados em Porto Alegre. Acerca das ruínas jesuíticas, ele informa que “isoladas num verdadeiro deserto, só por um verdadeiro milagre ainda não se esfarelaram de todo”.⁶⁷⁷ Dias depois, Augusto Meyer escreve a Rodrigo para informar que aceitaria o cargo de representante da 7ª Região, que correspondia aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Em 22 de abril daquele ano, o diretor do Sphan informou a Meyer que este contaria com a ajuda David Carneiro,⁶⁷⁸ no Paraná, “a quem solicitei empreender o inventário dos bens de excepcional valor histórico e artístico situados no território daquele estado”.⁶⁷⁹ David Antônio da Silva Carneiro, além de escrever uma série de

⁶⁷⁴ SOLÁ, Miguel. *Historia del arte hispano-americano*. Barcelona, Madrid, Buenos Aires, Rio de Janeiro: Editora Labor, 1935.

⁶⁷⁵ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Augusto Meyer, 26 de maio de 1937, Pasta 03, envelope 01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁷⁶ Carta de Augusto Meyer para Rodrigo Mello Franco de Andrade, sem data [entre 26 de março e 16 de abril de 1937], Pasta 03.01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁷⁷ Carta de Augusto Meyer a Rodrigo Mello Franco de Andrade, sem data [entre 26 de março e 16 de abril de 1937], Pasta 03.01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁷⁸ Engenheiro e historiador, nascido, em Curitiba, em 29 de março de 1904.

⁶⁷⁹ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Augusto Meyer, 22 de abril de 1937, Pasta 03.01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

livros sobre a história do Paraná, foi responsável pela formação de uma diversa coleção de objetos, que abrange armaria, vestuário, imaginária, heráldica, mobiliário, etnografia, mineralogia, iconografia, dentre outras tipologias, que deu origem a um museu particular, fundado em 25 de julho de 1928, o qual ele batizou com o nome do seu pai, o Coronel David Carneiro. O fundador do museu manteve uma intensa correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, recomendando para tombamento diversos bens no seu estado, como o Colégio dos Jesuítas e a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, ambos em Paranaguá. Embora a troca de cartas entre Augusto Meyer e Rodrigo Mello Franco sugira que, além da colaboração de David Carneiro no Paraná, o representante regional em Porto Alegre possa ter contado com a ajuda de Henrique Fontes⁶⁸⁰ no estado de Santa Catarina,⁶⁸¹ essa colaboração parece não ter acontecido, tendo em vista que, em 13 de outubro daquele ano, Rodrigo escreveu a Meyer informando que

O Dr. David Carneiro, que se incumbiu do tombamento das obras de arquitetura de valor existentes no Paraná e cujo trabalho você teve a ocasião de apreciar aqui, me escreveu recentemente manifestando o desejo de realizar o serviço em Santa Catarina, onde tem relações múltiplas e valiosas. (...) Se você aprovar a sugestão, peço-lhe o favor de se comunicar com o Dr. David Carneiro, a fim de lhe delegar os poderes necessários.⁶⁸²

A colaboração *pro bono* de Carneiro em relação ao estado vizinho é confirmada em outra carta de Rodrigo, datada de 25 de outubro, onde o diretor espera que, em Santa Catarina, “ele dê conta satisfatoriamente do recado, tal como em relação ao Paraná, cujo inventário fez com muito acerto”.⁶⁸³ As colaborações de David Carneiro ainda se fizeram presentes no estado de São Paulo, quando, em uma carta enviada por Rodrigo Mello Franco a Mário de Andrade, em 3 de dezembro de 1937,⁶⁸⁴ o diretor do Sphan comenta que, além de ter prestado serviços de assistência técnica em relação ao Paraná e Santa Catarina, a indicação, feita por

⁶⁸⁰ Nascido em Itajaí, Santa Catarina, em 15 de março de 1885, foi bacharel em direito, juiz federal e desembargador, além de ter ensinado no Gynasio Catharinense foi também secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura.

⁶⁸¹ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Augusto Meyer, 19 de maio de 1937. Pasta 03, envelope 01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁸² Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Augusto Meyer, 13 de outubro de 1937, Pasta 03, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁸³ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Augusto Meyer, 25 de outubro de 1937, Pasta 03, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁸⁴ Documento reproduzido em ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981.

Carneiro, de monumentos históricos nas cidades paulistas de São Sebastião e Vila Bela.⁶⁸⁵

A intensa troca de correspondências entre Meyer e Rodrigo, depositada no Arquivo Central do Iphan, vai de 9 de março de 1937 até 5 de fevereiro de 1938, tendo cessado em função da saída de Meyer da representação regional do Sphan sediada em Porto Alegre e a sua posterior mudança pra o Rio de Janeiro, e mostra, de forma bastante explícita, como se deu processo de inventário dos bens no Rio Grande do Sul.⁶⁸⁶ Na carta datada de 15 de maio de 1937, o Diretor do Sphan deu as orientações ao seu representante regional de como proceder o inventário, as mesmas, então, recebidas por Anníbal Fernandes e, supostamente, pelos outros representantes regionais, já contratados.

Para sua orientação acerca do inventário, bastará dizer-lhe que ele deve compreender tanto as obras de arquitetura urbana quanto as de arquitetura rural, devendo consistir num pequeno histórico de cada monumento, com indicação da situação e da época em que foi edificado, da respectiva autoria (quando for possível apurá-la), dos materiais empregados na construção (cantaria, taipa, etc.), das reformas que tiver sofrido, do seu estado atual de conservação, dos reparos mais urgentes de que necessitar e por fim, das referências bibliográficas que existirem a seu respeito. Todas essas indicações poderão ser sumárias, mas cumpre que cada pequeno relatório referente a determinado monumento seja instruído com documentação fotográfica a mais completa possível.⁶⁸⁷

Talvez, o trabalho de Meyer não tenha se dado de forma tão célere quando foi o trabalho feito por Anníbal Fernandes, em Pernambuco, ou Godofredo Filho, na Bahia, como já comentamos aqui, visto que, ao longo de 1937, o poeta gaúcho vai mencionando, aos poucos, os diversos monumentos históricos do estado. Em 20 de maio de 1937, Augusto Meyer deu informes sobre a situação das ruínas das missões jesuíticas e menciona monumentos históricos na cidade de Rio Pardo, “a segunda cidade em riqueza (muito relativa) de monumentos”.⁶⁸⁸ As ações desenvolvidas pelo gaúcho se concentraram na identificação e no inventário dos

⁶⁸⁵ Em 4 de maio de 1940 a cidade passou a ser chamada de Formosa, e em 1º de janeiro de 1945 mudou de nome mais uma vez, passando a se chamar Ilhabela.

⁶⁸⁶ Laura Regina Xavier trabalha com as cartas enviadas por Rodrigo Mello Franco de Andrade a Augusto Meyer nesse período, que fazem parte do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. O Arquivo Central do Iphan, no entanto, preserva também as cartas enviadas por Meyer a Rodrigo. Para mais detalhes ver XAVIER, Laura Regina. *Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Augusto Meyer*. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Bens Culturais e projetos sociais) – Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, 2008.

⁶⁸⁷ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Augusto Meyer, 15 de maio de 1937, Pasta 03, envelope 01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁸⁸ Carta de Augusto Meyer para Rodrigo Mello Franco de Andrade, 20 de maio de 1937, Pasta 03, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

bens presentes especialmente no estado do Rio Grande do Sul, assim como na definição dos critérios para a seleção desses bens, informando a Rodrigo, em 25 de maio, a metodologia do seu trabalho.

O meu plano, em linhas gerais, está traçado. Como sabe, o Rio Grande marcha modestamente na retaguarda do centro e do nordeste, em matéria de monumentos de excepcional valor histórico e artístico. O critério, portanto, a seguir no caso deverá ser estritamente histórico, compreendida a linha de evolução histórica entra a malograda civilização jesuítica e a revolução dos farrapos. Entre estes dois marcos, a igreja de São Miguel e o Palácio do Governo em Piratini. Daí os seguintes pontos que assinalei nesse mapa subjetivo que é o passado da nossa querência traduzido em termos especiais: Igreja de São Miguel, Colégio dos Jesuítas em São Luiz⁶⁸⁹, Igreja de São Pedro do Rio Grande.⁶⁹⁰

No ano seguinte, em um parecer datado de 21 de março de 1938, Meyer reforça a sua opção pela valoração histórica dos bens gaúchos, “dada a insignificância do material a tombar, do ponto de vista propriamente artístico”.⁶⁹¹ Segundo o representante regional, o valor artístico somente iria se sobrepôr ao histórico nos bens presentes na região das missões, e em um outro bem ligado à arquitetura religiosa, como

a Igreja Matriz de São Pedro, da cidade do Rio Grande, e a de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, derradeiros monumentos ainda impregnados do espírito do passado, na terra gaúcha. Parece-me não seja necessária outra justificativa, em defesa de sua inclusão no Livro de Tombo (...) outras igrejas, por exemplo, a do Rosário e a das Dores, em Porto Alegre, poderiam ser sacrificadas sem que isso importasse num desprestígio para o Sphan (...) Abandonar ao seu destino a Matriz de São Pedro, penso eu, seria abrir uma porta a todas as concessões.⁶⁹²

Embora não tenhamos encontrado uma listagem de bens em um único documento, percebemos, nessa troca de correspondências, uma série de edificações que foram tombadas nos primeiros anos do início da política de tombamento, como as listadas acima, que detalharemos no capítulo a seguir. Ainda acerca dessa metodologia de classificação proposta por Meyer, é curiosa a divisão dos monumentos no Rio Grande do Sul em dois momentos: a presença dos Jesuítas e a Revolução Farroupilha que, de certa forma, reproduz a divisão dada pelo

⁶⁸⁹ Nesta mesma carta, Meyer acrescenta ao final que, após tê-la escrito, descobriu que o prefeito de São Luiz Gonzaga havia mandado demolir o edifício do Colégio.

⁶⁹⁰ Carta de Augusto Meyer para Rodrigo Mello Franco de Andrade, 25 de maio de 1937, Pasta 03, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁹¹ MEYER, Augusto apud VELOSO, Mariza. O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 248.

⁶⁹² Ibid.

inventário de monumentos feito por Eduardo Duarte para o *Anuário do Ministério da Educação e Saúde*, que comentamos no capítulo anterior.

Imagem 41 – Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Viamão, Rio Grande do Sul. Autor não identificado, Sem data.



Fonte: Acervo Arquivo Central do Iphan.

Acerca do *Anuário*, como pode ser percebido pelos documentos encontrados na pasta de inventários relativa ao Rio Grande do Sul, existente no Arquivo Central do Iphan, nos é de plena convicção que Rodrigo conseguiu ter acesso ao documento organizado pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação, antes de sua publicação. No citado arquivo, dentro da pasta de documentos relativa à Série “Inventário (Rio Grande do Sul)”⁶⁹³ encontramos uma reprodução do texto *Monumentos Artísticos e Históricos do Rio Grande do Sul*, de autoria de Eduardo Duarte, que integrou o *Anuário do Ministério da Educação*, de 1931. Sabemos que o Volume 2 do *Anuário*, onde encontramos a versão final desse texto, só foi publicado em 1945, no entanto, os documentos encontrados nesta pasta do Arquivo Central do Iphan, indicam que se trata de uma versão preliminar daquela que foi publicada. O cabeçalho das páginas deste documento faz uma menção direta ao *Anuário do Ministério da Educação e Saúde*

⁶⁹³ Série Inventário (Rio Grande do Sul), Arquivo Central do Iphan.

Pública e, além de apresentarem uma diagramação distinta da versão publicada e consultada por nós na Biblioteca do Senado, inclui algumas correções feitas a mão, bem como uma dimensão maior que a da edição publicada, assim como uma numeração distinta de páginas, sugerindo que se trata de um projeto gráfico, visando definir as características que deveriam estar presentes no produto impresso, ou seja, uma versão preliminar, de testes. Estas pequenas diferenças, nos levam a crer que, muito possivelmente, os primeiros técnicos do Sphan tenham tido acesso a esse texto antes mesmo dele ter sido publicado pela Imprensa Oficial, em 1945, ou seja, quando ele ainda “estava no prelo”, segundo Teixeira de Freitas relatou a Gustavo Capanema, em 1937.⁶⁹⁴ Essa conclusão, a mais provável, também nos leva a considerar que se os técnicos do Sphan tiveram acesso a esse texto do *Anuário*, antes de sua publicação, também tiveram acesso aos outros textos relativos aos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, posteriormente publicados no *Anuário* do Ministério da Educação.⁶⁹⁵ A nossa hipótese se confirma com a carta, datada de 11 de junho de 1937, enviada por Augusto Meyer a Rodrigo, onde o gaúcho informa acerca da existência desse inventário relativo ao Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro.

Por informação da Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico, foi remetida ao Ministério da Educação, em junho de 1932, uma grande documentação sobre monumentos históricos do Estado, encaminhadas pela Secretaria do Interior e endereçada àquele Ministério. Peço-lhe mandar pesquisar com urgência aí para descobrir essa misteriosa documentação.⁶⁹⁶

No dia 14 de junho, Rodrigo informa a Meyer que

Já telefonei hoje mesmo ao Carlos Drummond, para pedir providências urgentes no sentido de ser descoberta a documentação sobre os monumentos históricos desse Estado remetida pela Secretaria de Interior daí ao Ministério da Educação em junho de 1932. Ele me informou que não será muito difícil encontrá-la.⁶⁹⁷

Somente em 29 de setembro daquele ano que Rodrigo informa a Augusto Meyer que localizou a documentação.

⁶⁹⁴ Diário Oficial da União, 29 maio 1937, p. 5.

⁶⁹⁵ Para mais detalhes sobre essa publicação, bem como os inventários de monumentos produzidos por esses estados, ver a segunda parte deste trabalho.

⁶⁹⁶ Carta de Augusto Meyer a Rodrigo Mello Franco de Andrade, 11 de junho de 1937,, Pasta 03, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁹⁷ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Augusto Meyer, 14 de junho de 1937, Pasta 03, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

É um trabalho intitulado “Monumentos Artísticos e históricos do Rio Grande do Sul”, de autoria do Dr. Eduardo Duarte, diretor do Museu Júlio de Castilhos. O diretor de Estatística do Ministério me cedeu as provas do trabalho, que deve ser publicado brevemente num anuário daquela diretoria. A coisa é alentada: 49 páginas de formato grande, das quais 27 dedicadas às Missões. Mas, com exceção destas, quase todos os monumentos assinalados são estátuas e bustos.⁶⁹⁸

O interesse de Rodrigo nas ruínas da região das missões passava por um interesse do Sphan, que percorria todo território nacional, na preservação das obras dos padres da Companhia de Jesus, que, juntamente à produção artística mineira, foram prioridades do Serviço nos seus primeiros anos. Em 27 de setembro de 1937, no ofício n.º 69, enviado ao Ministro da Educação, Rodrigo defende uma intervenção rápida nas ruínas do Rio Grande do Sul, demandando verbas para a sua estabilização.

Nenhuma obra de defesa dos valores que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional é mais urgente nem seria mais meritória que a reclamada para preservar o que resta daquele admirável monumento vinculado à história da nossa formação (...) ninguém melhor que o próprio senhor presidente da República, natural da região missioneira, ajuizará do valor dos vestígios da arquitetura jesuítica subsistentes no Rio Grande, dos quais os de S. Miguel são os únicos que conservam alguma coisa do aspecto da imponente construção primitiva.⁶⁹⁹

Como comentamos no capítulo anterior, Getúlio Vargas, que governou o Rio Grande do Sul entre 1928 e 1930, foi responsável pela liberação de verbas para estabilização das Ruínas das Missões promovidas pela Diretoria de Terras e Colonização através de uma comissão da Colônia Santa Rosa. Rodrigo, diante da necessidade de uma intervenção nessas ruínas, conseguiu, em outubro de 1937, a autorização de Getúlio Vargas para iniciar as obras em São Miguel, articulando, naquele momento, a ida do arquiteto Lucio Costa para a região das missões, que ocorreu entre os dias 6 e 17 de novembro daquele ano.⁷⁰⁰ Em uma carta de 13 de outubro, Rodrigo relata a questão a Meyer

⁶⁹⁸ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Augusto Meyer, 29 de setembro de 1937, Pasta 03, envelope 02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁶⁹⁹ Ofício n.º 69, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o Ministro da Educação e Saúde, 27 de setembro de 1937. Pasta 42, envelope 05, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante Gustavo Capanema, Arquivo Central do Iphan.

⁷⁰⁰ Foi a partir daí que Lucio Costa deu início a uma longa colaboração no Sphan, onde se aposentou, em 1972. Após elaborar o projeto para as Ruínas das Missões, Costa foi contratado para trabalhar na sede no Rio de Janeiro, provavelmente, no lugar de Carlos Leão, que deixou o Serviço, assim como a sua posição no Conselho Consultivo. Leão estava se sentindo traído após ter o seu projeto para o Grande Hotel de Ouro Preto preterido em lugar da proposta de Oscar Niemeyer, tendo Lucio Costa interferido diretamente com Rodrigo para que este recusasse a proposta de Leão.

Recomendo, porém, a você a maior reserva sobre o assunto até que o projeto das obras desejadas esteja inteiramente concluído, pois consegui do Lucio Costa tomar a si o estudo da questão e espero que ele siga para aí por via aérea talvez dentro de poucos dias. (...) Acho que ninguém no Brasil estará nas condições dele para se incumbir da tarefa que temos em vista e, seu tiver a felicidade de obter que ele aceite tomar a si o serviço, podemos estar certos de que a restauração dos vestígios das Reduções será uma obra admirável (...) a reserva que tomo a liberdade de pedir a você para guardar no caso é motivada, em primeiro lugar, pelo empenho enorme que tenho em que só se divulgue a iniciativa depois de definitiva e minuciosamente assentado o plano das obras a realizar e, em segundo lugar, pelo meu desejo, que será também o seu, de que o serviço só seja executado sob a direção do Lucio.⁷⁰¹

Nesse ínterim, veio o golpe do Estado Novo e as mudanças promovidas pela nova constituição impediram a acumulação de remunerações no serviço público, o que impactou o trabalho do corpo técnico inicial do Sphan, cujos componentes, no geral, desempenhavam tarefas em outros órgãos públicos. Esse problema foi relatado por Rodrigo a Augusto Meyer em uma carta de 2 de dezembro de 1937.

Ando aborrecidíssimo com as consequências do dispositivo constitucional sobre acumulações remuneradas, que afeta a todo pessoal técnico do Serviço, sem nenhuma exceção. Mas a maioria dos outros assistentes poderá acomodar-se com prejuízo medíocre, pois há possibilidade de requisitar alguns sem vencimentos, como o Epaminondas e o Godofredo Filho enquanto o Carlos Leão e mais alguns não perderão grande coisa abrindo mão dos cargos que tem fora do Serviço. Ao passo que V., o Mario, D. Heloísa e o Noronha Santos exercem funções de outra natureza cuja estabilidade e cujos proventos haverão de forçá-los a optar pelos cargos que têm fora daqui. Francamente, não sei o que fazer nesta situação.⁷⁰²

Para Augusto Meyer, o problema foi solucionado em pouco tempo, visto que ele foi convidado a assumir a direção do recém-criado Instituto Nacional do Livro, sediado no Rio de Janeiro, onde ficou até 1956, abrindo mão do seu cargo como Diretor da Biblioteca Pública do Estado, em Porto Alegre, bem como da sua curta colaboração com o Sphan. Em uma carta enviada a ele, por Rodrigo, datada de 24 de dezembro de 1937, a decisão foi lamentada por um lado e comemorada por outro, uma vez que Rodrigo não pôde “deixar de me regozijar com a aquisição permanente da sua companhia no Rio”.⁷⁰³ Em outra carta, datada de 11 de Janeiro de 1938, diante da saída de Meyer da representação no Sul, Rodrigo sugere que queria deixar essa representação nas mãos de David Carneiro, em Curitiba, porém,

⁷⁰¹ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Augusto Meyer, 13 de outubro de 1937, Pasta 03.02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁷⁰² Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Augusto Meyer, 2 de dezembro de 1937, Pasta 03.02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁷⁰³ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Augusto Meyer, 24 de dezembro de 1937, Pasta 03.02, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

diante um corte na verba de pessoal do Serviço naquele ano, ele talvez não conseguisse manter as mesmas contratações. Em 29 de janeiro, Rodrigo admite a Meyer que não teria verbas para manter um auxiliar para representar os estados do Sul que não fosse alguém incumbido de acompanhar as obras a serem realizadas nas Missões, no caso o arquiteto Lucas Mayerhofer, até o Museu das Missões ser inaugurado, em 8 de março de 1940. A partir daquele momento, e até 1978, o Rio Grande do Sul não teve uma representação regional individualizada, ficando os três estados do Sul, a partir da saída de Augusto Meyer, sob os cuidados de Luís Saia, que, em 1938, assumiu a representação regional de São Paulo.

Imagem 42 – Ruínas da Igreja de São Miguel vistas a partir do Museu das Missões, Rio Grande do Sul. Autor não identificado, 1954.



Fonte: Acervo Arquivo Central do Iphan.

4.1.3.4 Em São Paulo, Mário de Andrade.

O convite feito por Rodrigo a Mário de Andrade ocorreu de forma bastante natural, no entanto, antes da formalização do nome de Mário na representação

paulista, o diretor do Sphan primeiro o consultou para saber que nome deveria ser indicado para assumir a regional do Serviço em São Paulo, “devendo de preferência a escolha recair sobre um arquiteto ou amador de arquitetura uma vez que o tombamento terá de se iniciar em todo o Brasil pelas obras de arquitetura”.⁷⁰⁴ Em 6 de abril de 1937, Mário primeiro divaga que “poderia propor um rapaz bastante inteligente, estudante de engenharia dedicado à arquitetura tradicional, não passadista”, Luís Saia, embora tenha “o defeito de ser integralista”,⁷⁰⁵ para depois sugerir que o Departamento de Cultura, chefiado, naquele momento, por ele próprio, fosse o encarregado da tarefa de elaboração da listagem dos monumentos históricos a serem tombados no estado. Rodrigo considerou, no entanto, que não seria lícito pagar ao Departamento a verba destinada à contratação de um assistente técnico, e sugeriu que o próprio Mário aceitasse, “de qualquer maneira”, as funções de delegado do Sphan no estado, pois seria “a única solução razoável para o nosso problema em São Paulo”.⁷⁰⁶

Ao fim de abril, Mário deu início aos trabalhos de inventário dos bens a serem tombados em São Paulo, sendo contratado poucos dias depois e dando início ao funcionamento da representação paulista do Sphan na sua própria casa, localizada na Rua Lopes Chaves, n.º 546. Como se revela em uma entrevista dada por Mário ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 22 de junho de 1937, o trabalho confiado a ele abrangeria os estados de São Paulo e Mato Grosso, que comporiam a 6ª Região do Sphan,⁷⁰⁷ entretanto, a documentação nos mostra que ele não chegou a sugerir qualquer tombamento para o estado vizinho.⁷⁰⁸ Mário de Andrade, assim como os outros representantes regionais, tinha até o dia 30 de junho para enviar a Rodrigo uma listagem com “as obras de arquitetura com interesse artístico ou histórico existentes em São Paulo”.⁷⁰⁹ Este inventário deveria ser executado o quanto antes,

⁷⁰⁴ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Mário de Andrade, 5 de abril de 1937, Pasta 03.01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁷⁰⁵ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 65.

⁷⁰⁶ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Mário de Andrade, 15 de abril de 1937, Pasta 03, envelope 01, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁷⁰⁷ ANDRADE, Mario apud CONTRA o vandalismo e o extermínio. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 de jun. 1937.

⁷⁰⁸ Naquele momento, os atuais estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram um só.

⁷⁰⁹ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 125.

para que, assim que a legislação referente ao tombamento fosse publicada, o Sphan já tivesse uma boa indicação de quais bens deveriam ser tombados. Na mesma carta em que fez esse pedido, Rodrigo revelou, também, o conjunto de estados sobre os quais o Serviço primeiro investiu seus esforços.

Estou providenciando ativamente para intensificar também os trabalhos na Paraíba, em Pernambuco, Bahia, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul e aqui no Distrito Federal, a fim de que, ao terminar o primeiro semestre do ano, já tenhamos um inventário apreciável do patrimônio histórico e artístico nacional em matéria de arquitetura. Do que há de mais importante faltarão apenas dados sobre o Maranhão e o estado do Rio, que procurarei coligir no segundo semestre, juntamente com os relativos aos outros estados de patrimônio mais pobre.⁷¹⁰

O conjunto delimitado por esses sete estados mais o Distrito Federal, como veremos adiante, será onde se deu, praticamente, quase todos os tombamentos feitos pelo Sphan em seus dois primeiros anos de atuação. Mário de Andrade, em uma carta datada de 23 de maio de 1937, explicou a Rodrigo que procederia a essa seleção a partir da divisão do estado em cinco grandes regiões: o Vale do Paraíba; o Caminho do Tietê; o Litoral Sul; o Litoral Norte; e, por fim, São Paulo e Arredores.⁷¹¹ Na mesma carta Mário também relatou uma preocupação com o “nível de qualidade” dos bens que ele identificaria em São Paulo.

Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética. Recensear e futuramente tomar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mas que a beleza propriamente (esta quase não existe) tomar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou originais.⁷¹²

Essa visão pessimista acerca da qualidade estética dos monumentos paulistas, em parte, é fruto de uma questão discutida, na primeira parte deste trabalho, quando vimos que, com o enriquecimento e rápido crescimento da capital paulista, especialmente na segunda metade do século XIX, o luxo e exuberância da sua produção artística e arquitetônica, em muito, foram influenciados por uma estética *Belle-époque*. Paulo Garcez Marins destaca que

⁷¹⁰ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 126.

⁷¹¹ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 67.

⁷¹² *Ibid.*, p. 69.

nada disso interessava ao Sphan e a pensadores como Mário de Andrade, que negavam os estrangeirismos e passariam boa parte das décadas de 1930 e 1940 em busca dos restos do Brasil Colonial, que em São Paulo eram poucos e modestos.⁷¹³

A riqueza promovida pelo café no estado, juntamente com a evasão de paulistas ao longo dos séculos XVII e XVIII, eram vistas por Mário como “as causas principais da nossa miséria artística tradicional.”⁷¹⁴ Rodrigo, em certo momento, discordou dessa visão pessimista de Mário, embora tivesse um pensamento alinhado com ele, que desprezava a produção arquitetônica do período da Primeira República. Em 9 de setembro, ele escreveu a Mário:

Quanto às obras de arquitetura a serem tombadas em São Paulo, não hão de ser tão pobrezinhas quanto você diz. Deve haver muita coisa interessante e, em matéria de arquitetura rural, sem dúvida das melhores cousas do Brasil.⁷¹⁵

Rodrigo entendia que o crescimento da capital, e de cidades como Santos, teriam destruído muito do que havia de melhor na produção artística e arquitetônica desses locais, restando a Mário de Andrade fazer suas buscas pelo interior. Mário deu início ao levantamento dos monumentos históricos paulista com uma série de viagens às regiões definidas por ele, que tiveram início num sábado, dia 5 de junho de 1937, viagens estas, como vimos anteriormente, feitas na companhia de diversos amigos, como Paulo Duarte e Campos Aguirre. Em 12 de junho, Mário relatou a Rodrigo a sua segunda excursão

Acabo de fazer a segunda viagem de perfuntória pesquisa, pelos arredores de S. Paulo. Viagens penosíssimas, principalmente a de hoje, pois se trata de pesquisa de capelas e casas-grandes históricas. Desconfio que a coisa terá de ir com muita lentidão. S. Paulo não é como Minas que pode salvar grandezas de arte, e a rebusca aqui implica constantemente a saída das rodovias por verdadeiros trilhos de índio, mesmo aqui pelo arredor da capital.⁷¹⁶

Como se percebe, em mais de uma ocasião Mário demonstrou pessimismo a respeito da qualidade do patrimônio paulista encontrado por ele, seja pela situação de ruína, seja por não se equiparar, na sua visão, ao dos outros estados, os quais

⁷¹³ MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. SETÚBAL, Maria Alice. *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 139.

⁷¹⁴ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 80.

⁷¹⁵ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 136.

⁷¹⁶ ANDRADE, Mário. Op. cit., p. 71.

ele conhecia bem, desde as suas viagens na década de 1920. Ele segue o relato dessa segunda incursão:

Hoje não pudemos chegar nem até Caraguatatuba, mas ganhamos o dia todo em S. Roque. Ruínas, ruínas, ruínas, que francamente não sei se conviria ao Governo Federal tomar conta com reforçamento e conservação dessas ruínas. (...) Vamos ter aqui lei idêntica e porventura mais completa que a do Governo Federal. Portanto o Estado terá que cuidar também dessas coisas.⁷¹⁷

Nesta mesma carta, Mário faz menção ao projeto de lei estadual, proposto pelo deputado Paulo Duarte, argumentando que a questão deveria ser resolvida na esfera estadual, diante da quantidade de bens arruinados ou de pouca expressão, questão que, como já discutido aqui, não foi adiante. A proposta de Paulo Duarte para a criação do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo foi diretamente inspirada no Anteprojeto do Span, elaborado por Mário de Andrade. Este projeto teria tramitado mais rapidamente na Assembleia Legislativa paulista se não fosse a interferência de Gustavo Capanema, que não queria ver a legislação paulista aprovada antes da legislação federal. Essa questão está evidenciada na troca de correspondências entre Rodrigo e Mário, quando, por exemplo, em 25 de setembro de 1936, Rodrigo informou a Mário que Capanema solicitou “o favor de retardar por algum tempo a apresentação do projeto de lei estadual, até que se saiba ao certo o que a Câmara fará do serviço federal”.⁷¹⁸ Mario tentou retardar a questão o máximo que pode, receoso de ofender Capanema caso a tramitação em São Paulo se desse de forma mais célere que no Rio de Janeiro.⁷¹⁹ Tal insistência do Ministro, só evidencia que ele estava interessado em exercer um protagonismo na questão, demarcando uma posição primeira, digamos assim, da sua pasta, na questão da preservação do patrimônio no país.

As viagens em busca dos vestígios do passado paulista continuaram e não deixaram o autor de *Macunaíma* muito animado com o cenário que se mostrava, conforme relatou na já citada entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 22 de junho.

⁷¹⁷ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 71.

⁷¹⁸ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 121.

⁷¹⁹ DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDART, 1971, p. 154.

As primeiras viagens que fiz, ao redor de S. Paulo, me deixaram desolado quanto à conservação de alguma das igrejas coloniais. S. Miguel, apesar do vandalismo que lhe roubou recentemente alguns documentos importantes ainda é uma das mais bem conservadas. O convento de M'Boy está caindo em ruínas, e é preciso acudir-lo quanto antes. Quase o mesmo se dirá da valiosa capela de Santo Antônio, nas proximidades de S. Roque, bem como da Casa Grande que se supões ter sido a residência do padre Guilherme Pompeu.⁷²⁰

Nesta mesma entrevista Mário comenta a sua incumbência em fazer um “recenseamento geral dos edifícios artísticos ou históricos da colônia, que ainda existem entre nós”,⁷²¹ trabalho este, entregue em outubro de 1937, embora Rodrigo Mello Franco de Andrade tivesse solicitado a todos os seus representantes regionais uma listagem de monumentos até o fim do mês de junho daquele ano. Foi somente em 16 de outubro que Mário de Andrade enviou ao diretor do Sphan seu primeiro relatório com os “monumentos arquitetônicos de valor histórico ou artístico, dignos a meu ver, de tombamento federal”,⁷²² no entanto, ao longo desse texto, Mário pontuou aqueles que, no seu entendimento, deveriam ser protegidos apenas pelo Estado, quando da criação do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo.

O relatório que agora apresento a V. Ex.^a não se refere especificamente aos lugares já visitados. É antes um trabalho de visão geral do Estado, proveniente de pesquisas históricas. Assim, nem todos os monumentos recenseados foram vistos e estudados por mim, o que pode implicar revisão futura de alguns dados, e certamente acrescentamento de documentação e descrição.⁷²³

Neste documento, mais uma vez, o escritor reforça a sua ideia de que “não é possível esperar-se de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional”.⁷²⁴ A listagem elaborada por Mário de Andrade, como ele mesmo destacou, não pretendeu ser completa e contempla um total aproximado de noventa bens, distribuídos entre a Capital e seus arredores, incluindo aí as regiões de Santo Amaro, São Miguel e Biacica, bem como as cidades de São Roque, Cotia, Itaquaquecetuba, M'boy, Santana de Parnaíba, Itu, Porto Feliz, Sorocaba, São Luís do Paraitinga, Ubatuba, Parnaíba, Pirapora, Barueri, Cabreúva, Atibaia, Perdões,

⁷²⁰ ANDRADE, Mario apud CONTRA o vandalismo e o extermínio. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 de jun. 1937.

⁷²¹ Ibid.

⁷²² ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 80.

⁷²³ Ibid.

⁷²⁴ Ibid.

Guarujá, Bertioga, Santos, Itanhaém, Taubaté e Campinas, dentre outras. O trabalho agradou a Rodrigo, que, em 9 de novembro escreveu

a impressão que tive do seu trabalho foi a melhor possível. Pareceu-me exatamente aquilo de que o Serviço precisava: um inventário preliminar tão completo quanto se podia pretender da arquitetura de interesse histórico existente em São Paulo, com os esclarecimentos vivo e precisos de que eu necessitava.⁷²⁵

Imagem 43 – Pormenor da pintura do forro da Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Itu, São Paulo. Autor não identificado, 28 de setembro de 1937.



Fonte: Acervo Arquivo Central do Iphan.

Já no segundo relatório, enviado a Rodrigo em 28 de novembro de 1937, Mário aprofunda a pesquisa em alguns bens já mencionados no relatório anterior, a exemplo do Forte da Bertioga e da pintura religiosa na região de Itu, as quais ele defendeu que fossem todas tombadas. “bem como as igrejas em que estão e todo o seu acervo antigo”, em função da importância que “todas têm para o complexo que somos”.⁷²⁶ Para a elaboração desses dois relatórios, Mário contou com o apoio do arquiteto Luís Saia e do historiador Nuto Sant’Ana.

⁷²⁵ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 139.

⁷²⁶ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 126.

Como mencionamos ao discutir o trabalho de Augusto Meyer, o problema de acumulação de cargos no poder público, previsto com a nova Constituição de 1937, acertou em cheio as representações regionais do Sphan. No caso paulista, entretanto Mário de Andrade optou pelo seu cargo de Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, opção esta que, talvez não tenha sido tão acertada, diante do desmantelamento do seu trabalho promovido pela gestão de Francisco Prestes Maia, que assumiu o cargo em 1º de maio de 1938. Mário de Andrade, então, pediu demissão do Departamento e se auto exilou no Rio de Janeiro, onde assumiu o cargo de professor de estética na recém-criada Universidade do Distrito Federal e, posteriormente, como Consultor Técnico do Instituto Nacional do Livro, naquele momento, dirigido por um velho amigo seu, o poeta gaúcho Augusto Meyer. O escritor paulista só voltaria a viver em São Paulo em 1941.

Quando deu vacância ao cargo de representante regional em São Paulo, Mário escreveu a Rodrigo, em janeiro de 1938, falando da sua opção em se manter no Departamento de Cultura e sugeriu, ainda, que Paulo Duarte poderia assumir o seu lugar.⁷²⁷ Entretanto, quem acabou assumindo o posto foi o arquiteto e engenheiro, formado pela Escola Politécnica de São Paulo, Luís Saia, amigo pessoal de Mário e seu discípulo na Missão de Pesquisas Folclóricas, promovida pelo Departamento de Cultura de São Paulo. Tal Missão, organizada pelo próprio Mário, entre 1936 e 1938, partiu com destino às regiões Norte e Nordeste e, nos dizeres de Márcia Chuva, foi a “busca etnográfica” em que Mário de Andrade “realizou seu maior investimento no sentido de um inventário da cultura brasileira”, quando o paulista “estruturou, a partir do poder político local, um projeto de conhecimento e construção da nação brasileira”.⁷²⁸

Os integrantes da Missão, Martin Braunwieser, Benedicto Pacheco e Antonio Ladeira, chefiados por Luís Saia, partiram de São Paulo, em 4 de fevereiro de 1938, e até julho do mesmo ano percorreram áreas dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará, fotografando, filmando e gravando músicas e

⁷²⁷ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 129.

⁷²⁸ CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.34. 2011, p. 153.

elementos de uma tradição cultural popular. É notável nos registros feitos pela Missão um conjunto de fotografias de arquitetura, especialmente monumentos históricos e edificações vernáculas, ocorridos, essencialmente em função da sensibilidade de Saia para com esse tema, como ele mesmo revelou, pouco depois.

O que pudesse recolher de arte e técnicas populares, além do nosso objetivo específico, ficava portanto inteiramente por conta das circunstâncias. (...) Pessoalmente me interessava estudar, nos momentos de folga, tudo quanto fosse coisa popular de valor artístico ou documentário, especialmente arquitetura. Desde logo me larguei à prática aventureira de espiar, anotar e fotografar casas velhas, capelas, arquitetura popular.⁷²⁹

Imagem 44 – Igreja Nossa Senhora do Rosário, Pombal, Paraíba. Luís Saia, 1938.



Fonte: Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, Centro Cultural São Paulo.

⁷²⁹ SAIA, Luís. *Escultura popular brasileira*. São Paulo: Edições Gaveta, 1944, p. 9.

Os Cadernos de anotações de Saia, em relação a essa viagem, estão repletos de comentários e desenhos acerca da arquitetura encontrada nos lugares visitados, com esboços das plantas, elevações e detalhes construtivos de onde passava, bem como os seus encontros com intelectuais locais e com Paulo Thedim Barreto, que, a serviço do Sphan, estava no Piauí pesquisando sobre arquitetura tradicional daquele estado. Saia sempre fazia anotações e esboços acerca da arquitetura dos lugares onde passava, por vezes comparando técnicas e soluções arquitetônicas com os exemplos que ele conhecia de São Paulo, como M'Boy, quando ele comentou a técnica da taipa, ou do sítio Santo Antônio, em São Roque, em relação a soluções de fachada.⁷³⁰ Muitos desses monumentos identificados por Saia foram objeto de proteção, a partir daquele mesmo ano de realização da Missão, quando o Sphan deu início a sua política de proteção de monumentos através do tombamento dessas edificações, a partir do decreto-lei n.º25, de 30 de novembro de 1937, questão com a qual iniciaremos as discussões do próximo capítulo.

⁷³⁰ Caderno de Viagem de Luís Saia, CA-7, p. 24. Coleção Missão de Pesquisas Folclóricas. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, Centro Cultural São Paulo.

4.2 OS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE DA NAÇÃO E A FAÇANHA AUTO-HISTORIOGRÁFICA DO SPHAN.

A circunstância de se começar o trabalho de tombamento no Distrito Federal e em Minas Gerais não quer dizer que se descure completamente a parte do patrimônio existente nos estados, mas apenas uma questão de tempo e método.

Rodrigo Mello Franco de Andrade, 19 de maio de 1936⁷³¹

Muitos estados possuíam organização embrionária a respeito do tombamento histórico. Inauguramos os serviços no Pará, no Maranhão, em Sergipe e no Rio Grande do Norte. (...) Em 1939 executamos obras adequadas em monumentos nos estados do Piauí, Pernambuco, Bahia, Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul. Também o Distrito Federal e o estado do Rio foram beneficiados.

Rodrigo Mello Franco de Andrade, 24 de janeiro de 1940⁷³²

Antes do Sphan, o estudo dos problemas da arte brasileira andava à mercê dos literatos, quando não de uns curiosos evadidos de outras profissões, homens, portanto, estes últimos, sem profissão definida, que não têm uma consciência profissional – que não têm, em verdade, consciência de espécie alguma e mais concorrem para embrulhar as coisas do que para esclarecê-las. Tudo se fazia um pouco por palpites.

Manuel Bandeira, 22 de outubro de 1942⁷³³

A partir da publicação do decreto-lei n.º 25, em 30 de novembro de 1937, Rodrigo Mello Franco de Andrade, afinal, conseguiu que fosse criado um instrumento legal fundamental na adoção das medidas necessárias para a proteção dos documentos de identidade da nação, como muitas vezes ele próprio se referiu aos bens protegidos pelos Sphan. Estava criada a figura jurídica do tombamento, a primeira que deu limitações legais ao direito de propriedade e a partir de onde o Serviço pôde inventar um passado nacional através da preservação de uma série de edificações que, ao ver dos intelectuais modernistas ligados ao Ministério da Educação, inseriria o Brasil no rol das nações desenvolvidas. A questão “de tempo e método”, como dito acima por Rodrigo, em iniciar as ações na cidade do Rio de Janeiro e no estado de Minas Gerais, não foram ocasionais, muito pelo contrário,

⁷³¹ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 25.

⁷³² Ibid., p. 36.

⁷³³ BANDEIRA, Manuel. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Crônicas inéditas* 2. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 341.

foram ações deliberadas que pretenderam construir um passado por meio da exaltação das construções e da produção artística dessas duas regiões.

A organização “embrionária” que existiu em diversas localidades do país foi fundamental, naquele momento, para a invenção desse patrimônio, seja pela constituição de uma rede nacional de intelectuais ligados à causa, seja por mostrar, de antemão, o quê e onde estava uma parte considerável do patrimônio a ser valorizado e protegido naqueles primeiros anos. Experiências pregressas que foram aproveitadas ao mesmo passo em que eram desmerecidas. Foi um processo intencional que, na medida em que se ia exaltando uma, suposta, superioridade técnica dos intelectuais modernistas, se apagavam as ações que foram impetradas antes de 1936. Pouco depois de começar a atuar em prol da preservação, o Sphan também começou a escrever sua própria história, inventando mitos de origem que permanecem, até hoje, inseridos na historiografia do tema.

4.2.1 Protegendo os documentos de identidade da nação, o Sphan de 1938 a 1945.

Em 12 de janeiro de 1939, foi publicada no jornal carioca *Correio da Manhã* a notícia *Possuímos joias de arte e monumentos que chamam a atenção de técnicos mundiais*, onde consta uma entrevista feita com Rodrigo Mello Franco de Andrade. Nesta entrevista, o diretor do Sphan detalha alguns dos trabalhos que já vinham sendo executados pelo Serviço desde a sua criação, como “o tombamento, a conservação, a restauração, o enriquecimento e a propagação do conhecimento dos bens ou coisas que constituem o patrimônio histórico e artístico”⁷³⁴ do país. Rodrigo informou ao repórter que iniciou essa tarefa através dos monumentos arquitetônicos “por ser mais facilmente praticável a investigação a seu respeito”⁷³⁵ e que o serviço estava sendo feito em todas as regiões do país, “desde o Pará até o Rio Grande do Sul”,⁷³⁶ excetuando-se os estados do Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás e Mato Grosso. Como já muito evidenciado na historiografia do tema, e também apontado por nós neste trabalho, a arquitetura, naquele momento, foi o

⁷³⁴ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 28

⁷³⁵ Ibid., p. 29.

⁷³⁶ Ibid.

foco da ação de preservação do patrimônio nacional impetrada pelo Sphan, sendo os vestígios arquitetônicos do período colonial revestidos de uma aura de nacionalidade que determinaria a sua preservação. De forma geral, essa valoração primeira da arquitetura pode ser melhor compreendida a partir de um texto de Diane Barthel, onde a historiadora defende que, num primeiro momento, as noções de patrimônio estiveram muito vinculadas com a ideia do monumento e da construção arquitetônica. Segundo a autora, isso se deve ao fato dessas estruturas se constituírem como as formas mais tangíveis de se evidenciar o passado, uma tangibilidade que distingue os monumentos, por exemplo, dos textos e de outras representações históricas.⁷³⁷

A concretude das edificações se tornou a forma mais palpável de se visualizar um passado, e o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que o Sphan preservou nos seus primeiros anos de atuação, marcando fortemente o imaginário do patrimônio no país a partir de então, foi feito através da arquitetura. Ao analisamos a tipologia dos bens que foram tombados, percebemos que, até o final do Estado Novo, cerca de 95% deles era composto por edificações, quer tombadas de forma isolada ou em conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, sendo que mais da metade desses bens foi protegido ainda em 1938. Tais dados sugerem que, no ano do início da política de tombamentos, Rodrigo e os técnicos do Sphan já em tinham em mente, com muita definição e clareza, o que deveria ser preservado pelo Serviço. Diligência que se reflete, também, ao olhamos o quantitativo de bens tombados até o final do Estado Novo, que somam cerca de 40% de todos os bens protegidos durante o século XX. No período analisado, entre 1938 e 1945, foram abertos um total de trezentos e cinquenta e dois processos de tombamento, que resultaram num sem número de bens tombados, sejam eles edificações, conjuntos urbanos, objetos e coleções museológicas.⁷³⁸ Os estados que lideraram esses tombamentos foram, respectivamente, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, que, ao final de 1945, detinham cerca de 75% de todos os bens tombados no país, e aqueles onde não houve nenhum tombamento nesse período, como Amazonas e Mato Grosso, não fizeram parte de nenhuma representação regional firmada naquele

⁷³⁷ BARTHEL. Diane. *Historic preservation: collective memory and historical identity*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1996, p. 2.

⁷³⁸ Embora o último processo aberto em 1945 tenha sido o de número 359, por erros de numeração, os processos de número 2, 88, 136, 193, 208, 213 e 261 são vagos.

período, estando vinculados diretamente à sede no Rio de Janeiro. Márcia Chuva defende que essa exclusão se deu não somente pela dificuldade de acesso desses lugares a partir da Capital Federal, mas também em função terem sido consideradas regiões “distantes da civilização” e “sem construções significativas”.⁷³⁹ Daryle Williams faz um apanhado detalhado do quantitativo de bens tombados, que reproduzimos, parcialmente, na Tabela 01.

Tabela 01 – Tombamentos por estado, 1938-1945.

	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	TOTAL
Alagoas				1					1
Bahia	55	6	1	25	2	25	3		117
Ceará				1					1
Espírito Santo			1			3			4
Goiás				1					1
Maranhão			3						3
Minas Gerais	26	32	1	3			1	2	65
Pará			1	5	1		1		8
Paraíba	11			2			1		14
Paraná	6		1	2			1		9
Pernambuco	37	2	1						40
Piauí	2	2	2						6
Rio de Janeiro	82	2	3		3	1	1		92
Rio Grande do Sul	8		1	2	1				12
Santa Catarina	4	1							5
São Paulo	4	1	4	6		1	1		17
Sergipe						17	3		20
TOTAL	235	46	19	48	7	47	11	2	415

Fonte: adaptado, com algumas correções, a partir de WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 101.

É importante observar que esse quantitativo levantado por Williams não considerou os destombamentos, que alteram, em muito pouco, esses números, tampouco ele contabiliza os bens que tiveram seus processos de tombamento abertos entre 1938 e 1945, mas só que só foram registrados nos livros de tomo após esse período. A partir destes números, percebemos que a maior quantidade de

⁷³⁹ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 219.

tombamentos se deu no primeiro ano de vigência do decreto-lei n.º 25, em 1938, sendo os tombamentos realizados em 1939 resquícios de processos abertos ainda no ano anterior. Após esse período fica evidente uma estagnação no número de tombamentos, alterada, apenas, pela ação da 5ª Região do Sphan, que compreendia aos estados da Bahia e de Sergipe. Nos é evidente que esse alto número de tombamentos ao final da década de 1930 foi um resultado dos inventários de monumentos históricos encomendados por Rodrigo Mello Franco de Andrade, a partir de 1936, assim como das recomendações feitas pelos intelectuais que colaboraram com o Sphan daquele ano em diante. As ações levadas a cabo por Rodrigo, naquele momento, foram explicitadas pelo diretor do Sphan em diversas ocasiões, sejam entrevistas para jornais das várias regiões do país, sejam em palestras, como a proferida na Escola Nacional de Engenharia, em 27 de setembro de 1939, onde ele reafirmou uma ação de busca pelos remanescentes arquitetônicos do passado do país.

Com tal objetivo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vem exercendo atividade em todos os estados da Federação, só não tendo podido alcançar nos seus trabalhos o Amazonas, Mato Grosso e Goiás. Todavia, apesar do número já muito considerável de bens inventariados, só foram, pelo tombamento definitivo, incorporados ao patrimônio histórico e artístico do país 261 monumentos, mais seis logradouros e nove conjuntos arquitetônicos e urbanísticos. Como consequência da inscrição desses bens nos livros do Tombo, o Serviço realizou até agora obras de conservação, reparação ou restauração em 38 monumentos situados no Piauí, em Pernambuco, na Bahia, no Espírito Santo, no Estado do Rio, no Distrito Federal, em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.⁷⁴⁰

Os tombamentos realizados pelo Sphan não representaram a pluralidade da cultura brasileira vista, por exemplo, no anteprojeto de Mário de Andrade, muito pelo contrário, Rodrigo Mello Franco de Andrade privilegiou “os aspectos do modernismo relacionados com o ufanismo verde e amarelo, a história mitificada dos heróis das instituições nacionais e o culto às autoridades”.⁷⁴¹ De forma geral os bens inscritos nos Livros do Tombo foram valorados a partir dos seus vínculos com a história do país ou com uma história universal da arte, na qual os intelectuais modernistas tinham um projeto de inserir a produção artística brasileira.⁷⁴² Essa concepção

⁷⁴⁰ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 52.

⁷⁴¹ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: EDUSP, 1984, p. 141.

⁷⁴² Para mais detalhes sobre o tema ver GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. *Palavra Peregrina e Outros Estudos sobre o Barroco*. São Paulo: Edusp, 2016.

universalizante da arte e da cultura e o desejo de incorporar o Brasil nessa trajetória, eram comuns aos mineiros que ocuparam o Ministério da Educação e, talvez, tenha sido uma das razões que fizeram com que a concepção de patrimônio de Mário de Andrade fosse deixada de lado na atuação do Sphan. Márcia Chuva reforça que

a inserção no concerto das nações se daria não tanto pelo conhecimento e valorização de diferentes manifestações culturais como identificadoras da “brasilidade”, como almejava Mário de Andrade, mas, principalmente, pela identificação de uma arte brasileira que pudesse se enquadrar na classificação tradicional da história da arte no mundo ocidental. Por meio do Sphan, esse projeto realizou-se efetivamente e ganhou reconhecimento mundial, inserindo o Brasil na universalidade da arte europeia.⁷⁴³

As intenções dos intelectuais que estavam no comando do Sphan, naquele instante, eram primeiro inserir o Brasil nessa trajetória universal da arte, antes mesmo de reconhecer a diversidade do seu patrimônio. Ainda segundo Chuva,

O imenso investimento feito pelo Sphan, nos anos iniciais, foi no sentido de construir uma arte brasileira que se enquadrasse nos padrões universais. O resultado foi, propriamente, a invenção do barroco brasileiro. A partir da década de 1950, a arquitetura do Brasil passaria a ser incorporada nas histórias das artes e da arquitetura de caráter geral ou regional.⁷⁴⁴

Em *Os arquitetos da memória*, Márcia Chuva ainda detalha, de forma bem mais acurada que Cecília Londres,⁷⁴⁵ a questão das valorações históricas e artísticas feita pelos técnicos do Sphan, mostrando a predileção que eles tinham pelos bens de valor artístico e, conseqüentemente, o maior número de inscrições do Livro de Tombo das Belas Artes. Já o conceito de histórico desses intelectuais, segundo Chuva, continha uma “ideia fetichista de homenagear personagens vinculadas a uma história a ser contada por meio de edificações que as simbolizavam”.⁷⁴⁶ Nos parece, ainda, evidente, assim como o foi para Daryle Williams, que as inscrições nos Livros de Tombo “were not mere designations of convenience, but rather conscious choices made after extended archival, bibliographic, and field research into the qualities of works considered for *tombamento*”.⁷⁴⁷ Naqueles primeiros anos, o Livro de Tombo Arqueológico,

⁷⁴³ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 107.

⁷⁴⁴ Ibid., p. 259.

⁷⁴⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

⁷⁴⁶ CHUVA, op. cit., p. 216.

⁷⁴⁷ Não eram meras designações de conveniência, mas sim escolhas conscientes feitas após extensas pesquisas de arquivo, bibliográficas e de campo sobre as qualidades das obras consideradas para o tombamento [em tradução livre]. WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 107.

Etnográfico e Paisagístico teve poucas inscrições, sendo a grande parte delas relativa a acervos museológicos, com algumas inscrições de conjuntos urbanos e de edifícios com jardins de valor significativo. Enquanto isso, o livro das Artes Aplicadas, até 1945, contou com apenas uma inscrição, relativa ao tombamento de cinco jarras de louça, produzidas pela Fábrica de Santo Antônio do Porto, de Portugal, localizadas na cidade de Cachoeira, na Bahia.⁷⁴⁸ Márcia Chuva argumenta que “a denominação ‘arte aplicada’ – que, para Mário de Andrade, poderia ser erudita ou popular – não foi incorporada na prática do Sphan”,⁷⁴⁹ sendo esta mais uma evidência de que a visão plural que Mário tentou imprimir no seu anteprojeto para o Span foi deixada de lado nas práticas do Sphan.

Joaquim Falcão, ao tratar da origem social do patrimônio preservado pelo Sphan em seus primeiros anos, defende que a política de preservação foi reduzida a preservação de uma arquitetura ligada a uma dessas cinco experiências vitoriosas: da etnia branca; da religião católica; do Estado, como nos fortes e casas de câmara e cadeia; da sociedade, como nos sobrados urbanos e sedes de grandes fazendas; e, por fim da elite política e econômica do país.⁷⁵⁰ No entanto, Silvana Rubino destrincha esse argumento de Falcão ao analisar a tipologia dos bens tombados, mostrando que havia uma hierarquia interna, onde quase metade dos bens tombados eram de arquitetura religiosa, enquanto a arquitetura rural, que seria a representante de uma vitória das elites rurais, estavam mal representadas, com cerca de 5% dos bens tombados.⁷⁵¹ Para Rubino, “Minas é o *locus* por excelência da prática do Sphan” e “pode perfeitamente representar a ação ideal do Sphan entre 1937 e 1968”,⁷⁵² já “o Rio de Janeiro aparece como o lugar da cidade e do estado imperial”,⁷⁵³ na Bahia, lugar da primeira capital do país, predominou a arquitetura dos séculos XVII e XVIII; enquanto Pernambuco, “é o quarto estado mais preservado

⁷⁴⁸ Processo 199-T-39. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁷⁴⁹ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 217.

⁷⁵⁰ FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultura e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. MICELE, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 28.

⁷⁵¹ RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-68*. Campinas: Dissertação de mestrado / Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMP, 1991.

⁷⁵² Ibid., p. 140.

⁷⁵³ Ibid., p. 141.

do país, com uma coleção difusa”.⁷⁵⁴ Daryle Williams, por sua vez, defende que “the broader regional bias toward the colonial sugar belt, the mining zone of Minas Gerais, and the city of Rio de Janeiro would continue for several decades”.⁷⁵⁵ Já Márcia Chuva dá uma boa definição acerca de qual foi a história que o Sphan pretendeu contar com essa seleção de bens

A história contada por meio da maioria absoluta dos bens selecionados foi demarcada cronologicamente no período colonial, com ênfase no processo sociocultural advindo da proliferação de cidades auríferas mineiras, assim como nos centros de poder político e econômico desse período – Salvador e Rio de Janeiro; a região de ocupação antiga em Pernambuco, graças à economia açucareira, onde foi também enfatizado, na seleção de bens, o caráter de berço da nacionalidade, referindo-se à vitória sobre os holandeses em Pernambuco; e a arquitetura jesuítica e a “sobriedade” de suas formas artísticas, conforme escreveu Lúcio Costa.⁷⁵⁶

No entanto, convém descartar dessa análise acima feita por Chuva que esses lugares, coincidentemente ou não, tiveram iniciativas próprias objetivando preservar seu patrimônio ou intelectuais envolvidos com a valorização e o conhecimento desse acervo de edificações antes mesmo da criação do Sphan e que, de certa forma, “souberam” dizer por onde o trabalho deveria começar. Além dessas características, houve uma supervalorização da produção artística e arquitetônica vinculada à Igreja Católica. Diversos autores⁷⁵⁷ defendem que a intrínseca relação entre o Sphan e a Igreja estava vinculada ao fortalecimento do Estado Novo, assim como em função da amizade do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, com Alceu Amoroso Lima. Elementos que fazem com que, naquele momento, à parte dessas edificações serem recheadas de obras de arte e objetos históricos, houvesse uma correlação muito direta entre a religião católica o nacionalismo, resultando num grande número de edificações tombadas ligadas ao credo católico. Em função desse envolvimento, salvo algumas exceções, a Igreja foi um dos mais fortes aliados do Sphan nesse

⁷⁵⁴ RUBINO, Silvana. As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-68. Campinas: Dissertação de mestrado / Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMP, 1991, p. 143.

⁷⁵⁵ O viés regional mais amplo em relação ao cinturão colonial do açúcar, a zona mineira de Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro continuariam por várias décadas [em tradução livre]. WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 104-105

⁷⁵⁶ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 217.

⁷⁵⁷ A exemplo de CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009; MALHANO, Clara Emília S. M. B. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920-1945*. Rio de Janeiro: Lucerna, FAPERJ, 2002; SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: EDUSP, 1984; WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001; dentre outros.

período inicial, tendo o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, e o Arcebispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, facilitado, em muito, o acesso do Estado a um rico patrimônio eclesiástico.⁷⁵⁸ Além disso, a igreja foi a maior beneficiária das obras de conservação empreendidas pelo Sphan, que, na maioria absoluta dos casos, foi financiada pelo Estado.

A questão da recuperação dessas edificações, que, de uma forma geral, estavam muito mal conservadas, foi um assunto caro ao Sphan, e tal questão está evidenciada em um planejamento de atividades elaborado para os anos de 1939 a 1945.⁷⁵⁹ Neste documento está explicitado que, além da identificação de mais monumentos históricos, o objetivo primordial dos primeiros anos do Serviço seria restaurar as edificações com necessidade mais urgente de intervenção. No que tange às intervenções físicas nas edificações, estas tiveram início antes mesmo da publicação do decreto-lei n.º 25, e compreendiam desde obras de estabilização até mesmo a intervenções maiores, com a reconstituição de elementos alterados e outrora perdidos. Na entrevista de Rodrigo Mello Franco de Andrade, citada no início deste capítulo, o Diretor elenca algumas dessas edificações que havia sofrido intervenção do Serviço até aquele momento, sendo que, em Minas Gerais, elas se deram “em monumentos remanescentes do período de opulência da região no séc. XVIII e situados nas cidades de Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João del Rei, Raposos e imediações”.⁷⁶⁰ Na Bahia as obras ocorreram no claustro do Convento Franciscano de Salvador e na Igreja do antigo Seminário de Belém, na cidade de Cachoeira; em Pernambuco, na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, localizada nos Montes Guararapes, em Jaboatão; no Rio Grande Sul, nas ruínas das Missões Jesuíticas; no Piauí, nos monumentos localizados em Teresina, Oeiras e Campo Maior; e, por fim, no Rio de Janeiro na Igreja de São Francisco Xavier, em Niterói, na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em Iguaçu, e, na Capital Federal, nos remanescentes da fachada da antiga Academia Imperial de Belas Artes, na antiga casa de banhos de Dom João VI, além de algumas obras na ilha de Paquetá.

⁷⁵⁸ Um exemplo que podemos citar é a doação de cerca de duzentos e sessenta objetos históricos, feita pelo Arcebispo de Mariana para o Museu da Inconfidência, que o Sphan criou na cidade de Ouro preto.

⁷⁵⁹ Planejamento de atividades, Pasta 49, envelope 05, Série Arquivo Técnico e Administrativo, Arquivo Central do Iphan.

⁷⁶⁰ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 29.

A Igreja de São Francisco Xavier, construída na segunda metade do século XVII, localiza-se num pequeno monte, junto à Baía da Guanabara, na cidade de Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, e havia sofrido algumas alterações na sua fachada em princípios do século XX. As obras de reversão dessas alterações, capitaneadas pelo arquiteto Carlos Leão, tiveram início em 12 de junho de 1937 e foram finalizadas naquele mesmo ano, em 13 de dezembro, quando foram removidos os elementos decorativos incorporados ao monumento no início daquele século, sendo estes substituídos pela sobriedade de uma fachada lisa e uma fiada de telhas no frontão que lembram, em muito, a Igreja da Aldeia Jesuítica de Carapicuíba, em São Paulo. Segundo José Pessôa, o Sphan inaugurou ali uma prática de prospecções que seria utilizada, a partir de então, nas intervenções de restauração executadas pelo Serviço, e, para ele,

A informação contida nos elementos remanescentes do monumento e na sua documentação histórica, e o recurso às características estilísticas existentes em soluções arquitetônicas de edifícios da mesma época, vão constituir a base das intervenções de restauro dos monumentos brasileiros nas décadas iniciais de atuação do Iphan.⁷⁶¹

É importante lembrar aqui que os preceitos destacados por José Pessôa remetem também às práticas de intervenção e conceituações defendidas por Viollet-le-Duc, e já haviam sido adotadas no Brasil em intervenções como a da Inspetoria de Monumentos de Pernambuco na Igreja da Madre Deus, e as realizadas por Gustavo Barroso em Ouro Preto. As intervenções levadas a cabo pelo Sphan, por sua vez, fazem parte de um amplo processo de institucionalização das práticas de preservação no país, bem como de um processo maior de formação e construção da nação, e se utilizou de conceitos, de certa forma, já praticados no país. Márcia Chuva, defende que

Os agentes do Sphan estavam, assim, a todo instante, em busca de documentos e construindo, na verdade, monumentos, não somente na hora da seleção do patrimônio histórico e artístico nacional, mas também no momento da sua restauração, ao determinar as características que deveriam permanecer, entendidas como autênticas, e as que deveriam ser extraídas, consideradas falsas.⁷⁶²

⁷⁶¹ PESSÔA, José. Entre o singelo monumentalizado e o simbólico. Reflexões sobre o patrimônio cultural brasileiro. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 195.05, Vitruvius, ago. 2016.

⁷⁶² CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 76.

Imagem 45 – Fachada da Igreja de São Francisco Xavier, Niterói. Autor não identificado, 1937.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Imagem 46 - Fachada da Igreja de São Francisco Xavier, Niterói. Rodrigo Cantarelli, 2010.



Fonte: Acervo pessoal.

A autora ainda destaca que a restauração de monumentos arquitetônicos não era, necessariamente, uma novidade para os arquitetos que trabalhavam para o Serviço, defendendo que estes eram conhecedores das mais diversas linhas de pensamento referentes ao tema bem como das experiências que ocorria no Velho Continente desde o século XIX. Um conhecimento adquirido graças “não somente à formação de grande parte deles na Escola de Belas Artes, do Rio de Janeiro, mas devia-se, principalmente, à participação de Lucio Costa em Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna”,⁷⁶³ os chamados Ciam. É importante aqui lembrar que a questão da definição de critérios para intervenções em edificações históricas é um assunto que nos remete ao século XIX, quando teóricos, a exemplo do francês Eugène Viollet-le-Duc e do inglês John Ruskin, buscaram delimitar preceitos básicos para as intervenções feitas em edificações históricas. As ideias de Viollet-le-Duc, as quais já comentamos em outros capítulos, foram extremamente populares na medida em que também foram criticadas por nomes como William Morris, discípulo de John Ruskin. Foi somente na década de 1930, no entanto, que foram produzidos os primeiros documentos, em nível internacional, que buscaram estabelecer diretrizes e princípios acerca da proteção e valorização de monumentos históricos, sendo um deles elaborado, em 1931, pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações e o outro, em 1933, no âmbito da IV Assembleia do Ciam, realizada em Atenas. A Carta de Atenas, como ambos documentos ficaram

⁷⁶³ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 318.

conhecidos, foi lembrada por Rodrigo Mello Franco de Andrade numa palestra proferida no *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, em 1936:

Recentemente se reuniu em Atenas uma conferência internacional para assentar, na órbita mundial, as mesmas oportunas medidas que o Sphan objetiva e sob o alto e inspirado sentido de que os patrimônios histórico e artísticos nacionais transcendem e são de interesse da comunidade universal.⁷⁶⁴

É importante destacar o conhecimento de Rodrigo de um documento internacional, discutido, havia pouco tempo, no âmbito da preservação dos monumentos históricos. Não é possível traçar, exatamente, como este documento chegou às mãos do Diretor do Sphan, mas podemos conjecturar que isso se deu, muito possivelmente, através de Lucio Costa, que, embora ainda não incorporado ao quadro técnico do Sphan, conhecia Rodrigo já há alguns anos, tendo sido recomendado, no início da década, pelo próprio Rodrigo, para dirigir a Escola Nacional de Belas Artes. Em uma entrevista dada a pesquisadora Márcia Chuva, Lucio Costa negou que os técnicos do Sphan, nos seus anos iniciais, tenham entrado em contato com algum outro órgão de patrimônio de outro país, a exemplo da França, de onde poderiam ter absorvido experiências, defendendo que um certo “convívio”, como Costa nomeou essa relação, só passou a existir depois que o Serviço começou a ganhar projeção internacional. Talvez esse comentário de Lucio Costa seja uma tentativa de enaltecer os méritos dos técnicos Sphan, e, conseqüentemente, os seus próprios, na elaboração de uma postura intervencionista nos monumentos históricos brasileiros a partir de ideias próprias.

Embora Márcia Chuva defenda uma inexistência de experiências significativas no que tange à restauração de um patrimônio edificado no país antes da criação do Sphan, acreditamos que as poucas experiências ocorridas têm muitas similaridades com aquilo que foi praticado pelo Sphan ao longo da sua trajetória. Embora tenham sido bastante raras as ações brasileiras no que tange à restauração de edificações históricas coordenadas pelo poder público, até a segunda metade da década de 1930, das quais destacamos as intervenções realizadas nas ruínas dos Sete Povos das Missões, pelo Governo do Rio Grande do Sul, e a restauração da Igreja da Madre Deus, no Recife, capitaneada pela Inspetoria de Monumentos de Pernambuco, ambas já comentadas neste trabalho, estas foram experiências que

⁷⁶⁴ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 25.

mostram que parte de uma intelectualidade brasileira, não ligada diretamente aos intelectuais que construíram o Sphan, estava familiarizada com conceitos e práticas de preservação de monumentos históricos, bem como teorias clássicas da conservação, como está evidenciado no caso da Igreja da Madre Deus do Recife, inspirada em preceitos de Viollet-le-Duc.

As ideias do arquiteto francês não eram desconhecidas pela parte da intelectualidade brasileira que se interessava pelo tema do patrimônio, questão não muito difícil de se compreender tendo em vista que a França, naquele momento, ainda exercia uma grande influência na cultura letrada do país, onde muitos dos intelectuais eram fluentes na língua, inclusive estudando em Paris. Além de Anníbal Fernandes e Gustavo Barroso, como já destacamos anteriormente, também encontramos em falas de Rodrigo Mello Franco de Andrade uma similaridade com as ideias de Viollet-le-Duc. Um desses momentos é quando o diretor do Sphan defende, por exemplo, que um critério fundamental a ser seguido nas restaurações seria restituir ao monumento “o aspecto original, perturbado pelas reformas que sofreu”.⁷⁶⁵ Márcia Chuva ainda acrescenta que,

Quando não era possível conhecer exatamente a forma original dos elementos que se pretendia reconstituir no monumento, os técnicos do Sphan tinham por metodologia buscar analogias entre o que supunham ter sido a forma original do monumento a ser restaurado e outros prédios exemplares, cujo padrão se assemelhasse ao que se pretendia restaurar.⁷⁶⁶

Estas, como já vimos, são aplicações diretas de princípios defendidos por Viollet-le-Duc, evidenciando que os intelectuais que participaram do Sphan desde o princípio, seja Lucio Costa, seja Carlos Leão, seja o próprio Rodrigo Mello Franco de Andrade, estavam familiarizados com a vertente francesa das teorias clássicas da conservação de monumentos históricos. O Diretor do Serviço, como já dissemos, sistematicamente relatava à imprensa as tarefas que o Sphan vinha desenvolvendo e, em 24 de janeiro de 1940, numa entrevista publicada no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, ele resumiu os trabalhos até então executados como de

inventário e tombamento dos bens de valor histórico e artístico; obras de conservação, reparo e restauração de monumentos; auxílio aos museus

⁷⁶⁵ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de apud CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 338.

⁷⁶⁶ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 338.

existentes e organização de novos; propagação de conhecimentos sobre o nosso patrimônio artístico e histórico⁷⁶⁷

Em relação aos museus, os planos de Rodrigo Mello Franco de Andrade, talvez, não tenham sido tão bem-sucedidos quanto ele desejou. A sua primeira derrota nesse sentido, diz respeito, ainda, ao anteprojeto de Mário de Andrade para o Span, como vimos no capítulo anterior, quando os diretores do Museu Nacional e do Museu Histórico Nacional rejeitaram a proposta de Mário. A criação do Sphan e o acirramentos das disputas entre Gustavo Barroso e o grupo de intelectuais representando por Rodrigo causou aquilo que foi chamado por Mário Chagas e Myrian Sepúlveda dos Santos de separação entre “as coisas do patrimônio e as coisas dos museus”.⁷⁶⁸ Os autores afirmam que Barroso não apenas venceu os modernistas nesta área, mas deixou uma marca indelével na memória da museologia no Brasil, visto que ele participou, de modo decisivo, do primeiro Curso de Museologia do país, criado em 1932, que deu origem à atual Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Contudo, o Sphan também lutaria por um espaço no campo dos museus, deixando de lado os grandes museus nacionais e focando sua ação na criação de museus regionais. O primeiro desses museus, o Museu da Inconfidência, foi fundado, em 1938, na cidade de Ouro Preto e sobre ele, Rodrigo afirmou que

assinala o início de uma orientação nova e de relevante significação adotada pelo governo da União a respeito dos museus nacionais. Deixando de limitar-se a organizar e desenvolver essas instituições federais apenas na capital da República.⁷⁶⁹

Em pouco tempo foram criados novos museus em outras regiões do país, com o intuito de dar sentido ao discurso nacional proposto àquele momento. Desses destacamos o Museu das Missões, em São Miguel, e o Museu Imperial, em Petrópolis, ambos fundados em 1940, e o Museu do Ouro, em Sabará, em 1945. Na entrevista feita por Ana Carmen Jara Casco, Álvaro Mendes, José Antônio Nonato e

⁷⁶⁷ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 36.

⁷⁶⁸ CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A vida social e política dos objetos de um museu. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.34, 2002, p. 203.

⁷⁶⁹ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Na inauguração do Museu da Inconfidência. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Museus*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2005. p.164-169.

Mário Chagas com a museóloga Lygia Martins Costa,⁷⁷⁰ esta revela alguns detalhes interessantes sobre a criação dos museus pelo Sphan:

Os museus do Patrimônio foram criados por uma equipe de arquitetos de intuito absolutamente estético. A intenção era a preservação, a defesa do acervo encontrado nas restaurações dos monumentos de Minas: desde fragmentos arquitetônicos expressivos a testemunhos variados da arte e do viver diário do século XVII. Sem preocupações quaisquer de mensagem educativa (...) o dr. Rodrigo demonstra uma mentalidade elitista da antiga Europa, ao criar os grandes museus do Patrimônio, da Inconfidência e do Ouro (...) O dr. Rodrigo, a princípio, não tinha intenção de criar os museus, só o fez porque não encontrou interesse, nos órgãos federal, estadual e municipal, de abrigar o acervo por ele constituído (...) Dentre os elementos encontrados, havia peças de arte popular e do cotidiano que não interessavam aos museus nem aos colecionadores particulares. Portanto, o Patrimônio foi o primeiro a reconhecer-lhes valor.⁷⁷¹

Percebemos que as intenções de Rodrigo, na criação desses primeiros museus pelo Sphan, tinham um caráter muito prático, para dar destino a um conjunto de objetos históricos que, em princípio, não despertaram interesse de outros entes. A documentação consultada ainda nos mostra que, além desses museus, o diretor do Sphan projetou, desde o início, a criação de vários outros. Na entrevista publicada no *Correio da Manhã*, há pouco citada, Rodrigo comenta acerca dos museus já criados, do apoio que o órgão estava dando aos já existentes e ainda discorre acerca de novos museus, a serem criados, como o Museu Nacional de Moldagens, que previa a exposição de cópias moldadas “das obras mais características do nosso passado”,⁷⁷² como as esculturas feitas por Aleijadinho para os doze profetas, em Congonhas, além das portadas das Igrejas de São Francisco de Assis e do Carmo, em São João del Rei. Uma proposta que nos lembra, em muito, a de Alexandre Lenoir, para o *Musée des Monuments Français*, inaugurado em 8 de abril de 1796 no convento dos Petits-Augustin, em Paris.⁷⁷³

Uma menção a esse museu de moldagens também está presente em vários documentos do Arquivo Central do Iphan. Em um deles,⁷⁷⁴ além deste museu ainda

⁷⁷⁰ Lygia Martins Costa, entrou no Serviço do Patrimônio, em 1955, e, aperfeiçoando-se em história da arte, foi conservadora nos museus do Sphan até 1966.

⁷⁷¹ MARTINS COSTA, Lygia. Entrevista-depoimento. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.31. 2005, p. 287.

⁷⁷² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p.37.

⁷⁷³ A coleção deste museu, reunida e organizada por Alexandre Lenoir, era composta essencialmente por fragmentos de arquitetura e escultura oriundos ora de edifícios destruídos pelos revolucionários, ora de monumentos que permaneceram intactos e foram, posteriormente, transferidos para o museu, além de algumas moldagens.

⁷⁷⁴ Anotação sem data (entre novembro de 1939 a janeiro de 1940). Pasta 49, envelope 6, Série Arquivo Técnico e Administrativo, Arquivo Central do Iphan.

há menções à criação de um museu na casa natal de Santos Dumont;⁷⁷⁵ do Museu Victor Meireles, em sua casa natal em Florianópolis;⁷⁷⁶ um museu de mobiliário regional, em Olinda;⁷⁷⁷ um museu de arte popular; em João Pessoa; um museu cívico na casa natal dos Ottoni, no Serro;⁷⁷⁸ e o Museu Nacional de Arte Sacra, em Salvador. Acerca do último, Osvaldo Gomes chegou a ser contratado, em 1940, para inventariar o acervo de arte sacra pertencente a Arquidiocese da Bahia, que integraria o museu, no entanto, as correspondências trocadas entre Rodrigo e Godofredo Filho, representante regional do Sphan no estado, sugerem que a criação deste museu acabou não acontecendo em função de desentendimentos com a Arquidiocese.⁷⁷⁹

Percebemos uma evidente distribuição geográfica desses Museus criados e propostos pelas representações regionais do Serviço, com o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia se caracterizando como lugares privilegiados para receber essas novas instituições. Foi a articulação entre essas representações regionais e a área central do Sphan quem propiciou que, ao fim do Estado Novo, os tombamentos feitos pelo Serviço estivessem presentes em mais de cinquenta municípios, distribuídos num total de dezesseis estados. Segundo Chuva,

Essas sedes regionais atuavam sob um rigoroso controle da “área central” do Sphan, implementado por meio de uma densa correspondência travada entre os representantes regionais e o diretor do Sphan. A “área central” impôs-se, desde então, como *locus* centralizado, detentor legítimo do discurso autorizado.⁷⁸⁰

A área central, como era costumeiramente chamada, pelos funcionários, a sede do Sphan, no Rio de Janeiro, correspondia à 1ª Região e era constituída pelo Gabinete do Diretor e pela Seção Técnica, localizados, primeiramente, no sétimo andar do edifício Nilomex, e, logo depois, no edifício do Ministério da Educação, transferindo-se para lá quando este foi inaugurado. Desde o princípio, esta foi a seção do Sphan que mais contratou técnicos, como vimos no capítulo anterior, e, a

⁷⁷⁵ O atual Museu de Cabangu, que funciona neste local, foi criado pela prefeitura municipal de Santos Dumont, Minas Gerais, em 20 de julho de 1973.

⁷⁷⁶ Criado pelo Sphan em 1952.

⁷⁷⁷ Olinda já possuía um museu estadual do tipo, o Museu Regional de Olinda, criado em 1934.

⁷⁷⁸ O Museu Regional Casa dos Ottoni foi criado pelo Sphan em 1942.

⁷⁷⁹ O atual Museu de Arte Sacra existente em Salvador foi criado, em 10 de agosto de 1959, vinculado à Universidade Federal da Bahia.

⁷⁸⁰ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 62.

partir de 1938, esse quadro começou a crescer com a incorporação de nomes como os de Renato Soeiro, que anos depois veio a dirigir o Serviço, José de Souza Reis, Paulo Thedim Barreto, Alcides da Rocha Miranda, além do próprio Lucio Costa, que, em 1937, começou a colaborar com Sphan a partir da questão das Ruínas das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul. No entanto, a diversidade de formações vista na construção da equipe técnica da área central ocorrida nos dois primeiros anos, como vimos no capítulo anterior, não se manteve e a formação de arquiteto foi, praticamente, a única de caráter técnico que dominou os quadros do Serviço a partir de 1938. Embora a exigência de uma formação específica não estivesse explícita no decreto-lei, como, por exemplo, estava definida em alguns dos textos que o inspiraram, tampouco no regulamento informal que regeu a instituição nesse primeiro momento, na prática vemos que o perfil técnico dos profissionais que trabalhariam na proteção do patrimônio nacional tinha a formação de arquiteto. Segundo Márcia Chuva,

Arquitetos ligados à vertente modernista ocuparam, desde cedo, postos no Sphan, onde teceram uma rede de relações pessoais na distribuição de projetos e obras de arquitetura e restauração, explorando o conteúdo da aparente contradição verificada entre seu papel de “revolucionários de novas formas artísticas e os árbitros e zeladores do passado cultural”.⁷⁸¹

Lucio Costa, um dos líderes do Movimento Modernista dentre os arquitetos, a partir de então, se tornou um dos técnicos mais influentes do órgão, definido nas palavras de Lygia Martins Costa como “um chefe técnico de todo o Patrimônio”, em função de um conhecimento de arte “que faltava à grande maioria”.⁷⁸² Na visão de Costa, o arquiteto era o melhor profissional para lidar com as questões patrimoniais do dia a dia da instituição, acreditando que, por exemplo, “o historiador não era dado à objetividade considerada necessária no exercício diário de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional”,⁷⁸³ devendo estes ficarem reservados aos setores de produção discursiva do Serviço. Um posicionamento que foi reforçado ao final da década de 1940, quando, em 1949, Costa escreveu o Plano de Trabalho para a Diretoria de Estudos e Tombamento, se mostrando contra a contratação, pelo Sphan, de historiadores profissionais.

⁷⁸¹ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 196.

⁷⁸² MARTINS COSTA, Lygia. Entrevista-depoimento. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.31. 2005, p. 290-291.

⁷⁸³ CHUVA, op. cit., p. 205.

Não é necessário, nem mesmo talvez aconselhável, o recurso exclusivo a historiadores de profissão, uma vez que a curiosidade do ofício os conduz insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízo dos informes simples e precisos que interessam à repartição. Pode-se recorrer com proveito a estudantes universitários em período de férias e a intelectuais de várias categorias necessitados de amparo.⁷⁸⁴

Os arquitetos se concentraram na área central a quem os representantes regionais teriam que reportar e, com algumas exceções, como o próprio Rodrigo Mello Franco de Andrade, jurista de formação, Godofredo Filho, escritor e historiador, e Ayrton Carvalho, engenheiro, praticamente todos os outros colaboradores do Serviço, a partir de 1938, tinha formação em arquitetura. Nesses primeiros anos a área central ainda convidou pesquisadores estrangeiros, como Germain Bazin, Robert Smith e Hannah Levy para fazerem pesquisas no Brasil. Ao passo em que o Serviço publicou seus trabalhos, foram também ministrados vários cursos a funcionários do Sphan, com o claro objetivo de formar aquelas pessoas para a nova área que estava se desenhando naquele momento. Dentre alguns desses cursos podemos destacar o de Hannah Levy, sobre História da Arte e o de Afonso Arinos de Melo Franco, sobre a civilização material no Brasil, como já comentamos anteriormente. Judith Martins, afirma que a contratação de Hannah Levy, “uma judia emigrada, alemã, que cursou a Sorbonne”,⁷⁸⁵ se deu em função de uma indicação feita por Anníbal Fernandes, colaborador do Sphan em Pernambuco nos primeiros anos. É importante lembrar que Anníbal, fluente em francês, havia feito cursos de história da arte na França, quando das suas viagens ao país, na companhia de sua esposa, a artista plástica Fédora do Rego Monteiro.⁷⁸⁶ Esse trecho do depoimento de Martins, que revela a recomendação de Fernandes, ainda é interessante, pois, a antiga Secretária de Rodrigo comenta que, embora muito culta, Levy “não sabia nada de arte brasileira. Então Dr. Rodrigo nos fez frequentar a antiga Universidade do Distrito Federal, para estudar arte brasileira num curso que o José Marianno Filho dava”.⁷⁸⁷ Paradoxalmente, os conhecimentos de José Marianno Filho, acumulados ao longo de anos de pesquisas e formação de uma coleção particular de arte brasileira, embora desprezados ao longo do processo de constituição de um órgão

⁷⁸⁴ COSTA, Lucio, apud CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 205.

⁷⁸⁵ MARTINS, Judith apud THOMPSON, Analucia (org.). *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p. 40.

⁷⁸⁶ Irmã dos, também artistas, Joaquim e Vicente do Rego Monteiro.

⁷⁸⁷ MARTINS, op. cit., p. 40.

de proteção do patrimônio no país, foram, de certa forma, aproveitados, na formação dos técnicos que comporiam esse mesmo órgão.

A área central do Serviço, como já dissemos, era aquela com a maior presença de pessoal técnico, e começou a ser formada a partir da instalação provisória do Sphan, ainda em 1936. Tanto a diversidade desse corpo técnico inicial, quando a proximidade com os bens que se pretendeu proteger, certamente, favoreceram o Rio de Janeiro a liderar o número de tombamentos em 1938, quando foram abertos setenta e um processos no Estado, sendo cinquenta e nove deles apenas na Capital Federal. Ainda é curioso perceber que esta região foi também a que liderou o número de processos indeferidos, seis no total, e bens que tiveram o seu tombamento cancelado, cinco no total, sendo boa parte deles referente às construções que foram destruídas para a abertura da Avenida Presidente Vargas. Um dos principais colaboradores do Sphan no Rio de Janeiro foi a antropóloga Heloísa Alberto Torres, Diretora do Museu Nacional, a quem Rodrigo havia consultado a respeito do anteprojeto do Span, elaborado por Mário de Andrade, assim como a convidou para colaborar com o tombamento e a preservação de bens de valor arqueológico e etnográfico, especialidades do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. A cooperação entre Heloísa e Rodrigo parece remeter a antes do início da política de tombamentos, uma vez que em 10 de janeiro de 1937, Alberto Torres redigiu um documento de seis páginas destinado a Rodrigo, onde discorre sobre os critérios que deveriam ser adotados para o tombamento de coleções, públicas e particulares, contendo material paleontológico e etnográfico proveniente de “indústrias de populações indígenas e regionais”.⁷⁸⁸ A primeira edição da *Revista do Sphan*, também publicou um texto de autoria de Alberto Torres, chamado *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil*,⁷⁸⁹ onde a antropóloga não pretendeu “apresentar uma relação completa dos achadouros”,⁷⁹⁰ mas sim fazer um panorama geral da questão, focando o texto em três pontos: proteção a jazidas arqueológicas; coleções ou objetos arqueológicos e

⁷⁸⁸ Documento do Setor de Etnologia, 10 de janeiro de 1937 apud DIAS, Carla da Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.34. 2011, p.207

⁷⁸⁹ ALBERTO TORRES, Heloísa. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Sphan*. Rio de Janeiro, n.º 1. 1937, p. 9-30.

⁷⁹⁰ Ibid., p. 9.

etnográficos existentes em museus públicos ou particulares; e produtos de arte de populações atuais.

Ao comentar as coleções de museus públicos que tinham objetos de valor arqueológico e etnográfico, Alberto Torres nomina, praticamente, todas as coleções que foram tombadas pelo Sphan a partir do ano seguinte: Museu Paraense, em Belém;⁷⁹¹ Museu Paranaense, em Curitiba;⁷⁹² Museu da Escola Normal, em Fortaleza;⁷⁹³ Museu do Estado de Pernambuco, no Recife;⁷⁹⁴ Museu de Magia Negra, no Rio de Janeiro;⁷⁹⁵ Museu Paulista, em São Paulo;⁷⁹⁶ e Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre.⁷⁹⁷ Heloísa Alberto Torres ainda comenta diversas coleções particulares que possuíam objetos do mesmo tipo, dando destaque as pertencentes aos Institutos Históricos dos estados e a duas outras coleções que, também, foram tombadas pelo Serviço: a do Museu David Carneiro, em Curitiba,⁷⁹⁸ e a Coleção Arqueológica Balbino de Freitas, em Torres, no Rio Grande do Sul.⁷⁹⁹ Walter Lowande defende que, embora tenha indicado a sede do Museu Nacional para tombamento,⁸⁰⁰ Alberto Torres, conhecendo bem as limitações que o decreto-lei impunha, não indicou para tombamento as coleções do Museu Nacional receosa de que isso atrapalhasse, de alguma maneira as pesquisas desenvolvidas pela instituição, uma hipótese esta que, segundo ele, ainda carece de confirmações.⁸⁰¹

O tratamento que o Sphan daria à arqueologia, à etnografia e à arte popular, delegando essas questões ao Museu Nacional, está evidenciado em um documento enviado por Rodrigo Mello Franco de Andrade a Heloísa Alberto Torres, em 24 de

⁷⁹¹ Processo 135-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁷⁹² Processo 140-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁷⁹³ Processo 78-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁷⁹⁴ Processo 137-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁷⁹⁵ Processo 35-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁷⁹⁶ Processo 139-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁷⁹⁷ Processo 141-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁷⁹⁸ Processo 40-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan. Esta coleção foi adquirida pelo Museu Paranaense, em 2004, após o fechamento do Museu David Carneiro.

⁷⁹⁹ Processo 77-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan. Esta coleção foi adquirida pelo Museu Nacional em 1939.

⁸⁰⁰ Processo 101-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁰¹ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Uma história transnacional da modernidade: produção de sujeitos e objetos da modernidade por meio dos conceitos de civilização e cultura e do patrimônio etnográfico e artístico*. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2018.

fevereiro de 1938, onde o Diretor do Sphan convida, explicitamente, a Diretora do Museu Nacional a assumir essa função.

Havendo necessidade de essa repartição prosseguir nos trabalhos iniciados, sob a vossa orientação pessoal, com o objetivo de proceder ao tombamento dos bens de excepcional valor arqueológico e etnográfico existente no país e bem assim adotar as medidas convenientes para a localização e proteção dos achadouros do material daquela natureza, venho consultar-vos sobre a possibilidade de, na forma do disposto no art. 25 do decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional obter a cooperação do Museu Nacional para o fim da secção de antropologia e etnografia desse estabelecimento tomar a si a execução da referida tarefa. Na hipótese de resposta favorável à presente consulta, esta diretoria delegará a mencionada secção do Museu Nacional os poderes que lhe foram atribuídos pelo dito decreto-lei para o efeito desejado, correndo as despesas que se tiverem de realizar com os trabalhos em apreço por conta das dotações consignadas no vigente orçamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Quanto à elaboração do programa a ser realizado durante o ano corrente no tocante às questões de arqueologia, etnografia e arte popular, deverá ser assentado mediante proposta que vos dignardes apresentar a esta diretoria logo que vos parecer oportuno.⁸⁰²

A colaboração entre Heloísa e Rodrigo, no entanto, não se resumiu à questão do tombamento de coleções contendo objetos arqueológicos e etnográficos. Carla da Costa Dias e Antônio Carlos de Souza Lima buscam mostrar que houve uma intensa e constante interação entre o Museu Nacional, particularmente na esfera da antropologia, e o Sphan. Esses autores defendem que, antes mesmo do governo federal assumir, ao longo da década de 1930, uma política governamental no que tange a preservação de um patrimônio nacional, o Museu Nacional já desenvolvia algumas ações que podem ser compreendidas dessa forma, como, por exemplo, as tentativas impetradas por pesquisadores do Museu em regulamentar as expedições científicas no país.⁸⁰³ No entanto, a noção de “patrimônio nacional” sob a qual o Museu Nacional empreendia trabalhos nas áreas de arqueologia e etnografia são diferentes daquela que o Sphan adotou ao salvaguardar bens sob essa mesma denominação. Segundo Walter Lowande, Heloísa Alberto Torres agiu de modo a preservar os interesses do Museu Nacional no que tange ao material recolhido nas tais expedições científicas, e as ações levadas a cabo pelo Museu da Quinta da Boa Vista, entre 1937 e 1955, período que foi dirigido por Heloísa Alberto Torres, no sentido de salvaguardar um patrimônio nacional que estava ligado “aos modos de

⁸⁰² ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de apud DIAS, Carla da Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.34. 2011, p. 206.

⁸⁰³ Para mais informações ver DIAS, Carla da Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.34. 2011, p. 199-221.

vida ‘indígenas’, ‘autóctones’ ou ‘primitivos’ (ainda não aculturados) e ‘sertanejos’ ou ‘neobrasileiros’, em suas respectivas adaptações culturais ao meio”.⁸⁰⁴

Carla da Costa Dias e Antônio Carlos de Souza Lima ainda defendem que a importância dada à geografia e à construção de um passado regional, que fizeram parte da construção da identidade nacional durante o Estado Novo, influenciaram, no Museu Nacional, a formação da chamada Coleção Regional.

Imagem 47 – Pintura Rupestre, Santa Teresinha, Bahia. Hermann Kruse, Sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Imagem 48 – Sobrado dos Canguços, Brumado, Bahia. Hermann Kruse, Sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

O conjunto de materiais de cultura denominado Coleção Regional foi constituído, sobretudo, entre as décadas de 1930 e 1950. Sua formação se baseou no conjunto anteriormente identificado como Coleção Sertaneja, inaugurada por Roquette-Pinto em 1918, cuja exposição mais bem-remodelada a apresentaria em 1928. A Coleção Regional foi uma construção do período em que Heloisa Alberto Torres dirigiu o Museu Nacional e trabalhou junto com o Sphan no projeto de definir e constituir um *patrimônio histórico e artístico nacional*.⁸⁰⁵

A formação dessas coleções está ligada às remessas de objetos recebidos pelo Sphan a partir de seus representantes regionais,⁸⁰⁶ que foram enviadas ao Museu Nacional. Dias e Lima destacam a Coleção Hermann Kruse, registrada em 1941, e a Coleção Sphan, registrada em 1945, bem como uma que “reúne itens provenientes da região de Guarapari, no Espírito Santo, composta por rendas e ornatos feitos de

⁸⁰⁴ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Uma história transnacional da modernidade: produção de sujeitos e objetos da modernidade por meio dos conceitos de civilização e cultura e do patrimônio etnográfico e artístico*. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2018, p. 401.

⁸⁰⁵ DIAS, Carla da Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.34. 2011, p. 210.

⁸⁰⁶ Lembro aqui a encomenda de objetos dos índios Pankarus de Pernambuco feita, em 1937, por Rodrigo Mello Franco de Andrade a Estevão Pinto, intermediada por Anníbal Fernandes, comentada no capítulo anterior.

conchas”,⁸⁰⁷ além de uma série de outras peças ofertadas ao Museu Nacional em nome do Diretor do Serviço. Hermann Kruse foi um pesquisador alemão, naturalizado brasileiro, especialista em pinturas rupestres, que viajou, em 1939, para o interior da Bahia, financiado pelo Sphan. Naquele momento, como veremos adiante, Rodrigo via uma necessidade em se complementar o inventário de monumentos históricos no interior da Bahia e, talvez, essa tenha sido uma de suas atribuições nessa missão. O Arquivo Central do Iphan, no Rio de Janeiro possui diversos documentos relacionados a Kruse, incluindo uma pasta na série Personalidades, além de fotografias de objetos de uso cotidiano, pinturas rupestres, paisagens e monumentos na Bahia, como o Sobrado dos Canguços, em Brumado,⁸⁰⁸ além de edificações e conjuntos urbanos em cidades como Mucugê e Rio de Contas. Esta última, embora apareça nas listagens de Monumentos da Inspetoria da Bahia, teve os seus primeiros processos de tombamento abertos, somente depois das visitas de Kruse ao local.

Além desta colaboração, o Museu Nacional foi também a instituição mais bem contemplada quando da formação do Conselho Consultivo, criado pela mesma lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que criou o Sphan. Na sessão inaugural do colegiado, ocorrida no dia 10 de maio de 1938 e presidida pelo Ministro Gustavo Capanema, foram instituídas as normas de funcionamento e eleito o presidente, que acabou sendo Rodrigo Mello Franco de Andrade. A reunião contou com a presença dos conselheiros Edgard Roquette-Pinto, antigo diretor do Museu Nacional e, no momento, diretor do Instituto Nacional do Cinema Educativo; José Otávio Corrêa Lima, artista e professor da Escola Nacional de Belas Artes; Augusto José Marques Júnior, também artista e professor da Escola Nacional de Belas Artes; Raimundo Lopes da Cunha, geógrafo e pesquisador do Museu Nacional; Manuel Bandeira, escritor e professor da Faculdade Nacional de Filosofia; Rodolfo Gonçalves de Siqueira, diplomata e colecionador de antiguidades; Francisco Marques dos Santos, historiador; Carlos Leão, arquiteto e assistente técnico do Sphan; Heloísa Alberto Torres, antropóloga e Diretora do Museu Nacional; Oswaldo Teixeira, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes; Gustavo Barroso, Diretor do Museu Histórico Nacional; além do próprio Diretor do Sphan, Rodrigo Mello Franco de Andrade.

⁸⁰⁷ DIAS, Carla da Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.34. 2011, p. 210, p. 210.

⁸⁰⁸ Processo 377-T-48. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

Ainda foram nomeados conselheiros e não puderam estar presentes nessa primeira reunião Alberto Childe, arqueólogo e pesquisador do Museu Nacional além do jurista e, também, colaborador do Sphan Afonso Arinos de Mello Franco.

Várias questões saltam ao observarmos esses nomes. A primeira delas é a diversidade na formação e na área de atuação desses intelectuais, diversidade esta que não se rebatia no corpo técnico que estava sendo formado para atuar dentro do Sphan. A segunda questão é que todos esses nomes, de alguma forma, estavam inseridos em estrutura administrativa do Estado, que nos leva a uma terceira observação: a grande presença do Museu Nacional, instituição mais representada no grupo. Walter Lowande defende que, com essas quatro nomeações de pesquisadores do Museu para integrarem o Conselho, “a diretora do Museu Nacional conquistava, assim, mais um território para sua já vasta atuação e para a representação de seus projetos culturais”,⁸⁰⁹ evidenciando, ainda mais, uma divisão de atribuições: enquanto o Museu Nacional trataria do patrimônio arqueológico e etnográfico, o Sphan se encarregaria do patrimônio arquitetônico. No entanto, a essa colocação cabem algumas observações, uma vez, que, pelo menos até 1945, o Conselho foi muito pouco usado e a participação desses intelectuais no colegiado, talvez, não diga tanto sobre as interações entre as duas instituições.

Como já explicitamos em outros momentos, a principal atividade do Conselho Consultivo, até o fim do Estado Novo, era deliberar sobre os casos onde o proprietário solicitou a impugnação do pedido de tombamento. Foi somente a partir de 1946 que todos os processos de tombamento passaram a ser encaminhados para que o colegiado decidisse sobre ele. Lygia Martins Costa conta que, com frequência, o Conselho era usado por Rodrigo para dirimir algumas dúvidas ocasionais, no entanto, ao passo que a equipe técnica de arquitetos foi se formando na área central, ele foi, aos poucos, dispensando essas consultas, defendendo que

o pensamento do Patrimônio era sempre predominante no Conselho Consultivo. Nunca o Patrimônio foi a uma reunião do Conselho Consultivo sem ter já um parecer. O Patrimônio já tinha estudado a questão, já tinha um parecer, e esse parecer a equipe do dr. Rodrigo incutia no Conselho antes da reunião.⁸¹⁰

⁸⁰⁹ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Luís Saia e a evolução arquitetônica regional: da morada paulista às práticas de proteção ao patrimônio cultural nacional. *Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 18-19, 2014, p. 45.

⁸¹⁰ MARTINS COSTA, Lygia. Entrevista-depoimento. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.31. 2005, p. 288.

O que se pode concluir é que, ao final das contas, o posicionamento de Rodrigo e dos seus técnicos prevalecia nas discussões do Conselho Consultivo e, talvez, a questão da preservação de um patrimônio de natureza arqueológica evidencie a dominação da direção do Sphan nas decisões do Conselho. Na definição do que seria o patrimônio nacional, presente no decreto-lei, estão incluídos os bens de valor arqueológico ou etnográfico, no entanto, a forma de congelamento desses bens, prevista pelo tombamento, talvez, inviabilizasse as pesquisas arqueológicas no país. Esse problema foi explicado pelo antropólogo e arqueólogo Luiz de Castro Faria em um depoimento feito no Seminário *A Invenção do Patrimônio – Continuidade e Ruptura na Constituição de uma Política Oficial de Preservação no Brasil*, realizado, no Museu Histórico Nacional, em 1994. Castro Faria lembra que, no parecer da Comissão da Câmara dos Deputados que recomenda ao plenário a aprovação da lei de proteção do patrimônio no país, ainda em 1937, lei esta que viria a se tornar o decreto-lei n.º 25, há uma referência explícita à conferência internacional ocorrida, em 1931, em Atenas. Para o arqueólogo, esta referência evidencia um paradigma da arqueologia clássica, ligada a uma herança greco-romana, que, na sua visão, “implica outra concepção de monumento, absolutamente inaplicável no Brasil”.⁸¹¹ Castro Faria relata que

Tive, na época, um trabalho enorme para convencer Rodrigo Mello Franco de que não podia tomar os sambaquis, como ele queria, influenciado por Paulo Duarte, porque isso acabaria com qualquer pesquisa arqueológica no Brasil. Da mesma forma, se entrasse em vigor uma lei que fora aprovada por Getúlio Vargas, proibindo a exploração de jazidas fossilíferas, toda a indústria de cimento ficaria paralisada.⁸¹²

Os únicos Sítios Arqueológicos tombados pelo Sphan, até 1945, foram o Sambaqui do Pindahy,⁸¹³ no Maranhão, em 1940, e as Inscrições na Pedra do Rio Ingá,⁸¹⁴ na Paraíba, em 1944. Curioso que o Sambaqui do Pindahy, localizado nas proximidades de São Luís, teve seu processo aberto a partir do pedido de um conselheiro do Museu Nacional, o geógrafo Raimundo Lopes da Cunha. Cunha, estando em São Luís, escreveu a Rodrigo, em 7 de novembro de 1939, informando da depredação que o sambaqui estava sofrendo para, quatro dias depois, o Diretor

⁸¹¹ CASTRO FARIA, Luiz de. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995, p. 38.

⁸¹² Ibid..

⁸¹³ Processo 211-T-39. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸¹⁴ Processo 330-T-43. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

do Sphan emitir a notificação de tombamento do local.⁸¹⁵ Castro Faria, ainda em seu depoimento, relata as dificuldades que teve em “propor a preservação de qualquer coisa que não se referisse a barroco e a colonial, com suas igrejas e santos tidos como sinônimo do verdadeiro ‘patrimônio’”,⁸¹⁶ o que está evidenciado pela baixa atuação do Sphan, nesse período, na questão da preservação de um patrimônio de natureza arqueológica, uma ação que só se deu, praticamente, quando do tombamento de coleções museológicas. O problema, talvez, tenha se dado também pela própria especificidade do patrimônio arqueológico brasileiro, que não se adequava ao tombamento, como talvez conviesse às ruínas clássicas europeias. A necessidade de pesquisas e prospecções nas jazidas arqueológicas brasileiras, que acabavam, por si, destruindo o local, uma ação terminantemente vedada pelo decreto-lei aos bens tombados, o que acabou culminando em uma nova legislação que tratou especificamente do patrimônio arqueológico, a lei n.º 3924, de 26 de julho de 1961.

A pouca atenção dada ao patrimônio de natureza arqueológica também está evidenciada em um documento que já mencionamos aqui, o *Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940*,⁸¹⁷ quando, no capítulo chamado “Tombamento”, vemos que, dos duzentos e noventa e sete bens tombados até a elaboração do texto, ao final de 1940, apenas um deles dizia respeito à “jazidas arqueológicas”, ao passo que cento e sessenta e nove diziam respeito, diretamente, à arquitetura religiosa. É neste mesmo relatório de 1940 que encontramos, na parte referente ao “Inventário dos bens de valor histórico e artístico no país”, uma explicação acerca do andamento desse trabalho, argumentando que ele ocorria mediante dificuldades causadas tanto pela extensão territorial brasileira quanto pelo

⁸¹⁵ Neste mesmo momento também foram abertos os outros dois processos de tombamento no Maranhão que resultaram nos tombamentos ocorridos nesse estado no período estudado: a Capela de São José da Quinta das Laranjeiras, processo 209-T-39, e o Portão da Quinta das Laranjeiras, processo 211-T-39. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸¹⁶ CASTRO FARIA, Luiz de. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995, p. 38.

⁸¹⁷ *Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940*. Envelope 6, Pasta 49. Série Arquivo Técnico e Administrativo. Arquivo Central do Iphan.

“número reduzido de auxiliares habilitados para tal missão”.⁸¹⁸ O andamento dessas atividades, ao início da década de 1940, pode ser vislumbrado na Tabela 02.⁸¹⁹

Tabela 02 – Andamento dos Inventários de Monumentos no país, 1940. Adaptado do *Resumo Geral das atividades do Sphan*, de 1936 a 1940.

Estado	Situação
Amazonas	Inventário não iniciado.
Pará	Inventário não iniciado, seria enviado um arquiteto do Serviço para esse fim. ⁸²⁰
Maranhão	“Inventariado cuidadosamente”.
Piauí	Inventário feito “em grande extensão” por Paulo Thedim Barreto.
Ceará	Inventário não iniciado, seria enviado um representante, até o fim do ano, para executar o serviço.
Rio Grande do Norte	Inventário preliminar “em condições satisfatórias”.
Paraíba	Inventário “muito adiantado”.
Pernambuco	Inventário “senão exaustivo” e “um dos mais completos”.
Alagoas	Inventário preliminar.
Sergipe	“Inventariados minunciosamente, na sua grande maioria”.
Bahia	Inventário iniciado, porém com lacunas no interior do estado.
Espírito Santo	Inventário feito por um dos quadros técnicos do serviço.
Rio de Janeiro ⁸²¹	Inventário com deficiência em relação à arquitetura rural.
Distrito Federal ⁸²²	Inventário “quase completo”.
Minas Gerais	“A excessiva riqueza do patrimônio de arte existente nesse Estado embaraça os trabalhos do respectivo inventário: por maiores que sejam os esforços no sentido no sentido de completá-los, a tarefa nunca se pode considerar terminada.”
São Paulo	Inventário feito.
Mato Grosso	Inventário não iniciado.
Goiás	Inventário iniciado.
Paraná	Inventário “feito satisfatoriamente”.
Santa Catarina	Inventário feito.
Rio Grande do Sul	Inventário “satisfatório”.

Fonte: Envelope 6, Pasta 49. Série Arquivo Técnico e Administrativo. Arquivo Central do Iphan.

⁸¹⁸ Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940. Envelope 6, Pasta 49. Série Arquivo Técnico e Administrativo. Arquivo Central do Iphan.

⁸¹⁹ As citações da tabela, todas, fazem parte do texto do Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940. Envelope 6, Pasta 49. Série Arquivo Técnico e Administrativo. Arquivo Central do Iphan.

⁸²⁰ Veremos, mais adiantes, que Rodrigo contratou um intelectual local para realizar o trabalho.

⁸²¹ Referente ao Estado.

⁸²² Referente à cidade do Rio de Janeiro.

Com as informações fornecidas a partir deste relatório, ficam evidentes os caminhos escolhidos por Rodrigo para executar os inventários ao longo do país, assim como a exaltação ao patrimônio existente em Minas Gerais, onde, na visão do Diretor, a identificação dos seus edifícios históricos nunca poderia ser considerada uma tarefa concluída. Algumas das proposições existentes neste documento, veremos, nunca foram executadas, ou tomaram outros caminhos, além disso, é possível perceber, de forma bastante compreensível, como a colaboração das representações regionais, questão que discutiremos logo a seguir, foi essencial na identificação e no tombamento de bens entre os anos de 1938 a 1945.

4.2.1.1 A rede das representações regionais.

Como já vimos no capítulo anterior, Rodrigo, desde a instalação provisória do Sphan, começou a articular no país uma rede de intelectuais voltados à questão do patrimônio que, formando as representações regionais, auxiliariam no seu trabalho. Além da área central, sete representações regionais foram pensadas desde o princípio, no entanto, apenas algumas conseguiram se firmar ao longo do tempo por diversos motivos, como recursos escassos e a dificuldade de encontrar técnicos habilitados nas mais diversas regiões do país. Tais representações, de forma geral, contaram apenas com um representante, chamado, oficialmente, de assistente técnico, que foi, em alguns casos, auxiliado por um ou outro técnico, em geral, um secretário.

A partir das primeiras contratações de representantes regionais, Rodrigo deu início à formação de uma rede que o auxiliaria na identificação e proteção das edificações que seriam tombadas a partir de promulgação da lei de proteção do patrimônio no país. As listagens de monumentos históricos elaboradas pelos seus correspondentes regionais foram fundamentais para a abertura dos primeiros processos, em 1938, que resultaram nos tombamentos realizados neste ano e no ano seguinte. Inclusive, foi a partir de uma dessas listagens que partiu o primeiro de todos os processos de tombamento aberto no país, o de número 1-T-38, relativo à Igreja Matriz de São Pedro, em Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Na correspondência trocada, em 1937, entre Augusto Meyer, representante do Serviço

nesse estado, e Rodrigo Mello Franco de Andrade encontramos diversas indicações de bens que acabaram sendo tombados nesses primeiros anos, como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Viamão; a Igreja de Nossa Senhora das Dores, em Porto Alegre;⁸²³ o Palácio do Governo, em Piratini;⁸²⁴ a Igreja de São Miguel, em São Miguel das Missões; e o Forte de Caçapava, em Caçapava do Sul.⁸²⁵

Imagem 49 – Fachada da Igreja Matriz de São Pedro, Rio Grande, Rio Grande do Sul. Eric Hess, Sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Nessas correspondências, Meyer alertou Rodrigo, em diversas ocasiões, acerca das intenções em se demolir a igreja de São Pedro, em Rio Grande, e a do Rosário, em Porto Alegre. Um telegrama enviado ao representante gaúcho, datado de 24 de junho de 1937, mostra o lamento de Rodrigo diante da inexistência, ainda, da lei que impediria essas demolições, lei esta que veio a ser o decreto-lei n.º 25, publicado em 30 de novembro daquele ano. No entanto, isso não impediria o Diretor do Sphan de atuar em prol da preservação daquelas edificações antes mesmo da

⁸²³ Ambas a partir do processo 96-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸²⁴ Processo 97-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸²⁵ Ambos a partir do Processo 141-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

existência da lei. Foi com esse intuito que Rodrigo entrou em contato com o Arcebispo do Rio de Janeiro, o Cardeal Dom Sebastião Leme, para que este interviesse nesses casos junto ao Vigário da Paróquia e ao Bispo de Pelotas, como está explicitado na carta enviada para Meyer no dia 26 de junho.

As igrejas de São Pedro, junto com a de Nossa Senhora, em Viamão, eram vistas por Augusto Meyer como os melhores exemplares, ainda existentes, da arquitetura religiosa do período colonial no estado. Opinião, de certa forma, corroborada por Rodrigo que, após receber a documentação fotográfica do edifício, achou “essa igreja muito mais interessante, como arquitetura, do que todas as outras do Rio Grande. Seria mesmo cúmulo deixá-la desaparecer”.⁸²⁶ A urgência em resolver a questão está evidenciada nas cartas enviadas por Rodrigo a Meyer, como na datada de 25 de novembro de 1937, onde este informa que estava preparando a listagem final das edificações a serem tombadas imediatamente e que, com a publicação “dentro de poucos dias” da legislação de proteção “o caso da igreja de S. Pedro ficará resolvido sumariamente por meio da simples notificação de tombamento à autoridade eclesiástica responsável”.⁸²⁷ Em 21 de dezembro de 1937, ou seja, após a publicação do decreto-lei, o diretor do Sphan informou ao seu representante: “ainda não expedi as notificações, porque solicitei a um amigo jurista a minuta adequada para elas. Mas logo que esteja habilitado a mandá-las, expedirei a que se refere a Matriz de São Pedro, do Rio Grande”.⁸²⁸ A notificação ao proprietário, a segunda de todas, foi emitida em 15 de fevereiro de 1938. O pároco responsável pela igreja, Padre Eurico de Mello Magalhães, se mostrou contrário a iniciativa pois “a atual Matriz não satisfaz mais às exigências e necessidades do culto e ameaça cair em algumas parte do teto, se não for reparada em tempo”,⁸²⁹ sendo que suas intenções em demolir a edificação, construída em 1755, remetiam, pelo menos, a 1935. O Bispo de Pelotas, Joaquim Ferreira de Mello, também era contrário à preservação do edifício, considerando que “a Matriz de São Pedro não é nenhuma obra de arte, como por tal foi erroneamente dada ao Serviço do Patrimônio

⁸²⁶ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Augusto Meyer, 9 de outubro de 1937, Pasta 03, Envelope 2, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁸²⁷ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Augusto Meyer, 25 de novembro de 1937, Pasta 04, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁸²⁸ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Augusto Meyer, 21 de dezembro de 1937, Pasta 04, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Relatório de Atividades Sphan (1936-1937), Arquivo Central do Iphan.

⁸²⁹ Carta de Eurico de Mello Magalhães para Rodrigo Mello Franco de Andrade de 11 de março de 1938. Processo 1-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

Histórico e Artístico Nacional: são puras paredes, que sustentam um teto já bastante arruinado”,⁸³⁰ pedindo a impugnação do tombamento. Meyer elaborou um parecer defendendo o tombamento do edifício em 21 de março de 1938, relatado por Carlos Leão no Conselho Consultivo.⁸³¹ Aprovado por unanimidade na reunião de 17 de maio de 1938, a Igreja Matriz de São Pedro foi inscrita naquele mesmo dia no Livro do Tombo das Belas Artes. O mesmo destino, entretanto, não teve a Igreja do Rosário, na capital do estado que teve seu tombamento cancelado pelo Conselho Consultivo após um pedido de impugnação feito pelo proprietário e, em pouco tempo, a edificação foi demolida e substituída por uma nova.⁸³²

Naquele ano, foram abertos um total de doze processos de tombamento no Rio Grande do Sul, resultando em onze bens tombados,⁸³³ sendo a Igreja do Rosário o único caso em que o tombamento foi cancelado, com outros quatro casos que foram indeferidos. Desses, dois diziam respeito a coleções,⁸³⁴ uma acerca da Casa da Feitoria Velha, em São Leopoldo,⁸³⁵ e o último do Solar Diogo de Souza, em Porto Alegre,⁸³⁶ sendo que estas duas últimas edificações já haviam sido mencionadas por Meyer em uma carta destinada a Rodrigo, datada de 31 de julho de 1937. Construída no século XVII, a Casa da Feitoria Velha, como também foi chamada a Real Feitoria do Linho Cãnhamo, tem um grande significado para a colônia alemã no estado, da qual Augusto Meyer fazia parte, em função de ter sido o “foco inicial da colonização alemã”⁸³⁷ ao abrigar os primeiros imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul, em 1824. O valor para o tombamento federal da edificação estaria justificado, no entanto, Ana Lúcia Goelzer Meira destaca que este não ocorreu em função dos proprietários, a Sociedade União Popular, que

⁸³⁰ Carta de Joaquim Ferreira de Mello para Rodrigo Mello Franco de Andrade de 14 de março de 1938. Processo 1-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸³¹ Até 1946, os processos só iam para o Conselho quando havia a tentativa de impugnação do tombamento, no geral, os tombamentos eram decididos internamente, por Rodrigo e a equipe da sede do Sphan. Foi somente a partir do Regimento Interno de 1946 que todos os processos passaram a ser julgados pelo Conselho.

⁸³² Processo 178-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸³³ É importante lembrar que, em muitas situações, um só processo de tombamento pode se referir a diversos bens distintos que, inclusive, podem estar em outros estados, como é o caso do processo 101-T-38, que trata de fortificações localizadas em Pernambuco, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro.

⁸³⁴ A Coleção Vicente Prestes de Almeida, processo 93-T-38, e a Coleção de Objetos Antigos Pertencentes do Sr. Dr. Juan Kern de Elisondo, processo 102-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸³⁵ Processo 95-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸³⁶ Processo 98-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸³⁷ Ofício n.º 14/121, do Prefeito de Novo Hamburgo, de 17 de maio de 1940. Processo de Tombamento 95-T-38, Arquivo Central do Iphan.

representava descendentes dessa colônia, não quererem que aquele edifício, o mais caro aos descendentes alemães do estado, ficasse sob o arbítrio do Governo Federal, com quem estavam tendo relações cada vez mais complicadas naquele momento.⁸³⁸ Em meio ao processo de notificação, a Sociedade reformou a edificação, dando-lhe uma feição mais germânica e evidenciando uma estrutura de madeira aparente, até então inexistente, que fez com que os técnicos do Sphan considerassem o edifício descaracterizado e perdessem o interesse no seu tombamento. Assim como no caso da Feitoria Velha, o Solar Dom Diogo de Souza, em Porto Alegre, também teve sua notificação de tombamento expedida, porém, o edifício acabou não sendo tombado quando a proprietária do imóvel questionou o tombamento informando que a edificação se encontrava em ruínas, motivando o indeferimento do processo. No entanto, Ana Lúcia Meira mostra que a edificação, naquele momento, encontrava-se preservada, tendo sido demolida, apenas, em 1941.⁸³⁹

Augusto Meyer, como o representante da 7ª Região, era responsável também pela indicação dos monumentos a serem tombados nos estados de Santa Catarina e do Paraná, trabalho feito, como já vimos, com a colaboração de David Carneiro, que foi responsável pela recomendação de tombamento de diversos bens, a exemplo do Convento dos Jesuítas e da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, em Paranaguá,⁸⁴⁰ e da Casa de Câmara e Cadeira, em Lapa.⁸⁴¹ Santa Catarina teve cinco processos abertos em 1938, que resultaram, todos eles, no tombamento dos bens, enquanto no Paraná foram abertos dez processos sendo apenas um deles indeferido. Nesse estado, até 1945, ainda foi aberto um outro processo que foi indeferido, relativo à Residência dos Capitães Móres de Paranaguá;⁸⁴² já em Santa Catarina, apenas mais um processo foi aberto, que resultou no tombamento da casa natal de Victor Meirelles, em Florianópolis;⁸⁴³ enquanto no Rio Grande do Sul foram abertos outros quatro processos dos quais metade foi indeferido. É possível

⁸³⁸ MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2008, p. 251.

⁸³⁹ Ibid., p. 240.

⁸⁴⁰ Processos 101-T-38 e 155-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁴¹ Processo 106-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁴² Processo 225-T-40. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁴³ Processo 342-T-44. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

perceber, através dessas informações, a alta credibilidade que o representante regional do Rio Grande do Sul teve para com o Diretor do Sphan, tendo sido, praticamente quase todos os bens indicados por ele, em 1937, sido tombados no ano seguinte. Também é notável o baixo número de indicações para tombamento que se seguiram em toda a Região Sul ao longo dos anos em que, com a saída de Meyer do cargo, esses três estados foram absorvidos pela representação de São Paulo. Esta Região só passou a ter uma representação individualizada perante o órgão a partir de 1978, quando a regional paulista foi dividida, dando origem a uma sediada em Porto Alegre, responsável pelos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e a outra, sediada em São Paulo, responsável por este estado e o Paraná.

O alto número de processos que resultaram em tombamento, com poucos deles sendo indeferidos ou arquivados, é visto também nas outras representações regionais, mostrando o elevado índice de confiança que Rodrigo tinha nas recomendações dadas pelos intelectuais contratados para representar o Serviço pelo país. É o que observamos, por exemplo, na 4ª Região, sediada no Recife, responsável pelos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, que, até 1939, ano em que Gilberto Freyre deixou a representação, abriu trinta processos de tombamento em Pernambuco e outros treze na Paraíba. Um quantitativo que decaiu após o engenheiro Ayrton de Almeida Carvalho assumir o posto, em 1940, quando, até o fim do Estado Novo, foram abertos apenas três processos em Pernambuco, outros três na Paraíba, e um em Alagoas, relativo ao Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos, em Penedo,⁸⁴⁴ quase todos resultando em um tombamento.⁸⁴⁵ O estado do Rio Grande do Norte só teve seu primeiro processo de tombamento aberto em 1949, quando foi tombado o Forte dos Reis Magos, em Natal.⁸⁴⁶ Ayrton Carvalho, chegou ao Sphan ainda em 1938, contratado para auxiliar Freyre nos trabalhos da regional, como se evidencia numa carta escrita por Rodrigo ao sociólogo, datada de 3 de abril de 1938.

Fiquei satisfeito com a boa notícia de que você pensa ter achado o engenheiro capaz de dar descrições técnicas satisfatórias dos edifícios e casas-grandes da região. Seria ótimo que, além disso, ele tivesse aptidões

⁸⁴⁴ Processo 310-T-42. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁴⁵ Apenas o Sítio da Cruz, localizado na Avenida Conselheiro Rosa e Silva, n.º 36, teve o seu tombamento cancelado, em função de obras impetradas pela Prefeitura do Recife. Processo 320-T-42. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁴⁶ Processo 394-T-49. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

para se incumbir da execução das obras de conservação e restauração que tivermos de realizar aí.⁸⁴⁷

Ayrton Carvalho iniciou suas atividades no Sphan executando intervenções na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, nos Montes Guararapes, e na Capela da Jaqueira, no Recife, sendo o responsável pela contratação de mão-de-obra para trabalhar nas restaurações dos monumentos, além da elaboração de orçamentos e relatórios, que eram enviados à sede do Serviço, no Rio de Janeiro. Como já vimos no capítulo anterior, o jornalista Anníbal Fernandes, naquele primeiro momento, foi o responsável pela identificação e recomendação de tombamento dos monumentos da 4ª Região, um trabalho que ele já havia feito, em parte, no final da década anterior, enquanto Inspetor de Monumentos de Pernambuco. Quando analisamos os processos de tombamento abertos em Pernambuco no ano de 1938 podemos observar um rebatimento muito evidente da listagem de monumentos elaborada por Fernandes ao final da década de 1920. As exceções são apenas em relação à coleção do Museu do Estado, esta formada pelo próprio Anníbal Fernandes enquanto Inspetor de Monumentos; a nove edificações religiosas na cidade de Goiana;⁸⁴⁸ e ao Marco divisório da Capitania de Itamaracá, pertencente ao acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Com exceção do acervo do Museu, mencionado por Heloísa Alberto em um texto na *Revista do Sphan*, como já vimos, essas novidades na listagem de Anníbal foram comentadas na sua troca de correspondências com Rodrigo e, de todos os bens pernambucanos recomendados por Fernandes, apenas a Igreja da Sé de Olinda,⁸⁴⁹ que chegou a ter sua notificação de tombamento emitida, teve o seu pedido indeferido.⁸⁵⁰

⁸⁴⁷ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Gilberto Freyre, 23 de abril de 1938. Documento reproduzido em MESQUITA, Gustavo. *Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade*. São Paulo: Global Editora, 2018, p. 117.

⁸⁴⁸ Processo 147-T-38, referente à Capela de Santo Antônio do Engenho Novo, ao Convento e Igreja de Nossa Senhora da Soledade, e às Igrejas da Ordem Terceira do Carmo, de Nossa Senhora da Conceição, da Misericórdia, do Amparo, de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a Matriz de Nossa Senhora do Rosário; e Processo 173-T-38, referente ao Convento e Igreja de Santo Alberto de Sicília, juntamente com o cruzeiro. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁴⁹ Processo 169-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁵⁰ O Forte do Buraco, tombado pelo processo 101-T-38, foi destruído em 1958 numa ação da Marinha em Pernambuco, sendo, consequentemente, destombado na ocasião. Atualmente as ruínas da edificação primitiva encontram-se em processo de tombamento.

Imagem 06 – Igreja e Convento de Nossa Senhora da Soledade, Goiana, Pernambuco. Marcel Gautherot, 1955.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Era desejo de Fernandes, assim como o era de Gilberto Freyre, restaurar a Igreja da Sé de Olinda, reconstituindo a sua feição primitiva, que havia sofrido uma profunda alteração na década de 1910, quando recebeu uma feição neogótica. A partir da atuação da Inspetoria de Monumentos, criada em 1928, tentou-se desfazer aquelas intervenções, como consta inclusive de uma rubrica para a aprovação de verbas, pelo Senado Estadual, para realização de obras de restauração do templo, em 1930. Ao que tudo indica, a recomendação para o tombamento do edifício tinha as mesmas intenções, dessa vez, com o apoio do Governo Federal. A troca de correspondências entre Rodrigo Mello Franco de Andrade e Gilberto Freyre mostra que o diretor do Sphan, chegou a encaminhar um técnico do Rio de Janeiro para emitir um parecer sobre a edificação

À vista da opinião emitida pelo doutor Barreto⁸⁵¹ sobre o estado atual da Sé de Olinda, achei melhor sustar a notificação de seu tombamento. Uma vez que a igreja está desfigurada irreparavelmente, o melhor será deixarmos o

⁸⁵¹ Seguramente ele se referia a Paulo Thedim Barreto.

arcebispo fazer ali o que quiser, inclusive substituí-la por outra. Você não acha?⁸⁵²

A situação da Sé se arrastou por anos, com o processo ficando em aberto, enquanto se cogitou que fossem tombados alguns elementos sobreviventes às reformas sofridas pela edificação ao longo do século XX, até que, por fim, ele foi arquivado de vez, em 2007. Gustavo Mesquita destaca que Gilberto Freyre tinha um “grande prestígio junto ao grupo dominante do Sphan, o qual, efetivamente, era composto pelos arquitetos”,⁸⁵³ sendo, talvez por essa razão, que as indicações de Anníbal Fernandes, que contavam com o apoio de Freyre, tenham sido fortemente endossadas pela direção do Serviço. Rodrigo ainda manteve contato com o antigo Inspetor de Monumentos, chegando este a escrever um artigo para a primeira edição da *Revista do Sphan*,⁸⁵⁴ sobre a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, nos Montes Guararapes, além de pareceres contra a impugnação dos tombamentos da Capela da Jaqueira, no Recife,⁸⁵⁵ assim como o do Palácio dos Bispos e o do Seminário de Olinda, localizados nessa cidade,⁸⁵⁶ este último, referendado por Freyre, em 20 de abril de 1938, que reconhecia em Fernandes a iniciativa de tombamento das edificações.⁸⁵⁷ É curioso que na reunião extraordinária do Conselho Consultivo do Sphan, realizada em 17 de maio de 1938, este, ao deliberar sobre a impugnação do tombamento dos bens na cidade Olinda, determinou que fossem “tomadas as providências necessárias para o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da colina de Olinda, a fim de preservar-lhe a feição histórica e os aspectos naturais”,⁸⁵⁸ no entanto, nada foi feito naquele momento, quando o Sphan, na questão do tombamento de conjuntos urbanísticos, privilegiou

⁸⁵² Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Gilberto Freyre, 5 de julho de 1938. Documento reproduzido em MESQUITA, Gustavo. *Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade*. São Paulo: Global Editora, 2018, p. 119.

⁸⁵³ MESQUITA, Gustavo. *Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade*. São Paulo: Global Editora, 2018, p. 113.

⁸⁵⁴ FERNANDES, Anníbal. A Igreja dos Montes Guararapes. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.º1, 1937, p. 113-116.

⁸⁵⁵ Processo 133-T-38.

⁸⁵⁶ Ambos no processo 131-T-38.

⁸⁵⁷ Parecer de Gilberto Freyre, de 20 de abril de 1938. Processo 131-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁵⁸ Ata da reunião extraordinária do Conselho Consultivo, 17 de maio de 1938. Arquivo Central do Iphan.

as cidades históricas de Minas Gerais, sendo o tombamento do centro histórico da cidade pernambucana só se efetivando em 1968.⁸⁵⁹

Em relação aos outros estados pertencentes à 4ª Região, vimos, no capítulo anterior, que Anníbal Fernandes também trabalhou no sentido de indicar os bens a serem tombados na Paraíba e em Alagoas, viajando a esses para identificar edificações. Enquanto o estado de Alagoas teve seu primeiro processo aberto, apenas, na década de 1940, na Paraíba houve a abertura de trezes processos, em 1938, sendo que somente um deles foi indeferido,⁸⁶⁰ relativo ao Engenho Aurora, em Pedras de Fogo, na divisa com o estado de Pernambuco,⁸⁶¹ sendo, ao total, realizados dezesseis tombamentos. No entanto, o Arcebispo da Paraíba, Dom Moysés Sizenando Côelho, ao receber as notificações do Sphan, acordando com o tombamento de igrejas, tentou impugnar os tombamentos dos conventos do Carmo, de São Bento e de São Francisco,⁸⁶² alegando que estas edificações encontravam-se modernizadas, não apresentando mais qualquer interesse para o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ayrton Carvalho elaborou um parecer onde concorda com alguns dos pontos levantados pelo arcebispo em relação aos conventos de São Bento e do Carmo, do qual restou apenas “um pequeno e artístico arco de pedra trabalhada,”⁸⁶³ sugerindo o tombamento apenas desse trecho do edifício. Por outro lado, em relação ao Convento de São Francisco, o engenheiro pernambucano defendeu que este

oferece real interesse ao Sphan. O Conjunto da igreja e do convento apresenta ainda a tradicional fisionomia arquitetônica herdada dos mestres portugueses, apesar de alterada parcialmente em determinados trechos da construção (...) Ainda que este Serviço não possa atacar de pronto o trabalho em questão, justifica-se inteiramente o tombamento com o intuito de prevenir novas deturpações no caráter do edifício.⁸⁶⁴

Neste mesmo documento, Ayrton previu quais seriam as intervenções necessárias no convento para que fosse reestabelecida “a majestosa perspectiva que os antigos conheceram”, como o reestabelecimento dos antigos vãos e beirais.

⁸⁵⁹ Processo 674-T-62. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁶⁰ As Ruínas da Igreja de Tambaú, processo 46-T-38, foram destombadas em 1988 em função do seu total desaparecimento. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁶¹ Processo 47-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁶² Todos eles referentes ao processo 63-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁶³ Parecer de Ayrton Carvalho, sem data. Processo 63-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁶⁴ Ibid.

Pretenderam-se iniciar essas obras ainda em 1939, como dito por Rodrigo ao jornal *A Imprensa*, de João Pessoa, numa notícia publicada em 22 de agosto de 1939.

O Patrimônio vai iniciar este ano vários serviços de restauração e conservação de monumentos na Paraíba, entre os quais estava incluído em primeiro lugar o São Francisco. [Rodrigo Mello Franco de Andrade] Acrescentou que “este não é o único a merecer as atenções do Serviço, tanto assim que o tombamento efetuado neste estado abrange numerosas igrejas, fortalezas, ruínas, etc.”⁸⁶⁵

Imagem 07 – Igreja e Convento Franciscano, João Pessoa, Paraíba. Autor não identificado, Década de 1930.



Fonte: Acervo Arquivo Central do Iphan.

As obras, no entanto, não tiveram início aquele ano, em função de uma resistência do Arcebispo, que só a autorizaria após o seu pedido de impugnação ser discutido pelo Conselho Consultivo, o que só ocorreu muitos anos depois. A Igreja e o Convento Franciscano de João Pessoa foram inscritos no Livro de Tombo das Belas Artes, apenas, em 16 de outubro de 1952. Já a Igreja de São Bento, em 10 de janeiro de 1957, enquanto a Igreja e o Convento do Carmo, até o presente, encontram-se com o processo em aberto.⁸⁶⁶

⁸⁶⁵ A PARAÍBA possui um monumento de arte que não se encontra semelhante em todo o Brasil. *A Imprensa*, João Pessoa, 22 ago 1939.

⁸⁶⁶ Processo 63-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

Assim como na 4ª Região, sediada no Recife, no período de 1938 a 1945 um outro estado que concentrou a abertura dos seus processos de tombamento no ano inaugural foi Minas Gerais. É importante lembrar que o primeiro representante regional do Sphan no estado foi o próprio Epaminondas de Macedo, funcionário da Inspetoria de Monumentos do Museu Histórico Nacional, que começou a colaborar com o Sphan desde os primeiros anos de funcionamento provisório do Serviço. Em 1938, Rodrigo convidou o historiador mineiro Salomão de Vasconcellos para assumir a representação regional, onde permaneceu até 1945, quando o seu filho, Sylvio de Vasconcellos, assumiu o posto. Naquele momento, Salomão de Vasconcellos era membro do Instituto Histórico de Ouro Preto, assim como do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, além de autor de diversas obras sobre a história do estado. Vasconcellos também era muito próximo do artista e professor Aníbal Mattos,⁸⁶⁷ fundador da Biblioteca Mineira de Cultura e das Edições Apollo, que publicaram algumas obras de Vasconcellos, como *Verdades Históricas*, em 1936, e *Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana*, em 1947. Sobre a relação de trabalho entre o representante regional e o diretor do Sphan, Pollianna Vieira defende que “Vasconcellos era como um pesquisador para a Instituição e diversas vezes viajava para o interior de Minas Gerais à procura de novos elementos que pudessem constituir o patrimônio mineiro”.⁸⁶⁸ Patrimônio este que lhe era bastante familiar, seja por sua própria trajetória como pesquisador, seja pelas suas relações pessoais: o seu tio, Diogo de Vasconcelos, foi um proeminente historiador mineiro. Além disso, não podemos descartar a sua amizade com Aníbal Mattos, que, em 1935, foi autor de um dos primeiros inventários de monumentos do estado, publicado no livro *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*,⁸⁶⁹ já comentado por nós no terceiro capítulo.

⁸⁶⁷ O responsável por escrever o capítulo acerca de Minas Gerais no *Anuário do Ministério da Educação e Saúde*, discutido na segunda parte deste trabalho.

⁸⁶⁸ VIEIRA, Pollianna Gerçossimo. *Salomão de Vasconcellos e a consagração da "Atenas Mineira" em Monumento Nacional (1936-1947)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2016, p. 50.

⁸⁶⁹ MATTOS, Aníbal. *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Edições Apollo, 1935.

Imagem 52 – Vista geral de Ouro Preto, Minas Gerais, com a Igreja de São Francisco de Assis em primeiro plano. Eric Hess, 1941.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Os vinte processos de tombamento abertos no estado, em 1938, resultaram em sessenta e três bens tombados isoladamente,⁸⁷⁰ no entanto, o número de imóveis protegidos foi bem maior que esse, uma vez que foi em Minas que o Sphan inaugurou a preservação de grandes áreas urbanas. Daryle Williams destaca que

The Sphan was preoccupied with preserving the architectural and artistic vestiges of Brazil's Age of Gold. The agency devoted considerable resources to the *barroco mineiro*. The absolute number of tombamentos made in minas between 1938 and 1945 (65, or 15% of all tombamentos for the period) is deceptively small, as the historic districts of the mining towns of Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João Del Rey, Serro and Tiradentes were registered as single entries, elevating all structures located within the designated district to the level of patrimony.⁸⁷¹

⁸⁷⁰ Apenas o processo 75-T-38 foi responsável pelo tombamento de trinta e dois imóveis nas cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas e Barão de Cocais. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁷¹ O Sphan estava preocupado em preservar os vestígios arquitetônicos e artísticos da Era do Ouro do Brasil. A agência dedicou recursos consideráveis ao barroco mineiro. O número absoluto de tombamentos feitos em minas entre 1938 e 1945 (65, ou 15% de todos os tombamentos para o período) é enganosamente pequeno, uma vez que os bairros históricos das cidades mineiras de Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João Del Rey, Serro e Tiradentes foram registrados como entradas únicas, elevando todas as estruturas localizadas dentro do distrito designado ao nível do patrimônio. [em tradução livre]. WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 106.

Foram tombados, neste primeiro ano, os centros históricos das cidades de Diamantina, Serro, Tiradentes, São João de Rei, Mariana e Ouro Preto, sendo, pouco depois, tombado o conjunto urbano da cidade de Congonhas, em 1941.⁸⁷² O patrimônio em Minas Gerais, especialmente o presente na cidade de Ouro Preto, era um tema bastante presente nos textos dos intelectuais modernistas, principalmente aqueles que se vincularam ao Sphan. Em 24 de junho de 1929, em uma edição especial de *O Jornal*, do Rio de Janeiro, dedicada a Minas Gerais o poeta pernambucano Manuel Bandeira, já vivendo no Rio de Janeiro, defendeu que

Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside o seu incomparável encanto (...) De todas as nossas velhas cidades com alguma riqueza de patrimônio artístico é ela talvez a única destinada a ficar como relíquia inapreciável do nosso passado.⁸⁷³

Como já destacamos na segunda parte deste trabalho, Ouro Preto foi a primeira cidade no país a ser reconhecida como Monumento Nacional, em 1933, e sobre esse assunto, Bandeira também escreveu uma crônica. Publicada, originalmente, em *Estado de Minas*, de Belo Horizonte, em 20 de julho de 1933, o poeta defendeu que a elevação da cidade a Monumento Nacional garantiria a sua preservação para o futuro e que

As duas outras que lhe aproximam nessa feição tradicionalista estão fadadas a uma renovação sem remédio: Bahia e Olinda. Na cidade do Salvador o progresso, que tudo renova, fará o que fez no velho Rio e no velho Recife. Por sua vez Olinda é cada vez mais arrabalde do Recife.⁸⁷⁴

Naquele momento, deixando de lado Salvador e Olinda, os interesses do Sphan se voltaram para as cidades mineiras, em especial Ouro Preto, uma preferência que foi defendida, desde o princípio, em diversas ocasiões pelo Diretor do Serviço. Na entrevista dada a *O Diário*, de Belo Horizonte, publicada em 12 de julho de 1940, Rodrigo Mello Franco de Andrade argumentou que

Tendo sido Minas o cenário mais importante de nossa história Colonial e de quase todo o passado histórico do país, é natural que esta preponderância, influiu benéficamente em todos os setores de atividade, tenha constituído do nosso Estado uma espécie de relicário dos grandes feitos e das grandes realizações nacionais. As importantes obras de arte e os monumentos deixados pelos antepassados ficaram aqui testemunhando a vitalidade de outras gerações, lembrando fatos de outros séculos. Daí, porque voltamos

⁸⁷² Este processo diz respeito ao conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos já se encontrava tombado, desde 1938, pelo processo 75-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁷³ BANDEIRA, Manuel. De Vila Rica de Albuquerque a Ouro Preto dos estudantes. *Crônicas da província do Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p.13-16.

⁸⁷⁴ BANDEIRA, Manuel. Ouro Preto, Monumento Nacional. *Crônicas inéditas 2*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 59-60.

hoje nossa atenção e carinho para essas relíquias que nos ficaram de outros tempos.⁸⁷⁵

Essa convergência em Minas Gerais, em muito, também se deu por fatores como a grande presença de intelectuais, oriundos deste estado, dentro dos principais quadros do Sphan e do próprio Ministério da Educação, como Rodrigo Mello Franco de Andrade, Diretor do Serviço, Gustavo Capanema, Ministro da Educação, e Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete. Márcia Chuva defende que

Essa centralidade mineira configurou-se também, e sobretudo, nas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional, em que a produção artística e arquitetônica do século XVIII de Minas Gerais não somente foi consagrada, como considerada paradigmática e modelar para o restante do Brasil, cujo patrimônio passou a ser analisado e comentado à luz do patrimônio mineiro – padrão de qualidade a ser buscado.⁸⁷⁶

O foco no patrimônio mineiro foi se firmando na prática do Sphan desde os seus primeiros anos e o interesse inicial por Ouro Preto se expandiu, naturalmente, para as outras cidades históricas do estado. Entendemos aqui que o foco na preservação de conjuntos urbanos é uma evidente herança das posturas defendidas por Wanderley Pinho desde a década de 1920, quanto a Inspetoria de Monumentos da Bahia tratou áreas do centro histórico de Salvador, assim como de outras cidades baianas, como merecedoras das mesmas ações de preservação das edificações isoladas. Ademais, a questão da proteção de bens edificados, seja de forma individual ou isolada, está discriminada na proposta de Pinho para a criação de um órgão nacional de preservação, documento que serviu de base para Rodrigo Mello Franco de Andrade elaborar a sua versão do projeto que deu origem ao decreto-lei n.º 25. Talvez em função da sua proximidade com intelectuais baianos, como o próprio Wanderley Pinho, essa era uma questão cara ao representante do Sphan na Bahia, Godofredo Filho, que insistiu com Rodrigo no tombamento de áreas históricas na cidade de Salvador desde cedo, como veremos adiante. No período de 1938 a 1945, houve a abertura de treze processos de tombamento de conjuntos urbanos de cidades históricas, que podem ser visualizados na Tabela 03, sendo que sete deles se deram em Minas Gerais, ao passo que, nas outras regiões do país, esse movimento se deu de forma tímida e sem despertar grandes interesses do Sphan.

⁸⁷⁵ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Entrevista com Rodrigo Mello Franco de Andrade. *O Diário*, Belo Horizonte, 12 jul. 1940.

⁸⁷⁶ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 62-63.

Tabela 03 - Processos de tombamento de conjuntos urbanos abertos entre 1938 e 1945.

Processo	Conjunto urbano	Situação
64-T-38	Diamantina, Minas Gerais	Tombado em 1938
65-T-38	Serro, Minas Gerais	Tombado em 1938
66-T-38	Tiradentes, Minas Gerais	Tombado em 1938
68-T-38	São João del Rei, Minas Gerais	Tombado em 1938
69-T-38	Mariana, Minas Gerais	Tombado em 1938
70-T-38	Ouro Preto, Minas Gerais	Tombado em 1938
183-T-38	São João Marcos, Rio de Janeiro	Tombado em 1939 e cancelado em 1940
218-T-39	Carapicuíba, São Paulo ⁸⁷⁷	Tombado em 1941
238-T-41	Congonhas, Minas Gerais	Tombado em 1941
239-T-41	Angra dos Reis, Rio de Janeiro	Indeferido
345-T-42	Goiás Velho, Goiás	Tombado em 1951 e 1978
351-T-45	Rio Pardo, Rio Grande do Sul	Indeferido
359-T-45	Igarassu, Pernambuco	Tombado em 1972

Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

Com exceção da Vila de Carapicuíba,⁸⁷⁸ em São Paulo, e de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, onde não consta no processo o autor do pedido de tombamento, sendo ele, possivelmente, uma iniciativa do próprio Sphan, todos os outros processos de tombamento relativos a conjuntos urbanos abertos, fora de Minas Gerais, no período de 1938 a 1945 tiveram a sua iniciativa a partir de uma demanda externa ao Serviço, onde o primeiro desses processos é relativo à cidade de São João Marcos, no Rio de Janeiro.⁸⁷⁹ Fundada na primeira metade do século XVIII, São João Marcos viveu seu apogeu em função da cultura cafeeira ocorrida no sul fluminense ao longo do século XIX. Sua pequena área urbana contava com diversas ruas, casas térreas, sobrados, edifícios públicos, como a Casa de Câmara e Cadeia e o Teatro, além de duas igrejas. A intenção, ao fim da década de 1930, da “Companhia Limitada de Carris, Força e Luz”, do Rio de Janeiro, em expandir o volume de água de uma de suas represas, acarretando na inundação da cidade motivou um dos seus moradores, Luiz Ascendino Dantas, a solicitar ao Sphan, em

⁸⁷⁷ A área tombada corresponde ao núcleo da antiga aldeia jesuítica.

⁸⁷⁸ Processo 218-T-39. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁷⁹ Processo 183-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

29 de agosto de 1938, o tombamento do conjunto da cidade que se encontrava ameaçado de destruição. O caso acabou por ser discutido pelo Conselho Consultivo que, tendo como relator Gustavo Barroso, deliberou pelo seu tombamento, em 30 de novembro de 1938. Para Barroso,

São João Marcos é uma das cidades que conservam os aspectos da velha civilização brasileira do ciclo do café, com a sua antiga matriz de frontão triangular entre duas torres, seus sobradões quadrados, suas casas de bica, beira e sub-beira, em torno da praça regular, onde antanho se erguia o pelourinho simbólico (...) A cidade conserva o feitiço histórico nacional e contém edifícios que merecem ser conservados como relíquias do nosso passado, entre os quais a Matriz, as igrejas do Rosário e São Benedito. Respira-se nela o perfume dos idos tempos. É um ninho de tradições.⁸⁸⁰

Apesar dessa decisão, o Serviço de Águas e Esgoto do Distrito Federal e a Secretaria de Viação e Obras Públicas do Rio de Janeiro estavam interessados no aumento da capacidade da represa que inundaria São João Marcos e insistiram na questão. O problema foi novamente debatido pelo Conselho Consultivo, em 15 de maio de 1939, sendo reafirmado aí o interesse do Sphan no tombamento da cidade, que foi inscrita nos livros do tombo, em 18 de dezembro de 1939. A questão, da destruição de São João Marcos, no entanto, foi resolvida por outro caminho e, em 3 de junho de 1940, Getúlio Vargas, através do Decreto-lei 2.269, suspendeu os efeitos do tombamento e autorizou a “Companhia Limitada de Carris, Força e Luz” a desapropriar e inundar toda a área da cidade, que foi dinamitada. Tal decreto também obrigava a Companhia a reconstruir a Igreja Matriz, o que nunca aconteceu.⁸⁸¹

O Rio de Janeiro, embora tenha tido um alto prestígio nas práticas de tombamento, também foi palco de outro processo de tombamento de um conjunto urbano que foi indeferido, o que tratou do tombamento parcial de Angra dos Reis,⁸⁸² mesmo destino do conjunto arquitetônico da cidade de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.⁸⁸³ Este último, teve início a partir de um pedido feito por Adroaldo Mesquita da Costa, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,

⁸⁸⁰ Parecer de Gustavo Barroso, 30 de novembro de 1938. Processo 183-T-38. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁸¹ As ruínas do que restou de São João Marcos hoje são tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, do Rio de Janeiro, e fazem parte do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, na cidade de Rio Claro.

⁸⁸² O pedido era referente a algumas ruas do centro histórico da cidade. O Sphan, assim que abriu o processo, buscou notificar, sem sucesso, o prefeito de Angra dos Reis. A questão foi deixada de lado e, em 31 de julho de 1962, Rodrigo, sem justificar motivos, determinou que o processo fosse arquivado. Processo 239-T-41. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁸³ Processo 351-T-45. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

IHGRGS, através de Walter Spalding, que desejava erigir a cidade em Monumento Nacional. O pedido consta com um parecer em defesa da elevação da cidade a Monumento Nacional assinado, entre outros, por Eduardo Duarte,⁸⁸⁴ presidente da Comissão de História e Geografia do IHGRGS, que defende que

Rio Pardo não é tradição local, gaúcha, provincial. Pertence ao Brasil, à nacionalidade. O papel que lhe coube, na fixação das nossas fronteiras, é mais amplo, mais geral, mais profundo. (...) A formação da nossa nacionalidade, portanto, jamais poderá ser estudada e compreendida sem atenção ao papel que nela desempenhou Rio Pardo, na segunda metade do século XVIII, e nos albores do século XIX.⁸⁸⁵

O parecer defendia que a cidade gaúcha preenchia todos os requisitos para ter o reconhecimento do poder público como um Monumento Nacional, devendo ser preservada, no entanto, Rodrigo Mello Franco de Andrade pareceu não dar muita atenção à questão, solicitando mais estudos a respeito no lugar, que nunca foram realizados. O processo ficou estacionado até 9 de agosto de 1962, quando, cobrado por Judith Martins, o diretor do Sphan achou que aquele era um pedido “descabido”⁸⁸⁶ e ordenou o seu arquivamento.

Os dois últimos processos abertos no período estudado foram bem-sucedidos, no entanto, os tombamentos dos seus centros históricos, embora, de princípio, tenham sido dificultados pela área central do Sphan, ocorreram, somente, após o fim do Estado Novo. O primeiro deles foi relativo ao centro histórico da antiga capital do estado de Goiás, que teve início a partir de um pedido de Paulo Augusto de Figueiredo, Presidente do Departamento Administrativo do Ministério da Justiça no Estado de Goiás. Figueiredo solicitou que o Sphan reconhecesse a cidade como Monumento Nacional, assim como havia sido feito em Ouro Preto, sem elencar áreas ou monumentos específicos. Rodrigo Mello Franco de Andrade, primeiramente, se opôs a ideia, argumentando, em 10 de fevereiro de 1943, em um documento destinado a Carlos Drummond de Andrade, que “a mencionada cidade foi gravemente desfigurada no seu aspecto tradicional”.⁸⁸⁷ A preservação de Goiás

⁸⁸⁴ Responsável pelo capítulo *Monumentos Artísticos e Históricos do Rio Grande do Sul*, presente no *Anuário do Ministério da Educação e Saúde* comentado na segunda parte deste trabalho.

⁸⁸⁵ Pedido de tombamento para Rio Pardo, Rio Grande do Sul. Processo 351-T-45. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁸⁶ Despacho de Rodrigo Mello Franco de Andrade, 9 de agosto de 1962, Processo 351-T-45. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁸⁷ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, Chefe de Gabinete do Ministro da Educação, 10 de fevereiro de 1943. Processo 345-T-42. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

Velho, no entanto, era uma questão cara a uma parte da intelectualidade goiana e o seu pedido de tombamento foi reiterado, em 26 de janeiro de 1948, pelo Diretor do Museu Estadual de Goiás, Zoroastro Artiaga, dessa vez, pedindo a proteção, apenas, do Chafariz, da Cadeia Pública, das Igrejas da Boa Morte e da Abadia e do Palácio do Governo. Em 14 de maio do mesmo ano, o Governador do Estado, Jeronymo Coimbra Bueno insistiu na questão do tombamento da cidade, comparando-a, novamente, a Ouro Preto e pedindo que o Diretor do Sphan fizesse uma visita a Goiás. Em 3 de junho de 1948, Rodrigo informou ao governador que enviaria o arquiteto Edgar Jacinto a fim de que este pudesse

proceder estudos necessários verificar possibilidade conversão antiga capital Goiás monumento nacional bem assim inventariar edifícios e obras existentes demais localidades desse estado requeira ser preservadas por seu valor histórico ou artístico.⁸⁸⁸

Edgard Jacinto produz um relatório com esquemas, levantamentos e documentação fotográfica, datado de 2 de outubro de 1948, onde recomenda a preservação de algumas edificações e ainda sugere a criação de uma representação que abrangesse os estados de Goiás e Mato Grosso, e a partir do qual Alcides da Rocha Miranda fez o recorte do que veio a ser tombado entre 1950 e 1951,⁸⁸⁹ sendo o conjunto maior da cidade só tombado em 1978. Tal demora na definição do tombamento da cidade também ocorreu em relação ao processo de Igarassu, em Pernambuco, o último aberto em 1945.

Esse processo surgiu a partir de uma demanda do Conselho Nacional de Geografia, que aprovou uma resolução no sentido de recomendar ao Governo Federal a elevação de Igarassu a Monumento Nacional. É provável que esta recomendação tenha partido do jornalista pernambucano Mário Melo, que era membro de tal conselho, uma vez que o *Jornal do Comércio*, do Recife, noticiou que Melo, no ano seguinte, tendo conhecimento da proposta, reclamou que nada foi feito.⁸⁹⁰ Em 1946, Alcides da Rocha Miranda, então chefe da Seção de Arte, defendeu, em um despacho de 23 de setembro, que “devido às dificuldades

⁸⁸⁸ Telegrama de Rodrigo Mello Franco de Andrade ao Governador de Goiás, Jeronymo Coimbra Bueno, 3 de junho de 1948. Processo 345-T-42. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁸⁹ Foram então tombados o Quartel do 20, as Igrejas da Abadia, da Boa Morte, do Carmo, de Santa Bárbara, de São Francisco e uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, em 1950; a Casa e Câmara e Cadeia, o Palácio dos Governadores, duas esculturas do Palácio e os Conjuntos Urbanísticos do Largo do Chafariz e da Rua João Pessoa (atual Senador Caiado), em 1951. A Capela de São João Batista, é o único monumento tombado na cidade que não teve origem a partir desse processo, mas sim do 471-T-52. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁹⁰ RECLAMAÇÕES feitas pelo sr. Mário Melo. Recife: *Jornal do Comércio*, 21 jul. 1946.

econômicas do momento deixamos de aconselhar o tombamento de seu conjunto urbanístico, não obstante julgamos ser urgente essa medida com aos diversos monumentos de arte religiosa”⁸⁹¹ Rocha Miranda destacou que esses monumentos eram a Igreja dos Santos Cosme e Damião, a Igreja de São Sebastião, a Capela do Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus, a Igreja de Nossa Senhora do Livramento, todas elas tombadas em 1951, e, por fim, o Convento de São Francisco, este já tombado, desde 1938.⁸⁹² Aparentemente essa última informação passou despercebida pela área central do Sphan, no Rio de Janeiro, uma vez que, em 22 de maio de 1951, Rodrigo Mello Franco de Andrade defendeu que os quatro primeiros bens listados para tombamento deveria ser incluído o edifício do Convento, solicitando, a Ayrton de Almeida Carvalho, o nome e o endereço do proprietário da edificação para enviar uma notificação de tombamento, treze anos depois dele já ter sido inscrito no Livro de Tombo das Belas Artes.

Imagem 53 – Vista de Igarassu, Pernambuco, com destaque para o cruzeiro do Convento Franciscano. Autor não identificado, Sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

⁸⁹¹ Despacho de Alcides da Rocha Miranda, 23 de setembro de 1946. Processo 359-T-42. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁹² Processo 131-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

Já em relação ao conjunto de edificações do centro histórico da cidade, Ayrton Carvalho defendeu que, apesar deste não ser “dotado de qualidades excepcionais”, ele era “característico e significativo” e o seu reconhecimento como Monumento Nacional era a única forma de protegê-lo, além de ser “a garantia de amparo legal à preservação e conservação da paisagem urbana coeva do conjunto de arquitetura religioso local, já de si valioso”.⁸⁹³ Opinião que foi corroborada por Renato Soeiro, em 1953, que recomendou, por fim, o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu, o que não aconteceu até 1972. A documentação presente no processo 359-T-42 evidencia que o conjunto só não foi inscrito, na década de 1950, junto com as quatro igrejas, por completa falta de vontade da área central do Sphan, que via na ação um aumento das despesas. A questão só foi resolvida em definitivo duas décadas depois, quando, Augusto da Silva Telles interveio, julgando aquele ser um tombamento urgente a ser feito.

Agora, creio eu, o tombamento se impõe. Se há anos atrás, essa Repartição poderia, por razões de dificuldades financeiras não querer ampliar a área de obrigações com a inclusão deste conjunto urbano, agora, com o desenvolvimento da região, e a proximidade das rodovias de ligação entre os grandes centros do nordeste, há urgência, creio eu, em ser o precioso acervo urbano de Igarassu, protegido pelas medidas legais.⁸⁹⁴

A museóloga e historiadora da arte Lygia Martins Costa, também defendeu o tombamento naquela ocasião.

O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Igarassu, a esta altura, não só necessário mas urgente. Medida que se debate desde 1945 (...) e que, apesar dos pareceres favoráveis da Chefia do Distrito e de quantos estudaram o assunto viu-se protelada por ligar-se a aumento da reduzida dotação orçamentária da então Dphan – tornou-se hoje (...) absolutamente inadiável.⁸⁹⁵

Por fim, a questão foi relatada, por Afonso Arinos de Mello Franco, ao Conselho Consultivo que, em 14 de agosto de 1972, aprovou o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu. O receio do Sphan em aprovar tombamentos de conjuntos urbanos, a fim de evitar aumentos de despesas se fez presente em diversos processos, e foi, talvez, um dos motivos que retardaram os tombamentos em cidades históricas fora do estado de Minas Gerais, a exemplo de

⁸⁹³ Todas as citações são do ofício n.º 118, de Ayrton Carvalho para Rodrigo Mello Franco de Andrade, 15 de maio de 1951. Processo 359-T-42. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁹⁴ Informação n.º 264, do Arquiteto Augusto da Silva Telles, 13 de Agosto de 1970. Processo 359-T-42. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁹⁵ Informação n.º 37, da Chefe da Seção de Arte, Lygia Martins Costa, 10 de fevereiro de 1972. Processo 359-T-42. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

Salvador, onde desde, pelo menos, a década de 1920 havia um grupo de intelectuais mobilizado na preservação não só dos monumentos do estado, mas também das áreas históricas na região central da capital baiana.

Imagem 54 – Casa do Coronel na Roça do Argolo, Salvador, Bahia. Robert Smith, 1942.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Quando analisamos os processos de tombamento abertos na 5ª Região, que compreendia os estados da Bahia e de Sergipe, de pronto, percebemos que foi mais um caso onde o representante regional do Sphan contou com o apoio de um levantamento já feito no estado. Como já dissemos no capítulo anterior, Godofredo Filho, contratado como representante ainda em 1936, era bastante próximo dos intelectuais baianos que elaboraram as listagens de monumentos para a Inspetoria de Monumentos criada em 1927 e, da mesma forma que em Pernambuco, vemos uma grande semelhança entre os primeiros bens tombados pelo Sphan e aqueles que teriam sido identificados pela Inspetoria nos seus três inventários, já comentados no primeiro capítulo. Entre 1938 e 1939 foram abertos na Bahia trinta e oito processos que resultaram num total de sessenta bens tombados, e destes,

apenas dois tiveram o seu tombamento cancelado. O primeiro deles,⁸⁹⁶ ocorrido em 10 de agosto de 1943, foi solicitado pela Prefeitura de Salvador, que tinha interesse na demolição do edifício para promover o alargamento de algumas vias na região central de Salvador; já o segundo, se deu a partir da constatação da descaracterização do edifício localizado na Rua Visconde do Rio Branco, n.º 18, destombado em 1957.⁸⁹⁷

Nos anos seguintes, Godofredo Filho seguiu fazendo recomendações que resultaram em diversos tombamentos no estado, colocando a Bahia na primeira posição no número de inscrições nos livros de tombo, a frente, até mesmo do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.⁸⁹⁸ Entre 1940 e 1945, cinquenta e nove processos de tombamento foram abertos, sendo que somente cinco pedidos foram indeferidos e em apenas em dos casos o tombamento foi cancelado. O destombamento da Casa do Coronel na Roça do Argolo, em Salvador,⁸⁹⁹ ocorreu pelas mesmas razões do edifício localizado na Rua Visconde do Rio Branco, há pouco citado. Poucos meses após do seu tombamento, que ocorreu quando a edificação setecentista já se encontrava em um avançado grau de arruinamento, como podermos perceber através de uma imagem da casa feita pelo pesquisador Robert Smith, houve uma tentativa de demolição do bem, noticiada a Rodrigo por Godofredo Filho, em 14 de setembro de 1943, sendo embargada a obra no dia seguinte, porém, nenhuma intervenção para recuperar a estrutura chegou a ser realizada. Denis Radun⁹⁰⁰ alega que o pedido de destombamento da Casa do Coronel foi solicitado, em 4 de janeiro de 1957, e autorizado, em 5 de fevereiro, por Rodrigo Mello Franco de Andrade em função de ter sido constatada a destruição da edificação.

Ao passo em que foi muito bem-sucedido nas suas indicações para a proteção de edificações isoladas, Godofredo Filho não conseguiu ter a mesma atenção ao buscar a preservação do centro histórico da capital da Bahia. Num

⁸⁹⁶ Processo 115-T-38, referente à casa localizada na Rua Carlos Gomes, n.º 26. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁹⁷ Processo 132-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁹⁸ É importante lembrar aqui que em Minas Gerais, nesses primeiros anos ocorreram vários tombamentos de centros históricos, no entanto, embora contendo um grande número de edificações, estes tombamentos contavam, de forma geral, com apenas uma inscrição nos livros de tombo.

⁸⁹⁹ Processo 250-T-41. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁹⁰⁰ RADUN, Denis Fernando. *O (des)tombamento em questão: (des)patrimonialização de bens culturais tombados pelo órgão federal de preservação no Brasil (1937-2015)*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade), Universidade da Região de Joinville, 2016.

movimento que sugere, por parte da direção do Serviço, um certo despreço para com os conjuntos urbanos das cidades históricas que não estavam em Minas Gerais. Em uma carta de 8 de setembro de 1938, Godofredo informou ao Diretor do Sphan

que o atual Prefeito desta cidade, Engenheiro Durval Neves da Rocha, pretende bulir com uma parte do nosso admirável bairro da Sé, modernizando-o.(...) Lembro ao Snr. a conveniência de ser imediatamente tombado todo o bairro da Sé (o distrito da Sé), que é a parte mais sugestiva da Baía, a que melhor conserva o espírito dos séculos idos⁹⁰¹

Sem obter qualquer resposta, Godofredo retornou à questão em uma outra carta destinada a Rodrigo, no dia 26 de setembro do mesmo ano.

BAIRRO DA SÉ - Peço que me oriente sobre o que devemos fazer em vista da projetada remodelação desse bairro. As obras já começaram. Enviei-lhe recortes de jornais, etc.. Vão uns informes. De certo, já lhe chegou às mãos o protesto do Instituto Histórico, que também pede providências ao Sphan.⁹⁰²

O Diretor do Sphan tratou do assunto em uma carta, enviada em 8 de outubro, informando, apenas, que não havia recebido nenhum documento sobre o assunto. No ano seguinte, Rodrigo Mello Franco de Andrade informou ao Prefeito de Salvador acerca dos bens tombados individualmente no centro da cidade, dando ciência a este da existência do decreto-lei, e da proteção do entorno dessas edificações, porém sem tratar da questão do tombamento do bairro da Sé. Godofredo insistiu na questão e, em 9 de junho de 1939, escreveu para Rodrigo.

o Prefeito desta Capital, Dr. Durval Neves da Rocha, tem quase conseguido da Caixa Econômica um vultoso empréstimo a ser empregado na remodelação, ou melhor, na modernização do bairro da Sé. Rogo-lhe urgentes providências para que não se consume tamanho atentado à nossa melhor tradição urbana (...) só o nosso Serviço poderá salvar o bairro da Sé, impedindo que continuem as mutilações que já se processam no Taboão e em outras ruas únicas no Brasil. Tomo a liberdade de pedir-lhe que oficie logo ao Prefeito Neves da Rocha, sugerindo melhores soluções, ou compelindo-o, mesmo, a poupar essa parte monumental e incomparável da Baía. (...) Enfim, o Snr. sabe melhor do que eu, o que há de fazer, e como. Só lhe peço que providencie sem demora, senão chegará tarde. Aqui são muitos os que esperam e confiam na eficiência de sua ação para defender e salvar o bairro da Sé.⁹⁰³

⁹⁰¹ Carta de Godofredo Filho a Rodrigo Mello Franco de Andrade, 8 de setembro de 1938, Cartas de Godofredo, Arquivo da Superintendência do Iphan na Bahia.

⁹⁰² Carta de Godofredo Filho a Rodrigo Mello Franco de Andrade, 26 de setembro de 1938, Cartas de Godofredo, Arquivo da Superintendência do Iphan na Bahia.

⁹⁰³ Carta de Godofredo Filho a Rodrigo Mello Franco de Andrade, 9 de junho de 1939, Cartas de Godofredo, Arquivo da Superintendência do Iphan na Bahia.

Rodrigo pareceu receoso ao tratar do tombamento da região achando “pouco justificável o tombamento em conjunto daquele trecho da cidade”,⁹⁰⁴ tentando recorrer aos preceitos do decreto-lei, especialmente os que tratam da proteção da vizinhança dos monumentos tombados, para tentar convencer o prefeito da cidade a fazer intervenções menos violentas. Porém, Godofredo Filho não se deu vencido na questão e insistiu no assunto em uma outra carta destinada a Rodrigo, datada de 30 de agosto.

Remeto-lhe, hoje, recortes de jornais da terra, sobre assunto de interesse do Serviço. O que trata do bairro da Sé refere-se a uma promessa sua, de “que envidaria todos os esforços para não vir a ser mutilado, com a execução do plano de melhoramentos organizado pela Prefeitura, o bairro centenário, etc...” A propósito, e também pela notícia de que o Prefeito Neves da Rocha vai aprovar o projeto de alargamento da Rua Carlos Gomes, onde temos dois prédios tombados, rogo-lhe, com urgência, as providências que me prometeu, junto aos altos poderes. Ou perderemos a oportunidade de uma ação eficiente que obrigue os reformistas a respeitarem a nossa Lei.⁹⁰⁵

Os dois prédios tombados eram os de números 57 e 26, sendo este último destombado, em 10 de agosto de 1943, em função de um despacho de Getúlio Vargas, que já comentamos aqui. Ana Teresa Mattos mostra que

Passados dois anos sem que o tombamento fosse realizado, em carta de 10 de agosto de 1942, Godofredo solicitou permissão de Rodrigo para passar uma semana da segunda quinzena de outubro no Rio de Janeiro, a fim de poder tratar com ele pessoalmente sobre planos de novos trabalhos para a regional que representava e sobre projetos para tombamento, em conjunto, de certos trechos de Salvador e de alguns municípios do interior da Bahia. Mais uma vez Rodrigo encaminhou resposta à carta, em 20 de agosto de 1942, considerando excelente a ideia da reunião do Rio de Janeiro e realizando comentários sobre propostas de restauros em monumentos tombados da capital baiana e do seu interior, mas sem qualquer comentário a respeito do interesse pelos tombamentos de conjuntos arquitetônicos.⁹⁰⁶

Godofredo Filho, assim como o grupo de intelectuais baianos que lutaram pela preservação do patrimônio no estado, tinha um evidente entendimento da importância da preservação de conjuntos urbanos da mesma maneira que edifícios isolados, insistindo que fossem tombadas áreas na cidade de Salvador, questão que não era levada adiante pelo Sphan. Alguns trechos do centro histórico de Salvador

⁹⁰⁴ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Godofredo Filho, 1º de julho de 1939, Cartas de Godofredo, Arquivo da Superintendência do Iphan na Bahia.

⁹⁰⁵ Carta de Godofredo Filho a Rodrigo Mello Franco de Andrade, 30 de agosto de 1939, Cartas de Godofredo, Arquivo da Superintendência do Iphan na Bahia.

⁹⁰⁶ MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. *Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 101.

só foram objeto de tombamento, como conjunto urbano, a partir de 1952,⁹⁰⁷ quando várias áreas isoladas passaram a ser tombadas na cidade. Um certo desinteresse do Sphan em conjuntos urbanos localizados fora de Minas Gerais se evidencia também com o caso de outra cidade baiana, Porto Seguro, que embora tenha sido objeto de ações do Serviço, tais como identificação e restauração de edificações, desde 1939, inclusive recebendo uma visita do Diretor, nenhuma edificação ali foi tombada até 1968, quando foi aberto um processo referente ao seu conjunto urbano, tombado naquele ano.⁹⁰⁸ Talvez a resistência de Rodrigo às investidas de Godofredo Filho estivessem ligadas a uma prática institucional do Sphan em não tomar conjuntos urbanos dentro das capitais, como defendido por Cecília Londres,⁹⁰⁹ porém, essa prática, por si, não explica o desinteresse do Diretor, por exemplo, para com o tombamento das cidades de Rio Pardo, Angra dos Reis, Goiás Velho, Olinda e Igarassu, há pouco comentados.

Ainda em relação à Bahia, Rodrigo contou com a colaboração de José Antônio do Prado Valladares, que, em 1939, assumiu o cargo de Inspetor de Monumentos, bem como o de Diretor do museu estadual. Há uma previsão, no Art. 23 do decreto-Lei n.º 25, de que houvesse a realização de acordos entre a União e os estados, com o objetivo de coordenar e desenvolver as atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, além de buscar uma uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto. Uma tarefa que, naquele momento, só poderia ser desenvolvida no estado da Bahia, que era o único que ainda mantinha sua legislação sobre a preservação de um patrimônio bem como a Inspetoria de Monumentos em funcionamento.⁹¹⁰ Rodrigo, de algum modo, tentou uniformizar a questão com José Valladares, como se evidencia numa carta enviada por Valladares a Rodrigo, em 10 de outubro de 1939, onde o baiano relata que o Diretor do Sphan enviou algumas propostas de emendas para o regulamento da Inspetoria, bem como conversas que teve com o representante do Sphan em Salvador, Godofredo Filho, a respeito da instalação do

⁹⁰⁷ Em 1948, foi aberto o processo 380-T-48 relativo ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Bairro Monte Serrat, em Salvador, no entanto, este pedido foi indeferido.

⁹⁰⁸ Processo 800-T-68. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁹⁰⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

⁹¹⁰ A Inspetoria de Monumentos de Pernambuco já havia sido extinta, em 1933, pelo interventor federal Carlos de Lima Cavalcanti.

Museu da Bahia. O Arquivo Central do Iphan, no Rio de Janeiro, guarda uma série de correspondências trocadas entre os dois⁹¹¹ onde Valladares comenta as sugestões de Rodrigo para reorganização desse museu. As cartas da década de 1940, no entanto, só tratam de assuntos pessoais e do Museu. A inspetoria havia sido deixada de lado, como já havia sugerido Valladares em documentos de anos anteriores, e que já comentados por nós no primeiro capítulo.

Apesar de não ser bem-sucedido na questão das áreas urbanas, o prestígio das indicações feitas por Godofredo Filho em relação à edificações isoladas foi bastante forte. Prestígio este que se evidencia quando o representante regional recomendou os primeiros tombamentos a serem feitos no estado de Sergipe, também sob a sua jurisdição. Todos os vinte processos de tombamento abertos ali entre 1941 e 1942 resultaram em vinte e um bens tombados, sem nenhum pedido de impugnação, onde dez deles estão localizados na antiga capital do estado, São Cristóvão. Esse caso de Sergipe é curioso pois o estado só foi objeto de interesse do Sphan na década de 1940, quando o Serviço começou a estabilizar suas ações, e mesmo assim, nessa primeira metade da década, ainda teve um número maior de tombamentos que toda a 6ª Região do Sphan, sediada em São Paulo, uma das primeiras frentes de ação do Serviço, desde 1937.

Ao olharmos a lista de processos de tombamento abertos no estado de São Paulo até 1945, percebemos, no período aqui estudado, que não houve uma concentração nem na quantidade de processos abertos nem nos tombamentos, essas ações ocorreram diluídas ao longo dos anos. Foram vinte e dois processos abertos, entre 1938 e 1945, que resultaram no tombamento de vinte e quatro bens,⁹¹² com três pedidos sendo indeferidos,⁹¹³ sendo o primeiro deles relativo a uma casa na rua da Consolação,⁹¹⁴ na capital, que se deu em função da não finalização do processo e, posterior, demolição do edifício sem consultas prévias ao Sphan, que só percebeu a situação anos depois. O segundo indeferimento tratou da

⁹¹¹ Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante (José Valladares). Arquivo Central do Iphan

⁹¹² Desses, seis só o foram depois de 1945.

⁹¹³ Houve ainda o cancelamento do tombamento da Igreja de São Gonçalo, em São Paulo, processo 180-T-38, em 1952, em função de uma recomendação do arquiteto Renato Soeiro que, após uma visita a capital paulista, achou que a edificação estava desfigurada. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁹¹⁴ Processo 339-T-44. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

casa da Fazenda São Mathias, em Ilhabela,⁹¹⁵ edificação existente até o presente. Já o terceiro indeferimento não foi detalhado,⁹¹⁶ sendo apenso ao processo de tombamento da Coleção Mário de Andrade do Instituto de Estudos Brasileiros, aberto em 1987.⁹¹⁷ É curioso perceber que esse quantitativo é muito inferior ao número de bens mencionados por Mário de Andrade no seu primeiro relatório, acerca do patrimônio paulista, enviado ao Sphan em 16 de outubro de 1937, onde o escritor cita cerca de noventa edificações distribuídas pelas várias regiões do estado. Embora Mário visse um valor patrimonial naquelas edificações, ele insistiu, mais de uma vez, na visão de que o patrimônio paulista seria desinteressante para o país, sendo muito pobre, ou estando muito arruinado, para merecer as atenções do órgão federal, nas suas próprias palavras, os “edifícios tais, estão completamente deformados muitos, outros menos, têm interesse histórico mais estadual que nacional propriamente; quase nenhum, ou nenhum interesse artístico”⁹¹⁸.

No período de 1938 a 1945, o Sphan abriu processos de tombamento para apenas dezoito das edificações mencionadas no relatório de Mário de Andrade, sendo quatorze tombadas no período estudado e outras quatro, nos anos que seguiram. Ao contrário do que ocorreu nas outras representações regionais do Sphan, como já vimos aqui, onde os levantamentos iniciais contratados por Rodrigo Mello Franco de Andrade renderam um grande número de processos de tombamento abertos logo em 1938, no caso paulista, a abertura desses processos, e o consequente tombamento dos bens, foi diluído ao longo dos anos, e, com o passar do tempo, até mesmo os bens indicados por Mário de Andrade que acabaram sendo tombados o foram com outras motivações, como é o caso do Sobradão do Porto, exaltado para o Diretor do Sphan em uma carta de 25 de junho de 1937, como “a casa particular mais linda do Brasil”,⁹¹⁹ opinião que foi reforçada também no relatório elaborado por Mário, quando este defendeu que “digno de tombamento em Ubatuba existe o prédio em que atualmente reside a família

⁹¹⁵ Processo 352-T-45. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁹¹⁶ Processo 354-T-45. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁹¹⁷ Processo 1217-T-87. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁹¹⁸ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 88.

⁹¹⁹ *Ibid.*, p. 73.

Guizard".⁹²⁰ O processo de tombamento da edificação foi aberto, apenas, em 1959,⁹²¹ mas isso se deu em função de um artigo provocativo publicado, em 7 de dezembro de 1958, no jornal *O Estado de S. Paulo*, não sendo, sequer, mencionado, em toda a tramitação do processo, que ele já havia sido recomendado para tombamento, desde 1937.

Imagem 55 - Sobradão do Porto, Ubatuba, São Paulo. Paulo Camilher Florençano, sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Muitas das indicações feitas por Mário de Andrade, que resultaram em tombamentos, estão presentes nas suas trocas de cartas com Rodrigo Mello Franco de Andrade e com Paulo Duarte, como a Igreja de São Miguel Paulista, o Sítio Santo Antônio, em São Roque, as igrejas de Itanhaém e o conjunto do Carmo, em Santos,

⁹²⁰ Ibid., p. 92.

⁹²¹ Processo 592-T-59. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

este “de gostosa e nacionalíssima harmonia”.⁹²² Mário também deu destaque às construções de Itu, que teve a Matriz tombada em 1938.

Outras igrejas há, em Itu, apresentando um ou outro detalhe de algum interesse, esta pinturas, aquela imagens, outra talha. Não julga esse Assistente Técnico, mereçam elas tombamento federal, deixando que disso cuide o Serviço estadual, em vias de ser fundado. Aliás, é certo que a fusão de vistas e colaboração dos dois Serviços é que produzirá resultados excelentes, pela escassez das verbas federais.⁹²³

Como de hábito, Mário fazia comentários que diminuía os valores da produção artística no seu estado, que deveria ficar sob os cuidados do órgão estadual em vias de ser criado, como já vimos na primeira parte deste trabalho. É curioso observar as poucas indicações que o representante regional fez para o tombamento das edificações ainda existentes no centro histórico da capital. Com exceção da Igreja de São Gonçalo, tombada em 1938 e destombada em 1952, e da Igreja e do Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz, tombados em 1943, outros tombamentos na região do triângulo onde se originou São Paulo só ocorreram muitos anos depois, como é o caso da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, que está com um processo aberto desde 1959, e da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, tombada apenas em 1999. Já os demais tombamentos ocorridos na cidade, como o da Igreja de São Miguel Paulista, em 1938, o do Sítio dos Morrinhos, em 1948, e o da Casa do Tatuapé, em 1951, também indicados por Mário, são casos em que as edificações, embora localizadas na capital, ficam distantes do seu centro histórico, o que, de certa forma, é também um pouco o caso do próprio Mosteiro da Luz, que, embora hoje compreendamos que se localize numa região central da cidade, está afastado da colina histórica onde a cidade surgiu.

Um outro caso curioso, que merece destaque, é o do tombamento apenas do forro da capela do Sítio Querubim,⁹²⁴ em São Roque, localizada dentro da Casa Grande e sendo acessada através do interior da residência, propriamente dita, pelo seu alpendre. No relatório de Mário aparece a recomendação para o tombamento da Casa Grande do Sítio Velho, como também era conhecido o Sítio Querubim, ou seja, de toda a edificação, datada do final do século XVII, que já se encontrava em um

⁹²² ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 96.

⁹²³ Ibid., p. 101.

⁹²⁴ Processo 346-T-41. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

mau estado de conservação, como percebemos pelas fotografias feitas por Herman Hugh Graeser, em 1942. A casa acabou sendo demolida e o forro, só tombado em 1950, foi transferido, em 1947, para o Sítio Santo Antônio, na mesma cidade.

Imagem 56 – Casa Grande do Sítio Querubim, São Roque, São Paulo. Herman Hugh Graeser (Germano), 1942.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Imagem 57 – Detalhe do forro da Capela da Casa Grande do Sítio Querubim, São Roque, São Paulo. Herman Hugh Graeser (Germano), 1942.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Contrariamente ao que aconteceu em outras regionais, onde os processos abertos, de forma geral, estão mencionados nas correspondências entre o representante e o Diretor do Sphan ou, até mesmo, em inventários anteriores, no caso paulista, houve situações em que processos foram abertos e bens foram tombados sem que tenham sido mencionados nessas documentações que citamos. É o caso, por exemplo, da Barraca de Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo.⁹²⁵ Tal barraca, foi objeto de um texto publicado na segunda edição da *Revista do Sphan*, em 1938, de autoria de Francisco Venâncio Filho,⁹²⁶ que faz uma forte defesa acerca da valoração de lugares ligados a escritores de renome, comum em países como França, Alemanha e Estados Unidos. Chamada de “monumento histórico do Brasil” e “reliquia da nacionalidade”,⁹²⁷ a barraca foi ocupada por Euclides da Cunha quando da sua estada na cidade de São José do Rio Pardo para acompanhar as obras de construção de uma ponte metálica sobre tal rio.

⁹²⁵ Processo 189-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁹²⁶ VENÂNCIO FILHO, Francisco. A barraquinha de Euclides da Cunha. *Revista do Sphan*. Rio de Janeiro, n.º 2. 1938, p. 241-254.

⁹²⁷ Ibid., p. 253.

Imagem 58 – Barraca onde Euclides da Cunha escreveu *Os Sertões* já protegida pelo abrigo construído em 1928, São José do Rio Pardo, São Paulo. Autor não identificado, Sem data.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Ao lado da ponte, junto do aterro, debaixo da linda paineira, há uma tosca barraquinha de tábuas, coberta de zinco de cerca de quatro metros quadrados; serviu de escritório ao engenheiro e nos raros intervalos da faina fatigante, ali escreveu e anotou um pouco d'“Os Sertões”.⁹²⁸

A Guerra de Canudos, retratada no livro de Euclides da Cunha, é vista como um momento definidor da República brasileira, fazendo com que tanto o conflito armado como a obra literária que o descreveu fossem incorporados ao léxico da construção da nacionalidade. A exaltação de *Os Sertões*, publicado pela primeira vez em 1902, e a consagração da figura de Euclides da Cunha, elevado a categoria de um herói nacional, seguiram-se por anos após a sua morte, em 1909, sendo a barraca protegida por um abrigo de alvenaria e vidro construído, em 1928, pela prefeitura de São José do Rio Pardo. Segundo Dominique Poulot, o culto aos cidadãos reconhecidos por seus méritos foi uma característica marcante da sociedade das Luzes e, intimamente vinculado aos heróis da revolução Francesa, quando “o culto pelos homens ilustres implicava uma peregrinação a seus túmulos ou lugares de criação, reativando rituais reservados até então a categoria do

⁹²⁸ VENÂNCIO FILHO, Francisco. A barraquinha de Euclides da Cunha. *Revista do Sphan*. Rio de Janeiro, n.º 2. 1938, p. 250-253.

sagrado”.⁹²⁹ A prática de revestir com uma aura de sacralidade, exaltada em valores históricos, os lugares diretamente vinculados à memórias dessas personalidades foi uma prática comum adotada pelo Sphan, ao longo do tempo, em diversas ocasiões, sendo exatamente o que aconteceu em relação à “barraquinha tosca de S. José do Rio Pardo”,⁹³⁰ que, a partir do seu tombamento, passou a ser celebrada pelo Serviço como integrante de um Patrimônio Nacional.

Como já vimos, Mário de Andrade pediu demissão da representação regional paulista, em 1938, quando da sua impossibilidade de acumular o cargo com a direção do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Assumiu aquela região, a partir daquele momento, o seu discípulo e chefe da Missão de Pesquisas Folclóricas, o arquiteto Luís Saia, que, então, começou a desenvolver uma autonomia do seu mentor intelectual. A viagem feita por Saia pelo interior de alguns estados do Nordeste chegando até a capital paraense, chefiando a Missão de Pesquisas Folclóricas, foi responsável por um assombroso levantamento fotográfico de edifícios históricos e de arquitetura vernacular no interior do país. Muitas das edificações fotografadas por Luís Saia foram tombadas pelo Sphan já nos primeiros anos do início da política de tombamentos do Serviço, como é o caso, por exemplo, do conjunto rural da Fazenda Acauã, localizado na cidade de Souza, na Paraíba,⁹³¹ aberto no ano seguinte ao da visita de Saia ao local. A proposta de tombamento da casa, do sobrado e da capela da fazenda, foi uma recomendação direta de Luís Saia ao diretor do Sphan, como podemos ver na carta, datada de 16 de março de 1939, que o representante paulista enviou a Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Tenho o prazer de passar as mãos de V.S. a proposta de tombamento da sede da fazenda Acauã, no município de Souza, do Estado da Paraíba. Visitei esta construção em Abril de 1938, tão ligeiramente, entretanto, que não houve tempo para colher o seu plano em todos os detalhes (...) julguei ser viável ou o tombamento com pesquisas posteriores, ou que a direção do Sphan solicite do seu delegado nessa região, a documentação indispensável (...) As fotos anexas, o croqui do plano e mais indicações dadas aqui dão, acredito, uma ideia da importância deste monumento de arquitetura rural brasileira.⁹³²

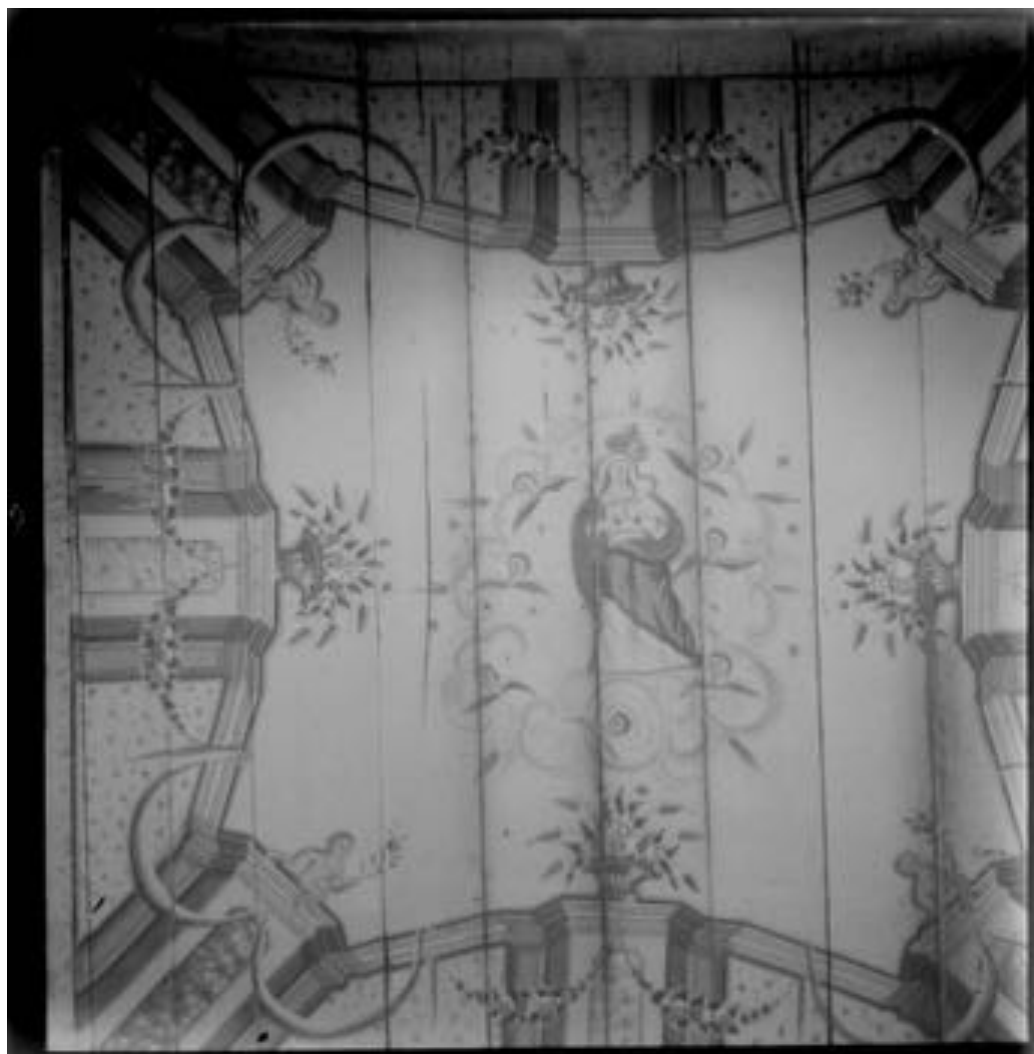
⁹²⁹ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, século XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 127.

⁹³⁰ VENÂNCIO FILHO, op. cit., p. 254.

⁹³¹ Processo 391-T-39. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁹³² Carta de Luís Saia para Rodrigo Mello Franco de Andrade, 16 de março de 1939. Processo 391-T-39. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

Imagem 59 – Detalhe do Forro da Capela da Fazenda Acauã, Souza, Paraíba. Luís Saia, 1938.



Fonte: Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, Centro Cultural São Paulo.

O processo foi aberto e tardou a ser finalizado, como se percebe pela documentação consultada, sendo o conjunto tombado quase trinta anos depois, em 1967. Além de fotografias, Saia também fazia várias anotações nos cadernos de viagem, onde ele comentava e desenhava croquis das edificações que encontrou na viagem ou nas cercanias de São Paulo, por vezes comparando técnicas e soluções arquitetônicas com os exemplos que ele conhecia, como a Igreja e residência conventual de Nossa Senhora da Escada, em Guararema,⁹³³ ou Portão da Quinta das Laranjeiras, em São Luís.⁹³⁴ Saia também relatou os encontros que teve com Paulo Thedim Barreto, enquanto este estava fazendo uma pesquisa, encomendada

⁹³³ Tombados pelo processo 221-T-39. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁹³⁴ Tombado pelo processo 210-T-39. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

pelo Sphan, acerca da arquitetura tradicional no Piauí,⁹³⁵ que rendeu o artigo *O Piauí e sua arquitetura*, publicado na *Revista do Sphan*, em 1938.⁹³⁶ O texto de Barreto, descreveu bem os lugares que Barreto percorreu no estado, como Teresina, Oeiras, Piracuruca e Campo-Maior, e, além de relatar o seu encontro com Luís Saia, é um guia dos bens que foram tombados pelo Sphan no Piauí naquele momento. Barreto destacou que, no estado,

Nem todas as cidades têm igreja na acepção completa do termo. São capelas inexpressivas, sem valor artístico e acanhadas (...) Abrimos, em parte, exceção para as matrizes de N. S. das Vitórias de Oeiras, de 1733 e a de N. S. do Carmo de Piracuruca, de 1743.⁹³⁷

Os dois templos tiveram o seu processo aberto pouco depois, em 1940,⁹³⁸ sendo tombados no mesmo ano. No último tópico do artigo, Paulo Thedim Barreto tece comentários a respeito de um cemitério existente na cidade de Campo Maior.

Os cemitérios em pleno sertão, à margem dos caminhos vão crescendo naturalmente. (...) Encontramos algumas dessas sepulturas cobertas por pequeninos ranchos: quatro esteios suportando cobertura em duas águas, de palha ou de telha, como existe no cemitério do batalhão, onde estão enterrados os bravos que morreram na batalha do Genipapo, pela Independência do Brasil.⁹³⁹

O tombamento do Cemitério do Batalhão⁹⁴⁰ foi justificado por ali estarem enterrados os soldados mortos na Batalha do Genipapo, ocorrida em 1823, no entanto, o bem não foi inscrito, apenas, no Livro de Tombo Histórico, como era de se esperar, mas também o foi no Livro de Belas Artes. Ao observarmos uma foto do cemitério, com as suas sepulturas indicadas por toscas cruzes de madeira, algumas delas protegidas por cercas de madeira, e pequenos telhados, vemos que essa inscrição no Livro de Belas Artes, talvez, tenha sido uma das formas mais evidentes na qual a prática do Sphan reconheceu a visão patrimonial de Mário de Andrade detalhada no anteprojeto do Span, onde o escritor defendeu a preservação de cruzes de beira de estrada, que em muito se assemelham às do Cemitério do Batalhão.

⁹³⁵ O ofício n.º 78, de 18 de outubro de 1937, mostra que, nesta data, Rodrigo Mello Franco de Andrade solicitou ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a contratação de Paulo Thedim Barreto como assistente técnico. Pasta 95, envelope 1, Série Arquivo Técnico e Administrativo – Representante (Anníbal Fernandes). Arquivo Central do Iphan.

⁹³⁶ BARRETO, Paulo T. *O Piauí e sua arquitetura*. *Revista do Sphan*. Rio de Janeiro, n.º 2. 1938, p.187-223.

⁹³⁷ Ibid., p. 222.

⁹³⁸ Processo 224-T-40. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

⁹³⁹ BARRETO, op. cit., p. 223.

⁹⁴⁰ Processo 185-T-38. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

Imagem 60 – Cemitério do Batalhão, Campo maior, Piauí. Autor não identificado [possivelmente Paulo Thedim Barreto], 1938.



Acervo do Arquivo Central do Iphan.

Ainda acerca dos apontamentos feitos por Saia ao longo da viagem, encontramos muitas fotografias, croquis e anotações acerca da arquitetura na cidade de Belém, exaltada também por Mário de Andrade desde a sua viagem à região amazônica na década de 1920. Como vimos no capítulo anterior, foi previsto no desenho inicial do Sphan a criação de uma representação regional sediada na cidade de Belém, a 2ª Região, que seria responsável pelos estados da região amazônica. Embora no *Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940*,⁹⁴¹ estivesse previsto que o Sphan enviaria, a partir da sede, um técnico para inventariar os monumentos arquitetônicos do Pará, o que se deu, de fato, foi a contratação de um intelectual local para a realização desse trabalho. Em 1940, Rodrigo Mello Franco de Andrade entrou em contato com o político e historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis, que havia se mudado para Belém em 1939. Participante ativo do movimento revolucionário de 1930 em seu estado natal, Reis foi o responsável pela elaboração do texto relativo ao estado do Amazonas, presente no *Anuário do Ministério da Educação e Saúde*, já comentado anteriormente. Não foi possível identificar como Rodrigo chegou ao nome de Arthur Reis para ser o representante do Sphan na região, talvez através do próprio *Anuário*,

⁹⁴¹ *Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940*. Pasta 49, Envelope 6. Série Arquivo Técnico e Administrativo. Arquivo Central do Iphan.

tampouco o motivo de não se já ter fixado em Belém, desde aquele momento, um representação regional consolidada.⁹⁴² Porém, o historiador acabou se tornando um grande colaborador do Serviço, publicado em diversos números da *Revista do Sphan*, sendo o primeiro dos seus textos na revista *Vestígios Artísticos da Dominação Lusitana na Amazônia*, em 1941, onde defendeu que

As manifestações emocionais que assinalaram a passagem do lusitano pela Amazônia estão precisando ser convenientemente examinadas, numa identificação que não deve demorar. Ninguém, até o presente, se abalançou sequer a levantar o inventário desse material, capítulo precioso da história espiritual do Brasil (...) obra a que o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deve lançar-se com a solicitude que lhe caracteriza as atividades.⁹⁴³

Imagem 61 – Igreja de Santo Alexandre e Colégio Jesuíta, Belém, Pará. Autor não identificado, 1967.



Fonte: Acervo do Arquivo Central do Iphan.

De fato, os tombamentos de edificações na capital do Pará tiveram início pouco depois da contratação de Arthur César Ferreira Reis, sendo abertos no estado oito processos de tombamento, entre 1940 e 1945, ao que tudo indica, todos

⁹⁴² A 3ª Região, sediada em Fortaleza, também não foi constituída nesse primeiro momento.

⁹⁴³ REIS, Arthur César Ferreira. *Vestígios Artísticos da Dominação Lusitana na Amazônia*. *Revista do Sphan*, n.º5, 1941, p. 177.

recomendados pelo representante. No processo de tombamento relativo à Igreja do Rosário, inclusive, encontramos uma troca de correspondências entre Rodrigo e Reis, onde eles discutem problemas acerca da notificação de proprietários dos bens e obras a serem executadas na Igreja de Santo Alexandre. A colaboração de Arthur Reis com o Serviço foi também reconhecida por Rodrigo na 25ª Sessão Plenária do Conselho Federal de Cultura, ocorrida em 24 de junho de 1967, onde o Diretor do Serviço confirmou que Reis foi um “historiador abalizado da Amazônia, que tive a honra de contar como colaborador, exatamente em Belém, nos primórdios da labuta inglória e dura para defesa do patrimônio histórico do país”.⁹⁴⁴

Era uma labuta que já não era tão dura quanto no início. Em 1946, quando o Sphan passou a ter o seu primeiro regimento interno oficial, o perfil do que seria o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional já estava consolidado pelas práticas adotados nesses, quase, dez primeiros anos, e uma nova missão começou a surgir naquele momento, o Serviço agora queria contar a sua própria história. Uma história que já se quis rascunhar, em 1940, como podemos ver no *Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940*, documento onde encontramos, talvez, aquela que foi a primeira tentativa, do Serviço, em escrever uma trajetória das ações de preservação no país, enaltecendo o seu próprio papel. A construção de uma história da preservação no Brasil pelo próprio órgão federal de preservação é o que discutiremos agora.

4.2.2 A façanha auto-historiográfica do Sphan, invenções e esquecimentos.

O *Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940*, é um documento extenso, com cerca de cinquenta páginas, que procura dar conta de todas as atividades realizadas pelo Sphan nesses seus cinco primeiros anos de atividade. O relatório tratou das mais variadas frentes na qual Rodrigo Mello Franco de Andrade, enquanto diretor do Serviço, procurou agir no intuito de dar cabo a sua missão de proteger o patrimônio nacional, destacando os tombamentos e as obras realizados no período; cooperações com outros entes; auxílio a museus existentes, bem como

⁹⁴⁴ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 25.

à criação de outros novos; e a organização da biblioteca, dentre outros assuntos. Dos dezesseis tópicos que compõem o documento, dois já apontam, talvez, para uma primeira intenção do Serviço em querer escrever a sua própria história, são eles: “Elaboração da Lei e organização do Serviço” e “Realizações anteriores à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.

Em “Elaboração da Lei e organização do Serviço”, o autor do relatório, muito seguramente o próprio Diretor do Sphan, faz uma breve menção às Inspetorias de Monumentos da Bahia e de Pernambuco, porém destacando que foram iniciativas regionais “quase inoperantes, à falta de legislação federal adequada”,⁹⁴⁵ e às propostas do governo de Minas Gerais, feitas nos anos 1920, acerca da proteção de monumentos históricos e artísticos. O texto ainda traz menções à elevação de Ouro Preto à Monumento Nacional e à criação da Inspetoria de Monumentos do Museu Histórico Nacional, porém, também sem se demorar no assunto, e parte para exaltar a iniciativa de Gustavo Capanema em convidar Mário de Andrade, para elaborar um projeto que desse conta da proteção do patrimônio no país, e o desenrolar dessa história até a publicação do decreto-lei n.º 25, em 30 de novembro de 1937. Esta é uma das primeiras menções, em documentos oficiais, daquilo que se tornou o mito fundador do Sphan. Já o tópico “Realizações anteriores à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, detalha intervenções físicas feitas, pelo poder público, em monumentos históricos no sentido de recuperar e preservar essas estruturas, antes da ascensão de Getúlio Vargas ao poder. São mencionadas, por exemplo, as obras no Forte da Bertioga, em São Paulo; no Forte de Monte Serrat, na Bahia, e nas ruínas da Igreja de São Miguel, no Rio Grande do Sul, dentre outras.

Essas iniciativas, entretanto, além de extremamente raras, se ressentiam da falta de preparação técnica especializada por parte das pessoas que projetavam as obras e das que se incumbiam de executá-las. Eram trabalhos realizados quase empiricamente, sem os estudos prévios necessários para orientá-los em condições satisfatórias.⁹⁴⁶

Foi apenas a partir do Governo de Vargas, no entanto, que o poder público federal passou a desprender verbas que objetivam a recuperação de edificações históricas no país, iniciando essa ação em Ouro Preto. O texto destaca que, a partir da elevação da cidade a Monumento Nacional, foi criada a Inspetoria de

⁹⁴⁵ Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940, p. 1. Pasta 49, Envelope 6. Série Arquivo Técnico e Administrativo. Arquivo Central do Iphan.

⁹⁴⁶ Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940, p. 20. Pasta 49, Envelope 6. Série Arquivo Técnico e Administrativo. Arquivo Central do Iphan.

Monumentos do Museu Histórico Nacional, que iniciou ali uma série de obras que “excederia, dentro em pouco, tudo o que, com objetivo semelhante, se fizeram até então pelo país”.⁹⁴⁷ Não há um tom de desmerecimento das ações impetradas pelo Museu Histórico Nacional na antiga capital de Minas Gerais, como o há em relação às Inspetorias estaduais, muito pelo contrário, é destacada a importância daquelas intervenções, que estão elencadas uma a uma, e a necessidade de expansão das ações para o restante do país, o que teria motivado a criação do Sphan. Esse tom não-belicoso para com o a Inspetoria do Museu Histórico também se fez presente na primeira reunião do Conselho Consultivo do Sphan, realizada em 10 de maio de 1938, presidida pelo próprio Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que fez

uma exposição das iniciativas tomadas pelo Governo Federal desde 1934 em defesa dos monumentos de arte e de história, existentes no país, recapitulando a sucessão das medidas legislativas e administrativas adotadas com esse objetivo. Aludiu à criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais e aos relevantes serviços que prestou sob a direção do Sr. Gustavo Barroso, cuja capacidade e zelo louvou vivamente, ponderando, porém, que sem embargo da eficiência daquele departamento do Museu Histórico Nacional, se tinha verificado a necessidade da criação de uma repartição autônoma, com atribuições privativas para assumir a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, a qual devia ser anexado um conselho de especialistas, com atribuições consultivas e deliberativas.⁹⁴⁸

Talvez, o reconhecimento do Ministro às ações impetradas por Gustavo Barroso tenha se dado em função de uma tentativa apaziguar os ânimos entre o grupo de intelectuais encabeçados por Rodrigo Mello Franco de Andrade e o diretor do Museu Histórico, Gustavo Barroso. Barroso, mesmo tendo sido excluído do processo de construção do Sphan, teria o seu lugar no Conselho Consultivo garantido, em função de ser diretor de um dos Museus Nacionais, questão prevista na lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que além de ter criado o Sphan, também havia criado o Conselho.

Apesar do *Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940*, já esboçar bem uma visão da trajetória da preservação no país que se consolidaria na historiografia, o primeiro texto oficial publicado acerca do assunto foi *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*.⁹⁴⁹ Esta obra foi escrita por Rodrigo Mello

⁹⁴⁷ *Resumo Geral das atividades do Sphan, de 1936 a 1940*, p. 21. Pasta 49, Envelope 6. Série Arquivo Técnico e Administrativo. Arquivo Central do Iphan.

⁹⁴⁸ Ata da sessão inaugural do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada a 10 de maio de 1938. Arquivo Central do Iphan.

⁹⁴⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

Franco de Andrade e publicada na cidade do México, em 1952, como parte da série *Monumentos Históricos e Arqueológicos da América*, editada, entre 1950 e 1974, pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, IPGH.⁹⁵⁰ De circulação restrita no Brasil, em função da sua publicação no exterior, esse texto, no entanto, alcançou os intelectuais mais próximos da causa do Sphan que passaram a reproduzir aquela visão acerca da historiografia do tema no país. Em *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*, Rodrigo buscou ampliar uma versão da trajetória da preservação no país, já desenhada no *Resumo* de 1940, reafirmando um discurso onde se destaca uma atuação “original” e “pioneira” do Serviço e destacando situações como a carta enviada, em 5 de abril de 1742, pelo Conde de Galveias, Vice-Rei do Brasil, ao, então, donatário da capitania de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade. Esta carta é considerada, pela historiografia oficial, o embrião das preocupações com a defesa do patrimônio brasileiro que, supostamente, só se concretizaram a partir de 1936, e sempre é exaltada nos textos que se referem à trajetória das ações preservacionistas no país. Silvana Rubino defende que

O próprio PHAN⁹⁵¹ se conta e reconta em discursos orais e em suas publicações que contém suas cartas, artigos, códigos, leis e interpretações. Excelente inventor de tradições, começou a inventar a sua já ao se fundar, e desde então há um processo contínuo de reiteração.⁹⁵²

Rubino ainda defende que, desde a fundação do Sphan, “em suas diversas fases” o órgão “sempre contou e recontou seu mito de origem”.⁹⁵³ Mito este baseado no anteprojeto de Mário de Andrade para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, o Span, e em uma suposta genialidade dos intelectuais modernistas ligados ao Ministério da Educação. Talvez, a principal publicação que reforça a ideia do mito de origem do Sphan, a partir do anteprojeto do Span e da figura de Mário, que passou a ser exaltado como um dos fundadores da preservação no país, é o livro *Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*,⁹⁵⁴ publicado em 1980. Márcia Chuva destaca que essa publicação,

⁹⁵⁰ Órgão vinculado à União Pan-Americana, a atual Organização dos Estados Americanos, OEA.

⁹⁵¹ Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁹⁵² RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-68*. Campinas: Dissertação de mestrado / Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMP, 1991, p. 12.

⁹⁵³ Ibid.

⁹⁵⁴ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980.

tem uma importância considerável, nos anos 1980, como obra de referência para aqueles que lidam com a preservação cultural, pois, pela primeira vez, buscou-se construir e divulgar uma história oficial dessa prática no Brasil, além de ter sido dado um caráter de documento à publicação – evidente pretensão de veracidade –, basicamente constituída de uma série de documentos, projetos de lei, legislações, portarias, etc., que instituíram as ações de preservação e embasaram textos legais sobre o assunto.⁹⁵⁵

Esta obra foi publicada pela Fundação Nacional Pró-Memória, no período em que Maria Cecília Londres Fonseca era a diretora de projetos da Fundação, sendo ela, possivelmente, a responsável por essa edição. Cecília Londres ainda é a autora de uma das principais obras de referência sobre a historiografia da preservação no Brasil, *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*.⁹⁵⁶ Neste livro, a socióloga assume e repete a versão oficial acerca da criação do Sphan, que vinha sendo escrita por Rodrigo Mello Franco de Andrade já desde, pelo menos, a década de 1940. A autora coloca que, uma vez que existiria uma “nítida superioridade qualitativa, em termos de produção intelectual e de prestígio, dos modernistas”,⁹⁵⁷ a questão da preservação no país “emergiu no bojo do movimento modernista”.⁹⁵⁸ Defendendo que a temática do patrimônio surgiu no Brasil assentada em pressupostos modernistas, Cecília Londres afirma que foi este movimento que teria dado a base para discussões que só foram aprofundadas pelo Sphan nos anos que seguiram. É um posicionamento que contraria toda a discussão que viemos desenvolvendo aqui, que buscou analisar o papel desempenhado por outros intelectuais na emergência das discussões que construíram o campo patrimonial brasileiro. Cecília Londres apaga a importância das discussões ocorridas em outras esferas que não fossem ligadas aos modernistas mineiros e paulistas, como, por exemplo, à dos intelectuais baianos e pernambucanos e, até mesmo, as ocorridas na Capital Federal, lideradas por figuras como José Marianno Filho e Gustavo Barroso, em prol de uma suposta superioridade das discussões dos modernistas. A autora desconsidera completamente as contribuições de outros intelectuais que também tiveram um papel fundamental na constituição de uma política nacional de preservação do patrimônio. A construção dessa memória pioneira para os Modernistas, feita por ela, abarca os mais diversos campos, como,

⁹⁵⁵ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 60.

⁹⁵⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

⁹⁵⁷ Ibid., p. 96.

⁹⁵⁸ Ibid., p. 215.

por exemplo, o da arquitetura. Nele, a autora, além de depreciar o Movimento Neocolonial, chamando-o de “cópia cujo efeito era evocar o passado”,⁹⁵⁹ defende, ainda, que uma arquitetura moderna só foi introduzida no Brasil a partir do contato dos modernistas cariocas com o arquiteto francês Le Corbusier, sem levar em conta experiências como a de Gregori Warchavchik, em São Paulo, ou a de Luiz Nunes, no Recife.

Tanto *Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória* quanto *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil* são obras que foram escritas para validar a versão oficial dos fatos. Versão esta que eleva o Sphan ao papel de um grande inventor da proteção do patrimônio no país, por meio de ações impetradas a partir da suposta genialidade dos intelectuais filiados ao movimento modernista. Ambos os textos fortalecem mitos fundadores e divulgam uma versão dos fatos que foi aceita acriticamente por boa parte de uma geração de pesquisadores que buscou se dedicar ao tema da preservação no país. Uma versão que também foi fortalecida através de outras publicações, oficiais ou não, marcando também uma geração de trabalhos que se voltaram a esse tema. Lélia Coelho Frota é um desses autores. Na introdução de *Mário de Andrade: cartas de trabalho*,⁹⁶⁰ chamada *Mário de Andrade: uma vocação de escritor público*, publicado no ano seguinte ao livro *Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, Coelho Frota vê no trabalho realizado pelo paulista “um dos objetivos fundamentais do Movimento Modernista”, que seria a “atualização da inteligência brasileira”,⁹⁶¹ só atingida através do trabalho desenvolvido por intelectuais como ele e Rodrigo Mello Franco de Andrade. Coelho Frota ainda defendeu que o Sphan e o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo eram “indissociáveis na formulação das políticas culturais do cofundador de ambas as instituições”.⁹⁶² Mário foi, então, elevado ao papel de cofundador em ambos os órgãos, sendo que, como já vimos, do seu projeto para o Span quase nada

⁹⁵⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005, p. 91.

⁹⁶⁰ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981.

⁹⁶¹ FROTA, Lélia Coelho. *Mário de Andrade: uma vocação de escritor público*. ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 22.

⁹⁶² Ibid., p. 27.

foi aproveitado no Sphan. A construção de um papel de destaque pra Mário, naquele momento, passa inclusive por comentários como o seguinte:

Foi efetivamente cumprida a vontade do escritor pela sua família, doando-se ao Sphan “a capela de Santo Antônio com sua paisagem”, conforme determinado por ele, numa previsão dos preceitos para facultar a boa visibilidade dos monumentos, adotados pela UNESCO anos mais tarde.⁹⁶³

Ora, convém lembrar que a preservação da ambiência de edificações históricas é um dos pontos chave levantados pelo Artigo 18 do decreto-lei n.º 25. Esse artigo prevê que, sem a prévia autorização do Sphan, estava vedada, na vizinhança do bem tombado, uma construção que lhe impedisse ou reduzisse a visibilidade, preceito este também presente em outros documentos, a exemplo da Carta de Atenas, de 1931, um dos textos que influenciou Rodrigo na elaboração do seu projeto legislativo. Mário estava sendo exaltado por ideias que não eram suas e estava sendo elevado, naquele momento, a um grande papel de destaque dentro do Sphan, papel este que, possivelmente, ele não teve. A construção dessa sua importância dentro do Serviço foi uma construção da historiografia do órgão, iniciada a partir dos anos 1980. Lélia Coelho Frota, ainda se referindo ao Sítio Santo Antônio, chega a apagar a presença de outros intelectuais que participaram da construção do campo patrimonial brasileiro, mas que não se vincularam ao movimento modernista, como podemos perceber quando ela comenta que

A primeira notícia que Mário nos dá do Sítio de Santo Antônio data dos anos rápidos, quando era o Assistente Técnico da 6.ª Região do Sphan. O sítio fora descoberto por Washington Luís e revisitado por Paulo Duarte e João Batista de Campos Aguirre nas pequenas excursões a que Mário faz referência na carta de 27.9.36.⁹⁶⁴

Já vimos, na introdução deste trabalho, que o arquiteto Ricardo Severo teve um papel importante na “descoberta” dessa edificação, papel este apagado por Frota neste comentário ao afirmar que Mário “foi o primeiro a divulgar em extenso artigo”⁹⁶⁵ o edifício, ignorando, intencionalmente ou não, o texto elaborado por Ricardo Severo e publicado na Revista *A Cigarra*, em de 31 de março de 1916. Coelho Frota ainda chega a defender uma “longa colaboração com o Serviço do Patrimônio”, mas esta atuação não é revalidada à medida que vemos o tímido

⁹⁶³ FROTA, Lélia Coelho. Mário de Andrade: uma vocação de escritor público. ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 34.

⁹⁶⁴ Ibid., p. 33.

⁹⁶⁵ Ibid., p.35

desempenho que ele teve após a sua saída da representação regional, em 1938, e para onde retornou, em 1941, permanecendo até a sua morte, em 1945. Autora alinhada com Coelho Frota, Marisa Veloso destaca que a atuação de Mário no Sphan foi

marcada por uma dinâmica inconteste, em que se sobressai a minuciosa pesquisa que realizou sobre o padre Jesuíno do Monte Carmelo (...) e o detalhado mapeamento inicial – para efeito de tombamento das obras arquitetônicas em todo o estado.⁹⁶⁶

Veloso vê a atuação de Mário no Sphan de forma ininterrupta, desconsiderado que, no seu período de autoexílio no Rio de Janeiro, entre 1938 e 1941, Mário não trabalhou para o Serviço, estando lotado no Instituto Nacional do Livro, dirigido por Augusto Meyer, e trabalhando no anteprojeto do plano básico da *Enciclopédia Brasileira*. Em uma carta de 2 de julho de 1940, Mário chegou a solicitar a Capanema uma transferência para o Sphan, que só aconteceu no ano seguinte, quando ele voltou a morar na sua cidade natal. Com o retorno à representação regional do Sphan em São Paulo, Mário levou do Rio duas incumbências de Rodrigo Mello Franco: “destrinçar em fichas os ‘Inventários e Testamentos’ e fazer uma monografia sobre o padre Jesuíno do Monte Carmelo”.⁹⁶⁷ A pesquisa nos inventários e testamentos tinha por objetivo identificar artistas e artífices que haviam atuado na região de São Paulo. Quanto ao texto acerca do padre Jesuíno do Monte Carmelo, publicado, postumamente, pelo Sphan, ao longo da sua elaboração, Mário recebeu diversas críticas de Luís Saia, que dizia que o trabalho era literário demais, como está evidenciado na troca de cartas entre Mário e Rodrigo ocorrida nos anos 1940. Já em relação ao mapeamento dos edifícios a serem tombados, citados acima por Veloso, já vimos aqui que, das cerca de noventa edificações comentadas por Mário em seu relatório, poucas chegaram a ser efetivamente tombadas, uma parte delas somente após a morte do escritor, em 1945, havendo ainda casos em que os bens indicados por ele só foram tombados anos depois, por sugestões de outras pessoas, como foi o caso do Sobradão do Porto, em Ubatuba. Não se pode dizer que essa pouca preferência tenha sido em função das indicações feitas por Mário de Andrade estarem mais vinculadas à sua

⁹⁶⁶ VELOSO, Mariza. O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 336.

⁹⁶⁷ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 137.

visão de patrimônio, externada no projeto do Span, muito pelo contrário. Quando Mário recomendou o que deveria ser tombado no estado, ele o faz em consonância com a mentalidade então vigente no órgão, de valorização da arquitetura do período colonial, em detrimento de outros períodos e de outras manifestações da cultura brasileira.

Em Mariza Veloso, assim como em diversos outros autores, ainda há uma insistência na visão de que o anteprojeto do Span foi o mito fundador do Sphan. Uma versão dos fatos que não encontra bases nem nas falas de Rodrigo Mello Franco de Andrade. Este, na palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia, em 27 de setembro de 1939, elencou os vários textos que lhe serviram de base para a escrita do que veio a se tornar o decreto-lei n.º 25.

A legislação estabelecida pelo atual governo a este respeito não foi uma iniciativa originada de sugestão momentânea, partida de qualquer personalidade mais ou menos influente junto aos poderes públicos: foi um ideia longamente amadurecida em nosso meio. Nas coleções antigas de jornais e revistas, nos anais do parlamento nacional e das assembleias legislativas dos estados, nas atas de sessões dos institutos históricos e culturais, encontra-se a prova do empenho e da insistência com que se pleiteou no país a adoção de medidas adequadas à defesa permanente de nossa patrimônio de arte e história.⁹⁶⁸

Clara Emília Malhano também está em sintonia com essa historiografia oficial e vê na figura de Mário de Andrade o formulador do Sphan defendendo, por exemplo, que o anteprojeto do Span foi a base para o decreto-lei, e não um de vários documentos, como já detalhamos aqui. Malhano ainda diz que “além de autor do anteprojeto que deu base para a elaboração do decreto-lei n.º 25”, Mário “colaborou na implantação do Sphan em nível nacional”.⁹⁶⁹ Também não conseguimos, em momento algum, identificar uma atuação de Mário de Andrade em nível nacional, embora o escritor tenha recomendado alguns representantes regionais, que foram acatados por Rodrigo, e tivesse um bom conhecimento do patrimônio presente em outras regiões do país. Na grande maioria das vezes, sua colaboração com Sphan foi restrita ao estado de São Paulo e não encontramos, por exemplo, recomendações suas para tombamentos em outros estados, como Luís Saia o fez. A dinâmica da atuação de Mário nessa representação regional é relatada por ele próprio em uma carta, de 22 de outubro de 1941, enviada ao Diretor do Serviço, na

⁹⁶⁸ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 50.

⁹⁶⁹ MALHANO, Clara Emília S. M. B. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920-1945*. Rio de Janeiro: Lucerna, FAPERJ, 2002, p. 121.

qual ele descreve o cotidiano das suas atividades na representação paulista do órgão federal.

Meu regime de trabalho é o seguinte: compareço diariamente no Sphan na primeira hora de serviço, onde auxilio o expediente do Saia quando este julga necessário me consultar sobre qualquer serviço. Às vezes, quando solicitado, vou com ele nas pequenas viagens de serviço, aqui pelos arredores. Quando não sou necessário, volto para casa continuar aqui meu trabalho, ou nos institutos onde faço pesquisa.⁹⁷⁰

Através deste relato, vemos um cotidiano de trabalho bem tranquilo e pouco exigente, e não conseguimos identificar no trabalho de Mário no Sphan, após 1938, uma “dinâmica inconteste”,⁹⁷¹ como dito por Mariza Veloso. Com a extinção do Departamento de Cultura, pela Prefeitura de São Paulo, Mário insistiu, sem sucesso, com Capanema para que este incorporasse as funções do Departamento ao recém-criado Sphan. Durante o seu autoexílio, vemos que ele pediu ao Ministro da Educação um posto no Sphan que só conseguiu quando retornou a São Paulo, em 1941, em muito graças à forte amizade que manteve com Rodrigo. No entanto, Mário voltou não mais como o representante regional, mas sim sendo chefiado pelo seu antigo aprendiz, e nos pareceu ter tido uma atuação muito tímida e de pouca projeção no cotidiano do Serviço. O depoimento da museóloga Lygia Martins Costa nos dá uma outra dimensão acerca de um, suposto, protagonismo de Mário de Andrade nos anos iniciais do Sphan.

Percebi que vocês colocaram uma certa ênfase no Mário de Andrade. Acontece que a minha geração não vê o Mário de Andrade como a geração de vocês. Quando entrei para Patrimônio, não falávamos do Mário de Andrade como autor do projeto de criação do Sphan, pois o plano que ele fez, em 1936, a pedido do ministro Capanema, não foi significativo para o Patrimônio. (...) As ideias do Mário de Andrade sobre arte popular, sobre antropologia, foram um elemento enriquecedor para o projeto. Mas tudo o mais veio do Dr. Rodrigo e da equipe dele (Prudente de Moraes Neto e Afonso Arinos trabalharam com ele antes da formação da equipe de arquitetos). Grande contribuição de Mário de Andrade para o patrimônio foi ter-nos trazido o Luís Saia, que novo, inteligente e responsável, havia participado da famosa expedição do Mário de Andrade, logo no princípio daquelas viagens ao Nordeste, no registro de nossa arte tradicional e folclore.⁹⁷²

Mário de Andrade, no entender da geração que trabalhou no órgão federal de preservação antes da década de 1980, aparentemente, era mais um dos

⁹⁷⁰ ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981, p. 137.

⁹⁷¹ VELOSO, Mariza. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 336.

⁹⁷² MARTINS COSTA, Lygia. Entrevista-depoimento. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.31. 2005, p. 275-276.

funcionários do Serviço, sem os grandes méritos que foram incorporados a sua figura a partir daquela década. Após Mário de Andrade ter elaborado um dos documentos que serviram de base para Rodrigo Mello Franco de Andrade escrever o texto que se tornou o decreto-lei n.º 25, e ter colaborado como representante do Sphan em São Paulo, em 1937, não vemos mais uma grande atuação do escritor paulista no órgão. A exaltação dele com um dos grandes intelectuais fundadores da instituição foi um processo deliberado, ocorrido a partir dos anos 1980, e não se confirma quando analisamos a sua rotina de trabalho no Sphan após o retorno a São Paulo, em 1941. Para Márcia Chuva.

A insistente recorrência figura de Mário de Andrade como fundador das práticas de preservação cultural no Brasil parece estratégica: ela empresta forte carga simbólica e concede legitimidade a todos que pleiteiam parte de sua herança (...) No entanto, essa *memória histórica* tem obscurecido as tensões que historicamente caracterizaram o campo do patrimônio cultural. Sem dúvida, a versão oficial de 1980 foi produzida num certo contexto de lutas, as quais devem ser compreendidas, de modo a ultrapassar o anacronismo que, para demonstrar a pertinência da filiação com Mário de Andrade na constituição dessa trajetória, forjou uma linha de continuidade histórica, obscurecendo a complexidade e os antagonismos presentes naquele âmbito político.⁹⁷³

Mário de Andrade foi uma figura de influência inegável para aquela geração de intelectuais, no entanto, essa sua influência, assim como a diversidade e a riqueza das suas ideias, não foram incorporadas nas práticas do Sphan, como já exemplificamos aqui. Silvana Rubino defende que o que não coube do pensamento andradeano no Sphan, naquele momento, acabou se transformando na Funarte, anos depois, e, da mesma forma que ela, podemos dizer que, em relação à construção do campo patrimonial no país, “não houve o monopólio dos modernistas. Talvez tenha sido deles, contudo, o monopólio da versão dos fatos, das publicações, da ocupação do espaço intelectual”.⁹⁷⁴ A uniformidade que a historiografia oficial tenta imprimir a respeito desse momento da trajetória das ações de preservação do patrimônio no país, obscurece toda a diversidade de pensamentos, tensões e posições que o campo do patrimônio brasileiro teve em seus anos iniciais, ofuscando a complexidade do processo. A história da preservação do patrimônio no país foi uma história contada pelo próprio órgão federal que cuida da questão e que, por diversas razões, buscou exaltar os seus próprios méritos. Os modernistas além

⁹⁷³ CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.34. 2011, p. 148-149.

⁹⁷⁴ RUBINO, Silvana. A memória de Mário. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.30. 2002, p. 153.

de serem os artificios do atual órgão de preservação, também foram responsáveis pela sua consagração na historiografia. Para Marcelo Moreschi, o modernismo brasileiro, “como categoria crítica e historiográfica, pode ser considerado uma obra dos próprios modernistas e talvez a maior delas”,⁹⁷⁵ uma análise na qual podemos traçar paralelismos também com a historiografia do Sphan.

A façanha auto-historiográfica modernista não apenas requisitou um lugar especial para o movimento na história da literatura brasileira; ela reivindicou também uma completa refacção dessa história de modo a dar ao “modernismo” um papel crucial e indispensável nela.⁹⁷⁶

Moreschi parte a sua análise a partir de um conselho dado por Antonio Candido a Oswald de Andrade na nota introdutória do livro *Um homem sem profissão*, publicado por Oswald, em 1954. Segundo Moreschi, neste texto, Candido defendeu alguns fundamentos que guiaram a historiografia do Movimento Modernista. Tal conselho revelaria uma característica marcante dos esforços iniciais de historicização do Movimento: “a proximidade pessoal entre os escritores em vias de serem transformados em canônicos e os críticos em grande parte responsáveis por tal canonização”.⁹⁷⁷ Uma ideia que também foi defendida por Annateresa Fabris, quando ela afirma que

boa parte do que conhecemos do Modernismo foi produzida por seus protagonistas e por uma geração de críticos e historiadores empenhados na defesa da causa da arte moderna que frequentemente esposou as razões da primeira hora sem contestá-las ou questionando-as muito timidamente.⁹⁷⁸

Marcelo Moreschi ainda defende que o sucesso do Movimento Modernista na historiografia tem razões muito específicas, como, por exemplo, o papel desenvolvido, por muitos deles, na criação e direção das muitas instituições que lidaram com temas culturais ao longo do Estado Novo, sendo que “a história triunfalista do modernismo não é uma descrição dos seus feitos, mas uma obra para cuja escrita os modernistas contribuíram ativamente”.⁹⁷⁹ Esse empenho, em muito, era advindo da proximidade afetiva que esses críticos e historiadores tinham com os

⁹⁷⁵ MORESCHI, Marcelo Seravali. A façanha auto-historiográfica do modernismo brasileiro (Brazilian Modernism as an Auto-historiographical Avant-Garde). Tese (Doctor of Philosophy in Hispanic Languages and Literatures) University of California, Santa Barbara, 2010, p. 6-7.

⁹⁷⁶ Ibid., p. 7.

⁹⁷⁷ Ibid., p. 31.

⁹⁷⁸ FABRIS, Annateresa. Modernidade e Vanguarda: o caso brasileiro, in: FABRIS, Annateresa (org.). *Modernidade e Modernismo no Brasil*, Campinas, Mercado de Letras, 1994, p. 9.

⁹⁷⁹ MORESCHI, Op. cit., p. 51-52.

seus objetos de crítica e estudo, questão que se escancara quando tratamos da historiografia do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além dessa historiografia ter sido iniciada pelo seu primeiro Diretor, e um dos idealizadores do órgão, ela seguiu, ao longo dos anos, repetida e corroborada pelos intelectuais modernistas vinculados ao Serviço, sendo absorvida de forma acrítica, também, por muitos dos seus técnicos, incluso aí os historiadores, que fizeram parte da instituição ao longo do tempo.

Ao tratar de Mário de Andrade, Moreschi defende que ele desenvolveu um modo de atuação auto-historiográfica brilhante, presente em diversos registros, produzidos de forma dispersa, a partir do final da década de 1930, e tem seu auge na conferência *O Movimento Modernista*, realizada, em 1942, no Palácio do Itamaraty. Tal conferência é vista pelo autor como “o esboço de uma história da cultura nacional” feito “com a finalidade de apresentar uma história triunfalista do movimento modernista”.⁹⁸⁰ Foi nesta conferência onde Mário falou coisas como “o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador, e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional”,⁹⁸¹ “éramos gloriosos de antemão”,⁹⁸² e que os modernistas puseram em relevo e sistematizaram “uma ‘cultura’ nacional”.⁹⁸³ Para Moreschi

Encarar a auto-historiografia como obra modernista faz com que seja possível se livrar de certas postulações e operações que são necessárias para a sua articulação, mas limitadas e mesmo rançosas quando admitidas como fórmulas crítico-historiográficas válidas para além da invenção de que participam eficazmente.⁹⁸⁴

Essa postura deve ser relacionada, também, quando estudamos a trajetória da preservação no país, uma vez que a particularidade do Movimento Modernista no Brasil em ter sido o responsável pela escrita da sua própria história “de modo a historicizar suas atividades de modo triunfalista”,⁹⁸⁵ é uma questão que se projeta também para a construção da historiografia acerca da preservação no país. A

⁹⁸⁰ MORESCHI, Marcelo Seravali. A façanha auto-historiográfica do modernismo brasileiro (Brazilian Modernism as an Auto-historiographical Avant-Garde). Tese (Doctor of Philosophy in Hispanic Languages and Literatures) University of California, Santa Barbara, 2010, p. 346.

⁹⁸¹ ANDRADE, Mário de. *O Movimento Modernista*. *Cadernos Ultramares*, n. I, Oca editorial, 2018, p. 15.

⁹⁸² *Ibid.*, p. 28.

⁹⁸³ *Ibid.*, p. 46.

⁹⁸⁴ MORESCHI, Op. cit., p. 352.

⁹⁸⁵ *Ibid.*, p. 52.

historiografia oficial adotada pelo órgão federal de preservação, de forma geral, descreve suas ações como pioneiras e genuinamente iniciais, ao passo que reduz uma complexa emergência de ideias preservacionistas, nas mais diversas regiões do país, envolvendo as mais diversas figuras, em meros elementos antecipadores, ou prenunciadores, da grande obra “de interesse indiscutivelmente nacional”,⁹⁸⁶ nas palavras de Rodrigo Mello Franco de Andrade, que foi a criação do Sphan na segunda metade da década de 1930. O que foi pensado e produzido antes do Sphan, quando mereceu ser mencionado, passou, a partir do momento em que o órgão decidiu escrever a sua própria história, a ser lido sob o seu paradigma.

Embora a historiografia oficial busque passar a imagem de que o Sphan surgiu a partir de um grupo coeso de intelectuais engajados na causa, percebe-se que a criação do Serviço foi fruto de uma disputa ocorrida entre as mais diversas visões de patrimônio que circulavam nos meios intelectuais brasileiros daquela primeira metade do século XX. Com a ascensão de Gustavo Capanema na Era Vargas, a organização de um órgão federal que cuidasse do patrimônio no país foi entregue nas mãos de um grupo de intelectuais mineiros, os quais Capanema conhecia muito bem. Esses intelectuais tinham seus próprios anseios em relação à questão preservacionista e viam as cidades históricas de Minas Gerais como “o cenário mais importante de nossa história colonial e de quase todo o passado histórico do país”,⁹⁸⁷ para usar as palavras de Rodrigo Mello Franco de Andrade. A elite intelectual paulista, que tinha um projeto cultural próprio para o país, não foi incumbida da missão de cuidar do patrimônio do país, como eles próprio desejaram, ainda que Mário de Andrade tenha sido convidado a elaborar o anteprojeto do Span. Walter Lowande defende que, dentro do Sphan,

os grupos “cariocas” e “mineiros” eram vistos com simpatia pelo governo de Vargas, ao contrário do grupo de Mário de Andrade, que se ligava a interesses políticos diametralmente opostos aos que se consolidariam com o Estado Novo.⁹⁸⁸

⁹⁸⁶ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 28.

⁹⁸⁷ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Entrevista com Rodrigo Melo Franco de Andrade. *O Diário*, Belo Horizonte, 12 jul. 1940.

⁹⁸⁸ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Uma história transnacional da modernidade: produção de sujeitos e objetos da modernidade por meio dos conceitos de civilização e cultura e do patrimônio etnográfico e artístico. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2018, p. 416.

Não se pode, portanto, dizer que o Sphan surgiu de maneira pacífica, pelo contrário, sua criação foi repleta de conflitos, que se deram, também, na estrutura interna do próprio Ministério da Educação, entre o grupo de intelectuais capitaneado por Rodrigo de Mello Franco e Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional. Como já comentamos, a gestação do Sphan pelo grupo de intelectuais modernistas se deu em paralelo às ações impetradas por Barroso através da Inspetoria criada no Museu Histórico Nacional, gerando uma ruptura entre o grupo que idealizou e comandou o Sphan e o diretor do Museu Histórico. Segundo Chuva,

Essa ruptura só se torna compreensível a partir de uma análise das posições tomadas pelos agentes que se destacaram nesse processo, cujas disputas jamais foram explicitadas no decorrer dos acontecimentos como estratégias de silenciamento adotadas pelo grupo que articulava o Sphan.⁹⁸⁹

O tom apaziguador adotado por Capanema na sessão inaugural do Conselho Consultivo, dando um ar de continuidade entre as ações da Inspetoria e as que seriam levadas adiante pelo Sphan, bem como a presença de Barroso ali, atuando efetivamente como conselheiro, seja participando das reuniões, seja relatando processos de tombamento, porém, nunca publicando na *Revista do Sphan*, talvez, tenha sido uma dessas estratégias de silenciamento adotadas pelo grupo de modernistas que articulava em torno do Sphan. As animosidades entre o grupo do Sphan e os outros intelectuais que militavam na questão da preservação do patrimônio no país, como Barroso e José Marianno Filho, chamados pelos modernistas, pejorativamente, de “tradicionalistas”, não paravam por aí. Daryle Williams destaca que esses atritos se evidenciaram, mais ainda, em relação à questão da construção do Grande Hotel em Ouro Preto, quando Carlos Leão teve a sua proposta, de tendências neocoloniais, recusada em favorecimento ao projeto, de inspirações modernistas, de Oscar Niemeyer, numa jogada que foi inteiramente articulada por Lucio Costa. Carlos Leão foi um dos primeiros colaboradores contratados por Rodrigo para formar a área central do Sphan, no Rio de Janeiro, assumindo também um lugar no Conselho Consultivo, o qual abandonou, em forma de protesto, após ter seu projeto preterido pelo de Niemeyer.

Uma questão que também é muito recorrente é o discurso que categoriza a produção dos intelectuais modernistas como superior a dos seus concorrentes,

⁹⁸⁹ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p.127

como defende, por exemplo, Lauro Cavalcanti,⁹⁹⁰ sendo esta a razão da sua vitória e, conseqüentemente, o afastamento dos intelectuais “tradicionalistas” de postos decisivos no governo. Aline Magalhães coloca que uma possível causa para o afastamento de Barroso das questões de preservação não foi uma, suposta, baixa qualidade na sua produção, mas a queda do seu prestígio após o fracasso do Golpe Integralista, além do próprio distanciamento que ele tinha dos intelectuais ligados a Gustavo Capanema, muito em função da sua própria visão do que seria o patrimônio nacional, que não se coadunava com a dos modernistas. Marcia Chuva, no entanto, ainda lembra que

Barroso, a despeito de não pertencer ao grupo que se tornou hegemônico em torno de Capanema, mantinha estreitas relações com Vargas. Este enviava regularmente peças para o MHN, cuja exposição permanente foi reinaugurada em 1940, com a presença de Vargas e Capanema.⁹⁹¹

Barroso foi quem primeiro questionou a versão dada pelo Sphan da trajetória das ações de preservação do patrimônio no país. No artigo *A força de Tiradentes*, publicado no jornal carioca *A manhã*, em 30 de junho de 1942, o diretor relatou alguns dos passos dados para a criação da Inspetoria de Monumentos, assim como algumas obras desenvolvidas por ela. Talvez já prevendo um certo esquecimento dessas ações, Barroso defendeu que o futuro faria justiça “a todos quantos patrioticamente trabalham por proteger do vandalismo dos homens e dos estragos do tempo esse patrimônio espiritual objetivado em pedra”,⁹⁹² reconhecendo que

A Inspetoria de Monumentos foi simples esboço do que se devia fazer para a defesa de nossos monumentos. Sucedeu-lhe em boa hora o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entregue à capacidade de Rodrigo de Melo Franco. Graças aos meritórios esforços desse ilustre brasileiro completou-se o trabalho iniciado por aquela Inspetoria.⁹⁹³

Esse tom amigável do texto, no entanto, não perdurou e, com o seu isolamento nas dependências do Museu Histórico Nacional, Barroso criou, assim como já havia feito o Sphan, um espaço discursivo para a propagação das suas ações e ideias, os *Anais do Museu Histórico Nacional*. Foi no quinto volume dos

⁹⁹⁰ Ver CAVALCANTI, Lauro. Encontro moderno: volta futura ao passado. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995, p.41-53; CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do Belo*. Rio de Janeiro: Taurus editora, 1995; e CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: Editora URFJ - MinC/IPHAN, 1993.

⁹⁹¹ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 132.

⁹⁹² BARROSO, Gustavo. A força de Tiradentes. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1942.

⁹⁹³ Ibid..

Anais, referente ao ano de 1944, porém, só publicado em 1955, que Barroso, dramaticamente, mudou de tom.

Já é tempo do Museu Histórico Nacional documentar, para conhecimento público e perpétua memória da verdade, sua constante e devota atenção na defesa do patrimônio histórico e artístico do país e no culto de sua tradição. Da diretoria do Museu partiu a ideia de defender os nossos monumentos tradicionais; por ela durante anos seguidos se bateu o seu diretor e, depois de ter criado o órgão encarregado dessa, de 1934 a 1937 o *dirigiu gratuitamente*.⁹⁹⁴

Barroso talvez estivesse querendo imprimir em si uma marca de profunda dedicação à causa da preservação de monumentos quando, insistentemente, afirmava que não recebeu nada a mais nos seus pagamentos pelo trabalho tanto de acompanhar as obras de Ouro Preto, no final da década de 1920, quanto por assumir o cargo de Inspetor de Monumentos. Nesta edição dos *Anais* está compilada, praticamente, toda a documentação existente no Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional a respeito da ação da Inspetoria de Monumentos, com os textos escritos por Barroso sobre esse departamento do museu, além de um dossiê com artigos de jornal, correspondências, orçamentos e relatórios sobre as obras de conservação de monumentos realizadas pela Inspetoria em Ouro Preto. É importante destacar que, quando da publicação desta edição dos *Anais*, em 1955, o Sphan já tinha iniciado um processo de construção de uma historiografia da preservação no país, processo este, vemos agora, que foi questionado por Barroso ao não se ver contemplado nessa trajetória. Aline Magalhães destaca que, nesse volume dos *Anais*,

Todas as suas páginas foram escritas numa atmosfera de ressentimento, pois Barroso parecia se sentir injustiçado por ter suas iniciativas ignoradas, diante da vitória modernista na área da cultura e educação. Por isso, dedicou um volume inteiro dos *Anais* à lembrança de suas atividades, sendo bastante contundente em suas críticas e reivindicações.⁹⁹⁵

No texto que abre a edição dos *Anais*, chamado *Documentação da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil*, Barroso defendeu que a Inspetoria de Monumentos Nacionais foi a responsável pela restauração de “quase todos os templos, pontes e chafarizes tradicionais de Ouro

⁹⁹⁴ BARROSO, Gustavo. Documentação da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. V, 1944, p. 5.

⁹⁹⁵ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 57.

Preto”,⁹⁹⁶ e nesse sentido é que o Diretor do Museu fez críticas ao *Guia de Ouro Preto*, de autoria de Manuel Bandeira, publicado pelo Sphan, em 1938. O texto de Bandeira traz uma série de informações sobre os monumentos históricos da antiga Vila Rica, mencionando, inclusive, as intervenções de recuperação dessas estruturas realizadas nos últimos anos, informações estas que foram questionadas pelo Diretor do Museu ao afirmar, num tom um tanto quanto rancoroso, que

Essas notícias, apesar de incompletas e de atribuírem somente ao Engenheiro Epaminondas de Macedo, sem nenhuma referência a quem de fato planejara e dirigira as obras, confirma o vulto dos trabalhos realizados pela Inspetoria de Monumentos, dirigida pelo Dr. Gustavo Barroso e fruto unicamente dos seus esforços pessoais, o que esta exaustiva documentação comprova de modo cabal e definitivo.⁹⁹⁷

Epaminondas de Macedo, como já vimos, foi incorporado ao Sphan tão logo possível, sendo o primeiro representante regional do Serviço em Minas Gerais. Talvez, o *Guia*, ao fazer menções, apenas, à sua atuação nas obras na cidade, seja tanto uma tentativa de Bandeira em enaltecer a qualidade do corpo técnico do Sphan, já que Macedo agora trabalhava para o Serviço, quando uma estratégia de apagamento da vinculação de Barroso à questão das intervenções feitas em Ouro Preto. Uma estratégia, efetivamente levada à cabo pelo Sphan quando este, por exemplo, desfez muitas dessas intervenções da Inspetoria na cidade além de ter removidos todas as placas postas por Barroso nos monumentos históricos recuperados, que demarcavam uma atuação da Inspetoria do Museu Histórico Nacional. Estratégia de apagamento violenta que também foi denunciada por Barroso.

Quando a Inspetoria de Monumentos Nacionais foi extinta em 1937, último ano em que trabalhou, entregou ao órgão que lhe sucedeu, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a cidade de Ouro Preto inteiramente restaurada nas suas igrejas, capelas, pontes e chafarizes, todos eles jorrando novamente água como nos tempos coloniais. Essa água, depois desapareceu da maioria deles, misteriosamente, bem como as placas que assinalavam a autoria das recomposições efetuadas, como, por exemplo, a da ponte dos Contos ou de S. José e a do chafariz do Passo de Antônio Dias.⁹⁹⁸

Dentre as intervenções feitas pelo Sphan em Ouro Preto, no intuito de apagar as ações da Inspetoria, talvez, a mais polêmica tenha se dado na Capela do Padre Faria, nome mais conhecido da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens

⁹⁹⁶ BARROSO, Gustavo. Documentação da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. V, 1944, p. 5.

⁹⁹⁷ BARROSO, Gustavo. O que diz o Guia de Ouro Preto. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. V, 1944, p. 169.

⁹⁹⁸ BARROSO, Gustavo. Execução dos serviços. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. V, 1944, p. 125-126.

Branços, edificação erguida no início do século XVIII, e sobre a qual Barroso escreveu:

De todas as capelas é a que está mais bem conservada, recebeu há pouco tempo uma série de concertos, com pintura e restauração em suas peças de cantaria. Graças ao cuidado que alguém tomou em guardar diversos elementos que caíam aos pedaços, fácil foi, pois, a restauração. É uma igreja de detalhes ornamentais impressionantes ~~e com arquitetura definida~~ [riscado no original].⁹⁹⁹

Marcia Chuva cita uma correspondência enviada pelo representante do Sphan em Minas Gerais, Sylvio de Vasconcellos, em 1945, onde este relata ter encontrado uma foto antiga da Capela do Padre Faria. Em tal foto se percebe um frontão recortado na edificação, que hoje possui um simples arremate com uma fiada de telhas, crendo que a alteração havia sido realizada por Epaminondas de Macedo, porém sem saber se a mando do Sphan ou da Inspetoria. A tal dúvida acerca da autoria da intervenção, e de uma possível restituição do elemento suprimido, se “revolveu”, de forma tendenciosa, com um parecer de Lucio Costa, de 1951, onde o arquiteto isenta o Sphan daquela interferência.

Não vejo vantagem no restabelecimento do antigo frontão uma vez que ele já não correspondia ao estilo original da capela (...) Foi desacertada a remodelação levada a cabo por iniciativa da antiga Inspetoria de Monumentos, mas também não parece compensadora a tarefa de repor a fachada no seu antigo estado, porquanto também não era a original.¹⁰⁰⁰

No entanto, Barroso acusava o Sphan pela supressão do frontão, chegando a publicar, na edição dos *Anais do Museu* dedicada à Inspetoria, fotografias da capela após a intervenção ali realizada por ele, mostrando que o frontão recortado permaneceu. A documentação da Inspetoria de Monumentos presente no Arquivo do Museu Histórico, também não apresenta nenhuma menção à remoção de tal elemento nos relatórios enviados por Epaminondas de Macedo ao Diretor do Museu. A tal imagem antiga da igreja, mostrando esse frontão recortado e que foi descoberta por Sylvio de Vasconcelos, em 1945, está reproduzida no livro de Márcia Chuva¹⁰⁰¹ e creditada como pertencente ao Arquivo Central do Iphan. Esta é exatamente a mesma fotografia que está reproduzida no livro de Aníbal Mattos,¹⁰⁰² publicado em 1935. Já as fotos da capela que aparecem nos *Anais do Museu*

⁹⁹⁹ Pasta Inspetoria de Monumentos, p.83. Arquivo Institucional. Museu Histórico Nacional.

¹⁰⁰⁰ COSTA, Lucio apud CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 133.

¹⁰⁰¹ CHUVA, op. cit., p. 133.

¹⁰⁰² MATTOS, Aníbal. *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Edições Apollo, 1935, p. 272.

Histórico, embora representem o mesmo momento da edificação, são diferentes, feitas a partir de um outro ângulo. José Pessoa ainda nos apresenta uma terceira imagem da capela com o frontão recortado, esta com as janelas do coro diferentes, datada do século XIX e também creditada ao Arquivo Central do Iphan. No entanto, como se percebe pelas diferenças nas janelas do coro, embora ambas as imagens retratem o frontão recortado da edificação, entre elas, houve uma intervenção, em data desconhecida, que alterou o desenho dessas janelas. Pessoa ainda defendeu que as transformações feitas na edificação foram de responsabilidade do Sphan, inclusive argumentando que a demolição do corpo lateral no edifício, “ocorreu, claramente, em razão da foto encontrada por Sylvio de Vasconcellos, já o frontão foi nitidamente uma opção tipológica”.¹⁰⁰³ A demolição deste corpo lateral, no entanto, ocorreu através de uma ação da Inspetoria, como mostra um relatório enviado por Macedo em 12 de janeiro de 1937.

Existe na capela do padre Faria, estando escondido por uma coberta entelhada, é o acesso ao púlpito por uma escadaria de cantaria exposta. Diante dessa observação, procedi a demolição desse puxado e pus em relevo um elemento de grande efeito nesta capela.¹⁰⁰⁴

Imagem 62 – Capela do Padre Faria, Ouro Preto, Minas Gerais, apresentada por Márcia Chuva e Aníbal Mattos.



Fonte: MATTOS, Aníbal. *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Edições Apollo, 1935, p. 272.

Imagem 63 – Capela do Padre Faria, Ouro Preto, Minas Gerais, apresentada por José Pessoa.



Fonte: PESSÔA, José. Entre o singelo monumentalizado e o simbólico Reflexões sobre o patrimônio cultural brasileiro. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 195.05, Vitruvius, ago. 2016.

¹⁰⁰³ PESSÔA, José. Entre o singelo monumentalizado e o simbólico Reflexões sobre o patrimônio cultural brasileiro. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 195.05, Vitruvius, ago. 2016.

¹⁰⁰⁴ Pasta Inspetoria de Monumentos, p.42. Arquivo Institucional. Museu Histórico Nacional.

Imagem 64 - Capela do Padre Faria, Ouro Preto, Minas Gerais, após a intervenção da Inspetoria de Monumentos.



Fonte: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. V, 1944, p. 161.

Imagem 65 - Capela do Padre Faria, Ouro Preto, Minas Gerais, após a intervenção do Sphan.



Fonte: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. V, 1944, p. 163.

Com exceção da obra feita pela Inspetoria de Monumento, em 1937, não nos foi possível identificar o ano exato das intervenções na Capela do Padre Faria, especialmente a primeira onde foram alteradas as janelas do coro. Esta intervenção, supostamente, ocorreu ainda no século XIX, como nos leva a crer a lei n.º 2892, de 6 de novembro de 1882, do Governo Provincial de Minas Gerais,¹⁰⁰⁵ que dispôs sobre a receita do ano de 1884, onde vemos uma rubrica, dentro do parágrafo de obras públicas, que previu 500\$000 para obras na referida igreja, ação que se repetiu em outros anos naquela década. O que podemos afirmar, no entanto, é que a alteração no frontão foi realizada entre 1938 e 1945, ou seja, num momento em que a edificação já se encontrava sob os cuidados do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que tentou acusar Barroso de tê-la executado.

Gustavo Barroso foi o único que se opôs, naquele momento, à história que estava sendo contada pelo Sphan, evidenciando que a prática historiográfica do Serviço, de certa forma, despertou críticas em relação aos seus apagamentos intencionais, praticamente, desde que começou a ser escrita pelos mesmos intelectuais que idealizaram o órgão. Ainda que essas críticas tenham surgido de um dos personagens que participaram do processo de emergência de ideias preservacionistas no Brasil, Gustavo Barroso, e que teve o seu papel apagado pelo Serviço, isso não as invalida, muito pelo contrário, as fortalece, nos mostrando que

¹⁰⁰⁵ Esta lei está publicada no jornal *Liberal Mineiro*, em 6 de novembro de 1882.

os apagamentos acompanharam a trajetória do Sphan desde os seus primeiros anos, não sendo as invenções colocadas pelo Serviço uma prática recente da historiografia que trata do órgão federal de preservação do patrimônio brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historical preservation in Brazil was not invented *ex nihilo* in 1930. In the early years of the republic, a select number of intellectuals, architects, historical associations, and art historians made intermittent calls on the federal government to institute an official policy of preservation.

Daryle Williams, 2001¹⁰⁰⁶

Buscamos aqui neste trabalho repensar os termos como a historiografia tem tratado o assunto da emergência das ideias preservacionistas no Brasil. Nos pareceu que, ao contrário do que essa presente historiografia oficial do tema defende, a preservação do patrimônio no país não foi inventada *ex nihilo*, ou, como disse Carlos Drummond de Andrade, “tirada literalmente do nada a 19 de abril de 1936”,¹⁰⁰⁷ quando da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan. As movimentações em Institutos Históricos, as discussões e campanhas promovidas por intelectuais, das mais diversas vertentes, nas primeiras décadas do século XX, nos parecem ser as responsáveis pela emergência dessas ideias no cenário nacional. Também é bastante perceptível que os lugares onde houve grandes transformações urbanas, com o sacrifício de edificações e ambiências que remetiam a um passado nacional, como o Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, foram também os mesmos onde vieram à tona as primeiras discussões a respeito de perdas irreparáveis no patrimônio nacional advindas da chegada de um, suposto, progresso. Discussões estas causadas a partir de um sentimento que José Reginaldo Gonçalves, muito acertadamente, chamou de *Retórica da Perda*.¹⁰⁰⁸ Não nos parece, portanto, coincidência que onde houve um “bota-abixo”, houve também

¹⁰⁰⁶ A preservação do patrimônio no Brasil não foi inventada *ex nihilo* em 1930. Nos primeiros anos da República, um número seletivo de intelectuais, arquitetos, associações históricas e historiadores de arte fez apelos intermitentes ao governo federal para instituir uma política oficial de preservação [em tradução livre]. WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 91.

¹⁰⁰⁷ ANDRADE, Carlos Drummond. Rodrigo, em três crônicas. *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969. p. 27.

¹⁰⁰⁸ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2006.

uma emergência de discussões preservacionistas, que buscavam equipar o poder público com ferramentas institucionais que dariam conta de evitar que aquelas situações voltassem a se repetir.

As discussões a respeito da preservação desses bens, que tiveram início nas primeiras décadas do século XX, vieram envoltas numa onda de nacionalismo distinta daquela vista no século anterior. Se por um lado esse nacionalismo do século XIX focou em construir imagens para o passado da nação, por outro, ele não se preocupou diretamente com a proteção dos elementos edificados que, por exemplo, pudessem estar ligados à questão e também representar esse passado. As ações de preservação de um patrimônio no país, ainda que não edificado, até as primeiras décadas do século XX, estavam restritas à esfera dos museus criados até aquele momento. Os debates acerca da preservação de edificações históricas, só se consolidariam a partir dos anos 1910 e, apenas na década seguinte, assumiriam o status de propostas legislativas. Ainda foi nossa intenção aprofundar o debate nas iniciativas que tiveram um caráter oficial, que conseguiram, de alguma maneira, movimentar as estruturas políticas e administrativas do estado a agir em prol da preservação de edificações e objetos que estavam sendo vistos como detentores de valores nacionais, e foi em função disso que não nos aprofundamos no papel desempenhado por José Marianno Filho, o principal arauto do Movimento Neocolonial no país, embora tenhamos o entendimento de que esse foi o primeiro movimento de valoração da produção arquitetônica brasileira. Marianno Filho, tentou, inúmeras e infrutíferas vezes, que o governo federal agisse em prol da preservação de um patrimônio herdado do período colonial, e foi, sistematicamente, deixado de lado em diversas ocasiões. Embora muito já tenha se estudado sobre o papel do médico pernambucano em relação ao Neocolonial, ainda são necessários estudos sobre a forma como as suas ideias estão envolvidas com a questão da preservação efetiva de edificações históricas.

A ideia dos **experimentos** exercidos no cenário de emergência de ideias preservacionistas no Brasil, discutidas na primeira parte deste trabalho, buscou mostrar os pontos que foram ensaiados em três estados, Bahia, Pernambuco e São Paulo, que, de certa forma, estão presentes na prática adotada pelo Sphan a partir de sua criação, em 1936. Os intelectuais baianos tinham um entendimento de que os conjuntos arquitetônicos das cidades históricas deveriam ter um mesmo

tratamento de proteção que as edificações isoladas. Entendimento este evidenciado nas falas de José Wanderley de Araújo Pinho, nos inventários promovidos pela Inspetoria de Monumentos da Bahia e nos insistentes pedidos feitos por Godofredo Filho, representante do Sphan no estado desde 1936, a Rodrigo Mello Franco de Andrade, que buscaram tombar o centro histórico de Salvador. Um pedido que só se concretizou mais de vinte anos depois da sua primeira solicitação, feita em 1938.¹⁰⁰⁹ Embora Françoise Choay defenda que os centros urbanos só foram objeto de uma preocupação em questões preservacionistas a partir da segunda metade do século XX, especificamente depois da Carta de Veneza, de maio 1964, os primeiros tombamentos de centros históricos no Brasil se deram muito antes disso. Este é um caso onde as experiências estrangeiras, especialmente a francesa, tão recorrente nas menções dos intelectuais envolvidos com a emergência das questões patrimoniais no país, não foi uma referência para a questão. Se a experiência do Sphan, quando este tombou seis cidades históricas mineiras, em 1938, já antecedia essas discussões em um nível mundial, a sensibilidade mostrada pelos intelectuais baianos para com os centros urbanos antecede, ainda mais, a questão. Podemos perceber que, antes mesmo da criação do Serviço, já existiam, nas discussões brasileiras, duas dimensões que mostravam uma preocupação com o monumento isolado e outra com os conjuntos urbanos, evidências estas que foram, até então, desconsideradas pela historiografia oficial do tema.

Os experimentos feitos em Pernambuco na década de 1920 também se mostraram bastante frutíferos nas discussões nacionais e nas práticas adotadas pelo Sphan, quando da sua criação. A traumática destruição da casa grande do Engenho Megahype, em 1928, quando se mencionou a possibilidade de sua preservação, inseriu de vez, no tema da preservação, a importância de se assegurar a salvaguarda do bem a partir do primeiro momento de sua identificação. José Wanderley de Araújo Pinho, quando apresentou sua proposta de criação de um órgão nacional responsável pelo cuidado do patrimônio, apenas dois anos depois da destruição do edifício, esteve atento à questão e buscou garantir que os bens fossem preservados mesmo durante qualquer questionamento feito por parte do seu proprietário. Essa foi uma questão fundamental quando o Sphan começou sua

¹⁰⁰⁹ Foi somente a partir de 1959 que trechos do centro histórico de Salvador passaram a ser tombados pelo Sphan.

política de tombamentos, em 1938, e foi responsável por assegurar a preservação de diversas edificações onde houve a solicitação para que se impugnasse aquele tombamento proposto, como foi, por exemplo, o caso do primeiro processo aberto pelo Serviço no país, o relativo à Igreja Matriz de São Pedro, no Rio Grande do Sul. Da experiência em Pernambuco ainda veio aquela que, talvez, tenha sido a primeira obra de restauração feita em um edifício histórico utilizando-se de preceitos, hoje considerados clássicos, da teoria da conservação. As obras realizadas pela Inspetoria de Monumentos na Igreja da Madre Deus, em 1930, se mostram profundamente enraizadas pelos preceitos defendidos pelo arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. A obra guiada pelo Inspetor de Monumentos, Anníbal Fernandes, e proposta pelo arquiteto francês Georges Henry Munier se mostrou como uma evidente materialização desses preceitos ao concluir e alterar elementos da edificação, buscando deixá-la em uma situação ideal, que deveria ter existido, caso a edificação tivesse sido concluída a seu tempo. Estes preceitos foram também os mesmos adotados por Gustavo Barroso, quando dirigiu as primeiras experiências do Governo Federal na questão das intervenções em edificações históricas, através da Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional, na década seguinte. Prerrogativas também adotadas pelo Sphan nas intervenções que o Serviço executou já a partir dos seus primeiros anos e presentes, inclusive, em intervenções mais recentes.

Ainda na questão dos experimentos, o caso paulista também nos pareceu bastante inserido na emergência das discussões acerca da preservação no Brasil, uma vez que ocorreu em paralelo às ações de criação de um órgão federal que tinha uma mesma missão. A proposta de Paulo Duarte para a fundação de Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, por parte do Governo do Estado de São Paulo, evidencia diversas nuances a respeito de um projeto cultural hegemônico, daquela elite, para o país. A primeira delas, talvez seja a não vontade que os paulistas tinham de deixarem o seu patrimônio aos cuidados de um órgão nacional, quem sabe pela própria imagem que fizeram desse patrimônio, como pobre e desinteressante. Porém, a intenção, claramente, não era apenas esta, uma vez que a documentação nos mostra que, caso não houvesse ocorrido o golpe de estado que instaurou o Estado Novo no país, a elite paulista tinha como proposta tomar para si aquela missão, através da criação de um Instituto Nacional de Cultura. Era

um outro projeto preservacionista que nunca saberemos o seu desfecho, uma vez que esse Instituto tanto poderia incorporar o, já criado, Sphan à sua estrutura, quanto absorver aquelas atribuições, através do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico. As diversas iniciativas planejadas e executadas em São Paulo àquele momento, a exemplo do mapeamento de monumentos históricos da região Nordeste feito por Luís Saia ao longo da Missão de Pesquisas Folclóricas, aliadas ao projeto hegemônico daquela elite estadual são um forte indício de que aqueles intelectuais agiam como se estivessem construindo um projeto nacional, que se sobreporia ao que se planejava no Rio de Janeiro naquele momento.

Dentre esses projetos paralelos, não podemos deixar ainda de destacar as **preparações** feitas pelo Governo Federal para criar um caminho de ações em prol da preservação do patrimônio histórico e artístico do país. A primeira delas, sem sombra de dúvidas, são os inventários de monumentos promovidos pela Diretora Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública, já em 1931. Tais inventários, nunca estudados, até então, na historiografia, nos dão um bom panorama, nacional, de como a questão dos monumentos e monumentos históricos era compreendida por um recorte significativo da intelectualidade brasileira interessada no tema, mostrando as nuances e os conceitos que se tinham para a questão em, praticamente, quase todo o país. Lamentavelmente publicados muito tardiamente, em 1945, no *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública, 1º ano – 1931*, esses inventários, no entanto, chegaram ao conhecimento da direção do Sphan ainda em 1937. Foi o momento em que Rodrigo Mello Franco de Andrade já estava se articulando em torno da formação de uma rede nacional de intelectuais coordenados na estruturação de ações de preservação e realização dos primeiros inventários de monumentos, por parte do Serviço, que auxiliaria nos tombamentos realizados a partir do ano seguinte. Não é inteiramente absurdo pensar que o documento elaborado pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação tenha servido ao Diretor do Serviço na construção das suas ações, inclusive, por motivos como a contratação de Arthur Cesar Ferreira Reis, responsável por um dos textos do *Anuário*, como representante regional do Sphan no Pará, em 1940.

Também foi um projeto paralelo do Governo Federal que auxiliou na pavimentação do caminho percorrido pelo Sphan a criação da Inspetoria de

Monumentos Nacionais dentro da estrutura do Museu Histórico Nacional. Tal inspetoria, em muito semelhante às que existiram na Bahia e em Pernambuco, de uma vontade de atuação nacional, acabou limitando suas ações à cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Gustavo Barroso, enquanto diretor do Museu e Inspetor de Monumentos, capitaneou uma série de obras de intervenção em monumentos históricos da antiga capital mineira, sendo auxiliado pelo engenheiro Epaminondas de Macedo, que acabou se tornando o primeiro representante do Sphan naquele estado. As intervenções impetradas por Barroso, naquele momento, acabaram, em sua maioria, sendo desfeitas pelo Sphan quando este começou a capitanear obras na cidade. Uma estratégia de apagamento de ações que resultou numa reação de Barroso àquela atitude, colocando o diretor do Museu Histórico como o primeiro intelectual a questionar a forma como o Sphan estava agindo em relação à preservação do patrimônio no país e escrevendo essa história. Barroso acreditou que o futuro faria justiça a todos aqueles que “patrioticamente trabalham por proteger do vandalismo dos homens e dos estragos do tempo”¹⁰¹⁰ o patrimônio brasileiro e que tiveram seu papel apagado pelo órgão federal de preservação. Tal estratégia do Sphan, foi uma, dentre as várias **invenções** levadas a cabo pelo Serviço a partir da sua criação.

Os intelectuais modernistas, que na década de 1920 circulavam em outras redes de interesse, na década seguinte se juntaram ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, e se incorporaram a um projeto de construção da nação e de proteção de um patrimônio que a representasse. Houve uma ênfase desse grupo, oriundo em sua maioria do estado de Minas Gerais, em valorizar a produção artística e arquitetônica do seu estado natal, sendo eles muito bem-sucedidos em inserir os seus anseios e a preservação de um patrimônio local num projeto nacional de proteção de edificações históricas. Naquele momento, não só uma arte e uma arquitetura brasileira foram inventados, mas também um patrimônio nacional, patrimônio este, que foi primeiramente mineiro para depois ser comum a todos os brasileiros. Talvez uma dessas primeiras invenções tenha sido justamente essa, que diz que a nacionalidade brasileira estava em Minas Gerais, embora houvesse narrativas que buscavam localizá-la em outros lugares, a exemplo da Bahia.

¹⁰¹⁰ BARROSO, Gustavo. A força de Tiradentes. A *Manhã*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1942.

A partir daí, percebemos que não foram fortuitas, portanto, as visões de patrimônio que foram recusadas pelo Sphan nos seus primeiros anos de atuação, como por exemplo, a plural conceituação de patrimônio de Mário de Andrade ou até mesmo a valorização de uma arquitetura eclética vista na Inspetoria de Monumentos baiana, também presente em alguns inventários publicados pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde. A negação dessas visões de patrimônio é, sem sombra de dúvidas, um elemento constituinte da construção do campo patrimonial no país. Negações estas já revistas e reinseridas nas práticas preservacionistas brasileiras pelo próprio Sphan, quando, em 1972, abriu um processo de tombamento para proteger as edificações ecléticas remanescentes construídas com a abertura da Avenida Central, no Rio de Janeiro, que resultou no tombamento do Theatro Municipal e da Biblioteca Nacional, dentre outros edifícios.¹⁰¹¹ Da mesma forma, a plural concepção patrimonial de Mário de Andrade, que quando do seu descarte, pelo Sphan, foi apropriada pelo movimento folclorista, a partir dos 1980 foi abraçada pelo órgão federal, como já muito bem explicitou Márcia Chuva, ao reconstituir essa trajetória.¹⁰¹²

O Sphan nasceu de uma confluência de embates que tiveram início nas primeiras décadas do século XX, a partir de um cruzamento de fatores ligados à história urbana, especialmente as reformas urbanísticas; à história intelectual, mostrando as conexões e redes dos grupos envolvidos com a questão, e a biografia desses indivíduos; à história política, evidenciando ações e redes de relações sociais entre os atores; o papel da imprensa, ora como validadora da questão ora como questionadora; dentre outras questões. O surgimento do Serviço de deu a partir de muitas negociações, que não passam pela narrativa oficial, baseado na concretização dos anseios de um grupo de intelectuais em meio a um contexto político que os favoreceu e o seu debate não foi apenas teórico, mas também político, uma vez que, com todas as discussões a respeito do que era patrimônio, pretendia-se, também, criar uma ação estatal. Isso faz com que as composições políticas locais não sejam irrelevantes, pelo contrário, elas fazem parte desse cenário, ao se mostraram bastante favoráveis à questão nos estados onde houve uma discussão pregressa. Além disso, o autoritário Estado Novo foi contemporâneo

¹⁰¹¹ Processo 860-T-72. Série Processos de Tombamento. Arquivo Central do Iphan.

¹⁰¹² CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*. n. 34, Rio de Janeiro: IPHAN, p.146-165, 2011.

à criação do órgão federal de preservação e à invenção do patrimônio nacional, embora essas questões já viessem sendo gestadas há muito mais tempo. A questão preservacionista, e até mesmo a de definição de uma cultural nacional, não foram coisas inventadas pelo regime autoritário de Vargas, porém, o governo instituído a partir de 1930 tornou essas questões oficiais. Um tema preponderante no autoritarismo brasileiro, que se mostra de forma evidente no tipo dos bens protegidos pelo Estado a partir do decreto-lei n.º 25, foi uma busca pela valorização do catolicismo e um culto aos símbolos da pátria. Esses bens protegidos, em sua maioria, no entanto, já foram antevistos nos estados onde as discussões a respeito da preservação de um patrimônio local emergiu, anos antes da criação do Sphan. Em Pernambuco, na Bahia, em Minas Gerais, em São Paulo, e até mesmo no Rio de Janeiro, tombou-se aquilo que os intelectuais desses locais, atuantes na questão, já alertavam acerca da importância desde muito antes.

A historiografia oficial ainda tem uma narrativa de que a criação do órgão causou uma ruptura em relação ao que vinha se desenvolvendo no país, até então, acerca da produção intelectual e da preservação de monumentos históricos, no entanto, acreditamos que houve, na verdade, uma continuidade desse processo. Uma crítica muito comum feita pelos intelectuais modernistas vinculados ao aparelho do Sphan era o amadorismo e a falta de preparo, além de um certo romantismo, que os outros intelectuais que tinham tratado da questão possuíam. Na medida em que Luís Saia definiu as ações desses atores como contendo “muito amor por romantismo” e “pouco respeito por desconhecimento”,¹⁰¹³ Manuel Bandeira, por exemplo, chegou a defender que, antes do Sphan, essa era uma produção feita por “literatos” e “evadidos de outras profissões”, afirmando que “tudo se fazia um pouco por palpites”.¹⁰¹⁴ No entanto, a carência de uma formação específica para o trato de questões patrimoniais no país era um elemento comum a todos eles, inclusive aos modernistas. Uma evidência dessa questão foi o movimento constante que Rodrigo Mello Franco de Andrade desempenhou para trazer pesquisadores e estudiosos estrangeiros para dar cursos de formação para a equipe técnica do Serviço. Uma atitude que tinha por objetivo não só a formação desses profissionais, mas também

¹⁰¹³ SAIA, Luís apud BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980, p. 28.

¹⁰¹⁴ BANDEIRA, Manuel. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Crônicas inéditas 2*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 341.

produzir um repertório conceitual acerca da produção artística brasileira que a inseriria na grande história da arte universal e, conseqüentemente, o país como um todo no rol das nações desenvolvidas. Ainda pelo que vimos aqui, ao comparar com as trajetórias das instituições que se voltaram a esse tema antes de 1936, talvez a única ruptura que o Sphan tenha causado no caminho de construção do campo patrimonial no país tenha sido a permanência das suas ações, e uma permanência na estrutura administrativa do Governo Federal até os dias de hoje. As experiências ocorridas antes da criação do atual órgão de preservação não foram fortuitas, que brotaram sem frutificar, pelo contrário. As concepções de patrimônio presentes nas mais diversas regiões do país, assim como as apresentadas ao Congresso Nacional na tentativa de se oficializar uma preservação do patrimônio por parte do Estado brasileiro, estão marcadas na criação e nas práticas adotadas pelo Sphan a partir de 1936 e precisam ser vistas como constitutivas das ações do Serviço.

Além disso, aquele momento foi também quando se deu a invenção de um protagonismo dos intelectuais modernistas neste sentido. Como insistentemente já frisamos aqui, ninguém pode ser o responsável pela emergência de uma ideia, nem pode tomar as glórias por ela, uma vez que ela se produz em um espaço de disputas, e foram essas disputas também que resultaram nos apagamentos promovidos pela historiografia oficial propagada pelo órgão federal de preservação. Os modernistas ligados ao Sphan foram muito bem-sucedidos em suas diversas ações de invenção, ao ponto que, com a queda do Estado Novo, em 1945, eles já mostravam como vitoriosos na discussão que moldou os debates nacionais acerca das artes e da arquitetura. Uma vitória que fez com que o Sphan conseguisse, depois de sua criação, mobilizar e concentrar as ações de preservação no país de uma forma que, durante muito tempo, nada pudesse ter sido feito sem a sua participação. Um projeto ambicioso, para um país de dimensões continentais, que só foi possível de se realizar, em grande medida, em função das boas relações que manteve com representantes regionais. Uma vitória que, ao passo que foi sendo escrita pelo próprio Serviço e seus funcionários, se sobrepôs e apagou intencionalmente a riqueza das discussões ocorridas no momento de formação do campo patrimonial no Brasil. Uma riqueza que nunca foi “literalmente nada” e que esperamos ter conseguido mostrar aqui.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leila Bianchi. Projetos nacionais de preservação do patrimônio: promoção, divulgação e turismo nos sítios urbanos patrimonializados durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade. *90 anos do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p. 186-194.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Munir de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMARAL, Aracy (org.). *Arquitectura Neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo, Cidade do México: Memorial, Fondo de Cultura Economica, 1994.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASSUNÇÃO, Gabriela Lira; DANTAS, Alexandre Ferreira Dantas. Demolições, debates e tentativas de preservação: aproximações a partir dos casos de Salvador e Recife (1910-1930). *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 2018 maio/ago., p 387-399.
- AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- BARTHEL, Diane. *Historic preservation: collective memory and historical identity*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1996.
- BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1956. Vol.1 p.136.
- BOMENY, Helena Bousquet. O patrimônio de Mário de Andrade. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995, p.11-25.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CABRAL, Renata Campello; JACQUES, Paola Berenstein. O antropófago Oswald de Andrade e a preservação do patrimônio: um "devorador" de mitos? *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-39.

CALIL, Carlos Augusto. Sob o signo do Aleijadinho. Blaise Cendrars, precursor do patrimônio histórico. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 149.05, Vitruvius, out. 2012.

CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspeção de Monumentos de Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 2014.

CASTRO FARIA, Luiz de. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995, p. 27-40.

CAVALCANTI, Lauro. Encontro moderno: volta futura ao passado. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995, p.41-53.

_____, Lauro. *As preocupações do Belo*. Rio de Janeiro: Taurus editora, 1995.

_____, Lauro (org.). *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: Editora URFJ - MinC/IPHAN, 1993.

CERÁVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.19. n.1. p. 189-243. jan.- jun. 2011.

CHAGAS, Mario de Souza. *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

_____, Mário de Souza. Casas e portas da memória e do patrimônio. GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (orgs.). *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p.115-132.

_____, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. *Cadernos de Sociomuseologia Nº. 13*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1998.

CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A vida social e política dos objetos de um museu. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.34, 2002, p. 195-220.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. Apresentação. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995, p.7-9.

_____, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 e 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*. n. 34, Rio de Janeiro: IPHAN, p.146-165, 2011.

DIAS, Carla da Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.34. 2011, p. 199-221.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2014.

FABRIS, Annateresa (org.). *Modernidade e Modernismo no Brasil*, Campinas, Mercado de Letras, 1994.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultura e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 21-39.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012. p.55-86.

GIL, Natália. Aparato Burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. *Cadernos de Pesquisa*. 2008, vol.38, n.134, pp.479-502.

GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. *Palavra Peregrina e Outros Estudos sobre o Barroco*. São Paulo: Edusp, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2006.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A Preservação do Patrimônio Cultural e o Contexto Pan-americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p.13-47.

JARDIM, Eduardo. *Mário de Andrade, eu sou trezentos: vida e obra*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

KESSEL, Carlos. Estilo, discurso e poder: Arquitetura Neocolonial no Brasil. *Revista de História Social da UNICAMP*. Campinas: n.º 6, p.65-94, 1999.

_____, Carlos. *O movimento neocolonial e a preservação do patrimônio*. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 33, p.173-188, 2001.

_____, Carlos. *Entre o pastiche e a modernidade: arquitetura neocolonial no Brasil*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, p. 93-114, 1997.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1996.

LE MOS, Carlos A. C. *Da Taipa ao concreto: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LIRA, José Tavares Correia de. O estranho patrimonial: Mario de Andrade e o (des)Brasil. ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p.365-391.

LOPEZ, Telê Ancona; FIGUEIREDO, Tatiana Longo. Por esse mundo de Páginas. ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p.19-41.

LORETTO, Rosane Piccolo. *Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Luís Saia e a evolução arquitetônica regional: da morada paulista às práticas de proteção ao patrimônio cultural nacional. *Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 18-19, p. 41-60, 2014.

_____, Walter Francisco Figueiredo. *Uma história transnacional da modernidade: produção de sujeitos e objetos da modernidade por meio dos conceitos de civilização e cultura e do patrimônio etnográfico e artístico*. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2018.

LUBAMBO, Cátia Wanderley, *O Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A curta trajetória de uma política de preservação patrimonial: a Inspetoria de Monumentos Nacionais, 1934-1937. *Anais do Museu Histórico Nacional – vol. 36 (2004)*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2004.

_____, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MALHANO, Clara Emília S. M. B. Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920-1945. Rio de Janeiro: Lucerna, FAPERJ, 2002.

MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. SETÚBAL, Maria Alice. *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p.137-167.

MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. *Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro*.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2008.

MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.

MESQUITA, Gustavo. *Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade*. São Paulo: Global Editora, 2018.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e Política nos Anos 30: a presença de Francisco Campos. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* Brasília, v. 73, n. 174, p.291-321, maio/ago. 1992.

MORESCHI, Marcelo Seravali. A façanha auto-historiográfica do modernismo brasileiro (Brazilian Modernism as an Auto-historiographical Avant-Garde). Tese (Doctor of Philosophy in Hispanic Languages and Literatures) University of California, Santa Barbara, 2010.

MORI, Victor Hugo. O Iphan em São Paulo. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 136.00, Vitruvius, set. 2011.

NATAL, Caion Meneguello. *Da Casa de barro ao palácio de concreto: a invenção do patrimônio arquitetônico no Brasil (1914-1951)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

_____, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Questão nacional na primeira república. LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

PEREIRA, Juliana Melo. *Admiráveis insensatos: Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

PESSÔA, José. Entre o singelo monumentalizado e o simbólico. Reflexões sobre o patrimônio cultural brasileiro. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 195.05, Vitruvius, ago. 2016.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. *Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp. 2012.

_____, Maria Lucia Bressan. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. *Revista do Patrimônio*, n. 35, Rio de Janeiro: IPHAN, 2017, p.13-31.

PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, século XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RADUN, Denis Fernando. *O (des)tombamento em questão: (des)patrimonialização de bens culturais tombados pelo órgão federal de preservação no Brasil (1937-2015)*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade), Universidade da Região de Joinville, 2016.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma de Brasil: O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas, 2001.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: UCG, 2006.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-68*. Campinas: Dissertação de mestrado / Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMP, 1991.

_____, Silvana. A memória de Mário. *Revista do Patrimônio*, n. 30, Rio de Janeiro: IPHAN, p.139-155, 2002.

SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nacionalidade e patrimônio: o segundo reinado brasileiro e seu modelo tropical exótico. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.34. 2011, p.337-359.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: EDUSP, 1984.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, origem e estratégias de consolidação institucional, 1894-1930*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SILVA, Fernanda dos Santos. Viollet-le-Duc e o primeiro plano de restauração de Ouro Preto MG. Teoria e prática. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 188.01, Vitruvius, jan. 2016.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify, Duas Cidades, 2004.

VELOSO, Mariza. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e Barroco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

VIEIRA, Anco Márcio Tenório. O projeto civilizatório do Regionalismo. *Revista Continente Multicultural*, Recife, n.º 72, dezembro, 2006.

VIEIRA, Pollianna Gerçossimo. *Salomão de Vasconcellos e a consagração da "Atenas Mineira" em Monumento Nacional (1936-1947)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001.

_____, Daryle. "Ad perpetuam rei memoriam": The Vargas Regime and Brazil's National Historical Patrimony, 1930-1945. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 31, No. 2, Getúlio Vargas and His Legacy (Winter, 1994), p. 45-75.

XAVIER, Laura Regina. *Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Mello Franco de Andrade para Augusto Meyer*. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Bens Culturais e projetos sociais) – Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, 2008.

APÊNDICE A - FONTES

1. ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo Central, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, RJ

Coleção Personalidades

José Marianno Filho

Gilberto Freyre

Mário de Andrade (Correspondência)

Mário de Andrade (Produção intelectual)

Mário de Andrade (Trabalhos de terceiros)

Ricardo Severo

Rodrigo Melo Franco de Andrade (Correspondência nominal)

Rodrigo Melo Franco de Andrade (Produção intelectual)

Série Arquivo Técnico e Administrativo do IPHAN

Série Arquivo Técnico e Administrativo/Representante

Aníbal Fernandes

Gilberto Freyre

Gustavo Capanema

José Valadares

Série Arquivo Técnico e Administrativo/Sociedade Diversos

Série Inventário

Minas Gerais

Notícias de Jornal sobre o SPHAN

Rio Grande do Sul

Série Processos de Tombamento

Arquivo do Museu de Arte da Bahia, BA

Caixa: Correspondências Expedidas - Gabriel Godinho 1931-1934

Pastas 1 e 2

Caixa: Correspondências Expedidas - 1935-1939

Pastas 1 e 2

Caixa: José Valladares (1939-1959)

Coleção Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Arquivo do Museu Histórico Nacional, RJ

Pasta Correspondências de Gustavo Barroso

Pasta Ofícios Expedidos 1927-1932

Pasta Ofícios Recebidos 1927-1932

Pasta Inspetoria de Monumentos

Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo, SP

Anais da Sessão Ordinária de 1937. Vol. 3

Sinopse dos trabalhos de 1937

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, RJ

Arquivo Gustavo Barroso

Arquivo Histórico Municipal, Prefeitura Municipal de São Paulo, SP

Coleção Revista do Arquivo Municipal

Arquivo Público do Estado da Bahia, BA

Diário Oficial do Estado da Bahia

Diário da Assembleia Geral do Estado da Bahia

Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, PE

Fundo Secretaria da Justiça, volumes 20, 91 e 92

Centro Cultural São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo, SP

Arquivo Missão Folclórica

Centro de Documentação Alexandre Eulálio, Universidade Estadual de Campinas, SP

Arquivo Paulo Duarte

Série Documentos Especiais Temáticos

Pasta 1 – Projetos de Lei

Pasta 2 – Recortes de Jornal

Pasta 3 – Correspondências

Dossiê Mário de Andrade

Pastas 04, 06, 07 e 08

Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação, PE

Coleção Anníbal Fernandes

Coleção Mário Melo

Coleção *Revista Ilustração Brasileira*

Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, SP

Arquivo Ernani Silva Bruno

Arquivo Fernando de Azevedo

Arquivo Mário de Andrade

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, PE

Coleção Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

2. PUBLICAÇÕES

1º CONGRESSO Regionalista do Nordeste. *Diario de Pernambuco*, Recife, 10 fev. 1926.

A CÂMARA aprovou ontem em 2ª. Discussão o projeto concedendo auxílio par as obras da Sé de Olinda. *A Província*. Recife, 10 jul. 1929. Coluna: Congresso do Estado.

A CAMPANHA “Contra o Vandalismo e o Extermínio”. *Revista do Arquivo Público Municipal*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, jul. 1937, n.37, p.XX.

A IGREJA da Sé, em torno da sua demolição, proposta do Dr. J. Wanderley Pinho e Parecer da Comissão do Instituto. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1927. Nº. 51, p.81-9.

A PARAÍBA possui um monumento de arte que não se encontra semelhante em todo o Brasil. *A Imprensa*, João Pessoa, 22 ago 1939.

A PASSAGEM, na Bahia, do sr. Gustavo Barroso. *Diario de Pernambuco*. Recife, 18 jun. 1929.

A RESTAURAÇÃO da Igreja da Madre Deus. *Diario de Pernambuco*, Recife, 1º Out. 1931.

ALBERTO TORRES, Heloísa. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Sphan*. Rio de Janeiro, n.º 1. 1937, p. 9-30.

ANAIS do Museu Histórico Nacional – vol. V (1944). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1955.

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Gerais ao congresso Mineiro e lida na abertura da 4.^a sessão ordinária da 10.^a legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1930.

ANDRADE, Carlos Drummond. Rodrigo, em três crônicas. In: *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969. p.27-33.

ANDRADE, Mario de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIII, n.49, p.5-12, jan. 1920.

_____, Mario de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIII, n.50, p.95-103, fev. 1920.

_____, Mario de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIII, n.52, p.289-293, abr. 1920.

_____, Mario de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIX, n.54, p.102-111, jun. 1920.

_____, Mário de. O Movimento Modernista. *Cadernos Ultramares*, n. I, Oca editorial, 2018.

_____, Mario de. Dia de São Paulo. *Revista do Arquivo Público Municipal*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, dez. 2015, n.206. p.13-21.

_____, Mário. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória, 1981.

_____, Mario de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

_____, Rodrigo Melo Franco de. Entrevista com Rodrigo Melo Franco de Andrade. *O Diário*, Belo Horizonte, 12 jul. 1940.

_____, Rodrigo Melo Franco de. Na inauguração do Museu da Inconfidência. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Museus*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2005. p.164-169.

_____, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

_____, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e seus tempos: coletânea de textos sobre artes e letras*. Rio de Janeiro: MinC/SPHAN/PróMemória, 1986.

ANUÁRIO do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

ANUÁRIO do Ministério da Educação e Saúde Pública. 1º Ano – 1931, Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

BANDEIRA, Manuel. De Vila Rica de Albuquerque a Ouro Preto dos estudantes. *Crônicas da província do Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

_____, Manuel. *Crônicas inéditas 2*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

BARBOSA, Monsenhor Manoel de Aquino. *Retalhos de um arquivo*. Salvador: Editora Beneditina Ltda., 1972.

BARBOSA, Padre Manoel A. Relatório enviado em 31 de Dezembro de 1936 para Alfredo Pimentel, Diretor do Arquivo Público e Inspetoria de Monumentos. In: PIMENTEL, Alfredo Vieira. (org.). *Anais do Arquivo Público da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1938. v. XXVI.

BARRETO, Paulo T. O Piauí e sua arquitetura. *Revista do Sphan*. Rio de Janeiro, n.º 2. 1938, p.187-223.

BARROSO, Gustavo. *A defesa do nosso passado*. Texto manuscrito, Arquivo Gustavo Barroso, Acervo do Museu Histórico Nacional.

_____, Gustavo. A força de Tiradentes. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1942.

_____, Gustavo. *Noções sobre arquitetura*. Arquivo Gustavo Barroso, Acervo do Museu Histórico Nacional.

_____, Gustavo. A cidade sagrada. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 nov. 1928.

_____, Gustavo. Museu Militar. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 set. 1911.

BELLO, Júlio. Quem botou abaixo Megahype. *A Província*. Recife, 22 set. 1928.

BORGES DE BARROS, F. *Archeologia e História*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980.

CALIXTO, Benedito. As fortalezas em São Sebastião e os meios de defesa desse porto de 1720 em diante. *Revista do Arquivo Público Municipal*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, jan. 1936, n.19, p.23-39.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio Editora, 1940.

CAPANEMA, Gustavo. Rodrigo, espelho de critério. *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969. p.41-43.

CARDOSO, Joaquim. Rodrigo M. F. de Andrade e sua obra. In: *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969. p.51-53.

CARNEIRO, Humberto. A restauração da Madre Deus. *A Província*, Recife, 22 Mar. 1930.

CEDRO, Luiz. Pelo Nosso Patrimônio Artístico. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano IV, n.º 40, dezembro de 1923.

CONTRA o vandalismo e o extermínio. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 de jun. 1937.

COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. *Revista do SPHAN*. Rio de Janeiro, n.1. 1937, p.31-40.

CUIDA-SE de demolir o templo de Santo Antônio do Vallongo, um dos mais antigos do Brasil. *Diário Nacional*, São Paulo, 4 out. 1928.

DELGADO, Luiz. O mestre e o discípulo. DPHAN. *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969. p.69-71.

DIRETORIA Geral de Informações, Estatística e Divulgação, Expediente do Sr. Diretor Geral. *Diário Oficial da União*, 27 Outubro 1931, p.8.

DISCURSO feito pelo Conde de Afonso Celso em comemoração ao 94º aniversário do IGHB. *Diário Oficial da União*. 24 dez 1932, p.41.

DISCURSO proferido pelo deputado Pedro Calmon em 24 de maio, justificando o seu projeto de lei em defesa do patrimônio artístico do Estado. *Diário da Assembleia Geral do Estado da Bahia*. Salvador, 19 jun 1927.

DECRETO 5339, de 6 de Dezembro de 1927. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 10 dez 1927.

DR. GUSTAVO Barroso. *Diario de Pernambuco*. Recife, 26 abr. 1929.

DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

_____, Paulo. Departamento de Cultura: vida e morte de Mário de Andrade. *Revista do Arquivo Público Municipal*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, dez. 2015, n.206. p.83-99.

_____, Paulo. *Mario de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDART, 1971.

_____, Paulo. *Memórias III: selva oscura*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

_____, Paulo. *Memórias IV: os mortos de Seabrook*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

_____, Paulo. *Memórias V: apagada e vil mediocridade*. São Paulo: HUCITEC, 1977.

_____, Paulo. *Memórias VI: ofício de trevas*. São Paulo: HUCITEC, 1977.

_____, Paulo. *Memórias VIII: vou-me embora pra Pasárgada*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

ESTAVAM roubando o patrimônio artístico do Brasil! O Globo, Rio de Janeiro, 22 out. 1936.

FERNANDES, Anníbal. Coluna: De Uns e de Outros. *Diario de Pernambuco*. Recife, 03 jan. 1920.

_____, Anníbal. Coluna: De Uns e de Outros. *Diario de Pernambuco*. Recife, 20 jan. 1920.

_____, Anníbal. Gilberto Freyre. *Diario de Pernambuco*. Recife, 8 mar. 1923.

_____, Anníbal. A conservação das nossas velhas igrejas. *A Província*. Recife, 28 mar. 1929.

_____, Anníbal. O trabalho que está realizando a Inspetoria de Monumentos em Pernambuco. *A Província*. Recife, 06 set. 1930.

_____, Anníbal. *Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores*. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

_____, Anníbal. *Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 19 de Fevereiro de 1930 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores*. Recife: Imprensa Oficial, 1930

_____, Aníbal. A Igreja dos Montes Guararapes. *Revista do SPHAN*. Rio de Janeiro, n.1. 1937, p.113-116.

FREYRE, Gilberto. 34. *Diario de Pernambuco*, Recife, 9 dez. 1923.

_____, Gilberto, 91. *Diario de Pernambuco*. Recife, 11 jan. 1925.

_____, Gilberto (org.). *Livro do Nordeste (Comemorativo do 1º centenário do Diário de Pernambuco, 1825-1925)*. Recife: Oficinas do Diário de Pernambuco, 1925.

_____, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade - 1915-1930*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GUSTAVO Barroso. *Diario de Pernambuco*. Recife, 15 jun. 1929.

HISTÓRIA viva do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1937.

INQUÉRITO sobre os monumentos históricos. *A Federação, Orgam do Partido Republicano*, Porto Alegre, 10 de nov. 1931.

INSPETORIA de monumentos históricos nacionais com sede em Ouro Preto. *Diario de Pernambuco*, Recife, 1º ago. 1933.

INSPETORIA Estadual de Monumentos Nacionais. *A Província*. Recife, 14 fev. 1929.

INSTITUTO Arqueológico. *Diario de Pernambuco*. Recife, 16 out. 1930.

IV CONGRESSO Pan-Americano de Architectos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1930.

IV CONGRESSO Pan-Americano de Architectos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1930.

IV CONGRESSO Pan-Americano de Architectos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1930.

IV CONGRESSO Pan-Americano de Architectos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1930.

JÚNIOR, Augusto de Lima. A congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco. *Revista do SPHAN*, v.9. Rio de Janeiro, 1945. p.331-346.

LIMA, Alceu Amoroso. Pelo passado nacional. *Revista do Brasil*. São Paulo: ano 1, vol. 3, n.º 9, setembro de 1916, p.1-15.

LIMA, Augusto de. Sem memória. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1923.

MARIANNO FILHO, José. Acerca do Patrimônio artístico da nação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 maio 1936.

_____, José. A defesa do patrimônio artístico da nação. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1932.

_____, José. A Sé da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1929. Nº. 55, p.399-402.

MARTINS COSTA, Lygia. Entrevista-depoimento. *Revista do Patrimônio*. Brasília, n.31. 2005, p. 274-309.

MATTOS, Aníbal. *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Edições Apollo, 1935.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. A congregação de São Filipe Neri em Pernambuco. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v.57. Recife, 1984.

MELO, Mário. Coisas da Cidade. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06 jan. 1934.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros na 2º sessão ordinária da 10ª legislatura, em 23 de setembro de 1926. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1929, p.35.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas na 4º sessão ordinária da 10ª legislatura. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1928. p.50.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas na 1ª sessão ordinária da 11ª legislatura. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1929. p.72.

MINISTÉRIO da Educação. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1932.

NA REUNIÃO do Conselho Nacional de Belas Artes. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 28 de jun. 1934.

O ANTIGO Largo da Misericórdia. *Diário Nacional*, São Paulo, 6 jul. 1928.

O MUSEU Histórico de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 ago. 1928.

O SR. BATISTA Luzardo, hoje na Câmara, vai referir-se à excursão que fez pelo interior mineiro. *Diário Nacional*, São Paulo, 25 out. 1929.

OS MONUMENTOS históricos ou artísticos existentes no Brasil. *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 nov. 1931.

OURO Preto, Monumento Nacional. *Diário Nacional*, São Paulo, 25 out. 1929.

ORLANDO, Arthur. *O Porto e a cidade do Recife*. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1908.

_____, Arthur. *A Terra e o Homem*. Recife: Emp. d'O Tempo, 1913.

OS MAIS antigos documentos históricos do homem americano, poupemos esses pouquíssimos monumentos que nos restam. *Diário Nacional*, São Paulo, 13 out. 1928.

OURO Preto, Monumento Nacional. *Diário Nacional*, São Paulo, 25 out. 1929.

PARA o exato conhecimento dos monumentos históricos e artísticos do Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 out. 1931.

PENNA, Maria Luiza (org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Luiz Camillo de Oliveira Netto*. São Paulo: USP, 2013.

PEREIRA DA COSTA, F.A. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953.

PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. 1999.

PESSÔA, José (org). *Lucio Costa: Documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

PIMENTEL, Alfredo Vieira. (org.). *Anais do Arquivo Público da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1938. v. XXVI.

PINHO, José Wanderley de Araújo. Proteção dos monumentos públicos e objetos histórico. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918. Nº. 43, p.191-198.

PINTO, Estevão. Alguns aspectos da Cultura Artística dos Pancarús de Tacaratu. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 2, 1938, p. 57-92.

PREFEITURA do Município de São Paulo. *Revista do Arquivo Público Municipal*. São Paulo, n.46, abr. 1938.

QUEM começa pelo fim acaba no principio. (Editorial). *Diário de Notícias*. Salvador: 19 jul. 1913.

RECLAMAÇÕES feitas pelo sr. Mário Melo. Recife: *Jornal do Comércio*, 21 jul. 1946.

REGO, Jose Lins do. *Gordos e Magros*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1942.

REIS, Arthur César Ferreira. Vestígios Artísticos da Dominação Lusitana na Amazônia. *Revista do Sphan*, n.º5, 1941, p. 169-177.

RESENHA retrospectiva das atividades da Diretoria no sexênio 1931-1936. *Diário Oficial da União*, 29 maio 1937, p.6.

RESTAURAÇÃO da igreja da Madre de Deus. *A Província*. Recife, 9 maio 1930.

RODRIGUES, José Wasth. *Documentário Arquitetônico, relativo à antiga construção civil no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944.

SAIA, Luís. *Escultura popular brasileira*. São Paulo: Edições Gaveta, 1944.

_____, Luís. *Residências Rurais no Brasil colônia*. Tese de livre-docência. São Paulo, 1958.

_____, Luís. Um detalhe de arquitetura popular. *Revista do Arquivo Público Municipal*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, out. 1937, n.40, p.15-22.

SANT'ANNA, Nuto. A casa do padre Albernaz. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 4, jul. 1937.

SETTE, Mário. *Arruar, História Pitoresca do Recife Antigo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante no Brasil, 1978.

SEVERO, Ricardo. *A arte tradicional no Brasil: a casa e o templo*. São Paulo: Tipografia Levi, 1916.

SOLÁ, Miguel. *Historia del arte hispano-americano*. Barcelona, Madrid, Buenos Aires, Rio de Janeiro: Editora Labor, 1935.

THOMPSON, Analucia (org.). *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

VARGAS, Getúlio. *III. Discurso pronunciado pelo Dr. Getúlio Vargas por ocasião de sua posse como chefe do Governo Provisório da República*. Separata de Biblioteca da Presidência da República, 3 nov. 1930, p.14-21.

VALLADARES, José. *Azulejos da Reitoria*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1953.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. A barraquinha de Euclides da Cunha. *Revista do Sphan*. Rio de Janeiro, n.º 2. 1938, p. 241-254.